

Universidade de Brasília – UnB
FACULDADE DE DIREITO
Programa de Pós-graduação em Direito
Doutorado

“Volveré, y Seré Millones”:
Contribuições Descoloniais dos Movimentos
Indígenas Latino Americanos para a Superação do
Mito do Estado-Nação

Rosane Freire Lacerda

Volume 2. Tomo II

Brasília – DF, Maio de 2014

ROSANE FREIRE LACERDA

“Volveré, y Seré Millones”:
**Contribuições Descoloniais dos Movimentos
Indígenas Latino Americanos para a Superação do
Mito do Estado-Nação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Direito, sob a orientação do Professor Doutor José Geraldo de Sousa Júnior.

Brasília – DF, Maio de 2014

LACERDA, Rosane Freire

“*Volveré, y Seré Millones*”: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação. / Rosane Freire Lacerda. Brasília – DF, 2014; 2 vols., 491pp.:il.

Bibliografia: Vol 2, pp. 425 - 466.

v.1, tomo I (Parte I). Do Estado Nação aos Estados Plurinacionais.

v.2, tomo II (Parte II). Experiências constitucionais de Estado Plurinacional – Conquistas, Contradições e Desafios.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Júnior.

Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília – UnB. Faculdade de Direito. Área de Concentração: Direito, Estado e Constituição.

1. Estados Plurinacionais na América Latina; 2. Estudos Coloniais; 3. Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser; 4. Descolonialidade, Desobediência Epistêmica e Interculturalidade Crítica; 5. Novo Constitucionalismo Latinoamericano; 6. América do Sul: Povos Indígenas – Estados Plurinacionais. I. SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. II. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. III. Título.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Lutas indígenas na Bolívia e Equador – Linha do Tempo	467
Tabela 2 – Constituições e Povos Indígenas na América Latina (Séc. XIX).....	474
Tabela 3 – Constituições e Povos Indígenas na América Latina (Séc. XX).....	480
Tabela 4 – Constituições e Povos Indígenas na América Latina (Séc. XXI).....	505
Tabela 5 – Processo de Constituição das AIOCs no Estado Plurinacional Boliviano.....	528
Tabela 6 – Direitos, Faculdades e Competências das Autonomias IOC no Estado Plurinacional Boliviano.....	531
Tabela 7 – Municípios em processo de conversão à AIOC.....	532
Tabela 8 – Territórios em processo de constituição de AIOC.....	533

Lista de Figuras

Figura 1 – Guamán Poma. “Mapa Mvndi del Reino de las Indias...”.....	534
Figura 2 – Guamán Poma. “Concejo Real Destos Reinos Capac Inga Tavantin Svio Camachicoc Apocona”.....	535
Figura 3 – Melchor Maria Mercado. “El Mariscal de Ayacucho haciendo nacer las artes y ciencias de la cabeza de Bolivia”.....	537
Figura 4 – Estado Plurinacional da Bolivia Organograma.....	526
Figura 5 – Localização dos 18 municípios solicitantes da conversão em AIOC (set/09).....	538

Lista de Documentos

Doc 1 – Actas Secretas del Soberano Congreso de las Provincias Unidas en Sudamérica.....	540
Doc 2 – Decreto 132 del 4 de julio de 1825.....	546
Doc 3 – Manifiesto del “Bloque Obrero-Campesino”	547
Doc 4 – Primer Manifiesto de Tiwanaku.....	549
Doc 5 – Atas da Assembleia Constituinte Equatoriana de 2007-2008.....	553

Sumário

Volume 2. Tomo II

PARTE II

EXPERIÊNCIAS CONSTITUCIONAIS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL – CONQUISTAS, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS (p. 245)

Introdução	247
Capítulo 4 – Estado Plurinacional e Autonomia Política dos povos indígenas na Bolívia e Equador. Enfim, a descolonização do poder? (p. 249)	
4.1 Plurinacionalidade e (Re)Territorialização autonômica.....	250
4.1.1 Bolívia: Estado Plurinacional e reterritorialização através das “AIOCs”	251
4.1.2 Equador: Estado Plurinacional e reterritorialização autonômica através das “CTIS”	267
4.2 Plurinacionalidade, Democracia e Direito de Consulta Prévia. Apenas a tensão entre maioria e minoria ou a manutenção do modelo colonial?	275
4.2.1 Bolívia: Após a “Guerra da água”, a Guerra pela Consulta Prévia	277
4.2.1.1 Ley del Régimen Electoral	279
4.2.1.2 TIPNIS	280
4.2.1.3 Mallku Qota	286
4.2.1.4 Anteprojeto de Lei Marco de Consulta Prévia	289
4.2.2 Equador: consulta prévia vs. privatização da água e extrativismo mineral	295
4.2.2.1 Ley de Minería e Sentença da Corte Constitucional	298
4.2.2.2 Ley de Aguas	302
4.2.2.3 Projetos de lei de consulta prévia	305
4.2.2.4 A Sentença da Corte IDH no caso Sarayaku, e o caso Yasuní ITT	310
4.3 Resistência, Divisão e Criminalização. Ainda o “Outro”, como inimigo	314
4.3.1 Desqualificação, cooptação, divisão e exclusão	316
4.3.2 Repressão e Criminalização	327
Capítulo 5 – Estado Plurinacional e Autonomia Jurídica dos povos indígenas na Bolívia e Equador. Justiça indígena é linchamento? (p. 349)	
5.1 Bolívia: os difíceis passos na luta pela efetivação da JIOC	351
5.2 Equador: <i>¿A ellos quién los ordena Magistrados?</i>	359
Capítulo 6 – O Brasil e a Diversidade Étnico-cultural na Constituição “multicultural” de 1988: Um Estado Plurinacional? (p. 371)	
6.1 Direitos Constitucionais e Autonomia Política indígena no Brasil Pós-88	372
6.2 Direitos Constitucionais e Autonomia Jurídica indígena no Brasil Pós-88	406
Conclusão (Parte II)	416

CONCLUSÃO GERAL	420
REFERÊNCIAS	425
APÊNDICES	467
Apêndice A – Lutas indígenas na Bolívia e Equador (linha do tempo)	467
Apêndice B – Constituições e Povos Indígenas na América Latina – Séc. XIX.....	474
Apêndice C – Constituições e Povos Indígenas na América Latina – Séc. XX.....	480
Apêndice D – Constituições e Povos Indígenas na América Latina – Séc. XXI.....	505
Apêndice E – Estado Plurinacional da Bolívia – Organograma.....	526
Apêndice F – Processo de Constituição das AIOC na Bolívia	528
Apêndice G – Competências das AIOC na Bolívia	531
Apêndice H – Municípios em processo de conversão à AIOC.....	532
Apêndice I – Territórios em processo de constituição de AIOC.....	533
ANEXOS	534
Anexo A – Ilustrações	534
Figura 1 – “Mapa Mvndi del Reino de Las Indias”.....	534
Figura 2 – Concejo Real Destos Reinos Capac Inga Tavantin Svio Camachicoc Apocona.	535
Figura 3 – “El Mariscal de Ayacucho haciendo nacer las artes y ciencias de la cabeza de Bolívia”.....	537
Figura 5 – Localização dos 18 municípios solicitantes de conversão em AIOC (set/09)	538
Anexo B – Documentos	539
Doc. 1 – Actas Secretas del Soberano Congreso de las Provincias Unidas en Sudamérica (Tucumán, 1916).....	540
Doc. 2 – Decreto 132 del 4 de julio de 1825.....	546
Doc. 3 – Manifiesto del “Bloque Obrero-Campesino”.....	547
Doc. 4 – Primer Manifiesto de Tiwanaku.....	549
Doc. 5 – Atas da Assembleia Constituinte do Equador (excertos)	553

PARTE II

Experiências Constitucionais de Estado Plurinacional – Conquistas, Contradições e Desafios

*“... la comunidad indígena no se rinde
ante ningún texto escrito como la verdad fundamental.
La verdad fundamental es la de la vida,
y ningún texto escrito está por encima de la vida”.*

Central Regional Sindical Única
de Campesinos Indígenas de Raqaypampa (CRSUCIR)
Cochabamba, Bolivia, Junho de 2009.

Introdução

Uma vez referendados os novos textos constitucionais do Equador (2008) e Bolívia (2009), os dois países viram iniciar-se a batalha das próprias experiências de efetivação do modelo plurinacional de Estado. As concepções de Estado plurinacional assumidas por ambos vêm sendo postas à prova, de maneira cada vez mais intensa. Será que as formulações aprovadas naquelas novas Cartas têm se mostrado exequíveis no sentido de garantir a realização da perspectiva descolonial? Ou a declaração da identidade plurinacional do Estado estaria se revelando como mais uma mera formalidade, despida de força concretizadora? E como o movimento indígena estaria se posicionando neste processo?

Nesta parte do trabalho a análise está voltada aos desdobramentos pós-constituintes daquelas novas Cartas Políticas. O objetivo é analisar, a partir destes primeiros anos de sua vigência, como vem ocorrendo a concretização, no plano fático, do desenho plurinacional de Estado. Para isso busco identificar não apenas os logros, mas também os impasses, desafios e contradições que se apresentam para sua efetiva construção. Neste sentido avalio também o quanto a efetivação, ou não, do modelo constitucionalmente assumido, repercute em termos do projeto descolonial de Estado. Como demonstrei na parte anterior, as demandas dos povos indígenas por autonomia, ou seja, pelo livre exercício de suas potencialidades nos planos político, jurídico e cultural, fazem parte de seu histórico processo de lutas por reconhecimento de direitos. Tais demandas emergiram no início do processo de conquista e colonização europeia do Continente, atravessaram toda a consolidação do Estado republicano pós-colonial e desaguaram, mais recentemente, nos processos do chamado Novo Constitucionalismo Latino-americano. Elas também trouxeram questionamentos à legitimidade das instituições do Estado, fazendo emergir fortes expectativas no sentido da abertura de espaços específicos de representatividade e participação nas instâncias políticas e decisórias do próprio Estado. Autonomia decisória em seus assuntos internos e representação e participação na esfera pública de um Estado livre das amarras da colonialidade e do eurocentrismo constituíram assim duas importantes expectativas indígenas em relação ao modelo “Plurinacional” de Estado.

Tanto na Bolívia quanto no Equador os povos indígenas vêm o êxito de sua perspectiva autônoma e de participação como diretamente dependente da instituição daquele modelo. Um modelo que, além de reconhecer as identidades indígenas (agora como “nacionais”) em bases autônomas, fosse também firmado e desenhado, jurídica e politicamente, dentro da perspectiva da *descolonialidade*. A concepção Plurinacional de Estado aparece assim como

condição fundamental para o alcance e realização do projeto de resgate autonômico indígena. A promessa de rompimento com a perspectiva civilizatória eurocêntrica é representada, naqueles textos constitucionais, na declaração de ruptura com a colonialidade, proclamada por ambos Constituintes Originários nas respectivas partes preambulares, onde declaram-se “herdeiros das lutas sociais de libertação frente a todas as formas de dominação e colonialismo” (CRE, 2008), e anunciam deixar para trás, no passado, “*el Estado colonial, republicano¹ e neoliberal*” (CPEPB, 2009). A Constituição Boliviana chega mesmo a incluir, entre as funções essenciais do Estado, a de “*constituir una sociedad cimentada en la descolonización*” (art.9.1).

Adotando tal perspectiva as Cartas daqueles Estados, hoje declarados “Plurinacionais”, expressam o reconhecimento dos direitos autonômicos dos povos indígenas basicamente em dois planos: o político e o jurídico, ambos de caráter interno.

Em termos gerais a autonomia no plano político está prevista nos reconhecimentos dos espaços territoriais próprios das coletividades indígenas, como locais onde operam as suas formas de participação e de deliberação políticas próprias, e administração interna de seus interesses e modos de vida. Já no plano jurídico a autonomia é prevista no reconhecimento do Estado como portador de uma juridicidade plural, constituída pelas distintas formas de jurisdição indígena ao lado da jurisdição ordinária estatal. O chamado “pluralismo jurídico”, em ambas constituições, substitui a tradicional concepção “monista” do Direito, que emergira com o surgimento do próprio Estado uni-nacional ou Estado-nação. Mas ali esta dupla condição autonômica (jurídica e política) é de algum modo vinculada à ordem estatal através de espaços de interculturalidade, formados através da abertura à representação e participação, nas estruturas de Estado, das distintas perspectivas jurídicas, políticas e culturais indígenas.

A seguir, analiso o modo como ambos Estados autodeclarados “plurinacionais” (Bolívia e Equador) têm se comportado no cumprimento de seus compromissos de respeito àquela dupla condição autonômica das identidades coletivas indígenas, ou seja, nos planos político e jurídico. O propósito é aferir se, e até que ponto, tem sido cumpridas as promessas constitucionais no plano da descolonialidade do poder, do ser e do saber.

¹ Sob o ponto de vista do Constituinte Originário boliviano de 2009, informado pela perspectiva descolonial impulsionada pelos movimentos indígena originário camponeses antes e durante o processo constituinte, a ideia de Estado Republicano é vista como representativa do modelo homogeneizador do Estado-nação, de corte liberalista e oligárquico e comprometido com a manutenção do histórico poder *criollo*-mestiço.

Capítulo 4

Estado Plurinacional e Autonomia Política dos Povos Indígenas na Bolívia e Equador. Enfim, o Poder descolonizado?

Tanto no Equador quanto na Bolívia o momento pós-constituente tem sido pautado pelas demandas de elaboração legislativa infraconstitucional necessárias aos processos de reestruturação de ambos Estados e à implementação dos novos direitos erigidos com as Cartas de 2008 e 2009. Tais demandas encontram-se imersas em contextos políticos de intensa movimentação dos respectivos Executivos que, buscando obter o apoio tanto do próprio movimento indígena quanto das elites empresariais neoliberais, têm tentado garantir, nos planos legal e administrativo, as condições favoráveis à implementação de políticas econômicas de corte marcadamente desenvolvimentista e extrativista.

É sob tais condições, marcadas por crescentes tensões e conflitos entre movimentos indígenas e governos, que tem se desenvolvido as experiências de construção daqueles Estados autodeclarados Plurinacionais. É sob tais condições que encontram-se submetidos, também, os processos de concretização dos projetos autonômicos reclamados pelos povos, nações e nacionalidades indígenas de ambos países em face do respectivos Estados.

O presente capítulo dedica-se à análise dos principais entraves e condições de possibilidade ora vivenciados naquelas duas experiências quanto à realização daqueles projetos autonômicos. Analisa-se inicialmente os novos modelos de reterritorialização autonômica proporcionados pelas figuras constitucionais dos governos Autônomos Indígenas Originário Campesinos (AIOC) na Bolívia e das Circunscrições Territoriais Indígenas (CTIs) no Equador, enquanto reconstrução de espaços de produção de poder autonômico daquelas coletividades. Em seguida passa-se à questão de como aqueles Estados Plurinacionais vêm tratando o direito de consulta ou de consentimento prévio, livre e informado reclamado pelos movimentos indígenas em ambos países.

O capítulo trata, por fim, de como aqueles Estados têm se posicionando diante dos eventuais conflitos de interesse com os povos e movimentos indígenas. Conflitos que dizem respeito à expectativa indígena de efetiva realização da promessa constitucional de respeito à cosmovisão indígena e sua livre-determinação no plano político.

4.1. Plurinacionalidade e (Re) Territorialização Autônômica.

Nas novas constituições da Bolívia e do Equador a construção jurídico-política do Estado em bases plurinacionais veio acompanhada, com maior ou menor intensidade, do reconhecimento do caráter autônômico dos povos indígenas. Tanto num quanto n'outro caso o *status* autônômico das identidades coletivas indígenas ali reconhecidas (nacionalidades, nações e povos indígenas originário campesinas), encontra-se diretamente vinculado a direitos de ordem coletiva sobre terras e territórios, mas também à própria concepção de território enquanto espaço de realização autônômica. Assim, por exemplo, a Constituição boliviana reconhece aos *pueblos y naciones indígenas originário campesinos* não só a titulação coletiva de suas terras e territórios (art.30, II,6), mas o exercício de sua livre determinação e territorialidade (art.30, II,4), bem como de seus próprios sistemas políticos, jurídicos e econômicos (art.30, II,14). No caso do Equador, reconhece-se entre os direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas a conservação da propriedade de suas terras comunitárias e a posse das terras e territórios ancestrais (art. 57, 4 e 5), bem como os direitos de “*conservar y desarrollar sus propias formas de convivencia y organización social, y de generación y ejercicio de la autoridad, en sus territorios legalmente reconocidos y tierras comunitarias de posesión ancestral*” (art. 57,9).

Ou seja, em ambas Constituições terra e território indígenas não aparecem apenas como objetos materiais sobre os quais se exercem direitos coletivos de posse e propriedade, mas como algo de dimensão mais ampla e profunda sobre o qual se assenta a própria perspectiva autônômica em suas várias dimensões. Entra aqui inevitavelmente a questão do próprio conceito de *território* que, conforme Manuel Correia de Andrade, “não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar”². Em que consistiria, então?

Segundo Milton Santos a “noção jurídico-política do território”, ou seja, a do território como base geográfica delimitadora do poder soberano do próprio Estado, que se pretendia representativo de uma identidade nacional única, noção essa que via como “derivada do conhecimento e da conquista do mundo”, foi a concepção “entronizada” pelo Estado-Nação³. Mas a globalização neoliberal, trazendo a crise do próprio Estado e seus limites, teria feito emergir outras concepções territoriais, daí a ideia de “retorno do território”.

² ANDRADE, Manuel Correia. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS, Milton et *all* (Orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 4.^a ed., São Paulo: Hucitec, 1998; p.213.

³ SANTOS, Milton. “**O retorno do território**”. In: Milton Santos; M. Adélia SOUZA e M. Laura SILVEIRA (Orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 4.^a ed., São Paulo: Hucitec, 1998; p.15.

Para Correia de Andrade, o conceito de território estaria “ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área”⁴. Tal concepção por si só significaria, no caso dos indígenas, no território como espaço de realização sócio-política, de exercício de poder, de autoridade. Mas não apenas isso. Conforme Rogério Haesbaert, “o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária” e até mesmo “afetiva”⁵. Ou seja, o território não apenas como espaço político, mas também de construção e reconstrução identitária. Ele teria, assim, uma dupla dimensão, sendo uma

... simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão (...), de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos⁶.

É nessa dupla dimensão, simbólico-identitária e disciplinarizadora, que vejo a importância do território no processo de resgate autonômico dos indígenas nas experiências plurinacionais aqui analisadas. A experiência de “des-territorialização”⁷ que viveram, ou seja, perda do controle material, simbólico e identitário sobre seus espaços territoriais com o advento do Estado-Nação e sua colonialidade, estaria sendo suplantada, nas atuais experiências de Estado Plurinacional, pela “re-territorialização” enquanto exercício do resgate de sua autonomia política? Vejamos como a questão vem se processando ambos os casos.

4.1.1 Bolívia: Estado Plurinacional e reterritorialização através das AIOCs

Como vimos em tópico anterior (3.3.1), a discussão sobre os direitos indígenas na Constituinte boliviana de 2007-2009 teve como base as propostas formuladas pelo “*Pacto de Unidad*” estabelecido entre diversas organizações representativas dos segmentos indígenas, camponeses, afro-bolivianos, etc., que ali colocaram, entre outras, questões relativas a direitos territoriais e autonômicos. Conforme observa Fernando Garcés V., a proposta do Pacto levou para aquele espaço a ideia de reterritorialização, como “*um processo de construção e apropriação social do território*” do Estado e, conseqüentemente, a “*readequação do modelo*

⁴ ANDRADE, Manuel Correia. **Territorialidades**, ..., *Op. Cit.*, p.213.

⁵ HAESBAERT, Rogério. “**Des-territorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste**”. Niterói: EdUFF, 1997, p.41.

⁶ *Idem*, p.42.

⁷ HAESBAERT, Rogério. “**Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**”. Anais: Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Rural - ANPUR. V.9 (2001). pp.1772-3.

de soberania absoluta” por aquele exercido⁸. Em outras palavras, o Pacto deu visibilidade e sentido a uma outra compreensão do território, não mais como simples elemento político-geográfico e exclusivamente vinculado à ordem Estatal, mas como espaço de produção e reprodução da própria vida de tais coletividades e seus universos simbólicos.

Assim é que na “Declaração de 12 Pontos” acordada pelas suas organizações partícipes em junho de 2006, figuravam a “*Reconstitución de los territorios de las naciones originarias y pueblos indígenas*” e a “*Constitucionalización y conformación de la autonomía indígena originaria*”⁹. Ou seja, a ideia de território como redefinição e reorganização dos espaços territoriais coletivos enquanto espaços de poder e decisão das próprias coletividades, e da autonomização destas enquanto sujeitos coletivos frente ao Estado, embora que no interior da unidade territorial maior deste.

Mas exatamente por se tratar de um espaço de diversidade e diferença, a composição no espaço do Pacto não foi simples nem fácil. Autonomia e território foram ideias debatidas a partir de distintas concepções. Segundo Garcés, enquanto as organizações das terras altas, de população majoritariamente indígena, trabalhavam com a perspectiva de “autodeterminação”, as representativas das terras baixas, marcadas pela condição minoritária da população indígena, reivindicavam a sua relação com o Estado em termos do conceito de “autonomia”:

... era parte de la discusión el hecho que la tradición discursiva de las autonomías estaba referida a países donde los pueblos indígenas son minorías; parte de la susceptibilidad que despertaba el hablar de autonomías indígenas tenía que ver con esto: “cómo vamos a hablar de autonomías en Bolivia cuando aquí los pueblos indígenas y originarios somos mayoría”. Así, lo que se planteaba era que dichos pueblos debían ejercer su derecho de autodeterminación y penetrar la estructura estatal en lugar de atrincherarse “minorizadamente” en autonomías¹⁰.

Segundo Garcés a solução conciliadora viria com a proposta da APG, que mantinha a *autonomia* reclamada pelas terras baixas, mas não como um objetivo final, e sim como um caminho para se chegar à *autodeterminação* demandada pelas terras altas. Contemplava-se assim as propostas de ambas regiões.

Quanto à questão de ordem territorial, as propostas mais radicais vinham do Conamaq e da APG. Para aquelas organizações, se o propósito era refundar o Estado enquanto

⁸ GARCÉS V., Fernando. “Os esforços de construção descolonizada de um Estado Plurinacional na Bolívia e os riscos de vestir o mesmo cavaleiro com um novo paletó”. In: Ricardo VERDUN (Org.). *Povos Indígenas: Constituições e Reformas ...*. Op. Cit. p.177.

⁹ GARCÉS, Fernando. “El Pacto de Unidad...”. Op. Cit., p.46.

¹⁰ Idem.

Plurinacional, não faria sentido manter a divisão territorial imposta pela cultura político-administrativa *criollo*-mestiça, e sim devolver à maioria indígena do país o direito às suas formas próprias de territorialidade. Desta forma, enquanto nas terras altas o Conamaq defendia uma reterritorialização que eliminasse os limites departamentais criados e impostos artificialmente pela República, substituindo-os pelas antiga territorialidade ancestral das *Markas*, características do antigo Tawantinsuyu¹¹, a APG entendia que para a recuperação dos direitos territoriais dos povos e nacionalidades das terras baixas seria necessária a eliminação dos limites municipais e territoriais que incidiam diretamente sobre os seus limites territoriais, resgatando-os como condição de uma autonomia realmente efetiva¹².

Enfim, na versão definitiva apresentada à Constituinte, a proposta do Pacto referia-se, já no art. 1.º, à preexistência das nações e povos indígenas originários e afrodescendentes ao Estado boliviano, ao domínio ancestral sobre seus territórios, à garantia de sua livre determinação, aos seus *derechos de auto gobierno, e de reconstitución territorial*, etc¹³. Logo em seguida, caracterizava a Bolívia como um Estado Unitário Plurinacional Comunitário, descentralizado e *com autonomias territoriais* (art. 2.º)¹⁴, para mais adiante incluir entre os direitos das nações e povos indígenas originários camponeses e afrodescendentes *a libre determinación e a territorialidad*, no marco da unidade do Estado Plurinacional (art.21)¹⁵. Vale mencionar ainda que o *Pacto* incluía os Territórios Indígenas Originários entre as modalidades constitutivas da organização territorial do Estado, com uma organização político-

¹¹ Na tradição cultural andina do Tawantinsuyu, as *Markas* consistiam nas unidades territoriais maiores nas quais se constituíam os *Ayllus*, e tinham como marco referencial de localização um dos quatro *Suyus* que dividiam a civilização incaica. Com o advento da República e a divisão territorial em Departamentos, os territórios das antigas *Markas* foi desconsiderado pelo Estado que impôs novos limites, dividindo-as aleatoriamente em função de interesses estranhos às comunidades indígenas.

¹² GARCÉS, Fernando. “**El Pacto de Unidad...**”. *Op. Cit.*, pp. 73-75.

¹³ “*Esta Constitución respeta y constitucionaliza la preexistencia de las naciones y pueblos indígenas originarios y afrodescendientes, el dominio ancestral sobre sus territorios y garantiza su libre determinación que se expresa en la voluntad de conformar y ser parte del Estado Unitario Plurinacional Comunitario, y en el derecho a controlar sus instituciones, al auto gobierno, a desarrollar su derecho y justicia propia, su cultura, formas de vida y reproducción, al derecho a reconstituir sus territorios y al derecho a definir su desarrollo con identidad*” (Art. 1). Propuesta Consensuada del Pacto de Unidad. “Por un Estado Unitario Plurinacional Comunitario, Libre, Independiente, Soberano, Democrático y Social”. Sucre, 23 de mayo de 2007. Cf. GARCÉS, Fernando. “**El Pacto de Unidad...**”. *Op. Cit.*, p.169.

¹⁴ “*Bolívia se caracteriza como un Estado Unitario Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático y social, que reconoce el pluralismo jurídico, político, cultural y lingüístico; descentralizado y con autonomías territoriales. Garantiza la igual dignidad de las personas, las naciones, pueblos y culturas y fomenta el respeto mutuo y el diálogo intercultural. Se funda en los principios de unidad, solidaridad, reciprocidad, complementariedad, armonía, equilibrio, equidad social y de género en la participación, distribución y redistribución de los productos y bienes sociales, con equidad de género, para “vivir bien”*” (art.2.º). Idem, p.169.

¹⁵ “*Las naciones y pueblos indígenas originarios camponeses y afrodescendientes tienen los siguientes derechos: A la identidad cultural, la libre determinación y la territorialidad, en el marco de la unidad del Estado Plurinacional*”. (...) (art.21). Idem, p.172.

administrativa formada por governos descentralizados autônomos, entre os quais os Territórios Indígenas Originários, e Municípios e Regiões Indígenas Originário campesinos (art.135)¹⁶.

O texto finalmente aprovado e que hoje integra a Carta Plurinacional boliviana, refletindo as tensões geradas pelas reivindicações autonômicas departamentais das oligarquias da *Media Luna* e os acordos firmados pelo governo central na tentativa de garantir a conclusão do processo, acabou distante em alguns aspectos das concepções de territorialidade autonômica propostas pelo Pacto, sobretudo no que diz respeito a reivindicações descolonialmente mais radicais como as do Conamaq e APG.

A Constituição Boliviana de 2009 reconheceu às nações e povos indígenas originário campesinas a sua *livre determinação* enquanto direito à autonomia, autogoverno e cultura, e enquanto reconhecimento de suas instituições e consolidação de suas entidades territoriais (art. 2.º). Reconheceu também, entre os seus direitos e garantias fundamentais, o de gestão territorial indígena autônoma (art. 30, 17). Mas não dispôs explicitamente quanto ao direito à reterritorialização nos termos propostos pelos representantes das *Markas* e *Ayllus* do *Collasuyu* nem pelos Guarani das terras baixas. Preferiu manter a organização territorial do Estado com base em departamentos, províncias, municípios e excepcionalmente em regiões, apenas acrescentando a este rol o reconhecimento da existência dos Territórios Indígena Originário Campesinos (TIOC's) (art. 269, I e III), como uma daquelas unidades territoriais básicas. Trata-se, portanto, de uma conformação territorial que, a título de reorganização plurinacional, inclui os territórios indígenas mas mantém quase intocado o modelo já estabelecido desde o advento do constitucionalismo novecentista. A questão do direito constitucional dos povos e nações IOC a reconstituírem-se territorialmente constitui hoje, conforme observo adiante, um dos principais focos de tensão entre o Conamaq e o Estado Boliviano.

A Constituição fez corresponder a cada uma daquelas modalidades territoriais (departamentos, províncias, municípios, regiões e TIOC's) o estatuto autonômico que, em linhas gerais, compreende a eleição direta de suas autoridades, a administração de seus recursos econômicos próprios, bem como o exercício de funções executivas e fiscalizadoras e faculdades normativas, em conformidade com suas competências e atribuições (art.272)

¹⁶ “*El Estado Unitario Plurinacional Comunitario, adecuándose a la realidad cultural, geográfica, socioeconómica, ecológica de Bolivia, se ordena territorialmente en: Territorios Indígenas Originarios, Municipios, Provincias, Regiones y Departamentos. Política y administrativamente se organiza en gobiernos descentralizados y con autonomía que se expresan en: Territorios Indígenas Originarios; Municipios Indígenas Originarios Campesinos, Afrobolivianos y de Comunidades Interculturales; Municipios Interculturales; Regiones Indígenas Originarias Campesinas, Afrobolivianas y de Comunidades Interculturales; Regiones Interculturales e Departamentos*” (art.135). Idem, pp.196-7.

constitucional e legalmente previstas. Prevê então a existência de autonomias Departamentais, Municipais, Regionais e Indígenas Originário Campesinas (AIOC's), estas últimas constituídas basicamente pelos TIOC's, e, eventualmente, por municípios e regiões¹⁷ (art. 291, I).

Tendo a Carta de 2009 delegado à Lei Marco de Autonomias e Descentralização (LMAD) a responsabilidade pelo processo de conformação e regulamentação das diversas modalidades autonômicas ali previstas (CPEPB art. 271), o momento pós-Constituinte foi marcado pelas mobilizações de organizações como o Conamaq e Cidob, que buscaram garantir na nova lei as suas perspectivas de reterritorialização autonômica¹⁸.

Mas o teor do anteprojeto de LMAD enviado à Assembleia Plurinacional, pelos requisitos exigidos à condição de AIOC, trouxe novas frustrações sobretudo para aquelas organizações mais envolvidas com a reterritorialização na perspectiva autonômica indígena e descolonial. Entre as principais queixas estavam as exigências de densidade populacional mínima e continuidade territorial, o que tornava o acesso à autonomia algo praticamente inviável aos povos das terras baixas (articulados em torno do Cidob) e aos comunários dos *allus* e *markas* das terras altas (região de influência do Conamaq). A consequência foi que o recém-nascido Estado Plurinacional se viu palco da primeira marcha indígena do período, a VIIª Marcha Indígena, organizada pela Cidob, e alvo de acusações do governo Evo, de ser financiada pela *United States Agency for International Development* (Usaid)¹⁹.

Imediatamente a marcha ganhou o anúncio de adesão do Conamaq, que naquele momento afirmava também o seu repúdio aos termos do Anteprojeto LMAD²⁰, por motivos semelhantes aos já colocados pela Cidob.

Apesar da indisposição do governo central, a marcha logrou algum resultado:

Entre el 21 de junio y el 27 de julio de 2010 partieron de Trinidad y llegaron a la localidad de Guarayos (Santa Cruz). En ese municipio negociaron con las autoridades nacionales. En ese momento, el gobierno accedió al pedido indígena e hizo más blando el requisito poblacional para las TCO. En un principio, la propuesta establecía que los territorios, para postular a la

¹⁷ Tal previsão implica na possibilidade da existência tanto de municípios (art.294, II e 303, I) quanto de regiões IOC's (arts. 205, I e 303, II).

¹⁸ Vide Propuesta Normativa de Conamaq. Anteproyecto de Ley Marco de Autonomías y Descentralización. “*Reconstitución Territorial, Organización y Ordenamiento de las Autonomías Originarias Afrobolivianas*”. Oruro, 8.Abril.2010. Disponível em: <[http://cejis.org/web-version-2012/sites/default/files/Ley_Autonomia_Conamaq\[1\].pdf](http://cejis.org/web-version-2012/sites/default/files/Ley_Autonomia_Conamaq[1].pdf)>.

¹⁹ EL DEBER. “*Marcha indígena continúa y Evo advierte a Usaid*”. La Paz, 23.Jun.2010. Surgia aí a estratégia crescente de desqualificação das atitudes críticas do movimento indígena – especialmente Cidob e Conamaq – caracterizando-o como manipulado pela direita *cruceña* e pelos interesses norteamericanos através da Usaid.

²⁰ ANF. “*El Conamaq rechaza la Ley Marco de Autonomías*”. La Paz, 23.Jun.2010.

*autonomía, debían cobijar a 3.000 habitantes y tras el convenio el tope bajó a 1.000 pobladores*²¹.

Apesar dos pontuais recuos do governo em algumas exigências constantes no anteprojeto, a questão de fundo, relativa ao caráter restritivo dado aos conceitos constitucionalizados de autonomia / autodeterminação e seus efeitos operativos, não foi objeto de modificações, mantendo assim a insatisfação daquelas organizações.

Finalmente promulgada em 19 de julho de 2010, a LMAD, também denominada Lei “Andrés Ibáñez”²² passou a regulamentar as três modalidades de acesso à condição de Autonomia Indígena Originário Campesina constitucionalmente previstas (CPEPB arts. 44 e 291, D): via Território Indígena Originário Campesino (TIOC), via conversão de município em AIOC e via regional. Por sua importância e grau de incidência, faço aqui algumas breves considerações em torno da situação das duas primeiras modalidades.

Conforme a ONG Fundación Tierra (FT), a via municipal foi pensada “*como un mecanismo por el que las amplias mayorías de aymaras y quechuas de altiplano y valles pudieran acceder a la AIOC desde la configuración municipal existente*”²³. Albó e Romero nos dão conta de que 240 ou 73% dos 327 municípios bolivianos, ou seja, a grande maioria, possuiriam o perfil de acesso à autonomia originário campesina por esta via específica²⁴. Contudo, conforme pude apurar em dados obtidos a partir da imprensa e relatórios de instituições governamentais e não-governamentais, o acesso à AIOC pela via municipal tem sido marcado pela lentidão e baixa quantidade de solicitações, computando-se até o momento apenas 14 municípios em processo de conversão²⁵.

²¹ NUESTRA TIERRA. “**Diversos obstáculos impiden el avance de las AIOC en Bolivia**”. Periódico mensual para el área rural - Edición Especial, Septiembre 2012, Año 3, nº 9.

²² **Lei n.º 031, de 19 de julho de 2010** – Lei Marco de Autonomías y Descentralización (LMAD).

²³ NUESTRA TIERRA. “**Los requisitos y procedimientos traban la autonomía indígena**”. Fundación Tierra. Periódico mensual para el área rural – Ed. Especial. La Paz, Sep. 2012, Año 3 Nº 9, p.4.

²⁴ Segundo os autores, dos 327 municípios existentes na Bolívia em outubro de 2008, 187, ou seja, 57% (quase todos rurais e situados na região andina), eram marcadamente IOC devido à sua condição identitária e linguística e, portanto, em condições de alçarem à condição autônômica. Ao mesmo tempo, 53 municípios ou 16% do total, incluindo 23 municípios das terras baixas, pelo fato de terem a maioria de sua população auto identificada originária, embora com baixos índices de falantes das respectivas línguas maternas, teriam também o perfil necessário para a adoção da condição autônômica IOC. Cf. ALBÓ, Xavier e ROMERO, Carlos. **Autonomías Indígenas en la Realidad Boliviana y su Nueva Constitución**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2009, p.89.

²⁵ Segundo o Servicio Estatal de Autonomías (SEA), órgão do Ministerio de Autonomías, com dados da Dirección General de Autonomías Indígenas Originario Campesinas (DGAIOC), do mesmo Ministério, em junho de 2013 estavam em processo de conversão em AIOC os municípios de Mojocoya, Tarabuco e Huacaya (Depto. de Chuquisaca), Jesús de Machaca e Charazani (Depto. de La Paz), Marka Pampa Aullagas, San Pedro de Totora, Uru Chipaya e Salinas de Garci Mendoza (Depto. de Oruro), Charagua (Depto. de Santa Cruz) e Chayanta (Depto. de Potosí). Notícias posteriores dão conta também de outros dois pedidos de conversão, feitos pelos municípios de Machareti (Chuquisaca), e Gutiérrez (Santa Cruz), totalizando assim

Quanto ao uso da via territorial, a situação parece ainda mais desalentadora. Sua inclusão na CPEPB, também conforme aquela ONG, “*fue una propuesta de los pueblos indígenas de tierras bajas afiliados a la Cidob, en el intento de unir los límites de la propiedad de la tierra (TCO-TIOC) con la jurisdicción administrativa y el autogobierno (AIOC)*”²⁶. Na previsão de Albó e Romero, enquanto o acesso à Autonomia IOC pela via municipal poderia oferecer maiores chances de concretização para os povos Quechua e Aymara, predominantes nas terras altas, o uso da via TCO ofereceria “*en cambio, más posibilidades para las naciones y pueblos indígenas minoritarios de las tierras bajas*”²⁷. Contudo, conforme uma avaliação mais atual, esta via tem se demonstrado “*bastante más complicada y con muchas demandas que alargan su tramitación en el tiempo*”²⁸.

Conforme os autores existiam na Bolívia também em outubro de 2008, entre tituladas e em processo de titulação, um total de 203 TCO’s, das quais 143 nas terras altas e 60 nas terras baixas²⁹. Ocorre que, como pude verificar, daquelas 203 TCO’s tituladas ou em titulação apenas oito já formalizaram a solicitação do uso desta via de acesso à condição de AIOC³⁰.

Considerando o histórico de lutas autônomicas dos povos indígenas e as históricas possibilidades trazidas pelo Texto Constitucional Plurinacional de 2009, tal situação não deixa de ser desconcertante. Além disso, a lentidão do processo é ainda mais marcante quando se considera a importância numérica das TCO’s, ou o peso da presença indígena nos municípios. Como explicar o baixo índice de demandas pelos processos autônomicos, agora previstos constitucionalmente e regulados na legislação infraconstitucional?

treze municípios em processo de conversão, dos 240 com condições de se transformarem em AIOC (Cf. “**Vargas: 12 pueblos indígenas trabajan su estatuto autonómico**”. ABI, La Paz, 16 de Enero de 2014; VALDEZ, Miguel. “**Municipio de Gutiérrez avanza hacia la Autonomía Indígena**”. Cípc Cordillera, 04 Sep. 2013.)

²⁶ NUESTRA TIERRA. “**Los requisitos y procedimientos...**”. *Op. Cit.*, p.4.

²⁷ ALBÓ, Xavier e ROMERO, Carlos. **Autonomías Indígenas...** *Op. Cit.*, p.89.

²⁸ NUESTRA TIERRA. “**Los requisitos y procedimientos traban la autonomía...**”. *Op. Cit.*, p.4. Baseado na concepção da territorialidade ancestral das identidades coletivas pré-coloniais, os TIOC’s emergiram na Constituição Plurinacional tendo como antecedente legal a titulação coletiva da terra pela via das Terras Comunitárias de Origem (TCO’s), figura jurídica criada em 1996 como reação do governo à IIª Marcha liderada pela Cidob em sua luta pelo reconhecimento dos territórios indígenas (*vide* tópico 2.2.1). Ao reconhecer os TIOC’s em 2009, a Constituição dispôs que o acesso à Autonomia IOC teria por base as Terras Comunitárias TCO’s, que deveriam ser administrativamente convertidas à nova categoria TIOC (CPEPB, art.293 e Disposição Transitória Sétima), o que veio a ser possível a partir do Decreto Supremo n.º 727, de 06 de dezembro de 2010. Contudo, nos termos do Decreto a conversão operaria apenas sobre as terras já tituladas como TCO’s, dependendo as demais de procedimento específico junto ao INRA.

²⁹ ALBÓ, Xavier e ROMERO, Carlos. **Autonomías Indígenas en la Realidad Boliviana y su Nueva Constitución**. La Paz: Vicepresidência del Estado Plurinacional, 2009, p.32.

³⁰ Territórios Jatun Ayllu Kirkiawi, Raqaypampa e Yurakaré (Depto. de Cochabamba), Marka Camata (Depto. de La Paz), Jatun Ayllu Yura (Depto. de Potosí), Lomerío e Monte Verde (Depto. de Santa Cruz), e Territ. Indígena Multiétnico (Depto. de Beni). *Vide* Tabela 8, Apêndice I.

Uma explicação recorrente na imprensa refere-se à lentidão do TCP no andamento do controle prévio de constitucionalidade dos projetos de Estatutos autonômicos baseados nos TIOCs, e na conversão de municípios³¹. Entre os casos mais emblemáticos estariam os dos municípios de Totorá Marka e Charagua, cujos projetos estatutários aguardaram apreciação por mais de um ano³². Para representantes de ONGs e lideranças das comunidades e organizações, esta lentidão estaria desanimando as comunidades com processo em andamento e desestimulando novos pedidos de acesso à condição autonômica, além de por em risco a realização dos referendos finais antes das eleições municipais de 2015. Creio contudo que embora o problema seja real não se trate exatamente da causa do problema apontado, mas o reflexo da necessidade de melhor aparelhamento do órgão. Recentemente Ruddy Flores, atual Presidente do Tribunal, apontando como causa da demora o “*elevado número de artículos*” em cada documento, parece ter reconhecido a necessidade de mais celeridade, anunciando para tal vários ajustes na estrutura do TCP a partir de 2014³³.

Outra causa recorrentemente mencionada tem sido a dificuldade dos povos e nações em atingir alguns dos critérios exigidos pela LMAD, especialmente os relativos à densidade populacional mínima por território, que são de 10 mil habs para as terras altas e mil para as terras baixas (LMAD, arts. 56 e 58)³⁴, e a exigência de contiguidade territorial. São critérios que afetam principalmente a via territorial dos TIOC’s e as pretensões autonômicas dos povos das terras baixas, justamente aqueles que mais apostavam naquela via. Segundo a FT, naquela região “*el 50% de los TIOC no cumplen con el requisito de población (mayor de 1.000*

³¹ Vide entre outros, “Lentitud del TCP”. LA RAZON, Editorial.29.Oct.2013; “**Advierten sobre fracaso de autonomías indígenas**”. FUNDACIÓN TIERRA, 01.Nov.2013; “**Advierten riesgos en vigencia de las autonomías indígenas**”. PÁGINA SIETE, 02.Nov.2013; “**Indígenas ven obstáculos en elección de autoridades**”. ARELLANO, C., Los Tiempos, 30.Nov.2013; “**Conaioc propone aprobar los estatutos constitucionalizados por normas y procedimientos propios**”. VILLAGOMEZ, F., Cipca, 13.Dic. 2013.

³² As queixas referem-se também à demora do Tribunal Constitucional em tornar públicas as declaratórias de constitucionalidade naqueles dois casos. Para o politólogo e ex presidente da Corte Nacional Eleitoral da Bolívia (2008-2009) José Luis Exeni, “...lo que me parece más grave es que la sentencia se emite el 27 de junio, pero recién el 19 de septiembre se la da a conocer. ¿Por qué? Se han tomado tres meses en comunicar el fallo. Esta es una pregunta que nos deberíamos hacer: O hay un serio problema interno de comunicación en el TCP, o hay una decisión explícita de dilatar el proceso”. ERBOL – Educación Radiofónica de Bolívia. “**Advierten sobre fracaso de autonomías indígenas**” La Paz, 01.nov.2013.

³³ ARELLANO, César. “**Indígenas ven obstáculos en elección de autoridades**”. Los Tiempos. Cochabamba, 30. Nov. 2013.

³⁴ Segundo o periódico Los Tiempos, a justificativa dada por Alejandro Vargas, Diretor-Geral de Autonomias Indígena Originário Campesina do Ministério da Autonomia, seria a de assim se evitar os problemas existentes “*con los municipios que no tienen población y por ende recursos para su desarrollo*”. Isso me parece demonstrar claramente as lógicas distintas postas em questão neste processo, onde o Estado, também aqui, no plano Plurinacional, tem o poder decisório e se impõe numa posição hierárquica e verticalizada. Enquanto a pretensão dos indígenas é o respeito do Estado à sua condição autonômica, a lógica do Estado é a de controle de recursos e “desenvolvimento”. ARELLANO, César. “**Indígenas ven obstáculos en elección de autoridades**”. *Op. Cit.*

habitantes); el 70% de los TIOC son discontinuos como resultado del saneamiento y en algunos casos existen territorios que no cumplen ninguno de los dos requisitos”³⁵.

Também a exigência de titulação dos territórios estaria configurando outra dificuldade. Ainda segundo a FT, “hasta el 2011, el 80% de los TIOC de tierras bajas seguían en proceso de saneamiento”, e “si no disponen del título no pueden conformar autonomías indígenas vía territorio”, situação que levaria a crer que para os povos das terras baixas a única alternativa “son los Distritos Municipales Indígenas (DMI), posibilidad que los pueblos IOC ya tenían antes de la Constitución de 2009 y la LMAD”³⁶.

Mas as terras altas também não estariam a salvo dos entraves. Ainda conforme a FT, “de los 135 territorios indígenas originarios campesinos de tierras altas, tan sólo 20 (15% del total) cumplen con los requisitos poblacionales y continuidad territorial para la autonomía indígena”. Enquanto a exigência de continuidade territorial desconsidera características culturais ou o processo de desterritorialização vivido, o critério de densidade populacional mínima desconsidera visivelmente o fenômeno migratório levado a cabo desde os anos 1970³⁷. Por tais motivos a FT avalia que o governo atual age “continuando con conceptos ‘occidentales y coloniales’”, de que “no pueden existir unidades territoriales discontinuas, pese a la realidad de los pueblos indígenas que tienen esa característica” E pergunta: ¿dónde está la descolonización?”³⁸.

É certo também que boa parte das causas da lentidão e do baixo índice de procura pela AIOC esteja no emaranhado normativo que rege a questão, a grande quantidade de etapas e o infindável leque de requisitos e itens documentais requeridos. Como se pode observar nas normas que incidem sobre as duas vias mais básicas de acesso à AIOC (os TIOC’s e a via municipal)³⁹, o fato de se tratarem de processos envolvendo autonomias IOC’s em nada torna mais fácil o percurso a ser trilhado pelas comunidades na realização de seus objetivos autonômicos. Como observa o periódico da FT, a LMAD “Impone demasiados requisitos y

³⁵ NUESTRA TIERRA. “Las autonomías indígenas por la vía territorial están bloqueadas”. Fundación Tierra. Periódico mensual para el área rural – Ed. Especial. La Paz, Sep.2012, Año 3 n° 9, p.12.

³⁶ NUESTRA TIERRA. “Las autonomías indígenas por la vía territorial...”. *Op. Cit.*, p.12.

³⁷ É o que se pode ver, por exemplo, no documento emitido pelo **XXIV Mara Tantachawi** (cúpula deliberativa máxima) do **Suyu Jach’a Karangas** (Município de San Pedro de Totora), realizado de 19 a 21 de Junho de 2010, onde “Se rechaza, que 10 mil habitantes sea la base para la conformación de la Autonomía Originaria en tierras altas, ya que el mismo por consecuencia de la migración nuestras marcas son afectadas y inviabilizara la consolidación de la autonomía originaria”. Disponível em: <http://jachacarangas.blogspot.com.br/2010_06_01_archive.html>.

³⁸ NUESTRA TIERRA. “Las autonomías indígenas por la vía territorial...”. *Op. Cit.*, p.12.

³⁹ Vide Tabela 5 (apêndice F).

largos procedimientos para conformar las AIOC, en comparación con la creación de otras entidades territoriales”⁴⁰.

Ainda em 2009, já na vigência da nova Constituição, o Decreto Supremo n.º 231⁴¹, em cumprimento à Lei de Regime Eleitoral Transitório, inseriu nas eleições gerais de dezembro daquele ano a possibilidade de *referendum* de conversão de municípios em Autonomias IOCs. Na ocasião, 18 dos diversos municípios majoritariamente indígenas inscreveram-se para a

⁴⁰ NUESTRA TIERRA. “**Los requisitos y procedimientos traban la autonomía...**”. *Op. Cit*, p.4. Para cada uma das modalidades de acesso à AIOC, a LMAD estabelece pelo menos seis etapas a serem cumpridas pelas nações e povos IOC a fim de atingirem a condição autonômica. De uma **etapa prévia de verificação de requisitos** (comprovação de território ancestral atualmente habitado, comprovação de viabilidade governativa e densidade populacional mínima), segue-se a **segunda etapa**, que é a de **consulta ou referendo local sobre o acesso à AIOC** sob supervisão do Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP) e sob condições previstas pela Lei do Regime Eleitoral (LRE). Vem então uma **terceira etapa**, de **elaboração dos Estatutos**, iniciada com a constituição do respectivo Órgão Deliberativo (OD) – também sob supervisão do OEP –, que ficará responsável por sua elaboração. Antes de tudo, porém, o OD deverá elaborar um Regimento de debates e Plano de Trabalho, se submeter a um ciclo de capacitação e se dividir em comissões por eixos temáticos. Os conteúdos dos Estatutos são previamente definidos pela LMAD (art. 62), e se dividem em conteúdos comuns a todas as formas de autonomia e conteúdos mínimos específicos para as AIOC. Ao todo cerca de 19 itens deverão formar os conteúdos estatutários, não sendo à toa a observação do presidente do TCP, de Estatutos com “elevado número de artículos”. No trabalho propriamente dito de elaboração dos Estatutos, que deverão ser aprovados por dois terços do total de componentes do OD, elabora-se o primeiro rascunho, que depois é socializado com a comunidade, e são feitos os necessários ajustes técnicos e jurídicos, e ajustes e compatibilização com a Constituição e a LMAD. Isso feito, passa-se à etapa de elaboração da versão final do Estatuto, que é novamente socializado junto à comunidade. O projeto de estatuto é então submetido à aprovação “*en grande*” pelo OD, e depois à aprovação “*en detalle*” pelo mesmo OD. Tem início agora a **quarta etapa** do processo (LMAD, art. 53), que consiste no **controle prévio de constitucionalidade** do projeto de Estatutos pelo TCP. O OD faz o envio do projeto ao TCP, que pronuncia-se sobre a constitucionalidade ou não do que fora aprovado pelo OD. Havendo necessidade de alterações, o TCP devolve o projeto ao OD, que deverá providenciar as correções indicadas pelo Tribunal. Consideradas satisfeitas todas as condições e requisitos constitucionais, o TCP emite uma Declaração de Constitucionalidade dos Estatutos. Vem a **quinta etapa**, de submissão dos Estatutos a **Referendo aprobatorio** pela comunidade. De posse da Declaração de Constitucionalidade emitida pelo TC, o OD dirige-se ao OEP solicitando a convocatória do referendo (LMAD, art. 54, I e II), o que deverá ocorrer segundo o Padrão Eleitoral definido pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), com participação de 2 membros da nação ou povo indígena IOC local e de representantes dos não-indígenas ali residentes e inscritas nos assentos eleitorais correspondentes (LMAD, art. 54, III), sob administração do Tribunal Eleitoral Departamental (LMAD, art.54, V) no prazo de 120 dias a partir da Convocatória (LMAD, art. 54, V) e com efeitos vinculantes para o conjunto da população do território ou município (LMAD, art. 54, III). A **sexta e última etapa** é a de **conformação dos governos IOC autônomos**, o que deve ocorrer segundo os prazos e procedimentos estatutariamente previstos, sob supervisão do OEP e tendo as suas autoridades próprias submetidas à acreditação pelo OEP (LMAD, art.55, I).

⁴¹ BOLIVIA. Presidência da República. **Decreto Supremo n.º 231, de 02 de agosto de 2009**. Establece los requisitos y procedimientos para la convocatoria y realización de referendo municipal de consulta para adoptar la condición de Autonomías IOC, a realizarse el 6.dic.2009.

consulta⁴². Entretanto, segundo Wilfredo Plata, apenas 12 destes⁴³ foram declarados habilitados pelo órgão eleitoral à convocatória da consulta. Os demais⁴⁴ teriam sido excluídos ou “*porque no pudieron recabar el requisito del 10% de firmas del Padrón Electoral Municipal*”, ou porque “*no presentaron la Ordenanza Municipal emitida por su Concejo Municipal para la convocatoria*”, ou ainda porque “*se atrasaron en la presentación de los documentos en los plazos fijados por ley*”⁴⁵.

O certo é que dificuldades no cumprimento dos prazos e preenchimento das exigências para a constituição das AIOC estão presentes desde então, e não parecem ter sido minoradas com o advento da LMAD, muito pelo contrário. Tanto assim que dos 11 municípios⁴⁶ que naquele referendo optaram pela conversão à AIOC, até o momento nenhum conseguiu atingir o *status* autonômico, apenas cinco⁴⁷ conseguiram enviar os seus projetos estatutários ao controle de constitucionalidade do TCP, e destes apenas dois⁴⁸ lograram obter as respectivas declaratórias de constitucionalidade emitidas pelo Tribunal, mas sem terem ainda realizado os referendos aprovatórios de seus estatutos⁴⁹.

Quanto ao saldo atual do uso da via territorial, apenas dois⁵⁰ chegaram à fase de envio de seus estatutos ao TCP para controle prévio de constitucionalidade. Os seis restantes encontram-se ainda no início do procedimento. Embora não tenha podido conferir os dados sobre o início dos trâmites de cada caso⁵¹, é razoável supor que também aqui a tramitação ande a passos lentos. Segundo relato da ONG Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (Cipca), por exemplo, o processo de Raqaypampa – primeiro a ser enviado ao

⁴² Jesús de Machaca, Charazani e Inquisivi (Depto. de La Paz), Corque, Curahuara de Carangas, Turco, Salinas de Garci Mendoza, Pampa Aullagas, Chipaya, Santiago de Andamarca e Totorá (Depto. de Oruro), Mojocoya, Tarabuco e Huacaya (Depto. de Chuquisaca), Chayanta (Depto. de Potosí), Charagua, Lagunillas e Gutiérrez (Depto. de Santa Cruz). [cf. PLATA, Wilfredo. “**De Municipio a Autonomía Indígena. Los once municipios que transitan a la Autonomía Indígena Originaria Campesina**”. In: CHUMACERO R., Juan Pablo (Coord). *Reconfigurando Territorios. Reforma Agraria, Control Territorial y gobiernos indígenas en Bolivia*. Fundación Tierra. La Paz, 2010, p.251].

⁴³ Jesús de Machaca, Charazani, Curahuara de Carangas, Huacaya, Salinas de Garci Mendoza, Pampa Aullagas, Chipaya, Totorá, Mojocoya, Tarabuco, Chayanta, e Charagua (Cf. PLATA, Wilfredo, “**De Municipio a Autonomía...**”; *Op. Cit*, p.250.).

⁴⁴ Inquisivi, Corque, Santiago de Andamarca, Huacaya, Lagunillas e Gutiérrez.

⁴⁵ PLATA, Wilfredo, “**De Municipio a Autonomía Indígena...**”; *Op Cit*, p.250.

⁴⁶ Jesús de Machaca, Charazani, Huacaya, Salinas de Garci Mendoza, Pampa Aullagas, Chipaya, Totorá, Mojocoya, Tarabuco, Chayanta, e Charagua.

⁴⁷ Mojocoya, Chipaya, Pampa Aullagas, San Pedro de Totorá e Charagua Iyambae.

⁴⁸ San Pedro de Totorá (DCP 0009/2013 de 27.jun.2013) e Charagua (DCP 0013/2013 de 17. Jul.2013).

⁴⁹ Vide tabela 7 (Apêndice H).

⁵⁰ Lomerío e Raqaypampa.

⁵¹ Sintomaticamente não há, no portal do governo rede internet, um mecanismo de monitoramento público, e menos ainda em tempo real, do andamento daqueles procedimentos.

TCP, em dezembro de 2013 –, havia sido objeto de “*trâmites burocráticos por más de 4 años para cumplir los requisitos*”⁵².

Em razão do longo e penoso percurso imposto pela legislação infraconstitucional ao acesso à obtenção do estatuto autonômico, Teodoro Delgado, vice-presidente do órgão deliberativo de Totorá Marka, teria desabafado ao dizer que:

*hemos realizado mucho esfuerzo, tanto de parte de los miembros del órgano deliberativo como de las autoridades originarias; por ejemplo en la socialización en los nueve ayllus y 32 comunidades y ese sacrificio hasta ahora pareciera que es en vano y la gente siente cansancio*⁵³.

Mas para além da complexidade e das inúmeras exigências contidas no processo, entendo que há ainda uma outra ordem de dificuldades que merece ser considerada. Trata-se do visível choque entre as lógicas político-organizativas das comunidades IOC e a lógica jurídica formal e positivadora, aqui imposta pelo Estado através da LMAD. Um choque que pode ser observado em alguns aspectos que aqui menciono a título exemplificativo.

Primeiro, na própria exigência de “comprovação de território ancestral atualmente habitado” feita a todas as modalidades de acesso à Aioc (LMAD, art. 56), e necessidade de consequente certificação, delegada a uma das pastas ministeriais do Executivo, o Ministério de Autonomias⁵⁴. A exigência do certificado e sua concessão pelo próprio Estado boliviano vem sendo objeto de estranhamento tanto pelo Cidob quanto por comunidades ligadas ao Conamaq⁵⁵. Enquanto na lógica indígena a sua própria existência sobre o território, pública e notoriamente ocupado de modo prévio à própria formação do Estado boliviano, já seria

⁵² VILLAGOMEZ, Fredy. “**Conaioc propone aprobar ...**”. *Op.cit.*

⁵³ NUESTRA TIERRA. “**Los once municipios avanzan a pesar de las dificultades**”. Periódico mensual para el área rural - EDICIÓN ESPECIAL. Fundación Tierra. La Paz, Septiembre 2012, Año 3 N° 9, p. 6.

⁵⁴ O **Decreto Supremo n.º 802, de 23 de fevereiro de 2011**, modificando a estrutura organizativa do Ministério de Autonomias, outorgou ao Vice Ministério de Autonomias Indígena Originária Campesinas e Organização Territorial a tarefa de “*Certificar la territorialidad ancestral de los Territorios Indígena Originario Campesinos y Municipios, que tramiten su acceso a la Autonomía Indígena Originaria Campesina*” (art. 2.º, VI, 9). A exigência de certificação territorial vem sendo feita de acordo com a **Resolução n.º 091, de 5 de julho de 2012**, do Ministério de Autonomias.

⁵⁵ Em abril de 2013, por exemplo, durante seminário internacional “*Gestión territorial y autogobierno indígena*”, promovido por Cipca e FT, a Vice-presidente do Cidob, Nelly Romero, teria afirmado: “*no somos pues inquilinos, estamos viviendo en nuestro propio territorio, ahora curiosamente nos piden este requisito*” (Cf. ALER. “**Bolivia: ‘El Certificado de Ancestralidad, otra traba del Gobierno’ afirmó Nelly Romero**”. Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica. Quito, 29.Abr.2013.). Na mesma ocasião dizia o periódico La Razón que “*los comunarios de Jesús de Machaca expresaron que no era coherente que el Estado les de una certificación de ancestralidad, porque los pueblos indígenas existen con anterioridad a la conformación de Bolivia*”. Em resposta, técnicos do Ministério teriam afirmado que “*el certificado tiene el objetivo de verificar la existencia real de los pueblos y darles garantías y seguridad*” e que “*lo único que hacemos es verificar que ustedes sean los verdaderos pueblos, que no se inventen otros, ya hubo el caso*” (LA RAZON. “**El Estado no puede certificar ancestralidad**”. La Gaceta Jurídica. La Paz, 30.abril.2013.

comprovação mais do que suficiente, na lógica do Estado a necessidade de segurança jurídica tornaria imprescindível aquela certificação e a sua expedição por parte do próprio Estado.

O choque ocorre também na exigência de certificação de viabilidade governativa (LMAD, arts. 56, 57), igualmente a ser emitida pelo Ministério da Autonomia⁵⁶. Trata-se aqui da comprovação de que as instituições governativas próprias das comunidades de fato existem e possuem representatividade e funcionalidade. Inclui também a exigência de apresentação de um “plano territorial” demonstrativo da gestão do desenvolvimento territorial da comunidade segundo sua identidade e costumes. Soa no mínimo estranho, para um Estado que constitucionalmente reconhece a ancestralidade das formas próprias de autogoverno indígena e sua preexistência ao próprio Estado, a necessidade de tais instituições virem a comprovar a sua “viabilidade”. Caso fossem inviáveis, teriam sobrevivido e resistido a cinco séculos de intervenção colonizadora? Fica então a pergunta: viabilidade para quem e para quê?

Outro ponto de colisão entre a lógica indígena e a do Estado pode ser observado na exigência de estatutos escritos e com base num catálogo de quase vinte itens (LMAD, art.62). Tal exigência não parece se encaixar muito na ideia constitucionalmente contemplada de respeito às formas organizativas próprias daquelas nações e povos, estabelecidas na base da oralidade e da informalidade. Aqui vale destacar a observação feita no Projeto de Estatuto da AIOC de Raqaypampa, de que a proposta ali contida “*no está aún cerrada, ni nunca lo va a estar*” (Grifei). E por quê? Segundo a CRSUCIR,

*No sólo porque las comunidades de Raqaypampa aún están discutiendo su contenido, sino fundamentalmente porque la comunidad indígena no se rinde ante ningún texto escrito como la verdad fundamental. La verdad fundamental es la de la vida, y ningún texto escrito está por encima de la vida. El ejercicio de la soberanía del pueblo, y sobre todo en el caso de los pueblos indígenas pre-existentes a la colonia y a la república, no se rinde ante ningún texto sagrado, lo sagrado es la voluntad soberana del pueblo. Lo que define la realidad de un texto escrito es cuando el pueblo se pone en marcha y lo pone en práctica*⁵⁷ (Grifei.).

Dado que o art. 271 da CPEPB delega à LMAD a competência para regular o procedimento de elaboração dos estatutos autonômicos em geral, o que é feito através do art. 53, II da LMAD que determina o controle prévio de constitucionalidade dos projetos de estatutos autonômicos e cartas orgânicas em geral, os projetos estatutários das AIOCs têm sido

⁵⁶ Ministerio de Autonomías. “Reglamento para la Emisión de Certificación de Viabilidad Gubernativa y Verificación de Base Poblacional via TIOC”.

⁵⁷ CENTRAL REGIONAL SINDICAL ÚNICA DE CAMPESINOS INDÍGENAS DE RAQAYPAMPA (CRSUCIR). Estatuto de la Autonomía Indígena Originaria Campesina de Raqaypampa. Cochabamba, junho de 2009; p.4.

submetidos ao TCP, onde são analisados dispositivo por dispositivo, indicando o Tribunal, caso o entenda, aqueles a serem objeto de adequação pelos respectivos ODs⁵⁸.

A respeito do modo como o TCP vem desenvolvendo a tarefa de controle prévio dos Estatutos, é importante destacar a posição do Magistrado *Tata Cusi Mamani*. Ao debruçar-se sobre o controle prévio de constitucionalidade dos projetos de Estatutos Autônômicos IOC via conversão dos municípios de San Pedro de Totora (Totora Marka ou *Suyu Aymara de Jach'a Karangas*) e Charagua Iyambae, o *Tata Mamani* vem adotando posição divergente minoritária.

Seguindo a maioria no sentido de votar pela aprovação daqueles Estatutos, Mamani tem ressalvando, nas respectivas “*Aclaraciones de Voto*”⁵⁹, a sua dissidência em relação à questão de fundo que vê existente no julgamento dos casos. Embora o art.292 da Constituição estabeleça que “*cada autonomía indígena originario campesina elaborará su Estatuto, de acuerdo a sus normas y procedimientos propios, según la Constitución y la Ley*”, entende o magistrado que a chave de sua leitura esteja no art. 304, que inclui a elaboração do Estatuto como uma das competências exclusivas facultativamente atribuídas às AIOC: “*I. Las autonomías indígena originario campesinas **podrán** ejercer las siguientes competencias exclusivas: 1. Elaborar su Estatuto para el ejercicio de su autonomía conforme a la Constitución y la ley*” (Grifei).

Para o *Tata Mamani* a Constituição Plurinacional de 2009, reconhecendo a preexistência das nações e povos IOC ao Estado boliviano, bem como o seu direito à Autodeterminação, trata as Autonomias Indígena Originário Campesinas de modo diferenciado em relação às demais, dotando os seus Estatutos de caráter facultativo, e não obrigatório e muito menos na forma escrita:

*... la autonomía, que tiene su base en la autodeterminación de los pueblos indígenas y originarios, **no necesita de Estatutos para ejercerse**, y menos que los mismos tengan que estar escritos o deban ser reconocidos por **instituciones que aún perviven bajo la lógica colonial**. Por ende, la elaboración de los*

⁵⁸ Até o momento foram recebidos e concluídos os controles prévios dos projetos estatutários de Totora Marka e Charagua Iyambae. O primeiro teve doze dispositivos de seus 121 artigos declarados incompatíveis com o texto constitucional, sendo devolvidos ao respectivo OD para as adequações indicadas pala Corte (cf. **DCP 0009/2013** de 27.jun.2013. Disponível em: < http://cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=347 &Itemid=184 >.). O mesmo ocorreu com o projeto de Charagua, que teve mais de 22 dispositivos dos seus 101 artigos declarados incompatíveis (cf. **DCP 0013/2013** de 17.jul.2013. Disponível em: < http://cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=348&Itemid=184 >.).

⁵⁹ MAMANI, Magistrado Tata Gualberto Cusi. **Aclaración de Voto à DCP 0009/2013** de 27.jun.2013, sobre o Estatuto Autônômico IOC de Totora Marka. Sucre, 27.jun.2013. Disponível em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >; **Aclaración de Voto à DCP 0013/2013** de 17.jul.2013, sobre o Estatuto Autônômico IOC de Charagua. Sucre, 8.ago.2013. Disponível em: <<http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >.

*Estatutos no debe ser considerada como un requisito para el ejercicio de su Autonomía*⁶⁰ (Grifei.).

Assim, entende o magistrado que ao realizar o controle prévio de constitucionalidade dos estatutos das AIOC o TCP não deveria se restringir à realização do teste de constitucionalidade, mas

*pronunciar-se expresamente sobre los alcances de la autodeterminación de los pueblos indígenas originario campesinos, el carácter voluntario de la elaboración de los Estatutos Autonómicos indígenas y el respeto a la naturaleza, fundamentalmente oral, de sus normas y procedimientos*⁶¹.

Para o Magistrado *Tata Cusi Mamani*, a exigência de elaboração estatutária e escrita como condição de acesso ao *status* autonômico IOC não corresponde ao propósito do Constituinte Originário, de construção de um Estado plurinacional fundado na ruptura com o passado colonial. Tal exigência feita pelo LMAD às autonomias em geral não poderia portanto ser aplicada ao caso das autonomias indígena originário campesinas, sob pena de se manter em posição de subalternidade colonial as formas institucionais e organizativas próprias daqueles povos e nações, cuja existência é anterior à própria chegada dos conquistadores espanhóis.

Contudo, considero importante destacar também os votos de divergência da magistrada *Mónica Castaños* ao próprio controle prévio de constitucionalidade dos Estatutos AIOC pelo TCP⁶². Através daqueles dois julgados *Castaños* tem defendido a “*incompatibilidad del control previo de estatutos indígena originario campesinos con los derechos de los pueblos indígena originario campesinos*”, sob o fundamento de que tal controle nada mais é do que a indevida “*interferencia en la cultura de estos pueblos*”⁶³. Para a magistrada, a sujeição das AIOC às mesmas regras impostas pela LMAD às demais modalidades autonômicas (Departamentos, Municípios, Regiões) contraria toda a especificidade constitucionalmente reconhecida às AIOC, que vai do reconhecimento ao seu caráter de ancestralidade e preexistência ao Estado, bem como de sua livre-determinação e base cultural de suas institucionalidade. Assim, em sua interpretação os Estatutos das AIOC deveriam ser excluídos da apreciação prévia do teste de

⁶⁰ MAMANI, Magistrado *Tata Gualberto Cusi*. **Aclaración de Voto à DCP 0009/2013**, p.10.

⁶¹ MAMANI, Magistrado *Tata Gualberto Cusi*. **Aclaración de Voto à DCP 0009/2013**, p.2.

⁶² CASTAÑOS, Magistrada *M. Velásquez*. **Voto Particular Disidente à DCP 0009/2013** de 27.jun.2013, sobre o Estatuto Autonômico IOC de *Totora Marka*. Sucre, 27.jun.2013. Disponível em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >; **Voto Disidente à DCP 0013/2013** de 17.jul.2013, sobre o Estatuto Autonômico IOC de *Charagua*. Sucre, 8.ago.2013. Disponível em: < http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresol_conficha.php >.

⁶³ CASTAÑOS, Magistrada *M. Velásquez*. **Voto Disidente à DCP 0013/2013** de 17.jul.2013.

constitucionalidade pelo TCP, cuja incidência deveria ocorrer apenas diante de casos concretos de aplicação das normas indígenas.

Enfim, fica evidenciado o fato de que o TCP, apesar de sua composição pensada de modo a garantir a representação da diversidade IOC e assim a interculturalidade na compreensão dos fenômenos jurídicos⁶⁴, tem atuado majoritariamente ao largo da interpretação constitucional avançada que dele se esperava em matéria de alcances da autonomia indígena originário campesina.

Assim, creio poder afirmar que no caso do atual processo de construção do Estado Plurinacional da Bolívia, os obstáculos à autonomia indígena não podem ser atribuídos exatamente aos limites impostos pela LMAD e outros atos normativos infra-constitucionais, ou à lentidão do TCP na análise dos projetos estatutários das AIOC's. Os obstáculos à autonomia indígena originária estão ainda situados na lógica colonial que continua orientando as escolhas e decisões do Legislativo e das instituições governamentais, bem como as interpretações do Judiciário, em especial aquele encarregado do controle de constitucionalidade. Em outras palavras, os obstáculos à autonomia IOC constitucionalmente reconhecida revelam que a lógica da colonialidade do poder ainda orienta o Estado Boliviano, mesmo sob o manto de uma Constituição que declarou a ruptura com o passado colonial.

A desconsideração à autonomia de fato exercida pelas comunidades indígenas antes mesmo da formação do Estado Boliviano, mediante a imposição de critérios alheios às características culturais e à lógica das formas organizativas próprias dos povos e nações IOC, procuram fazer surgir autonomias domesticadas, capturadas pela lógica e pelas necessidades

⁶⁴ Conforme o resultado das controversas eleições judiciais de 16 de outubro de 2011, o Plenário do TCP é atualmente composto pelos Magistrados **Ruddy José Flores Monterrey** (Advogado e Diplomata), **Tata Gualberto Cusi Mamani** (aymara, Advogado e professor universitário, Malku na comunidade Jilatiti Qullana do Ayllu "Ch'ama", em Jesus de Machaca), **Efren Choque Capuma** (Advogado e Antropólogo especialista em direitos indígenas, professor universitário e Jilaqata Jach'a Qhamacha na comunidade de Escara), **Soraida Chánez Chiré** (Advogada auto-identificada de origem indígena originário campesina), **Mirtha Camacho Quiroga** (advogada penalista, mestre em direito constitucional e administrativo e professora universitária) **Neldy Virginia Andrade Martínez** (Advogada), **Lígia Mónica Velásquez Castaños** (Advogada, ex-coordenadora do Centro de Justicia y Derechos Humanos e Secretária Técnica da Comissão de Justiça da Asamblea Constituinte), **Blanca Isabel Alarcón Yampasi** (Advogada, Juíza e Vocal do Distrito Judicial de La Paz, Mestre em Direito Constitucional e Processual), **Zenón Hugo Bacarreza Morales** (Mestre em Direito Constitucional, Direito Processual Constitucional, e Direito Internacional e Justiça Constitucional, e Professor universitário), **Edith Vilma Oros Carrasco** (Mestre em Direito Internacional e Justiça Constitucional), **Macario Lahor Cortez Chávez** (Advogado auto identificado indígena originário campesino) e **Carmen Silvana Sandoval Landivar** (Advogada, Diplomata formada no Brasil pelo Instituto Rio Branco e ex-representante da Bolívia na ONU). Cf. < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/content/magdo-ruddy-jos%C3%A9-flores-monterrey> >.

do próprio Estado. Tal quadro configuraria uma situação de transição ou indicaria uma incompatibilidade insolúvel entre as exigências do Estado e as demandas autonômicas IOC?

Vejamos agora como a questão vem se processando no Equador.

4.1.2 Equador: Estado Plurinacional e reterritorialização autonômica através das “CTIs”

Durante os trabalhos constituintes a Conaie havia defendido o reconhecimento dos “Territórios Indígenas e Afroequatorianos” (Tia’s) como parte da divisão territorial básica do Estado, ao lado das paróquias, cantões e províncias (art.79)⁶⁵. Diferentemente das simples circunscrições territoriais indígenas e afroequatorianas previstas na Constituição de 1998 (art.224) e a serem criadas e dispostas em lei, os Tia’s constituiriam o reconhecimento constitucional de governos comunitários, administrados de forma colegiada por assembleias e autoridades indígenas ou afroequatorianas escolhidas conforme seus usos, costumes e direito próprio (art. 100), com decisões dotadas de efeito vinculante (art. 102) e possuidores de uma razoável lista de competências e responsabilidades (art.103), entre as quais as de organizar o governo “*mediante sus usos, costumbres y derecho propio, así como a la administración de sus bienes*”; e “*Ejercer autoridad y control territorial; la administración, gestión y ordenamiento territorial*” (art. 103, 1 e 8).

Contudo, diferentemente do proposto pela Conaie, a Carta de 2008 excluiu as “*circunscripciones territoriales indígenas y pluriculturales*” (CTI’s), da divisão territorial básica do Estado (formada pelas regiões, províncias, cantões e paróquias rurais⁶⁶), colocando-as sob o catálogo de “regimes especiais” – ao lado dos distritos metropolitanos autônomos⁶⁷ e da Província de Galápagos. Ao invés de reconhecidas como parte integrante da formação territorial plurinacional do Estado, tais circunscrições de regime especial foram então

⁶⁵ CONAIE. Constitución del Estado Plurinacional de la República del Ecuador. **Propuesta de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador**. Quito, octubre del 2007. Art.79.

⁶⁶ Estado unitário, o Equador divide-territorialmente em Regiões, Províncias, Cantões e Paróquias. As Regiões constituem unidades geográficas, conformadas por características naturais. São as regiões Amazônica, Serra, Costa e Insular. Cada Região encontra-se dividida em Províncias, unidades político-administrativas autônomas. A Região Insular é composta pela Província de Galápagos. A região da Costa é formada pelas Províncias de El Oro, Esmeraldas, Guayas, Los Ríos e Manabí. Na Região da Serra encontram-se as Províncias de Azuay, Bolívar, Cañar, Carchi, Chimborazo, Cotopaxi, Imbabura, Loja, Pichincha, Santo Domingo de los Tsachilas e Tungurahua. E na Região Oriental ou Amazônica, as Províncias de Morona Santiago, Napo, Orellana, Pastaza, Sucumbíos e Zamora Chinchipe. Quanto aos Cantões, consistem subdivisões político-administrativas das Províncias, dotadas de algum grau de autonomia política. Já as “Parroquias” constituem sub-divisões administrativas dos Cantões, assemelhando-se às unidades municipais dos Estados Federados. Conforme sua localização e conformação, podem ser rurais ou urbanas.

⁶⁷ Atualmente os Distritos de Quito (Capital) e Guayaquil.

submetidas à instituição facultativa, “*por razones de conservación ambiental, étnico-culturales o de población*” (art.242), sob condições dispostas em lei.

A Carta Equatoriana não dá maiores detalhes a respeito dessas circunscrições especiais, mas deixa claro que as denominadas “indígenas ou afroequatorianas”, que poderão ser criadas por motivo de preservação cultural (art. 60), deverão exercer as competências de “governo territorial autônomo”, ser regidas pelos princípios da interculturalidade e plurinacionalidade, e obedecer aos direitos coletivos, tendo dispostas em lei as suas normas de conformação, funcionamento e competências (art.257). O mesmo dispositivo prevê também a conversão a este regime daquelas unidades administrativo-territoriais (paróquias, cantões ou províncias) cuja população seja composta majoritariamente por indígenas, afroequatorianos, montubios ou ancestrais, o que dependerá de consulta aprovada pelo menos por dois terços dos votos válidos das unidades correspondentes. Prevê também a possibilidade de duas ou mais circunscrições indígenas ou pluriculturais virem a integrar-se, formando nova circunscrição especial.

Como observa a antropóloga equatoriana Larrea Maldonado, ao manter a divisão político-territorial do Estado equatoriano em províncias, cantões e paróquias rurais, e a elas subordinar a criação das circunscrições territoriais indígenas, a Constituição Plurinacional de 2008 incorre num contrassenso. Para a autora,

*La actual división política administrativa es el resultado del proceso colonial que dividió a varios pueblos con fronteras total y absolutamente artificiales. Una de las dimensiones más importantes del planteamiento del Estado Plurinacional, es la descolonización de nuestras sociedades. **El poner como condición para la creación de las circunscripciones territoriales indígenas el acoplarse a la actual división política administrativa del estado perpetúa el neo-colonialismo** y no brinda condiciones para superarlo⁶⁸. (Grifei)*

E lembra que aqueles limites político-administrativos foram historicamente fixados pelo Estado em absoluta desconsideração aos limites territoriais de grande parte dos povos indígenas equatorianos, fazendo com que hoje estes estejam recortados pelos limites territoriais provinciais, paroquiais, cantonais e municipais.

Como observa Pablo Ortiz, se por um lado a nova Carta Constitucional Equatoriana garante a possibilidade de criação das circunscrições territoriais indígenas, por outro deixa passar por alto “*los regímenes territoriales ancestrales realmente existentes*”, além de impor condições ao seu reconhecimento⁶⁹. Assim, para que se constituam as CTIs, se requer que “*Las*

⁶⁸ MALDONADO, Ana M. Larrea. “Territórios y Autonomías en la Nueva Constitución”. In: Alberto ACOSTA *et alli*. *Entre el Quiebre y la Realidad. Constitución 2008*. Quito: Ed. Abya Yala, 2008., pp.96-97.

⁶⁹ “El estado actual de las autonomías indígenas en América Latina”. Disponível em: < <http://www.kas.de/ppi/es/publications/33050/> >.

parroquias, cantones o provincias conformados mayoritariamente por comunidades, pueblos o nacionalidades indígenas, afroecuatorianos, montubios o ancestrales” procedam à consulta que deverá resultar em aprovação por dois terços dos votos válidos (art.257).

O tratamento infraconstitucional das CTI's veio em outubro de 2010 com a aprovação e promulgação do Código Orgânico de Organização Territorial, Autonomia e Descentralização (Cootad)⁷⁰, considerado uma das normas infraconstitucionais estratégicas ao processo de reconstrução do Estado equatoriano em bases plurinacionais e interculturais.

Como no caso boliviano da LMAD, desde a sua elaboração o Cootad tem gerado tensões entre o movimento indígena e as bases governistas no Legislativo. Mas tais tensões ocorrem também entre as próprias lideranças e organizações indígenas.

Segundo Orbe, durante a mesa de diálogo entre governo e Conaie a respeito do tema das CTIs no projeto de Cootad, uma das principais divergências localizou-se na visão a respeito da conformação das CTIs. A interpretação do governo, com base unicamente no art. 257 da Carta Plurinacional, reduzindo a CTI à unidade correspondente às paróquias rurais, cantões e províncias habitados majoritariamente por indígenas, implicava em incluir na consulta os habitantes não-indígenas dos respectivos níveis territoriais. Por outro lado a Conaie, numa interpretação que privilegiava o Capítulo constitucional relativo aos direitos das Comunidades, Povos e Nacionalidades indígenas, defendia a concepção de CTI conformada unicamente por aquelas nacionalidades e povos, e como limites territoriais os seus territórios ancestrais⁷¹.

Já no que diz respeito às organizações indígenas, não chegaram a formular um posicionamento único frente à sua tramitação e conteúdo⁷², principalmente no tocante à consulta pré-legislativa das comunidades⁷³ para a regulamentação das CTI's. Insatisfeita com a não realização de consulta específica por parte do Legislativo, a Conaie teria chegado,

⁷⁰ EQUADOR. Presidencia de la República. **Código Orgánico de Organización Territorial, Autonomía y Descentralización**. Suplemento. Registro Oficial nº 303. Public: Martes 19.Oct.2010.

⁷¹ ORBE, Rodrigo Trujillo. “**El Derecho de las Nacionalidades y Pueblos a conformar circunscripciones Territoriales Indígenas (CTIs)**”. Equipo Jurídico INREDH, 16.Jun.2010.

⁷² Fato já observado por Ospina Peralta em relação à lei regulamentadora das Circunscrições territoriais indígenas previstas pela Constituição de 1998, mas nunca elaborada, em parte devido à “*dificultad interna que las organizaciones indígenas tienen para llegar a un acuerdo sobre un texto único*”, sintetizador da “*variedad de situaciones locales em las que se expresa la autonomía de facto y sus aspiraciones de autogobierno*” (cf. PERALTA, Pablo Ospina. “**Estado Plurinacional y autogobierno territorial, demandas indígenas en Ecuador**”. In: Miguel GONZÁLEZ *et all* (Coords). *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Quito: Flacso: GTZ: IWGIA: CIESAS: UNICH, 2010, pp. 201-218.

⁷³ Como observarei mais adiante, a consulta pré-legislativa prevista na Constituição de 2008 (art.57, n.º17) constitui um dos avanços do nova Carta Equatoriana no sentido do reconhecimento do direito de consulta prévia previsto na Convenção 169 da OIT e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas.

segundo a imprensa equatoriana, a apontar o Código como “inconstitucional”⁷⁴, por ter se limitado apenas ao “diálogo informal” com alguns membros da organização. Já outra notícia dava conta de que no ano anterior Nelson Calapucha, um dirigente da Confeniae, dando-se por satisfeito com o diálogo estabelecido pela Comissão correspondente da Assembléia Legislativa⁷⁵, teria afirmado, ao contrário, que “*no necesitamos a la consulta pre-legislativa, eso ya está consensuado, ya está hecho*”⁷⁶.

Esta aparente divergência entre as organizações indígenas andinas e amazônicas em torno das CTI's no Cootad parece se confirmar mais ainda em relação às implicações de sua implantação. Enquanto a direção da Confeniae (hoje Gonoae), vê o processo com esperança, as lideranças da região andina o vêem com preocupação. Por exemplo, Alfredo Viteri, de Gonoae teria afirmado durante a constituição da CTI de Pastaza que “*construir los CTIs es sepultar al Estado colonial*”⁷⁷. De modo contrário, Delfin Tenesaca, Presidente da Equarunari, diz temer que o processo de escolha das autoridades das CTIs possa ser capturado por interesses político-partidários governistas, pondo em risco as estruturas organizativas indígenas. Por isso, afirmou a importância de o movimento continuar o seu trabalho junto às comunidades, “*para construir un Estado plurinacional desde sus comunidades y costumbres y no desde la óptica del oficialismo*”⁷⁸. Já Humberto Cholango, ao receber o bastão de mando da Conaie em maio de 2011, externou a preocupação de que as CTIs venham a ser “*una trampa que nos conviertan en reservas indígenas, como ocurre en los Estados Unidos*”. Ao invés disso, explica que na perspectiva da construção do Estado Plurinacional, “*queremos territorios donde nuestros pueblos tengan la capacidad de autodeterminarse y sobre todo relacionarse verdaderamente desde sus propios gobiernos con el estado Ecuatoriano*”⁷⁹.

Segundo Kingman, a divergência entre, de um lado, a direção da Conaie e sua filial Equarunari e do outro a de Confeniae, refletiria as distintas experiências históricas vivenciadas pelos povos e nacionalidades da serra e da amazônia, algo que já era visível desde a

⁷⁴ HOY. “**Asamblea aprueba 735 artículos en 50 minutos**”. Quito, 12.Ago.2010.

⁷⁵ Trata-se da “Comisión Especializada Permanente de Gobiernos Autónomos, Descentralización, Competencias y Organización del Territorio”, presidida pelo Deputado Virgílio Fernandez e formada pelos “asambleístas” Paco Moncayo, Diana Atamaint, Mary Verduga, Paola Pabón, Guillermina Cruz, Paco Fierro y Virgilio Hernández.

⁷⁶ LA HORA. “**Asambleístas y delegados indígenas pulirán textos de las Circunscripciones Territoriales**”. Quito, 27.Jul.2010.

⁷⁷ NOTIAMAZONIA. “**Nacionalidades Indígenas avanzan a la concreción de los CTIs**”. Puyo, 23.Dic. 2010.

⁷⁸ EL UNIVERSO. “**Circunscripciones de Cootad suman reparos en indígenas**”. Quito, 13.Ago.2010.

⁷⁹ MINGA INFORMATIVA DE MOVIMIENTOS SOCIALES. “**Humberto Cholango asume gobierno de la CONAIE y llama a la unidad por construir un estado para todos los ecuatorianos y ecuatorianos**”. 19. maio.2011. Disponível em: <http://www.movimientos.org/es/enlacei/show_text.php3%3Fkey%3D19330>.

Constituição de 1998. Para o autor, mais do que o grau de confiança ou desconfiança no processo, a questão estaria na avaliação da importância estratégica do projeto de reterritorialização autonômica através das CTIs. Enquanto Conaie e Ecuarunari teriam optado pela priorização das lutas em torno dos espaços de participação política no interior do Estado, mantendo-se afastadas do aprofundamento da discussão em torno das Circunscrições Territoriais, na Amazônia a Confeniae teria assumido a questão com mais ênfase e profundidade⁸⁰. Esta análise do sociólogo equatoriano poderia explicar o fato de os processos de constituição das CTIs estarem até o momento concentrados na região amazônica.

Ao final, o tratamento dado às CTIs no Cootad, mantendo a interpretação baseada no art. 242 da Constituição, veio a garantir a possibilidade de que as paróquias rurais, cantões e até mesmo províncias possam adquirir aquele *status* do regime especial, desde que conformadas por população majoritariamente indígena e de acordo com deliberação por dois terços, em referendo organizado pelo Conselho Nacional Eleitoral.

Para a direção da *Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo* (Senplades), órgão encarregado de coordenar o projeto de descentralização,

*La relevancia de las CT viene dada por la posibilidad formal que tienen los grupos étnicos ecuatorianos, en ejercicio de su libre determinación, para constituir un territorio en el que sus propias autoridades sean las garantes de los principios de plurinacionalidad e interculturalidad y, además, velen por el respeto a los derechos colectivos, en especial el de mantener la posesión e imprescriptibilidad de sus tierras y territorios ancestrales y preservar sin condicionamientos su identidad, tradiciones y formas de organización social; pero sin perder de vista la vigencia del principio de unidad territorial*⁸¹.

Mas até que ponto a experiência de constituição das CTIs, nos termos em que restaram definidas no novo Texto Constitucional e no Cootad, representa, de fato, a perspectiva de um resgate verdadeiramente autonômico dos povos e nacionalidades indígenas equatorianos, como algo que representa efetivamente o cumprimento da construção de um Estado Plurinacional pautado no horizonte da descolonialidade? Não estaria o modelo de autonomia indígena implantado a partir daquelas circunscrições territoriais, reproduzindo de algum modo a velha

⁸⁰ KINGMAN, Santiago. “**Entre la asimilación y la diferencia: la Asamblea Constituyente y los territorios indígenas**”. Iconos. Revista de Ciencias Sociales, n.º 32, Quito, septiembre 2008, pp. 25-29. Também Ortiz assinala que, com a emergência do Pachakutik, teria havido um “*giro estratégico*” nas posturas da CONAIE, ficando “*relegadas a un segundo plano las aspiraciones planteadas en la primera década de los años noventa*” (Cf. ORTIZ-T., Pablo. “**Entre la cooptación y la ruptura...**”. *Op. Cit.*, p.485.).

⁸¹ TAMAYO, Gustavo Adolfo Bedón, e TERÁN, Germán Roberto Guerra. “**Nuevo modelo de descentralización en el Ecuador a partir de la Constitución del 2008**”. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia, 30 oct. - 2 Nov. 2012, p.3.

fórmula colonial dos “*cabildos*” indígenas característicos das “*duas repúblicas*”, que “*favoreció a una sociedad segregacionista y racista*”, que “*desde la perspectiva indígena suponía tanto la protección como el aislamiento*” e que havia transformado as antigas formas de autoridade exercidas por “*caciques*” e “*kurakas*” em meros “*intermediarios encargados de la administración de los territorios indígenas y de la recaudación de los tributos*” fazendo dos “*gobiernos indígenas*” uma “*institución funcional*” aos propósitos do Estado? ⁸² Creio que a resposta a tal indagação deve considerar, ao menos, dois aspectos: primeiro, a própria concepção de autonomia que se pretende garantir com a CTI, bem como o seu alcance, e, em segundo, as exigências postas para a sua constituição.

Conforme o Cootad a natureza das CTIs é a de

regímenes especiales de gobierno autónomo descentralizado establecidos por libre determinación de los pueblos, nacionalidades y comunidades indígenas, afroecuatorianas y montubias, en el marco de sus territorios ancestrales, respetando la organización político administrativa del Estado, que ejercerán las competencias del nivel de gobierno autónomo correspondiente (Cootad, art.93, grifei.).

Como se pode perceber, há no mínimo duas contradições aqui. A primeira tem a ver com o reconhecimento constitucional do caráter ancestral das formas organizativas próprias dos povos e nacionalidades indígenas. Para o Cootad as formas de governo autônomo que representam as CTIs são “estabelecidas”, ou seja, criadas, geradas, por determinação daquelas comunidades. Isso equivale a dizer que a condição autonômica indígena não é percebida enquanto preexistente, necessitando ser *constituída*, o que faz passarem ao largo as disposições constitucionais de reconhecimento das “raízes milenárias” (Preâmbulo) e de conservação e desenvolvimento de formas próprias de convivência e organização social, e geração e exercício de suas formas específicas de autoridade (art. 57, 9), etc. Ora, se o governo autônomo indígena enquanto expressão da autonomia de suas instituições organizativas próprias, sendo milenar e ancestral sempre existiu antes mesmo da formação do Estado equatoriano, qual o sentido de se dizer, como o faz o Cootad, que poderá vir a ser “estabelecido”? Não há aí uma inversão à lógica descolonial proposta pelo Estado Plurinacional segundo a qual caberia a este respeitar a existência dos governos próprios daqueles povos, historicamente anteriores à sua constituição?

A segunda contradição que aqui vejo tem a ver com a ancestralidade dos limites territoriais daquelas formas coletivas de identidade. Assim como o texto constitucional, o Código refere-se a “*territorios ancestrales*” como espaço de exercício do autogoverno

⁸² ORTIZ-T, Pablo. “*Entre la cooptación y la ruptura:...*”. *Op. Cit.*, p.463.

indígena. Mas o condiciona à organização político-administrativa do Estado. Como comentei anteriormente a partir da observação de Larrea, os territórios ancestrais indígenas encontram-se recortados pelos limites territoriais historicamente impostos pela organização político-administrativa do Estado, de modo que há, entre estes e aqueles, evidentes choques de lógicas político-organizativas. Como observa Kingman, “*El problema o la dificultad central para los pueblos originarios es que no se delimitan o marcan sus territorios desde su integridad social y cultural, sino desde los límites que ya tienen las parroquias o cantones*”⁸³.

Assim, a julgar pelos termos postos pelo Cootad à autonomia indígena pela via das Circunscrições Territoriais, entendo que a ideia de que seja estabelecida embora que pelas próprias comunidades, mas tendo como marco a organização político-administrativa do Estado, constitui um claro sinal de manutenção de uma postura de colonialidade do poder do Estado sobre aquelas formas organizativas e identitárias coletivas. Isto fica mais evidente ainda quando se considera a segunda parte do citado art.93 do Cootad, que se refere à exigência de “estatutos constitutivos” para aquelas formas de autogoverno: aqui, diz-se que a modalidade de regime especial de governo autônomo descentralizado será regida “*por la Constitución, los instrumentos internacionales y por sus estatutos constitutivos, para el pleno ejercicio de los derechos colectivos*” (Cootad, art. 93, grifei). Então, assim como no caso da LMAD boliviana, também no Estado Plurinacional Equatoriano a legislação infraconstitucional passa a exigir a formalização, em Estatutos, da regência das CTIs autônomas, cuja existência, repeto, é anterior à formação do próprio Estado e pautada pelo caráter informal e oral dos usos e costumes que a própria Constituição, vale lembrar, determina serem objeto de respeito e proteção.

Ainda segundo o Código, o procedimento de instituição dos regimes de governo destas circunscrições territoriais autônomas especiais ocorre quando “*parroquias, cantones o provincias conformadas mayoritariamente por comunas, comunidades, pueblos o nacionalidades indígenas, afroecuatorianos y montubios*” decidem pela adoção do regime, mediante consulta popular aprovada por dois terços dos votos válidos correspondentes ao registro eleitoral da circunscrição (Cootad, art. 94).

Quanto à iniciativa para o procedimento deve partir, segundo o Cootad, de no mínimo 10% da vontade expressa dos membros dos próprios povos e nacionalidades, ou da maioria absoluta de suas autoridades comunitárias. Atingidos estes quantitativos, solicita-se ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a convocatória de consulta popular, tendo o órgão eleitoral

⁸³ KINGMAN, Santiago. “**Entre la asimilación y la diferencia...**”, *op. Cit*,p.29 (Grifei).

nacional o prazo de 45 dias para a realização da convocatória, a contar da data de recebimento da petição (Cootad, art. 95). O Cootad afirma ainda (art.95) que caso o resultado da consulta seja pela conformação do governo territorial autônomo especial, o mesmo entrará em vigência quando da proclamação dos resultados pelo CNE.

Aqui vale observar que este condicionamento à consulta popular, incluída no Cootad por constituir medida de caráter democrático, envolve também duas outras questões. Em primeiro lugar, a questão de ordem histórico-contextual levantada por Kingman, de que “*Ni siquiera en gran parte de la Amazonía este proceso es posible, pues la mayoría de los cantones han sido formados por núcleos mestizos urbanos y semiurbanos, todos ellos de mayor densidad poblacional*” o que coloca os indígenas “*en una situación de desventaja*”⁸⁴. E, segundo, uma questão mais de fundo. Se se trata de um processo de reterritorialização autonômica, ao qual se chegou constitucionalmente após um processo de décadas de lutas, qual o sentido da consulta, ainda mais sob condições que envolvem a participação da população local não-indígena? O que justifica um procedimento pretensamente democrático de consulta se um dos objetivos da constituição da CTI é garantir os direitos coletivos constitucionalmente conferidos aos povos e nacionalidades indígenas, entre os quais o de “*Conservar y desarrollar sus propias formas de convivencia y organización social, y de generación y ejercicio de la autoridad, en sus territorios legalmente reconocidos y tierras comunitarias de posesión ancestral*”?

Como se pode observar, o processo de constituição dos governos territoriais autônomos indígenas através das CTIs parece bem menos complexo do que prevê a legislação infraconstitucional para o caso da constituição das Autonomias Indígenas originário campesinas na Bolívia, não havendo, por exemplo, a definição prévia de itens a compor os Estatutos autonômicos, nem a previsão de controle prévio de constitucionalidade dos mesmos. Contudo não há nas páginas dos órgãos governamentais Equatorianos na Rede Internet, muita informação disponível a respeito do procedimento em seus detalhes. O que consegui identificar, a partir de coletiva de imprensa concedida em 2012 por Felix Gualinga, então Secretário Executivo de Ecorae, é que o processo envolve a realização de convênios de cooperação técnica entre o Executivo e as organizações dos povos e nacionalidades envolvidas na construção das CTIs⁸⁵. Ainda segundo a matéria, as nacionalidades e povos filiados às organizações conveniadas formam equipes técnicas que são “*capacitados para la elaboración*

⁸⁴ KINGMAN, Santiago. “**Entre la asimilación y la diferencia...**”, *op. Cit*, p.29.

⁸⁵ PUYO GACETA. “**Avanza conformación de las CTIs**”. Puyo – Pastaza, 18.Ener.2012.

de proyectos en los formatos que establece la Secretaria Nacional de Planificación”. Ocorre que na página do Senplades não há qualquer informação a respeito.

Para a região amazônica⁸⁶ delegou-se ao *Instituto para el Ecodesarrollo Regional Amazonico* (Ecorae) as atribuições relativas ao acompanhamento dos procedimentos de instituição dos Estatutos das CTIs. Segundo dados recentes do Instituto⁸⁷, há no Equador atualmente três⁸⁸ Circunscrições Territoriais Indígenas com estatutos elaborados, duas⁸⁹ em processo de aprovação interna e duas⁹⁰ com “planos de vida” e modelos de gestão já elaborados. Consulta ao site do Conselho Nacional Eleitoral⁹¹ revela que nenhuma consulta popular com vistas à criação de CTI foi realizada até o presente momento.

4.2. Plurinacionalidade, Democracia e direito de Consulta Prévia. Apenas a tensão entre maioria e minoria ou a manutenção do modelo colonial?

Entre os principais destaques dos avanços dos textos constitucionais plurinacionais equatoriano (2008) e boliviano (2009) está o direito de consulta ou de consentimento prévio. Antiga demanda dos movimentos indígenas em diversos continentes, que eclodiu sobretudo com a crescente pressão econômica sobre suas terras e recursos naturais, a consulta foi objeto de intensos e cada vez mais frequentes debates nos foros internacionais de discussão sobre direitos indígenas, acabando por ser acolhida como um dos princípios fundamentais da Convenção 169 da OIT, em 1989. Segundo a Convenção, os povos indígenas e tribais devem ser sempre consultados “*através de suas instituições representativas*” em caso de “*medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente*” (art. 6.º, § 1, “a”).

Mais tarde a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007) adotaria a ideia na forma do “*consentimento livre, prévio e informado*” dos povos e comunidades indígenas, como um dos principais requisitos de validade de atos praticados pelos Estados com incidência sobre direitos e interesses destes⁹².

⁸⁶ Províncias de Sucumbios, Orellana, Napo, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe.

⁸⁷ ECORAE. **Parámetros Aplicables a la Información de Planificación Institucional**. Planes y Programas en ejecución; Resultados Operativos. Quito, 01.En.2014.

⁸⁸ Organización de Comunidades Kichwa de Loreto (Ockil), Federação Evangélica da Nacionalidad Kichwa de Napo (Fenakin), e Organização Comunitária Kuraray-Likino. ECORAE. **Parámetros Aplicables a la Información...** *Op. Cit.*

⁸⁹ *Nacionalidad Shwar del Ecuador* (Nashe) e *Nacionalidad Waorani del Ecuador* (Nawe). ECORAE. Idem.

⁹⁰ *Nacionalidad Shiwiar del Ecuador* (Nashie) e *Nacionalidad Andoa de Pastaza del Ecuador* (Nape). ECORAE. Idem.

⁹¹ Cf. < <http://www.cne.gob.ec/> >.

⁹² A Declaração coloca o “consentimento livre, prévio e informado” dos povos indígenas como um dos requisitos prévios de validade para situações como o traslado territorial (art. 10), a remoção de “bens culturais, intelectuais, religiosos e espirituais” de suas terras (art. 11.2), a aplicação pelos Estados, “de medidas legislativas e administrativas que os afetem” (at. 19), para situações que envolvam confisco, tomada,

Nos atuais textos plurinacionais equatoriano e boliviano, a consulta foi incorporada às respectivas listas de direitos coletivos dos povos e nacionalidades indígenas, e das nações e povos indígenas originário camponeses. Em ambos os casos a consulta, estabelecida como “prévia, livre e informada” opera tanto diante de medidas administrativas quanto de proposições legislativas que possam afetar negativamente a direitos e interesses dos povos indígenas⁹³. Pelos interesses que envolve, a consulta tem sido o pivô das principais tensões e divergências entre os movimentos indígenas e aqueles Estados e sociedades, especialmente no que se refere aos seus efeitos jurídicos. Enquanto os povos indígenas defendem que a medida possua efeito vinculante, entendem os governos que seja meramente orientativa. Além disso, o caráter prévio, livre e informado da consulta, bem como o seu modo de processamento, tem também deixado indígenas e Estados em lados opostos.

Esta tem sido, na relação entre povos indígenas e Estados, uma área particularmente sensível. Para os indígenas o direito de consulta prévia e com efeito vinculante quanto às pretensões do Estado em utilizar os recursos naturais existentes em seus territórios constitui algo vital para a garantia da continuidade de sua existência enquanto coletividades específicas e diferenciadas. Já para os governos a possibilidade de dispor de tais recursos com o mínimo de restrições jurídicas possíveis é visto como vital para a implementação de projetos de desenvolvimento e bem-estar social consignados em promessas de campanha eleitoral. Compromissos com o “bem comum” e o “interesse da maioria” sobressaem-se então como formas de legitimação de projetos governamentais e empresariais com prováveis e até mesmo graves e irreversíveis impactos negativos sobre os territórios indígenas e suas populações. Na medida em que se oponham a tais projetos por motivos óbvios, os povos indígenas são desqualificados enquanto “minorias” recalcitrantes e ainda não suficientemente instruídas a respeito dos benefícios que poderão usufruir como resultado daqueles projetos.

ocupação, utilização ou dano de suas terras, territórios e recursos tradicionalmente possuídos (art.28.1), para o armazenamento ou descarte de materiais perigosos em suas terras ou territórios (art.29.2), para a aprovação “de qualquer projeto que afete suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação ao desenvolvimento, à utilização ou à exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo” (art. 32.2).

⁹³ A Carta Equatoriana afirma que a consulta, que deve ser “prévia, livre e informada”, deve ser realizada com relação a “*planes y programas de prospección, explotación y comercialización de recursos no renovables que se encuentren en sus tierras y que puedan afectarles ambiental o culturalmente*” (art.57,7). Afirma também o direito dos povos indígenas a serem “*consultados antes de la adopción de una medida legislativa que pueda afectar cualquiera de sus derechos colectivos*” (art. 57,17). Por sua vez, a Constituição Boliviana fala no direito dos indígenas a serem consultados “*cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles*”, (...) “*respecto a la explotación de los recursos naturales no renovables en el territorio que habitan*” (art.30,15, grifei).

A questão que vejo aqui colocada é: estariam as atuais experiências dos Estados “Plurinacionais” da Bolívia e Equador passando pelo teste de compatibilização entre a concepção moderna de democracia enquanto expressão da vontade da “maioria” manifestada nas urnas, e a proteção aos direitos e interesses das “minorias”? Ou melhor, seria possível tal compatibilização quando se considera que entre maioria e minoria os projetos são tão distintos?

4.2.1 Bolívia: Após a “Guerra da água”, a guerra pela Consulta Prévia.

No caso da Bolívia, o direito de consulta prévia às comunidades indígenas foi prevista pelo *Pacto de Unidad* como um dos mecanismos da Democracia Participativa proposta para a Constituinte (Pacto, art. 6, III, a), e dotada de efeito vinculante⁹⁴ o que lhe dava na verdade o caráter de consentimento, sobretudo tendo em vista os casos de medidas administrativas voltadas para a consecução de projetos econômicos incidentes em terras e territórios IOC.

Segundo Garcés, o “direito de veto” aos projetos incidentes sobre o aproveitamento econômico dos recursos naturais não renováveis em terras indígenas foi uma constante no *Pacto*, “*aunque a veces formulado bajo la etiqueta de ‘consulta vinculante’*” ou sob a denominação de “*consentimiento libre, previo e informado*”⁹⁵. No entanto, o efeito vinculante ali proposto não foi incluído na formulação final aprovada pelo Constituinte Originário. Ainda conforme Garcés, nas negociações entre a direção do MAS e partidos representativos dos interesses empresariais, “*se restringió el derecho a la consulta como ‘previa obligatoria’ (art. 30, parágr. II, num. 15), debido a la presión que el sector minero ejerció sobre el gobierno*”⁹⁶.

Na Constituição aprovada em 2009 a Consulta Prévia ingressou tanto no rol específico dos direitos das Nações e Povos IOC (art. 30.II.15), quanto na parte orgânica, no capítulo dos recursos naturais (art. 352). Enquanto neste o direito de consulta situa-se especificamente no plano administrativo e diante da hipótese de exploração de recursos naturais⁹⁷, naquele ele é previsto não só em face de medidas administrativas, mas também como condição de validade

⁹⁴ “Artículo 186. Antes de iniciarse cualquier obra o actividad pública o privada que pudiera generar alteración sobre el medio ambiente, deberán realizarse estudios participativos de evaluación ambiental, socioeconómica, cultural y comunitaria, debiendo realizarse **consulta previa y vinculante** a la población afectada” (Cf. GARCÉS, Fernando. “**El Pacto de Unidad...**”. *Op. Cit.* Grifei.).

⁹⁵ GARCÉS, Fernando (Coord). “**El Pacto de Unidad...**”. *Op. Cit.*, p.79.

⁹⁶ *Idem*, p.79.

⁹⁷ “**La explotación de recursos naturales en determinado territorio estará sujeta a un proceso de consulta a la población afectada, convocada por el Estado, que será libre, previa e informada. Se garantiza la participación ciudadana en el proceso de gestión ambiental y se promoverá la conservación de los ecosistemas, de acuerdo con la Constitución y la ley. En las naciones y pueblos indígena originario campesinos, la consulta tendrá lugar respetando sus normas y procedimientos propios**” (CEPB, art. 352.).

para os atos de elaboração legislativa relativos a direitos e interesses indígenas⁹⁸. A Constituição de 2009 prevê o direito de Consulta na forma “*previa, libre e informada*”, e de modo a respeitar “*normas y procedimientos propios*” das comunidades indígenas (CPEPB, art.352). Quanto ao efeito vinculante reivindicado pelo Pacto, se não foi constitucionalmente previsto, também não foi constitucionalmente vedado.

E assim, em que pese o não acolhimento da proposta tal como formulada no Pacto, o movimento indígena tem se valido da própria Constituição na defesa do direito de consulta prévia e do efeito vinculante de seus resultados. Primeiro porque a Carta de 2009 prevê tal direito, ao mesmo tempo em que não veda aquele efeito. Segundo, porque ela não só reconhece os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos como parte do ordenamento jurídico interno, aos quais atribui o “*rango de ley*” (art.257), como também declara que serão aplicados preferencialmente em relação à Constituição quando “*declaren derechos más favorables*” do que o conteúdo constitucionalmente disposto (arts. 256, I e II). É o caso, por exemplo, da temática objeto da consulta. Caso se conclua que o art. 30.II.15 da CPEB restringe aquele direito apenas à hipótese de exploração de recursos naturais, há obrigatoriamente que se considerar o fato de que a Declaração das Nações Unidas de 2007 não faz tal restrição, colocando a temática dos recursos naturais como apenas uma das hipóteses geradoras do direito de consulta. E assim, uma vez que tanto a Convenção 169 da OIT (1989) quanto a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (2007) fazem parte do bloco de constitucionalidade⁹⁹, ambos têm sido recorrentemente invocados pelo movimento como suporte a suas reivindicações, sempre que os entendem como mais favoráveis aos direitos indígenas do que a própria Carta aprovada em 2009.

Entretanto, neste momento Pós-constituente apenas a parcela do movimento articulada em torno do Cidob e Conamaq, ou seja, identificada como “indígena originário”, diretamente mobilizada no enfrentamento às políticas desenvolvimentistas e extrativistas do Executivo, vem fazendo tal interpretação. Com ela tem pretendido resgatar a proposta originalmente formulada pelo *Pacto de Unidad*, relativo ao caráter vinculante dos resultados da consulta prévia e à importância da Convenção 169 da OIT e da Declaração das Nações Unidas de 2007

⁹⁸ “*En el marco de la unidad del Estado y de acuerdo con esta Constitución las naciones y pueblos indígena originario campesinos gozan de los siguientes derechos: (...) 15. a ser consultados mediante procedimientos apropiados, y en particular a través de sus instituciones, cada vez que se prevean **medidas legislativas o administrativas** susceptibles de afectarles. En este marco, se respetará y garantizará el derecho a la consulta previa obligatoria, realizada por el Estado, de buena fe y concertada, respecto a la **explotación de los recursos naturales no renovables** en el territorio que habitan* (CEPB, art. 30. II.15; Grifei.).

⁹⁹ A Convenção 169 através da Lei n.º 1257, de 11 de julho de 1991, e a Declaração das Nações Unidas através da Lei n.º 3760, de 7 de novembro de 2007, modificada pela Lei n.º 3897, de 26 de junho de 2008.

como critérios interpretativos para a solução de previsíveis conflitos com o Estado e empresas exploradoras de recursos naturais não renováveis em terras indígenas. Mas assim como no caso da LMAD tal postura, colocada agora nas discussões em torno do chamado “caso Tipnis” e da Lei Marco de Consulta, tem posto também aquelas organizações em rota direta de colisão com o governo e organizações sociais e sindicais ligadas ao projeto de poder do MAS.

4.2.1.1 Ley del Régimen Electoral

No marco do Estado Plurinacional, os problemas com o tratamento do Legislativo ao direito de consulta tiveram início em junho de 2010 com a promulgação da Lei n.º 26/2010, a chamada *Ley del Régimen Electoral* (LRE). Ao regulamentar o art. 11.II.1 da CPEPB, que trata da consulta prévia como um mecanismo da democracia participativa, a Lei eleitoral ali inseriu tanto o direito de “consulta cidadã” quanto o direito específico da consulta aos povos e nações indígena originários. Ao fazê-lo restringiu a Consulta única e especificamente às hipóteses de execução de projetos em sede administrativa e relativos apenas à exploração de recursos naturais, além de declarar os seus resultados como desprovidos de efeito vinculante¹⁰⁰.

Assim, em matéria de Consulta a LRE de 2010 já começou impondo às Nações e Povos IOC restrições que, além de não respaldadas pela Constituição, tampouco foram – conforme lamenta o jurista espanhol Bartolomé Clavero, ex-vicepresidente do Foro Permanente das Nações Indígenas para as Questões Indígenas –, guiadas pelo Direito Internacional dos Direitos dos Povos Indígenas, ou, em outras palavras, pelo bloco de constitucionalidade referido. Para ele, a *Ley de Régimen Electoral* de 2010 faz desaparecer a consulta indígena, transformando-a numa variedade da consulta cidadã, o que “*responde a una concepción de la ciudadanía que no es la plurinacional y, aún menos, la descolonizadora*”¹⁰¹(Grifei.).

O tratamento restritivo e inconstitucional dado ao direito de consulta prévia pela LRE vem visivelmente servindo de parâmetro para as ações do Governo em relação ao tema, sem que se considere a especificidade do direito indígena e a necessidade de cumprimento às exigências do bloco de constitucionalidade. Daí porque em coletiva de imprensa em outubro

¹⁰⁰ “Art. 39. La Consulta Previa es un mecanismo constitucional de democracia directa y participativa, convocada por el Estado Plurinacional de forma obligatoria con anterioridad a la toma de decisiones respecto a la **realización de proyectos, obras o actividades relativas a la explotación de recursos naturales**. La población involucrada participará de forma libre, previa e informada. En el caso de la participación de las **naciones y pueblos indígena originario campesinos**, la consulta tendrá lugar respetando sus normas y procedimientos propios. Las conclusiones, acuerdos o decisiones tomadas en el marco de la consulta previa **no tienen carácter vinculante**, pero deberán ser considerados por las autoridades y representantes en los niveles de decisión que corresponda” (Grifei.). BOLÍVIA. **Ley nº 026, de 30 de junio del 2010**. Ley del Régimen Electoral. Disponível em: < <http://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Ley26-2010.pdf> >.

¹⁰¹ CLAVERO, Bartolomé. “La Consulta en Serio”.

de 2011, questionado quanto à não realização da consulta prévia no caso da passagem da rodovia “*Villa Tunari - San Ignacio de Mojos*” pelo Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuri (TIPNIS), o Vice-Presidente Álvaro Linera tentou se justificar alegando que: “...*el Gobierno ha sido respetoso a la Constitución. ¿Porque no hizo en el Tipnis la consulta previa obligatoria? Porque no estamos hablando de recursos no renovables. Estamos hablando de una carretera!*”¹⁰² (Grifei.).

Nesse sentido se pode compreender o fato de que um ano após a vigência da Constituição Plurinacional, o Governo não tivesse tido a iniciativa de regulamentar em lei específica o direito indígena à Consulta Prévia. Desde então alguns avanços têm se verificado mas, como se verá, o tratamento restritivo dado pela LRE, e não a Constituição e o bloco de Constitucionalidade, é que continua a guiar as instituições políticas do Estado.

4.2.1.2 TIPNIS

A rodovia *Villa Tunari - San Ignacio de Mojos*, com seu traçado cortando ao meio o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuri (Tipnis), é que acabaria por dar visibilidade e impulsionar, por vias tortuosas, os trabalhos de elaboração legislativa referente à consulta prévia. Contratada em agosto de 2008 com a empreiteira brasileira OAS e financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁰³ – ela se tornaria a grande arena de disputas em torno do alcance e dos limites da consulta prévia aos povos indígenas, dentro desta experiência de Estado Plurinacional.

Erigido com a dupla natureza de Território Indígena e Área de proteção ambiental¹⁰⁴, o Tipnis abriga três povos indígenas originários¹⁰⁵, que apesar de serem seus legítimos titulares e a despeito dos tratados internacionais e dos novos direitos constitucionais, não foram convocados a qualquer tipo de consulta quanto ao projeto. Ocorre que, como lembra Schavelzon, a área tem sido ocupada também por produtores de coca, muitos deles indígenas Aymara e Quechwa emigrados das terras altas: os “colonizadores”, hoje denominados “interculturales”, base social original do Presidente Evo e do MAS. Seriam tais ocupantes, e não os indígenas, aqueles que “*en los últimos años vienen expandiendo su producción dentro*

¹⁰² **Detrás del Tipnis**” [Video documentário.]. Produção: Sólo Fuego Prod. Direção: Karen Gil. Bolívia. Duração: 1 h e 10 min. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=oa0vUZhwRFA> >.

¹⁰³ A respeito dos interesses políticos e econômicos por trás do projeto, em especial o das empreiteiras brasileiras e BNDES, vide “**Detrás del Tipnis**”. *Op. Cit.*

¹⁰⁴ Inicialmente destinada como Parque Nacional pelo Decreto Lei n.º 07401 de 22 de novembro de 1965, a área foi reconhecida como Território Indígena e Parque Nacional em 1990, após a I.ª Marcha Indígena, e já em 2009, sob o governo Morales, titulada coletivamente como TCO em nome da Subcentral dos povos do Tipnis.

¹⁰⁵ Mojeño-Trinitario, Chimane e Yuracaré.

*de los límites del parque” e, por este motivo, “se ven beneficiados por la obra, que les daría acceso a territorios hoy sin comunicación terrestre con los valles cochabambinos”*¹⁰⁶.

Articulados em torno do Consejo Indígena del Sur (Conisur), os indígenas campesinos e interculturais cocaleros do Chapare constituem hoje a principal força opositora à Subcentral do Tipnis, organização dos povos originários do Território, ligada à Cidob. Vindo à tona com o projeto da rodovia, o conflito de interesses entre indígenas de um lado e “interculturales” cocaleros e governo do outro, expôs de forma clara aquilo que Shavelzon identifica como um “choque de visões”, que até então teria permanecido interno ao *Pacto de Unidad*, como uma tensão decorrente da própria diversidade de sua composição¹⁰⁷. Em outras palavras, um choque de visões representado pelas tensões entre maioria e minoria e entre política de classe e política de corte étnico, entre a parte indígena originária do Pacto e a sua parte campesina intercultural.

O Tipnis se tornaria então o pivô da ruptura do *Pacto de Unidad*, opondo os setores campesino e intercultural ao indígena originário. Uma ruptura que para Schavelzon significaria a dissolução do próprio sujeito coletivo de direitos que se havia arduamente construído no período pré-constituente e consolidado durante a longa batalha da Constituinte – o sujeito formado pela identidade coletiva denominada “*naciones y pueblos indígena originario campesinos*” (NyPIOC) – além de por “*en cuestión la propia definición del Estado Plurinacional en su desarrollo fáctico post-constituyente*”.

Entendo que para além dessa definição do Estado Plurinacional a dissolução do *Pacto de Unidad* precipitada pelo caso Tipnis pôs em questão também a própria perspectiva da *descolonialidade* como projeto assumido desde o período pré-constituente pelo conjunto dos segmentos historicamente excluídos ali representados, e também pelo próprio Governo. Isso fica claro, por exemplo, no discurso do Presidente Evo em junho de 2011, quando afirma, a respeito da oposição dos indígenas à rodovia: “*no es posible que algunos hermanos indígenas, como instrumento de quien nunca quisieron el camino Cochabamba-Beni, se opongan. Quiero decirles: quieran o no quieran, vamos a construir ese camino,...*”¹⁰⁸ (Grifei.).

¹⁰⁶ SCHAVALZON, Salvador. “**El conflicto del TIPNIS y los derechos plurinacionales en Bolivia**”. Juiz de Fora, V.6, n.º 1 e 2, p. 73 a 84, jan./dez. 2011, p.73.

¹⁰⁷ Para o autor esta tensão agora eclodia colocando de lados opostos “*la propuesta indígena del ‘Vivir Bien’ y la construcción de un Estado Plurinacional Comunitario desde la base del derecho a la diferencia y con reconocimiento de la autonomía y territorio de pueblos y naciones indígenas*”, e “*la necesidad de integración nacional*”, e de luta “*contra la pobreza por el camino del desarrollo y la industrialización, en el marco de un discurso estatal nacionalista que prioriza lo que sería interés de las mayorías*”. SCHAVALZON, Salvador.

“**El conflicto del TIPNIS...**”. *Op. Cit.*, p.74.

¹⁰⁸ Vide “**Detrás del Tipnis**”. *Op. Cit.*

Foi em meio ao descontentamento com essa posição do Governo que em 15 de agosto de 2011 a Cidob e a Subcentral del Tipnis, deram início à VIIIª Grande Marcha indígena, que além de fazer oposição à rodovia, denunciava o descumprimento do direito indígena à consulta prévia, e a violação ao seu direito fundamental à livre determinação¹⁰⁹. Em coletiva de imprensa concedida no *Palacio Quemado* em 20 de setembro de 2011, um mês e cinco dias após o início da Marcha, o Vice-presidente do Estado e Presidente da ALP¹¹⁰, Álvaro Linera, defendeu a construção da rodovia amparado na visão de que a mesma traria importantes e históricos benefícios tanto para o país quanto para as próprias populações locais do Tipnis: “*Es una obligación de cualquier Estado serio ir a las regiones, vincular su estructura territorial y social. Lo que hizo el libertador Sucre lo han intentado antes y tenemos que unir*”¹¹¹. Para Linera, além de consolidar a união territorial do país, eliminando os riscos de uma fratura como a proposta pelos “cívicos” da região de Santa Cruz, a “*carretera*” proporcionaria prosperidade econômica ao Departamento de Pando, integrando-o ao país. Além disso, acabaria com a histórica situação de isolamento e abandono dos habitantes do Tipnis, imerso em carências econômicas, sociais e culturais. Amparado numa matéria do *El Deber*, Linera destacava o Tipnis como lugar da pobreza, do abandono, do isolamento, da falta de saúde e de educação. Lugar da miséria, da ignorância e da falta de oportunidades¹¹².

Como observa Schavelzon, os argumentos do vice-Presidente são os “*de una izquierda nacionalista y popular, de las mayorías, antes que en los derechos a la diferencia que inspiraron el concepto de la plurinacionalidad*”, e que “*la carretera interesaba a todos los bolivianos, enfrentando estos intereses a los de minorías demográficamente insignificantes*”¹¹³. Mas para além disso entendo que são, também, argumentos moldados numa episteme claramente colonial. A ideia do Tipnis e dos seus habitantes como reduzidos à

¹⁰⁹ CIDOB. **Plataforma de Demandas de la VIII Gran Marcha Indígena “Por la Defensa del TIPNIS”**. Santa Cruz de la Sierra, 2011. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=780&Itemid=159>.

¹¹⁰ Seguindo uma antiga tradição, a Constituição Boliviana de 2009 (art. 153, I) atribui o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa Plurinacional à Vicepresidenta ou Vicipresidente do Estado.

¹¹¹ BOLÍVIA. VICEPRESIDENCIA. “**García: Carretera por el TIPNIS pondrá fin a pretensiones separatistas y consolidará la unidad**”. La Paz, 20 de septiembre de 2011. Disponível em: <<http://www.vicepresidencia.gob.bo/Garcia-Carretera-por-el-TIPNIS>>.

¹¹² Ali, dizia, Linera, os habitantes “*se ven obligados a caminar horas y horas, incluso cerca de un día o dos para llegar a otras poblaciones donde pueden hacer sus compras; (...) el único profesor que atiende desde el primero básico hasta el quinto se fue (...) la escuela siempre está cerrada; los niños (...) tienen que caminar cuatro horas, hasta la comunidad. (...) Esa es la vida en el TIPNIS, (...) ¡así se vive en el TIPNIS!, ¿es correcto que nuestros hermanos bolivianos vivan así?, (...) ¿no tienen derecho a una escuela?, ¿no tiene derecho a caminar media hora o subir a una movilidad para llegar a un centro para vender sus productos y comprar otros?, son bolivianos y tienen derecho a la comunicación, a una vinculación carretera, (...) ese es el motivo social de la carretera*”. BOLÍVIA. VICEPRESIDENCIA. “**García: Carretera...**”. *Op. Cit.*

¹¹³ SCHAVALZON, Salvador. “**El conflicto del TIPNIS...**”. *Op. Cit.*, p.81.

miséria, abandono, isolamento e ignorância, reproduz a ideia da colônia e do colonizado como sinônimos de degradação e primitivismo, e do Estado metrópole como sinônimo de intervenção redentora. No discurso de Linera, sem a intervenção do Estado e da economia capitalista via “*carretera*”, o Tipnis não produz outra coisa que não miséria, isolamento, doença e ignorância. O que há de bom (escola, saúde, comercialização de produtos...) é o que vem de fora. Possibilidades de soluções internas, potencializando saberes e práticas locais na satisfação de demandas também locais sequer são tangenciadas. Como solução para o problema do isolamento e da falta de possibilidades de transporte o Estado oferece a “*carretera*” que a fim de satisfazer interesses econômicos de terceiros no plano internacional¹¹⁴ literalmente atravessa o Território dividindo-o ao meio. Mas sequer toca na possibilidade de oferecimento de um sistema viário local, pensado única e tão-somente para a satisfação das demandas internas das comunidades indígena originárias locais.

Em 25 de setembro, como se vê adiante, a VIIIª Marcha foi violentamente detida pelas forças policiais, tendo antes sofrido a hostilização e o bloqueio de sua passagem pelos setores campestres e interculturais, como CESUTCB, “Bartolinas” e CSCIB. Como afirma Schavelzon, com Tipnis “*se pierde la capacidad de mantener distintas agendas de manera conjunta. Los componentes Unitarios, nacionalistas, de soberanía y Estado del Proceso, asociados a la idea de plurinacionalidad como simple inclusión parecían prevalecer*”¹¹⁵. Sedimentou-se assim, junto aos povos e nações indígena originários das terras altas e baixas respectivamente representados no Conamaq e na Cidob, a certeza de um total descompromisso não só do governo mas também dos demais setores do “Pacto” em relação ao direito de consulta prévia, livre e informada àqueles povos e nações.

Em 24 de outubro de 2011, quase um mês após e ainda sob os efeitos da repercussão sobre o ataque e dispersão da VIIIª Marcha, o Legislativo aprovou a Lei n.º 180, declarando o Tipnis como “Zona Intangível” e vedando expressamente a passagem da citada rodovia (arts.

¹¹⁴ Importante ter em conta que apesar dos discursos governamentais os alegados benefícios da rodovia à economia de Pando ou à economia cocalera local, caso ocorram, configuram simples efeitos secundários. Na verdade a rodovia foi projetada como parte do grande projeto “Iniciativa de Integração da Infraestrutura Física Regional Sul-Americana”, o chamado “Plano IRSA”, projetado pelo antigo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No caso da rodovia através do Tipnis, tem como objetivo proporcionar o fluxo perene e economicamente mais vantajoso de *comodities* do Brasil aos portos do Oceano Pacífico com destino ao mercado asiático. A plena realização do IRSA implica na necessidade de homogeneização das legislações ambientais e agrárias dos diversos países envolvidos, no sentido de garantir segurança jurídica necessária aos empreendimentos daí decorrentes. Para o pesquisador Pablo Villegas o projeto da “*carretera*” pelo Tipnis apenas confirma que no contexto do IRSA a Bolívia deixa de ser um país para se transformar num corredor de passagem. Que o digam os povos indígenas do Tipnis (*Vide “Detrás del Tipnis”*. *Op. Cit.*).

¹¹⁵ SCHAVALZON, Salvador. “*El conflicto del TIPNIS...*”. *Op. Cit.*, p.81.

1, III e 3). O que à primeira vista pareceria solução acabou na verdade gerando munição para o argumento da necessidade do próprio empreendimento. Sendo o efeito jurídico da intangibilidade a vedação a quaisquer atividades extrativas de recursos naturais, inclusive para efeitos de subsistência. O Governo passou a exercer de perto a fiscalização e interdição das atividades extrativas, o que fez gerar a insatisfação de parcela da população indígena agora submetida a diversas restrições econômicas. Além dos “Interculturais”, parte dos indígenas passou a se manifestar a favor da passagem da rodovia, inclusive através de uma marcha a La Paz, denunciada como estimulada e financiada pelo Governo¹¹⁶.

No ano seguinte, em 09 de fevereiro, a mesma ALP, em meio à retomada da ofensiva do Executivo em defesa da rodovia, aprovava a Lei n.º 222/2012, dispondo sobre a consulta aos povos originários do Tipnis a respeito da intangibilidade declarada na Lei 180/2011, e da passagem da rodovia, por ela vedada. Como era de se esperar, a nova Lei foi prontamente rejeitada pela Cidob e pelas organizações indígena originárias regionais¹¹⁷, que em 20 de fevereiro emitiram nota conjunta qualificando-a como “*absolutamente ilegal y tramposa*”, posição que foi acompanhada por diversas organizações ambientalistas e de Direitos Humanos. Na oportunidade, Deputados de oposição e da situação, utilizando da possibilidade oferecida pelo art. 202.1 da Constituição, impetraram perante o TCP Ações de Inconstitucionalidade Abstrata (AIA) contra ambas as leis, que vieram a ser julgadas cumulativamente¹¹⁸.

Em junho de 2012, por maioria de votos, o TCP emitiu a Sentença n.º 0300/2012, relativa às Ações de Inconstitucionalidade Abstrata antes mencionadas. Com relação à AIA 188-2012-01 contra a Lei 180, o TCP decidiu pela improcedência da pretendida

¹¹⁶ Estavam criadas, agora, as condições que levariam à dissidência interna no âmbito da Cidob, que em julho de 2012 seria dividida entre a Cidob “orgânica” – dirigida por Adolfo Chávez –, e a Cidob “oficialista” – comandada por Melva Hurtado.

¹¹⁷ Além da Cidob e da Subcentral do Tipnis, assinaram o documento a Confederación Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia (CNAMIB), a Central de Pueblos Étnicos Mojeños del Beni (CPEMB), a Central de Pueblos Indígenas del Beni (CPIB), e a Central de Mujeres Indígenas del Beni (CMIB). Cf. CIDOB. CNAMIB.CPEMB.CPIB.CMIB.SUBCENTRAL TIPNIS. “**No a la consulta ilegal y tramposa**”. Bolpress, Trinidad, 20.Fev.2012.

¹¹⁸ Na **AIA n.º 188-2012-01** impetrada contra a Lei 180/2011 pelos Deputados do MAS Miguel Ángel R. Morales e Zonia G. Melgar, a impugnação ao regime de intangibilidade era requerida sob os argumentos de não ter sido precedida de consulta aos povos afetados, como também de que a sua existência implicaria na vedação, ao Estado, do cumprimento de suas obrigações constitucionais no sentido de prover a assistência econômica e social aos indígenas através da implantação de programas e projetos nas áreas de saúde, educação, etc. Já a **AIA n.º 0157-2012-01** impetrada contra a Lei 222/2012 pelos Deputados opositores Fabián Yaksie e Miriam M. Quiroga, do Movimiento Sin Miedo (MSM), impugnava, em síntese, (a) a própria convocatória da consulta pelo fato de não ser prévia, (b) o fato de o Estado, unilateralmente já haver estabelecido na lei o conteúdo da consulta, bem como os procedimentos e etapas a serem adotados, e (c) a sujeição de todo o procedimento ao controle do Executivo e do OEP. Posteriormente outra ação foi impetrada por Pedro Nuny Caity (AIA n.º 212-2012-01), indígena mojeño ignaciano e então Deputado do MAS pela Circunscrição Especial Indígena de Beni.

inconstitucionalidade da condição intangível do Tipnis, estabelecendo como critério de sua validade a decisão das próprias comunidades afetadas através da consulta prevista na Lei 222/2012. Já com relação à AIA n.º 0157-2012-01 contra a Lei 222, o Tribunal entendeu (a) pela constitucionalidade da consulta, não implicando a alegada extemporaneidade em impedimento ao exercício daquele direito fundamental por parte das comunidades afetadas; (b) pela constitucionalidade “condicionada” à concertação com os povos indígenas¹¹⁹ dos itens previstos na Lei 222/2012 relativos à definição do objeto e do conteúdo da consulta, bem como do seu procedimento e etapas¹²⁰, e (c), também pela constitucionalidade “condicionada” ao entendimento com os povos indígenas, o grau de participação do Executivo em todo o processo¹²¹. Assim, no entendimento do TCP tais falhas não seriam suficientes para a declaração de inconstitucionalidade. Poderiam ainda ser sanadas mediante o cumprimento das tratativas prévias com as comunidades¹²².

Na avaliação de Clavero, nem o Governo Central nem os setores comprometidos com o desenho constitucional plurinacional e descolonizado teriam parado para compreender corretamente o significado e o alcance da Sentença 0300/2012, precipitando-se em vê-la como um “cheque em branco” dado ao governo. Entende o jurista que “*no puede negarse que la*

¹¹⁹ BOLIVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. **Sentencia Constitucional Plurinacional 0300/2012**. Sala Plena. Magistrada Relatora Dra. Mirtha Camacho Quiroga. AIA n.º 00157-2012-01-AIA e 00188-2012-01-AIA. Sucre, 18.jun.2012. Disponível em: <http://www.tcpbo.livia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/busqueda/pwlistaBuscador_1.php?busqueda=tipnis&finicio=2012-01-01&ffinal=2014-02-23+10%3A53%3A24&tiporecurso=24&button2=Consultar&ficha=1>.

¹²⁰ Aqui observou o Tribunal que “*Las normas objeto del presente test de constitucionalidad tienen que ser interpretadas desde y conforme a la Constitución Política del Estado y las normas de Convenios Internacionales en materia de derechos humanos*”. BOLIVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. **Sentencia Constitucional Plurinacional 0300/2012**.

¹²¹ Aqui o TCP insistiu que “*la relación del Estado con las comunidades indígenas debe darse en un plano de igualdad, es decir, que ésta debe ser horizontal, entre iguales, no vertical, en la que una parte ordene y disponga unilateralmente qué se va a consultar, a quienes se va a consultar y cómo se va a realizar la consulta; dentro de este orden de ideas la premisa central es la concertación, es decir, un proceso previo de acuerdos que permitan viabilizar la consulta en el plano del respeto mutuo y del respeto por parte del Estado a las instituciones indígenas que deben participar activamente en el proceso previo de la consulta, como en su implementación; sin embargo, es la propia normativa constitucional y los Convenios Internacionales, que determinan la participación del Estado, sin cuyo concurso sería inviable e irrealizable la consulta*”. BOLIVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. **Sentencia Constitucional Plurinacional 0300/2012**.

¹²² Importante ter em conta que a Sentença 0300/2012 não fora a primeira, no âmbito do Estado Plurinacional, a reconhecer o direito indígena de consulta prévia. Antes dela o antigo Tribunal Constitucional, na sentença 2003/2010-R, nos autos do Recurso de Amparo Constitucional n.º 2008-17547-36-RAC, de interesse do povo Guaraní Itika Guasu, já havia decidido no sentido de “*EXORTAR a los órganos del poder público e instituciones estatales al cumplimiento de las normas internacionales y constitucionales referidas a los derechos de los pueblos indígenas*”, e em especial “*Al Órgano Ejecutivo, a través de los Ministerios correspondientes*” no sentido de “*a través de los mecanismos pertinentes, efectivizar el derecho a la consulta de las naciones y pueblos indígena originario campesinos*” [Cf. BOLIVIA. Tribunal Constitucional. **Recurso de Amparo Constitucional n.º 2008-17547-36-RAC**. Partes: Miguel Ángel R. Zamora, Director Técnico del Servicio Departamental de Caminos (SEDECA) Tarija contra Never Barrientos, Presidente de la Asamblea del Pueblo Guaraní Itika Guasu. Relator Marco Antonio Baldivieso Jinés. Sucre, 25.oct.2010. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/bolivia/doc/apgig17.html>>].

declaración de constitucionalidad condicionada en vez de inconstitucionalidad flagrante responde a influencia oficialista, pero”, acredita ele, “*no hay mayoría de este signo en el Tribunal para contribuir a la desviación constitucional*”¹²³. Para ele a sentença do TCP teria o mérito de ancorar na própria Constituição e no controle de constitucionalidade, e não na vontade do legislativo ou do Executivo, as condições de aplicabilidade da consulta. Neste sentido chama a atenção para o fato de que apesar das manifestações de representantes do Governo afirmando a Constitucionalidade condicionada como um respaldo à sua pretensão, era preciso observar que a sentença “*dice lo que dice y no lo que el Gobierno dice que dice*”¹²⁴.

Clavero insiste em que “*Si se defiende el Estado Plurinacional, ha de tomarse su Constitución en serio, cosa que la sentencia hace (...)*”. E faz um apelo no sentido de que “*No se deje en manos del Gobierno, juez y parte, la interpretación y aplicación*”¹²⁵. Conclui então que a Sentença 0300/2012 representa “*un giro decisivo potencialmente transcendental (...), en la recuperación del diseño constitucional del Estado Plurinacional frente al proceso de desviación que viene presidiendo la Asamblea Legislativa Plurinacional u conduciendo el Gobierno*”, e sugere que seja difundida (bem como o voto dissidente do *Tata Cusi Mamani*¹²⁶), a fim de que dela se possa extrair a melhor interpretação na concretização do Estado plurinacional e do direito fundamental indígena à auto-determinação.

Considerando a plurinacionalidade do Estado e a perspectiva descolonial assumida na Carta de 2009, a questão da consulta prévia suscitada a partir do caso Tipnis pôs sobre a Bolívia uma grande expectativa em torno da efetiva proteção aos direitos indígenas. A experiência, no entanto, tem apontado para grandes frustrações.

4.2.1.3 Mallku Qota

Enquanto nas terras baixas o Tipnis serviu de palco para a queda de braço entre movimento indígena e governo em torno da questão da consulta prévia, nas terras altas um drama menos conhecido no exterior mas nem por isso menos intenso teve também como pivô a questão da consulta, mas com um desfecho um tanto diferente daquele primeiro.

¹²³ CLAVERO, Bartolomé. “**Formas de Empleo de la Sentencia sobre el Tipnis**”. 22.jun.2012 Disponível em: < <http://www.fobomade.org.bo/art-1792> >.

¹²⁴ Idem.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Também neste caso o Magistrado emitiu voto dissidente, afirmando por exemplo que o Tribunal deveria ter declarado expressamente o efeito vinculante da consulta, bem como aproveitado a oportunidade para declarar inconstitucional o art. 39, último parágrafo, da LRE que, como antes comentado, nega tal efeito à consultas.

Situado na região de *Charkas Qhara-Qhara*, bem ao centro da confluência de dez *Ayllus* indígenas originários¹²⁷ localizados ao norte de Potosí, município de Sacaca da Província Alonso de Ibañez, o “*cerro*” denominado *Mallku Qota* (ou *Khota*) é conhecido no setor minerário como uma das maiores jazida de prata (Ag), índio (In) e galio (Ga) do mundo. A partir de 2003 a mineradora Canadense *South American Silver Corporation* (atual “*TriMetals Mining Inc.*”), começou a obter na região as suas primeiras concessões de prospecção e exploração, o que se seguiu até 2008. Desde então os lotes minerários adquiridos sobrepõem-se totalmente aos territórios dos *Ayllus*, praticamente “partindo ao meio” a região.

Em pleno governo Morales o esforço da mineradora em obter a anuência das comunidades à execução do projeto já gerava uma série de conflitos internos nos *Ayllus*. Na tentativa de obter a anuência das comunidades, a empresa utilizou-se de uma política de promessas de postos de trabalho e cooptação de lideranças comunitárias, prática que se intensificou em 2010 já sob a vigência da Constituição Plurinacional de 2009. Em 2011 os inconvenientes causados pela empresa já eram tantos que diversos “*cabildos*” decidiram por exigir do Governo central a sua expulsão e o cancelamento das concessões.

Para a extração dos minérios no “*Cerro Mallku Qota*” a *South American Silver Corp.* pretendia fazer uso do sistema de exploração a céu aberto, o que significaria a destruição do próprio “*Cerro*”, a necessidade de uma extensa área de intervenção e a geração de grandes impactos socioambientais.

Segundo o “Dossier de Prensa” organizado pelo Cedib sobre o caso, o empreendimento, uma vez levado adiante, implicaria para os indígenas na perda de territórios ancestrais e de lagos e outros sítios sagrados, bem como na perda do acesso às principais fontes de água potável existentes na região. A exploração do *Mallku Qota* também levaria à contaminação de águas subterrâneas pelo uso do ácido clorídrico, e à perda de nascentes e afetação de bacias hidrográficas da região pelo acúmulo de sedimentos, situação que afetaria inclusive a cabeceira da bacia amazônica, ali localizada. Assim, para o Cedib,

*Llevar adelante el emprendimiento de mina a cielo abierto en el área de Mallku Khota sea a través de una transnacional, sea a través de un emprendimiento estatal implica haber tomado la opción de obtener beneficios económicos a costa de impactos ambientales en la cabecera de cuenca cuyos alcances negativos serán más allá de la zona de la explotación (...)*¹²⁸.

¹²⁷ *Ayllus* e TCOs *Chiro, Chullpas, Coacari, Takahuani, Qullana, Sullca, Sullca Jilatikani, Urinsaya, Jatun Ayllu Urinsaya* e *OTB Ayllu Palli Palli*.

¹²⁸ CEDIB. **Mallku Khota – Dossier de Prensa: Minería, Tierra y Territorio**. Cochabamba, Noviembre de 2012. Disponível em: < <http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2013/04/Dossier-MallkuKhota.pdf> >.

A despeito de tais impactos, contudo, o projeto era assumido como de interesse governamental, devido à perspectiva de retorno em divisas para o país. Daí o fato de que, durante o movimento de expulsão levado adiante pelos *Ayllus*, o governo tenha adotado a postura de defesa intransigente da mineradora em detrimento dos direitos e interesses das comunidades ou da preocupação com a saúde do meio ambiente.

O movimento de resistência contra a mineradora iniciado em 2011 pelos *Ayllus* da região, com o apoio do Conamaq e de organizações ambientalistas, ocorreu concomitantemente ao movimento das terras baixas em defesa do Tipnis e teve como “*la gota que rebasó el vaso*” a informação que escapara da empresa de que “*para empezar con la explotación mineralógica a cielo abierto la comunidad*” teria que “*dejar el lugar actual donde está asentada y reubicarse en otro lado*”¹²⁹. A mobilização dos *Ayllus* cabou por envolver ocupações das instalações da empresa, bloqueios de estrada e marchas a La Paz, acarretando assim como uma série de atos de repressão policial-militar contra os *kurakas* e *mallkus* contrários à presença da mineradora.

Além da preocupação com as consequências ambientais do empreendimento, os *Ayllus* também se queixavam da não realização da consulta prévia, livre e informada, que de acordo com o seu entendimento já deveria ter ocorrido. Afinal, a mineradora já se encontrava realizando o trabalho de prospecção, “*pero el gobierno se ha justificado indicando que la explotación no ha sido iniciada y que por tanto no hay necesidad de la consulta en esta etapa*”¹³⁰. Ou seja, para o governo a consulta prévia só deveria ocorrer após a fase de prospecção, e diante dos resultados positivos quanto à viabilidade da exploração.

As mobilizações contra a mineração se intensificaram, com confrontos com a polícia e entre grupos favoráveis e contrários à exploração, detenção pelos indígenas originários de engenheiros da mineradora, flagrados em atos de espionagem a “*cabildos*”. Finalmente em 10 de julho de 2012, após os confrontos com a polícia que deixaram o saldo de um indígena morto e outros quatro feridos, o Presidente Evo reuniu-se com os dirigentes indígenas, ocasião em que se acordou pela a saída da mineradora canadense e a nacionalização da exploração mineral de *Mallku Khota*, o que foi tornado oficial com o Decreto de Reversión n.º 1308, de 1.º de agosto daquele ano¹³¹. Com a decisão afasta-se a transnacional, mas mantém-se a perspectiva de extração mineral, o que significa que as preocupações com os impactos socioambientais

¹²⁹ CHALLAPA, Cristina Lipa. “**Mallku Khota, otro caso conflictivo y sin consulta previa**”. CIPCA Cochabamba, 29.May.2012.

¹³⁰ CEDIB. **Mallku Khota – Dossier de Prensa...** *Op. Cit.*, p.16.

¹³¹ BOLÍVIA. Presidencia da República. **Decreto Supremo n.º 1308**, de 1.º.Ago.2012. Determina a reversão do cerro Mallku Khota ao controle da estatal Corporación Minera de Bolivia (Comibol). Disponível em: < <http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2012/08/DECRETO-1308-MALLKU-KHOTA.pdf> >.

levantados pelo Cedib deverão continuar. O caso *Mallku Khota* foi, conforme observou Cristina Challapa, pesquisadora do Cipca, um conflito emblemático no contexto da resistência do Estado em cumprir com a obrigação constitucional de submeter os projetos de seu interesse à consulta prévia, livre e informada das comunidades indígenas¹³².

4.2.1.4 Anteprojeto de Lei Marco de Consulta Prévia

Além do Tipnis e do *Mallku Qota* o Anteprojeto de Lei Marco de Consulta Prévia constituiu também um importante palco de tensões e disputas a agitar e impulsionar uma verdadeira guerra pela regulamentação infraconstitucional daquele direito indígena. Com o Governo central pautando a questão da consulta prévia pela LRE, foi pelas mãos das próprias Nações e Povos IOC ou mais especificamente pelo Conamaq, que teve início o processo de debate de propostas para a elaboração daquele Anteprojeto.

Em 27 julho de 2010, como resultado da Primeira “*Cumbre*” nacional de *Ayllus* e Comunidades IOC sobre o direito de consulta prévia o Conamaq, tendo em vista o quadro de desrespeito aos direitos constitucionais dos povos e nações originárias – entre os quais o de consulta prévia –, a promulgação da LRE com sua rejeição ao caráter vinculante da consulta, e considerando ainda o fato de a Bolívia se encontrar em processo de reformulação legislativa em razão da nova Constituição, adotava, entre outras resoluções, “*elaborar un proyecto de ley marco sobre el derecho de consulta*”, bem como denunciar nacional e internacionalmente a não aplicação daquele direito, e o caráter inconstitucional do art. 39 da LRE¹³³.

Exatamente um ano depois, em 28 de julho de 2011, após meses de um processo de construção coletiva que envolveu os 16 *Suyus* das terras altas, o Conamaq apresentou à ALP o seu “*Anteproyecto de Ley Marco de Consulta y Consentimiento Previo, Libre e Informado a las Naciones y Pueblos Indígenas Originarios, de Cumplimiento Obligatorio por el Estado Plurinacional*”¹³⁴. Entre outros aspectos a proposta enfatizava o caráter vinculante da consulta, colocava a obtenção do consentimento como finalidade de sua realização, e definia a sua aplicabilidade diante de medidas tanto administrativas quanto legislativas previstas num amplo leque de hipóteses. Além disso, restringia os sujeitos do direito de consulta aos povos e nações indígena originários e Afrobolivianos, por se tratar de um direito ligado à livre determinação

¹³² CHALLAPA, Cristina Lipa. “*Mallku Khota, otro caso conflictivo y sin consulta previa*”. *Op. Cit.*

¹³³ “*Primera Cumbre Nacional de Ayllus, Comunidades Indígenas, Originarias y Campesinas sobre el Derecho a la Consulta Previa e Impacto de Industrias Extrativas y Megaproyectos*”. La Paz, 26 e 27 de julho de 2010.

¹³⁴ Versão integral disponível em: < http://constituyentesoberana.org/3/pronunciamientos/072011/290711_1.pdf >. Documento entregue à ALP, no ato representada pelo Senador do MAS Eugenio Rojas e pelo Deputado Edwin Tupa, chefe da mesma bancada na Câmara dos Deputados.

dos povos, amparado na Convenção 169 da OIT¹³⁵ e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Apenas em fevereiro de 2012, logo após a promulgação da Lei n.º222, o Governo daria início à elaboração de seu próprio anteprojeto, tarefa delegada ao Ministério de Governo¹³⁶ através de uma “Comissão nacional”, para a qual foram convidadas a Cidob, o Conamaq e as demais organizações do Pacto. Entretanto, dando este por dissolvido desde a participação das organizações campesinas e interculturais nos ataques à VIIIª Marcha, e tendo em vista a postura do Governo em relação ao Tipnis e à própria consulta, Conamaq e Cidob declinaram do convite, e o processo de discussão ficou restrito às organizações ligadas ao MAS: CSUTCB, CNMCIQB “BS” e Federación Nacional de Cooperativas Mineras de Bolivia (FNCMB). Além disso as organizações indígenas reivindicavam o seu projeto apresentado no ano anterior como base para a discussão, não reconhecendo legitimidade às organizações campesinas e interculturais para o tratamento de um direito reconhecido apenas aos indígenas em decorrência de sua livre determinação. Diante disso, Cidob e Conamaq decidiram elaborar conjuntamente uma nova versão de anteprojeto, restringindo os sujeitos do direito de consulta apenas às nações e povos indígenas originários, proposta apresentada à ALP em 27 de novembro de 2012¹³⁷.

Pouco depois veio à tona a primeira versão do Anteprojeto da Comissão coordenada pelo Ministério de Governo¹³⁸. Confirmando os temores das organizações indígenas a proposta passava longe do que se poderia esperar do tratamento ao direito de consulta no marco de um

¹³⁵ Na América Latina os direitos conferidos aos chamados “povos tribais” pela Convenção 169, entre os quais os de consulta prévia, têm sido estendidos às comunidades afrodescendentes, por serem compreendidas como identidades coletivas portadoras de tradições culturais próprias e submetidas a condições históricas de espoliação, exclusão e opressão, bastante similares às vivenciadas pelos povos indígenas. *Vide* a propósito o art. 1.º, 1. “a” da Convenção 169 da OIT: “Artigo 1.º. 1. A presente convenção aplica-se: a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;”.

¹³⁶ Compartilho aqui da estranheza de Clavero, de que tal incumbência tenha sido delegada ao Ministério de Governo, Pasta encarregada da implementação de “*políticas públicas proactivas en materia de seguridad ciudadana, régimen interior, migratorio, penitenciario y defensa social*” (Cf. <<http://www.mingobierno.gob.bo/misionvision.html>>.), e “*no por el Ministerio de Culturas con su Viceministerio de Descolonización, ni por el Ministerio de Autonomías, ni tampoco por alguna instancia en la que hubiera representación indígena*” (CF. CLAVERO, Bartolomé. “**La Consulta en Serio**”. Disponível em: <<http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2012052903>>.). Desde o início de agosto de 2013 os artigos de Clavero só são acessíveis em páginas diversas na Internet, dado que o seu Blog <<http://clavero.derechos.org>> onde disponibilizava artigos e outros documentos relativos aos direitos indígenas e em especial à sua passagem no Foro, foi retirado do ar devido a um ataque de hackers que destruiu parte importante do material (cf. “**Hackean blog de destacado jurista español Bartolomé Clavero**”. Disponível em: <<http://servindi.org/actualidad/91335>>.).

¹³⁷ CIDOB. CONAMAQ. **Propuesta: Anteproyecto de Ley Marco de Consulta Previa, Libre e Informada a las Naciones y Pueblos Indígenas Originarios**. Disponível em: <<http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2012/11/CONAMAQ-CIDOB-Propuesta-ley-marco-consulta-libre-previa.pdf>>.

¹³⁸ BOLIVIA. Ministerio de Gobierno. Equipo Multidisciplinario. **Propuesta de Anteproyecto - Ley Marco de Consulta**. Disponível em: <http://www.cenda.org/2/tyt/012013/310113_2.pdf>.

Estado de bases constitucionais plurinacionais e descoloniais. Ali o Governo tratava simultaneamente e muitas vezes de modo mesclado não apenas da consulta prévia tendo como sujeitos as nações e povos indígena originários, mas também da “consulta pública” relativa à mitigação de impactos ambientais, tendo como sujeitos tanto as nações e povos IOC quanto os afrobolivianos, interculturais e campesinos. Além da miscelânea que retirava do direito de consulta o seu caráter específico, a proposta restringia sua aplicabilidade às TCOs e TIOCs, tornando-se inalcançável para grande parcela das comunidades indígenas cujos territórios, como observei antes, estava longe de obter aquela condição em razão das exigências da LMAD. Além disso elencava um rol de matérias excluídas do âmbito da consulta, entre as quais os planos e projetos de infra-estrutura básica e saúde e educação “*destinados a garantizar los derechos a una vida digna de las naciones y pueblos indígena originario campesinos*” e às demais comunidades (art. 7, f), bem como as medidas “*de carácter estratégico y que sean declaradas de interés nacional y utilidad pública*” no marco da Constituição (art. 7, g), e as medidas legislativas “*mediante las cuales se aprueban contratos de la industria extractiva por su carácter estratégico*” (art. 7, h). Por fim, seguindo os passos da LRE, declarava expressamente: “*El derecho a la consulta no implica poder de veto*” (art.23, II, grifei). Entre as vozes que se levantaram contra o projeto, Raul Prada o classificou como “*un dispositivo de guerra em contra de las naciones y pueblos indígenas originarios, en contra del germen de Estado plurinacional, que se encuentra en la Constitución y en los territorios indígenas*”¹³⁹.

Em janeiro de 2013 Cidob e Conamaq, ao mesmo tempo em que davam por dissolvido o *Pacto de Unidad*¹⁴⁰, rechaçavam o projeto do Executivo por desconsiderar a proposta conjunta apresentada em novembro e diluir a consulta prévia confundindo-a com a consulta pública, violando assim o bloco de constitucionalidade relativo aos direitos indígenas¹⁴¹. Então, juntamente com a APG, intensificaram as denúncias contra a proposta do governo, culminando em 22 de março com um protesto diante de organismos das Nações Unidas em La Paz, quando afirmaram que o anteprojeto “*carece de legitimidad y es desconocido plenamente por nuestras*

¹³⁹ ALCOREZA, Raul Prada. “**Bolivia: el nuevo etnocídio. El proyecto de ley de consulta anti-indígena**”. La Paz, 13.Fev.2013. Disponível em: < <http://servindi.org/actualidad/81904> >.

¹⁴⁰ CIDOB. CONAMAQ. **Resolución 01 de disolución del Pacto de Unidad**. Cochabamba, 18.Enero.2013. Disponível em: <http://somosur.net/documentos/Resol_CIDOB_CONAMAQ_pactoUnidad_30130118.pdf>.

¹⁴¹ CIDOB.CONAMAQ. “**Pronunciamento de Rechazo al Anteproyecto de la Ley de Consulta del Poder Ejecutivo del Estado Plurinacional**”. Cochabamba,18. En. 2013. (Destaques no original). Disponível em:< http://somosur.net/documentos/PronuncCIDOB-CONAMAQ_leyConsulta20130118.pdf >.

organizaciones”, e que “*si el Gobierno insiste, (...) encontrará la resistencia de nuestras organizaciones a su aplicación en nuestros territorios*”¹⁴².

O episódio acabou gerando a oportunidade para as organizações indígenas sentarem-se à mesa com o governo (distante, porém, das organizações do chamado *Pacto de Unidad* não mais reconhecido pelas organizações indígenas), o que ocorreu em Cochabamba em 10 e 11 de junho¹⁴³. Daí resultou a decisão pela separação entre Consulta prévia e Consulta pública, pela exclusão desta última do anteprojeto, pela independência institucional da Consulta em relação ao Governo, e pelo Consentimento Prévio como parte do direito à Livre Determinação das nações e povos indígenas originários. Contudo, decidiu-se também que o direito de Consulta prévia se estenderia aos camponeses, interculturais e afrobolivianos¹⁴⁴.

Em agosto de 2013, também em Cochabamba, em nova reunião da “Comissão Nacional” agora com a presença do Conamaq e da Cidob dissidente¹⁴⁵, o Ministério do Governo teria obtido o consenso para a criação de um “Conselho Consultivo Plurinacional” como instância de mediação e conciliação de conflitos entre Estado e aqueles setores relativamente à questão da Consulta. Além disso, contrariamente à proposta do Conamaq, Cidob “orgânica” e APG, estendeu os sujeitos do direito de consulta prévia aos interculturais, camponeses e afrodescendentes¹⁴⁶, o que foi considerado por Johnny Maraza, dirigente da CSCIOB, como um grande avanço uma vez que “*los pueblos indígenas, originários y campesinos somos iguales*”¹⁴⁷. Ao mesmo tempo, o caráter vinculante da consulta exigido pelos indígenas continuava pendente dada a insistência do governo em que, não havendo

¹⁴² CONAMAQ. CIDOB. APG. “**Pronunciamiento CONAMAQ, CIDOB y APG sobre Ley Marco de Consulta**”. La Paz, 22.Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.territoriosenresistencia.org/noticias/pronunciamiento-conamaq-cidob-y-apg-sobre-ley-marco-de-consulta>>.

¹⁴³ APC Bolivia. La Paz. Freddy Cañasto. CONAMAQ. “**CONAMAQ y Gobierno analizan propuesta: ‘Anteproyecto de Ley Marco de Consulta previa, libre e informada a las naciones y pueblos indígenas originarios’**”. La Paz, 14.Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.apcbolivia.org/inf/noticia.aspx?fill=2076&Id=8&D86rt Fv&fil= 9&hrtsdate=10&BDrt54SSDfe=&%FS45>>.

¹⁴⁴ CONAMAQ. “**CONAMAQ y Gobierno analizan propuesta...**”. *Op. Cit.*

¹⁴⁵ MINISTERIO DE GOBIERNO. CNMCIQB-BS. CONAMAQ. CIDOB. CSUTCB. CSCIOB. **Anteproyecto de Ley de Consulta Previa Libre e Informada. Documento consensuado en la Comisión Nacional**. Cochabamba, Agosto, 2013. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.org/observatoriodiscriminacion/images/documentos/161785241-Anteproyecto-de-Ley-de-Consulta-Previa-Bolivia-Version-19-de-agosto-2013.pdf>>. *Vide* também PACTO DE UNIDAD. “**Acta Final de Concertación del Anteproyecto de Ley de Consulta Previa Libre e Informada por las Organizaciones Nacionales de los Pueblos Indígena originario Campesinos, Comunidades Interculturales y Pueblo Afroboliviano del Pacto de Unidad**”. Cochabamba, 19.Ago.2013. Disponível em: <<http://www.justiciaviva.org.pe/userfiles/file/actas.pdf>>.

¹⁴⁶ Fato destacado por Johnny Maraza, dirigente da CSCIOB, como um grande avanço uma vez que “*los pueblos indígenas, originários y campesinos somos iguales*”. NODAL. “Bolivia: movimientos acuerdan con el gobierno anteproyecto de Ley Marco de Consulta Previa”. 20.ago.2013.

¹⁴⁷ NODAL. “**Bolivia: movimientos acuerdan con el gobierno...**”. *Op. Cit.*

acordo com a comunidade, “*el Estado tome una decisión*”. Contudo, ante a objeção das organizações, “*se acordó derivarla en consulta al presidente Evo Morales*”¹⁴⁸.

Importante observar que apesar da decisão de se retirar do projeto a parte relativa à consulta pública, é exatamente nisto que o projeto acaba se transformando quando se a estende aos setores não-indígenas. Muito ao contrário da aura democrática que se pretende dar com a manobra, na verdade retira-se do projeto de sua força específica, a de proporcionar aos povos indígenas as condições necessárias à operacionalização de seu direito de livre-determinação. Perde também a concepção plurinacional de Estado a duras penas alcançada no texto constitucional. Diferentemente da avaliação do dirigente da CSCIOB, indígenas e não indígenas não são “*iguales*”, são diferentes. Mas aqui o projeto iguala indígenas e não indígenas, como se entre ambos não houvessem diferenças culturais nem assimetrias históricas e, portanto, necessidade do resguardo de direitos específicos àqueles. Para Alcoreza esta postura que desconhece as especificidades indígenas é “*una clara posición nacionalista, una lógica de Estado, una razón de Estado, una posición esencial del Estado-nación*”, em “*evidente desconocimiento de la condición del Estado Plurinacional*”¹⁴⁹. Afinal, a consulta prévia, livre e informada e dotada de efeito vinculante é um direito reconhecido não a todos os setores da sociedade, mas aos povos indígenas, vítimas históricas dos processos de conquista e colonização, como instrumento de sua livre determinação em face dos Estados coloniais.

Segundo Fredy Guzmán, de Cipca, apesar de importantes modificações no projeto original do governo (como a retirada das TCO e TIOCs como critério de aplicação da consulta e as hipóteses de exclusão da consulta antes referidas), os consensos festejados foram considerados problemáticos pelas indígenas originárias¹⁵⁰. Mesmo firmando o compromisso o Conamaq teria manifestado “*suspicias y dudas*”, aguardando reunião com o presidente Evo para tratar das pendências. Ao mesmo tempo, organizações regionais como a Cirabo – contrária à Cidob dissidente – e a Central de Pueblos Étnicos Moxeños del Beni (CPEMBE), teriam

¹⁴⁸ NODAL. “**Bolivia: movimientos acuerdan con el gobierno...**”. *Op. Cit.*

¹⁴⁹ ALCOREZA, Raul Prada. “**La desaparición de la Consulta a los pueblos indígenas**”. Bolpress. La Paz, 19.Ago.2013. Disponível em: < <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013081906> >.

¹⁵⁰ GUZMÁN, Fredy Villagomez. “**Anteproyecto de Ley de Consulta consensuado genera recelo y descontento**”. Cipca, La Paz, 23.Ago.2013.

denunciado “*exclusión y presión en el encuentro*”¹⁵¹, enquanto a APG teria anunciado “*movilizaciones sociales para que su propuesta sea tomada en cuenta*”¹⁵².

A versão final do Anteprojeto elaborado sob a liderança do Ministério de Governo foi finalmente aprovada em reunião de 5 de dezembro de 2013, que contou com a presença de delegados de organizações IOC, afrodescendentes e instituições estatais¹⁵³. Ali teriam sido revisadas e discutidas as observações de Conamaq e APG, e o resultado foi apresentado à imprensa como fruto do acordo entre as organizações do “*Pacto de Unidad*” – ali incluídas Cidob e Conamaq¹⁵⁴. Mas assim como ocorrera com a Cidob, o Conamaq ali presente estava representada pela dissidência da organização, formada por indígenas ligados ao MAS e proclamados seus novos representantes, em processo eleitoral não reconhecido pela organização. A pesar disso a assessoria de imprensa do Ministério divulgou o acordo como

*...un hito histórico de concertación y participación amplia en la construcción de una Ley fundamental para las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y pueblo afro boliviano, como parte del camino hacia la consolidación del Estado Plurinacional*¹⁵⁵.

Segundo a imprensa, os dois pontos problemáticos disseram respeito aos sujeitos do direito de consulta e o seu caráter vinculante. Quanto ao primeiro manteve-se a decisão de agosto de “*no excluir a ninguna organización de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y pueblo afroboliviano*”¹⁵⁶. Já o segundo teria consistido, segundo o jornal La Razón, em dificuldade maior por envolver “*la posible negativa de los pueblos ante una iniciativa estatal y el posible veto a la consulta*”. Segundo o jornal, o ministro Romero teria afirmado que “*Si hay dificultad, se agotarán las instancias de consulta con un plazo de 180 días*”, havendo “*excepciones si el proyecto es complejo*”¹⁵⁷. Ainda segundo

¹⁵¹ Segundo o La Razon, Samuel Pérez dirigente da CPEMBE teria afirmado que “*la reunión es manipulada y por ello abandonamos; hemos sido objeto de discriminación por parte del Ministro de Gobierno, pese a que tenemos las acreditaciones correspondientes. Queríamos incluir la propuesta trabajada por la Cidob (Central de Pueblos Indígenas de Bolivia) y la APG (Asamblea del Pueblo Guaraní) porque la propuesta (aprobada) es del Gobierno, no de los pueblos indígenas*”. Cf. MELGAREJO, Angélica. “**Organizaciones aprueban proyecto de Ley de Consulta**”. LA RAZÓN, Cochabamba, 20. Ago.2013.

¹⁵² GUZMÁN, Fredy Villagomez. “**Anteproyecto de Ley de Consulta...**”. *Op. Cit.*

¹⁵³ Segundo a imprensa estariam representados o viceministerio de Justiça IOC, os Ministerios de Defesa, Meio Ambiente e Água, e de Hidrocarburos e Energia. Também estariam representados o Senado e instituições como INRA, YPFB, Fecomín, Comibol e Senarp.

¹⁵⁴ CSUTCB, CNMCIO “BS”, Cidob, Conamaq e CSCIB.

¹⁵⁵ BOLIVIA. MINISTERIO DE GOBIERNO. Dirección de Prensa. “**El pacto de unidad aprueba el documento final de Anteproyecto de ley de consulta previa libre e informada**”. La Paz, 5.Dic.2013. Disponível em: < <http://www.mingobierno.gob.bo/spip.php?article506> >.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ LA RAZÓN. “**Proyecto de Ley de Consulta tiene consenso**”. La Paz, 06.Dic.2013.

a matéria o projeto seria enviado na semana seguinte ao Executivo, para ser homologado e remetido oficialmente à ALP, com a perspectiva de ser incluído na agenda legislativa de 2014.

Assim, passados cinco anos da declaratória do nascimento do Estado Plurinacional Boliviano o direito de consulta prévia, livre e informada também reconhecido pelo bloco de constitucionalidade aos povos e nações indígenas originários, ainda não se tornou realidade concreta nas práticas do Executivo, que continuam pautadas pela lógica da colonialidade. O Estado ainda não conta com a esperada Lei Marco de Consulta Prévia, não havendo indícios até o momento de que venha a ser objeto de aprovação em tempo próximo¹⁵⁸. Além disso, a julgar pelo teor problemático do texto acordado pelo Executivo, e a disposição de resistência já anunciada pelas organizações indígenas agora denominadas “orgânicas”, os processos conflitivos neste campo ainda continuarão. Como já afirmou Joel Mamani, um dos dirigentes do Conamaq “orgânico”, o anteprojeto possui “*una línea colonial, una línea de entreguismo de recursos naturales a las empresas transnacionales*”, motivo pelo qual “*Las organizaciones matrices de los pueblos indígenas seguiremos en la construcción de un Estado plurinacional pleno, porque así dice en la tapa de la Constitución: que Bolivia es un Estado plurinacional*”¹⁵⁹. Em outras palavras, a plurinacionalidade parece continuar no horizonte de sentido dos povos indígenas, e os “novos direitos” que vão se desenhando no plano da legislação infraconstitucional até o momento não têm passado de obstáculos à sua consecução.

4.2.2 Equador: consulta prévia versus privatização da água e extrativismo mineral

No caso do Equador, durante a Constituinte a proposta de direito de consulta apresentada pela Conaie tomava emprestada a formulação da mencionada Declaração das Nações Unidas, que ao menos aparentemente coloca a questão em termos de poder de “consentimento”¹⁶⁰, e não de simples direito de consulta. Naquele momento, apenas a

¹⁵⁸ Nos sítios da Presidência da República e da ALP na Rede Internet não há qualquer indicativo de que o Anteprojeto tenha sido enviado ao Legislativo, o que faz lembrar o comentário de Clavero, acerca da falta de transparência nos procedimentos legislativos naquele Estado: “*Las decisiones son previas al ingreso de los asuntos en la Asamblea Legislativa Plurinacional. Bajo la cobertura de procesos controlados de participación ciudadana, las tomas de decisión resultan realmente opacas*”. CLAVERO, B. “**Bolivia: Pésimos Augúrios para la Garantía de Consulta de los Derechos de los Pueblos Indígenas**”. Fev.2013. Disponível em: <<http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013020103>>.

¹⁵⁹ BOLPRESS. “**Pueblos indígenas contra las leyes ‘entreguistas’...**”. *Op. Cit.*

¹⁶⁰ “Art. 34. (...) 7. *El Estado consultará de buena fe y previa información completa a las comunidades indígenas involucradas, a través de las autoridades propias, con la participación de la totalidad de sus integrantes y por consenso, a fin de obtener su consentimiento, libre e informado antes de la adjudicación de concesiones, aprobación de proyectos, planes, programas y actividades de prospección, exploración y explotación de los recursos no renovables que se hallen en sus tierras y territorios y que puedan afectar su identidad, vida, salud, cultura, economía y biodiversidad, particularmente, los recursos hídricos*” (CONAIE. Constitución del Estado Plurinacional de la República del Ecuador. **Propuesta de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador**. Quito, octubre del 2007. Grifei).

organização dos povos e nacionalidades indígenas propusera a inclusão do tema, que ficara fora das preocupações da Fenocín¹⁶¹, representativa dos interesses sindicais camponeses.

A formulação constitucional finalmente aprovada inseriu entre os direitos coletivos das comunas, comunidades, povos e nacionalidades indígenas, a consulta prévia, livre e informada relativa tanto a atos no plano administrativo de exploração de recursos não renováveis (art.57,7) quanto a medidas legislativas capazes de afetar quaisquer de seus direitos coletivos (art. 57,17), configurando assim a chamada consulta prévia “pré-legislativa”. A exemplo da Bolívia, a expressão “*consulta*” foi adotada em detrimento do termo “*consentimiento*”, mas este acabou aparecendo como um ato falho no mesmo dispositivo constitucional (art.57,7), no momento em que se afirma que “*Si no se obtuviese el consentimiento de la comunidad consultada, se procederá conforme a la Constitución y la ley*”. E assim como no caso da Constituição boliviana de 2009, também aqui se garante a proteção dos instrumentos internacionais de direitos humanos (art.57) que, além de fazerem parte do bloco de constitucionalidade, têm prevalência hierárquica sobre o tratamento constitucional dado a tais direitos sempre que mais favoráveis (art. 424)¹⁶², devendo também serem aplicados diretamente pelas diversas autoridades representativas do poder público, tanto no plano judicial quanto administrativo¹⁶³. Porém, diferentemente do caso boliviano, o Equador internalizou formalmente apenas a Convenção 169 da OIT, ainda sob a Constituição de 1998¹⁶⁴. Embora o Estado tenha votado na Assembleia Geral das Nações Unidas favoravelmente à Declaração sobre aos Direitos dos

¹⁶¹ Embora abrangendo uma parcela da população indígena e tratando da questão dos recursos naturais sob a perspectiva da soberania alimentar, a Fenocín não incluiu a consulta prévia entre as suas reivindicações. No documento, apresentado à Mesa Constituinte n.º 7 sobre Regime de Desenvolvimento, a organização afirmou a importância do acesso aos recursos naturais não renováveis, que “*los campesinos tenemos valores propios y locales*” e uma outra “*manera de ser y de vivir, marcando diferencias con relación a los estilos de vida de sociedades capitalistas modernas*”, e que “*teniendo acceso a la tierra y a los recursos naturales resolvemos nuestros problemas reproductivos*”. Mas não colocou nenhuma preocupação explícita com relação a impactos de eventuais projetos econômicos em tais recursos, nem reivindicou para as comunidades afetadas o direito de consulta prévia. Limitou-se apenas a afirmar que “*es indispensable **terminar con las concesiones a privados que privilegian el uso mercantil del agua y que la contaminan, como el caso de las empresas mineras y otras***”, e a defender que se deve “*evitar los megaproyectos y represas que afectan los ecosistemas y a las comunidades locales*”. FENOCIN. “**Interculturalidad Revolución Agraria y Soberanía Alimentaria. Planteamientos para la Asamblea Nacional Constituyente**”. Quito, 18.fev.2008, pp.6 e 8.

¹⁶² “*Art. 424.- La Constitución es la norma suprema y prevalece sobre cualquier otra del ordenamiento jurídico. (...) La Constitución y los tratados internacionales de derechos humanos ratificados por el Estado **que reconozcan derechos más favorables a los contenidos en la Constitución, prevalecerán sobre cualquier otra norma jurídica o acto del poder público***” (Grifei.).

¹⁶³ “*Art. 426. Todas las personas, autoridades e instituciones están sujetas a la Constitución. **Las juezas y jueces, autoridades administrativas y servidoras y servidores públicos, aplicarán directamente las normas constitucionales y las previstas en los instrumentos internacionales de derechos humanos siempre que sean más favorables a las establecidas en la Constitución, aunque las partes no las invoquen expresamente.** (...)*” (Grifei.).

¹⁶⁴ O texto da Convenção foi aprovado em 24 de abril de 1998, através de Resolução Legislativa ratificada pelo Presidente da República através do Decreto Executivo n.º 1.387, publicado em 6 de maio daquele ano.

Povos Indígenas, no marco da Constituição declaratória da Plurinacionalidade não logrou formalizar no plano legal a sua internalização¹⁶⁵. Contudo, enquanto instrumento internacional de Direitos Humanos – em princípio sem efeito vinculante para os Estados –, encontra-se já internalizada pela própria Constituição¹⁶⁶, de modo que ambas formam parte do bloco de constitucionalidade em matéria de direitos humanos e, em específico, de direitos indígenas.

Quanto à questão do efeito, também não há na Constituição equatoriana nenhuma referência a que seja vinculante, mas, como na Carta Boliviana, nenhuma outra que vede tal caráter. Além disso a observação constante no artigo 57, de que em caso de ausência de *consentimento* da comunidade consultada “*se procederá conforme a la Constitución y la ley*” pode levar à interpretação de que tal efeito esteja previsto, ainda mais considerando que se encontra previsto na Declaração das Nações Unidas de 2007.

Como antes mencionado (tópicos 2.2.2 e 3.4) na Amazônia equatoriana, há décadas a existência de importantes jazidas de petróleo e gás natural tem tornado diversos territórios indígenas em importantes alvos do interesse do setor minerário e petrolífero. Conflitos entre comunidades indígenas e grandes empresas petrolíferas estrangeiras, presentes em territórios indígenas sob concessão governamental e sem qualquer preocupação de consulta às comunidades, foram um dos motivos propulsores do próprio crescimento e combatividade do movimento indígena na região, contrapondo o avanço na defesa dos direitos indígenas e dos interesses soberanos da sociedade equatoriana em geral aos efeitos predatórios do binômio extrativismo / neoliberalismo. Também como foi visto antes (tópico 3.4), durante a Constituinte de 2007-2008, já sob a égide da chamada “*revolución ciudadana*”, de cunho socialista comandada pelo governo do Presidente Correa com o apoio majoritário do bloco parlamentar de AP, a questão ambiental derivada da exploração mineral e petrolífera em territórios indígenas novamente configurou um dos focos de tensão entre o governo e o *Pachakutik*.

¹⁶⁵ Através do Projeto de Lei Orgânica “*para el ejercicio y la Aplicación de los Derechos Colectivos, Consagrados em la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas*”, o MUPP-NP tentou, a exemplo da experiência boliviana, ratificar o texto da Declaração das Nações Unidas de 2007. Na sessão 35, de 25 de março de 2010, a proposta foi ao debate no Plenário da Assembleia Nacional mas, num ambiente majoritariamente formado por parlamentares do partido situacionista, recebeu diversas objeções entre as quais a de limitar-se aos direitos indígenas, e acabou retirada pela sua proponente, deputada Lourdes Tibán, numa manobra para preservar o seu texto, a pedido do *Pachakutik*. Vide ECUADOR. ASAMBLEA NACIONAL. Comisión Especializada Permanente de Derechos Colectivos, Comunitarios y la Interculturalidad. **Proyecto de Ley Orgánica para el Ejercicio y la Aplicación de los Derechos Colectivos, consagrados en la Declaración de las Naciones Unidas, sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas.** Gravações de áudio e vídeo da sessão de debates e votação na *playlist* da Assembleia no Youtube, “**Sesión 35 (25-03-2010)**” disponível em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PL5C1B59EC489643BB>>.

¹⁶⁶ Vide arts. 11 (3 e 7), 41, 57, 58, 93, 156, 171, 384, 398, 416 (7), 417, 424, 426, 428, e 436 (1 e 5).

Agora, no marco da plurinacionalidade declarada pela Carta Equatoriana de 2008, a questão do controle dos recursos hídricos e os grandes projetos de exploração mineral e petrolífera continuam no centro de uma série de conflitos entre Estado e povos indígenas e ambientalistas. E envolvem, em seu núcleo, a questão do direito à consulta prévia, livre e informada, bem como a discussão em torno dos seus efeitos jurídicos. Entre os principais conflitos que têm gerado importantes subsídios para a análise da plurinacionalidade no Equador e os rumos da perspectiva descolonial e intercultural estão o caso da “*Ley de Aguas*”, o caso da aprovação da chamada “*Ley de Minería*”, impugnada junto à Corte Constitucional, bem como os casos Sarayaku e Yasuni-ITT, ambos relativos à questão da exploração mineral e petrolífera, tendo como critério balizador a discussão em torno da Consulta prévia e seus alcances.

4.2.2.1 *Ley de Minería e Sentença da Corte Constitucional*

Assim como ocorrera na Bolívia, a internalização do direito de consulta prévia, ocorrida em 1998 com a aprovação do texto da Convenção 169 da OIT, nunca resultara na produção de da regulamentação legal daquele direito. E com o processo de produção normativa iniciado com a nova Constituição, a não realização de consultas prévias pré-legislativas às comunidades, povos e nacionalidades a pretexto daquele suposto “vazio normativo”, acabara gerando mais um foco de tensão entre o movimento indígena e o governo e sua base legislativa.

Aqui um dos casos mais emblemáticos e de maior repercussão veio com a aprovação do projeto da chamada “*Ley de Minería*”, enviado pelo Executivo à Assembleia em novembro de 2008, apenas 25 dias após o início da vigência da nova Constituição. Na pressa pela obtenção das condições jurídicas que tornassem viáveis a abertura das jazidas minerais à exploração econômica, a consulta pré-legislativa às comunidades, nacionalidades e povos indígenas em relação ao Projeto foi deixada de lado, e substituída pela consulta cidadã de caráter ambiental prevista no art. 398 da Constituição. Além disso, no próprio projeto enviado pelo Executivo a única modalidade de consulta administrativa prevista para a realização dos empreendimentos minerários era a chamada “*consulta social*” ou “*consulta cidadã*”, situada como forma de gestão e participação social voltada unicamente para a preocupação com o plano ambiental, e com o objetivo de “*promover el desarrollo sustentable de la actividad minera*” (art.87). Tal consulta também não possuía o caráter prévio, uma vez que prevista apenas “*a partir del otorgamiento de una concesión minera*”, com informação restrita a “*posibles impactos*” da atividade, e sem responsabilidade do Estado no tocante ao fornecimento das informações acerca do empreendimento, limitado-se apenas ao “*libre acceso*” da sociedade aos estudos ambientais, “*formalmente solicitados*” (art.88). A única referência específica às comunidades,

povos e nacionalidades, era feita para determinar que fossem submetidas, na conformidade com o mencionado art. 398 da CEPB, a “*un procedimiento especial obligatorio*” de consulta a través de suas instituições, “*quando dichas labores*” minerarias em seus territórios ancestrais, pudessem “*afectar sus intereses*” (art. 90)¹⁶⁷.

Assim, o Projeto ia buscar a sustentação constitucional da medida não no bloco de constitucionalidade nem nos dispositivos constitucionais específicos à consulta prévia como direito coletivo indígena, mas num dispositivo relativo à consulta ambiental, garantido à população em geral. Além disso, desconhecendo a sua inferioridade hierárquica em face dos direitos humanos constitucional e internacionalmente previstos, pretendia a prevalência de suas normas “*sobre otras leyes*”, condicionando sua modificação ou derrogação a “*disposición expresa de outra ley destinada específicamente a tales fines*”. Considerado tanto pela situação quanto pela oposição como de importância capital para o desenvolvimento econômico do país, o Projeto foi aprovado por ampla maioria no plenário da Assembleia em janeiro de 2009, apesar das manifestações dos movimentos sociais em todo o país pedindo o seu arquivamento.

Pouco tempo depois a Lei de Minería foi objeto de Ações de Inconstitucionalidade¹⁶⁸, uma delas impetrada pelo então Presidente da Conaie, Luis Macas, perante a Corte Constitucional que na verdade consistia no antigo Tribunal Constitucional, cujas funções haviam sido prorrogadas para aquele período de transição¹⁶⁹. A impugnação apontou a inconstitucionalidade tanto em seu aspecto material – por portar conteúdo violador de diversos dispositivos constitucionais e do bloco de constitucionalidade –, quanto em seu aspecto formal – por ter sido elaborada e aprovada sem a necessária consulta prévia pré-legislativa aos povos e nacionalidades indígenas e afroequatorianas e se pretender hierarquicamente superior aos direitos indígenas reconhecidos na Constituição e no bloco de constitucionalidade.

Nas contestações oferecidas¹⁷⁰ ficou patente aquilo que Clavero descreveu como o “*mal disimulado desprecio por los derechos tanto constitucionales como internacionales de los*

¹⁶⁷ EQUADOR. **Ley de Minería. Registro Oficial n.º 517. Quito, 29 de Enero del 2009.** Disponível em: < <http://www.cme.org.ec/attachments/article/5/ROLM.pdf> >.

¹⁶⁸ Acción Pública de Inconstitucionalidad (IN). Casos 0008-09-IN e 000-09-IN. Demandantes: Marlon René Santi Gualinga (Presidente da Conaie) e Carlos Pérez Guartambel (Presidente dos Sistemas Comunitarios de Agua de las Parroquias Tarqui, Victoria y otras comunidades de la provincia del Azuay). Demandados: Fernando Cordero Cueva e Rafael Correa Delgado. Relator: Juiuz Pazmiño Freire. Sentença 0001-10-SIN-CC de 18.Mar.2010. Disponível em: < <http://186.42.101.3/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/e41a7654-9375-4f2c-8c8e-c07f3910f6ea/0008-09-IN-res.pdf> >.

¹⁶⁹ Cf. art. 27 do “*Régimen de Transición*”.

¹⁷⁰ Apresentaram contestações o Presidente da Comissão Legislativa e Fiscalização da Assembleia Nacional, o Procurador Geral do Estado e o Presidente da República. Entre os argumentos dos demandados estavam os de que os direitos coletivos das comunidades, povos e nações ainda não estariam definidos, que se teria procedido à consulta nos termos do art. 398 da Constituição, obtendo-se observações de diversos setores da

pueblos indígenas”¹⁷¹. Um desprezo que ficou evidente na estratégia discursiva adotada pelos representantes do Legislativo e do Executivo, que ao destacar o papel do Estado na defesa da prevalência do interesse geral sobre o particular, tentavam desqualificar os direitos e interesses indígenas como se fossem menores e irrelevantes uma vez que representativos de uma parcela numericamente minoritária da população. No desprezo pelo direito de consulta prévia dos povos indígenas, Legislativo e Executivo, em pleno Estado plurinacional e intercultural, (re)afirmavam a ideia de que os supostos interesses da maioria da sociedade equatoriana estariam legitimados a se sobrepor, em nome do desenvolvimento econômico, aos interesses tidos como meramente “particulares” da minoria indígena e afroequatoriana.

Na Sentença proferida conforme o voto do relator, Juiz Pazmiño Freire, a Corte reconheceu exigência inafastável da realização da consulta prévia pré-legislativa enquanto direito coletivo substantivo dos povos e nacionalidades, amparado tanto na Constituição quanto no bloco de Constitucionalidade¹⁷², deixando bastante claro o entendimento de que:

... en circunstancias de institucionalidad regular u ordinaria, la consulta pre-legislativa constituye un requisito previo sine qua non que condiciona la constitucionalidad de cualquier medida de índole legislativa que pudiera

sociedade através de “*talleres de consulta*” que teriam contado com participação da Conaie, “*aceptándose algunas argumentaciones y otras no*”, descabendo a pretensão dos demandantes de “*una consulta dirigida de manera particular a los sectores por ellos representados*”, que seria absurdo pretender a consulta prévia para leis como os Códigos “*o las leyes económicas*”, que a pretensão de consulta prévia “*violentaría el principio de la generalidad de la Ley*”, bem como o princípio da prevalência do interesse geral sobre o particular, que a acusação de se violar os direitos territoriais indígenas não teria cabimento dado o dever constitucional do Estado de “*promover el bien común y antemponer el interés general al interés particular*”, que seriam irrealis as alegações de violação da Declaração das Nações Unidas de 2007 e da Convenção 169 da OIT, uma vez que a Constituição é “*la norma suprema y prevalece sobre cualquier otra del ordenamiento jurídico*”, e que caberia ao Estado o direito sobre os recursos não renováveis em territórios indígenas dado o potencial de satisfação do interesse geral a se obter com as atividades minerárias, cabendo também às comunidades indígenas “*interponer el interés general al particular conforme al buen vivir*”. Cf. EQUADOR. Corte Constitucional Sentença 0001-10-SIN-CC de 18.Mar.2010. *Op. Cit.*, pp.09-23.

¹⁷¹ CLAVERO, Bartolomé. “**Corte Constitucional contra Pueblos Indígenas**”. ALAI, 01.Abr.2010. Disponível em: <<http://alainet.org/active/37100&lang=es>>.

¹⁷² A Corte entendeu, em relação à consulta pré-legislativa que “*no se trata de un mero procedimiento o formalidad*”, mas “*un derecho constitucional de caracter colectivo*”. Reconheceu o art. 57.17 da Constituição, e não o art. 398, como “*uno de los derechos de participación de particular relevancia para el presente caso*” por estabelecer “*la obligación del Estado de consultar*” aqueles sujeitos “*antes de adoptar una medida legislativa que pueda afectar cualquiera de sus derechos colectivos*”. A Corte também afirmou o art. 6 da Convenção 169 da OIT como “*el marco genérico de regulación de las consultas previas a realizarse con anterioridad a la adopción de medidas legislativas o administrativas*” e chamou a atenção para a “*directa e inmediata aplicación de la Constitución y de los instrumentos internacionales de derechos humanos, cuando éstos son más favorables a la vigencia de los derechos, aún a falta de ley*”. Além disso, distinguiu as consultas prévias (pré-legislativas e administrativas) “*propias de los derechos colectivos de las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades*”, e cujo “*ejercicio excluye a la ciudadanía en general*”, da consulta popular – “*mecanismo de ejercicio de derechos de toda la ciudadanía*” –, e da consulta prevista no art. 398, restrita a “*materia ambiental dirigida a la comunidad en general sin especificación o diferenciación alguna*”. Cf. EQUADOR. Corte Constitucional Sentença 0001-10-SIN-CC de 18.Mar.2010. *Op. Cit.*, pp.27; 29; 30; 32.

*afectar cualquiera de los derechos colectivos de las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades del Ecuador*¹⁷³ (Grifei.).

A Sentença chamou a atenção também para a mudança de papel da Corte diante da nova realidade constitucional. Partindo da crítica ao Estado monocultural, historicamente sustentado na perspectiva ocidental dos direitos enquanto meros receptáculos das liberdades individuais de uma “*mayoria blanco-mestiza*”, a Sentença assumiu como dever da Corte, no marco do novo constitucionalismo, orientar-se por uma interpretação constitucional integral atenta às contribuições das próprias nacionalidades e povos indígenas. Neste sentido, destacou a importância da consulta prévia não só enquanto mecanismo de participação indígena na tomada de “*decisiones transcendentales*”, mas também enquanto veículo de realização do próprio princípio constitucionalmente transversal da interculturalidade. Uma interculturalidade que garantiria não serem isolados na condição de um “outro”, mas que garantiria que “*también forman parte del Ecuador*” enquanto Estado plurinacional. Daí a Sentença concluir como papel da Corte “*dejar de lado un constitucionalismo monocultural que tenía como eje de acción a la cultura occidental en donde no se incluía las realidades ni las racionalidades de los pueblos y nacionalidades indígenas consideradas como ‘minorías’*”, para de modo diverso, contribuir com “un constitucionalismo pluricultural, plurinacional e intercultural”¹⁷⁴.

O precedente jurisprudencial, contudo, contradiz a retórica discursiva que emprega com a decisão que adota. Contradizendo todas as razões que ela mesma levantou, a Corte decidiu pela constitucionalidade da lei. Sob o argumento de um suposto vazio legal em relação à consulta prévia, pela inexistência de uma normativa infraconstitucional específica, rejeitou a declaratória de inconstitucionalidade formal que derivaria da não realização da consulta pré-legislativa. E, quanto à questão de fundo, declarou a constitucionalidade dos dispositivos relativos ao exercício direto dos atos minerários como “condicionada” à sua não incidência em territórios indígenas, como se aqueles territórios não constituíssem o principal alvo da exploração minerária e, portanto, da própria Lei.

A contradição, contudo, foi apenas aparente, e se dissolveu no momento em que a Corte assumiu a “segurança jurídica”, a “*governabilidade do Estado*” e o apaziguamento dos conflitos como os critérios definidores da decisão adotada¹⁷⁵. Naquele momento ficava claro

¹⁷³ EQUADOR. Corte Constitucional Sentença 0001-10-SIN-CC de 18.Mar.2010. *Op. Cit.*, p.31.

¹⁷⁴ *Idem*, p.23.

¹⁷⁵ “... para el ejercicio práctico del control de constitucionalidad, la jurisprudencia internacional ha desarrollado el principio de conservación de la ley como un axioma que exige al juez constitucional “salvar”, hasta donde sea razonablemente posible, la constitucionalidad de una ley impugnada, **en aras de afirmar la seguridad jurídica y en especial la gobernabilidad del Estado**, evitando, de esta manera, sustituir

que quem de fato atuava não era aquela Corte Constitucional que afirmava encarar a nova realidade constitucional guiada pelos princípios da plurinacionalidade e da interculturalidade, mas o antigo Tribunal, preso ao anterior paradigma “monocultural” e liberal positivista.

O único voto dissidente veio da Juíza Nina Pacari, que defendeu a inconstitucionalidade da lei por entender a não realização da consulta pré-legislativa como a violação de um direito fundamental dos povos e nacionalidades indígenas, e o processo de exploração mineral em seus territórios como uma violação de seus direitos constitucionais por envolver deslocamentos e perda da posse territorial¹⁷⁶.

4.2.2.2 *Ley de Aguas*

Após a *Ley de Minería*, a primeira grande demanda indígena resultante da não aplicação da consulta prévia foi a relativa ao Projeto de “*Ley Orgánica que Regula los Recursos Hídricos y el Uso y Aprovechamiento del Agua*”, denominada simplesmente de projeto de “*Ley de Aguas*”. Temática bastante sensível às comunidades – tanto indígenas quanto campesinas não-indígenas –, por afetar diretamente um item básico para sua sobrevivência a, “*Ley de Aguas*” conseguiu aglutinar, na mobilização contra a aprovação do projeto, não apenas a Conaie e a Equarunari, mas também a Feine e a Fenocín.

Apresentado pelo próprio Presidente Correa em 26 de agosto de 2009¹⁷⁷, o Projeto da “*Ley de Aguas*” propunha a modernização do setor, chocando-se com as chamadas formas “ancestrais” de controle e manejo da água, há séculos praticadas pelas comunidades indígenas. O projeto transferia para o Estado o controle dos recursos hídricos, priorizando o abastecimento das empresas de extração mineral em detrimento do consumo humano. O movimento indígena denunciava então a o objetivo do projeto em privatizar a água, bem como os graves danos ambientais que se seguiriam aos recursos hídricos em territórios indígenas.

al constituyente o al legislador. Es decir, la expulsión de una norma del ordenamiento jurídico por inconstitucional, debe ser la última ratio a la que debe apelarse. Así, la simple declaración de inconstitucionalidad no debe ser utilizada, salvo si es imprescindible e inevitable. Ese es precisamente el efecto conciliador, pacificador del conflicto social que conlleva el control abstracto de constitucionalidad, proceso a partir del cuál se propende a la armonización de las normas que integran el ordenamiento jurídico, y no la expulsión indiscriminada de normas que podrían incentivar un conflicto social severo. Cf.

EQUADOR. Corte Const. Sentença 01-10-SIN-CC de 18.Mar.2010. *Op. Cit.*, pp.48-49 (negrito no original).
¹⁷⁶ EQUADOR. Corte Constitucional Sentença 0001-10-SIN-CC de 18.Mar.2010. *Op. Cit.*, pp.61-117. Indígena Kichwa, advogada e antiga militante da Conaie e do Pachakutik, Pacari acompanhou, de modo orgânico, a trajetória das transformações teóricas, políticas e ideológicas que resultaram na eleição da plurinacionalidade e da interculturalidade como novos princípios constitucionais.

¹⁷⁷ EQUADOR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Proyecto de Ley Orgánica que Regula los Recursos Hídricos y el Uso y Aprovechamiento del Agua**. Quito, 26.Ago.2009. Disponível em: < <http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/5d0c9f62-a331-43a1-a2e3-7e4259f2d1ee/Ley%20Org%C3%A1nica%20que%20regula%20los%20Recursos%20H%C3%ADricos,%20Uso%20y%20Aprovechamiento%20del%20Agua> >.

Conforme argumentavam as lideranças indígenas, o Projeto da *Ley de Aguas* havia sido elaborado e posto a primeiro debate na Assembleia sem a necessária consulta prévia pré-legislativa das comunidades indígenas. A fim de forçar o Governo e o Legislativo à consulta, a Conaie deflagrou em 28 de setembro de 2009 uma intensa campanha contra o projeto, o que incluiu passeatas e bloqueios de estrada na capital e em diversas regiões do país. Imediatamente o Presidente Correa acusou os indígenas de estarem “*siendo instrumentalizados por una derecha que quiere crear un escenario como el de Honduras*”¹⁷⁸. No mesmo dia o Presidente da Conaie, Marlon Santi, aceitou a proposta do governador de Cotopaxi, de suspensão dos protestos, o que foi alardeado pela imprensa como demonstrativo de fracasso da convocatória do movimento indígena. Mas a gravidade e a repercussão dos acontecimentos que levaram à morte do professor Bosco Wisuma, em Morona Santiago, acabaram por levar Correa a abrir o *Carondelet* ao movimento, o que ocorreu em 6 de outubro, quando um grupo de cerca de cem dirigentes indígenas de todas as partes do país estiveram com o presidente numa reunião que durou quatro horas. A reunião, acompanhada por cerca de dois mil indígenas postados em frente ao palácio, resultou no compromisso mútuo de discussão das questões a partir da formação de uma mesa de diálogo de alto nível e que, conforme reivindicavam os indígenas, deveria contar com a participação pessoal do Presidente da República¹⁷⁹.

No final de fevereiro de 2010, porém, as organizações indígenas, a começar pela Equarunari, declararam rompido o diálogo, o que se deveu principalmente à frustração da expectativa que tinham de participação do próprio Correa nas reuniões. “*El gobierno rompió el dialogo (...) Además de no presentarse personalmente a las reuniones, sino mandar a delegados que no tienen poder de decisión*”, teria dito Delfín Tenesaca, Presidente da Confederação Kíchwa¹⁸⁰. A reação de Correa à ratificação dessa decisão na Assembleia Extraordinária da Conaie, onde se decidiu pela radicalização do movimento, foi a de afirmar que com isso “*lo único que ha hecho es hacerle el juego a la derecha*”, além de instar as bases indígenas a rebelarem-se contra os dirigentes. Estes, afirmou, “*están llevando al precipicio al movimiento indígena, ¿quién les va a hacer caso a nivel nacional o internacional? solo un necio, un desquiciado*”¹⁸¹.

¹⁷⁸ ERAZO, Paúl Mena. “Correa enfrentó su primera protesta indígena”. BBC Mundo, Quito, 29.sep.2009.

¹⁷⁹ ERAZO, Paúl Mena. “Gobierno ecuatoriano hablará con indígenas”. BBC Mundo, Quito, 06.Oct. 2009.

¹⁸⁰ SERVINDI. “Ecuador: Se rompe diálogo con el gobierno y se anuncia movilización indígena”. 24.Feb. 2010.

¹⁸¹ SERVINDI. “Ecuador: Rafael Correa insta a indígenas a levantarse contra dirigencia nacional de CONAIE”. 1.º.Mar.2010.

Em fins de abril, com a proximidade da data marcada para o segundo debate sobre o projeto da *Ley de Aguas* na Assembleia, a situação voltou a ficar tensa. Desde as bases não apenas as organizações indígenas mas também a Feine e a Fenocín vinham tentando sensibilizar os parlamentares a votarem contra o projeto. Prevendo que a votação seria mantida, a Conaie chegou até mesmo a apresentar um texto alternativo, anunciando uma mobilização massiva caso fosse desconsiderado¹⁸².

Em 04 de maio, dia previsto para o segundo debate e votação do projeto, enquanto nas cidades do interior multiplicavam-se os protestos contra o projeto, em Quito milhares de indígenas e participantes de outros movimentos marcharam até a sede da Assembleia onde mantiveram-se em vigília, exigindo a rejeição do projeto ou a sua aprovação conforme as propostas do movimento¹⁸³. Durante todo aquele dia os manifestantes mantiveram-se em frente ao prédio do Legislativo, cobrando dos parlamentares o cumprimento de suas exigências. Às 21 horas, sem que se chegasse a uma conclusão, o Presidente, “*Asambleísta*” Fernando Cordero, suspendeu a sessão¹⁸⁴.

No dia seguinte, Equarunari, Conaie, Feine e Fenocín decidiram tomar por tempo indeterminado as instalações da Assembleia, a fim de pressionar pela reversão dos pontos considerados mais desfavoráveis aos interesses dos movimentos sociais. Os indígenas denunciavam que os “*Asambleístas*” não haviam, de fato, levado em consideração propostas de mudança ao texto que haviam apresentado. Enquanto isso, no restante do país os protestos se intensificavam, com ocorrências de enfrentamento entre manifestantes e a polícia¹⁸⁵.

Em 11 de maio os protestos haviam se intensificado e espalhado por todo o país com o bloqueio de rodovias, e mais enfrentamentos com as forças policiais. Ante os protestos o Presidente anunciou: “*No cederé a las presiones de un grupo, por importante que se crea*”¹⁸⁶. Em 21 de maio, porém, mesmo afirmando que “*A punta de palo y piedra quieren imponer los criterios de una absoluta minoría y eso no se puede aceptar*”, Correa anunciava que o projeto não seria prioritário para o seu governo, e que estava pedindo à sua bancada parlamentar que fosse arquivado¹⁸⁷.

¹⁸² SERVINDI. “Ecuador: Conflicto por ley de aguas podría terminar o agravarse este martes”. 30.Abr. 2010. Disponível em: < <http://servindi.org/actualidad/25202> >.

¹⁸³ SERVINDI. “Ecuador: Miles de indígenas marchan a Asamblea Nacional en protesta contra Ley de Agua”. 04.May.2010. Disponível em: < <http://servindi.org/actualidad/25315> >.

¹⁸⁴ ERAZO, Paúl Mena. “Ecuador: indígenas se movilizan contra Ley de Aguas”. BBC,5.May.2010.

¹⁸⁵ SERVINDI. “Ecuador: Indígenas toman Asamblea Nacional y exigen inclusión en Ley de Aguas”. 05.May.2010. Disponível em: < <http://servindi.org/actualidad/25351> >.

¹⁸⁶ ERAZO. Paúl Mena. “Ecuador: Correa ‘no cederá’ ante protesta indígena”. BBC, 11.May.2010.

¹⁸⁷ BBC MUNDO. “Correa pide archivar polémica Ley de Aguas”. 21.May.2010.

4.2.2.3 *Projetos de lei de consulta prévia*

Além de decidir pela constitucionalidade “condicionada” da “*Ley de Minería*”, a Corte Constitucional, a fim de suprir o suposto vazio normativo relativo ao tratamento do direito de consulta prévia, estabeleceu fases procedimentais e um conjunto de critérios provisórios mínimos para a realização da consulta até a promulgação da lei específica. Ao fazê-lo, afirmou ter como suporte um conjunto de normativas internacionais de direitos indígenas¹⁸⁸, mas em nenhum momento se referiu à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos indígenas. As fases procedimentais e os *standars* que adotou, contudo, não possuem o alcance das normas internacionais.

Atualmente, além das regras provisórias adotadas pela Corte os únicos instrumentos normativos infraconstitucionais até o momento existentes para o tratamento do tema são o “*Instructivo para la Aplicación de la Consulta Prelegislativa*”, e o Decreto Executivo n.º 1247/2012, produzidos para cumprir com as determinações da Corte Constitucional na Sentença da “*Ley de Minería*”.

Aprovado pelo Conselho de Administração Legislativa da Assembleia Nacional em 13 de junho de 2012, o *Instrutivo* tem como sujeitos da consulta “*las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, el pueblo afroecuatoriano y el pueblo montubio*”, podendo ser representados “*por si mismos y através de sus organizaciones representativas*”, e afirma ter como base a Convenção 160 da OIT, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, os direitos coletivos dos povos e nacionalidades constitucionalmente reconhecidos, em especial o de consulta pré-legislativa, bem como a necessidade de adequação do corpo jurídico normativo do país à Constituição e aos tratados internacionais de direitos humanos, aí incluídos os relativos aos direitos indígenas¹⁸⁹.

¹⁸⁸ Especificamente a Convenção 169 da OIT, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Saramaca vs. Suriname*, as sentenças de Tribunais e Cortes Constitucionais da região, as recomendações do comitê de especialistas da OIT e as recomendações gerais do relator especial James Anaya, das Nações Unidas, acerca dos requisitos mínimos para o processo de consulta.

¹⁸⁹ Em síntese, o Instrutivo: tem como finalidade “*la realización de un proceso de participación ciudadana*” onde aqueles sujeitos possam “*pronunciarse sobre temas específicos*” incluídos nas proposições legislativas que possam afetar os seus direitos coletivos (art.2); b) adota os princípios da “oportunidade”, “prazo razoável”, “boa-fé”, “interculturalidade, plurinacionalidade e ação afirmativa”, “informação verídica e suficiente” e o princípio da “Autonomia” (art.3); c) delega a responsabilidade pela condução do procedimento a uma Comissão Especializada da Assembleia, permanente ou provisória (art.4); d) condiciona a realização da consulta à autorização da maioria absoluta dos membros do plenário, durante o primeiro debate sobre um projeto de lei que seja considerado pela Comissão especial como passível de efeitos sobre os direitos coletivos daqueles sujeitos (art.5); e) determina quatro fases para o procedimento de consulta pré-legislativa (1.ª – preparação; 2.ª – convocatória pública e inscrição; 3.ª – realização da consulta; 4.ª – análise de resultados e encerramento) (art.6); f) determina que em cada projeto de lei com realização de consulta deferida pelo Pleno a Comissão deve definir quais serão os “*temas sustantivos*” a serem submetidos à consulta (art.7); determina

Destinado a regulamentar a consulta prévia em âmbito administrativo nos processos de licitação e definição de áreas e blocos hidrocarburíferos, o Decreto 1247, de 19 de julho de 2012¹⁹⁰ editado pelo Presidente Rafael Correa, em sua parte *consideranda*, nenhuma referência faz à Convenção 169 da OIT nem à Declaração das Nações Unidas de 2007, mencionando apenas a Constituição de 2009, principalmente na parte relativa ao papel do Estado nas decisões relativas ao desenvolvimento econômico, bem como a Lei Orgânica de Participação Cidadã.

Entre os aspectos problemáticos que vejo no “*Instructivo*” da Assembleia posso mencionar (a) a possibilidade de não autorização da consulta pelo Legislativo caso não se atinja a maioria absoluta dos membros do Plenário indicada no art. 5; (b) a delimitação da consulta a “temas substantivos” a serem definidos pela Comissão específica (art.7), o que pode fazer com que questões importantes sob a ótica dos sujeitos da consulta sejam excluídos da iniciativa; (c) os prazos de inscrição e de manifestação dados pelos arts. 9 e 15, bastante curtos quando se considera as dinâmicas próprias daquelas comunidades e as dificuldades de acesso à informação principalmente na região amazônica; (d) a exigência de comprovação dos resultados dos procedimentos internos de discussão das comunidades em “atas”, que obviamente supõem a forma escrita e onde não se coloca a possibilidade de que sejam em seus “*idiomas ancestrales*”, comprovação que poderia ser efetuada de modo alternativo, por exemplo através registros de áudio e vídeo, mais coerentes com as culturas orais dos povos indígenas da região; e (e) a não abertura de possibilidade para a própria rejeição do projeto discutido enquanto resultado da consulta, bem como a omissão quanto ao seu efeito jurídico, ou seja, se vinculante ou não.

para a convocatória a utilização de todos os meios de comunicação, inclusive os comunitários e das organizações representativas a nível nacional ou regional, estabelece o prazo de 20 dias para a inscrição dos sujeitos da consulta, e que os temas substantivos a serem consultados serão publicados nos “*idiomas de relación intercultural*”, ou seja, Castelhana, Kichwa e Shwar (art.9); estabelece que ao se inscreverem os sujeitos da consulta deverão apresentar documento comprovando a sua representação (art.11), ocasião em que receberão, entre outros documentos, o formulário com os temas da consulta (art.12); estabelece um prazo de 20 dias para os processos de discussão interna nas comunidades com base em seus costumes e “*procedimientos internos de deliberación*”, devendo as “*actas de las reuniones o asambleas comunitarias*” serem entregues nos escritórios regionais da Comissão (arts. 14 e 15). Na sequência, procede-se a “*audiencias publicas provinciales*” e a uma “*mesa de diálogo nacional*” com delegações dos sujeitos inscritos e representantes da Conaie, Fenocín, Feine, FEEI e Pueblo Montubio (arts. 17 e 18), ocasião na qual se encerra o processo de consulta, devendo a Comissão sistematizar a discussão em consensos e dissensos, que serão incorporados ao “*informe para segundo debate del proyecto de ley*”, incorporando-se apenas os consensos no articulado daquele projeto (art.19). Cf. EQUADOR. ASAMBLEA NACIONAL. **Consejo de Administración Legislativa. Instructivo para la Aplicación de la Consulta Prelegislativa (Codificado)**. Quito, 13.jun.2012, com as modificações dadas pelas resoluções de julho de 2012.

¹⁹⁰ EQUADOR. PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. **Decreto Ejecutivo n.º 1247**, de 19.jul.2012.

Reglamento para la ejecución de la Consulta Previa Libre e Informada en los Procesos de Licitación y Asignación de Áreas y Bloques Hidrocarburíferos.

Quanto ao Decreto o primeiro aspecto problemático que vejo reside no fato de a consulta ser regulada pelo próprio Executivo, cujo interesse na realização do ato administrativo é bastante evidente. Também parece no mínimo sintomático o fato de omitir, na parte *consideranda*, a referência ao bloco de constitucionalidade com suas garantias específicas aos direitos indígenas em relação à consulta, substituindo-a pela referência ao art. 83 da Lei Orgânica de Participação Cidadã (LOPC), que confere ao chefe do Executivo plenos poderes para autorizar a realização do ato administrativo, mesmo que rejeitado pela maioria da comunidade. Também é de se notar o fato de o Decreto referir-se apenas às comunidades indígenas e não às afroequatorianas como os sujeitos a serem consultados (art.2), o que pode indicar a constatação de que os chamados “blocos hidrocarburíferos” incidam apenas em territórios indígenas. Um outro aspecto bastante significativo encontra-se no dispositivo relativo ao alcance da consulta (art.3). Ali a consulta prévia às coletividades indígenas é definida como “*mecanismo de participación social*”, o que parece significar que para o Executivo ela é despida de sua significação enquanto condição para o exercício do direito à diferença e à livre-determinação. É o que se confirma em seguida na afirmação de que a consulta tem por finalidade “*considerar los criterios y las observaciones*” das comunidades indígenas no sentido de “*contribuir en la gestión de la política pública sectorial*”, para que os blocos hidrocarburíferos licitados “*se desarrollen de manera adecuada*”. Dar tal finalidade à consulta é desconhecer o direito dos povos indígenas a decidirem por um modelo econômico diverso do extrativismo mineral, e que nunca fez parte de sua perspectiva com o direito de consulta prévia, livre e informada, contribuir com o Estado através do oferecimento de “*critérios e observações*” para o desenvolvimento “*adequado*” da extração mineral e petrolífera em seus territórios. Além disso, a parte final do dispositivo, ao vincular o exercício da consulta com a “*identificación de las necesidades de intervención por parte del Estado a través de políticas y proyectos sociales y comunitarios*” revela uma clara estratégia de vinculação entre o ato de consulta e o oferecimento de medidas compensatórias, medida que coloca o Decreto ao largo do que se poderia esperar em termos éticos.

Em resumo, tanto o “Instrutivo” quanto o Decreto violam o princípio constitucional da reserva legal, além de ficarem aquém das exigências postas pela Constituição e bloco de Constitucionalidade em relação ao tema da consulta prévia. Além disso, como observa Carrión, neles “*tampoco se proyecta un enfoque intercultural y un espíritu garantista del derecho*

*integral de consulta previa, libre e informada, acorde con la realidad de un Estado plurinacional y constitucional de derechos y justicia como el ecuatoriano*¹⁹¹.

Atualmente a discussão em torno da legislação específica sobre o direito de consulta prévia tramita na Assembleia através de dois projetos de lei apresentados em 2012. O primeiro, apresentado em 26 de março pelos “Asambleístas” do *Pachakutik* Gerónimo Yantalema, Magali Orellana, Diana Atamaint, Lourdes Tibán e Cléver Jimenez, e o segundo, apresentado em 27 de abril pelo “asambleísta” Marco Murillo, do movimento indígena evangélico *Amauta Yuyai*, ligado à Federación Ecuatoriana de Indígenas Evangélicos (Feine), projeto fundido em 09 de agosto ao apresentado em 16 de maio pela “Asambleísta” Maria Molina (MPAIS).

Enquanto o Projeto apresentado pelo *Pachakutik*, previamente submetido à *Comisión Especializada Permanente de los Derechos Colectivos Comunitarios y la Interculturalidad*, trata da consulta prévia em suas duas modalidades – administrativa e legislativa¹⁹² –, os projetos fundidos de *Amauta Yuyai* e MPAIS (ou “AP”), ambos submetidos à *Comisión Especializada Permanente de Justicia y Estructura del Estado*, limitam-se à consulta no plano pré-legislativo¹⁹³. Não é difícil perceber que o projeto resultante desta fusão e o de *Pachakutik*, na parte relativa à consulta pré-legislativa, guardam notável semelhança entre si e com o “*Instructivo*” anteriormente mencionado, com a proposta de *Pachakutik* reproduzindo inclusive alguns dos aspectos daquele instrumento aqui criticados.

Aprovados os respectivos informes para o primeiro debate no Plenário da Assembleia, ambos projetos foram enviados ao Presidente da Casa, em 19 de julho (*Pachakutik*) e em 19 de dezembro de 2012 (*Amauta Yuyai* e MPAIS). Embora a imprensa tenha noticiado a realização, em janeiro de 2013, do Primeiro Debate do Pleno sobre o projeto de *Pachakutik*¹⁹⁴, não há

¹⁹¹ CARRIÓN, Patricia. **Análisis de la Consulta Prévia, Libre e Informada en el Ecuador**. Quito: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, 201, p.41.

¹⁹² ECUADOR. Asamblea Nacional. Comisión Especializada Permanente de los Derechos Colectivos Comunitarios y la Interculturalidad. **Proyecto de Ley Orgánica de Consulta a las Comunas, Comunidades, Pueblos y Nacionalidades**. (N.º 111255/26.mar.2012). Informe para el Primer Debate. Disponível em: < <http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/41269081-ef8c-4859-9983-7b213c1c5ccf/Ley%20Org%C3%A1nica%20de%20Consulta%20a%20las%20Comunas%2C%20Comunidades%2C%20Pueblos%20y%20Nacionalidades%20%28Tr%C3%A1mite%20No.%2098341%29> >.

¹⁹³ ECUADOR. Asamblea Nacional. Comisión Especializada Permanente de Justicia y Estructura del Estado. **Proyecto de Ley Orgánica de Consulta Prelegislativa a Comunas, Comunidades, Pueblos y Nacionalidades**. (N.ºs 10139B/27.abr.2012 e 103990/16.mai.2012). Informe para el Primer Debate. Disponível em: [>](http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/6e6a7b86-3258-4110-ad2f-89acebd6dcce/Ley%20de%20la%20Consulta%20Prelegislativa%20a%20las%20Comunas.%20Comunidades,%20Pueblos%20y%20Nacionalidades%20Ind%C3%ADgenas,%20Montubias%20y%20Afroecuatorianas%20(Tr%C3%A1mite%20No.%20101398)).

¹⁹⁴ EL TELÉGRAFO. “**Ley de Consulta Previa aún se debate en el Pleno**”. Quito, 15.Ene.2013.; ECUADOR INMEDIATO. “**Asamblea Tramitó Ley de Consulta a las Comunas, Comunidades, Pueblos y Nacionalidades del Ecuador**”. Quito,15.Jan.2013.

nenhum registro do mesmo nem no sítio da Assembleia nem no seu acervo de vídeos no Youtube, ou nas listas das sessões disponíveis no site “Observatório do Legislativo”. O projeto unificado de *Amauta Yuyai* e MPAIS, contudo, foi a Primeiro Debate do Pleno em 11 de abril de 2013, como se pode ver na *playlist* da Assembleia no Youtube¹⁹⁵, e no sítio do Observatório do Legislativo¹⁹⁶. Na ocasião, a “Asambleísta” Lourdes Tibán, em coletiva de imprensa, afirmou a surpresa de aqueles projetos específicos sobre a consulta pré-legislativa terem ido também ao debate no plenário: “*no van a unificar? (...) A mi me parece que están querendo aprobar la ley de consulta prelegislativa (...) y parece que quieren dejar colgado en cambio, la misma ley, que está en la Comisión de Derechos colectivos*”¹⁹⁷.

Até o momento a Assembleia ainda não logrou aprovar a Lei de Consulta Prévia, motivo pelo qual continuam ainda vigentes as regras adotadas pela Corte, bem como o “*Instructivo*” e o Decreto 1247/2012. Recentemente, em audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos a respeito do cumprimento do direito de consulta prévia no Equador¹⁹⁸ – cuja presença foi declinada pelo Estado equatoriano –, os indígenas denunciaram o Decreto, bem como toda a prática dita como de “consulta” desenvolvida pelo governo, como uma fraude, em completo descumprimento da Constituição, da Convenção 169 e da Declaração das Nações Unidas de 2007. A denúncia teve como ponto de partida as experiências de descumprimento do direito de consulta prévia no âmbito da “*XI Ronda Petrolera*”¹⁹⁹, na região amazônica, no chamado “*Sur Oriente*” (provincias de Orellana, Pastaza e Morona Santiago)

Anunciado desde meados de 2010, o projeto da *XI Ronda Petrolera* afeta, segundo a ONG *Fundación Pachamama*, cerca de 75% dos territórios indígenas da região, incidindo totalmente nos territórios Achuar, Andoa, Sapara e Shiwar, e parcialmente nos territórios

¹⁹⁵ ECUADOR. Asamblea Nacional. **Sesión 225 (11-04-2013) 1er Deb. Consulta Prelegislativa**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PLO1bXdXR3sQIn1WT7ldT-lhUzJcC-CCm>>.

¹⁹⁶ ECUADOR. OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO. **Seguimiento a la Sesión no. 225 del Pleno de la Asamblea Nacional del Ecuador**. Quito, Martes, 30 de Abril de 2013. Disponível em: <http://2009-2013.observatoriolegislativo.ec/media/seguimiento_sesiones/Seguimiento_Sesion_225.pdf>.

¹⁹⁷ HOY. “**Consulta Prelegislativa**”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=vRUC3o_d6ivQ>.

¹⁹⁸ A audiência, solicitada pela Red Jurídica Amazônica, Fundación Pachamama, Centro de Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador, juntamente com Conaie, Gonoae e Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku. Cf. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. “**Audiencia: Derecho a la consulta previa de los pueblos indígenas**”. 149º Período de Sesiones de la CIDH. Washington – DC, 28 de octubre de 2013. Duração: 48:49. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yWXQOHK3crg>>.

¹⁹⁹ As chamadas “*Rondas Petroleras*” consistem em rodadas periódicas de licitação internacional de áreas ou “blocos” petrolíferos, experiência iniciada pelo Equador na década de 1980. O projeto da “*XI Ronda*” prevê a licitação de dezesseis (16) destes blocos, treze (13) dos quais para a iniciativa privada e os demais para a Petroamazonas. Cf. ARAÚJO, Alberto. “**23 empresas fueron adjudicadas en diez rondas petroleras desde 1983**”. EL COMERCIO. Quito, 28.Nov.2013; EL COMERCIO. “**Cuatro ofertas en la XI Ronda Petrolera de Ecuador**”. Quito, 28.Nov.2013..

Waorani (16,34%), Kichwa (96%) e Shuar (70%)²⁰⁰. Apesar dos protestos das comunidades e organizações indígenas e organizações defensoras dos direitos humanos e ambientais, o governo equatoriano levou à diante o processo licitatório, ocasionando a intensificação dos conflitos com aqueles setores.

4.2.2.4 A Sentença da Corte IDH no caso Sarayaku, e o caso Yasuní - ITT

As “*Rondas Petroleras*” e a exploração mineral no Equador têm ocupado um espaço central nos conflitos de interesses entre Estado e povos indígenas, conflitos não só herdados dos governos neoliberais mas também mantidos e aprofundados pela “*revolución ciudadana*” da coligação AP. Isso, ressalte-se, no marco do próprio Estado Plurinacional, através da prática sistemática do desconhecimento dos direitos específicos dos povos indígenas, sobretudo no tocante à consulta prévia, livre e informada. Com o seu modelo de “desenvolvimento” econômico baseado no extrativismo mineral a pretexto da geração de divisas para o bem estar econômico e social da maioria da população, o Governo central opõe resistência aos direitos específicos dos povos indígenas não só no plano da elaboração normativa, mas também no da aplicação das normas internacionais de proteção àqueles direitos. Dois exemplos neste sentido nos são dados pelos casos “*Sarayaku*” e “*Yasuní ITT*”.

Os problemas que levaram ao chamado “*Caso Sarayaku*” tiveram início em 1995 quando, na “*VIII Ronda Petrolera*”, o chamado “bloque 23” situado em território daquele povo foi licitado à argentina *Compañía General de Combustible* (CGC). A partir daí e em nenhum momento o Estado equatoriano empreendeu qualquer iniciativa de consulta à comunidade a respeito dos projetos de prospecção e exploração por parte da empresa. Mesmo assim os indígenas sempre manifestaram sua oposição ao ingresso das petroleiras no local, posição que em 2002, foi formalmente entregue ao Ministério de Energia e Minas através da Associação do Povo *Sarayaku*. O processo de ingresso de CGC no local, contudo, teve início em finais daquele ano, gerando para as comunidades indígenas uma série de transtornos e danos ambientais, culturais e econômicos, que foram desde a fixação de explosivos por toda a área para testes sísmicos – pondo em risco efetivo a segurança da população local –, até o desmatamento e destruição de fontes de água, além de ameaças, fatos que geraram demanda à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

²⁰⁰ FUNDACIÓN PACHAMAMA. **XI Ronda Petrolera y Territorios Indígenas**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=439596432804387&set=pb.303405686423463.-2207520000.1394479642.&type=3&theater>>.

No ano de 2010, já sob a Constituição de Montecristi e o Estado Plurinacional e Intercultural, os indígenas não foram atendidos em seu direito de serem informados sobre os termos do encerramento do contrato de participação para a exploração do “bloque 23” entre a CGC e a estatal Petroecuador, em cuja ata se afirmava que as partes “*aceptan y ratifican que no existe ningún pasivo ambiental en el área de concesión atribuible a la contratista*”²⁰¹.

O caso, levado inicialmente à CIDH, foi enviado pela Comissão à Corte IDH²⁰² que em 27 de junho de 2012 emitiu Sentença (“*de Fondo y Reparaciones*”). Nela, a Corte declarou o Estado equatoriano como “*responsable por la violación de los derechos a la consulta, a la propiedad comunal indígena y a la identidad cultural*” do povo Kichwa de Sarayaku, bem como “*responsable por haber puesto gravemente en riesgo*” os seus direitos “*a la vida e integridad personal*”, e por violar os seus direitos “*a las garantías judiciales y a la protección judicial*”, tudo em violação à Convenção Americana dos Direitos Humanos²⁰³. Já na sua parte dispositiva a Corte decidiu, entre outras coisas, que

*4. El Estado debe adoptar las medidas legislativas, administrativas o de otra índole que sean necesarias para poner plenamente en marcha y hacer efectivo, en un plazo razonable, el derecho a la consulta previa de los pueblos y comunidades indígenas y tribales y modificar aquellas que impidan su pleno y libre ejercicio, para lo cual debe asegurar la participación de las propias comunidades, en los términos del párrafo 301 de esta Sentencia*²⁰⁴.

No mês seguinte à Sentença o Executivo equatoriano baixava o Decreto 1247, que, como vimos, fazia ouvidos surdos às determinações da Corte.

Mais recentemente chamou a atenção da opinião pública internacional a decisão do governo equatoriano em ampliar a exploração petrolífera para a região do Parque Nacional Yasuni²⁰⁵. Considerado portador de 20% das reservas petrolíferas do país, o parque foi alvo do polêmico projeto “Yasuni – ITT”, através do qual o governo Correa anunciou pretender abrir

²⁰¹ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku VS. Ecuador**. Sentencia de 27 de Junio de 2012 (Fondo y Reparaciones). Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_245_esp.pdf>.

²⁰² COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Demanda ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku y sus miembros (Caso 12.465) contra Ecuador**. Disponível em: <<http://cidh.org/demandas/12.465%20Sarayaku%20Ecuador%2026abr2010%20ESP.pdf>>.

²⁰³ CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku...** *Op. Cit.*, pp. 99.

²⁰⁴ Idem, p.100.

²⁰⁵ Situado no limite norte dos blocos da *XI Ronda Petrolera* e dividido entre uma zona declarada intangível, onde se situa parte do território de diversos povos indígenas em situação de isolamento voluntário (*Tagaeri, Taromenane, Onamenane e Iwene*), e onde se localiza também o território do povo *Waorani*.

mão da exploração petrolífera em troca de um fundo de 3,6 bilhões de Dólares americanos, no âmbito do *Reducing Emissions from Deforestation and forest Degradation (REDD)*²⁰⁶.

Em janeiro de 2011, não logrando obter o apoio internacional desejado, o Governo equatoriano ameaçou desistir do Projeto²⁰⁷, o que finalmente ocorreu em 23 de agosto de 2013, quando solicitou ao Legislativo a declaratória de “Interesse Nacional” para a exploração dos blocos petrolíferos 31 e 43, projetados no interior do Parque²⁰⁸. O anúncio do envio da Resolução à Assembleia mobilizou Conaie, Gonoae e ambientalistas em diversas formas de protesto e luta contra a aprovação parlamentar da exploração que, em contraste, recebeu o apoio da Fenocín e outras organizações sindicais como a Confederación de Trabajadores del Ecuador (CTE)²⁰⁹. Em coletiva de imprensa concedida em 27 de agosto Santos Villamar, presidente da Fenocín, afirmou que

Apoyamos esta propuesta, porque creemos que va a dar respuesta a muchos intereses de los ecuatorianos y que esos recursos que se den sirvan para profundizar los programas sociales del país y para profundizar y fortalecer el área agrícola de este país; (también para) que la revolución agraria sea una realidad en el país y que sirva para profundizar el fondo de tierras²¹⁰ (Grifei.).

Na mesma ocasião Edgar Sarango, presidente da CTE, afirmou em defesa do projeto que “*El gobierno nacional tiene la responsabilidad de manejanos en un ambiente del Buen Vivir, de generar fuentes de trabajo, de darnos condiciones de vida a los ecuatorianos, si parte de ello significa la explotación a los recursos naturales tiene que hacerlo*”²¹¹.

Os discursos de apoio ao projeto com base nos benefícios da exploração estavam claramente avalizados na propaganda governamental. No levantamento de El Telégrafo, sobre os argumentos pró-exploração utilizados por diversas Pastas, vê-se o do Ministério de Política Econômica, de que os dólares dali provenientes “*servirán para superar el déficit habitacional, construir las escuelas que necesita el país y las ‘super-autopistas’*. Además se dotará de agua potable, calcantarillado y manejo de residuos sólidos al 95% de la población”, bem como o

²⁰⁶ Programa das Nações Unidas destinado à redução das emissões de gás carbônico através da redução das práticas de desmatamento florestal *Vide UN- REDD PROGRAM*. Disponível em: <<http://www.un-redd.org/>>.

²⁰⁷ JARDIM, Claudia. “**Equador ameaça abandonar preservação de reserva petrolífera na Amazônia**”. BBC Brasil, Caracas, 11.Jan.2011.

²⁰⁸ Para detalhes sobre a tramitação na Assembleia Nacional, *vide* ECUADOR. Asamblea Nacional. Comisión Especializada Permanente de la Biodiversidad y Recursos Naturales. **Informe para Segundo Debate en el Pleno de la Asamblea Nacional sobre el Proyecto de Resolución Especial de Declaratoria de Interés Nacional para la Explotación de los Bloques 31 y 43 dentro del Parque Nacional Yasuní**.

²⁰⁹ EL TELÉGRAFO. “**Fenocín y CTE apoyan explotación del Yasuní**”. 28.Ago.2013.

²¹⁰ ANDES, Agencia de Noticias. “**Organizaciones sociales respaldan la decisión del gobierno de Ecuador para desarrollar yacimientos de crudo en el Yasuní**”. Martes, 27.Ago.2013.

²¹¹ Idem.

do Ministério de Recursos Naturais Não Renováveis, de que ela deverá gerar “50.000 plazas de trabajo” com impacto ambiental mínimo ao meio ambiente²¹². Além disso, a imprensa levantava também a evidente estratégia de tentativa de cooptação direta das populações locais como importante medida preventiva contra possíveis atos contrários ao projeto. Neste sentido, por exemplo, o anúncio feito pela BBC a respeito da opinião do economista Walter Spurrier:

... o governo equatoriano calcula que poderá controlar qualquer oposição às licitações com as aproximações que vem fazendo com as comunidades indígenas que vivem na região onde serão feitas as explorações, além do anúncio de que os recursos econômicos gerados beneficiarão diretamente tais populações. ‘É uma aposta, não há certezas, mas acho que essa é a estratégia do governo diante da oposição às licitações’²¹³.

O projeto de resolução da declaratória requerida pelo Executivo foi a primeiro debate no plenário da Assembleia menos de um mês depois, em 20 de setembro de 2013 (“Sesión 253”), e a segundo debate apenas treze dias depois, em 3 de outubro (“Sesión 256”). Nas duas ocasiões transbordaram nos discursos dos parlamentares situacionistas as manifestações de apoio ao projeto baseadas nos mesmos argumentos acima observados, ou seja, em razão de sua importância enquanto garante da realização do projeto da “*Revolución Ciudadana*” de levar bem estar e melhores condições de vida, traduzida em “*buen vivir*” à maioria da população. Tais discursos faziam coro à Exposição de Motivos do Informe preparatório ao Segundo Debate em Plenário que afirmava, a respeito do alegado “interesse nacional” na exploração do *Yasuní*, a sua fundamentação na ideia de “bem comum” cuja realização depende da disposição em se transcender os “interesses particulares”. No documento, assim como no discurso da maioria parlamentar, os possíveis impactos ambientais, ainda que minimizados, se justificariam por servir a objetivos de longo prazo, “*en beneficio de las presentes y futuras generaciones*”²¹⁴. Na base constitucional de tais objetivos estaria a “*realización del Buen Vivir, del Sumak Kawsay*”, através do planejamento do desenvolvimento nacional, da erradicação da pobreza, da promoção do desenvolvimento sustentável, da redistribuição equitativa dos recursos e da riqueza, etc. Assim, na lógica da “*Revolución Ciudadana*”, de corte socialista, o *Sumak Kawsay* e o interesse das presentes e futuras gerações justifica a exploração petrolífera em um território considerado, “*reserva mundial de la biosfera y territorio intangible de pueblos em aislamiento voluntario*”.

²¹² EL TELÉGRAFO. “Fenocín y CTE apoyan explotación del Yasuní”. *Op. Cit.*

²¹³ ERAZO, Paúl Mena. “Equador revive conflito sobre exploração de petróleo na Amazônia”. BBC Mundo, Equador, 10.Dez.2012.

²¹⁴ ECUADOR. Asamblea Nacional. Comisión Especializada Permanente de la Biodiversidad y Recursos Naturales. **Informe para Segundo Debate...** *Op. Cit.*, pp.11-12.

Naquela sessão plenária de 3 de outubro de 2013 a resolução solicitada pelo Executivo autorizando a exploração do Yasuní foi finalmente aprovada pela maioria²¹⁵. No entanto a principal imagem que ficou foi a do discurso de Alicia Cawiya (ou Cahuilla), vicepresidenta da *Nacionalidad Waorani del Ecuador* (Nawe). Discursando no plenário, Cawiya, despida de preocupações com compromissos partidários, expressou a preocupação dos velhos Waorani com o futuro do povo, denunciou os danos causados pela exploração petrolífera já em operação em seu território e defendeu os direitos territoriais dos Teromenani em situação de isolamento voluntário e a necessidade de consulta prévia conforme os seus costumes²¹⁶. Mas a bravura do discurso contra-hegemônico de Cawiya, contudo, estaria lhe custando caro.

4.3. Resistência, Divisão e Criminalização. Ainda o “Outro” como inimigo.

Quando em 2005 veio à tona o relatório do Conselho Nacional de Inteligência do governo norte-americano, sugerindo os movimentos indígenas como potenciais riscos de desestabilização na América Latina²¹⁷, muitos viram na notícia o prenúncio da inclusão dos indígenas em políticas de criminalização e, principalmente, em legislações antiterror. O cenário de perseguição a tais movimentos era, portanto, uma perspectiva “natural” dada a força de sua atuação na contracorrente do avanço do neoliberalismo na região.

²¹⁵ Gravações em vídeo das intervenções dos parlamentares em: ECUADOR. Asamblea Nacional. “**Sesión 256 (3-10-2013) 2do Deb. Declaratoria Yasuni**”. Playlist Youtube. Disponível em: < <http://www.youtube.com/playlist?list=PLO1bXdXR3sQIZtwODt29iKpbihV7r03cm> >.

²¹⁶ ... *hay también siete empresas en territorio Waorani, operando en la Amazonía. ¿Y qué beneficios en el pueblo Waorani hemos recibido? De siete empresas trabajando en territorio Waorani, más pobreza que hemos quedado. (...) ¿Qué hemos beneficiado? Hasta ahora nada! (...) ... ya están en peligro de extinción, los animales. ¿Por culpa de quiénes? Nosotros no hemos sido el problema, los indígenas que vivimos o los Waorani que vivimos en la Amazonía. Nosotros hemos sido conservacionistas, hemos cuidado, hemos conservado. Ahora, ¿qué nos quieren hacer a nosotros? Nosotros queremos que respete el territorio! (...) Y también, los saberes, los que son curanderos, los que curan a la selva, los saberes ancestrales que son los viejos Waorani, los ancianos Waorani ¿Qué dicen? Cuando explota, la vida de Waorani está en peligro y la vida de Taromenani está en peligro! Así, entonces, por eso, yo pido: los asambleístas deben dejar un artículo donde dicen, “Waorani así dijeron, tienen que ser consultados y informados como dicen los artículos”! Porque si no, en ningún momento nosotros estamos de acuerdo! (...) Si nosotros, de todo la gente Waorani, todavía a esta horita lo saben, los viejos de Yasuní, cuando quieren explotar, tienen que ir al fondo, a decir a los viejos si están de acuerdo o no están de acuerdo. Ellos que tienen que decir a nosotros si estamos de acuerdo para explotar, si no, non! Cf. ECUADOR. Asamblea Nacional. “**Sesión 256 Intervención Sra. Alicia Cahuilla**”. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=oqqfjBCmxwI&list=PLO1bXdXR3sQKNYdxG459wd0SVSyLSpzeB> >.*

²¹⁷ “In parts of Latin America particularly, the failure of elites to adapt to the evolving demands of free markets and democracy probably will fuel a revival in populism and drive indigenous movements, which so far have sought change through democratic means, to consider more drastic means for seeking what they consider their “fair share” of political power and wealth”. USA. NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Mapping the Global Future. Report of the National Intelligence Council’s 2000 Project**, p.77. Disponível em: <http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf>.

Sem dúvida as lutas desenvolvidas pelos movimentos indígenas latino-americanos desde os anos 80 e aprofundadas nos primeiros anos do século XXI representaram um importante processo de resistência anti-neoliberal, sobretudo ao enorme apetite do capital transnacional e dos interesses norte-americanos por mais disponibilidade de terras e recursos naturais. Isso levaria os governos neoliberais a políticas cada vez mais intolerantes com os atos de resistência indígena, tais como o aumento da repressão policial, a criminalização de condutas e em alguns casos a sua inserção em legislações antiterror. Neste sentido o caso do neoliberal Chile, com a criminalização dos Mapuche por atos de terrorismo, passou a ser apontada como exemplo paradigmático.

Nas lutas dos movimentos sociais e indígenas pela assunção de governos de corte socialista, e principalmente nas lutas pela constituição dos Estados Plurinacionais, nem de longe se suspeitava que também o campo socialista e em especial estes novos modelos de Estado pudessem servir de cenário a essa nova onda de criminalização.

Como se pode observar no atual estágio dos processos de construção dos estados plurinacionais da Bolívia e Equador, a criminalização das lutas indígenas não é privilégio dos governos assumidamente neoliberais. Como vimos até agora, estes primeiros anos da implementação de ambos Estados plurinacionais têm sido marcados por conflitos e rupturas entre movimentos indígenas e governos. Rupturas dadas no desencontro de expectativas quanto a projetos simultaneamente albergados na Constituição, mas que tem seu epicentro na questão do próprio modelo civilizatório concretamente adotado: de um lado a expectativa indígena de realização da promessa de construção do Estado em bases descoloniais e, do outro, a de sua inserção num modelo de desenvolvimento econômico e social de base nacionalista.

À implementação deste último os movimentos indígenas têm mantido sua histórica postura de resistência descolonial e anti-neoliberal, agora contando com um novo e diferenciado leque de fundamentos principiológicos e axiológicos e de instrumentais jurídicos de defesa de direitos substantivos fornecidos pela própria Constituição. Entretanto, a esta postura de resistência que é, também, uma postura de defesa da realização de seus direitos autônomos e de livre-determinação, o Estado (agora dito “Plurinacional”) tem respondido em ambos os casos, com estratégias de cooptação, de desqualificação política e de aposta na divisão, além de atitudes de intolerância e repressão só comparáveis aos períodos de Exceção.

4.3.1 Desqualificação, cooptação, divisão e exclusão

Quando, em junho de 2010, o Presidente Morales discursou na reunião de Cúpula da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), realizada em Otavalo (Equador), afirmou aludindo à expulsão do Embaixador norte-americano Philip Goldbeg, em 2008:

*Me he liberado de las fundaciones y ONGs. Nunca me he sometido a fundaciones y ONGs y esta es la forma por la que quiere conspirar Estados Unidos. El imperialismo norteamericano sin el embajador de Estados Unidos en Bolivia también puede buscar la forma de cómo conspirar en Bolivia. Es nuestra obligación de combatirlo*²¹⁸ (Grifei.).

A percepção indiscriminada das ONG's enquanto braços do imperialismo norte-americano e agentes da desestabilização neoliberal no país não tardaria a ser estendida aos movimentos indígenas, devido à histórica relação de apoio e assessoria entre ambos em matéria assistencial e de defesa de direitos humanos. E a certeza do envolvimento indígena com esta ameaça viria, segundo o Governo, com a ruptura do Pacto de Unidade e a oposição ao projeto da “Carretera” sobre o Tipnis. A partir daí tanto a Cidob quanto o Conamaq passariam a ser vistos como marionetes dos interesses dos Estados Unidos na região, e o tratamento do Governo para com ambas seria cada vez mais hostil. Afinal, como havia dito o chefe do Executivo, “*es nuestra obligación de combatirlo*”.

Como observei anteriormente, a decisão do Executivo em levar adiante o Projeto Tipnis trouxe a ruptura ao “*Pacto de Unidad*”, opondo fortemente os setores indígena e sindical-campesino. Tal ruptura, entretanto, não incidiria apenas na aliança entre aqueles dois setores. Uma avalanche de pressões e de esquemas de cooptação sobre lideranças indígenas em torno da aprovação de projetos governamentais tentaria levar a cisão para dentro das próprias organizações indígenas. Foi o que ocorreu inicialmente com a Cidob, a combativa organização dos povos do Oriente, a partir de sua resistência ao projeto da rodovia sobre o Tipnis.

Em 10 de julho de 2012, enquanto a direção da Cidob, juntamente com a maioria de suas regionais, participava da IXª Marcha Indígena – convocada contra a já comentada Lei n.º 222/2012 –, cinco das treze regionais da organização se reuniam em assembleia extraordinária e elegiam uma nova direção cujos membros fariam parte das fileiras “*masistas*”²¹⁹. Dias depois, em 27 de julho, essa nova direção tomava, com o apoio da força policial, as instalações da “Casa Grande” – sede da Cidob –, situação que ocasionou vários conflitos entre os indígenas e

²¹⁸ ORTEGA, Jenny. *Resumen de los debates de la Cumbre del ALBA en Ecuador*. Cubadebate, La Habana, 25.Jun.2010.

²¹⁹ Ali Melva Hurtado, da Central de Mulheres Indígenas de Beni, era eleita a nova presidente da Cidob.

uma tentativa de retomada do local por parte dos Guarani, inconformados com o golpe da assembleia de julho e que teria contado com o apoio direto do governo central. Desde então passaram a existir duas “Cidobs”, a chamada “orgânica”, presidida por Adolfo Chávez com mandato até 2015, e a Cidob “*afin del MAS*” ou “*oficialista*”, presidida por Melva Hurtado.

Mais recentemente o mesmo expediente do “dividir para conquistar” viria atingir o altivo Conamaq. Em novembro de 2013, às vésperas da realização da Oitava *Jach'a Tantachawi* convocada para a eleição dos seus novos dirigentes, a organização foi surpreendida com a realização de uma assembleia paralela, convocada por um segmento dissidente minoritário e, como no caso da Cidob, também comprometido com o Governo. Enquanto a *Tantachawi* escolhia os seus novos *Apu Mallkus e Apu Mama T'allas* conforme as normas regimentais da organização e a perspectiva política e cosmológica andina, a assembleia dissidente quebrava toda a lógica da estrutura política do Conamaq, escolhendo líderes fora dos critérios reconhecidos pela organização²²⁰. Na descrição do próprio Conamaq a respeito da forma tradicional de escolha de seus líderes,

los pueblos indígenas del Qullasuyu tienen por norma de elección y renovación de sus consejos al thakhi (camino) y muyu (turno), siendo sus instancias máximas de decisión Mara Tantachawi y Jach'a Tantachawi (Congreso anual y Gran Congreso). En Jach'a Tantachawi se elige y consagra al Consejo de Gobierno cuya gestión dura 2 años. Así ha ocurrido desde el año de 1977 hasta el presente. Este sistema de gobierno originario viene desde el tiempo de los inkas, resistió a la colonia española y a la república. Ha sido el resguardo del territorio y la vida de millones de indígenas qullas hablantes del aymara, quechua y uru ²²¹.

Em 10 de dezembro estes novos “dirigentes”, com a conivência de forças policiais, tomou de assalto a sede da organização, onde se encontravam os novos e os antigos dirigentes tradicionalmente escolhidos na *Jach'a Tantachawi*. Os *Apu Mallkus* e as *Apu Mama T'allas* foram violentamente expulsos e iniciaram como forma de resistência um ato de vigília permanente e greve de fome em frente ao prédio, exigindo do governo a devolução de sua sede²²². Mas as agressões não parariam por aí. Em 14 de janeiro de 2014, *Apu Mallkus* e *Apu*

²²⁰ Cf. ANB/HERBOL. “**Bernabé cumplió thaqi y rotación para dirigir Conamaq**”. *Jach'a Carangas de Oruro*, 30.Dic.2013; CONAMAQ. “**Cronología de Autoridades del Conamaq desde su Reconstitución. Gestion 1997-2013**”. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/weberbol/autoridades-originarias-del-conam-aq>>.

²²¹ CONAMAQ. “**Cronología del ‘golpe’ del Estado Plurinacional de Bolivia. Manifiesto del CONAMAQ ante la flagrante vulneración de sus derechos humanos y libertades fundamentales**”. Mensagem de e-mail de “ayamtaí 08” (28.En.2014) para “Ubuntu” - Crisis de Civilización Y Paradigmas Alternativos <crisis-de-civilizacion-y-paradigmas-alternativos@googlegroups.com>.

²²² ERBOL. “**Originarios afines al MAS toman sede del CONAMAQ**”. *La Paz*, 10.Dic.2013; ERBOL. “**Dirigentes de ayllus van a La Paz a defender el CONAMAQ**”. *La Paz*, 12.Dic.2013; RED UNITAS. “**CONAMAQ conmina al Gobierno abandonar su sede hasta el lunes**”. *La Paz*, 14.Dic.2013.; ERBOL. “**Cuarto día de huelga de originarios que piden ingresar a su sede en La Paz**”. *La Paz*, 16.Dic.2013.;

Mama T'allas foram novamente hostilizados pelos dirigentes pró-governo e violentamente expulsos do local, vindo a receber abrigo nas dependências da histórica *Asamblea Permanente de Derechos Humanos de Bolivia* (APDHB)²²³. Ali permaneceram até o dia 17 quando foram novamente expulsos, desta vez por um grupo de “Bartolinas” e policiais à paisana²²⁴, conseguindo abrigo na sede da Cáritas e Pastoral Social da Igreja Católica²²⁵, onde ficaram até o dia dez de março, quando tiveram que desocupar o local ficando novamente ao relento²²⁶, com a vã esperança de serem novamente acolhidos pela APDHB²²⁷.

Desde então apenas a Cidob e o Conamaq “oficialistas” são reconhecidos pelo Governo central, o que tem significado, para a Cidob e o Conamaq “orgânicos”, serem excluídos de todos os espaços colegiados consultivos e deliberativos institucionalizados pelo Estado, entre os quais – e sobretudo – o *Fondo de Desarrollo Indígena Originario Campesino* (Fondioc)²²⁸. Uma asfixia que agora vem também negativa de apoio por parte das organizações de cooperação internacional. No caso do Conamaq, por exemplo, a nova *Arquiri Apu Mama T'alla Nilda Rojas* teria dito que “*Instituciones como Veterinarios Sin Fronteras (VSF), el mismo Fondo Indígena, todas las instituciones ya nos han dicho que no (nos apoyarán). Nos dijeron que reconocen a Hilarión Mamani, a quien respaldarán y le darán proyectos*”²²⁹. Mas tal processo de asfixia não é visto pelos dirigentes do Conamaq apenas como consequência do respaldo do Governo às dirigências “oficialistas”. Conforme Rojas, o afastamento dos ex-

CRISPIN, David. “Conamaq muralla dura de tumbar. Con o sin ‘resguardo’ policial, vigilia indefinida”. La Paz, 22.Dez.2013.

²²³ ENLACES BOLIVIA. “Indígenas afines al Gobierno desalojan vigilia en la sede del CONAMAQ”. La Paz, 15.En.2014; ERBOL. “Policía deja el control de sede a CONAMAQ del MAS”. La Paz, 14. En. 2014..

²²⁴ LA RAZÓN DIGITAL. “Bartolinas toman la Asamblea Permanente de Derechos Humanos”. La Paz, 17. En.2014; ERBOL. “Desalojan a autoridades del CONAMAQ de la APDHB”. La Paz, 20.En.2014.

²²⁵ BARRAGÁN, Freddy. “Dirigentes del Conamaq se refugian en la Pastoral Social”. Página Siete, 31. En.2014.

²²⁶ ERBOL. “Dirigentes de Conamaq dejan Cáritas y quedan en la calle”. La Paz, 10.Mar.2014.

²²⁷ A esperança de retornar à sede da APDHB, contudo, logo seria desfeita, uma vez que agora também esta entidade seria tomada por um segmento minoritário pró-governo, cumprindo-se o seu temor de ser o novo alvo das mesmas investidas de que haviam sido vítimas a Cidob e o Conamaq: “*Los últimos meses, en el país hemos asistido a la cooptación, división o persecución sistemática de organizaciones sociales de pueblos indígenas y defensores de derechos humanos. Parece ser ahora el turno de la Asamblea Permanente de Derechos Humanos*”. E afirmou, em relação às pessoas que haviam invadido o local em 14 de janeiro, que “*estas personas insisten en sus aprestos de tomar las instalaciones y arrogarse la representatividad de la institución constituyendo un ente paralelo*”. APDHB BOLIVIA. **Alerta al Pueblo de Bolivia y a la Comunidad Internacional**. La Paz, En.2014.Disponível em: <<http://apdhhb.net/component/content/article/44-contenido/92-denuncia-publica-nacional-2.html>>.

²²⁸ Cf. ERBOL. “Cortan toda ayuda a CONAMAQ”. La Paz, 11.Feb.2014; ERBOL. “Denuncian discriminación y exclusión del Fondioc”. La Paz, Martes, 18. Feb.2014.

²²⁹ ERBOL. “Cortan toda ayuda a CONAMAQ”. *Op. Cit.*

apoiadores internacionais ocorre por medo: “*El Gobierno les anda amenazando con expulsarles, como a IBIS*”²³⁰.

Acusada de ingerência em assuntos internos do país através de críticas ao governo, de manipular politicamente a Cidob e Conamaq através do financiamento de viagens de seus líderes ao exterior, e de orientá-los contra o projeto Tipnis, causando assim a divisão interna daquelas organizações, a organização não-governamental dinamarquesa ÍBIS teve sua expulsão do país anunciada em 20 de dezembro de 2013, dez dias após a expulsão dos dirigentes tradicionais do Conamaq de sua sede²³¹.

Contudo, demonstrando clara consciência histórica a *Mama T’alla* afirmou que “*este mecanismo de amedrentamiento, no sólo a los pueblos indígenas sino también a las organizaciones que les apoyan, no durará 500 años*”²³². A pesar disso, não é difícil afirmar que, excluídas do mundo oficial e sem o apoio de instituições parceiras, agora temerosas de se tornarem o próximo alvo da intolerância política do projeto de poder do MAS, Cidob e Conamaq “*orgánicas*” passam agora a uma espécie de clandestinidade ou de morte civil.

Em seu processo de reterritorialização autonômica num Estado dito Plurinacional e concebido sob a perspectiva da descolonialidade, o Conamaq não compreende qual o problema de se manter independente em relação ao governo e aos partidos políticos, e pergunta:

*¿Cuáles son las causales, los pecados cometidos por el CONAMAQ? Desde el VII Jach'a Tantachawi de diciembre 2011, el Qullasuyu en pleno con todas sus autoridades decidió ejercer su derecho a la libre determinación dejando el Pacto de Unidad para exigir desde su autonomía la efectiva implementación de la Constitución y los derechos de los pueblos indígenas consagrados en el artículo 30 de la CPEP, la Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los Pueblos Indígenas y el Convenio 169 de la OIT*²³³.

Para o Conamaq, em sua lógica descolonial e autonômica, nada mais natural que o direito dos *Suyus* à liberdade de pensamento e de determinação política independente da do partido no poder: “*Siendo autoridades originarias los consejos de gobiernos preservan la*

²³⁰ ERBOL. “**Cortan toda ayuda a CONAMAQ**”. *Op. Cit.*

²³¹ CORZ, Carlos. “**Gobierno expulsa de Bolivia a la ONG IBIS por injerencia política**”. La Razón, La Paz, 20.Dic.2013; VACAFLOR, Nancy. “**El Gobierno expulsa a la ONG IBIS por ‘injerencia política’**”. Página Siete, La Paz. 21. Dic.2013; AGENCIA EFE. “**Expulsan a la ONG danesa IBIS al acusarla de dividir a indígenas**”. La Paz, 21. Dic.2013; LOS TIEMPOS. “**ONG que venga a conspirar se va**”. La Paz, 24.Dic.2013.

²³² ERBOL. “**Cortan toda ayuda a CONAMAQ**”. *Op. Cit.*

²³³ CONAMAQ. “**Cronología del ‘golpe’ del Estado Plurinacional de Bolivia...**”. *Op. Cit.*

autonomía e independencia política en relación a ideologías, partidos políticos y regímenes de gobierno”²³⁴.

Mas o Governo, contudo, entende de modo diferente. Para ele, as atitudes autonômicas da Cidob e do Conamaq, expressas por exemplo na oposição ao projeto Tipnis e na ruptura com o “*Pacto de Unidad*”, nada mais são do que atos de traição e gestos “*contrarrevolucionários*”, que visam a “*restauración neoliberal*” contra o “*Proceso de Cambio*” instaurado pelo governo do MAS. É o que patente nas justificativas dadas aos processos de intervenção na Cidob e Conamaq. Para César Navarro, Viceministro de Coordenação com os Movimentos Sociais, “*la actitud de Adolfo Chávez y Rafael Quispe, el año pasado, de quebrar el Pacto de Unidad, ha sido una acción contrarrevolucionaria contra una de las organizaciones más importantes en la historia política del país*”²³⁵. E diz que a ruptura com o “*Pacto de Unidad*” proclamada por ambos, respectivamente à frente da Cidob e do Conamaq, faz de ambos líderes “*agentes contra revolucionarios*”. E conclui: “*Yo creo que hay que evaluar a estos 2 sujetos como los sujetos responsables y pro activos de la contra revolución en el país*” (Grifei)²³⁶. Em outras palavras, o governo não reconhece a oposição à passagem da rodovia pelo Tipnis como uma decisão das próprias comunidades de base de ambas organizações, mas como uma decisão tomada unilateral e verticalmente por Chávez e Quispe, nem a legitimidade de aquelas comunidades e organizações realizarem escolhas próprias e discordantes daquelas adotadas pelo Governo Central em nome do “*Proceso de Cambio*”. São decisões que só se explicam, na lógica governamental, pela perniciosa influência exercida pelas ONG’s que, ao expressarem críticas ao governo e a projetos como o Tipnis, demonstram ter como objetivo a restauração neoliberal. É o que se vê no discurso de Rafael Linera em relação ao papel desempenhado pelas ONGs em relação aos indígenas, mais especificamente a Cidob e o Conamaq:

... buscan suplantar el pensamiento y acción organizativa de los sectores populares indígenas y campesinos, y a través del uso discrecional y selectivo del dinero, financian los viajes de los dirigentes, elaboran documentos a nombre de las organizaciones sociales, dirigen las propias reuniones de estos sectores y promueven pequeñas marchas en oposición al Gobierno para sacar fotos y luego pedir con ello mayor financiamiento en el extranjero. (...) En algunos casos, estas ONG’s actúan como brazos operativos de intereses transnacionales y al oponerse, por ejemplo a la construcción de carreteras o a las inversiones tecnológicas reivindicadas por las propias organizaciones

²³⁴ CONAMAQ. “Cronología del ‘golpe’ del Estado Plurinacional de Bolivia...”. *Op.Cit.*

²³⁵ ERBOL. “Gobierno justifica intervención de oficinas de la CIDOB por dirigencia paralela”. La Paz, 27 de Julio de 2012.

²³⁶ ROJAS, Germán. “Guaraníes anuncian retoma de sede de la Cidob”. Radio Noticias, 28. Jul.2012.

*indígenas, en realidad se oponen tenazmente a la satisfacción de necesidades básicas de la población laboriosa*²³⁷ (Grifei).

Assim, Linera deixa claro que para a cúpula dirigente do atual governo do Estado Plurinacional boliviano as posturas independentes e críticas de Conamaq e Cidob são apenas uma demonstração da incapacidade indígena para a política e o auto-governo, uma vez que só se explicam enquanto manipulação promovida pelas Organizações Não-Governamentais representativas de interesses neoliberais e “contra-revolucionarios”. Mesmo Linera demonstra não compreender que a lógica indígena que move Cidob e Conamaq não é a “revolucionária” nem a “contra-revolucionária”, mas a lógica da descolonidade e da reconstituição autonômica.

Falando especificamente sobre o Conamaq, Sílvia Cusicanqui vê uma clara interferência estatal, que tenta desqualificar e neutralizar os avanços daquela organização no estabelecimento de uma via política democrática e moldada não a partir da via partidária, mas das vivências das práticas políticas dos *suyus*, e que hoje é possibilitada pela Constituição:

*... aquí hay una intervención estatal muy negativa, muy dañina y estas palabras de unidad del Gobierno son retóricas. Me parece que el Conamaq desarrolló un proceso largo de legitimación, de buscar – por ejemplo – formas rotativas de dirección para evitar que algunos dirigentes se eternicen o sean manipulados y ahí está el resultado: la independencia de criterio y la posición política disidente son duramente castigadas. El Conamaq hoy representa la posibilidad de una democracia y una disidencia en los marcos de una Constitución en la que los pueblos indígenas pusieron muchos años de lucha. Para mí es trágico lo que está sucediendo. Lo que pasó con la CIDOB está pasando ahora con el Conamaq. Se está reeditando*²³⁸.

Me parece que, enquanto os movimentos indígenas mantiverem-se firmes em suas históricas perspectivas autonômicas e descoloniais, e, por outro lado, o governo (e o próprio Estado) se mantiver numa postura reprodutora daquela colonialidade, pela perspectiva da domesticação e folklorização das demandas políticas indígenas, tais acontecimentos tenderão a se repetir e aprofundar.

Mas, estaria este quadro de cooptação, divisão e exclusão restrito apenas à Bolívia?

Como vimos antes, no Equador as tensões entre governo e movimento indígena já eram visíveis na Constituinte de Montecristi, e no pós-Constituinte foram ganhando corpo nas discussões em torno da questão da aplicação do consentimento prévio, da elaboração legislativa

²³⁷ LINERA, Álvaro García. **El “Oenegismo”, Enfermedad Infantil del Derechismo (O cómo la “reconducción” del Proceso de Cambio es la restauración neoliberal)**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional: Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

²³⁸ CUSICANQUI, Sílvia Rivera. In: VACAFLOR, Nancy. **“Conamaq, la última entidad que marcó distancia del Gobierno”**. Pagina Siete, La Paz, 16.En.2014.

infraconstitucional relativa às circunscrições territoriais especiais indígenas e à Ley de Minería, e na exploração petrolífera do Yasuní. Nestas tensões foram chamado a atenção o modo cada vez mais hostil do trato do Presidente Correa em relação aos indígenas e suas demandas.

Em maio de 2008, em plena Constituinte, chamara a atenção o tom desrespeitoso utilizado por Correa em seu programa radiofônico semanal a respeito da demanda do movimento indígena pelo reconhecimento do efeito vinculante da consulta prévia. Ali ele (des)qualificava os indígenas autores da proposta como “*máfias de pseudodirigentes que están acostumbrados a vivir de la chantaje y de la extorsión*”²³⁹. Em janeiro do ano seguinte a irritação dos indígenas com o destempero presidencial era tanta que Delfin Tenesaca, Presidente da Equarunari, decidiu se retirar da mesa de diálogo com Correa, afirmando que “*no se permitirán más insultos en contra de los dirigentes*”²⁴⁰. Mais tarde, em outubro, a “ex-assembleísta” indígena Mónica Chuji Gualinga emitia nota acusando Correa de racismo por ter, em seu programa radiofônico, se referido aos líderes indígenas como “*caretucos*”, “*pelucones*” e “*ponchos dorados*”²⁴¹. E em 2012, durante a Marcha em defesa da água, referiu-se aos indígenas marchantes como “*esquerda infantil, com plumas e com ponchos*”²⁴². Esse tratamento pouco respeitoso, repleto de adjetivos (des)qualificativos, tem sido a marca registrada de Correa em suas referências às lideranças da Conaie, Equarunari e Gonoae, bem como aos setores ambientalistas. Ele aparece como reação à resistência oposta pelos indígenas ao modelo econômico extrativo-desenvolvimentista adotado pelo governo, baseado sobretudo na utilização dos recursos minerais e florestais existentes nos territórios indígenas.

Com isso, os questionamentos e oposição manifestados por aquelas organizações e principalmente pela Conaie são anunciados não como fruto de uma visão própria de mundo, distinta da perspectiva ocidental de bem-estar, nem como expressão de seu legítimo direito de opinião e de manifestação de pensamento. São anunciados um como parte de uma conspiração internacional contra a “*Revolución Ciudadana*”, e financiada e dirigida pelo governo norte-americano através da Usaid.

²³⁹ **Enlace radial 68 del Presidente Rafael Correa de Ecuador**. Quito, 10.May.2008. A partir dos 00:23:50. Disponível em: < <https://archive.org/details/Enlace68> >.

²⁴⁰ SERVINDI. “**Ecuadorunari reafirma retiro de proceso de diálogo con el Ejecutivo**”. Quito, 12.En.2009. Disponível em: < <http://servindi.org/actualidad/21230> >.

²⁴¹ GUALINGA, Mónica Chuji. “**EQUADOR: Ex Asambleísta kichwa replica duramente a Presidente Rafael Correa**”. Quito, 11.Oct.2009. Disponível em: < <http://ukhamawa.blogspot.com.br/2009/10/ecuador-ex-asambleista-kichwa-replica.html> >.

²⁴² TAVARES, Elaine. “**Ecuador: A marcha pela água e os chamados golpistas**”. Diário Liberdade, Quito, 24.Mar.2012.

As acusações ao movimento indígena se tornaram mais intensas em junho de 2010, durante a Décima Reunião de Cúpula da Alba, em Otavalo, e que se realizaria durante os festejos de *Inti Raymi*, ocasião que marcava o vigésimo ano do Grande Levante indígena de 1990. Para o evento foram convidadas representações indígenas e afrobolivianas de todos os Estados-partes da Aliança, à exceção, exatamente, da Conaie, Ekuarunari, Confeniae e Conaice. Ante a sua exclusão, a Conaie e suas afiliadas regionais marcaram para a mesma cidade uma assembleia plurinacional paralela, e tentaram ingressar no recinto onde se realizava a “Cumbre” a fim de entregar uma carta ao presidente Evo Morales, tentativa esta impedida à base de gás lacrimogêneo pela polícia montada.

No seu discurso de encerramento da “Cumbre”, onde afirmou que “*el principal problema de los pueblos indígenas y afroecuatorianos es la pobreza*”²⁴³, Correa disse ter notícia de “*conspiraciones en marcha*” nas quais – conforme deu a entender –, haveria o envolvimento da Conaie. E colocou como exemplo de tal “*plan para desestabilizar al Gobierno*” a tentativa feita pelos dirigentes indígenas de ingressar no recinto onde se reuniam os presidentes da Alba²⁴⁴. Na oportunidade o então presidente Hugo Chávez, da Venezuela, ícone da proposta do bloco Bolivariano, endossou as preocupações de Correa afirmando:

*Cuesta mucho entender que un movimiento indígena salga a enfrentar o a desafiar al gobierno del compañero Correa, no lo puedo entender ni ayer, ni hoy, ni mañana ni nunca. Eso se detecta con las infiltraciones de la CIA en esos movimientos. Recordemos lo que pasó en el Chile de Allende. Lo mismo pasó en Honduras. (...)*²⁴⁵ (Grifei.).

²⁴³ CORREA, Rafael. “**Discurso en la cumbre presidencial y de autoridades indígenas y Afrodescendientes de la ALBA**”. Otavalo, 25.Ju.2010. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/01/2010-06-25_alba.pdf>. Vide também: “**Correa llamó a la unidad y a abandonar el etnocentrismo**”. <<http://www.youtube.com/watch?v=qlQGBkVZ7Qs&html5=1>>.

²⁴⁴ EUROPA PRESS. “**Correa asegura que ‘hay conspiraciones en marcha’ contra su Gobierno lideradas por organizaciones indígenas**”. Quito, 25.Jun.2010. A oportunidade para a “comprovação” dos planos conspiratórios da Conaie poderia ter se dado seis meses depois, em outubro, durante a rebelião dos policiais militares. Mas ao invés de aderir ao movimento a Conaie simplesmente declarou-se contrária ao mesmo. Entretanto afirmou também que tal postura não significava, tampouco, o seu apoio ao governo. No melhor estilo “se não está comigo está contra mim”, a declaração foi vista pelo governo e seu bloco parlamentar como apoio dos indígenas ao golpe. Entretanto, em entrevista à Folha de São Paulo sobre a reação da Conaie, o ex-Vice Presidente Alberto Acosta afirmou que, pelo contrário, “Os indígenas mantiveram a dignidade, apesar de terem recebido pressões para se pronunciarem contra Correa, uma vez que estão insatisfeitos com o tratamento recebido do governo. (...) Conaie e em especial a Ecuarunari (...) saíram em defesa da Constituição” (Cf. ANTUNES, Claudia. “**Correa sai fortalecido no curto prazo**”. Folha de São Paulo, São Paulo, 03.Out.2010.). Às acusações feitas pelo governo retrucou também a antropóloga e filóloga e antropóloga Illeana Almeida, precursora dos estudos sobre a plurinacionalidade no Equador nos anos 70: “*la verdad es que los indígenas luchan con la Constitución en la mano*” (cf. ALMEIDA, Illeana. “**Ecuador: Razones y verdades de los indígenas**”. REDCI. Quito, 14.Jul.2010.), ou seja, as suas lutas não são contra o governo, mas pelo cumprimento da Constituição.

²⁴⁵ ORTEGA, Jenny. **Resumen de los debates de la Cumbre del ALBA en Ecuador**. Op. Cit.

Para a Anistia Internacional (AI) este tipo de declarações, introjetando na opinião pública a imagem dos dirigentes indígenas e camponeses como praticantes de “*actividades ilegales que ponían en peligro al Estado*”, ajudariam a “*fomentar un clima de hostilidad en el que los dirigentes comunitarios se encontraron ante un mayor peligro de ser acusados de delitos graves tales como terrorismo o sabotaje*”²⁴⁶. Ou seja, tratava-se de dar legitimidade e aceitação popular a possíveis atos de repressão criminal mais graves contra aqueles dirigentes. E, com isso, tentar isolá-los, assim como ao próprio movimento.

É de se observar, aliás, que a “*Defensoria del Pueblo*”²⁴⁷, em Informe onde analisou os casos de criminalização de defensoras e defensores de direitos humanos e ambientais naquele país de 2008 a 2011, reservou um tópico inteiro à questão do “discurso como mecanismo de criminalização”, afirmando ter podido constatar que:

*... el discurso oficial es una herramienta de criminalización secundaria en cuanto ha permitido que desde las autoridades gubernamentales se vayan **construyendo en la sociedad ecuatoriana percepciones estereotipadas en contra de quienes se movilizan en defensa de los derechos humanos y de la naturaleza y cuestionan la política vigente.** (...). Así a través de Enlaces Ciudadanos, cadenas nacionales, discursos pronunciados en eventos públicos y notas de prensa en medios estatales y privados el gobierno ha logrado posicionar el tema en la agenda pública y **consolidar el apoyo social para deslegitimar las acciones de protesta de quienes defienden los derechos constitucionales***²⁴⁸ (Grifei.).

Observa também a Defensoría que naquele discurso oficial criminalizador opera uma construção binária que divide os sujeitos entre “amigo” e “inimigo”. Ali, “*La figura del enemigo aparece recurrentemente (...) consagrándolo como un peligro para el proyecto emprendido por la Revolución Ciudadana*”²⁴⁹. E o projeto da “*Revolución Ciudadana*”, vale dizer, não é o projeto da Plurinacionalidade, tampouco o projeto da descolonialidade ou da interculturalidade, mas o da promoção de um suposto bem-estar social através daquilo que há de mais representativo da herança colonial: a extração e entrega ao mercado internacional dos

²⁴⁶ ANISTIA INTERNACIONAL. “**Para Que Nadie Reclame Nada**” **¿Criminalización del Derecho a La Protesta En Ecuador?**”. Edición en español a cargo de: Editorial Amnistía Internacional (EDAI). Madrid España.

²⁴⁷ Conforme a Constituição de Montecristi, consiste em “*órgano de derecho público con jurisdicción nacional, personalidad jurídica y autonomía administrativa y financiera*” (art.214), e que tem como funções “*la protección y tutela de los derechos de los habitantes del Ecuador y la defensa de los derechos de las ecuatorianas y ecuatorianos que estén fuera del país*” (art.215).

²⁴⁸ ECUADOR. DEFENSORIA DEL PUEBLO. “**Los Escenarios de la Criminalización a defensores de Derechos Humanos y de la Naturaleza en Ecuador: Desafíos para un Estado Constitucional de Derechos**”. Quito, s/d. 2011. Disponível em: <http://www.inredh.org/archivos/pdf/escenarios_criminalizacion_defensores_ydefensoras.pdf>.

²⁴⁹ ECUADOR. DEFENSORIA DEL PUEBLO. “**Los Escenarios de la Criminalización...**”. *Op. Cit.*, p.24.

recursos naturais ainda existentes no país. Um projeto de “desenvolvimento” de base extrativista e, portanto, não sustentável, que projeta um poder de matriz também colonial. Para o atual governo o “inimigo” não é apenas todo aquele que protesta, mas aquele que protesta por resistir à ideia de ingresso na modernidade. Segundo a Agência Reuters, “*Correa dijo que (...) la mayor amenaza a su proyecto - que denomina “Socialismo del siglo XXI” - viene de lo que él denomina la izquierda “infantil” y grupos ambientalistas e indígenas que se niegan a la modernidad*”²⁵⁰. E é exatamente essa negação à modernidade, enquanto sustentação do projeto econômico extrativista, de um estilo de vida voltado para o consumo e às custas da perda das referências territoriais e culturais, aquilo que faz do movimento indígena o seu principal inimigo.

Outro episódio no qual aflorou a hostilidade e incompreensão do governo em relação aos propósitos e ações dos movimentos indígenas ocorreu durante a “*Gran Marcha por la vida y la dignidad de los pueblos*”, convocada pela Conaie e outros movimentos sociais em março de 2012. A marcha, que partiu de Zamora Chinchipe em 8 de março e chegou a Quito no dia 22, protestava contra o descumprimento da Constituição em diversas situações, sobretudo no tocante à ameaça de privatização da água e poluição dos recursos hídricos por empreendimentos minerários implementados sem consulta prévia aos povos e nacionalidades²⁵¹. Tomada simplesmente como uma ofensiva da direita para desgastar a imagem do governo com vistas às eleições do ano seguinte, a Marcha resultou num forte processo de demonização do movimento indígena como golpista de direita²⁵².

Em 2013 a intolerância governamental à divergência voltou-se contra a *Fundación Pachamama*, de assessoramento técnico e jurídico ao movimento indígena em questões ambientais, que em 28 de outubro, juntamente com outras entidades, havia participado de audiência na Cidh, em Washington, relativa à implementação do direito de consulta prévia no

²⁵⁰ DANIEL, Frank Jack. “Correa cree en una política económica socialista, pero con aires mercantilistas”. Agência Reuters. 06.Jul.2010.

²⁵¹ TAVARES, Elaine. “Equador: A marcha pela água e os chamados golpistas”. *Op. Cit.*; EFE. “Conaie convoca a marcha de protesta contra Correa el 8 de marzo”. Quito, 23.Feb.2012; AFP. DPA.REUTERS. “Fracaso y contrarrevolucionaria, la marcha opositora: Rafael Correa”. *La Jornada*, 23.Mar.2012.

²⁵² Segundo a jornalista brasileira Elaine Tavares o processo de demonização foi iniciado pelo próprio Correa ao referir-se aos indígenas como “golpistas aliados da direita”. Mas, conforme alerta, “*As comunidades originárias estão submetidas a outra lógica, completamente fora dos padrões de direita e esquerda da cultura ocidental. Mirá-las com essas lentes fatalmente leva ao erro. O núcleo ético/mítico das culturas autóctones tem a água como ponto nodal. É nas nascentes dos rios que nascem os deuses, é no leito deles que muito moram, então, destruir a água é destruir as comunidades como cultura e vida. Não compreender isso é perder a batalha da constituição de um estado plurinacional*”. TAVARES, Elaine. Elaine. “Equador: A marcha pela água e os chamados golpistas”. *Op. Cit.*

Ecuador²⁵³. Acusando os membros da Fundação de terem participado diretamente dos atos de agressão física ao embaixador do Chile e a um empresário bielorrusso à saída da abertura da licitação da “IX Ronda Petrolera” em 28 de novembro, a Fundação foi sumariamente dissolvida seis dias depois por ato do Ministério do Ambiente – o “Acuerdo Ministerial 125”²⁵⁴, em aplicação ao *Decreto Ejecutivo* n.º 16, de 4 de junho de 2013. Na ocasião as portas do escritório foram lacradas e os funcionários imediatamente expulsos do local.

Contra a medida, objeto de imediata reprovação de organismos nacionais e internacionais de direitos humanos²⁵⁵, a Fundação Pachamama recorreu administrativamente argumentando ter sido vítima da dissolução “*sin notificación previa, sin debido proceso, sin permitirle el derecho a la defensa y en base a acusaciones no probadas*”²⁵⁶. Em 12 de fevereiro o Ministério do Ambiente considerou improcedente o recurso, e a Fundação passou então a anunciar que “*acudirá a los jueces competentes y pondrá el caso en conocimiento de los organismos internacionales de derechos humanos*”²⁵⁷.

Quanto ao Decreto Executivo n.º 16/2013, com base no qual foi adotada a medida sumária de dissolução da Fundação, tem sido vista como uma normativa que subordina as

²⁵³ CIDH. “Audiencia: Derecho a la consulta previa de los pueblos indígenas en Ecuador”. Youtube. Duração: 00:48:49. <<https://www.youtube.com/watch?v=yWXQQHK3crg>>.

²⁵⁴ ECUADOR. Ministerio del Ambiente. **Acuerdo n.º 125**. Quito, 04.Dic.2013. Disponível em: <http://www.ministeriointerior.gob.ec/wp-content/uploads/2013/12/acuerdo_ministerio_ambiente.pdf>.

²⁵⁵ Reunindo assinaturas de dezenas de organizações de direitos humanos atuantes na América Latina, a Coalisão Internacional de Direitos Humanos nas Américas protestou contra a medida do governo equatoriano afirmando: “*Más allá de que la emisión del Decreto 16 fue cuestionada por diversas organizaciones de la sociedad civil y actualmente enfrenta varias acciones de inconstitucionalidad, no sólo por lo cuestionable de sus disposiciones, sino también por el alto margen de discrecionalidad que deja en el tratamiento de las organizaciones de la sociedad civil. Así, su aplicación al caso concreto adolece de vicios jurídicos graves. La decisión se tomó sin que hubiera un expediente administrativo abierto contra la organización, sin informar previamente a la organización de las acusaciones y darle la oportunidad de controvertirlas, y sin sustentar fáctica y probatoriamente las alegaciones*”. Cf. COALICIÓN INTERNACIONAL DE ORGANIZACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN LAS AMÉRICAS. “**Cierre Arbitrario de Fundación Pachamama en Ecuador Preocupa a Coalición**”. Costa Rica, 5.Dic.2013. Disponível em: <<http://www.conectas.org/archivos/editor/files/Pronunciamiento%20de%20la%20Coalici%C3%B3n%20cierre%20de%20Pachamama%20Ecuador.pdf>>.

²⁵⁶ FUNDACIÓN PACHAMAMA. “**Cronología de los hechos**”. Quito, 18.Dic.2013. Disponível em: <<http://pachamama.org.ec/cronologia-de-los-hechos/>>.

²⁵⁷ FUNDACIÓN PACHAMAMA. “**Ministerio del Ambiente rechaza recurso de apelación interpuesto por Fundación Pachamama**”. Quito, 13.Feb.2014. Disponível em: <<http://pachamama.org.ec/ministerio-del-ambiente-rechaza-recurso-de-apelacion-interpuesto-por-fundacion-pachamama/>>. Neste sentido a Fundação já obteve junto à CIDH a realização da audiência temática “*Situación del derecho a la libertad de asociación y defensores de la naturaleza en el Ecuador*”, marcada para 28 de março, em Washington, por ocasião do 150º período ordinário de sessões da Comissão, onde se apresentará um informe sobre “*las violaciones al derecho a la libertad de asociación y a las condiciones de trabajo de los defensores de derechos humanos y de la naturaleza, a partir de la aplicación del Decreto Ejecutivo 16 y la disolución de Fundación Pachamama*”. FUNDACIÓN PACHAMAMA. “**Audiencia temática en la CIDH ‘Situación del derecho a la libertad de asociación y defensores de la naturaleza en el Ecuador’**”. Quito, 17.Mar.2014. Disponível em: <<http://pachamama.org.ec/fundacion-pachamama-acude-a-la-cidh/>>.

organizações da sociedade civil equatoriana, inclusive as organizações indígenas, à completa discricionariedade do Executivo, e não às garantias constitucionais, como instrumento de pressão e intimidação por parte do Governo. Contra o Decreto a Equarunari impetrou em 8 de agosto, junto à Corte Constitucional, a Demanda Constitucional n.º 0019-13-IN, só admitida pela Corte em 30 de janeiro de 2014²⁵⁸. Recentemente o editorial do jornal *HOY*, criticando a demora da Corte perguntava “¿Cuánto más tendrán que esperar para una resolución? Mientras tanto, derechos básicos son vulnerados o corren el riesgo de sufrir restricciones”²⁵⁹.

Segundo o Presidente da Equarunari, Carlos Guartambel, apesar do sistemático desrespeito governamental aos direitos indígenas e seu combate à implementação do Estado plurinacional, os movimentos indígenas equatorianos não estariam reagindo à altura, havendo uma tendência à desmobilização. Um problema que em parte reconhece como responsabilidade dos próprios dirigentes na medida em que “no hemos podido sintonizar y sentir com sus bases” mas que também seria consequência das fortes políticas de cooptação empregadas pelo governo: “Es el bono, son los programas clientelares como Socio páramo, Socio bosque, Socio vivienda, Socio crédito. Son las formas como han llegado a comprar a los dirigentes los del Gobierno”. Contudo, em sua visão tal processo de cooptação, não durará para sempre: “Esas caridades no van a ser ni sostenibles ni sustentables, cualquier rato se caen y eso es solo cuestión de tiempo. Ese pueblo cualquier rato estará en las calles resistiendo...”²⁶⁰.

4.3.2 Repressão e Criminalização

Como vimos em tópicos anteriores, a partir da última quadra do século XX os movimentos indígenas na região andina, especialmente nos casos aqui analisados, adotou entre as suas formas de luta as marchas, passeatas e bloqueios de estrada, ou seja, a ocupação de espaços públicos como forma de chamar a atenção da sociedade e forçar o Estado à negociação e atendimento de suas reivindicações. Embora tais ações de resistência sempre tenham resultado em algum grau de reação repressiva por parte do Estado especialmente através de seu aparato policial, as reações repressivas mais desproporcionais ocorreram durante os períodos de exceção, motivo pelo qual chamou a atenção internacional o saldo de mortos durante a “guerra do gás”, na Bolívia, em pleno período de “normalidade democrática”.

²⁵⁸ ECUADOR. CORTE CONSTITUCIONAL. **Causa 0019-13-IN. Acción Pública de Inconstitucionalidad**. Impetrante: Carlos Ranulfo Pérez Guartambel (Presidente de Ecuarunari). Disponível em: < <http://casos.corteconstitucional.gob.ec:8080/busqueda/index.php> >.

²⁵⁹ HOY. “**El Decreto 16 afecta la existencia de varias ONG**”. Opinión de HOY. Quito, 18.Feb.2014.

²⁶⁰ PEZÁNTEZ, Ximena. “**El único camino es la resistencia**”. Entrevista com Carlos Pérez Guartambel. Hoy, Redacción Cuenca, 23.Abr.2013.

Na Bolívia e no Equador o advento dos Estados Plurinacionais no marco do chamado “novo constitucionalismo latinoamericano” que, como visto anteriormente, é reconhecido pelos seus sinais garantistas e de legitimidade democrática – embora que a despeito de seu perfil “hiperpresidencialista”²⁶¹ –, veio com a expectativa do cumprimento efetivo das garantias constitucionalmente previstas, e de um tratamento mais respeitoso e tolerante por parte do Estado e seus órgãos de poder aos eventuais atos de reivindicação e protesto sociais. No Equador, por exemplo, uma das fontes de tal expectativa localizava-se na previsão constitucional do “*derecho a la resistencia*”, reconhecido aos indivíduos e coletividades “*frente a acciones u omisiones del poder público o de las personas naturales o jurídicas no estatales que vulneren o puedan vulnerar sus derechos constitucionales, y demandar el reconocimiento de nuevos derechos*” (art.98).

Rapidamente, contudo, em ambos países este clima de expectativa favorável ao respeito do Estado aos direitos de reivindicação e protestos sociais logo se dissipou, ao menos junto aos movimentos indígenas e setores dedicados à defesa ambiental. Em seu lugar, passaram a ter assento a repressão policial aos protestos e a criminalização de suas lideranças.

Na Bolívia a expressão mais contundente de tal processo veio na reação governamental à já mencionada VIIIª Marcha Indígena, convocada pela Cidob e Subcentral do Tipnis em defesa daquele território indígena e parque nacional contra a passagem da rodovia Villa Tunari – San Ignacio de Mojos, marcha que contou com o apoio também do Conamaq.

Como já havia observado antes, a certa altura a marcha havia sido alvo de bloqueio da rodovia por parte de organizações “*interculturales*” formadas sobretudo por cocaleros e colonizadores do Chapare, tradicional base social do MAS, e que contou com o apoio da CSUTCB e das “Bartolinas”, todos membros do “*Pacto de Unidad*”, que viam na VIII Marcha um ato de traição ao governo. No dia 24 de setembro de 2011, acampados na região de Chaparina, Departamento de Beni, impedidos de seguir adiante e sem acesso a água potável (o que já teria resultado na morte de uma criança de 11 meses), os participantes da marcha foram surpreendidos pela chegada do Ministro David Choquehuanca. O discurso do ministro, afirmando a inevitabilidade da construção da rodovia, teria levado a um gesto de desespero das

²⁶¹ A expressão “hiperpresidencialismo” vem sendo adotada na América Latina para designar aquela situação, verificada em determinados regimes democraticamente eleitos, de uma concentração maior de poderes em mãos do Executivo, por atribuição conferida pelo Legislativo e, em especial, pelo poder Constituinte. Aponta-se como exemplos dessa exacerbação de poderes Presidenciais os atuais casos da Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina. Especificamente sobre o caso do Equador, *vide* EL COMERCIO. “**El catedrático de la Universidad Central, Daniel Granda, analiza la historia política del Ecuador en su libro ‘El Hiperpresidencialismo en el Ecuador’**”. Arquivo de Áudio. Quito, 17.Sep.2012. Disponível em: <http://www.elcomercio.com/politica/Hiperpresidencialismo-Ecuador_2_775742420.html>.

mulheres, que tomaram-no pelo braço levando-o em direção ao bloqueio a fim de tentar com isso abrir a passagem. O gesto, tomado pelo Governo como um ato de sequestro, levou no dia seguinte à ordem de reprimir e dispersar a marcha, o que ocorreu a partir das cinco horas da tarde, enquanto os “*marchistas*” encontravam-se dispersos no acampamento, envolvidos em atividades cotidianas de alimentação, lavagem de roupas, etc²⁶². Naquele momento as forças militares e policiais cercaram o local e com uso de extrema brutalidade desfizeram o acampamento, levando à força os seus participantes para local não informado.

Para a Defensoría del Pueblo, as forças policiais agiram com “*uso excesivo de la fuerza y la gasificación indiscriminada a los componentes de la marcha y civiles*”, além de aplicar nos marchistas “*tratos crueles, inhumanos y degradantes*”²⁶³. Imediatamente após a divulgação do fato, que tomou proporções de escândalo internacional dado o grau de violência da repressão e o fato de ocorrer sob o governo do primeiro Presidente indígena e sob plena vigência do

²⁶² Conta-se que “*Durante seis días la Marcha fue privada de agua y alimentación, con un bloqueo conjunto entre colonizadores de Yucumo y policías enviados por el Gobierno ‘para evitar enfrentamientos’ en la localidad de San Miguel de Chaparina. Ante esta situación desesperada, el 24 de septiembre, las mujeres reaccionaron frente a la presencia del Canciller David Choquehuanca que sin oír las demandas de la Marcha fue a ratificar la posición del presidente Evo Morales construir la carretera ‘quieran o no quieran’.* Ante esta situación, las hermanas indígenas lo tomaron del brazo y lo obligaron a marchar junto a ellas para pasar el bloqueo policial y luego, dejarlo ir pacíficamente sin provocarle daño alguno”. Frente a esto, el ex Ministro Wilfredo Chávez, el ex Ministro Sacha Llorenti y la ex ministra Nilda Copa hicieron una denuncia ante el Ministerio Público por el ‘secuestro’ del Canciller, mientras el Canciller declaró a medios internacionales y nacionales: ‘Las mujeres me han rodeado y luego ya ha habido problemas. Ha habido algunos amagos y me han forzado, me han obligado a caminar’. Declaraciones que en ningún momento hablaron de ‘secuestro’ ni de ‘rehenes’, como las otras fuentes gubernamentales mencionaban. A partir de ese momento el Gobierno utilizó esta acción para acusar y categorizar a la Marcha como violenta. Así, a las cinco de la tarde del día 25 de septiembre, llegó la orden de represión y dispersión de la VIII Marcha, en la cual aproximadamente 600 policías cercaron a las y los marchistas, gasificaron el campo que ocupaban junto a sus hijos, mujeres, ancianos, que a esa hora descansaban, y violentamente los redujeron para subirlos a una caravana de buses y dispersarlos. Los y las marchistas fueron enmanilladas, arrastradas, perseguidas, insultadas, obligadas a esconderse en el monte, a saltar al río, despojadas de sus hijos e hijas, alejadas de sus esposos, privadas de sus pertenencias que fueron destruidas”. (cf. CEDIB. FEJUVE. Et all. **Pronunciamiento contra la persecución judicial y criminalización del movimiento indígena en defensa del TIPNIS**). Disponível em: <http://somossur.net/documentos/pronunciamiento_criminalizacion_indigenas.pdf >.).

²⁶³ Os policiais são acusados pela Defensoría de “*Destrozar el campamento indígena y decomisar sus pertenencias. Agredir y golpear a marchistas, madres de lactantes y niños en brazos, niños, niñas, mujeres embarazadas, personas adultas mayores. Detener indiscriminada y arbitrariamente, maniatando y amordazando con cinta adhesiva a los marchistas. Realizar actos de discriminación y racismo contra los indígenas. Trasladar a los marchistas por varias horas en camionetas y buses con las manos atadas, amordazados y boca abajo. Incomunicar e impedir a las víctimas que informen de su paradero o busquen datos sobre sus familiares. Intentar transportarlos en aviones con destino desconocido*” (Cf. BOLIVIA. Defensoría del Pueblo. **XIV Informe de la Defensoría del Pueblo del Estado Plurinacional de Bolivia al Comité Contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes, en el Marco de su 50º Periodo de Sesiones**. La Paz, May.2012. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cat/docs/ngos/DefensoriaPueblo_Plunacional_Bolivia_CAT50.pdf >.). Vide também relato detalhado do caso em BOLÍVIA. DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Informe Defensorial respecto a la violación de derechos humanos en la Marcha Indígena**. La Paz, Nov.2011. Disponível em: <http://www.defensoria.gob.bo/archivos/Informe_Defensorial_Intervencion_Marcha_Indigena_DP.pdf >; Vide também os registros de áudio e vídeo da repressão à marcha em “**Detrás del Tipnis**” [Vídeo documentário.]. *Op. Cit.*

Estado Plurinacional, o primeiro mandatário pediu desculpas públicas em cadeia de TV e afirmou: “*No fue una instrucción del Presidente. Jamás en el Gobierno hemos pensado que podría suceder semejante agresión a los hermanos indígenas*”²⁶⁴.

Contudo, até o presente momento as responsabilidades sobre o “*massacre de Chaparina*” ainda não foram completamente apuradas, nem as vítimas obtiveram qualquer tipo de reparação. Enquanto os indígenas, como vítimas da repressão, ofereceram denúncia ao Ministério Público contra o então Ministro de Governo Sacha Llorenti, como responsável direto pela ordem de repressão ao acampamento, o próprio Ministro de Governo e o Ministro da Justiça fizeram o mesmo em relação aos dirigentes indígenas da Marcha, acusando-os de sequestro e tentativa de homicídio contra o Chanceler Choquehuanca. Com base na denúncia o MP determinou, em 24 de fevereiro de 2012, a citação de vinte dirigentes indígenas além de diversos apoiadores da Marcha²⁶⁵. Mais tarde, porém, o órgão rejeitaria ambas denúncias²⁶⁶.

Apesar dos posteriores indícios de sua responsabilidade, Llorenti, foi nomeado Embaixador da Bolívia junto às Nações Unidas e em fevereiro de 2014 definitivamente excluído do caso²⁶⁷. Em recente nota pública o “*Defensor del Pueblo*” Rollando Villena manifestou sua insatisfação quanto à exclusão do ex-ministro, afirmando existirem indícios de

²⁶⁴ ABI. “**El Perdón de Evo**”. La Paz, 28.Sep. 2011. Disponível em: < <http://www3.abi.bo/#> >.

²⁶⁵ MEDRANO, July Rojas. “**Gobierno impulsa investigación sobre el supuesto secuestro de Canciller**”. Los Tiempos, 24.Feb.2012. As acusações recaíram sobre as pessoas de Dudmat Merelis Genaro (presidenta da Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando – CIPOAP); Rosa Chao Roca (presidenta da Coordinadora de Pueblos Indígenas del Trópico de Cochabamba – GPITCo); Berta Bejarano Congo (presidenta da Central de Pueblos Etnicos Moxeños de Beni – CPEMB); Melba Hurtado Añez (presidenta da Central de Mujeres Indígenas de Beni – CMIB); Jenny Suárez Parada (presidenta do Comité de Marcha); Nelly Romero López (vicepresidenta da Confederación dos Pueblos Indígenas de Bolivia – CIDOB); Rafael Quispe (Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu – CONAMAQ); Fernando Vargas Mosúa (presidente da Subcentral del TIPNIS); Adolfo Chávez (presidente da CIDOB); Pedro Vare (presidente da Central de Pueblos Indígenas de Beni – CPIB); Jorge Mendoza Valdéz (APG); Marcelo Marupa (Subcentral del TIPNIS); Felipe Mayer Roca (presidente do Gran Consejo Chimán); Celso Padilla Mercado (APG); Tomás Cardin (Secretário de Juventudes da CIDOB); Walberto Baraona (CONAMAQ). (Cf. CEDIB. FEJUVE. FECOMADE. FDTEUC. FUL. “**Pronunciamiento contra la persecución judicial y criminalización del movimiento indígena en defensa del TIPNIS**”. Disponível em: < http://somosur.net/documentos/pronunciamiento_criminalizacion_indigenas.pdf >. Vide também BASPINEIRO, Alex Contreras. “**Bolivia: Indígenas reprimidos son acusados de tentativa de homicidio**”. 14. Mar.2012. Disponível em: < <http://alainet.org/active/53258> > e EL DIA. “**Intento de homicidio y el secuestro ‘son una falacia**”. La Paz, 5.Mar.2012.).

²⁶⁶ Vide ANF. “**Ministerio Público rechazó las dos denuncias del caso Chaparina**”. La Paz, 31.Julio.2012; EL DIÁRIO. “**Ministerio Público rechaza denuncias por casos ‘secuestro’ y represión en Chaparina**”. La Paz, 01 de Agosto de 2012.

²⁶⁷ FARFÁN, Williams. **Fiscalía aparta definitivamente a Llorenti del caso Chaparina**. La Razón, La Paz, 12.Feb.2014.

*“serias irregularidades y (...) justificadas dudas respecto a la imparcialidad, seriedad y transparencia con que viene investigando este caso”*²⁶⁸.

Mas o processo de criminalização relacionado à VIII Marcha e à defesa do Tipnis não se resumiu à tentativa de enquadramento dos indígenas pelo suposto sequestro do Chanceler Choquehuanca. Teve como pretexto também a aplicação da justiça comunitária indígena.

Em 22 de junho de 2013, o indígena Gumercindo Pradel, líder da organização Conisur, chegara à comunidade de San Pablo del Isiboro, localizada na TCO do Tipnis e pertencente à Subcentral de mesmo nome, com o objetivo de realizar um *“encuentro de corregidores”* que teria por objetivo depor os presidentes das subcentrais do Tipnis (Fernando Vargas) e do Sécuri (Emilio Noza), ambos envolvidos com as VIII e IX Marcha e toda a mobilização em defesa do Tipnis contra a passagem da rodovia já mencionada. Em que pese a sua identidade indígena, Pradel e sua organização estão vinculados à defesa dos interesses dos colonizadores e produtores de coca do Chapare, cuja relação com a terra e modo de produção tem como base a titulação individual, e não o modelo coletivo característico do TCO. Daí o fato de o Conisur se situar fora da TCO Tipnis. Assim, o ingresso de Pradel no local e sua tentativa de mobilizar os *“corregidores”* para a destituição das autoridades originárias das duas subcentrais foi considerado um gesto de interferência ilegítima naquela organização. Além disso, o fato de tentar abrir na TCO um ambiente favorável à passagem da rodovia, contrariando toda a luta em curso contra o empreendimento, o colocou na condição de traidor dos interesses indígenas em benefício dos *“interculturales”* e do MAS. Assim sendo, na mesma reunião em que pretendia a destituição dos presidentes das subcentrais do Tipnis e do Sécuri, Pradel foi submetido ao *“cabildo”* que determinou fosse admoestado pelos *“corregidores”* e submetido à aplicação da pena de *“chicotazos”*, após o que assinou uma Ata de Compromisso *“según la cual nunca más volverá a meterse en el Territorio Comunitario de Origen (TCO) para accionar contra las subcentrales indignas locales”*²⁶⁹.

No mês seguinte os indígenas Adolfo Chávez (Presidente da Cidob *“orgânica”*), Fernando Vargas (Presidente da Subcentral do Tipnis) e Pedro Nuny (ex-deputado), três dos líderes que encabeçaram a VIII e IX Marchas, foram acusados pelo Ministério Público de tentativa de homicídio contra Pradel em razão dos *“chicotazos”* aplicados. Contra os três

²⁶⁸ BOLIVIA. Defensoría del Pueblo. **Nuestra posición sobre la Resolución 143/2014 de la Fiscalía de Distrito de La Paz en el caso Chaparina**. La Paz, 18.Feb.2014. Disponível em: < http://www.defensoria.gob.bo/sp/noticias_proc.asp?Seleccion=688 >.

²⁶⁹ BOLPRESS. **“TIPNIS: Los indígenas chicotean al líder del Conisur”**. La Paz, 22.06.2013.

indígenas foram emitidas ordens de prisão²⁷⁰. A acusação e ordem de prisão contra os dirigentes indígenas devido à prática da justiça comunitária levou a diversas manifestações de protesto por parte de organizações de direitos humanos, juristas, intelectuais e escritores. A Defensoria del Pueblo, por exemplo, divulgou uma nota afirmando:

Manifestamos nuestra preocupación por esta determinación que a nuestro criterio no corresponde, ya que no considera el precepto constitucional y los principios establecidos en la Ley de Deslinde Jurisdiccional que otorgan igualdad jerárquica entre la justicia indígena originario campesina y la justicia ordinaria, en ámbitos que son de su competencia²⁷¹.

O jornalista e escritor boliviano Alex Baspineiro lembrou que “*Para que esta justicia sea constitucionalmente reconocida, todos los pueblos del país que es mayoritariamente indígena, lucharon durante años con los diferentes gobiernos de turno*”, razão pela qual qualificou a decisão como “*un atentado más que lamentablemente se produce en un gobierno indígena y con un presidente indígena...²⁷²*”.

Em coletiva de imprensa convocada por Cidob e Subcentral do Tipnis, diversos dirigentes indígenas e ativistas de direitos humanos e de apoio aos direitos indígenas denunciaram o processo criminal e ordens de prisão como um desrespeito ao direito constitucional de exercício da jurisdição indígena, e um gesto de perseguição política contra os dirigentes do oriente boliviano em sua resistência ao projeto da passagem da rodovia pelo Tipnis²⁷³. Na ocasião, o advogado Leonardo Tamburini, falando em nome das organizações de direitos humanos, qualificou a persecução criminal aos dirigentes de Cidob e Tipnis como “*un acto de atropello*” ao seu direito de defesa da integridade de suas instituições, e um desrespeito ao exercício da jurisdição indígena:

Es un acto de atropello que una organización o territorio no tenga las garantías de defenderse cuando intentan arrancarle una decisión que legítimamente ha tomado. Lo que ha sucedido en la comunidad San Pablo, ha sido un intento de arrancarles la representatividad y la decisión tomada por los representantes tradicionales del TIPNIS; que no se haga la carretera por su territorio. (...). Se respeta la jurisdicción indígena cuando no existen

²⁷⁰ ANF “**Emiten órdenes de aprehensión contra líderes de la VIII marcha indígena**”. Trinidad, 10.07.2013. Disponível em: <<http://www.cedib.org/titulares/emiten-ordenes-de-aprehension-contra-lideres-de-la-viii-marcha-indigena-anf-10-07-13/>>.

²⁷¹ BOLÍVIA. DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Justicia Ordinaria y Justicia Indígena Originario Campesina**. La Paz, 11.Jul.2013. Disponível em: <http://www.defensoria.gob.bo/sp/noticias_proc.asp?Seleccion=195>.

²⁷² BASPINEIRO, Alex Contreras. “**Orden de detención contra dirigentes indígenas**”. ALAI, 15.Jul.2013. Disponível em: <<http://alainet.org/active/65577>>.

²⁷³ ARANIBAR, Carola. “**CIDOB y activistas se manifiestan en defensa de autoridades indígenas ante la orden de apremio emitida por el Gobierno**”. ODPiB, La Paz, 17.Jul.2013. Disponível em: <<http://www.cedib.org/destacados/cidob-y-activistas-se-manifiestan-en-defensa-de-autoridades-indigenas-ante-la-orden-de-apremio-emitida-por-el-gobierno-odpib-17-07-13/>>.

*inconvenientes ni problemas políticos, cuando hay problemas políticos pasa a ser nuevamente algo folklórico, (...)*²⁷⁴.

Pouco depois, em setembro de 2013, o caso foi objeto da atenção de um grupo de intelectuais de vários países latinoamericanos que, somando suas preocupações numa nota conjunta, dirigiu-se ao Presidente Evo reivindicando que o mesmo

*cumpla las determinaciones Constitucionales garantizando el respeto a los territorios indígenas y sus autonomías, entre ellas, el pleno ejercicio de sus formas de aplicación de justicia (...). De la misma forma (...) que establezca un diálogo con los pueblos del TIPNIS y que respete las formas tradicionales de sus organizaciones comunitarias*²⁷⁵.

Mas os atos de repressão e criminalização de dirigentes indígenas não se limitaram aos conflitos relacionados ao Tipnis. Um segundo caso de relativa repercussão, também relacionado ao descumprimento do Estado ao direito de consulta prévia em empreendimentos de exploração econômica de terceiros em território indígena, ocorreu no chamado “*caso Mallku Qota*” anteriormente comentado (sub-tópico 4.2.1).

Desde o início das manifestações indígenas de insatisfação com o projeto de exploração mineral a céu aberto pela *South American Silver Corp.*, o aparato repressivo do Estado foi mobilizado como mecanismo de repressão tanto preventiva quanto punitiva na proteção dos interesses da empresa. Assim que, na madrugada de 5 de maio de 2012, conforme relatos da imprensa boliviana e do Conamaq, a comunidade de *Mallku Qota* foi invadida por um contingente de cerca de 50 policiais, acompanhados de um agente da “*fiscalia*”, com o propósito de “*dar captura a un grupo de dirigentes*” que em dias anteriores teria liderado algum tipo de ação contra a empresa²⁷⁶. A incursão policial, deflagrada a partir de denúncia da mineradora contra os dirigentes do *Ayllu*, foi efetuada com bastante violência contra as famílias indígenas, provocando uma reação da comunidade que levou à fuga dos policiais e à detenção, no local, de um policial que, ferido, teria sido deixado para trás pelos colegas²⁷⁷.

²⁷⁴ ARANIBAR, Carola. “**CIDOB y activistas se manifiestan...**”. *Op. Cit.*

²⁷⁵ QUIJANO, Aníbal, *et alli*. “**Apoyo a la Lucha de los Pueblos Indígenas del Tipnis y sus Dirigentes Criminalizados**”. In: “Intelectuales de izquierda interpelan a Evo sobre criminalización a indígenas del TIPNIS”. 04.Set.2013. Disponível em: < <http://boliviaagraria.net/2013/09/04/america-intelectuales-de-izquierda-interpelan-a-evo-sobre-criminalizacion-a-indigenas-del-tipnis/> >. Assinam o documento Anibal Quijano (Perú); Brenda Balleti (Estados Unidos); Carlos Walter Porto-Gonçalves (Brasil); Enrique Leff (México); Raul Zibechi (Uruguay); Milson Betancourt (Colombia); Pablo Dávalos (Ecuador); Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz (Colombia); Horacio Machado Aráoz (Argentina); Enrique Viale (Argentina).

²⁷⁶ CEDIB. **Mallku Khota – Dossier de Prensa**. *Op. Cit.*, p.2.

²⁷⁷ SOMOS SUR. “**Cronología del conflicto en Mallku Qota**”. Disponível em: <http://somosur.net/bolivia/politica/los-movimientos-sociales-en-tiempos-de-evo/1024-cronologia-del-conflicto-en-mallku-qota.html> >.

Em nota emitida em 8 de maio o Conamaq, através dos dirigentes de indústrias extrativas *Tata* Gregorio Vicente Laime e *Mama* Felipa Vique, juntamente com o *Tata* Cancio Rojas, *Jacha Kuraka* de *Marka Sakaka Markpacha*, denunciou que

*a las clara, esa intervención es una muestra de la criminalización de la defensa de los Derechos de los pueblo indígenas y la madre tierra. A quienes defienden el agua y la Pachamama la policía y el gobierno los persigue e intentan encarcelarlos como si fueran criminales, en cambio a las transnacionales mineras como la South American Silver que quiere hacer desaparecer nuestras lagunas y contaminar el medio ambiente, se las protege incluso con gases y balas*²⁷⁸.

Tal episódio foi o estopim de uma mobilização massiva dos *Ayllus* contra a mineradora, acompanhada de um movimento pró-mineradora por parte do segmento indígena-campesino. Este, em algumas ocasiões, teria tentado forçar os dirigentes contrários à empresa a assinarem um termo de autorização à exploração mineral, gerando enfrentamentos entre ambos grupos. Em 21 de maio, estando em La Paz, e ao dirigir-se ao local onde se realizaria uma mesa de diálogo com o Governo e o grupo pró-mineração, Cancio Rojas, o *Kuraka* de Sacaca que assinara a nota de denúncia do Conamaq, foi agredido por um grupo de indivíduos favoráveis à mineração, ato repellido por um contingente de policiais que, a pretexto de sua proteção, o encaminharam às dependências de uma delegacia de polícia. Porém,

*... una vez en instalaciones policiales, la autoridad originaria fue detenida acusada de haber secuestrado, torturado y amenazado de muerte a los efectivos policiales retenidos por la comunidad de Mallku Khota durante los eventos del 5 y 8 de mayo. Seguidamente el Kuraca fue trasladado bajo arresto hasta Potosí para rendir declaraciones y según las denuncias de sus abogados, esa detención se hizo de manera irregular sin que los efectivos policiales pudiesen informar de quién le acusaba y sin tener abierto un cuaderno de investigación en contra suya*²⁷⁹.

Com a prisão de Rojas os demais líderes indígenas declararam ruptura do diálogo com o governo por falta de garantias, e deram início a uma onda de protestos com bloqueios de estrada, marchas a La Paz e ocupação das instalações da mineradora. Entre as suas principais reivindicações estava, além da anulação das concessões mineras à *Silver Corp.*, a imediata liberação do *kuraka* de Marca Sacaca²⁸⁰.

²⁷⁸ CONAMAQ, Dirigencia de Industrias Extractivas. “**Ante la Intervención Policial en Mallku Khuta, Denunciamos**”. La Paz, 08.may.2012. Disponível em:<<http://www.somossur.net/index.php/bolivia/politica/los-movimientos-sociales-en-tiempos-de-evo/918-conamaq-denuncia-la-intervencion-policial-en-mallku-khuta>>.

²⁷⁹ CEDIB. **Mallku Khota – Dossier de Prensa**. *Op. Cit.*, p.3.

²⁸⁰ EL POTOSÍ. “**Ayllus potosinos exigen liberar a su dirigente**”. Potosí, 23.May.2012.

Em 23 de maio Rojas foi trasladado ao presídio de Cantumarca, Potosí, Departamento de Tomas Frías. Entre as acusações feitas ao *kuraka*, constava a de que teria torturado e tentado enterrar vivo um dos policiais detidos na comunidade durante os confrontos ocorridos entre 5 e 9 de maio daquele ano. Nas páginas dos jornais impressos e jornais televisivos e sites da Rede Internet, abundaram as fotografias do *kuraka* sendo conduzido por policiais ao presídio, assim como as declarações dos policiais por ele supostamente agredidos.

No início de junho, estando Rojas ainda em Cantumarca, três órgãos de imprensa, a requerimento da Fiscalia, em Potosí, apresentaram documentos certificando que no período dos acontecimentos referidos na acusação (5 a 9 de maio de 2012), o *kuraka* não se encontrava em *Mallku Qota* e sim em La Paz, denunciando e exigindo providências em relação aos conflitos com a mineradora²⁸¹.

Diante de tais elementos a sua filha, Nilda Rojas, denunciou que a prisão ocorrera “*solo con puros testimonios falsos*”, e disse: “*Yo le pregunto al ministro Carlos Romero ¿Esta es la justicia del Estado Plurinacional? ¿Es justicia encarcelar a una autoridad originaria con testimonios falsos de policías mentirosos?*”²⁸². Mesmo assim Rojas continuou recolhido ao presídio. Em 29 de junho obteve ordem de prisão domiciliar que cumpriu na cidade de Potosí. Na época comentou, indignado, o sociólogo aymara Pablo Mamani Ramírez a respeito:

El Kuraka Rojas estuvo detenido en un calabozo de rendijas viejas en la ciudad de Potosí con barba medio blanco crecida y con una mirada de alguien que se siente profundamente humillado e indignando aunque muy paciente. Había sido conducido allí por unos policías y agentes civiles. Luego fue “liberado” bajo la modalidad de detención domiciliaria. En la cosmovisión de los ayllus la detención domiciliaria es absolutamente contraria a sus valores y por tanto es insultante porque para cualquier aymara y quechua que viveen el campo

²⁸¹ Em 1.º de Junho de 2012 a emissora “**ATB**” informou oficialmente que “*el día 5 de mayo de 2012, la periodista Consuelo Aruquipa entrevistó al señor Cancio Rojas Colque al mediodía en la puerta de ATB*”, informação essa comprovada com o envio de “*un DVD conteniendo una copia de la entrevista realizada*”. No dia 5 de junho a “**Radio Fides**” informou que “*uno de nuestros reporteros entrevistó al ciudadano Cancio Rojas Colque sobre los conflictos de Mallcu Khota em inmediaciones de Plaza Murillo el día martes 8 de mayo de 2012 en horas de la mañana*”. Confirmou que “*... la periodista Felipa Peña asignada al área fue quien conjuntamente con otros periodistas de medios colegas participaron en una rueda de prensa improvisada del ciudadano Cancio Rojas Colque, en Plaza Murillo en horas de la mañana de la jornada mencionada*”. E também juntou “*grabación (en un DVD) del informativo Meridiano de la emisora donde se emitió la nota informativa*”. Informou também que “*el ciudadano Cancio Rojas Colque fue invitado y participo en dicho programa el 8 de mayo de 2012 conjuntamente con otros dos ciudadanos dirigentes*”, incluindo também “*grabación del programa en el que participo el ciudadano mencionado (DVD)*”. Por fim, em 5 de junho a **Erbol** informou também sobre “*la entrevista realizada al señor Cancio Rojas Colque en los estudios de radio ERBOL em la ciudad de La Paz el día 09 de mayo en la tarde (16:35)*” igualmente juntando gravação da referida entrevista [Cf. OIEDC. “**¡La Policía Miente! El Curaca Cancio Rojas es Inocente: Afirma su Hija y Presenta Pruebas**”. 11.Jun.2012. Disponível em: <<http://oiedc.blogspot.com.br/2012/06/hija-del-curaca-cancio-rojas-presente.html>>. (Grifei.).].

²⁸² SERVINDI. “**Bolivia: Demuestran falsedad de acusaciones en contra de detenido líder indígena Cancio Rojas**”. 13.Jun.2012. Disponível em: <<http://servindi.org/actualidad/66331>>.

*necesita estar con la tierra y trabajar porque vive de ella. (...) Estar en casa sin hacer nada es simplemente humillante y degradante (...)*²⁸³ (Grifei).

Em setembro de 2012 o caso Cancio Rojas foi incluído pelo Conamaq na audiência com o relator especial da ONU sobre Racismo e Discriminação, o queniano Mutuma Ruteere. Na ocasião Nilda Rojas denunciou problemas com o andamento do processo na ausência de investigações, na frequente suspensão das audiências, e no preconceito da justiça contra o *kuraka*: “*Piensan que él es el autor de los crímenes por ser autoridad de la comunidad, dicen que él ordena a los comunarios que hagan esto y esto y ellos le hacen caso*”²⁸⁴ (Grifei.). E relatou também diversos abusos praticados pelos policiais durante a custódia domiciliar²⁸⁵.

Em novembro de 2012 Rojas obteve livramento condicional, mas o fato de ter que se apresentar em juízo na cidade de Potosí duas vezes por semana ainda o manteve longe de Sacaca, e de suas funções como *kuraka*, passando a trabalhar como taxista²⁸⁶. Em 15 de março de 2013, por ordem da Fiscalia de Potosí, o processo foi encerrado por falta de provas²⁸⁷. O policial que em frente às câmeras, de modo bastante performático, numa cena replicada em todo o país e disponibilizada na Internet o havia acusado de tortura e de quase o enterrar vivo, sequer compareceu ao ato de reconstituição ordenado pelo juízo. Assim, dez meses depois de ser preso e exposto em todos os meios de comunicação como sequestrador, torturador e quase homicida, o *Tata* Rojas teve restituídos os seus direitos por absoluta falta de provas. Mas diferentemente do que ocorrera quando de sua prisão, o desfecho do processo não foi objeto de qualquer notícia nos meios de comunicação social. A não comprovação das acusações imputadas ao *kuraka* não teve qualquer divulgação²⁸⁸. Durante o conflito, o Ministro de

²⁸³ RAMÍREZ, Pablo Mamani. “**Dictadura jurídica boliviana en contra del Ayllu Mallku Qota**”. Alai, 04.Jun.2012. Disponível em: < <http://alainet.org/active/56210&lang=es> >.

²⁸⁴ BOLPRESS. “**Relator de la ONU: ‘Las detenciones a líderes indígenas muestran problemas de discriminación’**”. La Paz, 10.Sep.2012.

²⁸⁵ “... *tenemos que dar de alimentar a los policías, además de soportar sus abusos. Vienen y dicen: ‘Comprame cerveza, dame para mi pasaje, comprame tarjeta de teléfono’*. El anterior mes le habían disparado dos policías ebrios al cuarto donde está mi papá con prisión domiciliaria en la ciudad de Potosí, porque no le dejan estar en Sacaca. Ahora mi papá está psicológicamente y fiscalmente muy mal. Vienen los policías a revisar que esté en su cuarto a las 12 de la noche, a las tres de la mañana. La dueña de la casa quiere que nos salgamos del cuarto, porque vienen siempre los policías...”. BOLPRESS. “**Relator de la ONU:...**”. Op. Cit.

²⁸⁶ EL DIARIO. “**Cancio Rojas obtuvo libertad condicional**”. Potosí, 27.Nov.2012.

²⁸⁷ ALIAGA, Carmen; MADRID, Emilio. “**Criminalización de la protesta y violencia estatal impunes**” Bolpress, La Paz, 09.Jul.2013.

²⁸⁸ Motivo pelo qual, aliás, tive bastante dificuldade em encontrar informações a respeito. Fora um artigo produzido meses depois por membros do “Colectivo Casa”, não encontrei nenhuma matéria jornalística informando da conclusão da Fiscalia a respeito da inexistência de provas contra o *kuraka*.

Governo e as demais autoridades haviam se declarado firmemente convictos da veracidade das acusações feitas pelos policiais²⁸⁹. Agora, permaneciam em silêncio, assim como a imprensa.

Como afirmaram Aliaga e Madrid a respeito deste caso, fica evidente que a intenção

no respondió a un propósito de búsqueda de la verdad, sino al de instalar en la opinión pública la imagen de una comunidad indígena violenta y belicosa, que no se somete a la legalidad, se apeló a revivir la imagen del “Indio salvaje y cruel”, que durante los siglos XIX y XX sirvió para justificar medidas de genocidio y exclusión contra las comunidades indígenas (...). Solo eso explica porque se alentó la amplia difusión de un testimonio falso, no verificado²⁹⁰.

No último *Jach'a Tantachawi* do Conamaq, ao qual me referi anteriormente, o Tata Cancio Rojas foi eleito o seu novo *Arquiri Apu Mallku*, o segundo na hierarquia da organização, juntamente com sua filha Nilda, a nova *Arquiri Apu Mama T'alla*²⁹¹. Com a tomada da sede do Conamaq pelo grupo “oficialista”, Rojas se viu, como os demais dirigentes e seus familiares, em situação de desabrigo e vulnerabilidade na Capital, La Paz. Finalmente em 14 de janeiro de 2014 o novo *Arquiri Apu Mallku* declarou estar sendo mantido pelos demais dirigentes em local inserto e não sabido, após se ter conhecimento de que sua integridade física estaria em risco por parte daquele grupo “oficialista”²⁹².

Mas este processo de demonização da imagem do indígena que resiste ao avanço avassalador da empresa colonial sobre os seus territórios, um processo que atua transformando vítima em algoz, não se fez sentir apenas sobre o *kuraca* Rojas. Em 5 de julho de 2012, na mesma *Mallku Qota*, durante os enfrentamentos entre os comunários e policiais enviados pelo Estado a serviço dos interesses da mineradora transnacional, tombou ferido à bala o originário José Mamani. No dia seguinte, em La Paz, o Ministro de Governo, Carlos Romero, declarava à imprensa que a morte havia decorrido de ferimentos provocados por uma dinamite que o próprio Mamani, bêbado, explodira acidentalmente²⁹³. Novamente aqui operou o processo de demonização da imagem do indígena que luta por seus direitos coletivos. Mais uma vez o Estado, através do ministro Romero, comprava e vendia a versão “fácil” do indígena vítima de

²⁸⁹ PAGINA SIETE. “Romero: Demanda de Comunarios de Mallku Khota” [Video Jornalismo.]. Duração: 00:01:37. Publicação: 08.jun.2012; _____. “Ministerio público hará conocer resultados del caso de cancio rojas” [Video jornalismo.]. Duração:00:01:07. Publicação: 10.jul.2012; _____. “Rojas Calificó de ‘Inhumana’ la Acción de Cancio” [Video jornalismo.]. Duração: 00:01:42. Publicação: 12.jun.2012.

²⁹⁰ ALIAGA, Carmen; MADRID, Emilio. “Criminalización de la protesta y violencia estatal...”. *Op. Cit.*

²⁹¹ LA PRENSA. “El Conamaq elige a Bernabé y Rojas”. La Paz, 14.Dez.2013.

²⁹² FIDES. “Cancio Rojas se declara en la clandestinidad por supuestas amenazas de muerte”. La Paz, 14.En.2014.

²⁹³ LOS TIEMPOS. “Mallku Khota: Un comunario muerto por impacto de bala, 13 heridos y un policía secuestrado”. La Paz, 6. Jul.2012; _____. “Gobierno niega enfrentamiento y confirma muerte de comunario en Mallku Khota”. La Paz, 6. Jul.2012; SOMOS SUR. “Cronología del conflicto en Mallku Qota”. *Op. Cit.*; CEDIB. *Mallku Khota – Dossier de Prensa. Op. Cit.*, p.4.

sua própria natureza irracional e ignorante. Não tardaria muito, contudo, e chegaria pelas mãos do médico forense Abelardo Machaca a confirmação oficial daquilo que os comunários de *Mallku Qota* já sabiam: Mamani falecera em decorrência de uma bala disparada à altura da nuca que transfixara-lhe a cabeça, saindo pela boca. Contrariando a versão dada açodadamente pelo *Ministro de Gobierno*, não havia no corpo nenhum sinal de explosão de dinamite²⁹⁴.

E o caso *Mallku Qota* demonstraria também que no atual Estado Plurinacional boliviano a demonização dos indígenas continua ocorrendo também por uma outra via, a da pretensa defesa do meio ambiente. Em 12 de junho de 2012, enquanto se encontrava em La Paz, no prédio da *Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen* (FELCC), tratando da questão da repressão aos comunários que haviam participado dos protestos em *Mallku Qota*, o *Mallku Kuraka* Fernando Choque Romero, do *Suyu Jakha Qhara-Qhara*, foi detido pelos policiais da mesma FELCC por usar um “sombbrero” com plumas de ave. Além de ter o seu “sombbrero” tomado pelos policiais, o *Tata* Romero ficou preso a um recipiente de lixo até a noite do dia seguinte, 13 de junho, quando foi apresentado à “*Fiscalía*” que o acusou formalmente pelo “*delito ambiental de portar 15 plumas de ave en su sombrero*”, e mantido sob detenção²⁹⁵.

Conforme a rede Erbol,

Choque expresó su molestia por el accionar de las autoridades de judiciales al no comprender que el sombrero, que le fue despojado, forma parte de la indumentaria como Mallku de su comunidad.

*“Es un símbolo. Las plumas atraen las ideas a la cabeza. En este momento me siento muy molesto, porque me han descabezado. Me siento como si a un general le quitaran su gorra, así me siento”, manifestó (...)”*²⁹⁶.

Em 14 de junho, assistido pela Defensoria del Pueblo e pelos assessores jurídicos do Conamaq, o *Tata* Romero foi apresentado em juízo, submetido a uma audiência de instrução criminal que lhe devolveu a liberdade, porém a título de “*medidas substitutivas*”, nas quais teve que “*presentar un garante simple y depositar 5.000 bolivianos en caso de fuga*”²⁹⁷.

Segundo a imprensa, a detenção ocorreu sem que os policiais sequer soubessem de que ave se tratava, dúvida que continuou até o fim da própria audiência de instrução:

²⁹⁴ LOS TIEMPOS. “**Mallku Khota: Un comunario muerto por impacto de bala...**”. *Op. Cit.*; LOS TIEMPOS. “**Mallku Khota: Informe forense confirma muerte de comunario por impacto de proyectil**”. La Paz, 07.Jul.2012.

²⁹⁵ BOLPRESS. “**Detienen a líder indígena por usar sombrero con plumas, un ‘delito ambiental’**”. La Paz, 16.Jun.2012.

²⁹⁶ ERBOL. “**Liberan a autoridad originaria que fue aprendida por usar plumas en su sombrero**”. La Paz, 14.Jun.2012; EL DIARIO. “**Medidas sustitutivas para curaca mallku acusado de llevar plumas en su sombrero**”. La Paz, 15.Jun.2012.

²⁹⁷ ERBOL. “**Liberan a autoridad originaria que fue aprendida por usar plumas...**”.

*Hasta la liberación de Choque, ninguna autoridad de la justicia ordinaria (Policía, Juez, etc.) pudo determinar a qué especie de ave "en extinción" correspondían las plumas de su sombrero; aun así lo imputaron penalmente*²⁹⁸.

A denúncia contra o *Malku Kuraca* partiu de Pablo Leyton, um ativista ambiental que através do “*Proyecto Flamencos*”, exerce em parceria com a FELCC a fiscalização e denúncia das atividades de comércio e utilização de peles e plumas de animais silvestres na confecção de indumentárias “*folklóricas*”. Como um verdadeiro paladino na defesa dos animais silvestres contra a ameaça representada pelos indígenas, Leyton assumiu em tom de orgulho a denúncia contra a autoridade indígena originária, e afirmou que “*Continuaremos el caso, para lo cual, presentaremos una acusación formal con base en la prueba de un peritaje que será efectuada por una experta bióloga*”²⁹⁹.

Segundo Mamani Ramírez, as plumas usadas na indumentária ritual do *kuraka* eram da ave andina *Suri Awila*, tradicionalmente colhidas quando na época da troca de plumagem, o que ocorre anualmente nos pampas do altiplano e não implica, portanto, na apreensão nem na morte do animal³⁰⁰. Assim sendo, diz,

*Es curioso que un ambientalista como Leytón no conozca este hecho elemental para acusar a Choque de usar plumas de aves en extinción. En realidad aquí hay un problema de civilidad del urbanita para acusar nada menos que a una autoridad de la importancia de un Kuraka o Mallku. Es como presentar una acusación de juicio de responsabilidades a un Presidente de la republica sin mayores fundamentos. Y por admitir tal hecho el sistema jurídico boliviano se convierte en un absurdo colonial y racista*³⁰¹ (Grifei).

Em setembro de 2012, por ocasião da visita do Relator das Nações Unidas sobre o combate à tortura, a imprensa informava que a denúncia contra o *Tata Romero* havia sido retirada pelo próprio Leyton, e que o *Kuraka Mallku* estava avaliando a possibilidade de ingressar com “*acciones judiciales por el agravio que há pasado*”³⁰².

²⁹⁸ BOLPRESS. “**Detienen a líder indígena por usar sombrero con plumas,...**”. *Op. Cit.*

²⁹⁹ CHOQUE, Freddy Grover. “**Proyecto lucha por preservar vida silvestre**”. *La Prensa*, 22.Jun.2012.

³⁰⁰ *Suri awila es una ave andina que vive en las inmensas pampas y corre a mucha velocidad. Y éste en un determinado tiempo cambia de plumas como cualquier otro animal y es cuando los comunarios y comunarias la tienen que recoger este su bello plumaje. (...) las mujeres quienes las llevan al tata kuraka para que ellos lo lleven en su sombrero. De igual modo lo hacen los hombres hacia las mujeres para que lleven en sus sombreros en la fiesta y otros acontecimientos sociales. (...). Es como llenarle a alguien de serpiente a una autoridad o persona como la que observamos en las ciudades. Por lo que para obtener las plumas de suri awila no necesariamente hay que matar a este bello animal sino se recoge de las pampas (...).* RAMÍREZ, Pablo Mamani. “**Dictadura jurídica boliviana en contra del Ayllu...**”. *Op. Cit.*

³⁰¹ RAMÍREZ, Pablo Mamani. “**Dictadura jurídica boliviana en contra del Ayllu...**”. *Op. Cit.*

³⁰² BOLPRESS. “**Relator de la ONU: ‘Las detenciones a líderes indígenas muestran problemas de discriminación’**”. *La Paz*, 10.Set.2012.

Outros casos de repressão a protestos e criminalização de autoridades indígenas originárias têm também se verificado no atual contexto político-jurídico boliviano, como o do *Tata Hilarion Chávez, ex-kuraka mallku* dos *Ayllus* de *Qhara Qhara Suyu*. Depois de dois anos e nove meses em prisão preventiva³⁰³, o *kuraka* foi condenado em 06 de setembro de 2012, juntamente com os seus companheiros Valentín Díaz e Salvador Conde Mamani, pelo Tribunal de Sentença da Corte Superior de Chuquisaca à pena de dois anos de prisão pelos delitos de invasão de domicílio e atentado contra a liberdade do trabalho³⁰⁴, por ter invadido a sede da Federação Sindical Campesina de Chuquisaca. Uma condenação que, segundo Mamani Ramírez, teve como real motivação a luta pelo resguardo ao território de seu *Ayllu*³⁰⁵, e que na fala do próprio Chávez se deveu também à sua luta pela livre-determinação e autogoverno indígena³⁰⁶.

Creio contudo que os casos aqui levantados sejam mais do que suficientes para ilustrar as atuais dificuldades do Estado boliviano em efetivamente lidar com a sua natureza “Plurinacional” e fazer respeitar os princípios constitucionais da interculturalidade e da descolonização.

No Equador, apesar da anistia concedida pela Constituinte de Montecristi³⁰⁷ aos participantes de protestos sociais ocorridos antes e até mesmo durante a fase inicial do governo

³⁰³ CORREO DEL SUR. “**Estuvo Detenido Preventivamente Casi Tres Años. Ex dirigente indígena deja la cárcel tras largo encierro**”. Sucre, 20.Sep.2012; _____. “**Perdón judicial tras una pena mínima por la toma de la Federación Campesina**”. Sucre, 06.Set.2012.

³⁰⁴ Algo como invasão e perturbação do trabalho. Vide CAOÍ. “**Curaca Hilarion Chavez imputado penalmente por exigir titulación de TCO**”. Bolivia, Oct.2012. Disponível em: < <http://www.coordina.doracoi.org/portal/?q=content/curaca-hilarion-chavez-imputado-penalmente-por-exigir-titulacion-de-tco#.UzBZ725eP8> >; LA PATRIA. “**Tribunal condena a ex dirigente indígena a dos años de prisión**”. Sucre, 07.Set.2012.

³⁰⁵ RAMÍREZ, Pablo Mamani. “**Dictadura jurídica boliviana en contra del Ayllu...**”. *Op. Cit.*

³⁰⁶ VÁSQUEZ, Javier Calvo. “**Hilarión Chávez: ‘El izquierdismo no entiende, es otra invasión colonial’**”. Sucre, 27.Oct.2011. Disponível em: < <http://javier-deretiro.blogspot.com.br/2011/10/hilarion-chavez-el-izquierdismo-no.html> >.

³⁰⁷ De acordo com Francisco Hurtado, em 14 de março de 2008 a Constituinte emitiu a “*Amnistia General n.º 04*”, através da qual foram anistiados os membros de diversas comunidades envolvidas em protestos contra a mineração em grande escala, contra atividades petrolíferas, contra projetos hidrelétricos, contra atividades madeireiras e em defesa da qualidade da água e do meio ambiente. Entre as acusações que pesavam contra os anistiados estavam as de “*organización de manifestaciones públicas sin permiso; sabotaje y terrorismo; rebelión y atentados contra funcionarios públicos; obstáculos a la ejecución de obras públicas; asociación ilícita; instigación a delinquir; apología del delito; incendio y otras destrucciones, daños y deterioros; delitos contra la propiedad (como hurto, robo o usurpación); delitos contra medios de transporte; paradójicamente delitos contra el medio ambiente; delitos contra las personas (sea contra la vida, por lesiones, plagio o secuestro)*”. Ainda segundo Hurtado a outorga da anistia teve como fundamento o “*reconocimiento de que las acciones de movilización y reclamo de las comunidades son de naturaleza esencialmente política y de reivindicación social*” [Cf. HURTADO, Francisco. “**Análisis sobre la criminalización actual en el Ecuador**”. CDES, Quito, s/d. (2011?) Disponível em: <http://observatorio.cdes.org.ec/component/docman/doc_download/978-analisis-sobre-la-criminalizacion-actual-en-el-ecuador?Itemid=>].

Correa³⁰⁸, uma vez promulgada a nova Constituição os novos protestos sociais que se seguiram, convocados sobretudo pelo movimento indígena, tiveram que encarar mais uma vez uma nova onda de repressões. Apesar da Constituição garantista, no lugar do respeito ao direito de protesto passaram a ter assento a repressão policial e a criminalização. Daí o atual lamento da ONG Acción Ecológica:

*... esta alegría [das anistias] ha desaparecido, pues a muchos de los defensores de los derechos de la naturaleza y los derechos colectivos, frente a la minería, las actividades petroleras, industria maderera, la construcción de hidroeléctricas o el acaparamiento del agua, se los está nuevamente criminalizando*³⁰⁹.

No plano das lutas do movimento indígena a retomada dos protestos foi deflagrada pela Conaie em janeiro de 2009, após a aprovação do Projeto de “*Ley de Minería*” pelo Legislativo. Através do bloqueio de rodovias e da realização de passeatas em diversas partes do país, o movimento pretendia obter do Presidente da República o veto total à Lei, o que ocorreu apenas parcialmente, prevalecendo contudo a decisão da Assembleia pela aprovação do texto original.

No final, como informa Francisco Hurtado,

*el gobierno nacional reprimió las protestas, y detuvo a varios indígenas y campesinos en todo el territorio nacional. En todo el tiempo de protestas y movilización social al menos 15 personas habrían resultado detenidas, otras varias heridas por enfrentamientos contra la Policía Nacional, y se habrían iniciado procesados contra algunos dirigentes acusados de cometer delitos comunes*³¹⁰.

A segunda grande onda de protestos indígenas veio com a mobilização contra o projeto de “*Ley de Aguas*” já mencionado. Segundo Hurtado esta foi, até o momento, “*una de las movilizaciones más fuertes y prolongadas que ha enfrentado el gobierno de Rafael Correa, y la única que logró detener la aprobación de un proyecto de ley presentado por el ejecutivo*”³¹¹. A mobilização contra a “*Ley de Aguas*” durou de finais de setembro de 2009 até maio de 2010, quando o Presidente da República decidiu solicitar ao Legislativo o seu arquivamento.

³⁰⁸ Entre os anistiados do início do governo Correa estavam os participantes das manifestações do chamado “*Caso Dayuma*” (onde o bloqueio da via de acesso ao campo petrolífero de Auca-Cononaco pela população da localidade de Dayuma foi o pretexto para uma brutal repressão por parte da polícia e forças armadas) e da paralização preventiva contra a mineração em larga escala, convocada pela Coordenadora Nacional por la Defensa de la Vida y Soberanía (CNDVS) também recebida com muita repressão pelas forças militares. Cf. HURTADO, Francisco. “*Análisis sobre la criminalización actual en el Ecuador*”. *Op. Cit.*

³⁰⁹ ACCIÓN ECOLÓGICA. “*Ecuador: La criminalización del Sumak Kawsay*”. *Kaos en la Red*, Quito, 9.Jul.2010. Disponível em: <<http://old.kaosenlared.net/noticia/ecuador-criminalizacion-sumak-kawsay>>.

³¹⁰ HURTADO, Francisco. “*Análisis sobre la criminalización actual en el Ecuador*”. *Op. Cit.*

³¹¹ HURTADO, Francisco. “*Análisis sobre la criminalización actual en el Ecuador*”. *Op. Cit.*

Contudo, o êxito da mobilização veio acompanhado de um intenso processo de repressão e criminalização dos dirigentes indígenas.

Em Morona Santiago, região amazônica, o bloqueio de uma ponte pelos indígenas Shuar convocados através da rádio comunitária local, foi duramente reprimido por uma intervenção desastrada da Polícia e Forças Armadas que, durante uma trégua de duas horas acordadas para a reflexão dos indígenas, teriam dispersado a multidão com helicópteros e bombas de gás, provocando um confronto aberto que resultou em um indígena morto (o professor Bosco Wizuma) e cerca de 50 feridos entre indígenas e policiais. Segundo a AI, “*Antes de que se pudiera llevar a cabo una investigación exhaustiva e imparcial, el presidente Correa felicitó públicamente a la policía por sus acciones, y dijo: ‘La violencia no vino del lado del Estado, (...)’*”³¹².

O fato resultou suspensão temporária e na tentativa de cancelamento da licença de funcionamento da rádio comunitária e na abertura de ação penal contra onze dirigentes indígenas, entre eles Pepe Acacho – então Presidente da Federação Interprovincial de Centros Shwar (FICSH) –, pelos crimes de terrorismo e sabotagem.

Em 04 de fevereiro de 2011 a FIDH, a Comissão Ecumênica de Direitos Humanos (CEDHU), a Fundação Regional de Assessoria em Direitos Humanos (INREDH) e o Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES), emitiram nota à imprensa afirmando que “*asimilar a los indígenas Shuar movilizados en la defensa de sus derechos, con el ‘terrorismo’ menoscaba gravemente los principios internacionales en materia del derecho a la protesta y contraviene la definición internacional de lo que constituye actos terroristas*”³¹³.

Em 19 de julho de 2013, quase quatro anos após os fatos, apesar de todas as críticas de organizações nacionais e internacionais de direitos humanos contra o enquadramento dos protestos indígenas no crime de terrorismo, Pepe Acacho (hoje “*Asambleísta*” do *Pachakutik* por Morona Santiago) e Pedro Mashiant Chamik (Presidente das Juntas Parroquiales de Morona Santiago) foram condenados em primeira instância a uma pena de 12 anos de prisão como responsáveis pela morte de Bosco Wisuma e pelos delitos de “*terrorismo organizado*” e sabotagem, tendo sido absolvidos os demais indígenas Shuar³¹⁴.

³¹² ANISTIA INTERNACIONAL. “**Para Que Nadie Reclame Nada**”... *Op. Cit.*, p.19.

³¹³ FIDH. CEDHU. CDES. INREDH. “**Seria preocupación por el uso indebido de la figura del terrorismo**”.
Genebra, 4.Feb.2011. Disponível em:< <http://www.fidh.org/es/americas/ecuador/Seria-preocupacion-por-el-uso> >.

³¹⁴ Atualmente ambos os líderes indígenas aguardam em liberdade o julgamento dos recursos de apelação.
Segundo a imprensa, “*Acacho goza de inmunidad parlamentaria, aunque el proceso en su contra se inició*”

Mas as mobilizações contra a “*Ley de Aguas*” no restante do país já em maio de 2010, produziram uma outra uma série de atos de repressão policial contra os manifestantes e criminalização de lideranças indígenas e campesinas, entre elas Marco Guatemal, então Presidente da Federação Indígena e Campesina de Imbabura (FICI), e os campesinos Federico Guzmán, Efraín Arpi y Carlos Pérez, também sob a acusação de sabotagem, terrorismo e obstáculo de vias³¹⁵.

Ainda segundo o citado relatório da AI, as prisões e criminalização dos dirigentes indígenas tem sido possível,

*... porque hay aspectos de la legislación nacional que incumplen las normas internacionales. Entre los artículos del actual Código Penal más utilizados contra los dirigentes indígenas y campesinos se encuentran los artículos 158 (sabotaje), 160 (terrorismo) y 129 (obstrucción ilegal de vías)*³¹⁶.

Além disso, as normas tipificadoras seriam pouco precisas, dando margem a procedimentos investigativos e a denúncias pouco consistentes em termos probatórios, motivo pelo qual muitos dos casos resultariam na absolvição dos acusados. Porém, para os dirigentes indígenas mesmo a hipótese do não acolhimento da denúncia ou mesmo da absolvição não faria desaparecer os prejuízos até aí causados às lutas do movimento. Como observou Marco Guatemal, citado no já referido relatório da AI “*en vez de dedicarnos a actividades propias de las comunidades, de las necesidades de los pueblos, a discusión de propuestas de la población, hemos tenido que estar hablando de este proceso [de criminalización]*”³¹⁷.

As relações entre o movimento indígena e o governo Correa já estavam então bastante esgaçadas quando adveio no mês seguinte a “*Cumbre*” da ALBA, em Otavalo. Excluídas do convite para o evento, que ocorria em seu próprio país, numa região predominantemente indígena e aos vinte anos do grande levante de 1990, Conaie e Equarunari convocaram à realização de uma “*Cumbre Paralela*” que elaborou uma carta ao “*compañero*” Evo Morales,

antes de que asumiera como asambleísta (...) por lo que, de ratificarse la sentencia, perdería el cargo e iría a prisión”. HOY. “**Pepe Acacho fue sentenciado a 12 años de prisión**”. Quito, 12.Ago.2013.

³¹⁵ Relata a Anistia Internacional que em 2010 os três líderes campesinos foram absolvidos mas, no ano seguinte, devido a um recurso da “*Fiscalía*” (equivalente no Brasil ao Ministério Público), condenados pelo crime de obstrução ilegal de vias públicas. O Juiz, contudo, teria reduzido o *quantum* da pena de um ano para oito dias de reclusão sob o fundamento de “*tratarse de personas que no constituyen peligro para la sociedad, y que las motivaciones para su inconducta fueron de carácter altruista y social a favor de los pueblos de Tarqui y Vitoria de Portete, en defensa del agua que temen sea contaminada por actividad minera*” (ANISTIA INTERNACIONAL. “**Para Que Nadie Reclame Nada...**”. *Op. Cit.*, p.22.). Quanto a Marco Guatemal, após dezesseis dias de prisão preventiva, foi absolvido pelo Primeiro Tribunal Penal de Imbabura em 10 de novembro de 2011, quando foi posto em liberdade (cf. ARMAS, Carlos. “**Marco Guatemal, declarado inocente**”. El Universo, Ibarra, 10.Nov.2011.).

³¹⁶ ANISTIA INTERNACIONAL. “**Para Que Nadie Reclame Nada...**”. *Op. Cit.*, p.19.

³¹⁷ Idem, p.2.

na condição de primeiro presidente indígena das Américas, denunciando a resistência do governo Correa em implementar a proposta do Estado plurinacional no Equador.

Concentrados do lado de fora do edifício onde se realizava a “Cumbre”, os indígenas tiveram negado o seu pedido de ingressar no local para fazer a entrega da carta ao presidente Evo. Na tensão que se seguiu, um dos cavalos da polícia montada que guarnecia o local teria ficado agitado, dando início a uma sequência de acontecimentos que culminaram na dispersão da multidão com bombas de gás lacrimogêneo. No dia seguinte Marlon Santi, presidente da Conaie, e Delfin Tenesaca, presidente da Equarunari, eram acusados pelos crimes de sabotagem e terrorismo. Segundo relato da AI, os crimes teriam sido evidenciados pela polícia nas acusações de rompimento do cordão de isolamento policial, de desaparecimento de duas algemas e de interrupção da “Cumbre” com gritos de palavras de ordem. No final das investigações apenas o desaparecimento das algemas teria sido comprovado, mas *“el informe del policía que perdió las esposas no decía que se las hubieran robado, sino simplemente que, en un momento determinado, se dio cuenta de que no las tenía”*³¹⁸.

Em agosto de 2013 o processo de criminalização estava tão intenso que os dirigentes da Conaie condicionavam a possibilidade de qualquer diálogo com o Governo ao arquivamento dos processos. Pelas suas contas, nada menos que duzentos indígenas se encontravam submetidos a ações penais resultantes de seus atos de protesto e resistência³¹⁹.

Mais recentemente, em janeiro de 2014, a lista de criminalizados cresceu mais ainda. Os protestos contra a abertura do processo licitatório da “XI Ronda Petrolera” levaram à abertura de investigações criminais contra dez dirigentes da Conaie, entre eles o seu presidente, Humberto Cholango e o presidente do Gonoae, Franco Viteri³²⁰. Segundo a imprensa, a investigação, solicitada pela Secretaria de Hidrocarburos, refere-se aos delitos de ameaça, protesto sem autorização, obstáculo de vias de acesso, vulneração e atentado à abertura dos envelopes da “Ronda” e supostas lesões corporais em empresários participantes da licitação³²¹.

³¹⁸ ANISTIA INTERNACIONAL. “**Para que Nadie Reclame de Nada...**”. *Op. Cit.*, p.25.

³¹⁹ HOY. “**Conaie: 220 amnistías para hablar con Correa**”. 03.Ago.2013.

³²⁰ A lista dos indígenas investigados é composta por Humberto Cholango (Presidente da Conaie), Bartolo Ushigua (Vicepresidente); Franco Viteri (Presidente da Gonoae); Patricia Gualinga (Dirigente da organização de mulheres de Sarayaku); Gloria Ushigua (Dirigente da organização de mulheres indígenas Amazônicas); além de Klever Ruiz, Jaime Vargas, Patricio Sake, Margoth Escobar e Andrea Fernanda Medina. *Vide* WAMBRA RADIO. “**10 Dirigentes indígenas investigados por protestas XI Ronda Petrolera**”. 09. Ener. 2014.

³²¹ Idem.

O quadro atual indica que na fase atual do processo de construção do Estado Plurinacional do Equador, todos os dirigentes das organizações indígenas mais representativas da luta anticolonial, foram ou são alvo de perseguição e criminalização por parte do Estado.

Como foi possível observar aqui, a expectativa de reterritorialização autonômica dos povos, nações e nacionalidades indígenas originárias, que marcou o início do processo de construção dos Estados Plurinacionais da Bolívia e Equador nos respectivos períodos pós-Constituintes, tem sido dificultado por diversas ordens de obstáculos, sendo a primeira e fundamental a manutenção da divisão territorial do Estado conforme o modelo adotado à época dos processos de independência no início do século XIX. A partir daí a presença indígena em ambos países, em sua relação com as formas de organização político-administrativa do Estado, deixa de ser constitutiva do próprio Estado em sua diversidade plurinacional e em sua perspectiva intercultural (como o eram as propostas indígenas junto às Constituintes), para ser admitida apenas enquanto situações “especiais” e geograficamente delimitadas. Ou seja, os modelos de divisão territorial adotados por aquelas constituições plurinacionais de 2008 e 2009 não conseguiram superar as amarras das concepções político-administrativas novecentistas fundadas numa visão eurocêntrica de ocupação e administração dos espaços territoriais. A abertura descolonial que se logrou no âmbito daquelas Constituintes não foi suficiente a ponto de serem admitidas como parte da estrutura básica do Estado, as propostas indígenas de reconstituição de espaços territoriais ancestrais e de territorialidades por vezes descontínuas. Da mesma forma, os processos autonômicos reconhecidos constitucionalmente foram também, como tem observado Sílvia Cusicanqui, limitados aos chamados territórios originários ou ancestrais, distantes dos centros urbanos que em algumas situações – como El Alto, nas cercanias de La Paz, ou em Cotopaxi, no Equador, são marcados por expressiva população indígena. Ou seja, mesmo aqui, com a forte presença histórica do *Tawantinsuyu*, se fizeram mais fortes nos núcleos decisórios os ecos do modelo de territorialização do poder político adotado em Westphalia.

E mesmo dentro das próprias territorialidades ancestrais a reconstrução do poder autonômico indígena tem sido obstaculizado por uma série de mecanismos e requisitos, legais e burocráticos, altamente limitativos de suas possibilidades de avanço. Fixadas em nome da “segurança jurídica”, são exigências que condicionam de tal modo aqueles processos de reterritorialização autonômica que podem fazer crer que a saída mais fácil seria simplesmente a manutenção de uma autonomia “clandestina”.

Essa resistência em levar à sério a perspectiva autonômica e da livre-determinação dos povos indígenas é bem observada no modo como aqueles Estados têm tratado a questão da consulta prévia, livre e informada. Embora se trate de direito reconhecido nos próprios textos constitucionais e respectivos blocos de constitucionalidade, sofrem em ambos os casos de interpretações tão restritivas na sua implementação que até o momento parecem tender a se transformar em letra morta. Como disse Raquel Fajardo, os governos não querem consultar “*porque temen que los pueblos les digan que no quieren determinada obra en sus territorios*”, o que não poderia ser diferente já que “*el respeto a la Pachamama y el buen vivir plantean otro modelo civilizatorio*”³²² (Grifei). E o modelo civilizatório ainda vigente nestes Estados continua inalterado, apesar dos avanços constitucionalmente conquistados.

É bem verdade que o desrespeito ao direito de consulta prévia aos povos indígenas não é fenômeno restrito aos Estados aqui abordados. Nos demais países em que é previsto, é igualmente desrespeitado ou completamente ignorado³²³, um fenômeno verificado mundialmente, e não apenas no continente americano ou América do Sul. Contudo, não se trata em tais casos de Estados que se tenham declarado “plurinacionais” e nem que tenham adotado a descolonialidade e a interculturalidade, nem o *Sumak Kawsay* ou a defesa dos direitos da *Pachamama* como princípios constitucionais.

Diante de tal contexto, os movimentos indígenas naqueles Estados “Plurinacionais” continuam a protestar. E não é difícil perceber, em tais atos de protesto (grandes marchas entre cidades e regiões, bloqueios de estrada, passeatas em centros urbanos, vigílias em praças públicas ou no interior de espaços públicos, e até mesmo greves de fome), aquele espírito de desobediência civil de que falava Thoreau³²⁴. Gestos de desaprovação pública a leis consideradas injustas ou ilegítimas, e que conformam uma das vertentes do direito de resistência³²⁵, inclusive reconhecido pela própria Constituição Equatoriana de 2008, e que contém em si um conteúdo moral no sentido do compromisso com a busca pela justiça.

³²² FAJARDO, Raquel Yrigoyen. “**Los presidentes no quieren consultar por temor a una negativa**”. FUNDACIÓN TIERRA. Memoria II Seminario Bolivia Post-Constituyente. Derechos Indígenas en el Estado Plurinacional. La Paz, 18-20.Oct.2010.

³²³ Cite-se por exemplo os casos de Bagua, no Peru em 2009, de U’wa e Embera-Katío na Colombia (Cf. DUE PROCESS OF LAW FUNDATION. **El Derecho a la Consulta Previa, Libre e Informada de los Pueblos Indígenas. La situación de Bolivia, Colombia, Ecuador y Peru**. Lima: Oxfam América, 2011; AMELLER, Vladimir *et alli*. **El Derecho a la Consulta Previa de los Pueblos Indígenas en América Latina**. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.).

³²⁴ THOREAU, Henry David. **A Desobediência Civil**. Tradução: Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 2012.

³²⁵ BOBBIO, Norberto. “**Desobediência Civil**” [Verbetes]. In: Norberto BOBBIO; Nicola MATTEUCCI; Gianfranco PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial; 2vols., 5.ª ed., 2004.

Por sua capacidade de resistência política historicamente comprovada, os movimentos indígenas naqueles Estados têm sido reconhecidos pelos setores urbanos e mestiços como uma das principais forças protagônicas das lutas por justiça social, democracia pluralista, etc. Agora, ambos Estados, cujas Constituições, assim como forças políticas hoje no governo refletem e contaram diretamente com o apoio daquela capacidade de luta e resistência, passam a adotar uma postura de intolerância e até mesmo de criminalização daqueles gestos de desobediência civil. As experiências aqui analisadas têm demonstrado que para os Estados, mesmo “Plurinacionais”, os indígenas continuam sendo “o outro”, e este segue visto como “o inimigo”.

Ocorre que os movimentos indígenas, mais do que importantes forças políticas recentes, têm sido protagonistas constantes na luta descolonial. E neste sentido os atos de repressão criminal aqui mencionados fazem ativar aquela “memória larga” de que fala Sílvia Cusicanqui. Nesta memória larga dos povos indígenas ainda se encontram presentes os ecos das antigas lutas de resistência descolonial. Mamani Ramírez, por exemplo, tem chamado a atenção para o fato de que atos de protesto e resistência assim como as perseguições criminais e privação de liberdade dos *kurakas* Cancio Rojas e Hilarion Chávez, fazem evocar nos indígenas a memória dos levantes de antigos heróis como o *Kuraka* Tomas Katari (1780) e o guerreiro Pablo Zárate Wilka (1899). O próprio *Tata* Chávez demonstra claramente tal consciência, quando se coloca na continuidade das lutas de Katari e afirma que “*detrás de mi habrán otros líderes que lucharán por lo mismo, es una cadena que tiene que reivindicarse para los indígenas, los indígenas si o si van a recuperar sus pertenencias, esa es la meta*”³²⁶.

Ao apostarem no modelo Plurinacional os povos indígenas naqueles dois países apostaram num modelo de Estado efetivamente capaz de – nas palavras do *Tata* Chávez –, devolver aos indígenas as suas “*pertenencias*”, ou seja, garantir o respeito aos direitos específicos, à autonomia decisória e à perspectiva cosmológica de cada uma daquelas identidades coletivas constitucionalmente denominadas “nações” e “povos”, o que envolve o respeito aos primados do *Sumak Kawsay* e do *Suma Kamaña*. No entanto a postura adotada pelo Estado continua sendo o de tentar domar, domesticar, controlar a suas iniciativas de autonomia política e de livre-determinação, ainda que o discurso empregado pelos órgãos de poder continue sendo o do “*buen vivir*”. Como disse Boaventura de Sousa Santos, “*No puede ser parte del buen vivir mandar a la prisión a 200 dirigentes que defienden el buen vivir. Hay*

³²⁶ VÁSQUEZ, Javier Calvo. “**Hilarión Chávez: ‘El izquierdismo no entiende,...’**”. *Op. Cit.*

*aquí una contradicción intensa*³²⁷. Esta tentativa de controle e sufocação daquela histórica rebeldia e resistência indígena levam a questionar seriamente se a construção daquele modelo algum dia teria realmente feito parte do horizonte de perspectivas dos segmentos político-partidários hoje no poder.

Considerando todos estes aspectos, entendo que a resposta à indagação colocada no início deste capítulo – se de fato no início das atuais experiências de construção do modelo plurinacional de Estado já se pode verificar, a partir dos casos analisados, aquela descolonialidade do poder de que nos fala Quijano –, não pode ser outra que não negativa. Este quadro demonstra também que, mantendo o padrão das relações coloniais de poder o Estado ainda se sente à vontade para criminalizar o exercício da própria jurisdição indígena constitucionalmente reconhecida, ao menos quando esta busca salvar a autonomia política daqueles povos em seu território. Fica qui a indagação: será esse gesto de perseguição criminal, a pretexto da aplicação das formas próprias de justiça indígena, um gesto episódico, explicado apenas no contexto da manutenção do poder colonial do Estado sobre o desejo de livre-determinação dos povos indígenas no plano político? Ou indica uma tendência que pode ser observada quando temos o nosso foco voltado especificamente para a questão da autonomia dos povos indígenas também no plano jurídico? Estariam os Estados Plurinacionais da Bolívia e do Equador efetivamente respeitando a pluralidade de formas jurídicas oriundas daqueles povos e comunidades sendo a criminalização dos dirigentes e “*corregidores*” do Tipnis apenas um indicativo de limites de até onde poderia ir a sua autonomia jurídica, quando confrontada com a vontade política do Estado quando o que está em disputa são os interesses econômicos e modelo de desenvolvimento por este adotado?

³²⁷ SOUSA SANTOS, Boaventura de. “**Cuando los Excuídos Tienen Derechos: Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ. (Eds.) *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012.

Capítulo 5

Estado Plurinacional e Autonomia Jurídica dos Povos Indígenas na Bolívia e Equador. Justiça indígena é linchamento?

Como mencionei anteriormente, uma segunda faceta do processo de reconstrução autonômica dos povos indígenas, para além da autonomia política e com ela relacionada, é a da reconstrução e fortalecimento de seus próprios processos de administração da justiça. Junto com suas os seus modos próprios de administrar a vida social, política, econômica e religiosa das comunidades, e suas associações maiores no plano das nações, povos e nacionalidades, os indígenas sempre exerceram formas próprias de administração da justiça através de suas autoridades tradicionais e com base em normas próprias, geralmente associadas a uma ética fundamentada no plano da espiritualidade.

A obra de Felipe Guamán Poma, o *“Nueva Crónica y Buen Gobierno”*, mencionada no início deste trabalho, já dava conta no século XVI, não pela pena de um cronista europeu mas pela de um indígena andino, da variedade de práticas jurídicas utilizadas na região aqui analisada. Os esforços daquele autor para registrá-las e fazê-las chegar à sede da metrópole colonial, nos dá uma ideia da consciência ali presente quanto à necessidade política e jurídica de retirar da invisibilidade colonial todo aquele sistema de justiça milenarmente produzido e utilizado pelos povos do Tawantinsuyu. Isso significa que os sistemas próprios de justiça indígena sempre foram postos na invisibilidade, como fruto daquela produção de “ausências” de que fala Sousa Santos.

Os esforços dos movimentos indígenas da Bolívia e Equador aqui narrados, no sentido de, a partir do seu reconhecimento enquanto “nações” ou “nacionalidades”, impulsionarem a criação de ambos Estados como “plurinacionais”, vieram também como forma de garantir as “emergências” daqueles saberes e práticas jurídicos invisibilizados.

Assim, o reconhecimento do pluralismo jurídico indígena aparece como uma das implicações naturais da formação plurinacional do Estado, nas experiências latino-americanas aqui analisadas. Um pluralismo jurídico vinculado à perspectiva da descolonialidade do poder e do saber, que emerge enquanto reconhecimento Estatal e revigoração comunitário de práticas e saberes jurídicos ancestrais, agora mais do que nunca postos em risco pela ascensão da globalização neoliberal.

O presente capítulo trata de como, nas experiências constitucionais recentes da Bolívia e Equador enquanto Estados autodeclarados Plurinacionais, vêm se desenvolvendo os esforços pela construção efetiva da plurijuridicidade indígena enquanto um modelo politicamente assumido e formalmente garantido pelo próprio Estado através de suas Constituições e blocos de constitucionalidade.

Creio que nesta capacidade do Estado em respeitar tal compromisso, resida um dos mais decisivos sinais de sua efetiva conformação enquanto portador daquela natureza “plurinacional” reivindicada pelos movimentos indígenas, sinal também de sua efetiva disposição para a perspectiva da descolonialidade enquanto ruptura com o modelo moderno-eurocêntrico de conceber e administrar a justiça.

Faço então, aqui, uma breve síntese de como caminham atualmente as experiências da Bolívia e do Equador Plurinacionais neste sentido. O objetivo aqui não é, portanto, discorrer sobre aquela diversidade de formas de administração da justiça comunitária ou indígena ou “consuetudinária”, que formam aquele “caleidoscópio de justiças” que fala Sousa Santos. Mas o de observar, a partir de certos dados, o grau de abertura e de resistência de ambos Estados à realização daquele compromisso, bem como as posturas adotadas pelos movimentos indígenas em relação a esta situação.

5.1 Bolívia: os difíceis passos na luta pela efetivação da JIOC

No período Pré-constituente boliviano, já em 2004, o Pacto de Unidade reivindicara a “*Recuperación de la justicia comunitaria, de los usos y costumbres*”, bem como o “*establecimiento de pluralismo jurídico*”³²⁸.

Mais tarde, em agosto de 2006, a proposta de reconhecimento da justiça indígena ou “comunitária” era incorporada à primeira versão da proposta do Pacto para a futura Constituinte. No documento intitulado “*Que es un Estado Plurinacional?*” o Pacto criticava a imposição de “*un sistema jurídico uniforme, modelos de gobierno y administración de justicia ajenos*”, e defendia a construção do Estado Plurinacional tendo o pluralismo jurídico como um de seus fundamentos³²⁹.

Assim, em sua “*Primera Versión*” a proposta do Pacto previa o pluralismo jurídico como parte do ordenamento jurídico estatal, “*teniendo en cuenta los Derechos Humanos Fundamentales, los derechos colectivos que serán definidos en la nueva Constitución*” (p.149)

³²⁸ GARCÉS, Fernando (Coord). “*El Pacto de Unidad...*”. *Op. Cit.*, p.38.

³²⁹ Idem. *Op. Cit.*, p.71.

e nas instrumentos internacionais de direitos dos povos indígenas. A proposta denominava a justiça indígena enquanto “*sistemas jurídicos y formas de administración de la justicia indígena originaria*”, que deveriam gozar de igual nível hierárquico que a justiça “positiva”, ter por base a autonomia territorial indígena e “*juzgar y sancionar delitos y contravenciones de acuerdo a usos y costumbres, respetando los derechos humanos y la no intromisión de la justicia positiva*”³³⁰.

No ano seguinte na proposta consensuada do Pacto, o pluralismo jurídico e com ele o reconhecimento das formas próprias de direito e de justiça indígena seriam novamente apresentados, de forma mais elaborada³³¹. Como observa Albó, não haveria dificuldade nesta incorporação uma vez que no âmbito do Pacto “*todos ellos estaban convencidos de su necesidad, frente a la inoperancia y el sesgo que la justicia ordinaria siempre ha tenido en el área rural*”³³².

Ali, já no artigo primeiro se propunha a livre determinação dos povos indígenas originários e afrodescententes, expressa na vontade de serem partícipes do Estado Plurinacional e no “*derecho a controlar sus instituciones, al auto gobierno, a desarrollar su derecho y justicia propia*” (art. 1). Este era então um dos itens previstos no catálogo de direitos formulado pelo Pacto: o autogoverno, “*administración de justicia; y, gestión autónoma de sus territorios*” (art. 21).

No Capítulo relativo ao “Poder Judicial” o Pacto estabelecia o pluralismo jurídico, entendido em termos de “*coexistencia de varios sistemas con sus respectivas jurisdicciones y competencias*” como princípio básico da administração da justiça. A proposta também localizava naquelas identidades coletivas o núcleo emanador dos poderes para administrar a justiça (significando que tal poder não seria derivado de concessão ou autorização por parte dos outros poderes de Estado, mas da própria preexistência daquelas identidades ao Estado boliviano), estabelecendo a coexistência entre a jurisdição ordinária, a jurisdição indígena originaria e as demais instâncias da justiça plurinacional (art.101).

³³⁰ Cf “Primera Versión de la Propuesta del Pacto de Unidad”. Sucre, 05.Ago.2006. In GARCÉS, Fernando (Coord). “**El Pacto de Unidad...**”. *Op. Cit.*, p.149.

³³¹ Cf. “Propuesta Consensuada del Pacto de Unidad. Constitución Política del Estado Boliviano. ‘Por un Estado Unitario Plurinacional Comunitario, Libre, Independiente, Soberano, Democrático y Social’”. Sucre, 23.May. 2007. In GARCÉS, Fernando (Coord). “**El Pacto de Unidad...**”. *Op. Cit.*, p.167-222.

³³² ALBÓ, Xavier. “**Justicia indígena en la Bolivia plurinacional**”. In: SOUSA SANTOS e RODRÍGUEZ (Eds.), *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Bolivia*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012; p.224.

Ao dispor especificamente sobre a “*jurisdicción indígena originaria y campesina*” (art. 102), o Pacto previu: (a) que fosse exercida através de suas próprias autoridades e de acordo com suas normas e procedimentos próprios; (b) que fosse situada no mesmo patamar hierárquico que a justiça ordinária e que, conseqüentemente, suas decisões não fossem revisáveis por esta justiça; (c) que em caso de conflito de competência ou presumida violação de direitos humanos fosse conhecido por uma “*instancia jurisdiccional compuesta por autoridades de las jurisdicciones en conflicto*”; (d) que fosse objeto de apoio anual do Tesouro à sua “*infraestructura, equipamiento y fortalecimiento*”, e que fosse articulada com a jurisdição ordinária e administrativa através de mecanismos de coordenação e cooperação entre elas.

No mesmo dispositivo o “*Pacto de Unidad*” propunha as formas de competência da jurisdição indígena originária campesina, aspecto extremamente polêmico na relação com a justiça ordinária. Ao mesmo tempo que estendia a competência material da jurisdição indígena a “*qualquier asunto ou materia*”, propunha que fosse dotada tanto de competência territorial quanto de competência pessoal, ou seja, a administração da justiça indígena incidiria tanto no âmbito interno de suas territorialidades próprias em “*sus comunidades, pueblos y gobiernos indígenas autónomos*”, quanto fora deste espaço, sobre “*cualquiera de sus miembros*”, mas também sobre “*personas ajenas que violaren o cometieran hechos contra sus miembros, sus territorios, recursos naturales, bienes e intereses*”. Ou seja, a administração da justiça teria caráter territorial e extra-territorial e incidiria também sobre terceiros, dentro ou fora dos limites territoriais indígenas. Uma proposta que me parece refletir, em última análise, uma concepção territorial distinta da advinda com a formação do Estado territorial moderno, uma concepção na qual a territorialidade está para além da existência de limites geográficos previamente ou formalmente estabelecidos, o que nos leva novamente à posição de Sílvia Cusicanqui, da impossibilidade de se reter a vivência indígena originária a desenhos geograficamente restritos.

Por fim, cabe ainda observar, no mesmo dispositivo, a proposta do Pacto de que

La jurisdicción indígena originaria campesina al momento de imponer sanciones, deberá observar el respeto al derecho a la vida, la integridad física y la dignidad de las personas y a los derechos humanos interpretados culturalmente en concordancia con las normas propias de cada pueblo (Grifei.).

Ou seja, aqui o Pacto determinava que a administração da Justiça indígena originária garantisse o respeito aos direitos humanos, tomando porém o cuidado de que tal não se fizesse como gesto de simples importação de um compromisso ético-moral fruto de uma

sistematização histórica da cultura ocidental, mas como resultado de um esforço interpretativo resultante de um trabalho de diálogo intercultural. É neste sentido que Boaventura de Sousa Santos defende a necessidade de uma “tradução intercultural” na aplicação dos direitos humanos pela justiça indígena originária:

es necesario desarrollar mecanismos de traducción intercultural que permitan interpretar la Constitución y el Derecho Internacional de los Derechos Humanos en términos interculturales. En otros términos, los propios derechos fundamentales deben ser sometidos a interpretación intercultural. Los valores plasmados en esos derechos deben ser respetados, pero las actuaciones concretas que los respetan o que los violan, no siendo éticamente neutras, pueden ser objeto de interpretaciones opuestas conforme a las normas culturales de las que se parta³³³.

Após as modificações que se seguiriam diretamente entre o Governo e a oposição na reta final do processo Constituinte, algumas das propostas mais avançadas apresentadas pelo Pacto e aprovadas nas votações de Oruro³³⁴ acabariam sendo eliminadas, a exemplo da representação paritária entre o sistema IOC e o sistema ordinário na composição do Tribunal Constitucional Plurinacional³³⁵. Mas o texto finalmente aprovado acabou por incorporar a proposta de reconhecimento de uma jurisdição indígena originária campesina, à qual dedica um capítulo específico.

Ali, diferentemente do proposto pelo Pacto, a Constituição deu tratamento bastante restritivo ao escopo de competências para o exercício da jurisdição indígena. No plano da competência pessoal sua incidência ficou restrita aos membros da nação ou povo IOC, excluindo-se portanto a possibilidade de ser acionada contra agentes estranhos (art.191,II,1). No plano da competência territorial, restringiu a sua incidência às relações, fatos e efeitos jurídicos produzidos “*dentro de la jurisdicción de un pueblo indígena originario campesino*” (art.191,II,3). Quanto à competência material, determinou a uma “*Ley de Deslinde Jurisdiccional*” estabelecer quais seriam os “*assuntos indígenas originario campesinos*” sujeitos àquela jurisdição (art. 191,II,2).

Assim, a Constituição atribuiu à Lei de Deslinde Jurisdiccional (LDJ) a importante tarefa de dizer quais seriam os temas a serem submetidos à JIOC. Mas não apenas isso. No mesmo capítulo a Constituição determinou caber também à LDJ a tarefa de dispor sobre “*los*

³³³ SOUSA SANTOS, Boaventura de. “**Cuando los excluidos tienen Derecho:...**”. *Op. Cit.*, p.41.

³³⁴ *Vide* item 3.3.2.

³³⁵ Para uma análise do desenvolvimento das propostas do Pacto em relação às aprovadas no âmbito da Constituinte boliviana a respeito da jurisdição indígena originário campesina, *vide* ALBÓ, Xavier. “**Justicia indígena en la Bolivia plurinacional**”. *Op. Cit.*, pp.201-248.

mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena originaria campesina con la jurisdicción ordinaria y la jurisdicción agroambiental y todas las jurisdicciones constitucionalmente reconocidas” (art. 192, III).

Conforme Xavier Albó, entrando em vigor a nova Constituição em fevereiro de 2009, “*el resto del año fue una especie de limbo jurídico*”³³⁶, sobretudo para a questão da coordenação entre a justiça ordinária e a justiça indígena. O trabalho de elaboração da Lei de Deslinde Jurisdiccional só viria a iniciada no ano seguinte, através de uma série de consultas prévias levadas à diante pelo Vice-ministra de Justiça Indígena Originaria Campesina, a Aymara Isabel Ortega Ventura com o apoio de organizações de cooperação internacional da Suíça e Dinamarca. Para o antropólogo catalão naturalizado boliviano, este foi “*el caso mejor diseñado y bien documentado de ese tipo de consulta*”³³⁷, envolvendo as organizações do Pacto, àquela altura ainda não dissolvido, num processo de várias etapas que teria tomara todo o ano de 2010.

Interessante observar que durante todo aquele período em que se processaram as consultas e oficinas com vistas à elaboração do anteprojeto da Lei de Deslinde Jurisdiccional, a questão da justiça indígena assumiu um grande destaque nos órgãos de imprensa bolivianos e internacionais, não para divulgar o processo de consulta que então se realizava, mas para chamar a atenção da sociedade para os métodos bárbaros empregados pela “justiça indígena”. Aqui destaco apenas alguns exemplos das manchetes da época:

AGÊNCIA EFE, 6 de junio de 2010. “**Linchamiento de 4 policías reabre el debate sobre la ‘justicia indígena’**”: “*El reciente linchamiento de cuatro policías bolivianos por nativos que se escudan en la “justicia indígena” reabrió el debate sobre si los usos ancestrales de los pueblos precolombinos, consagrados en varias constituciones americanas, justifican asesinatos y torturas*” (Grifei.).

GISELA, Alcócer Caero. LOS TIEMPOS, 03.En.2010. “**Primeros escollos de justicia comunitaria**”: “*Abuso de autoridad, cobro de dinero y acusaciones sin pruebas, entre los primeros problemas. Las autoridades originarias son servidores públicos y pueden ser investigadas*”.

MABEL AZCUI. EL PAÍS, Cochabamba, 11.Jun.2010. “**La brutal justicia que atemoriza Bolivia**”: “*Una serie de linchamientos amparados en el derecho indígena desata en el país andino un fuerte debate sobre la convivencia de dos sistemas judiciales*” (Grifei.).

MABEL AZCUI. EL PAÍS, Cochabamba, 25.Sep.2010. “**La Iglesia pide al Gobierno boliviano que acabe con los linchamientos**”: “*Los obispos católicos, espantados ante las prácticas inhumanas de la justicia comunitaria,*

³³⁶ ALBÓ, Xavier. “**Justicia indígena en la Bolivia plurinacional**”. *Op. Cit.*, p.233.

³³⁷ Idem, p.242.

como los linchamientos, han pedido a las autoridades bolivianas que asuman con premura toda medida encaminada a acabar con lo que consideran un grave flagelo en la sociedad’ (Grifei.).

A campanha midiática de indisposição da opinião pública contra a justiça indígena chegou até mesmo ao Brasil, através de um dos colunistas da Revista Veja:

É cada vez maior o número de linchamentos ocorridos em diferentes localidades bolivianas como danos colaterais das “justiças indígenas”, idealizadas pelo regime de Evo Morales em nome de “tradições milenares”, que funcionam paralelamente à Justiça estatal, e – valha-nos Deus – foram incorporadas à Constituição do país, feita à imagem e semelhança do presidente ex-plantador de coca³³⁸.

Na verdade não era a primeira vez que a justiça indígena era apontada pela mídia como sinônimo de barbárie. Tal associação sempre fora feita, com maior ou menor intensidade, diante de determinados acontecimentos. Em 2004, por exemplo, a morte do alcalde de Ayo Ayo, encontrado carbonizado aos pés da estátua de Tupak Katari, reverberou em manchetes dentro e fora do país, relacionando a tortura e o linchamento como formas próprias da justiça indígena³³⁹. Para Albó, casos como o de Ayo Ayo foram exemplos de “*simples delitos comunes y linchamientos cuyos autores querían camuflar como si se tratara de justicia comunitaria*”³⁴⁰.

Agora a onda de ataques vinha exatamente no momento de discussão sobre a Lei de Deslinde, e era endossada também pela oposição ao MAS na Assembleia Plurinacional. Coincidentemente ou não, o fato é que na Assembleia Legislativa Plurinacional a discussão em torno do Anteprojeto não correspondeu aos avanços obtidos na fase de consultas, ou, melhor dizendo, representou um significativo retrocesso no tratamento dado ao tema.

Promulgada em 29 de dezembro de 2010 sem que tenha tido na Assembleia Plurinacional um debate mais qualificado e sem a necessária consideração para com as formulações advindas do processo de consulta, a LDJ foi finalmente promulgada pelo Presidente Morales. A Lei impôs à jurisdição indígena um largo leque de restrições, como por exemplo a aplicação da jurisdição indígena apenas aos “*miembros de la respectiva nación o pueblo*” (art. 9.), o engessamento de sua competência quanto à matéria aos “*asuntos o conflictos que histórica y tradicionalmente conocieron*” (art. 10, I), excluindo porém dentre um extenso rol de matérias penais “*Los delitos cometidos en contra de la integridad corporal de niños,*

³³⁸ SETTI, Ricardo. “**Linchamientos na Bolívia são danos colaterais da ‘justiça indígena’ inventada por Evo Morales**”. Revista Veja. Coluna do Ricardo Setti.13. Set.2010.

³³⁹ AGÊNCIA EFE. “**Aplican indios aymaras 'justicia comunitaria' a Benjamín Altamirano, alcalde boliviano del pueblo de Ayo Ayo; lo linchan y queman por mala gestión**”. Ayo Ayo, 15.jun.2004.

³⁴⁰ ALBÓ, Xavier. “**Justicia indígena en la Bolivia plurinacional**”. *Op. Cit.*, p.233.

niñas y adolescentes, los delitos de violación, asesinato u homicidio” (art.10, 2, a), e excluindo também da apreciação pela JIOC as matérias de Direito Agrário, “*excepto la distribución interna de tierras en las comunidades que tengan posesión legal o derecho propietario colectivo sobre las mismas*” (art. 10, 2, c)³⁴¹.

Conforme Albó, a restrição da aplicabilidade da JIOC apenas aos membros da respectiva nação ou povo joga por terra o princípio da isonomia hierárquica entre ambas formas de jurisdição, dado que fora da base territorial da JIOC os indígenas continuariam a ser alcançados pela jurisdição ordinária, mesmo sendo “estranhos” à mesma, o que me parece uma conclusão bastante procedente quando se tem em vista a perspectiva descolonial trazida pelo novo texto constitucional.

Também entendo haver na ideia de restringir tal jurisdição apenas a assuntos ou conflitos “histórica e tradicionalmente” conhecidos por aquelas nações e povos, um fundamento essencialmente racista por expressar a compreensão de uma identidade histórica e cultural indígena presa ao passado e incapaz de adaptação e de compreensão racional dos fenômenos socioculturais contemporâneos nos quais se encontram inseridos. Um racismo que também transparece ao se excluir do alcance da JIOC os casos relativos à integridade corporal de crianças e adolescentes, assim como os crimes contra a vida e a integridade física dos indivíduos em geral. Tal disposição revela, ao meu ver, a manutenção em plena Assembleia “Plurinacional”, de um terror ancestral que assombra as concepções moderno-ocidentais a respeito da natureza do gentio do Novo Mundo desde o século XVI, tão aguerridamente defendida por Sepúlveda nos debates de Valladolid com base no seu *Democrates Alter*: a do indígena como um vil selvagem, movido a sacrifícios humanos e, portanto, incapaz de se auto-governar³⁴². Uma imagem permanentemente reproduzida na mídia boliviana e até mesmo em agências noticiosas europeias.

Ainda segundo Xavier Albó, para alguns parlamentares indígenas a redação final da LDJ, com seus retrocessos, teria reduzido a JIOC a uma instância destinada ao julgamento de “*robos de gallinas*’ y otras *‘bagatelas*”³⁴³, ou seja, completamente desprovida do caráter autônomo reconhecido pela própria Constituição de 2009 como necessário ao processo de

³⁴¹ BOLÍVIA. Asamblea Plurinacional. **Ley n.º 073, del 29.Dez.2010**. Ley de Deslinde Jurisdiccional.

³⁴² SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Demócrates Segundo o De las Justas Causas de la Guerra contra los Indios**. Prólogo, tradução e edição de Marcelino Menéndez Pelayo. In: Boletín de la Real Academia de la Historia, XXI. Madrid, 1892; México, 1941.

³⁴³ ALBÓ, Xavier. “**Justicia indígena en la Bolivia plurinacional**”. *Op. Cit.*, p.244.

construção de um Estado plurinacional assentado em bases descoloniais e interculturais. A respeito desse desfecho, indagava Xavier Albó:

*¿Habrá sido un intento de acercamiento a la oposición que confundía – por temor o adrede – la justicia IOC con linchamientos, y advertía que si se aprobaba esa Ley “se abrirán las puertas del infierno” (diputada Elizabeth Reyes, de Unidad Nacional)? ¿Estarán también los legisladores del MAS impresionados por esos argumentos de la oposición? ¿O será el propio gobierno y el MAS el que estaría dando un giro deliberado contra el Estado plurinacional y el pluralismo jurídico, con miras a fortalecer un poder más total y centralizado, una vez conseguido su control de la Asamblea Legislativa por dos tercios?*³⁴⁴.

Enfim, como afirmou Sousa Santos, o parlamento “Plurinacional” boliviano produziu uma Lei de Deslinde que “*no es verdaderamente una ley de coordinación, sino de destrucción de la justicia indígena*”, e que, pela importância que esta última assume para a proposta constitucionalmente assumida em 2009, constitui também um “*atentado contra el proyecto de Estado plurinacional*”³⁴⁵.

Como se pode observar a partir de notícias de imprensa, no final de 2012 Cidob e Conamaq já começavam a se movimentar na cobrança pela modificação da LDJ. Em 19 de dezembro daquele ano a Rede Erbol afirmava que a Conamaq questionava “*la vigencia de los artículos 9 y 10 de la actual Ley de Deslinde Jurisdiccional porque aseguran que ‘ata de pies y manos’ la aplicación de la justicia indígena originaria para juzgar a personas ajenas que cometan delitos dentro de un territorio indígena*”. Segundo a matéria a organização anunciava levar diretamente ao TCP a discussão sobre a inconstitucionalidade da LDJ, caso a Assembleia Plurinacional não viabilizasse o debate em torno da possibilidade de alterações à lei³⁴⁶.

Em setembro de 2013 as notícias sobre os questionamentos indígenas à LDJ retornavam às manchetes. No dia 18 daquele mês os dirigentes do Conamaq, em marcha por La Paz e após tentarem ingressar na Praça Murillo, entregaram à Deputada *Masista* Rebeca Delgado uma proposta escrita de modificação à lei. Na ocasião o então *Jiliri Apu Mallku* Félix Becerra teria argumentado que

La Constitución habla de la justicia indígena y justicia ordinaria es del mismo rango, pero en este deslinde jurisdiccional habla la justicia ordinaria es más superior y la justicia indígena de segundo nivel y eso nosotros lamentamos, eso es inconstitucional entonces en esta reforma de deslinde jurisdiccional hemos

³⁴⁴ Idem, p.248.

³⁴⁵ SOUSA SANTOS, Boaventura de. “**Cuando los excluidos tienen Derecho:...**”. *Op. Cit.*, p.38.

³⁴⁶ ERBOL. **Indígenas anuncian presentar Amparo Constitucional al TCP para modificar Ley de Deslinde**. La Paz, 19.Dic.2012.

*podido trabajar para que esté la justicia indígena originaria en el mismo nivel y eso queremos en las naciones originarias*³⁴⁷.

Esta ideia de uma sobreposição da justiça ordinária em relação à justiça indígena já havia sido percebida pelo Conamaq, como também pela Cidob, como uma consequência do disposto no art.8 da LDJ, ao exigir o concurso simultâneo das competências pessoal, material e territorial para a aplicabilidade da jurisdição indígena. Em razão de tal critério é que o juiz de Beni teria rejeitado a legitimidade da aplicação dos “*chicotazos*” ao dirigente Gumercindo Pradel, do Conisur, no caso anteriormente mencionado, como um caso de aplicação da jurisdição indígena originária. Segundo o advogado dos dirigentes do Tipnis, “*De los tres ámbitos de vigencia (...) el juez Martínez aceptó los primeros dos, pero no quiso ingresar al último*”, motivo pelo qual teria declarado improcedente o pedido de exceção de incompetência formulado pelas defesas daqueles dirigentes. Concordando com o Conamaq a Deputada Rebeca Delgado teria observado que “*Se ha desjerarquizado a la Justicia Indígena*”, uma vez que “*todos los casos importantes se dan a conocer en la Justicia Ordinaria y a la Justicia Indígena las cosas pequeñas*”³⁴⁸.

5.2 Equador: “¿A ellos quién los ordena Magistrados?”

No Equador o desejo de constitucionalização das formas próprias de justiça dos povos e nacionalidades indígenas já havia sido expresso pela Conaie por ocasião da Constituinte de 1998. Em 1997, no documento *Proyecto de Constitución del Estado Plurinacional del Ecuador*, antes citado, a conservação e desenvolvimento das formas próprias de justiça indígena, *dentro de seus territórios*, já haviam sido incluídos entre os direitos coletivos específicos daquelas populações (art.28,2). Mais adiante, ao dispor sobre a “*Función Judicial*”, a proposta previa, ainda sem maiores elaborações, o reconhecimento do “sistema jurídico de las nacionalidades indígenas”, juntamente com “*el sistema arbitral, la negociación y otros procedimientos alternativos para la solución de las controversias*”, demonstrando já a preocupação em desfazer qualquer confusão entre a justiça indígena e o que poderia ser denominado de “justiça alternativa” (art.180)³⁴⁹.

A Constituição de 1998, embora não tenha reconhecido a natureza plurinacional do Estado, reconheceu no título da “*Función Judicial*”, o direito das “*autoridades de los pueblos*

³⁴⁷ EL DIÁRIO. “**Conamaq pide modificaciones a Ley de Deslinde Jurisdiccional**”. La Paz, 19.Sep.2013.

³⁴⁸ LUIZAGA, Dennis e BUSTILLOS, Iván. **Conamaq pide ampliar la Justicia Indígena**. La Razón, 20.Sep. 2013. Disponível em: <http://204.11.233.254/nacional/Conamaq-pide-ampliar-Justicia-Indigena_0_1910209027.html>.

³⁴⁹ CONAIE. **Asamblea Nacional Constituyente del Pueblo. Op. Cit.**

indígenas” a exercerem “*funciones de justicia, aplicando normas y procedimientos propios para la solución de conflictos internos de conformidad con sus costumbres o derecho consuetudinario, siempre que no sean contrarios a la Constitución y las leyes*” (art.191). Inaugurava-se assim no Equador o reconhecimento constitucional do pluralismo jurídico, o que ocorreria também de modo praticamente simultâneo à ratificação da Convenção 169 da OIT por aquele país.

Quase uma década depois, no âmbito da Constituinte de Montecristi, o movimento indígena continuava a insistir, em diversos documentos, no reconhecimento constitucional das formas próprias de justiça indígena. Assim, a Conaie propunha novamente incluir no rol dos direitos coletivos daquelas nacionalidades e povos, os de

*10. Conservar, reforzar y desarrollar sus propias instituciones políticas, sociales y económicas, sus propias o tradicionales formas de convivencia y organización social, de generación y ejercicio de la autoridad, de **creación, aplicación y actualización de su derecho propio o consuetudinario***³⁵⁰ (Grifei).

Para isso a organização indígena entendia pela necessidade de o Estado vir a reconhecer “*la validez y obligatoriedad de las decisiones que adopte la autoridad indígena, en ejercicio de sus facultades de gobierno, administración y justicia que les atribuye su derecho propio o consuetudinario*” (Grifei), prevendo-se também que para sua execução,

*las autoridades estatales deberán prestar toda la cooperación necesaria, incluso la de la fuerza pública cuando así lo requiera la autoridad indígena; la falta de cooperación por negativa expresa u omisión culposa será sancionada de conformidad con la ley*³⁵¹ (Grifei.).

Embora de forma mais tímida e modesta se comparada à Constituição Boliviana de 2009, a Constituição de Montecristi de 2008, sob o intenso e contínuo processo de mobilização das organizações indígenas, também reconheceu àqueles povos e nacionalidades a aplicação de suas formas próprias de justiça, reconhecimento que vem expresso em seu art.171.

Ali, reconhece-se às autoridades dos povos e nacionalidades indígenas o exercício de “*funciones jurisdiccionales, con base en sus tradiciones ancestrales y su derecho propio, dentro de su ámbito territorial, con garantía de participación y decisión de las mujeres*”. Ou seja, aplicabilidade da justiça indígena fica restrita aos limites territoriais da comunidade respectiva. O dispositivo prossegue informando que a administração de tal justiça ocorrerá

³⁵⁰ CONAIE. Constitución del Estado Plurinacional (...). **Propuesta de la Confederación** (...). *Op. Cit.*

³⁵¹ CONAIE. Constitución del Estado Plurinacional (...). **Propuesta de la Confederación** (...). *Op. Cit.*

através de “*normas y procedimientos propios*”, e destinados unicamente à “*solución de sus conflictos internos*”, ou seja, não extensiva a terceiros.

O artigo 171 condiciona também a validade dos procedimentos aplicados ao respeito à Constituição e “*a los derechos humanos reconocidos em instrumentos internacionales*”. Na sequência o dispositivo expressa a garantia de que, cumpridos tais requisitos, deverão as decisões ali emanadas serem “*respetadas por las instituciones y autoridades publicas*”, estando, contudo “*sujetas al control de constitucionalidad*”. E finaliza anunciando que “*La ley establecerá los mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena y la jurisdicción ordinaria*”.

Interessante observar que em novembro de 2007, às vésperas da instalação da Assembleia Constituinte em Ciudad Alfaro, a *Fiscalía General del Estado* decidira pela criação de “*Fiscalías de Asuntos Indígenas*”. Segundo a imprensa, a decisão do Ministro Fiscal General, Jorge German, materializada no Acuerdo n.º 64 de 8 de novembro de 2007, teria como propósito “*compatibilizar las disposiciones constitucionales y legales e introducirlas en el orgánico funcional del Ministerio Público*”, na qualidade de “*Fiscalías especializadas que conozcan y traten los temas de justicia indígena en relación con los derechos colectivos*”³⁵². Um dos objetivos seria cumprir com o art. 24, item 12 da Carta de 1998, segundo a qual uma das garantias básicas ao devido processo seria o de garantir a toda pessoa “*el derecho a ser oportuna y debidamente informada, en su lengua materna, de las acciones iniciadas en su contra*”.

No ano seguinte, em junho de 2008, ainda em meio ao andamento dos trabalhos da Constituinte, o novo Fiscal Geral do Estado³⁵³, Washington Pezántez, anunciava à imprensa a criação de novas “*Fiscalías indígenas*”, agora nas províncias de Pastaza, Morona Santiago, Cañar, Loja, Guayas, Esmeralda e na região da Costa. A decisão teria sido tomada mediante um convênio entre o Ministério Público e o *Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos* (Codenpe)³⁵⁴.

Entrando em vigor a Constituição de Montecristi, a prática das “*Fiscalías indígenas*” teve continuidade, com sedes estabelecidas nas cidades de Ambato, Guamote, Latacunga,

³⁵² ECUADOR INMEDIATO. “**Quatro províncias de Ecuador instalan fiscalías de justicia indígena**”. Quito, 17. Nov.2007.

³⁵³ Segundo a Constituição de 2008, a “*Fiscalía General del Estado*” constitui órgão autônomo da “*Función Judicial*” (art.194). A Constituição atribui à “*Fiscalía*” a responsabilidade de dirigir, “*de oficio o a petición de parte, la investigación preprocesal y procesal penal*” (art.195).

³⁵⁴ EL DIÁRIO MANABITA. “**Crean fiscalías de asuntos indígenas en Ecuador**”. Manabí, 18.Jun.2008.

Guaranda, Otavalo, Puyo, Guayaquil, Cayambe, Macas, Saraguro, e Zamora. Ao que tudo indica a iniciativa teria contado inicialmente com o apoio do movimento indígena, que teria visto as “*Fiscalías*” como um mecanismo de fortalecimento da justiça comunitária. É o que se dá a entender numa afirmação do então vice-presidente da Conaie Miguel Guatemal feita em 2010, de que “*apoyaron esta iniciativa porque estaba encaminada a fortalecer su justicia*”³⁵⁵.

A partir de 2010, contudo, começam a vir à tona as críticas do movimento à experiência. O próprio Guatemal, por exemplo, em entrevista ao mesmo periódico afirmava: “*Los fiscales no están asumiendo el rol que tienen que asumir, no saben cómo aplicar la administración de justicia*”. Na mesma matéria Delfin Tenesaca, Presidente da Equarunari, teria comentado que:

*Las fiscalías más bien presentan una dificultad a las comunidades. Tratan de decir qué está bien y qué está mal. Necesitan personas formadas en justicia indígena y deberían conocer la cultura de esos pueblos. No tienen una orientación específica, ni coordinan con los gobiernos comunitarios*³⁵⁶.

Casos conflituosos como os de La Cocha e Waorani³⁵⁷ teriam tornado mais evidentes as discrepâncias entre a perspectiva autonômica da justiça indígena e a atuação da “*fiscalía*” enquanto agente estatal.

Críticas à relação de subordinação da justiça indígena à justiça ordinária através da institucionalização e da prática daquelas “*fiscalías*” específicas passaram a ser feitas também por especialistas. O advogado Kichwa Raúl Llasag Fernandez, por exemplo, afirma que “*los fiscales indígenas son autoridades del Ministerio Público que se superponen a las autoridades indígenas y subordinan a estas. Es decir, es una forma de colonización de la justicia estatal*”

³⁵⁵ LA HORA. **Fiscalías indígenas hacen justicia en comunidades**. Latacunga, 11.En.2010.

³⁵⁶ *Idem*.

³⁵⁷ O caso “La Cocha”, ocorrido em 2010, envolveu um conflito entre a aplicação da justiça indígena e da justiça estatal ordinária, que resultou na criminalização das autoridades indígenas acusadas de usurpação de uma suposta reserva estatal no processamento e punição de crimes contra a vida entre indígenas e em sus territórios. Para uma etnografia e análise detalhada do caso “La Cocha” vide FERNANDEZ, Raul Llasag. “**Justicia indígena ¿delito o construcción de la plurinacionalidad?: La Cocha**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. *Op. Cit.*, pp.321-372. Quanto ao “caso Waorani”, refere-se aos questionamentos que vêm sendo dados ao tipo de intervenção adotado pelo Estado equatoriano através do Ministério Público, Ministério da Justiça e forças policiais em relação a um grupo de indígenas daquele povo, acusado do massacre de um grupo de indígenas Taromenani em situação de isolamento voluntário e “captura” de duas crianças sobreviventes, ambas “resgatadas” do interior do território Waorani em helicópteros das Forças Armadas por soldados armados e encapuzados que ao mesmo tempo efetuaram a prisão preventiva dos indígenas suspeitos do massacre. A Conaie vem solicitando ao Governo e aos órgãos da Função Jurisdiccional a abertura para que a justiça Waorani venha a ser aplicada ao caso. Cf HOY. “**Los huao plantean otra sanción para detenidos**”. Quito, 04.Dic. 2013.

a la justicia indígena y su consecuente debilitamiento de las comunidades indígenas”³⁵⁸ (Grifei).

O também advogado e Danilo Tapia inclui tais “*fiscalías*” na conta da “*creación de organismos que tienen por objeto descaracterizar, asimilar y perseguir formas de manifestación culturales o en su defecto cooptar la propia institucionalidad indígena para ser debilitada y usada en beneficio de un determinado interés*”. Para ele, elas “*usurpan la aplicación de justicia indígena hacia una institucionalidad netamente occidental*”, e, assim, “*descalifican las actuaciones de las autoridades indígenas y persiguen a quienes ejercen dichas facultades bajo la aplicación de tipos penales*”³⁵⁹ (Grifei.).

Por sua vez o antropólogo Fernando García Serrano, após afirmar que com a Constituição de 2008 “*las fiscalías indígenas debían haber sido suprimidas por tener un carácter anticonstitucional*”, defendeu a necessidade de se aproveitar “*la reforma del sistema de justicia ordinario que está en marcha en el país*” para se providenciar “*la desaparición de las fiscalías indígenas ya que se considera aquella justicia ordinaria quiere asimilarse a la justicia indígena, desvalorizando y desconociendo los avances constitucionales e irrespetando la justicia indígena*”³⁶⁰.

No entanto, para Serrano a solução não estaria simplesmente na extinção daqueles órgãos. O efetivo respeito às jurisdições próprias dos povos e nacionalidades indígenas no Equador, ou seja, a sua descolonização pela justiça Estatal dependeria, conforme defende, de um amplo esforço, envolvendo todas as instituições, no sentido de compreender as características da justiça indígena e situá-la no contexto das normas constitucionais e do bloco de constitucionalidade, bem como compreender as perspectivas plurinacional e intercultural reivindicadas pelo movimento indígena na sua relação com o Estado:

Se espera que todos los operadores de la justicia ordinaria (fiscales, jueces, defensores, policía judicial, militares, funcionarios judiciales), con especial énfasis en aquellos que actúan en provincias con presencia de población indígena (como es el caso de Chimborazo y Tungurahua), se incorporen de forma activa a un proceso de formación sobre la justicia indígena, las normas constitucionales, el derecho internacional vigente, la interculturalidad y la

³⁵⁸ FERNÁNDEZ, Raúl Llásag. “**Movimiento indígena del Ecuador a partir del siglo XX**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador. Op. Cit.*, pp. 136-137.

³⁵⁹ TAPIA, Danilo Caicedo. “**Criminalización de las comunidades indígenas**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador. Op. Cit.*, p.235.

³⁶⁰ SERRANO, Fernando García. “**No se aloquen, no vayan a carrera de caballo, vayan a carrera de burro**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador. Op. Cit.*, pp.548-549.

plurinacionalidad con el fin de contribuir a un verdadero ejercicio de la justicia que les corresponde impartir ³⁶¹.

Serrano está, na verdade, colocando a necessidade de o Estado equatoriano, no marco de sua conformação plurinacional e intercultural constitucionalmente posta, envolver todo o seu corpo de atores jurídicos naquela “tradução intercultural” de que fala Sousa Santos, e sem a qual não se torna possível o processo de descolonização no âmbito da administração da Justiça.

Para discutir a questão da relação entre a justiça indígena e a justiça ordinária Estatal, a Equarunari convocou, para os dias 18 e 19 de dezembro de 2013, uma “*Cumbre de Autoridades de las Comunidades, Pueblos y Nacionalidades que Administran Justicia Indígena*”. O encontro, realizado na sede Quito da Universidade Andina Simón Bolívar (UASB) sob o lema “*Por un Sistema de Justicia Propio!*”, resultou na emissão de “*mandatos*” pelo fortalecimento da justiça indígena³⁶². Entre as demandas do movimento no sentido do respeito à livre-determinação das nacionalidades e povos indígenas em relação à administração das formas próprias de justiça indígena, o documento menciona:

(...)

2. *Ratificar la legitimidad que tienen las autoridades originarias de las comunidades, pueblos y nacionalidades en el ejercicio jurisdiccional de la justicia milenaria.*

3. *Promover el diálogo de saberes entre autoridades de la justicia originaria a nivel inter comunitaria e inter cultural y autoridades de la justicia ordinaria.*

4. *Exigir el cumplimiento de mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena y la jurisdicción ordinaria en el ejercicio de la Plurinacionalidad e Interculturalidad.*

5. *Demandar a las autoridades de Educación Superior para que en todas Facultades de Jurisprudencia de las Universidades del Ecuador incorporen en la malla curricular la cátedra del Pluralismo Jurídico con participación de autoridades de los pueblos y nacionalidades originarias.*

6. *Desconocer las Fiscalías Indígenas creadas por la Fiscalía General del Estado por desnaturalizar la Justicia Milenaria y generar conflictos jurisdiccionales.*

(...)³⁶³ (Grifei.).

A iniciativa da “*Cumbre*” por parte da Equarunari parece apontar para a abertura de mais esta frente de luta do movimento indígena equatoriano no sentido da reconstituição e liberação da justiça indígena das amarras coloniais da justiça estatal, o que no momento não

³⁶¹ *Idem*, p.549.

³⁶² ECUARUNARI. **Mandatos de la Cumbre de Autoridades de la Justicia Milenaria en el Estado Plurinacional del Ecuador**. Quito, 20.Dez.2013. ECUACHASKI. **Ecuador: Cumbre de justicia indígena desconoce “fiscalías indígenas” creadas por el Estado**. Servindi, 22.dic.2013.

³⁶³ ECUARUNARI. **Mandatos de la Cumbre de Autoridades de la Justicia Milenaria...** *Op. Cit.*

parece uma tarefa muito fácil, não só pelo processo de cooptação e criminalização pelo qual vem passando, mas também pelas contradições internas vivenciadas no âmbito do *Pachakutik*, que tem na atual “*Asambleísta*” Lourdes Tibán uma das formuladoras da proposta daquelas “*Fiscalías*”, quando de sua passagem pelo Codenpe³⁶⁴.

Recentemente o jornal El Universo noticiou que na avaliação de Pedro Chango, então titular da “*Fiscalía Indígena*” de Guayas,

*uno de los problemas que se le han presentado a esta Fiscalía es (...) que los operadores de la justicia ordinaria “no entienden aún” lo que es la justicia indígena. “De la ordinaria conocemos que es la de jueces y fiscales ordinarios, y la justicia indígena es administrada y juzgada por las autoridades de los pueblos indígenas. En los actuales momentos no quieren respetar esa posibilidad de que ha habido el pluralismo jurídico” (...)*³⁶⁵.

Isso evidencia que críticas e insatisfações internas em relação ao desenvolvimento da experiência das “*Fiscalías indígenas*” esteja em curso, o que torna fundamental o envolvimento e mobilização dos movimentos indígenas no sentido de impulsionar a discussão, inserindo-a na agenda política do legislativo.

Contudo, a questão de tais “*Fiscalías*” remete ainda uma outra demanda, a da legislação que disponha sobre a coordenação e cooperação entre a justiça indígena e a justiça ordinária. Neste sentido a “*Assambleísta*” Lourdes Tibán, de Pachakutik apresentou, em fevereiro de 2010, um projeto de “*Ley Orgánica de Coordinación y Cooperación entre la Justicia Indígena y la Justicia Ordinaria*”³⁶⁶. O projeto obteve qualificação do Conselho de Avaliação Legislativa em 1.º de junho de 2010³⁶⁷ e foi a primeiro debate no Pleno da Assembleia em 17 de maio de 2012, onde obteve aprovação³⁶⁸. No entanto, até o momento os debates não foram concluídos.

³⁶⁴ A respeito da trajetória política de Tibán e seu envolvimento com a construção das “*Fiscalías Indígenas*”, vide FERNÁNDEZ, R. Llasag. “**Movimiento indígena del Ecuador...**”. *Op. Cit.*

³⁶⁵ EL UNIVERSO. “**Fiscalía indígena aspira a que se entiendan sus propias leyes**”. Quito, 28.En.2014.

³⁶⁶ ECUADOR. Asamblea Nacional. **Proyecto de Ley Orgánica de Coordinación y Cooperación entre la Justicia Indígena y la Justicia Ordinaria**. Quito, 1.º.Feb.2010. Disponível em: <http://prensa.politicaspublicas.net/media/blogs/alatina/ecuador/2010_02_04_ECUADOR_proyley_organica_coordinacion.pdf>.

³⁶⁷ ECUADOR. Asamblea Nacional. **Memorando n.º SAN-2010-735**, de 1.º.Jun.2010. Disponível em: <<http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/860db697-fb09-4a3d-95d9-b45e03b8ffff/Ley%20Org%20C3%A1nica%20de%20Coordinaci%C3%B3n%20y%20Cooperaci%C3%B3n%20entre%20la%20Justicia%20Ind%C3%ADgena%20y%20la%20Justicia%20Ordinaria>>.

³⁶⁸ ECUADOR INMEDIATO. **Proyecto de Ley Orgánica d Coordinación y Cooperación entre Justicia Indígena y Ordinaria, pasó primer debate**. Quito, 17.May.2012.

Em sua versão original o projeto – com base na ausência de previsão no texto constitucional –, dispunha sobre a Justiça Indígena sem quaisquer limites de competência quanto à matéria:

*Art. 10. Las autoridades indígenas en el ejercicio de sus funciones jurisdiccionales conocerán y resolverán los conflictos **en todas las materias, sin límite alguno de cuantía o gravedad, ni delito.** La Constitución de la República del Ecuador ni los Instrumentos Internacionales no establecen límites en cuanto a la materia, cosas, ni persona o grados, al contrario, garantizan y obligan a que las autoridades que juzgan aplicando la legislación nacional o estatal, respeten y consideren los métodos y procedimientos propios que los pueblos indígenas aplican para resolver sus conflictos³⁶⁹ (Grifei.).*

Contudo, o texto enviado ao primeiro debate já não fora este, mas o modificado em julho de 2011 pela Comissão Especializada Permanente de Justiça e Estrutura do Estado. Entre as alterações apresentadas pela Comissão, a relativa à competência material, de onde foram excluídos diversos temas a pretexto de não se enquadrarem na categoria “conflitos internos”. Entre eles, os delitos contra a vida, os delitos contra a liberdade sexual, e os casos de violência intrafamiliar (art.9, 1, e 7)³⁷⁰.

Para a Comissão, o fato de que “*dentro de una misma nacionalidad existen diversas formas de administrar justicia, que pueden cambiar sustancialmente según el espacio geográfico en el que se encuentre*”³⁷¹, levaria à necessidade de se excluir do âmbito da Justiça Indígena o tratamento do delito de homicídio, mantendo-o no plano das reservas de competência da Justiça Estatal.

O tratamento dos casos de violência intrafamiliar e delitos contra a integridade sexual seria também excluído da esfera de competência material da Justiça Indígena e mantido

³⁶⁹ ECUADOR. Asamblea Nacional. “**Proyecto de Ley Orgánica de Coordinación...**”. *Op. Cit.*

³⁷⁰ “Art. 9. Competencia material.- Las autoridades indígenas tienen competencia para conocer y resolver con base en sus tradiciones ancestrales y derecho propio, todos los conflictos que atenten contra la armonía de la comuna, comunidad, pueblo o nacionalidad a la que pertenecen. El ejercicio de la jurisdicción indígena será sobre los conflictos internos que se desarrollen dentro del ámbito territorial habitualmente ocupado por la comuna, comunidad, pueblo o nacionalidad a la que pertenezca la autoridad indígena. No se considerará conflicto interno: 1. El Genocidio, los crímenes de lesa humanidad y aquellos contra el derecho internacional humanitario; 2. **Los delitos contra la vida y la libertad sexual**; 3. Los delitos que tengan naturaleza transnacional o cuyo impacto exceda la jurisdicción donde la autoridad indígena ejerza su competencia; 4. Los delitos contra la seguridad interna y externa del Estado; 5. Los delitos contra la administración pública, tributarios y aduaneros; 6. Los procesos contencioso administrativos o en que el Estado sea parte; 7. **Los casos de violencia intrafamiliar, investigación o impugnación de la paternidad y que versen sobre pensiones de alimentos**”. Cf. ECUADOR. Asamblea Nacional. Comisión Especializada Permanente de Justicia y Estructura del Estado. **Borrador de Informe para primer debate del Proyecto de Ley Orgánica de Coordinación y Cooperación entre los Sistemas de Justicia Indígena y la Jurisdicción Ordinaria.** Quito, 27.Jul. 2011. Disponível em: < [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/2B745452E4C794A4052579C800591B20/\\$FILE/ECUADORInformeJusticiaInd%C3%ADgena.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/2B745452E4C794A4052579C800591B20/$FILE/ECUADORInformeJusticiaInd%C3%ADgena.pdf) >.

³⁷¹ Idem, p.21.

unicamente sob a administração da Justiça Estatal, sob o argumento de “*buscar paliar prácticas colectivas que pudiesen erosionar la plena garantía de derechos individuales*”³⁷², de modo a “*prevenir que se cometan actos a nivel estructural que puedan afectar los derechos de las mujeres*”³⁷³. E cita o trabalho da cientista política liberal-feminista neozelandesa Molleer Okin³⁷⁴, para quem haveria, no âmbito da defesa dos direitos coletivos, “*un grado de aquiescencia y complicidad ante actos que pudiesen significar la violación de los derechos humanos de mujeres, niñas y niños*”, a exemplo das práticas de “*mutilación genital o la exoneración de la responsabilidad del violador, al ofrecer este casarse con la víctima*”³⁷⁵.

A Comissão parte, assim, do pressuposto de uma evidente limitação ou *incapacidade* da Justiça Indígena que, nos casos aqui mencionados, é expressa na ausência de um tratamento uniforme aos delitos, e na tendência à desproteção estrutural aos direitos humanos no plano individual, em especial os das mulheres.

Não disponho aqui do instrumental necessário para aferir o grau de correção da assertiva da Comissão a respeito da não uniformidade na administração da Justiça Indígena entre os Kichwa e Secoya enquanto uma mesma nacionalidade, mas o fato é que a diversidade das formas de tratamento aos casos entre os povos indígenas no Continente é uma realidade amplamente reconhecida. Creio que utilizar essa diversidade como justificativa para a privação do exercício da justiça pelas autoridades indígenas segundo suas normas culturais próprias significa, em primeiro lugar, negar a aplicação da justiça pelos povos e nacionalidades indígenas em casos de homicídio ou correlatos como uma prática que precede à própria existência do Estado, o que no mínimo deve apontar para algum grau de eficácia em termos de coesão e harmonia social. E significa, em segundo lugar, a continuidade da prevalência, entre os atuais legisladores do Estado Plurinacional equatoriano, de uma crônica desconfiança em relação à Justiça ou Direito Consuetudinário Indígena, vista como reduzida e presa a formas de tratamento que se situam sempre *nos extremos* da impunidade e da aplicação de penas cruéis e degradantes. Trata-se, em outras palavras, daquilo que Sousa Santos denomina de “hermenêutica da suspeita”, uma hermenêutica que, pela incapacidade de compreender as premissas histórico-culturais das

³⁷² Idem, p.22.

³⁷³ Idem, p.22.

³⁷⁴ Cf. OKIN, Susan Moller. **Is multiculturalism bad for women?** Princeton University, New Jersey, 1999, pp.7-20.

³⁷⁵ ECUADOR. Asamblea Nacional. Comisión Especializada Permanente de Justicia y Estructura del Estado. **Borrador de Informe...** *Op. Cit.*, p. 22.

formas de administração indígena da justiça, só conseguem perceber-las com “desconfiança e estranheza”³⁷⁶.

Já no que tange aos delitos contra a liberdade sexual e violência intrafamiliar, especialmente a praticada contra a mulher, estudos recentes têm demonstrado realmente prevalecer entre os povos indígenas uma situação de subordinação de gênero, de uma cultura androcêntrica que naturaliza a violência contra a mulheres, bem como o fato de que “*la justicia indígena generalmente reproduce las estructuras patriarcales vigentes*”³⁷⁷.

Contudo, demonstram também haver, por outro lado, um movimento cada vez mais intenso de mulheres indígenas que passa a assumir posições de liderança comunitária e de questionamento e confronto com tais estruturas. E nesse movimento, conforme afirma a advogada e professora Judith Salgado, “*el trabajo de las mujeres indígenas no radica en des- echar el concepto de **chacha-warmi**³⁷⁸, sino resignificarlo eliminando en la práctica la jerarquía que se esconde detrás de la complementariedad*” (Grifo no original). Por isso, Salgado afirma crer que “*el elemento simbólico del principio de dualidad complementaria como parte de la sabiduría indígena constituye un referente fundamental que no puede ser soslayado al relacionar el derecho y la justicia indígena y el género*”³⁷⁹.

Neste sentido, me parece que a proposta de excluir aquelas matérias do alcance da justiça indígena funda-se numa visão paternalista e tutelar de justiça que, buscando pôr os indígenas a salvo de si próprios, vendo-os simplesmente como portadores de limitações e incapacidades, desconsidera o fato de que na prática a superação daqueles problemas no âmbito interno já vem se desenrolando, como observa por exemplo Raúl Llasag Fernández no caso da comunidade La Cocha, em que “*las mujeres apoyan la justicia indígena, ellas participan, pero también exigen cambios, por ejemplo están tratando de resolver en la comunidad los casos de alimentos y reconocimiento de hijos*”³⁸⁰.

³⁷⁶ SOUSA SANTOS, Boaventura de. “**Cuando los excluidos tienen Derecho:...**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds.) *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012, p.40.

³⁷⁷ SALGADO, Judith. “**El reto de la igualdad: género y justicia indígena**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds.) *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. Op. Cit., p.276-7.

³⁷⁸ Na tradição andina Aymara e Kechwa o *chacha-warmi* constitui o princípio dual de complementaridade expresso na relação homem-mulher, que fundamenta, como vimos no caso da Bolívia, a eleição dos *Apu-mallkus* e correspondentes *Mama t’allas* para os cargos de direção do Conamaq, desde as bases, ou seja, desde os *ayllus*.

³⁷⁹ SALGADO, Judith. “**El reto de la igualdad: género y justicia indígena**”. Op. Cit., p.278.

³⁸⁰ FERNÁNDEZ, R. Llasag. “**Justicia indígena ¿delito o construcción de la plurinacionalidad?**”. Op. Cit. p.348-9.

Além disso, a exclusão de competências proposta pela mencionada Comissão do Parlamento equatoriano parece contradizer a própria abertura constitucional (art. 57,10) que inclui entre os direitos coletivos indígenas o de “*crear*” e “*desarrollar*”, e não apenas “*aplicar y practicar*” as suas formas de direito próprio ou consuetudinário, o que para mim significa a compreensão da existência da dinamicidade no âmbito daquelas formas costumeiras de justiça, em contraponto ao falso pressuposto de tratarem-se de formas engessadas, imutáveis, desprovidas de capacidade autoreflexiva.

Uma ilustração bastante interessante a respeito desse preconceito vivenciado pelas comunidades indígenas e suas autoridades na prática dos casos judiciais no Equador, nos é dada por Llasag Fernández, quando transcreve parte do arrazoado da apelação do Fiscal no caso La Cocha, contra a administração da justiça pela comunidade indígena:

*Se proclaman capaces para juzgar y sentenciar según sus normas consuetudinarias. Se sustentan en la Constitución de la República la cual aceptan pero no a sus representantes natos. ¿A ellos quién los ordena Magistrados? La tradición de la comuna, la vejez, la historia escrita en pedazos, mudos renuentes a la memoria. ¿No valen las universidades, el caudal sapiente de un mundo que a paso acelerado marca al conocimiento ilustre de quienes superaron las cavernas, la tribu, el tótem, el tambor, la lanza, el mazo, la pira y el holocausto de las viudas?*³⁸¹ (Grifei.).

Pelo que aqui se pode aqui observar brevemente, no atual andamento do esforço de construção efetiva dos Estados da Bolívia e do Equador enquanto Plurinacionais, a perspectiva de realização concreta do pluralismo jurídico enquanto respeito e convivência intercultural entre a juridicidade Estatal e as juridicidades próprias dos povos indígenas, constitui mais um campo de batalha aberto aos movimentos indígenas.

Foi a tenacidade da luta descolonial desses movimentos, inicialmente no sentido de fazer emergir, visibilizar aqueles saberes e práticas jurídicas não estatais e não ocidentais não como peças de museu mas como diria Eugene Ehrlich, experiências de um direito vivo, ou, melhor dizendo, de “direitos vivos”, que levou aos reconhecimentos constitucionais das juridicidades indígenas e, com elas, à percepção de mais um bom motivo para a autodeclaração plurinacional daqueles Estados.

A prática, contudo, vem mostrando que a implementação dessa coexistência intercultural, além de contar com as dificuldades decorrentes de sua complexidade intrínseca,

³⁸¹ Idem, p.356.

é também alvo de uma sistemática oposição de diversos setores. Se antes, na experiência anterior às atuais constituições daqueles países, se poderia atribuir a resistência às formas próprias de justiça indígena a governos abertamente de direita, conservadores, neoliberais, atualmente a oposição à plena concretização daquele modelo vem tanto destes quanto dos próprios governos e maiorias parlamentares, autoproclamadas de esquerda, “socialistas do século XXI”, anti-neoliberais e comprometidos com “processos de cambio”. E vem também das mídias, televisivas, impressas e disponíveis na Rede Internet que, financiadas por ambos os lados, unem-se nas críticas àquelas formas de justiça.

De tal modo, o que vem ocorrendo hoje é, como observou Sousa Santos, um processo de “demonização da justiça indígena” naqueles países, demonização essa que constitui um dos raros pontos de convergência entre situação e oposição, ou entre situação e imprensa.

E o que esse processo de demonização revela? Para mim, revela mais um “foco” de resistência à real implementação do processo de construção do Estado plurinacional em bases descoloniais e interculturais. Aqui, a perspectiva da descolonização do poder é solapada através de limites, de amputações, discricionária e verticalmente impostos à justiça indígena, por um Estado que, embora declarado plurinacional, descolonial e intercultural, continua a fundamentar as suas decisões, numa episteme colonial moderna, de matriz eurocêntrica. Uma episteme que se arvora como fonte única do saber e da legitimidade para atribuir ou desconhecer validade àqueles elementos que devem compor, ou não, os sistemas jurídicos formadores daquela plurijuridicidade.

Como sintetiza Sousa Santos a respeito do contexto geral de preconceito contra os sistemas próprios de Justiça indígena atualmente vivenciados nos estados Plurinacionais do Equador e da Bolívia,

El pasado colonial del Estado moderno en el continente refuerza esa actitud: la justicia propia de gente inferior no puede dejar de ser inferior. De ahí la referencia recurrente a los excesos o las deficiencias de la justicia indígena. Añádase que se atribuye a unos y otras un significado en nada comparable al significado atribuido a los excesos y deficiencias de la justicia ordinaria, a pesar de ser bien conocidos y frecuentes. Esta actitud de sospecha en relación con la justicia indígena acaba por servir a los intereses de aquellos que la quieren demonizar para crear el aislamiento político de los pueblos indígenas y liquidar el proyecto constitucional³⁸² (Grifei).

³⁸² SOUSA SANTOS, Boaventura de. “Quando los Excluídos Tienen Derecho...”. *Op. Cit.*, p. 40.

Desnecessário dizer, diante desse quadro, que os movimentos indígenas naqueles dois Estados terão ainda uma longa batalha pela frente no sentido da realização concreta do pluralismo jurídico constitucionalmente conquistado.

Capítulo 6

O Brasil e a Diversidade Étnico-cultural na Constituição “multicultural” de 1988: Um Estado Plurinacional?

Como vimos anteriormente (2.1), no Brasil, se por um lado a população indígena é numericamente minoritária em relação ao cômputo geral da população, por outro lado é a que mais se destaca em termos de diversidade, ou seja, de quantidade de povos e de línguas maternas distintas. Além disso, o país é também rico em diversidade no que tange a outras formas de identidade étnico-cultural, como a quilombola, a cigana, etc.

Na Constituição Federal de 1988 os povos indígenas, bem como outras formas de identidade coletiva de base étnico-cultural, obtiveram amparo e visibilidade. Ali, pela primeira vez mencionava-se a existência de comunidades quilombolas, momento em que se lhes reconhecia a propriedade definitiva de suas terras (terras de quilombos), determinando-se ao Estado a obrigação de “emitir-lhes os títulos respectivos” (art. 68 – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Ao mesmo tempo, determinava-se também, em caráter obrigatório, a abertura do ensino de História do Brasil para as contribuições das “diferentes culturas e etnias” na “formação do povo brasileiro” (art. 242, § 1.º - Ato das Disposições Constitucionais Gerais).

E assim o Brasil foi, pela primeira vez, constitucionalmente reconhecido em sua diversidade étnico-cultural e linguística. Não seria mais, como desde a Independência em relação à metrópole portuguesa ou desde o advento da República até aquele momento, um país marcado pela ideia artificialmente concebida de uma única identidade cultural e linguística e para a qual teria tido papel importante o fenômeno da mestiçagem, o “congraçamento entre as raças” teria produzido uma identidade nacional única e vinculada apenas ao pertencimento e lealdade ao Estado.

Será que tal concepção de uma identidade nacional brasileira como a única possível teria sucumbido diante do reconhecimento constitucional de múltiplas identidades coletivas de base étnica?

O presente capítulo é dedicado à análise da possibilidade de que tenha havido, por parte do Texto constitucional de 1988 e da experiência político-constitucional recente do país, o reconhecimento de uma identidade “plurinacional” do Estado brasileiro.

6.1. Direitos Constitucionais e Autonomia Política indígena no Brasil pós-88

Como apontei em tópico anterior (3.2), na fase final da Constituinte brasileira de 1987-1988, os direitos indígenas estiveram sob grave risco de retrocesso ao modelo assimilacionista do século XIX, mas, com a intensa mobilização indígena e assessoramento político e jurídico no interior da própria ANC, tal risco restou eliminado. Também mencionei que na formulação final, a proposta do reconhecimento da plurinacionalidade do Estado brasileiro também desapareceria, não sendo mais objeto de discussão no país no período pós-constituinte.

Na formulação finalmente aprovada, o Constituinte de 1987-1988 eliminou os dispositivos historicamente presentes no constitucionalismo brasileiro que previa a incorporação dos “silvícolas” à comunhão nacional³⁸³. Aliás, a própria expressão “silvícola”, redutora das identidades coletivas daqueles povos a simples elemento característico dos recônditos “selváticos” do país, foi também eliminada pelo Constituinte. Os indígenas, antes “silvícolas”, passaram agora a ser vistos constitucionalmente enquanto portadores de elementos sociais e culturais próprios, distintos daqueles da chamada “sociedade envolvente”, mas não mais reduzidos a uma condição essencialista de “homens da selva”. Além disso, essa diversidade de elementos sociais e culturais próprios e distintos passava a ser, com a Constituição de 1988, reconhecida enquanto parte dos direitos fundamentais específicos daqueles povos. O Estado agora reconhecia formalmente aos índios suas formas próprias de organização social, seus costumes, suas línguas maternas, suas crenças e tradições³⁸⁴, independentemente de se tratarem de “silvícolas” ou não, e sem qualquer forma de vinculação ou condicionamento a um suposto grau de “integração” ou de “aculturação” em relação à chamada sociedade nacional brasileira.

Esse reconhecimento constitucional dos elementos socioculturais de que são titulares os indígenas veio junto com o reconhecimento de sua territorialidade própria, expressa na categoria “terras tradicionalmente ocupadas”, as quais conformam um conjunto de aspectos considerados pelo Constituinte como indispensáveis à manutenção da existência daqueles povos enquanto portadores de identidades próprias. Um conjunto de aspectos cuja natureza e

³⁸³ O Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império do Brasil, incluiu entre as competências legislativas provinciais a “Catechese e civilização dos indígenas” (art.11, §5.º). As Constituições republicanas de 1934, 1946 e 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, todas elas incluíram entre as competências privativas da União federal, legislar sobre a “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional”. Cf. LACERDA, Rosane Freire. *As Constituições Brasileiras e os Povos Indígenas – Quadro comparativo*. In: Rosane F. Lacerda, **Diferença Não é Incapacidade...** *Op. Cit.*, p.353.

³⁸⁴ CRFB de 1988, Art. 231, *caput*.

dimensão específica é definida pelos “usos, costumes e tradições” do respectivo povo ou comunidade³⁸⁵.

Nesse espaço territorial a Constituição de 1988 reconhece aos indígenas o direito de viverem conforme suas formas próprias de organização social, costumes e tradições, incluindo aí o direito ao uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no ensino escolar³⁸⁶. Penso que sejam estes os elementos básicos de ordem constitucional a partir dos quais se pode iniciar uma análise da questão do alcance da perspectiva autonômica dos movimentos indígenas no Brasil e a resposta à indagação quanto a uma possível natureza plurinacional daquele Estado.

Antes porém vale lembrar que, como observei no tópico 2.4, o tratamento dispensado pelo Estado brasileiro republicano aos povos indígenas sempre esteve fundado numa perspectiva tutelar³⁸⁷, baseada na concepção da “minoridade” ou capacidade reduzida dos indígenas para lidar com o inexorável avanço da “civilização” sobre seus territórios. Aquilo que em tese seria um modelo de proteção jurídica ao relativamente incapaz para os atos da vida civil, visando sobretudo a proteção de bens patrimoniais, rapidamente tornou-se um instrumento por excelência garantidor de uma presença assistencial econômica por parte do Estado e, conseqüentemente, um mecanismo de legitimação da interferência, ou melhor dizendo, da condução política, jurídica e cultural, por parte do Estado Brasileiro, sobre os mais diversos aspectos da vida cotidiana daqueles povos e comunidades. Se a política tutelar do Estado em relação aos indígenas foi, por um lado, uma importante forma de proteção a ser considerada em seu contexto histórico por de certo modo conseguir deter as práticas locais de extermínio indígena³⁸⁸, foi, também, uma forma de garantir o seu isolamento político, a sua invisibilidade enquanto causa passível de mobilização política em torno da reivindicação de direitos, bem como a sedimentação de uma base clientelar para a relação do Estado com aquelas

³⁸⁵ CRFB de 1988, art. 231, § 1.º.

³⁸⁶ CRFB de 1988, art. 210, § 2.º.

³⁸⁷ Uma relação que não nasce propriamente com a República, mas com o processo de modernização do Estado colonial português implementado pela administração pombalina, que inclusive adota pela primeira vez o instituto da tutela orfanológica em relação aos indígenas (*vide* LACERDA, Rosane Freire, *Diferença não é Incapacidade*, *Op. Cit.*).

³⁸⁸ Em toda a história da expansão das fronteiras econômicas no Brasil para o interior, é presença constante nas narrativas a prática localmente empregada por colonos e fazendeiros, enfim, por “desbravadores” e “pioneiros”, da “limpeza” de suas novas “propriedades” através da eliminação física dos indígenas ali localizados. “Limpar a terra” significava derrubar (no sentido de eliminar) tanto as matas quanto os índios. Uma prática ainda presente no imaginário de determinados setores rurais como demonstração de sua capacidade de superação das adversidades na vida em fronteira, e ainda repetida na Amazônia Legal, principalmente nos locais onde se tem verificado a presença de indígenas em situação de isolamento voluntário, o que explica o alto grau de sua situação de vulnerabilidade.

populações. Assim, a relação tutelar/assistencial/clientelar tem sido o padrão historicamente adotado pelo Estado republicano sobre os povos indígenas no Brasil.

É evidente que essa lógica que aqui denomino ilustrativamente de tutelar/assistencial/clientelar procura induzir no “tutelado”, no “assistido”, uma situação de acomodação, através da própria troca clientelista de bens por obediência ou até mesmo pelo uso das prescrições punitivas e do poder coercitivo domesticador, legalmente atribuído ao detentor ou representante local do poder tutelar³⁸⁹. Evidentemente a introjeção de tal lógica de acomodação em nada favorece o desenvolvimento de perspectivas autonômicas em relação àquele poder tutelar que, no final das contas, é o poder do próprio Estado. Mas até que ponto?

Diferentemente do mundo indígena rural andino, onde geralmente a presença do Estado só se fazia sentir no momento da cobrança de impostos, no universo indígena brasileiro ela pairou como uma presença permanente, como na metáfora do “grande cerco de paz” empregada por Souza Lima³⁹⁰. Contudo, há que observar que relativamente fora deste processo ou dele excluído estavam os povos em situação de isolamento voluntário e aqueles dados oficialmente como extintos.

Situados em grande parte na região do semiárido nordestino, aqueles povos tidos como “extintos” em razão da decretação de extinção dos respectivos aldeamentos durante a segunda metade do século XIX, mantiveram-se desde então e ao longo de todo ou quase todo o século XX fora do raio de ação do Estado. Praticamente escondidos sob o manto do campesinato ou da identidade “cabocla” nos lugares mais remotos do sertão das caatingas, estes povos passaram a conviver, como o restante da população rural da região, submetidos às relações clientelistas e de compadrio impostas pelos representantes do poder oligárquico predominante na região. Como afirmou Sampaio em seus estudos sobre a realidade indígena no Nordeste brasileiro na década de 1980, “*Os índios do Sertão mantêm tradicionalmente, com segmentos da classe dominante regional, (...) vínculos de clientelismo muito típicos da região*”³⁹¹. Contudo, na medida em que passam, a partir da década de 1970, a reivindicar do Estado o reconhecimento de sua identidade étnica, eles expressam que:

³⁸⁹ A propósito, para uma análise do poder tutelar do Estado brasileiro exercido sobre os povos indígenas como um poder fundado na conquista e na disciplinarização, veja-se SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. “**De Caboclo a Índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá**”. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 3, nº 2, p. 88 – 191. Jul./dez. 2011, p. 41.

... “necesitam” da “tutela”, o que é especialmente verdadeiro no caso do Nordeste, onde esta **aparece como legitimação por excelência da condição étnica frente a sociedade envolvente**, e mesmo, frequentemente, como garantia de sobrevivência num meio social hostil³⁹² (Grifei.).

Mas adiante, Sampaio esclarece que:

... nas lutas pelo “reconhecimento”, a tutela é buscada, em grande medida, como **solução para que se viabilize o rompimento dos laços clientelísticos tradicionais**, que já são percebidos como altamente desfavoráveis. Trata-se aqui pois, certamente, de **uma substituição de tutelas**, buscando-se aquela em que, presumivelmente, a marca étnica teria, ao contrário da anterior, um sentido positivo. Nessa percepção contudo, o caráter essencial da relação não se altera significativamente³⁹³ (Grifei.).

Ou seja, mesmo no caso daqueles povos que em sua história recente, por serem considerados “extintos” estiveram fora do alcance daquele “grande cerco de paz”, a experiência tutelar foi vivenciada sob a forma de subordinação clientelista passou a ser vivenciada sob a forma da proteção indigenista como garantia de reconhecimento daquela identidade e de sua inclusão no rol dos titulares de direitos específicos. Assim aquela lógica tutelar/assistencial/clientelar acabou se expandindo também para o âmbito daquelas novas relações dos povos indígenas do semiárido nordestino com o Estado.

Quanto à categoria dos povos em situação de isolamento voluntário, parece ser a única a se manter à salvo dessa relação de dependência, quer tutelar, quer clientelar. Conforme a CIDH, são povos que

*... ejercen su derecho a la libre autodeterminación manteniéndose alejados de las sociedades mayoritarias. El respeto a este derecho y al **principio de no contacto** es esencial para asegurar la vigencia de sus derechos fundamentales, incluidos el derecho a la vida e integridad, a sus tierras y territorios ancestrales, a la cultura y a la salud, entre otros*³⁹⁴ (Grifei.).

Em recente Dissertação de Mestrado em História onde faz um estudo sobre o relacionamento do Estado brasileiro com os povos indígenas a partir da experiência da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), de que tratarei mais adiante, Saulo Feitosa nos fornece o seguinte relato a respeito da opção consciente de um subgrupo Kayapó em

³⁹² Idem, p. 145.

³⁹³ Idem, p.145.

³⁹⁴ CIDH. “**CIDH llama a los Estados Miembros a garantizar el respeto a los derechos humanos de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial**”. Washington – DC, 09.Ago.2013. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2013/059.asp> >. Como informa a organização, os povos em situação de isolamento voluntário “*habitan regiones de la selva amazónica y del Gran Chaco en Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú y Venezuela*”.

situação de isolamento voluntário de assim permanecer, ou do exercício daquele “direito ao não contato”, de que fala a CIDH:

Durante o mês de junho de 2007, uma das edições do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, apresentou longa reportagem sobre um grupo de indígenas isolados que havia sido contatado por uma equipe de indigenistas da FUNAI. No total, seriam 87 pessoas. (...)

A reportagem informara que por serem identificados como um subgrupo Kayapó, os indigenistas decidiram levá-los a uma das aldeias do mesmo povo onde eles pudessem – conforme velha tática etnofágica do aldeamento, do SPI e da FUNAI – **dialogar com seus parentes que já mantinham um razoável tempo de convivência com não índios, com a finalidade de favorecer o estabelecimento de relações entre eles e a sociedade nacional.**

Passados alguns dias, por ocasião da realização de reunião da CNPI, tive a oportunidade de encontrar o cacique Aki'jaboro, quando me foi despertada a curiosidade de pedir informações sobre a situação do grupo recém contatado. O cacique respondeu que **após uma longa conversa, onde os membros da comunidade que os acolheu lhes explicaram o jeito de viver no mundo dos “brancos”, eles resolveram voltar para a floresta e que, desde então, não se teve mais notícias do grupo**³⁹⁵ (Grifei.).

Essa ideia do “não contato” ou do “isolamento voluntário” enquanto um direito constitui algo bastante recente, numa larga trajetória histórica de não reconhecimento dos indígenas como sujeitos, portadores de vontade própria, simples tabulas rasas mergulhadas na ignorância e passíveis de virem a adotar novos modos de vida pela simples inscrição da civilização moderna em suas mentes e culturas. Consequentemente a ideia de seus modos de vida ancestrais ou tradicionais enquanto formas de vida viáveis ou como outras possibilidades, num amplo leque de perspectivas de modos de viver, parece ainda incompreensível para o senso comum.

Isso significaria afirmar que a perspectiva autonômica indígena no Brasil estaria restrita aos povos em situação de isolamento voluntário? Sim e não. Sim, porque vivendo conforme suas próprias necessidades e modos de vida, tais povos não se encontram submetidos à vontade do Estado nem da sociedade não-indígena. E não porque também os povos historicamente submetidos àquela relação clientelar e paternalista com o Estado possuem, em tese, o potencial para o desenvolvimento daquela perspectiva autonômica. Será que a Constituição de 1988 tem de algum modo contribuído para a concretização dessa perspectiva?

³⁹⁵ FEITOSA, Saulo Ferreira. **A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI): Novas e Velhas Relações entre o Estado Brasileiro e os Povos Indígenas**. 2013. Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Humanas / Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, mimeo; pp.108-109.

É sobretudo com base nos direitos constitucionais previstos no art. 231, assumidos enquanto uma importante conquista de suas lutas antes e junto à Constituinte de 1987-1988, que os movimentos indígenas no Brasil têm desenvolvido os seus processos de resistência territorial e de busca de uma maior autonomia na interlocução com o Estado, numa espécie de “alforria” ou “emancipação” – constitucionalmente respaldada –, em relação ao controle tutelar exercido pelo SPI e pela Funai. Para os povos indígenas a força simbólica daqueles reconhecimentos foi tão intensa que meses após a promulgação da Constituição de 1988 o país observou a ocorrência de um “boom” de organizações e articulações indígenas de caráter étnico, inter-étnico, local, regional, “nacional” e até mesmo transfronteiriço.

Na Amazônia Legal novas organizações indígenas locais surgiram, assim como a própria organização que assumiria a tarefa de sua articulação: a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), criada em 1989 e hoje articulando cerca de 75 organizações nos nove estados da região³⁹⁶. Nas regiões Nordeste e parte do Sudeste, não demoraria muito e com a Constituição de 1988 nas mãos um grupo cada vez maior de líderes indígenas de povos muitos dos quais dados oficialmente como “extintos”, iniciavam em 1990 um movimento de articulação permanente dos povos da região através da denominada “Comissão de Articulação dos Povos Indígenas do Leste e Nordeste do Brasil”, ou simplesmente “Comissão Leste-Nordeste”³⁹⁷, que serviria de base para a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), organização que atualmente engloba setenta e um povos nos dez estados da região³⁹⁸. Outro exemplo da grande mobilização indígena que se sucedeu no momento pós-Constituinte no sentido do fortalecimento de suas instâncias articulativas e decisórias internas ocorreu com os Guarani, na ativação de sua *Ati-Guasú* (Grande Assembléia) e, no plano transfronteiriço, a *Ñemboaty-Guasú*, com os “parentes” Guarani do Paraguai, Argentina e Bolívia.

Além desses processos organizativos e articulativos internos e interétnicos, o momento pós-Constituinte foi também rico de uma crescente intensificação das manifestações de resistência indígena através de demandas territoriais. Estas ocorreram tanto pela via da

³⁹⁶ Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

³⁹⁷ Tive a honra de assessorar a “Comissão Leste-Nordeste” por quase quatro anos ininterruptos, até a constituição da APOINME. A “Comissão” era inicialmente composta por Maninha Xukuru-Kariri (Alagoas), Girleno Xokó (Sergipe), Xicão Xucuru (Pernambuco), Nailton e Ninho Pataxó Hã-Hã-Hãe (Sul da Bahia), Caboclinho Potiguara (Paraíba), Jonas Tupinikim (ES) e Pataxó (Minas Gerais).

³⁹⁸ Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. *Vide* <<http://apoinme.org.br/quem-somos/area-de-atuacao-da-apoinme/>>.

demarcação³⁹⁹ (sobretudo na Amazônia Legal) quanto pela via da restauração da posse e recomposição de seus limites territoriais, historicamente “perdidos” em razão da ocupação de terceiros⁴⁰⁰ (sobretudo nas regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Mato Grosso do Sul).

Embora a Constituição Federal de 1988 houvesse inscrito um prazo de cinco anos para que a União viesse a concluir as demarcações ainda pendentes àquele momento, vencido o prazo, em 1993, a grande maioria das terras indígenas ainda não havia recebido a providência constitucional. Àquela altura dos acontecimentos as pressões cada vez maiores do modelo econômico neoliberal sobre os territórios indígenas e suas riquezas naturais, encontraram os indígenas mais informados e mobilizados na defesa de seus direitos territoriais. Apesar da gravidade dos conflitos, com os indígenas sendo alvo de sérias violações de direitos humanos e perdendo importantes lideranças, vítimas de assassinatos⁴⁰¹, o movimento conseguiu, com a pressão que exerceu sobre o Estado, agora com o suporte jurídico fornecido pelo texto constitucional de 1988 e, mais tarde, com o apoio da Convenção 169 da OIT, fazer avançar consideravelmente não só os processos administrativos de demarcação a cargo do Executivo Federal, mas também a quantidade de terras efetivamente na posse das comunidades.

Estariam tais processos de resistência vinculados também àquela demanda pela manutenção ou resgate do exercício do poder autônomo indígena dentro daqueles limites territoriais? Estariam os povos indígenas no Brasil trabalhando também na perspectiva da sua reterritorialização autônoma em relação ao Estado?

Ao longo de todo acompanhamento e participação indígena junto à Assembleia Constituinte, se houve a manifestação de um desejo de resguardo ou de reconstrução autônoma, esta não se fez diretamente em relação ao Estado e nem através de uma retórica clara e precisa, como nos documentos e discursos dos dirigentes da Conaie nas duas últimas constituintes equatorianas (1998 e 2007) ou do “*Pacto de Unidad*” ou mesmo do Conamaq e APG na última constituinte boliviana (2007-2009), mas através de um desejo expresso nas

³⁹⁹ A CRFB de 1988 atribui à União Federal o dever de demarcar as “terras” que os indígenas “tradicionalmente ocupam” (art. 231, *caput*) e de proteger-lhes o direito de posse permanente que possuem sobre aquelas. Diferentemente dos casos aqui estudados, a sua propriedade é reservada ao próprio Estado, na pessoa da União Federal (art.20, inc. XI).

⁴⁰⁰ No Brasil o procedimento de demarcação de terras indígenas, atribuído pela Constituição à União Federal, encontra-se disposto em Decreto do Poder Executivo Federal. Desde o advento da Carta de 1988 estiveram em vigor os Decretos 94.945, de 23 de setembro de 1987, o Decreto n.º 22, de 4 de fevereiro de 1991, e, desde 1996, o Decreto n.º 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

⁴⁰¹ Entre os líderes indígenas assassinados em decorrência de conflitos territoriais durante a vigência da atual Constituição podem ser mencionados rapidamente João Cravim Pataxó Hã-Hã-Hãe (1988) e outros do mesmo povo, Xicão Xukuru (1998) e outros também do mesmo povo, Nísio Gomes Guarani-Kaiowá (2011) e outros “parentes”, etc, etc.

entrelinhas, ou seja, no próprio contexto das lutas pela manutenção ou pela recuperação territorial.

No primeiro caso, manter o território a salvo de terceiros, geralmente madeireiras, garimpeiros e fazendas de gado, significa, para além da proteção territorial e ambiental em si, a própria proteção contra as relações de poder que aqueles novos atores passam a estabelecer sobre o cotidiano das comunidades, que assim se veem tolhidas em sua liberdade e postas em situação de vulnerabilidade, inclusive pelo aparato bélico de que tais agentes dispõem. No segundo caso, recompor administrativamente o território⁴⁰² e a posse sobre o mesmo, resgatando-o geralmente da ocupação por fazendas de gado ou plantações de cana-de-açúcar ali historicamente assentadas, significa fazer cessar aquelas relações de poder também historicamente estabelecidas, e que sempre se traduziram numa posição de mando do “patrão” ou “coronel”, “fazendeiro”, “senhor de engenho” ou “usineiro”, sobre o indígena enquanto simples “morador meeiro” ou trabalhador “de meia” ou “peão” e “cortador” de cana⁴⁰³, repito, dentro de seu próprio território.

Mas além desse desejo de se manterem a salvo das interferências do poder privado que se interpõe através dos processos de violação de seus direitos territoriais, haveria também, por parte dos povos e do movimento indígena no Brasil, de modo geral, a busca por um processo autônomo em relação ao Estado para além da simples quebra das amarras do modelo tutelar exercido pela Funai?

A partir de fins da década de 1970 uma parcela significativa dos povos indígenas no Brasil, superando as amarras do poder tutelar do Estado, passou a movimentar-se com bastante intensidade no sentido da recuperação de seus territórios, enquanto a base que lhes garantiria o poder de decisão quanto à continuidade de seus modos de vida e, conseqüentemente, a formação de um relacionamento autônomo com o Estado. O primeiro passo nesse sentido veio com a quebra do isolamento em que até então se encontravam, através dos intercâmbios de experiência desenvolvidos durante a fase das assembleias indígenas. A partir daí espalharam-se por todo o país os movimentos no sentido da demarcação e da recuperação possessória dos territórios, uma demanda que, enquanto reivindicação, chegaria muito

⁴⁰² Refiro-me aqui à questão da demarcação efetuada pelo Estado através do Executivo, enquanto procedimento administrativo, e não judicial.

⁴⁰³ Tais categorias constituem formas históricas e tradicionais de subordinação do campesinato, presentes em boa parte da história agrária brasileira, mantida até mais recentemente no semiárido nordestino e nas áreas de expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias nas regiões centro-oeste e amazônica.

claramente à Constituinte de 1987-1988, e que, enquanto exercício concreto de direitos, desaguardaria com toda força a partir da promulgação da nova Carta.

Mas além da demanda territorial um outro elemento há que ser considerado: o do relacionamento com o órgão indigenista oficial. No início da década de 1990 a repartição entre diversos ministérios e órgãos do Executivo federal, das atribuições assistenciais em diversos planos até então concentradas na Funai e Ministério da Justiça, traria o início de uma significativa quebra da hegemonia daquele órgão como interlocutor do Estado junto àqueles povos. Agora, além da Funai, na administração de suas demandas cotidianas as comunidades indígenas passavam a ter que se relacionar também com órgãos como a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), e Secretarias Estaduais de Educação⁴⁰⁴.

Na sequência desse desmembramento das responsabilidades no plano assistencial antes concentradas em mãos da Funai, o Governo Federal passou à criação de instâncias colegiadas de discussão e gestão de diversos daqueles temas, como parte de um movimento mais amplo de elaboração de políticas públicas setoriais. Tratava-se na verdade de uma resposta dada no contexto maior de pressão por democracia direta e participativa que naquele momento pós-constituente era exercida por diversos movimentos sociais no país. Para os movimentos sociais a pretensão era dar corpo à ideia de uma abertura das instâncias decisórias do Estado à participação direta tanto dos próprios segmentos cujos interesses eram afetados pelas políticas ali desenhadas e que sempre estiveram completamente à margem de qualquer consulta ou poder decisório, quanto de organismos científicos e não-governamentais com expertise na área e reconhecido potencial de oferecimento de contribuições em termos de conhecimento especializado sobre o tema.

O movimento de abertura daqueles espaços colegiados em relação às temáticas de interesse dos povos indígenas, agora subordinadas a variados órgãos e ministérios que não a

⁴⁰⁴ Do pacote de seis Decretos editados em 4 de fevereiro de 1991 pelo governo Fernando Collor, quatro tratavam da transferência ou do compartilhamento de responsabilidades do Ministério da Justiça e da Funai com outros ministérios e órgãos. Eram eles o **Decreto n.º 23**, que transferia provisoriamente para a Fundação Serviços de Saúde Pública (que precedeu a Fundação Nacional de Saúde), ligada ao Ministério da Saúde, a coordenação dos projetos na área da assistência à saúde indígena, o **Decreto n.º 24**, que determinava o compartilhamento da coordenação das ações de proteção ambiental em terras indígenas com a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o **Decreto n.º 25**, através do qual o Ministério da Justiça compartilhava com o da Agricultura e Reforma Agrária a coordenação das ações e programas relativos à auto sustentação econômica das comunidades indígenas, e o **Decreto n.º 26**, que transferia para o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação as responsabilidades no tocante ao planejamento e oferta do ensino escolar em terras indígenas.

Funai e o Ministério da Justiça, acabaria por abrir espaço a uma nova frente de luta política e de interlocução dos povos indígenas com o Estado⁴⁰⁵: a da participação na elaboração de políticas públicas específicas naqueles vários âmbitos.

Assim, por força da Resolução n.º 11, de 31 de outubro de 1991, do Conselho Nacional de Saúde, surgia a Comissão Intersetorial de Saúde do Índio (CISI), uma das diversas comissões criadas pelo Conselho como instâncias colegiadas de assessoramento técnico em áreas temáticas distintas. Em sua formação original⁴⁰⁶, a CISI era composta por onze integrantes, sendo cinco governamentais – na maioria representantes de ministérios, e cinco representantes da sociedade civil, sendo uma instituição de ensino e pesquisa, uma instituição ligada a pesquisas na área da antropologia, uma organização não-governamental indigenista e duas organizações indígenas: a União das Nações Indígenas e a União dos Povos da Floresta⁴⁰⁷,

Ainda na área da atenção à saúde os espaços colegiados com participação indígena estenderam-se aos Núcleos Interinstitucionais de Saúde Indígena (NISIs) criados em diversas Unidades da Federação a partir de proposta do I Fórum Nacional de Saúde Indígena realizado em abril de 1993, havendo que destacar também a participação indígena nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena⁴⁰⁸, bem como os espaços de participação previstos no próprio modelo de atenção à saúde indígena previsto a partir da formação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's): os Conselhos Distritais, e os Conselhos Locais de Saúde Indígena

Essa perspectiva de uma ampla participação indígena formalmente assumida no âmbito da atenção à saúde indígena foi reforçada em 1999 pela chamada “Lei Arouca”, que inseriu no Sistema Único de Saúde (SUS) o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) e afirmou que “As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho

⁴⁰⁵ Em 1991, através de um pacote de Decretos, o Executivo federal retirou do âmbito de atribuições da Funai as atividades relativas à saúde, educação, proteção ambiental e desenvolvimento de atividades produtivas em terras indígenas, criando, logo em seguida, instâncias colegiadas de assessoramento e gestão. Assim, a Saúde

⁴⁰⁶ Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 11, de 31 de outubro de 1991. Institui e normatiza o funcionamento das Comissões Intersetoriais.

⁴⁰⁷ Embora na época já existisse há três anos a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Ao longo dos seus atuais 24 anos de existência a CISI contou com a participação das seguintes organizações indígenas regionais, previstas no rol das organizações representantes da sociedade civil em Resoluções do CNS: Conselho Indígena de Roraima (CIR), COIAB, União das Nações Indígenas do Acre (UNI-Acre), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

⁴⁰⁸ Até o momento foram realizadas cinco Conferências Nacionais de Saúde Indígena (CNSI): a **Primeira** em Brasília – DF, de 26 a 29 de novembro de 1986, no rastro da histórica 8.ª Conferência Nacional de Saúde, a **Segunda** em Luziânia – GO, de 25 a 27 de outubro de 1993, como parte integrante da 9.ª Conferência Nacional de Saúde, a **Terceira** também em Luziânia, de 14 a 18 de maio de 2001, a **Quarta** em Rio Quente – GO, de 27 a 31 de março de 2006, e a **Quinta** novamente em Brasília – DF, de 2 a 6 de dezembro de 2013.

Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso” (art. 19-H)⁴⁰⁹.

Mais tarde, em 2002, a participação indígena – prevista enquanto exercício do controle social no âmbito dos DSEI’s –, fazia parte da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas:

A participação indígena deverá ocorrer em todas as etapas do planejamento, implantação e funcionamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, contemplando expressões formais e informais. Essa participação dar-se-á especialmente por intermédio da constituição de Conselhos Locais e Distritais de Saúde Indígena; por Reuniões Macrorregionais; pelas Conferências Nacionais de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e Fórum Nacional sobre a Política de Saúde Indígena e pela presença de representantes indígenas nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde⁴¹⁰.

Outro importante espaço de abertura do Estado brasileiro à participação indígena veio no plano da Educação Escolar Indígena, a partir da transferência de responsabilidades da Funai para o Ministério da Educação (MEC), o que ocorrera por força do Decreto n.º 26/91. Logo após o Decreto, os Ministérios da Justiça e Educação, através de Portaria Interministerial, determinavam a criação, junto ao segundo, de uma “Coordenação Nacional de Educação Indígena”, que deveria contar com a participação de “técnicos do Ministério e especialistas de órgãos governamentais, organizações não governamentais afetas à educação indígena e universidades, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Indígena no País”⁴¹¹. Na prática a medida só viria a ser concretizada em 1993, através da Portaria n.º 490, do MEC. Embora a Portaria Interministerial 559/91 não mencionasse expressamente o assento de representantes indígenas na “Coordenação”, ela acabou inserida pela Portaria 490, que previa a presença de três representantes indígenas (e respectivos suplentes) das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul⁴¹². Os indígenas titulares formavam então três dos dez membros do colegiado, agora denominado “Comitê de Educação Escolar Indígena”.

O Comitê funcionou até 2001, quando foi instituída, pela Portaria n.º 1.290/2001, a Comissão Nacional de Professores Indígenas que, no âmbito da Secretaria de Ensino

⁴⁰⁹ BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.º 9.836, de 23 de setembro de 1999**. Acrescenta dispositivos à Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

⁴¹⁰ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS n.º 254, de 31 de janeiro de 2002**. Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

⁴¹¹ BRASIL. Ministério da Justiça. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria Interministerial n.º 559, de 16 de abril de 1991**. Cria a Coordenação Nacional de Educação Indígena e dá providências correlatas; art. 4.º.

⁴¹² BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria n.º 490, de 18 de março de 1993**. Designa os membros titulares e suplentes do Comitê de Educação Escolar Indígena.

Fundamental (SEF), passou a assumir a tarefa de “subsidiar as ações que envolvem a adoção de normas e procedimentos relacionados à educação escolar indígena”, desenvolvidas pelo MEC⁴¹³. Nos termos da Portaria, a escolha dos membros da comissão seria feita prioritariamente a partir de consultas às próprias comunidades e organizações indígenas, não excluindo-se porém a possibilidade de consultas às Secretarias Estaduais de Educação.

Essa experiência de um colegiado formado unicamente por professores indígenas duraria apenas três anos. Em 2005 a composição passou a incluir representantes de organizações indígenas, passando então a se denominar “Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena”⁴¹⁴. A comissão era composta por quatorze organizações indígenas titulares e outras quatorze suplentes, representativas das regiões Norte, Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Centro-Oeste, e Sul, além da representante indígena na CNE. Em cada região (à exceção do Centro-Oeste), a representação indígena era formada por organizações específicas de professores indígenas e uma organização indígena de abrangência mais geral⁴¹⁵.

Cinco anos depois a Portaria n.º 734/2010⁴¹⁶ introduziria nova reestruturação, com a redução dos assentos dos representantes indígenas e o retorno das representações governais e de outras instituições da sociedade civil.

Ainda na área da Educação outro espaço de participação indígena foi instituído junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado do MEC, instituído pela Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995. O CNE é formado por 25 conselheiros, parte deles indicados por listas propostas por organizações da sociedade civil. A representação indígena junto ao Conselho teve início em 2002, mediante de nomeação direta do Presidente da República⁴¹⁷.

⁴¹³ BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1.290 27 de junho de 2001**. Institui, na Secretaria de Educação Fundamental, a Comissão Nacional de Professores Indígenas.

⁴¹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 3.282, de 26 de Setembro de 2005**. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, constituída por representantes indígenas.

⁴¹⁵ Na Região Norte a COIAB, na Região compreendida pelo Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo a APOINME, e na Região Sul a Coordenação de Articulação dos Povos Indígenas das Regiões Sul e Sudeste do Brasil (COAPIRS). Essa abertura de espaço às organizações indígenas, formadas em grande parte pelas chamadas “lideranças tradicionais” geralmente representadas pelas figuras dos caciques e tuxauas, mas também por jovens líderes forjados nas lutas de suas comunidades, muitas vezes em torno da questão territorial e do fortalecimento da articulação e organização interna das comunidades, refletia uma antiga discussão que vinha se processando nas comunidades, no sentido de se garantir que a questão da educação escolar indígena não viesse a se desconectar das demandas internas das comunidades.

⁴¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 734, de 7 de junho de 2010**. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI.

⁴¹⁷ Até o momento já exerceram a representação indígena no CNE os indígenas Francisca Pareci, do Mato Grosso, Gersem Baniwa, do Amazonas, e Rita Potiguara, da Paraíba.

Posteriormente foram criados outros espaços de participação colegiada, entre os quais se pode destacar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que inclui um representante de comunidades indígenas e um representante de comunidades remanescentes de quilombo em sua composição⁴¹⁸; a Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO), que inclui a COIAB no rol de representantes da sociedade civil que a compõem⁴¹⁹; o Conselho do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), onde a participação indígena não é explicitamente mencionada mas possibilitada na condição de “população residente e do entorno e população tradicional”⁴²⁰; a Comissão Nacional de Biodiversidade, onde se prevê a participação de povos indígenas conforme indicação da COIAB⁴²¹; os Comitês de Bacia Hidrográfica “cujos territórios abranjam terras indígenas”, e cuja composição deverá incluir representantes “das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia”⁴²².

No entanto, a respeito de tais experiências de abertura do Estado à participação indígena nos diversos colegiados cabem aqui algumas observações. Em primeiro lugar, cabe observar que não operou automática nem espontaneamente. Ao menos no início a proposta de se introduzir representações de organizações indígenas regionais naqueles órgãos colegiados ocorreu mais como uma resposta à pressão do movimento indígena do que de uma preocupação de abertura democrática consciente por parte dos diversos organismos de Estado e respectivos ministérios. Assim por exemplo, em 2002, quando da edição da Portaria MS n.º 254, de 31 de janeiro de 2002 na qual firmou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, o próprio Ministério da Saúde reconheceu textualmente que na Resolução CNS n.º 11/1991, que instituíra a CISI, esta fora composta “Inicialmente sem representação indígena”, situação que só foi resolvida quando “os próprios membros da CISI reformularam sua composição e, com a

⁴¹⁸ BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências; art.3.º, II, “j” e “l”.

⁴¹⁹ BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.864, de 24.10.2003**. Acresce e revoga dispositivos do Decreto no 3.420, de 20 de abril de 2000, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas – PNF.

⁴²⁰ BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências; art.17, § 2.º.

⁴²¹ BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.312 de 15 de Dezembro de 2004**. Dá nova redação ao art. 7.º do Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional de Biodiversidade.

⁴²² BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

saída espontânea de representantes do CNS, da Secretaria de Meio Ambiente, dentre outros, abriu-se 4 das 11 vagas para representantes de organizações indígenas”⁴²³.

Em segundo lugar, são experiências que de forma alguma se traduzem em termos de uma horizontalidade nas relações do Estado com os povos indígenas. Não há como desconsiderar que a abertura de tais espaços de participação consistiu em importante conquista do movimento indígena, principalmente quando se considera que até bem pouco tempo prevalecia o tratamento tutelar e assimilacionista que na década de 1950 passava a ser sistematizado internacionalmente na Convenção 157 da OIT. Contudo, são ainda espaços de incidência verticalizada do poder decisório do Estado, uma vez que limitados à esfera da consulta e do assessoramento, desprovidos de caráter deliberativo e paritário entre os representantes indígenas e os do Estado. Na questão da Educação Escolar Indígena, por exemplo, isso fica bastante evidente na sua subordinação às injunções políticas das Unidades da Federação através das Secretarias Estaduais de Educação, enquanto que na Saúde se revela através dos espaços de manobra política deixados aos interesses das oligarquias regionais⁴²⁴, além da ausência de autonomia financeira e orçamentária por parte dos DSEI’s.

Uma terceira observação que entendo merece ser feita, mais especificamente no que se refere à atenção à saúde indígena, é quanto à convivência desses espaços de participação colegiada com o processo de terceirização que se inseriu naquela área, logo em seguida ao início da abertura à participação indígena naquelas instâncias colegiadas. Uma terceirização que se desenvolveu não apenas através do repasse da execução das ações em saúde indígena a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, mas também às próprias organizações indígenas, a exemplo do CIR e da Uni-Acre, com sérias e nefastas consequências para estas últimas.

Por último, merece destaque a experiência da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). Desde os anos 1980 o movimento indígena já apresentava a demanda de criação de um “Conselho Nacional de Política Indigenista”, como um órgão colegiado permanente, a ser criado em lei, com participação paritária de representações dos povos indígenas, dotado de caráter deliberativo e diretamente vinculado à Presidência da República,

⁴²³ BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS nº 254, de 31 de janeiro de 2002**. Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

⁴²⁴ VARGA, István van Deursen; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. “**Terceirizando a Indianidade? Sobre a Política Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, aos ‘500 Anos’**”. Revista de Direito Sanitário, vol. 2, n.º 1, Março de 2001; pp. 9-26.

ou seja, sem relação de subordinação com quaisquer pastas ministeriais, e destinado à formulação da política indigenista.

Importante observar que a instituição de “Conselhos Nacionais” sobre diversos temas como espaços de formulação de políticas públicas com a participação direta de representações de organismos da sociedade civil tem ocupado lugar cada vez mais destacado desde a promulgação da Constituição de 1988. Na descrição do então Ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Luiz Dulci, os Conselhos conformam “espaços institucionais de interlocução do Estado com a sociedade”, de caráter reconhecidamente “relevante e estratégico”, com “competência para aprovar diretrizes em políticas públicas”, vistos como fundamentais “para o aperfeiçoamento da democracia, bem como para a transparência da ação governamental” e, portanto, “uma conquista da sociedade brasileira rumo à democratização do Estado e ao fortalecimento da cidadania”⁴²⁵. Em levantamento efetuado pela Secretaria-Geral da Presidência da República em 2010, existiam à época trinta e dois “Conselhos Nacionais”⁴²⁶. Eram eles o Conselho Curador do FGTS (CCFGTS), o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), o Conselho das Cidades (Concidades), o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape) o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condras), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o Conselho Nacional de Turismo (CNT), o Conselho Nacional do Esporte (CNE), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

⁴²⁵ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Conselhos Nacionais: Dados Básicos, Organização. Gestão Atual. Finalidade. Composição. Competências.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/imagens-publicacoes/Livro_Conselhos_peq.pdf>.

⁴²⁶ Havendo também uma quantidade não comensurada de instâncias idênticas nos planos estadual e municipal.

(Conanda), Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), e o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo (CBMSP).

Compondo uma lista de trinta e quatro instâncias colegiadas nacionais a mesma publicação inseria ainda a *Comissão* Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), e a *Comissão* Nacional de Política Indigenista (CNPI). Ou seja, entre tantos “Conselhos”, apenas aqueles dedicados especificamente a questões relacionadas a “comunidades tradicionais” e “povos indígenas” foram constituídos enquanto “Comissões”. Não se trata aqui de nenhuma questão de ordem semântica. À diferença dos “Conselhos”, instâncias de caráter deliberativo criadas por lei ordinária, as Comissões são organismos de caráter meramente consultivo, criados por decreto do Poder Executivo e, portanto, de existência precária, sujeitos aos humores do governante de plantão. Aqui chama a atenção a indagação de Saulo Feitosa em seu estudo a respeito da CNPI: Entre todos aqueles Conselhos, “Por que apenas a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) não obtiveram o *status* de conselho?”⁴²⁷.

Criada por Decreto⁴²⁸ em março de 2006 como “Comissão” e não como “Conselho”, a CNPI veio como resposta parcial do governo Lula da Silva àquela antiga demanda indígena, o que gerou uma grande frustração no movimento por não se atingir o *status* político desejado e considerado como fundamental para o enfrentamento dos graves problemas vivenciados pelos povos indígenas em relação a seus direitos fundamentais.

Segundo Feitosa, a criação da CNPI na qualidade de “Comissão” e não de “Conselho”...

foi interpretada pelo movimento indígena como um recuo, já que se esperava que o Conselho Nacional de Política Indigenista fosse criado através de decreto presidencial ou medida provisória, pois se tinha consciência de que submeter a matéria ao Congresso Nacional dificultaria muito sua aprovação, em razão da grande quantidade de parlamentares antiindígenas, principalmente os integrantes da bancada ruralista (Frente Parlamentar Agropecuária) (...). Ainda no ano de 2008, a CNPI elaborou uma proposta de Projeto de Lei que à época

⁴²⁷ FEITOSA, Saulo Ferreira. “A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI): ...”. *Op. Cit.*, p.74.

⁴²⁸ BRASIL. Presidência da República. **Decreto s/n.º de 22 de março de 2006**. Institui, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI.

foi enviada ao Congresso através da presidência da República⁴²⁹, mas até o momento não há qualquer perspectiva de aprovação⁴³⁰.

Recentemente, em dezembro de 2013, na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) o relator da matéria, Deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), votou pela rejeição ao Projeto⁴³¹ por criar “um privilégio” aos indígenas enquanto “pessoas ou grupos particulares”, por não se restringir “às questões relativas à cultura”, abrangendo também “as questões relativas ao direito de usufruto das terras ocupadas pelos índios”, bem como...

... questões complexas como a demarcação das terras indígenas, as posses e propriedades rurais e os conflitos fundiários, as questões relativas à ocupação das terras localizadas na faixa de fronteira, segurança nacional, exploração de riquezas minerais, aproveitamento de recursos hídricos, construção de estradas e redes elétricas, sobreposição de terras indígenas em unidades de conservação da natureza⁴³².

Para o Deputado, estas são questões que “não podem ser deliberadas por um único órgão, cujos membros sejam, em sua maioria, os ‘representantes dos povos e organizações indígenas’”, ainda mais porque embora “paritário, sob o ponto de vista formal, o Conselho sofrerá uma forte influência das organizações não governamentais nacionais e estrangeiras vinculadas à defesa dos interesses indígenas” e que “poderão exercer o controle integral das ações governamentais relacionadas à política indigenista, visto que seus representantes terão o direito de voto”⁴³³.

Repete-se aqui, como se pode ver, o discurso da incapacidade indígena, cujas manifestações são sempre vistas como fruto de manipulações por parte de organizações não-governamentais, sobretudo estrangeiras. O Conselho refletiria, para o Deputado, apenas os interesses das ONGs, e não dos indígenas, politicamente incapazes que seriam. Assim sendo, deveriam se reduzir ao tratamento de temas meramente culturais, não se envolvendo em questões de direitos territoriais, etc. Trata-se, no meu entender, de uma postura que afronta

⁴²⁹ O Projeto ao qual se refere é o **PL 3571/2008**, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, e dá outras providências”. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=399630>>.

⁴³⁰ FEITOSA, Saulo Ferreira. “A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI): ...”. *Op. Cit.*, pp.77-78.

⁴³¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. CINDRA. **Parecer do Deputado Jerônimo GOERGEN**, ao PL 3571, de 2008, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI. Brasília – DF, 09.Dez.2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4ECABE8C32690FBA055D5776D95B6E7B.proposicoes%20Web1?codteor=1171719&filename=Parecer-CINDRA-09-12-2013>.

⁴³² BRASIL. Câmara dos Deputados. CINDRA. **Parecer do Deputado Jerônimo** ... *Op. cit.*, p.6.

⁴³³ BRASIL. Câmara dos Deputados. CINDRA. **Parecer do Deputado Jerônimo** ... *Op. cit.*, pp. 5-7.

claramente todo o processo de conquistas políticas do movimento indígena não só na América Latina mas em diversos continentes, e que se refletem na conquista de direitos no plano internacional, a exemplo da Convenção 169 da OIT e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Penso que ao menos no caso da CNPI (e provavelmente também no caso da CNPCT), já se pode encontrar nessa passagem uma pista para a resposta àquela indagação: o predomínio, no Congresso Nacional, de uma força política completamente avessa à questão do respeito à diversidade, tomada no sentido da possibilidade de respeito a outros modelos de vida e de produção econômica que não o do capitalismo neoliberal que avançou sobre o campo sob o modelo do agronegócio. Isso nos leva inevitavelmente à principal força de oposição aos direitos indígenas no Congresso Nacional, a chamada “Frente Parlamentar da Agropecuária”, mais comumente conhecida como “Bancada ruralista”.

O jornalista gaúcho Najjar Tubino assim resume as propostas da bancada, que segundo afirma conta oficialmente com 162 deputados e 11 senadores:

as prioridades políticas desse grupo de deputados e senadores, envolve a liberação de terras, tanto dos territórios indígenas, quilombolas, como de reservas e parques ecológicos. Também querem flexibilizar leis trabalhistas do setor rural, dar uma nova definição ao “trabalho escravo”, mudar as regras para o registro de agrotóxicos e de novos produtos alimentares, alterar a legislação de terras para facilitar a compra por estrangeiros e nas regiões de fronteira, renegociar as dívidas dos ruralistas. Acho que só não advogam a volta do trabalho infantil à noite, como acontecia na Inglaterra do século XIX, porque seria demais⁴³⁴.

Em interessante Dissertação de Mestrado em Geografia recentemente publicada pela Universidade de São Paul (USP), em que faz um levantamento dos interesses e da atuação individual de cada parlamentar auto-denominado “ruralista”, bem como de sua relação formal com a propriedade rural, a pesquisadora Sandra Helena Gonçalves Costa afirma a respeito da atuação daquela bancada:

investidos de poder pelos capitalistas da agricultura nas entidades de representação de interesse patronal, pelos eleitores através do voto (nos cargos públicos eletivos e outras posições na estrutura burocrática do estado) e protegidos pelo sobrenome e elo patrimônio, os ruralistas tem travado uma luta

⁴³⁴ TUBINO, Najjar. “**Bancada Ruralista: Tudo pela Terra**”. São Paulo, Carta Capital, 13.Out.2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bancada-ruralista--tudo-pela-terra/4/29182>>.

contra a classe camponesa, os povos indígenas e quilombolas e intentam cercear os seus direitos (...)⁴³⁵.

Entre as investidas legislativas específicas contra os direitos indígenas patrocinadas ou apoiadas pela bancada ruralista no Congresso Nacional, podemos citar, no Senado, a PEC 38/1999, e na Câmara Federal a PEC 215/2000 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012.

Proposta pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (histórico oponente dos direitos territoriais indígenas no Estado de Roraima) e outros, a PEC 38/99 visa, entre outras coisas, alterar o art. 52 da Constituição Federal para incluir, entre as competências privativas do Senado da República, a de aprovar o processo de demarcação das terras indígenas, bem como alterar o seu art. 231 para estabelecer que em cada unidade da Federação aquelas terras, somadas às destinadas às Unidades de Conservação, não ultrapassem trinta por cento de sua superfície⁴³⁶.

Já a PEC 215/2000⁴³⁷, de autoria do Deputado Almir Sá (PPB/PR),

inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei⁴³⁸.

Na avaliação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi),

A PEC 215/00 é especialmente danosa aos direitos dos povos indígenas às suas terras tradicionais. Sua admissibilidade foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 2012. Caso aprovada, a matéria alterará os artigos 49, 225 e 231 da CF e, em última instância, determinará: a) que toda e qualquer demarcação de terra indígena ainda não concluída deverá ser submetida à aprovação do Congresso Nacional; b) que as áreas predominantemente ocupadas por pequenas propriedades rurais que sejam exploradas em regime de economia familiar não serão demarcadas como terras tradicionalmente ocupadas por povo indígena; c) que as Assembleias Legislativas sejam obrigatoriamente consultadas em casos de demarcação de terras indígenas em seus respectivos estados; d) que a demarcação de terras indígenas; expedição de títulos das terras pertencentes a quilombolas e definição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público sejam regulamentados

⁴³⁵ COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional**. 2012. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; p.302.

⁴³⁶ Disponível em: < http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=40375 >.

⁴³⁷ Segundo o Site da Câmara dos Deputados encontram-se apensados à PEC 215/2000, as PECs 254/1994; 257/2004; 319/2004; 156/2007; 117/2007; 411/2009; 415/2009/ 161/2007 e 291/2008. Todas visam a modificação do art. 231 da Constituição Federal de 1988 a fim de criar maiores dificuldades à demarcação das terras indígenas.

⁴³⁸ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>>.

por uma lei e não mais por um decreto como ocorre atualmente; e) que será autorizada a permuta de terras indígenas em processo de demarcação litigiosa, *ad referendum* do Congresso Nacional⁴³⁹.

Proposto mais recentemente, o PLP 227/2012 de autoria dos deputados Homero Pereira (PSD/MT), Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), Carlos Magno (PP/RO) e outros, tem como objetivo regulamentar “o § 6º do art. 231, da Constituição Federal de 1988 definindo os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas”⁴⁴⁰. De acordo com Parecer da Assessoria Jurídica do Secretariado Nacional do Cimi, a redação original do PLP com a alteração dada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPDR), propõe considerar, como atos de relevante interesse público da União, únicos constitucionalmente dotados do poder de restringir os direitos de posse territorial indígena, os atos e fatos, os “assentamentos rurais realizados pelo Poder Público, em programas de reforma agrária e colonização”; a exploração e aproveitamento de jazidas minerais”; o “aproveitamento de potenciais hidráulicos”; o “uso e ocupação de terras públicas destinadas à construção de oleodutos, gasodutos, estradas rodoviárias e ferroviárias, portos fluviais e marítimos, aeroportos e linhas de transmissão”; as “concessões e alienações de terras públicas localizadas na faixa de fronteiras”; as “ocupações de terras públicas na faixa de fronteiras resultantes das formações de núcleos populacionais, vilarejos e agrupamentos urbanos”; os “campos de treinamento militar e as áreas destinadas às instalações policiais e militares, das forças armadas e de outros órgãos de segurança”.

Além disso, o PLP prevê também o livre trânsito de veículos de terceiros nas vias que cortam as terras indígenas, bem como o livre trânsito dentro das próprias terras indígenas, tanto por parte das Forças Armadas e da Polícia Federal, quanto de “membros do Poder Legislativo da União, dos Estados e dos Municípios”, assim como dos “servidores de órgãos governamentais vinculados à saúde e educação dos indígenas”⁴⁴¹. Para a Assessoria Jurídica do Cimi, o PLP 227/2012 desconsidera totalmente as cláusulas da inalienabilidade e da indisponibilidade com as quais são gravadas as terras indígenas pela Constituição Federal de 1988, não explicita com que critérios aquelas formas de ocupação seriam consideradas de

⁴³⁹ HECK, Egon Dionísio; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (Orgs.) **Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio**. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012; pp.27-28.

⁴⁴⁰ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetratamento?idProposicao=561643>>.

⁴⁴¹ CIMI – SECRETARIADO NACIONAL. Assessoria Jurídica. **Parecer Sobre Projeto de Lei Complementar nº 227/2012 - Câmara dos Deputados**. Brasília – DF, 05.Ago.2013; p.2. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/Assessoria%20Juridica/PLP227_2012_ParecerCIMI.pdf>.

relevante interesse público da União, violando ainda a Convenção 169 da OIT ao não prever o direito de consulta às comunidades afetadas pela perda de seus direitos territoriais.

Aqui é necessário abrir um parênteses para observar quanto ao direito de consulta. Assim como a Bolívia e o Equador, o Brasil também aderiu à Convenção 169 da OIT⁴⁴², se bem que tardiamente e após quatorze anos de discussão⁴⁴³. Mas diferentemente das novas Constituições daqueles dois países, que inovaram ao reconhecer *status* constitucional aos tratados internacionais de direitos humanos, no Brasil tal possibilidade só veio a ocorrer por força da Emenda Constitucional n.º 45, de 30 de dezembro de 2004⁴⁴⁴, que acrescentando um terceiro parágrafo ao art. 5.º do texto constitucional, inseriu aquela possibilidade no caso de tratados internacionais de direitos humanos aprovados sob o rito especial requerido às emendas constitucionais: três quintos dos votos dos membros das duas casas congressuais (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em dois turnos de votação. A partir de então, os tratados internacionais relativos a direitos humanos assim aprovados, passaram à categoria de equivalentes às Emendas Constitucionais.

Ocorre que a internalização da Convenção 169 da OIT no sistema jurídico brasileiro, ocorrendo sete meses antes da adoção da Emenda 45, não passara pelo rito exigido para o reconhecimento de seu *status* constitucional. A situação deste e de outros casos semelhantes atijou mais ainda os debates relativos à posição dos tratados na hierarquia normativa brasileira.

Os questionamentos só vieram a se resolver no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) no ano de 2008, no julgamento de Recursos Extraordinários⁴⁴⁵ nos quais o pleno firmou o entendimento tanto no sentido da confirmação do disposto na EC-45, quanto ao *status* constitucional dos tratados aprovados internamente sob maioria qualificada e dois turnos de votação, quanto no sentido de reconhecer *status* supralegal àqueles aprovados antes da entrada em vigor da Emenda. Com tal *status* os tratados internacionais de direitos humanos, se não são vistos como normas de nível constitucional, por outro lado não descem ao nível das normas ordinárias infraconstitucionais, situando-se acima destas, logo abaixo do patamar constitucional.

⁴⁴² Promulgada em pelo Decreto n.º 5.051, de 19.04.2004.

⁴⁴³ LACERDA, Rosane Freire. “A Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais: Origem, Conteúdo e Mecanismos de Supervisão e Aplicação”. Disponível em: <<http://direitopublicoediversidade.blogspot.com/2009/12/convencao-169-da-oit-sobre-povos.html>>.

⁴⁴⁴ BRASIL. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional n.º 45, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm>.

⁴⁴⁵ Trata-se dos RE 466.343-SP e RE 349.703-RS

Desta forma, no Brasil a Convenção 169 da OIT, diferentemente do que ocorre na Bolívia e Equador, não adquiriu *status* constitucional, situando-se entretanto em posição intermediária entre esta e a norma infraconstitucional. Mas se não possui *status* constitucional, nem por isso deixa de ser de cumprimento obrigatório e de aplicabilidade imediata. Como vimos anteriormente, uma das principais contribuições da Convenção 169 aos povos indígenas está no reconhecimento de seus direitos de participação e de consulta prévia, direitos que os poderes de Estado neste país têm estado longe de respeitar.

Creio também que outra pista importante esteja no próprio elenco dos membros componentes da CNPI. O Art. 3.º do Decreto que a instituiu declara que a mesma “será composta por dois representantes do Ministério da Justiça, sendo um da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que a presidirá” e por onze representantes governamentais – Ministérios em sua maioria –, vinte representantes indígenas das diversas regiões do país, e dois representantes de ONG’s indigenistas. O que chama a atenção aqui são as presenças e as ausências entre os primeiros. No rol dos representantes do governo Federal estão (a) a Casa Civil da Presidência da República; (b) a Secretaria-Geral da Presidência da República; (c) o *Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR)*; (d) o *Ministério de Minas e Energia (MME)*; (e) o Ministério da Saúde; (f) o Ministério da Educação; (g) o Ministério do Meio Ambiente; (h) o *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)*; (i) o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (j) o *Ministério da Defesa*; e (l) o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Como se pode observar, estão ausentes do rol de representantes governamentais junto à CNPI órgãos importantes para a questão indígena como a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEPDH-PR), e a Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial (SEPPIR). Por outro lado, órgãos e pastas ministeriais historicamente comprometidos com a ideologia da segurança nacional (GSI e Ministério da Defesa) ou de forte viés desenvolvimentista e representativos de setores cujas pressões cada vez maiores sobre as terras indígenas e recursos naturais, sobretudo minerais (MME e MDA), tiveram seu assento garantido.

Assim o Congresso Nacional, pelo notável avanço das forças conservadoras ligadas ao agronegócio, e que em determinadas questões soma-se à também crescente Bancada Evangélica Neopentecostal, de posições ultra-conservadoras nos campos da moral sexual, dos

costumes e da religiosidade⁴⁴⁶, tem se tornado um espaço cada vez menos afeito às demandas dos povos indígenas pela positivação de direitos autônômicos e territoriais, tornando mais distante a possibilidade de aprovação de um Conselho Nacional de Política Indigenista. Mas não só isso. Há que considerar também que, por parte de setores nacionalistas no Congresso, sejam de esquerda marxista ou de direita, a defesa dos direitos indígenas encobriria interesses escusos. Para tais setores, a ideia de uma autonomia política dos povos indígenas frente ao Estado é considerada também com desconfiança redobrada. Defendem tais setores que estaria por trás de tal ideia um conluio de potências econômicas estrangeiras que, através da manipulação dos indígenas, pretenderia criar as condições para a declaração de independência indígena sobre seus territórios, separando-os da unidade territorial e política do Estado-nação brasileiro. Uma vez “independentes”, esses novos “Estados” seriam postos sob tutela das Nações Unidas posteriormente e viriam a entregar facilmente àquelas potências as suas riquezas naturais e recursos da biodiversidade⁴⁴⁷. Embora não sendo parlamentar, vale mencionar aqui a posição do respeitado jurista Paulo Bonavides, que bem representa essa tradição na “hermenêutica da desconfiança” de que nos fala Boaventura de Sousa Santos em relação aos indígenas e à defesa de seus direitos:

Não é sem razão que a demarcação das **reservas** indígenas, ocorrendo mediante sub-reptícia pressão internacional, em verdade não corresponde aos interesses do **nosso índio**, mas aos desígnios predatórios da cobiça imperialista, empenhada já na ocupação dissimulada do espaço amazônico e na preparação e **proclamação da independência das tribos** indígenas como **nações encravadas em nosso próprio território, do qual se desmembrariam**. Essa demarcação desde muito deixou de ser uma questão de proteção ao **silvícola** para se converter numa **grave ameaça à integridade nacional**. (...)
Não é de espantar, portanto, se amanhã os missionários estrangeiros da Amazônia, até mesmo com a cumplicidade das Nações Unidas, proclamarem na **reserva indígena, que cresce de tamanho** a cada ano e já tem a superfície de um país da extensão de Portugal, uma **república Ianomâmi**, menos para proteger o índio do que para preservar interesses das superpotências⁴⁴⁸ (Grifei.).

Além disso, há também entre os setores da esquerda a velha perspectiva evolucionista de que, para que se possa garantir as condições de futuramente se atingir o comunismo científico em toda a sua plenitude, há que se impulsionar o processo de proletarização dos setores do campo ainda vivendo sob a forma pré-capitalista, o que significa a necessária

⁴⁴⁶ A bancada, marcada por posturas etnocêntricas, misóginas e homofóbicas, ficou bastante conhecida com o episódio da tomada da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal pelo Deputado Pastor Feliciano e diversos parlamentares do Partido Social Cristão (PSC), com o apoio de figuras ligadas à defesa da ditadura civil-militar de 1964, como o Deputado Jair Bolsonaro (PP/RJ), militar da reserva.

⁴⁴⁷ Um dos mais destacados exemplos neste sentido têm sido a postura do Ministro Aldo Rabelo (PCdoB), histórico opositor da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

⁴⁴⁸ BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3.^a Ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007, pp.392-393.

inserção das comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas, na modernidade e nas relações capitalistas de produção.

Como já tive oportunidade de observar anteriormente⁴⁴⁹, no Brasil a questão indígena sempre foi e continua sendo objeto de especial interesse da área militar e, portanto, da “segurança nacional”. Desde a criação do antigo SPI pelo Marechal Rondon em 1910 e sua subordinação direta ao Ministério da Guerra em 1934, até a constituição do Comitê de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) e delegação ao GSI-PR de papel destacado na condução da formulação da política indigenista em 2003, passando pela direção militar da Funai nas décadas de 1970 e 80, há sempre o reforço daquela “hermenêutica da desconfiança”. Na perspectiva dessa hermenêutica interpreta-se a simples presença indígena em faixa de fronteira ou, em termos gerais, a sua aspiração a uma relação autônoma em relação ao Estado como uma inequívoca ameaça sobre a “integridade da unidade territorial da nação”, a exigir vigilância permanente. É nesta perspectiva que se insere a presença do GSI-PR e do Ministério da Defesa junto à CNPI. Uma perspectiva que ficou patente no julgamento do caso Raposa/Serra do Sol (RR) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como tive ocasião de comentar⁴⁵⁰ à época da conclusão do julgamento, cuja sessão ocorreu em 19 de março de 2009⁴⁵¹. E aqui vai a nossa terceira pista quanto ao porquê de a CNPI não ser um Conselho, mas uma simples comissão.

Naquele momento, ainda no contexto das comemorações pelos 20 anos da Constituição “Cidadã”, e tendo em vista os avanços da Antropologia contemporânea e o acúmulo de mais de 30 anos de lutas do movimento indígena, aguardava-se do Tribunal, no caso Raposa / Serra do Sol, uma posição no mínimo à altura do seu tempo em termos de reconhecimento da alteridade indígena. Em linhas gerais, contudo, não foi o que ocorreu. Apesar de reconhecer a validade jurídica da demarcação já efetuada, negando a pretensão dos requerentes de que o território indígena fosse “retalhado”, o STF mostrou-se apegado a conceitos ultrapassados e

⁴⁴⁹ LACERDA, Rosane Freire. “O Governo Lula e a visão dos Povos Indígenas como ‘potenciais de risco à estabilidade institucional’”. Brasília: Cimi, 2004. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=320>>.

⁴⁵⁰ LACERDA, Rosane Freire. “A Visão do STF sobre os Indígenas: Algo a Comemorar?”. Brasília, Observatório da Constituição e da Democracia (Observatório C&D) n.º 33, Faculdade de Direito da UnB. <http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=519%3Aa-visao-do-stf-sobre-os-indigenas-algo-a-comemorar&catid=180%3Acad-noticias-menor-impacto&Itemid=2829&lang=br>.

⁴⁵¹ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Embargos Declaratórios na Petição 3388 - RR. Requerente: Luiz Afonso Botelho Neto e outros. Requerida: União Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2288693>>.

menos disposto a mudanças, do que os indígenas, que com frequência são apontados como de mentalidade atávica e obsoleta.

Em seu voto o Relator, ministro Ayres Britto, manifestando-se favoravelmente à demarcação, ofereceu passagens significativas em termos de percepção da riqueza cultural daqueles povos, de sua relação com a terra e o meio-ambiente, e de suas contribuições históricas à defesa do território brasileiro na fronteira. Contudo, predominou no conjunto a dupla resposta ideológica observada por François Laplantine, segundo a qual o indígena americano seria ora o “bom selvagem” a ser protegido e convertido, ora o selvagem perigoso a ser combatido e escravizado⁴⁵². Assim, naquele julgamento os indígenas ou eram vistos como em condições de satisfazer às expectativas de um projeto político nacional de matriz positivista (ou seja, evolucionista, integracionista) – sendo assim considerados merecedores de respeito –, ou como uma ameaça à soberania nacional por não compatibilizarem, com aquele, os seus projetos próprios de vida. Assim, os votos dos Ministros apelavam ao “espírito de brasilidade” dos indígenas como condição para o gozo dos direitos territoriais constitucionalmente reconhecidos. Não que não sejam de fato e de direito, cidadãos brasileiros. Mas a insistência na tal “brasilidade” se fazia soar menos como reconhecimento, e mais como condição para o gozo dos direitos territoriais constitucionalmente reconhecidos.

Naquele momento histórico, conceitos há muito criticados e em desuso como “primitivos”, “silvícolas”, “aculturados”, “tribais”, e “integrados” foram utilizados sem qualquer preocupação. Assim, a ideia de “aculturação” exposta no voto do ministro Ayres Britto (ironicamente o mais substancialmente favorável aos direitos indígenas), como uma adaptação por “vontade livre e consciente” (§77), sem perdas culturais para os índios, há tempos foi objeto de revisão crítica pela Antropologia. Contrariando a mudança paradigmática assumida pela Constituição de 1988 o relator chegou a afirmar que a mesma “busca **integrar os nossos índios**” para que possam se beneficiar “de um estilo civilizado de vida que é tido como de **superior qualidade**” (§78) (Grifei).

O mesmo tipo de compreensão embasou o voto contrário do ministro Marco Aurélio, para quem a “integração” teria levado aos índios enormes benefícios, como os que resultaram de medidas do Marquês de Pombal no século XVIII: “voltado à miscigenação, e estimulando-se o estabelecimento de relação carnal e sentimental entre portugueses e índias”, tal política

⁴⁵² LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003. pp.25-37.

teria resultado no “**avanço intelectual** de descendentes de índios”, citando, como exemplo, os ex-governadores Amazonino Mendes e Gilberto Mestrinho, do Estado do Amazonas (Grifei.).

Ideias equivocadas como “preservação” e “isolacionismo” foram também utilizadas. Enquanto para o Relator a demarcação levaria a “mais eficazmente poderem **preservar**” a sua identidade, para o ministro Aurélio ela significaria o seu “**isolamento**”. Repetem-se aí dois jargões que indigenistas e antropólogos há muito combatem. Nunca foram reivindicadas pelos povos indígenas e seus aliados, na Constituinte (87/88) ou em período posterior, quer o isolamento, quer a preservação (congelamento) cultural. Prova disso é a participação das organizações indígenas nos fóruns locais, regionais e nacionais por políticas públicas de respeito à diversidade. Neste sentido chegou a ser desrespeitosa (além de desinformada) a afirmação do ministro Aurélio de que “a demanda dos índios é por postos de saúde e **não pela volta do pajé**”⁴⁵³. No entanto, o que se conquistou na Constituição de 1988 não foi a “preservação”, mas o direito ao respeito; não foi o “isolamento”, mas o direito à privacidade – assim como no lar de qualquer brasileiro.

Preocupante também a negação, no voto-vista do ministro Marco Aurélio (p.53), da dívida histórica do país para com indígenas e quilombolas: “Que a **visão romântica**, calcada em resgate de **dívida caduca [!]** – e porque não falar dos quilombolas –, seja alijada deste julgamento”, disse (Grifei.).

Mas o ponto alto da sessão veio na aprovação das famosas dezenove “condicionantes” ao uso do território indígena, propostas pelo ministro Menezes Direito, muitas delas atropelando o processo legislativo em curso no Congresso Nacional⁴⁵⁴. Embora algumas delas simplesmente replicassem disposições já previstas constitucionalmente e até mesmo dispositivos da Lei 6.001/73, outras foram totalmente inovadoras e extremamente

⁴⁵³ Na verdade, ao contrário do que afirmou o ministro, a “**volta do Pajé**”, que no que se refere à questão da saúde, simboliza uma antiga reivindicação de respeito aos saberes e práticas tradicionais indígenas no campo da medicina, a ponto de que a própria Convenção 169 da OIT reconhece o direito indígena à complementaridade entre a medicina ocidental e a medicina indígena quando afirma que além do acesso a serviços de saúde de qualidade os indígenas também têm direito ao uso de “**seus métodos de prevenção, práticas curativas e medicamentos tradicionais**” (art. 25, § 2). Curiosamente a Convenção foi “ruidosamente” ignorada pelos ministros neste julgamento.

⁴⁵⁴ Como reconheceram recentemente os ministros Marco Aurélio e Joaquim Barbosa, ao impor aquelas condicionantes o STF extrapolou do pedido em questão, legislando indevidamente. O processo de revisão da lei indigenista (ainda o velho “Estatuto do Índio”, Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973, de fundamentação totalmente integracionista, com base na Convenção 107 da OIT e na tradição constitucional anterior da “incorporação dos índios à comunhão nacional”) foi iniciado em 1991 e, embora se encontre paralisado na Câmara, vem sendo objeto de discussão pelas Comunidades e Povos indígenas, inclusive no âmbito da CNPI, o que deveria ter sido considerado pelo STF.

problemáticas, contrariando direitos indígenas previstos inclusive na Convenção 169 da OIT, naquele momento de vigência já promulgada no país.

Ali, contrariando o disposto na Lei 6.001/73, o STF excluiu do usufruto indígena as atividades de garimpagem e faiscação, cuja realização colocou sob a dependência de “permissão da lavra garimpeira”. Além disso, afirmou que “o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional”, declarando garantidas, “independentemente de consulta às comunidades envolvidas e à Funai”, as atividades de

instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (o Ministério da Defesa, o Conselho de Defesa Nacional)⁴⁵⁵.

Nas “condicionantes” o Tribunal também permitiu “a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal” em terra indígena, independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas e à Funai; determinou, sobrepondo-se à necessidade de lei complementar como o previsto na Constituição Federal, que “o usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além de construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e de educação”; vedou, contrariando a natureza originária dos direitos territoriais indígenas, “a ampliação da terra indígena já demarcada”, e estendeu aos Estados e Municípios o direito de “efetiva participação” em “todas as etapas do processo de demarcação” territorial indígena, posicionando-se assim favoravelmente a um antigo pleito do poder político local e estadual, em sua pretensão de poder interferir direta e negativamente no andamento dos procedimentos demarcatórios.

Das duas sessões nas quais o julgamento do caso se desdobrou, chamaram a atenção dos órgãos de imprensa, do movimento indígena, das organizações indigenistas, dos organismos governamentais ligados ao tema e da opinião pública de modo geral tanto o resultado final, mantendo a demarcação da terra indígena em “área contínua” e em “faixa de fronteira”, quanto as dezenove “condicionantes”, cuja interpretação quanto ao seu alcance logo abriria outro capítulo na crise do movimento indígena com o Governo Federal como veremos em seguida.

⁴⁵⁵ NOTÍCIAS STF. “STF impõe 19 condições para demarcação de terras indígenas”. Brasília – DF, 19.Mar.2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=105036>>.

De fato, a decisão do STF no caso Raposa foi de importância histórica, no sentido de manter a demarcação, reconhecendo os direitos territoriais indígenas em “faixa de fronteira” diante de todas as pressões políticas contrárias, vindas de poderosos setores que há décadas lhe eram contrárias (ruralistas, Forças Armadas, imprensa, setores nacionalistas identificados como de esquerda de centro e de direita no parlamento e fora dele), e gerando assim mais segurança jurídica para os demais povos indígenas cujas terras continuam ainda enfrentando obstáculos semelhantes.

Ao mesmo tempo, as “condicionantes” também causaram justo alvoroço em todos os setores (indígenas, indigenistas, mídias, parlamento, Estado, juristas, etc.) pelo que representou de limitações impostas aos indígenas no exercício de seus direitos de posse e usufruto sobre as terras cuja demarcação era ali reconhecida. Se por um lado reconhecia validade jurídica da demarcação, por outro o Supremo Tribunal Federal gerava para as comunidades indígenas locais uma série de restrições, completamente descompassadas com qualquer perspectiva de autonomia política nos termos possibilitados tanto pela Convenção 169 da OIT quanto pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas, como por exemplo a questão da possibilidade de instalação de equipamentos viários e militares sem qualquer consulta àquelas comunidades.

Mas se as “condicionantes” provocaram justa reação, o Acórdão, mais tarde publicado, passou despercebido. Nele encontra-se expressa, de forma bastante clara, o nível de compreensão da mais alta corte de justiça do país a respeito da “questão indígena” e sua relação com o Estado. Me chama a atenção, de modo especial, a seguinte passagem, que tenho como bastante significativa para a discussão aqui travada:

(...)

4. O SIGNIFICADO DO **SUBSTANTIVO ÍNDIOS** NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. O substantivo índios é usado pela Constituição Federal de 1988 por um modo invariavelmente plural, para exprimir a diferenciação dos **aborígenes** por numerosas etnias. Propósito constitucional de retratar uma diversidade indígena tanto interétnica quanto intra-étnica. **Índios em processo de aculturação** permanecem índios para o fim de proteção constitucional. Proteção constitucional que não se limita aos **silvícolas**, estes, sim, índios ainda em **primitivo estágio** de habitantes da selva.

5. AS TERRAS INDÍGENAS COMO PARTE ESSENCIAL DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

5.1. As terras indígenas versadas pela Constituição Federal de 1988 fazem parte de um território estatal-brasileiro sobre o qual **incide, com exclusividade, o Direito nacional**. E como tudo o mais que faz parte do domínio de qualquer das pessoas federadas brasileiras, são terras que se submetem unicamente ao primeiro dos princípios regentes das relações internacionais da República Federativa do Brasil: a soberania ou independência nacional (inciso I do art. 1º da CF). 5.2. Todas as terras indígenas são um bem público federal (inciso XI

do art. 20 da CF), o que não significa dizer que o ato em si da demarcação extinga ou amesquinhe qualquer unidade federada. Primeiro, porque as unidades federadas pós-Constituição de 1988 já nascem com seu território jungido ao regime constitucional de preexistência dos direitos originários dos índios sobre as terras por eles tradicionalmente ocupadas. Segundo, porque a titularidade de bens não se confunde com o senhorio de um território político. **Nenhuma terra indígena se eleva ao patamar de território político**, assim como nenhuma etnia ou comunidade indígena se constitui em unidade federada. Cuida-se, **cada etnia indígena, de realidade sócio-cultural, e não de natureza político-territorial.**

(...)

7. AS TERRAS INDÍGENAS COMO CATEGORIA JURÍDICA DISTINTA DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS. O DESABONO CONSTITUCIONAL AOS VOCÁBULOS POVO, PAÍS, TERRITÓRIO, PÁTRIA OU NAÇÃO INDÍGENA.

Somente o território enquanto categoria jurídico-política é que se põe como o preciso âmbito espacial de incidência de uma dada Ordem Jurídica soberana, ou autônoma. O substantivo terras é termo que assume compostura nitidamente **sócio-cultural, e não política**. A Constituição teve o cuidado de **não falar em territórios indígenas, mas, tão-só, em terras indígenas**. A traduzir que os grupos, organizações, populações ou comunidades indígenas não constituem pessoa federada. **Não formam circunscrição ou instância espacial que se orne de dimensão política**. Daí não se reconhecer a qualquer das organizações sociais indígenas, ao conjunto delas, ou à sua base peculiarmente antropológica a dimensão de instância transnacional. Pelo que **nenhuma das comunidades indígenas brasileiras detém estatura normativa para comparecer perante a Ordem Jurídica Internacional como Nação, País, Pátria, território nacional ou povo independente**. Sendo de fácil percepção que todas as vezes em que a Constituição de 1988 tratou de **nacionalidade** e dos demais vocábulos aspeados (País, Pátria, território nacional e **povo**) foi para se referir ao **Brasil por inteiro**⁴⁵⁶ (Grifei.).

Entendo que não é difícil perceber, pelo teor do Acórdão nas passagens acima citadas, que:

a) O STF, em pleno século XXI, embora reconheça a extensão dos direitos constitucionais específicos a todos os indígenas indistintamente, mantém ainda a clássica visão novecentista, através da qual as distinções entre os indígenas decorrem de um “processo de aculturação” que tem seu estágio inicial no indígena (des)qualificado como “silvícola” e “primitivo”. Uma visão evolucionista, portanto, que demonstra uma completa falta de familiaridade da Corte com os avanços dos instrumentais contemporâneos de compreensão da realidade social, política e cultural indígena enquanto representativa da diversidade e da complexidade em todos aqueles sentidos.

b) O STF, apesar de “ousar” legislando através das “condicionantes”, mantém uma postura bastante conservadora no tocante à teoria do Estado, pautando-se ainda pela velha

⁴⁵⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Embargos Declaratórios na Petição 3388 – RR. *Op. Cit.*; pp. 4-6.

concepção de “Estado-Nação”, pela qual só é possível uma única forma de identidade política, aquela vinculada direta e unicamente ao Estado.

c) O STF, ao não reconhecer nas comunidades indígenas qualquer dimensão política mas apenas a “sócio-cultural”, revela uma concepção não só “folclórica” dos indígenas, como seres reduzidos apenas ao nível da cultura, como também repete o antigo senso comum evolucionista tão ao gosto de Morgan e Engels, que vê as comunidades indígenas enquanto espaços sociais “pré-políticos”. Assim, de acordo com tal visão, permanece a antiga concepção de que dentro de suas “terras” os índios dançam, fazem festas, produzem artesanato, escolhem seus líderes, praticam seus rituais..., nada disso, contudo, possuindo dimensão “política”, assim como também não possui qualquer dimensão “política” a sua relação com o Estado.

d) O STF, ao negar a dimensão política da espacialidade territorial indígena e ao afirmar que nestas “incide exclusivamente o Direito nacional”, revela estar bastante comprometida a sua capacidade de compreensão quanto ao pluralismo jurídico existente no país e em especial entre as comunidades indígenas, que revelam que em seus territórios, ao contrário do afirmado, “não incide exclusivamente o Direito nacional” ou Direito oficial do Estado brasileiro.

Embora restassem dúvidas quanto ao alcance das “condicionantes” no sentido de serem extensivas ou não às demais terras indígenas, bem como pendente de julgamento um recurso de Embargos Declaratórios à decisão assim como também a própria publicação do Acórdão relativo à decisão onde as condicionantes haviam sido proferidas, o Advogado-Geral da União (AGU) adiantou-se no sentido de determinar o seu cumprimento “pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta”. O anúncio da medida, logo materializado em Portaria⁴⁵⁷, foi a gota d’água que gerou protestos dos mais diversos por parte do movimento indígena (e um dos principais temas das mobilizações do chamado “Abril Indígena” em 2013)⁴⁵⁸, que passou a exigir não só a sua revogação mas também a queda do ministro Adams e a sua desautorização pela Presidente da República, o que não ocorreu.

⁴⁵⁷ BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Portaria n.º 303, de 16 de Julho de 2012**. Disponível em: < <http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/596939> >.

⁴⁵⁸ APIB-DF. “**Video manifesto - Ato de Repúdio à Portaria 303 da AGU**”. Duração: 00:15:27. Publicado em: 30.Ago.2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=hWKAActGt0c0> >; APOINME. “**Lideranças Indígenas Protestam em Brasília, Contra a Portaria 303 da AGU**”. Duração: 00:04:51. Publicado em: 22.Ago.2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=FHJGC9VVG-I> >; APOINME. “**Mobilização Nacional Indígena em Pernambuco**”. Duração: 00:03:32. Publicado em: 07.Out.2013. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=xw3MOVF50q4> >; APOINME. “**Abril Indígena 2013**”. Duração:00:15:13. Publicado em: 1.º.Mai.2013.Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6GqIvqriCXo> >; NK2NEWS. “**Índios Bloqueiam BR 174 em protesto**”. Duração: 00:05:01. Publicado em: 27.Ago.2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZXqXms8th1M> >.

Em outubro de 2013, no julgamento dos Embargos, por maioria que seguiu o voto do novo Relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, o STF decidiu pelo caráter não extensivo das “condicionantes”, ou seja, pela sua validade apenas ao caso específico da Raposa/Serra do Sol⁴⁵⁹. Mesmo assim, ao invés de revogar a Portaria 303/2012, o Advogado-Geral da União determinou à Consultoria-Geral da União e à Secretaria-Geral de Contencioso a “análise da adequação do conteúdo” da mesma aos termos do Acórdão dos Embargos de Declaração.

Ora, se o Supremo Tribunal decidiu que as “condicionantes” têm validade apenas no caso Raposa, não se sabe qual o sentido de adequar a Portaria ao invés de simplesmente revogá-la. Enquanto isso, a bancada ruralista festeja – a contrário do que se poderia esperar pelo teor da decisão do Supremo – a entrada em vigor da Portaria 303 no dia 05 de fevereiro de 2014, dia da publicação do Acórdão (!). É o que se pode ver em matéria publicada no site “Notícias Agrícolas”, que diz ter como fonte a “Frente Parlamentar da Agropecuária”, ou seja, a “Bancada Ruralista” do Agronegócio no Congresso Nacional:

A Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União (AGU) passou a vigorar a partir hoje (5/02). O expediente se reporta ao acórdão dos embargos declaratórios da petição (PET) 3388/RR, que demarcou a terra indígena Raposa Serra do Sol e manteve as condicionantes daquele julgamento. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) recorda que em novembro do ano passado, em audiência pública no Senado Federal, Luís Inácio Lucena Adams, advogado geral da União, informou que após a publicação do acórdão dos embargos declaratórios (o que ocorreu ontem) iria rever a Portaria 303.

No entender da Consultoria Jurídica da FPA, “tal revisão não se harmoniza com o posicionamento adotado pela Suprema Corte que confirmou, por 7 votos a 2, a validade das 19 (condicionantes) salvaguardas adotadas na PET 3388/RR”. (...) tanto antes quanto depois do julgamento dos embargos declaratórios, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a validade das condicionantes do acórdão da PET 3388/RR.

Segundo o consultor jurídico da FPA, Rudy Ferraz, “é de suma importância que a AGU ratifique agora as orientações da Portaria 303 em sua integralidade, conforme o § 1º do artigo 40 da Lei Complementar nº 73/93, **passando a vigorar em todo o Brasil para evitar muitos conflitos entre índios e produtores rurais, traria a sonhada paz no campo e a tão desejada segurança jurídica”.** Ainda ontem, na reunião-almoço da FPA, o tema que mais despertou a atenção dos parlamentares foi as constantes brigas que pipocam por esse país afora. Por isso, eles querem apressar as audiências públicas da PEC 215⁴⁶⁰.

Ao que parece, os “ruralistas”, em sua euforia pela decisão do Supremo em relação à validade das “condicionantes”, não prestaram atenção ao fato de que naquele momento o

⁴⁵⁹ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Embargos Declaratórios na Petição 3388 – RR. *Op. Cit.*

⁴⁶⁰ NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. “**Questão Indígena: Portaria 303 da AGU entra em vigor hoje**”. São Paulo, 05.Fev. 2014. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/134616-questao-indigena-portaria-303-da-agu-entra-em-vigor-hoje.html#.U1leB725f4h>>.

Tribunal restringia a sua aplicabilidade apenas e tão somente ao caso Raposa. E parece também que essa mesma percepção embaçada teria atingido o próprio Ministro da Justiça que, ao que tudo indica embalado pela condicionante n.º 12 (que assegura “a participação dos entes federados no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas encravadas em seus territórios”) e na própria Portaria 303 da AGU (art. 5.º) (que remete tal procedimento a “portaria do Ministro de Estado da Justiça”), apresentou à CNPI, em dezembro de 2013, uma minuta de portaria com tal objetivo, pondo mais lenha na crise do relacionamento entre o movimento indígena e o Executivo, em torno da questão dos direitos territoriais, do direito à consulta, etc.

A primeira reação veio da “Bancada indígena na CNPI”, que ainda naquele mês, em nota de repúdio, queixou-se dos sinais claros do Governo federal em favor dos ruralistas, expressos na omissão “diante da violência contra nossos povos” e no próprio movimento de “criminalização da resistência indígena”; expressou o desejo de a CNPI não ser reduzida a “um simples fórum de consulta para medidas que interessam ao governo, mas um espaço de diálogo e articulação de políticas públicas”, e revelou que só aceitaria discutir a minuta com a condição de se realizar uma consulta “com os nossos povos e comunidades”⁴⁶¹.

A segunda reação veio no início de abril de 2014, por ocasião da 9.ª reunião extraordinária da CNPI, mediante a entrega ao Ministro de um “Parecer” jurídico e político assinado por seis organizações indígenas (APIB, COIAB, APOINME, Aty Guassu, ArpinSul e Conselho do Povo Terena), a “bancada indígena” junto à CNPI e Mesa de Diálogo, por três organizações não-governamentais indigenistas (Cimi, Isa e CTI) e pela organização ambientalista *Greenpeace* Brasil. No documento as organizações afirmam que a minta politiza o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, que nos termos da Constituição Federal de 1988 é eminentemente técnico no sentido de resultar da comprovação da ocupação tradicional indígena e não da vontade discricionária do Estado, acolhe, assim, os interesses da Bancada Ruralista, guardando “semelhança objetiva” com a PEC 215/2000 e com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012, e conclui afirmando que:

Uma eventual publicação da Portaria em questão reforçará compreensão, por parte dos povos indígenas, organizações de apoio aos povos e da sociedade em geral de que o Governo Dilma é claramente anti-indígena, aliado de primeira hora dos ruralistas, alinhado aos interesses do poder econômico nacional e transnacional, notoriamente do agronegócio, e obstinado por um modelo de

⁴⁶¹ BLOG DA APIB. “**Bancada Indígena da CNPI divulga carta reafirmando contrariedade à minuta do Ministro da Justiça**”. Brasília – DF, 10.Dez.2013. Disponível em:<<https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/category/pec-215/>>.

desenvolvimento neocolonizador, usurpador de territórios, etnocida e ecocida⁴⁶².

Voltando agora à indagação de Feitosa sobre como explicar o fato de que entre tantos Conselhos apenas a CNPCT e a CNPI não obtiveram aquele *status*, acho que o que aqui ficou evidenciado é que o Estado brasileiro ainda não está – como pudemos observar em relação aos três poderes –, preparado para aceitar a ideia de que os povos indígenas estejam à altura do exercício do poder político, ou seja, o Estado não reconhece as coletividades indígenas na categoria de sujeitos políticos. E se não os reconhece enquanto sujeitos políticos, também não os reconhece enquanto interlocutores políticos, aptos a participarem de um espaço com a responsabilidade de um “Conselho” nacional de política indigenista. E se não são vistos pelo Estado como “sujeitos” políticos, o são enquanto seus “objetos”, ou seja, simples receptáculos das formulações e decisões políticas das ideologias e setores e hegemônicos no Estado. Entendo que repete-se, assim, no plano político, a ideologia integracionista com a qual a Constituição Federal de 1988 rompera.

Assim como na Bolívia e no Equador, os povos indígenas no Brasil encontram-se assentados naqueles que constituem os últimos estoques praticamente intocados de recursos naturais e reservas territoriais. Isso faz com que sejam parte importante, senão a mais importante, da rota de expansão das fronteiras econômicas do capitalismo transnacional. Na posse de tais estoques eles continuam sendo, como sempre foram, uma inconveniente barreira ao acesso àqueles recursos pelo capital. Neste sentido, reconhecer-lhes enquanto sujeitos políticos autônomos, com assento paritário numa mesa do *status* de um *Conselho Nacional* formulador de políticas públicas, seria reforçar mais ainda este “inconveniente”.

É assim que o Legislativo, representando em grande parte os interesses do agronegócio, avança na propositura de medidas que retalham os direitos constitucionais conquistados em 1988. Ao invés de aprovar o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, trabalha em ritmo acelerado para neutralizar os direitos constitucionais dos povos indígenas, atuando no sentido da “desconstitucionalização” de que nos fala Boaventura de Sousa Santos.

Neste mesmo sentido avança o Executivo, através da adoção de uma política fortemente desenvolvimentista que, andando em passos lentos no sentido da demarcação das

⁴⁶² BLOG DA APIB. “Organizações divulgam parecer rechaçando proposta do MJ de alterar demarcações de terras”. Brasília, 8.Abr.2014. Disponível em: < <http://mobilizacaoacionalindigena.wordpress.com/tag/minuta-de-portaria-ministerio-da-justica-articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-demarcacao-terras-indigenas-decreto-1775/> >.

terras indígenas⁴⁶³, privilegia a liberação de recursos para o agronegócio (que se fortalece então para manter definitivamente a posse das terras usurpadas aos povos indígenas, a exemplo dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, e expandir-se agora sobre outras ainda intocadas) e para os investimentos necessários aos grandes projetos de incidência direta em territórios indígenas e seus recursos naturais (veja-se, por exemplo, as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte no Pará, e de Jirau e Santo Antônio em Rondônia).

Neste contexto, facilmente previstos os atos de resistência indígena são objeto de crescente criminalização⁴⁶⁴, para os quais tem contribuído as polícias Militar (estaduais) e Federal. Além disso, como se pode perceber na própria composição da CNPI, e no papel atribuído ao CREDEN e GSI-PR, é cada vez mais intenso e visível o monitoramento militar sobre as questões de interesse dos povos indígenas, o que revela que a antiga compreensão que associa a presença indígena no país com a insegurança nas fronteiras, sejam elas externas ou internas (expressas na ideologia da ameaça do “inimigo interno”) se mantém bem viva.

Creio que o coroamento dessa visão calcada na incapacidade indígena no plano político e na suspeita quanto a suas intenções e quanto à sua lealdade para com a identidade brasileira foi dado pelo STF no julgamento do caso Raposa/Serra do Sol, em 2009, não só ao estabelecer e manter as “condicionantes” restritivas aos direitos indígenas formuladas pelo ministro Menezes Direito, mas também ao deixar em seus votos os registros de um modo de ver os indígenas ainda pautado pela perspectiva integracionista. No meu entendimento, aquela “força intelectual e persuasiva da mais alta Corte do País”, como referiu-se o ministro Barroso, mantém-se ainda, com relação aos povos indígenas, pautada por uma ideologia profundamente

⁴⁶³ Em 2012, o Cimi informava que das 1.044 Terras Indígenas existentes no país, apenas 361 haviam tido o seu procedimento demarcatório concluído, encontrando-se registradas junto ao Serviço do Patrimônio da União, enquanto que outras 339 ainda se encontrariam “sem providências” por parte do Executivo federal, ou seja, sem deliberação quanto à constituição de Equipe técnica de reconhecimento da ocupação tradicional, o primeiro passo no procedimento demarcatório. HECK; SILVA e FEITOSA (Orgs.) **Povos indígenas: aqueles que devem viver (...)**. *Op. Cit.*, p.26.

⁴⁶⁴ Tenho tido, ao longo de quase vinte anos a oportunidade proceder a levantamentos e elaboração de artigos anuais (publicados principalmente pelo Cimi e pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos), relativos às violências praticadas contra os povos indígenas no Brasil, o que inclui aquelas praticadas por agentes do poder público. São dados que apontam para um processo crescente de criminalização de lideranças indígenas em razão de seus movimentos de resistência na proteção de seus territórios e de suas atitudes autônomas de insubordinação frente ao Estado. Esta criminalização, contudo, cai da vala da completa invisibilidade em razão de um discurso hegemônico, amplamente alimentado por advogados sem conhecimento da realidade indígena mas de fácil acesso aos meios de comunicação social no país, de que os índios seriam “penalmente irresponsáveis”, discurso esse facilmente derrubado pelos dados do Departamento Nacional de Política Penitenciária (DEPEN). A respeito, *vide* LACERDA, Rosane Freire. “**Responsabilidade penal e situação carcerária dos indígenas no Brasil: Uma realidade a ser desvelada**”. In: CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2010*. Disponível em: < [http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1309466437_Relatorio%20Violencia-com%20capa%20-%20dados%202010%20\(1\).pdf](http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1309466437_Relatorio%20Violencia-com%20capa%20-%20dados%202010%20(1).pdf) >.

calcada na colonialidade, contribuindo também, ao seu modo, para aquele processo de “desconstitucionalização” dos direitos indígenas já mencionado, ao qual faz referência Boaventura de Sousa Santos. Não vejo como o fato de a decisão favorável que adotou em relação à demarcação daquela terra indígena possa negar que tenha reforçado, ao invés de rechaçado, todos os estereótipos racistas nos quais se assenta o imaginário da população brasileira a respeito daqueles grupos. Tratá-los como “silvícolas”, “aculturados”, “primitivos”, que rejeitam “os pajés” e são beneficiados pela “miscigenação” e pela “superioridade” do modo de vida civilizado, é demonstrar que também a “força intelectual e persuasiva da mais alta Corte do País” encontra-se impregnada de um senso comum contra o qual indígenas, indigenistas, e organizações internacionais de direitos humanos há muito vêm lutando e denunciando enquanto um dos pilares do genocídio do qual tais povos têm sido vítimas.

Dessa forma entendo que o Estado brasileiro, a julgar pelas históricas e recentes posições adotadas pelos três poderes em relação aos indígenas e seus direitos constitucionais, continua pautado por uma visão integracionista, profundamente colonial, que rejeita sequer discutir a possibilidade de considerar o seu direito de relacionarem-se autonomamente com o Estado.

6.2. Povos Indígenas no Brasil e Autonomia Jurídica

No plano formal a Constituição Brasileira de 1988 reconhece a multiplicidade de identidades coletivas, entre elas a indígena, rompe com o antigo modelo tutelar e assimilacionista, mas não modifica substancialmente as relações de poder entre o Estado e aqueles povos, que continua a ser marcado por uma relação política e juridicamente verticalizada e hierarquizada. Daí o motivo de Raquel Fajardo a haver classificado a como representativa do “constitucionalismo multicultural”, numa clara referência às teorias liberais do multiculturalismo que, preocupadas apenas com as políticas de reconhecimento da existência em si da diversidade, não põem relevo na necessidade de eliminação das assimetrias políticas, sociais, econômicas e ideológicas que continuam a se reproduzir, mesmo diante da diversidade reconhecida. Trata-se, em outra análise, daquilo que Catherine Walsh denomina de “inclusão no mesmo”, de incluir e ao mesmo tempo nada mudar em termos de estruturas de poder.

Nesse “constitucionalismo multicultural”, como vimos, o Brasil reconhece desde 1988 as formas próprias de organização social, usos e costumes dos povos indígenas. Porém, diferentemente do que ocorrera no recente “constitucionalismo plurinacional” da Bolívia e

Equador, não chegou a ter como perspectiva aquela quebra de estruturas assimétricas historicamente assentadas entre Estado e Povos indígenas no plano da produção jurídica.

No antigo e ainda parcialmente vigente “Estatuto do Índio” de 1973, há uma possibilidade inédita aberta à época, mas restrita exclusivamente ao âmbito penal, que é a de o Estado tolerar “a aplicação, pelos grupos tribais, de acordo com as **instituições próprias**, de **sanções penais ou disciplinares** contra os seus membros, desde que não revistam caráter cruel ou infamante, proibida em qualquer caso a pena de morte” (art. 57, Grifei.). Afora esta passagem, nenhuma outra faz qualquer referência à existência de “instituições próprias” no campo jurídico. A sua referência em lei durante a fase mais dura do Regime Civil-Militar de 1964 foi algo notável, mas não se repetiu nem avançou no âmbito da Constituição Federal de 1988, restando apenas a interpretação de que esteja contida no *caput* do art. 231, quando este declara que o Estado reconhece as “formas próprias de organização social” indígena.

Nesta perspectiva interpretativa, apenas em alguns casos excepcionais se tem reconhecido como juridicamente válidas algumas instituições e práticas de comunidades indígenas. No geral disposições como o *caput* do art. 231 da Constituição Federal e o art. 57 da Lei 6.001/73, por exemplo, tem sido solenemente desprezadas pelo Judiciário. Como observei em Dissertação de Mestrado já mencionada, no Brasil

As diversas formas de Direito indígena continuam a ser implementadas, mas delas, na prática, o Estado não toma conhecimento, não lhes reconhece existência ou validade jurídica. São-lhe invisíveis. As instituições jurídicas próprias das comunidades indígenas, conforme sua organização social, seus usos, costumes e tradições, sofrem na verdade daquilo que Santos denomina de “produção de não-existência”⁴⁶⁵.

Há, contudo, as exceções a confirmar a regra, e também ali eu mencionara o caso do reconhecimento judicial dos efeitos jurídicos no plano previdenciário da prática da poligamia entre os Waiãpi, no Amapá, no ano 2000 bem como, no âmbito penal, a decisão que embora por vias tortas também chamava a atenção por considerar o art.57 da Lei 6.001/73, que foi a absolvição pelo Tribunal do Júri Federal, de um indígena Makuxi que já se encontrava cumprindo pena de banimento do território indígena imposta pelo Conselho dos Tuxauas pela morte de outro indígena⁴⁶⁶.

Mais recentemente, contudo, uma decisão completamente inovadora e surpreendente por parte do Juízo de Direito vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, viria

⁴⁶⁵ LACERDA, Rosane Freire. **Diferença não é Incapacidade**. *Op. Cit.*, pp.234-235.

⁴⁶⁶ Idem, pp.233-234.

demonstrar a completa possibilidade de, a partir daqueles dois dispositivos mencionados, chegar-se a uma decisão coerente com o novo paradigma constitucional em matéria de direitos indígenas no sentido do reconhecimento da autonomia jurídica das comunidades. Me refiro aqui à Sentença proferida em 04 de fevereiro de 2014 nos autos de uma Ação Penal movida pelo Ministério Público Estadual contra um indígena da comunidade Manoá/Pium, da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, acusado da morte de seu próprio irmão. Segundo relato transcrito na sentença, o Conselho dos Tuxauas, tendo os servidores da Funai apenas como testemunhas e após ouvir o acusado, seus pais e outras pessoas, condenou o acusado, a quem impôs

(...) as seguintes penalidades, conforme consta na ata de fls. 185/187:

1. O índio Denílson deverá sair da Comunidade do Manoá e cumprir pena na Região Wai Wai por mais 5 (cinco) anos, com possibilidade de redução conforme seu comportamento;
2. Cumprir o Regimento Interno do Povo Wai Wai, respeitando a convivência, o costume, a tradição e moradia junto ao povo Wai Wai;
3. Participar de trabalho comunitário;
4. Participar de reuniões e demais eventos desenvolvido pela comunidade;
5. Não comercializar nenhum tipo de produto, peixe ou coisas existentes na comunidade sem permissão da comunidade juntamente com tuxaua;
6. Não desautorizar o tuxaua, cometendo coisas às escondidas sem conhecimento do tuxaua;
7. Ter terra para trabalhar, sempre com conhecimento e na companhia do tuxaua;
8. Aprender a cultura e a língua Wai Wai.
9. Se não cumprir o regimento será feita outra reunião e tomar outra decisão⁴⁶⁷.

O inusitado neste caso é que o Juízo estadual, ao invés de pronunciar o acusado, decidiu no seguinte sentido: “deixo de apreciar o mérito da denúncia do Órgão Ministerial, representante do Estado, para DECLARAR A AUSÊNCIA IN CASU DO DIREITO DE PUNIR ESTATAL, em face do julgamento do fato por comunidade indígena, (...)”. Para o Juiz, uma vez que a Comunidade Indígena já havia julgado, condenado e determinado a penalidade a ser aplicada sobre o indígena, nada mais restava ao Estado do que “apenas pronunciar a sua ausência do poder de punir”⁴⁶⁸.

Entendimento como este, contudo, não reflete o posicionamento da maioria dos membros do Judiciário ou do Ministério Público. Se para aqueles que lidam mais diretamente com a questão indígena já seriam suficientes os dispositivos presentes no Estatuto do Índio de 1973 combinados com o *caput* do art. 231 da Constituição de 1988, para os atores jurídicos em

⁴⁶⁷ Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. Processo 302-88.2010.8.23.0090. Boa Vista, 04.Fev.2014.

⁴⁶⁸ Idem, p.5.

geral seriam praticamente desconhecidos, sem importância prática no universo da persecução criminal e do direito penal e processual penal. Ou, ao aplicá-los, os submeteriam à aferição do “grau de aculturação” do acusado, a fim de determinar até que ponto o indígena possuiria consciência do caráter delituoso do fato e estaria em condições de resistir ao mesmo. Uma questão em muitos casos decidida pelo simples uso do relógio, da calça jeans e da “razoável compreensão” da língua portuguesa.

Questões como estas nos levam à indagação sobre a quantas anda a discussão em torno do novo Estatuto do Índio, especificamente no tocante à questão do reconhecimento do pluralismo jurídico.

Também tive ocasião de observar na mencionada Dissertação de Mestrado, que a discussão sobre o respeito às formas próprias de Justiça dos Povos indígenas no país seria retomada no início dos anos 1990, quando da apresentação de propostas para a reformulação do atual “Estatuto do Índio” e sua adequação ao novo âmbito de possibilidades trazido pelo texto constitucional de 1988⁴⁶⁹: o **PL 2160/1991**, do Executivo, dispendo sobre o “Estatuto do Índio”, o **PL 2619/1992**, formulado pelo Cimi e apresentado pelo Deputado Tuga Angerami (PMDB-SP), dispendo sobre o “Estatuto dos Povos Indígenas”, e no **Substitutivo da Comissão Especial** da Câmara dos Deputados (“Substitutivo Luciano Pizzato”), criada com o objetivo de apreciar e dar parecer sobre o **PL 2057/1991**, elaborado pelo antigo Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), antecessor do Instituto Socioambiental (ISA) que dispunha sobre o “Estatuto das Sociedades Indígenas” e apresentado à Câmara pelo Deputado Aloísio Mercadante (PT/SP), que curiosamente não contém qualquer disposição a respeito do reconhecimento daquelas formas próprias de Direito.

A tramitação de tais projetos – todos apensados ao PL 2057/1991⁴⁷⁰ –, encontrava-se paralisada na Câmara Federal há quinze anos quando, no início de agosto de 2009, por ocasião da 10ª Reunião Ordinária da CNPI, a comissão entregou ao presidente do Congresso Nacional a sua proposta de texto, tendo como base o Substitutivo já aprovado pela Comissão Especial⁴⁷¹.

Contendo 249 artigos, a proposta de novo “Estatuto” formulada pela CNPI havia sido trabalhada desde um ano antes, através de um seminário interno, dez seminários regionais

⁴⁶⁹ LACERDA, Rosane Freire. **Diferença não é Incapacidade**. *Op. Cit.*, pp.236-238.

⁴⁷⁰ BRASIL. Câmara dos **Deputados**. **PL 2057/1991**. Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17569> >.

⁴⁷¹ BRASIL. Ministério da Justiça. CNPI. **Histórico da discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista**. Brasília, s/d; p.4. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio_CNPI/Historico-Estatuto_dos_Povos_Indigenas.pdf>.

reunindo cerca de 1.150 participantes indígenas, reuniões de análise e sistematização técnico-jurídica, e, no final, a sua socialização e discussão junto a centenas de indígenas de todo o país, reunidos no “Acampamento Terra Livre”, da programação denominada “Abril Indígena”, em Brasília, de onde foram extraídas e incorporadas mais algumas contribuições. Finalmente apresentado à Câmara em agosto de 2009, aquela proposta encontraria pela frente o desafio de superar o clima anti-indígena no Congresso, marcado pelo crescente volume de proposições legislativas e emendas constitucionais contrárias aos direitos indígenas.

No que se refere à questão da perspectiva da autonomia indígena no plano jurídico, essa nova proposta, tendo como referência o texto da Comissão Especial da Câmara aprovado em 1994, não trouxe nenhuma novidade. Ali não há, ao contrário do que se poderia esperar, com todos os avanços já obtidos no plano dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil após a aprovação do Substitutivo, um capítulo ou uma sessão específica de reconhecimento do Direito Consuetudinário indígena, ou da aplicação de suas formas jurídicas próprias, expressões estas que, aliás, sequer aparecem na proposta.

Na proposta da CNPI as únicas referências ao exercício do direito indígena, sem que se mencione tal expressão, só aparecem no Capítulo I do Título III, que trata dos “bens, garantias e negócios”, bem como no Capítulo I do Título VIII, que trata “Das normas penais e processuais”. No primeiro caso, a proposta fala que se deve respeitar “os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas nos atos ou negócios realizados entre indígenas ou comunidades indígenas, salvo se optarem pela aplicação do direito comum” (art. 30). No segundo, que “serão respeitadas as resoluções de conflitos das comunidades indígenas realizadas entre seus membros e de acordo com seus usos, costumes e tradições, inclusive se resultarem em sanções ou absolvições” (art.227).

Como se pode observar, a proposta remete a “usos, costumes e tradições” quando trata da prática de “atos ou negócios” de repercussão patrimonial realizados entre indígenas e comunidades indígenas, e novamente a “usos, costumes e tradições” quando trata das formas próprias de solução de conflito no plano interno. A proposta não deixa explícito, portanto, que tais conteúdos expressam dois âmbitos de possibilidade do exercício das formas ou sistemas próprios de justiça daqueles povos ou de seu Direito Consuetudinário, e muito menos que se trata, ali, do reconhecimento do pluralismo jurídico. Não discordo de forma alguma que ao utilizarem as suas formas próprias de justiça os povos indígenas estejam agindo de acordo com seus usos, costumes e tradições. O que coloco aqui é que teria um sentido político simbólico mais radical para o questionamento das relações de poder entre Estado e Povos Indígenas, se

se assumisse explicitamente no novo “Estatuto” aquelas práticas culturais sob a denominação de “Direito” e “Justiça”. Entendo que aceitar pura e simplesmente a continuidade daquela denominação é contribuir para que se mantenha a invisibilidade daquelas formas de justiça e, quando máximo, a sua posição de subalternidade em relação à forma estatal de Justiça.

Creio que tal resultado, após todo o processo de discussão que durou cerca de um ano, possa ter decorrido da metodologia adotada que, como mencionei antes, teve como base o texto da Comissão Especial, não deixando margem para maiores inovações.

Contudo, não há como esquecer que entre 1994 e 2009 ocorreram importantes fatos novos que foram a promulgação da Convenção 169 da OIT (2004), e a ratificação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007). No primeiro caso, a Convenção fala expressamente sobre a necessidade de se levar em conta o “**direito consuetudinário**” indígena, desde que compatíveis “com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos” (art. 8.º, 1 e 2)⁴⁷². No segundo caso, a Declaração afirma o direito dos povos indígenas de “conservar e reforçar **suas próprias instituições (...) jurídicas (...)**” (art. 5.º), o direito de “promover, desenvolver e manter suas estruturas institucionais e seus próprios (...) **costumes ou sistemas jurídicos**, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos” (art. 34), e que sejam levadas em consideração as **suas normas e sistemas jurídicos** quando da solução de controvérsias entre os povos indígenas, os Estados e outras partes (art. 40)⁴⁷³. Então, diante desses dois instrumentos, posteriores ao Substitutivo aprovado em 1994, talvez fosse possível o tratamento da matéria em capítulo específico, onde se tornasse explícito o fato de que o conteúdo ali tratado referia-se ao tema dos “Direitos Consuetudinários” ou das “Formas Próprias de Justiça Indígena”.

Talvez se tenha levado em conta que falar que os indígenas possam resolver seus interesses e conflitos internos com base em “usos, costumes e tradições” soa bem menos perigoso do que falar que tais questões possam ser decididas com base em suas concepções e formas próprias de Direito e de Justiça. Afinal, como já havia manifestado o ministro Ayres Brito no já citado caso Raposa/Serra do Sol (PET 3388/RR), nas terras indígenas “incide, com exclusividade, o Direito Nacional”. E nos territórios indígenas, se não são “territórios políticos”, também não podem ser “territórios jurídicos”. Ou seja, se os indígenas são

⁴⁷² OIT. Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais.

⁴⁷³ NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas**. Disponível em: < http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf >.

produtores apenas do cultural, e não do político, também não são produtores do jurídico. Naquela lógica da “hermenêutica da desconfiança”, avançar neste sentido seria alimentar a ideia de que possam romper com a sua identidade nacional brasileira, vindo a se constituírem enquanto Estados independentes.

Então, novamente aqui a questão do exercício pelos povos indígenas de suas formas próprias de juridicidade é compreendida, é mantida, no simples nível das práticas culturais, sem que seja proposta como uma dimensão mais consequente com a quebra do paradigma do monismo jurídico. O que, entendo, poderia ter sido uma excelente oportunidade para se tentar – ao menos internamente, no âmbito da CNPI – avançar numa formulação mais de acordo com as possibilidades teóricas e normativas já abertas a respeito do pluralismo jurídico em Estados com presença indígena, cai, pela sua timidez, na vala comum do “mais do mesmo”.

E é curioso que tal resultado tenha sido produzido após um esforço tão intenso, envolvendo as diversas regiões e o próprio acampamento Terra Livre, do Abril Indígena. Se é certo que metodologicamente a CNPI trabalhou a partir do texto da Comissão Especial, é certo também que a ideia era justamente a formulação de algo novo. Me parece que nesse sentido a possibilidade desse algo novo, com o *reconhecimento explícito* das formas indígenas de direito e justiça foi totalmente desperdiçada.

Entendo, assim, que no tocante à questão do reconhecimento das formas próprias de justiça indígena no Brasil, a proposta formulada pelo CNPI não deixa de ser conservadora, situando-se no mesmo patamar daquilo já fixado pelo Estatuto do Índio de 1973, e aquém de algumas decisões judiciais, mesmo que minoritárias, e da proposição formuladas no PL 2619/1992. Com tal proposta, os saberes e práticas da justiça indígena continuam mantidos em situação de considerável invisibilidade para o universo jurídico, situação de uma certa forma cômoda, por não ferir determinadas suscetibilidades, mas que ao mesmo tempo não contribui para a necessária ruptura com a colonialidade do poder e do saber, que ali se mantém.

Como observei anteriormente (3.2), para as discussões em torno dos direitos indígenas durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, uma das formulações propostas, elaborada principalmente pelo Cimi e Anaí – RS, previa o reconhecimento do caráter plurinacional do Estado brasileiro. Tal proposta não se fundava apenas no reconhecimento da existência, no território brasileiro, de uma composição étnica e culturalmente diversa, formada sobretudo pelos povos indígenas. Tinha também por suporte a proposta, com base nas

reivindicações que vinham sendo processadas na prática pelos próprios povos indígenas, de reconhecimento de sua autonomia nos planos *linguístico* (expressa no direito de utilização de suas línguas maternas), *territorial* (no direito de continuarem possuindo as suas terras numa dimensão coletiva, livre de intromissões externas e de acordo com os limites herdados, na tradição, de seus ancestrais), *cultural* (no direito de viverem livremente conformes seus costumes, suas visões cosmológicas, suas espiritualidades próprias, etc.), *político* (no direito à tomada de suas suas próprias decisões em matéria de utilização de recursos naturais, modelo de desenvolvimento econômico, relacionamento com outros povos, etc.) e de sua autonomia no plano *jurídico* (no direito de continuar a decidir sobre a solução de seus problemas internos na área da disputa de interesses e da punição a condutas consideradas transgressoras).

Na medida em que o Estado reconhecesse as identidades coletivas indígenas como portadoras de todas aquelas formas próprias de expressão (linguística, cultural, territorial, política e jurídica) estaria reconhecendo-as enquanto identidades nacionais específicas, bem como o seu caráter autônomo naqueles diversos planos. Daí, por consequência, o reconhecimento da própria identidade “Plurinacional” do Estado brasileiro.

Como vimos, a proposta acabou sucumbindo ante uma reação extremamente conservadora dos setores de forte interesse nas terras indígenas e seus recursos naturais (especialmente minerais), que, contando com o anteparo ideológico dos nacionalistas de esquerda e de direita (sobretudo os setores militares, ainda ancorados no regime ditatorial de 1964 e na ideologia da “Segurança Nacional” e do “Inimigo Interno”), conseguiram derrubá-la, desqualificando-a como um ato de “traição à pátria”, à integridade do território nacional e à unidade nacional calcada no ideal de uma identidade construída através da miscigenação.

No período Pós-Constituinte, contudo, mesmo com o resultado final do texto constitucional, alguns setores indigenistas, entre os quais e sobretudo o Cimi, defenderam a ideia de que apesar do rechaço à expressão “plurinacional” ou ao uso da expressão “nações” indígenas, em última análise aquela plurinacionalidade havia sido reconhecida pelo Estado. Um reforço a esta tese vinha do constitucionalista José Afonso da Silva que em seu “Curso de Direito Constitucional Positivo”, uma das primeiras obras dedicadas à análise do novo texto constitucional, afirmava que:

A Constituição recusou o emprego da expressão *nações indígenas*, baseada na falsa premissa e no preconceito de que *nação* singulariza o elemento humano do Estado ou se confunde com o próprio Estado, ideia há muito superada, quer porque se verificou que existem Estados multinacionais ou multiétnicos, que dá na mesma, quer porque existe Estado sem nação (o Vaticano), e até porque

pode existir nação sem Estado como os judeus até a fundação do Estado de Israel, e, ao contrário, a nação pode estar dividida em vários Estados⁴⁷⁴.

Naquela sua análise, o constitucionalista chamava a atenção para as afinidades entre o conceito de nação e o de etnia, no compartilhamento de uma identidade linguística, na ocupação de um território definido, no sentimento de pertinência a uma comunidade específica, e na perspectiva de reprodução cultural, mesmo que de modo sujeito às formas de dinâmica cultural. Situava-se assim, no plano da concepção “eticista” já abordada no tópico 1.1, tão bem representada por Walker Connor na figura (e na força) do “etnonacionalismo”.

Nessa perspectiva os reconhecimentos expressos na Constituição Federal de 1988 em relação aos direitos indígenas seriam condizentes com o reconhecimento das identidades coletivas indígenas enquanto identidades nacionais. Afinal, cada uma delas compartilharia uma identidade linguística própria, ocuparia um território definido, possuiria formas organizativas próprias, tudo isso constitucionalmente reconhecido, bem como o direito à sua reprodução cultural. Neste sentido é que alguns setores, entre eles o Cimi, passou a defender a interpretação de que o reconhecimento dos povos indígenas enquanto “nações” estaria dado, a partir daqueles elementos, e que, conseqüentemente, a identidade do Estado brasileiro seria “plurinacional”. Embora tenha pessoalmente compartilhado desta posição durante longos anos, hoje, a partir de todos os elementos factuais e teóricos aqui vistos e analisados, sou forçada a revisá-la. Não quanto à ideia dos indígenas enquanto “nações”, já que muitos assim se auto-identificam e, mesmo que não utilizem tal denominação, reivindicam aqueles elementos como parte fundamental de seus direitos a uma identidade própria e diferenciada.

Mas mesmo que se tivesse reconhecido constitucionalmente o uso do termo “nações” para dar conta das identidades dos cerca de trezentos povos indígenas existentes no Brasil (sem contar as outras formas identitárias coletivas numérica e politicamente minoritárias como as comunidades quilombolas, ciganas, etc.), mesmo assim o Estado brasileiro não poderia ser considerado, ao meu ver, como “plurinacional”. Isto porque como nos mostram os movimentos indígenas da Bolívia e do Equador, a existência fática e até mesmo o reconhecimento constitucional da pluralidade nacional dentro do território do Estado não significa, necessariamente, que este mesmo Estado possa ser dito como “plurinacional”.

Isso porque a concepção de Estado “plurinacional” que nos colocam aqueles movimentos, é a de um Estado cujas estruturas institucionais, políticas, valorativas, sejam

⁴⁷⁴ DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21.^a ed., revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2002; p.826.

necessariamente construídas com a participação daquelas identidades. Não significa simplesmente o reconhecimento de que aquela diversidade exista, tem direitos e precisa ser respeitada, mas a ideia de que essa diversidade seja refletida na própria estrutura do Estado, que seja parte integrante dela. Em outras palavras, não se trata apenas de o Estado enxergar a diversidade, mas de ser (re)desenhado por ela, eliminando das estruturas do Estado as relações coloniais de poder e o racismo epistêmico. Isso exigiria assumir o compromisso com a opção pela descolonialidade, ter a coragem para ser epistemicamente desobediente, e ter disposição para a entrega a um relacionamento interculturalmente crítico. Como bem chamou a atenção Boaventura de Sousa Santos, a plurinacionalidade não é um tema indígena, mas uma questão que diz respeito ao Estado em seu conjunto.

O Estado brasileiro, a despeito dos reconhecimentos constitucionalmente expressos em 1988, continua sendo um Estado monocultural, altamente eurocentrado e etnocêntrico. Um Estado ainda pautado por relações coloniais de poder que, em nome do desenvolvimento e do interesse econômico da “maioria”, submete os povos indígenas a terem que suportar em seus territórios e sem direito a consulta prévia, livre e informada, os fortes impactos de projetos desenvolvimentistas de interesse do capitalismo dependente (hidrelétricas, hidrovias, etc). Um Estado que, ainda impregnado pela colonialidade de teor altamente racista como é a do campo epistêmico, reduz as práticas e saberes indígenas a meras curiosidades culturais, exóticas, inofensivas e portanto folklóricas, desprovidas de conteúdos questionadores aos modelos social, político e econômico vigentes. Uma colonialidade epistêmica que nega aos saberes e práticas indígenas a qualidade e a legitimidade necessárias para serem reconhecidos explicitamente enquanto formas políticas e formas jurídicas, e tão importantes, válidas e eficazes (ou mais) que aquelas colonialmente impostas pelo Estado. Um Estado que, ao teimar em manter sobre os povos indígenas uma perspectiva tutelar e integracionista, atua no sentido da produção de uma subjetividade indígena altamente colonizada. Uma dimensão da colonialidade que, introjetada sobre o ser indígena, busca transforma-lo em agente reprodutor e justificador de sua própria “incapacidade” e da necessidade de que seja tutelarmente amparado pelo Estado.

Creio que não há, portanto, como sustentar que o Estado brasileiro seja um Estado “Plurinacional”.

Conclusão

O relato aqui elaborado, das experiências vivenciadas no Equador e na Bolívia pós-Constituintes, no sentido da construção dos respectivos Estados enquanto “plurinacionais”, não é como se pode ver, um relato de “facilidades” trazidas por aquelas conquistas tal como formalizadas no plano constitucional. É, muito pelo contrário, o relato das enormes dificuldades e desafios que os povos, nações e nacionalidades indígenas daqueles dois países têm tido e ainda terão pela frente na árdua tarefa de fazer com que os direitos ali reconhecidos sejam de fato concretizados, e, mais ainda, de fazer com que o Estado efetivamente se transforme.

É também o relato das profundas contradições vivenciadas por aqueles Estados formalmente declarados plurinacionais no sentido de pretenderem dar conta, minimamente, de suas novas responsabilidades, mantendo porém históricos compromissos econômicos e políticos com aquilo que Wallerstein denomina de “Sistema-Mundo” capitalista ou “Economia-mundo” capitalista, que define sinteticamente como “*un sistema basado en la acumulación continua de capital*”⁴⁷⁵.

Para Wallerstein, continuando sua explicação sobre o conceito,

Uno de los principales mecanismos que la hacen posible es la conversión de cualquier cosa en mercancía. Estas mercancías circulan en lo que llamamos mercado mundial en forma de productos, capital y fuerza de trabajo. Es de suponer que cuanto más libre sea la circulación, más activa será la mercantilización y, en consecuencia, todo lo que se oponga al movimiento está contraindicando en teoría⁴⁷⁶.

Embora os novos textos constitucionais boliviano e equatoriano, naquele movimento do chamado “novo constitucionalismo latino-americano”, tenham assumido o modelo plurinacional de Estado proposto pelos povos indígenas, incorporando valores herdados de uma eticidade originária, ancestral, definidas em termos de *Sumak Kawsay* ou *Suma Kamaña*, na defesa dos direitos da *Pacha Mama*, etc., o fato é que o que vem ocorrendo na prática, a partir daquilo definido como “hiperpresidencialismo”, tem sido a imposição verticalizada, a partir do Executivo e com o apoio do Legislativo, de um modelo de desenvolvimento econômico totalmente dependente e compromissado com as necessidades daquele “Sistema-Mundo”.

É com o objetivo de se atender a tais necessidades do “Sistema-Mundo” por “acumulação contínua de capital” que em ambos países utiliza-se da estratégia de apropriação retórica discursiva daqueles modelos e valores contra eles mesmos: a defesa da *Pacha Mama*

⁴⁷⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. “**Universalismo, racismo y sexismo, tensiones ideológicas del capitalismo**”.

In: Étienne BALIBAR e Immanuel WALLERSTEIN. *Raza, Nación y Clase*. Madrid: IEPALA, 1991, p.52.

⁴⁷⁶ WALLERSTEIN, Immanuel. “**Universalismo, racismo y sexismo,...**”. *Op. Cit.*, p.52.

contra a própria *Pacha Mama*, a ideia do *Sumak Kawsay* contra o próprio *Súmak Kawsay*, a ideia da *Suma Kamaña* contra a própria *Suma Kamaña*. No fim das contas, busca-se colocar tudo a serviço da livre circulação e acumulação do capital.

Com o discurso de atender às necessidades básicas da população, e de finalmente romper com as históricas relações de desigualdade socioeconômicas, os governos de ambos países, com o apoio amplo de seus legislativos, tem buscado liberar para o capital os estoques de terras e recursos naturais nas mãos dos indígenas. Daí casos como os do Tipnis e *Mallku Qota* na Bolívia, e *Yasuni*, *Sarayaku* e *Ley de Aguas* no Equador, a revelarem da forma mais crua que neste momento, em ambos países, os direitos indígenas constitucionalmente reconhecidos, ficam restritos apenas ao plano formal. Daí, também, porque a resistência de ambos Estados à realização do direito de consulta prévia, livre e informada aos indígenas, prevista em ambos os blocos de constitucionalidade.

Nesse contexto também a tentativa de domesticação e controle dos processos de reterritorialização autonômica indígena, através de exigências legais infraconstitucionais para o reconhecimento ou constituição das AIOCs ou CTIs, por exemplo, assume papel relevante como forma de controle ideológico estatal sobre aqueles processos.

Como se poderia esperar nestas circunstâncias tal situação vai gerando tensões crescentes entre os movimentos indígenas e Estados. Sem uma interlocução que entenda confiável e capaz por parte dos governos, tais movimentos são impulsionados a gerarem atos de protesto e resistência, que por sua vez são submetidos a um processo crescente de criminalização. Essa criminalização, por sua vez, gera mais desconfianças em relação ao Estado e sua capacidade de diálogo e negociação.

E é diante do acirramento do espírito crítico dos movimentos em relação aos governos que aqueles passam, também, a lançar mão de um expediente tão antigo quanto as conquistas, ou seja, a divisão ou a tentativa de divisão do próprio movimento, como ocorreu com a Cidob e, mais recentemente, como o Conamaq na Bolívia, ou o puro e simples fechamento de portas de organizações de apoio, como ocorreu com a Fundação Pachamama, no Equador.

No “Sistema-mundo” capitalista a necessidade de livre circulação de produtos e capital, como diz Wallerstein, é vital para a sua manutenção. Neste sentido, os povos indígenas com suas formas próprias de economia, ocupação do solo, deliberação política e perspectivas de aplicação da justiça, produzem “inconvenientes”, que necessitam serem neutralizados.

O que os casos da Bolívia e do Equador demonstram é que esta visão dos povos indígenas enquanto obstáculo ao desenvolvimento ocorre hoje em Estados constitucionalmente declarados plurinacionais e de governos socialistas. Como diz Sousa Santos, “*los partidos de izquierda en el gobierno aún no se han liberado del racismo y del colonialismo que siempre los caracterizó*”⁴⁷⁷. A intolerância e o tratamento subalternizado em relação às instituições, valores e visão de mundo dos indígenas não é, portanto, privilégio de governos liberais ou neoliberais, de direita. Naqueles países a, com governos autodeclarados socialistas, a cooptação política e econômica de quadros do movimento assim como a sua demonização enquanto “inimigo interno”, agente dos interesses do imperialismo norte-americano, tem sido práticas postas em ação neste sentido.

Os dois casos analisados demonstram também que, como Antônio Carlos Wolkmer já havia observado, “apenas uma mudança no ordenamento jurídico latino-americano, em suas normas, não tem o condão de garantir uma transformação nas próprias relações sociais estabelecidas sob a colonialidade”⁴⁷⁸. Assim, o advento das constituições “Plurinacionais” da Bolívia e do Equador, por mais que tenham inscrito em seus textos a perspectiva do rompimento com o passado colonial ainda presente, não tiveram e nem poderiam ter, por si apenas, a possibilidade de romper com a força da colonialidade que, se está presente nas relações de poder, está sustentada também numa colonialidade epistêmica que reserva às contribuições políticas e civilizatórias oferecidas pelos povos indígenas ao país, o lugar do exotismo, da folklorização e da peça meramente retórico-discursiva.

As relações baseadas na colonialidade continuam fortemente presentes, e o “Sistema-mundo” capitalista, como uma de suas manifestações, está cada vez mais ávido pelos recursos naturais e territórios dos povos indígenas – seja na Bolívia, no Equador ou no Brasil –, em seu objetivo de acumular mais e mais capital.

Analisando tais dificuldades, Sousa Santos afirma igualmente que

*Romper con todos estos vínculos es tarea de una época histórica y no de un proceso político sujeto al ciclo electoral de la democracia liberal. En estas circunstancias, los proyectos constitucionales transformadores tan sólo son puntos de partida para cambios de época, apertura a nuevos rumbos y nuevas gramáticas de lucha política. Inauguran, en suma, un proceso de transición histórica de largo plazo*⁴⁷⁹.

⁴⁷⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. “**Quando los Excluídos Tienen Derechos,...**”. *Op. Cit.*, p.29.

⁴⁷⁸ WOLKMER, Antônio Carlos. **Elementos para a Descolonização...** *Op. Cit.*, p.25.

⁴⁷⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. “**Quando los Excluídos Tienen Derechos,...**”. *Op. Cit.*, p.16.

Creio que essa dimensão histórica do processo possa ter como aliada aquela “memória larga” de que nos fala a socióloga Aymara Sílvia Cusicanqui a respeito dos povos andinos. Uma memória cíclica que tem como ainda presente um passado de perdas territoriais, perdas políticas, perdas em termos de perspectiva de futuro que lhes trouxe a Conquista espanhola e o ingresso de suas formas de vida no contato com a modernidade. Mas essa mesma memória larga é também a memória da capacidade tenaz de resistência, renovação, ressignificação, e de manutenção da dignidade e da identidade própria. Essa memória larga lhes garante a percepção de que o processo de conquista de direitos pode ser atropelado, sofrer revezes e até mesmo ser dado como extinto, mas da mesma forma como os deuses *Inti* e *Pacha*, e como próprio herói *Inka Ri*, e como *Tupak Amaro* e *Tupak Katari*, sempre ressurgem, não pode ser eliminado.

Conclusão Geral

Ao longo de toda a discussão aqui travada uma inspiração e também uma angústia muito particular me acompanharam. Estiveram presentes na memória vívida da pergunta que certa vez, no início da década de 1990, me fora feita pela líder indígena Maninha Xukuru-Kariri, do Estado de Alagoas. Diante de demonstrações de incompreensão para com as demandas e visão de mundo indígenas por parte de movimentos de esquerda socialistas, ela indagava: “Já temos experiência suficiente”, dizia ela, “para saber a direita só têm interesse em se apossar das nossas terras. Mas a esquerda também não nos entende. Será que nesse mundo, algum dia, haverá lugar para nós, povos indígenas?”

Essa pergunta, angustiante e inspiradora, acompanhou todo o desenvolvimento deste trabalho. Maninha, jovem liderança que, num meio marcado pela presença masculina abriu espaço passando a ser respeitada regional e nacionalmente, dedicou a sua vida às lutas pela terra, pelas políticas públicas nas áreas de educação e saúde indígenas, e na luta pela construção da APOINME. Morreu no meio da rua, na cidade de Palmeira dos Índios, após a recusa de dois hospitais da cidade em lhe prestarem socorro médico. No mundo ocidental-moderno Maninha não teve espaço. No mundo dividido entre a racionalidade liberal e a racionalidade marxista, Maninha não teve espaço. Nem como indivíduo, nem como membro de uma comunidade. Porque assim como na racionalidade indígena as duas coisas são uma só, tampouco a cultura ocidental moderna, nas suas relações marcadas pela colonialidade, conseguem fazer tal distinção: o indivíduo indígena, mesmo imerso na cultura material ocidental, continua sendo visto como um indígena e, portanto, um inferior. Tal fora, como visto aqui, a experiência de Fausto Reinaga. Na sociedade marcada pela colonialidade do saber e do poder, mesmo que ornado com as vestes e os saberes cultos ocidentais, ele *será*, sempre, a sua própria origem, a origem colonizada.

A recusa de atendimento, de socorro médico, àquela liderança indígena, foi uma recusa simbólica. O seu espaço de viver e de morrer – fora da aldeia –, foi o espaço da “rua”. Na “rua” enquanto espaço físico Maninha deu o seu último suspiro. Mas na “rua”, enquanto espaço físico e simbólico das lutas dos excluídos, como os povos indígenas, ela viveu e se moveu, à frente do movimento indígena, na luta pela concretização dos direitos constitucionalmente reconhecidos.

Creio que na sua vida e na sua morte Maninha, ela própria, respondeu àquela pergunta que me havia feito: o lugar dos povos indígenas não está na direita nem na esquerda, não está

no liberalismo nem no marxismo, ou seja, não está nos espaços institucionais constituídos pela racionalidade moderno-ocidental; está na “rua” – a rua, como perceberam Souza Júnior e Lyra Filho, como espaço de protesto, a rua como espaço de manifestação de novas sociabilidades e, por que não dizer, a rua como espaço de construção da interculturalidade.

Na rua, morte e vida se tocam. Como foi visto neste trabalho, na “rua” os povos indígenas marcham, exigem direitos. Na “rua” eles protestam, exigem respeito. Na “rua” eles se tornam visíveis aos olhos do Estado e da sociedade urbana não-indígena. Na “rua” eles constroem o novo a partir das relações de troca, de intercâmbio, de diálogo intercultural com outros setores igualmente excluídos, invisibilizados, subalternizados, e que para a “rua” também confluem em busca de visibilidade e de respeito à sua dignidade e aos seus direitos.

A elaboração deste trabalho, com a indagação de Maninha Xukuru-Kariri sempre presente (no marco do Estado territorial moderno, algum dia haverá espaço para os povos indígenas?) consistiu para mim num enorme desafio pessoal. Em dois sentidos. Primeiro, pelo mergulho no desconhecido. De frente para o Atlântico e de costas para a América do Sul, o que sabem o Brasil e os brasileiros sobre aos demais países da América Latina? Praticamente nada. Com o olhar voltado para a Europa Ocidental e o “grande irmão do norte”, o que sabemos sobre os povos indígenas da região andina e em especial os da Bolívia e do Equador? Menos ainda. Segundo, pela necessidade de encarar as contradições, os limites, os retrocessos, de um projeto jurídico-político há muito perseguido pelo vislumbre de uma possibilidade efetiva de transformação no Estado como *locus* de convivência mais horizontal e respeitosa entre a diversidade.

Com muito esforço pessoal esta tarefa foi realizada, levando a mais indagações do que a certezas, o que aponta para uma perspectiva de continuidade na observação dos desdobramentos dos fenômenos aqui analisados. Até onde irá o projeto de construção do modelo plurinacional de Estado no Equador e na Bolívia? Conseguirão os povos indígenas naqueles dois países resistir ao processo de criminalização pelo qual paradoxalmente vêm passando, conseguir retomar o seu papel político protagônico para, agora, impulsionar as transformações no Estado no sentido de efetivamente fazer funcionar aquele modelo dentro da perspectiva descolonial com a qual foi proposto? Ou sucumbirão, embora que momentaneamente, ciclicamente, diante das estratégias do “sistema-mundo” capitalista, de apropriação retórica dos elementos simbólicos de suas lutas para transformá-las, colonialmente, em mais um item de mercado? Isto só o tempo dirá.

Seja como for, pelo que pode aqui ser observado, algo mudou. A presença dos povos indígenas na “rua” se por um lado tornou visível (como chamam a atenção Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel) a colonialidade que rege as relações racializadas de poder e a hierarquização, também racializada, do saber, por outro tornou visível a atualidade da *luta descolonial*, e o importante papel, conforme chama a atenção Walter Mignolo, da atitude de *desobediência epistêmica*. Uma atitude que desnudou aquilo para o qual chama a atenção Ettiene Balibar, como sendo a formação mitológica da Nação ou do Estado-Nação.

Utilizar os termos “nação” e “nacionalidade” não para replicar modelos importados de identidade e relacionamento político, mas para ressignificá-los, inserindo-os na identidade daquelas coletividades (até então e ainda hoje academicamente jogadas na vala comum das formas de vida vistas por Morgan e Engels como arcaicas e “pré-políticas”), como estratégia no sentido de dotá-las de força política, visibilidade e legitimidade perante o Estado, marca de modo profundo a *opção descolonial* impulsionada por aqueles povos. Denunciar o Estado moderno, historicamente construído como um espaço hierarquizado e verticalizado de imposição de um poder político e jurídico calcado nas ideologias da monoculturalidade, da unijuridicidade e da uninacionalidade, em países historicamente marcados pela diversidade de formas de vida, originárias ou ancestrais, revela essa *opção descolonial* através do gesto profundamente corajoso da *desobediência epistêmica*, que denuncia e repele aquele *pensamento abissal* de que nos fala Sousa Santos. Propor, a partir daí, a desconstrução desse modelo de Estado, e a sua reconstrução “*desde abajo*”, a partir de um diálogo interculturalmente crítico e portanto horizontal e auto-reflexivo por parte de cada um dos setores envolvidos, é também uma atitude extremamente corajosa de *desobediência epistêmica*, ao mesmo tempo acompanhada daquela disposição para contribuir, na prática, com a transformação da realidade concreta, com a construção, como disse Maninha, daquele lugar para os povos indígenas, mas não apenas para eles, e também para os demais setores excluídos, subalternizados e invisibilizados.

A proposta de Estado Plurinacional impulsionada pelos movimentos indígenas não significa, portanto, um simples reconhecimento constitucional da diversidade étnica e cultural existente em seu território. Também não significa, de modo algum, a concessão pelo Estado, num gesto vertical e unilateral, “*desde arriba*”, de *status* autônomo àquelas identidades coletivas dentro de seus territórios como *reservas* apartadas da vida política de interesse comum. Também não significa uma concessão de parcela do poder do Estado em troca de distensões política locais ou regionais de base separatista.

A proposta – e a aposta, dos povos indígenas no Equador e Bolívia, é pela construção de um modelo de Estado descolonizado, que ao mesmo tempo em que respeite os modos de vida particulares, originários, seja um espaço jurídico, político e administrativamente erigido como um espaço de participação comum, que reflita, como traduz Catherine Walsh, um diálogo horizontal e interculturalmente crítico, onde os saberes existentes possam produzir um saber novo e não serem colonizados por um saber pretensamente superior, qualquer que seja a sua origem. Isso significa que não há espaço, ao contrário do que muitos entendem, para a concepção essencialista que muitas vezes acompanha os conceitos de “nação” e “nacionalidade” enquanto formas de identidade e lealdade política de grupos étnico-culturais definidos e auto-conscientes. Se por um lado, como afirma W. Connor, essa identidade étnica acompanha os povos indígenas ao se auto-identificarem enquanto nações ou nacionalidades em razão de sua vinculação a elementos como ancestralidade comum, língua materna e território definido sobre o qual se reivindica o exercício do poder autônomo, por outro lado há que considerar que, como afirma Benedict Anderson, tal identidade é, também, uma identidade imaginada, no sentido de que o imaginado também serve de condutor legítimo para a construção e a reconstrução de identidades múltiplas ou destroçadas que se recompõem, que se transformam no tempo e no espaço. Não se trata, portanto, de uma volta no tempo, mas de uma reconstrução para o futuro tendo como ponto de referência (e não de chegada) um passado imaginado, mas próprio, e não um passado colonialmente imposto que tem como referência a cultura europeia-ocidental. Assim, não só o Estado-nação constitui um mito, como também a ideia da nação ancestral tomada em sua forma essencial e que nega as transformações pelas quais passou e, conseqüentemente, a ideia de que venha a sofrer transformações inclusive necessárias do ponto de vista de seu poder auto-reflexivo. A proposta de construção do Estado Plurinacional é, portanto, uma grande ousadia no campo da desobediência epistêmica, de construção de um espaço plural altamente complexo, forjado por identidades coletivas individuais historicamente invisibilizadas e subalternizadas. Apesar de sua formalização constitucional, choca-se frontalmente com os interesses do “sistema-mundo” capitalista e daí os ataques que vem sofrendo no sentido de sua “desconstitucionalização”.

Por fim, quanto ao Brasil, a presença em seu território de uma rica diversidade étnico-cultural, formada sobretudo pelos povos indígenas mas também por outras expressões de identidade coletiva, constitui em tese uma base – material e ideológica –, sobre a qual teria sido possível pensar e concertar um modelo estatal calcado em expressões nacionais plurais, ou seja,

na plurinacionalidade. Creio que essa rica diversidade possa se constituir numa importante matéria prima para a constituição daquele projeto. Mas ela, por si só, não é suficiente.

A ideia de um Estado plurinacional passa pela necessidade de uma mudança radical nas bases político-ideológicas e nas estruturas político-jurídicas do Estado. E no caso do Brasil há ainda um complicador a mais. Refiro-me aqui à necessidade de se atingir um necessário grau de consciência no sentido de serem superadas as amarras do chamado “vício tutelar”, que ainda hoje continua regendo as relações entre Estado e povos indígenas. Trata-se, creio, de um tipo de relação, historicamente sedimentada, que alimenta a chamada “colonialidade do ser”, na medida em que reforça a ideia há muito introjetada nos indígenas e sobre os indígenas, enquanto portadores de uma espécie de incapacidade crônica e, portanto, inferiores.

Reconheço que muito já se avançou neste sentido, como o tem demonstrado constantemente as incessantes lutas indígenas pela demarcação e devolução de seus espaços territoriais e na ocupação de espaços colegiados de relacionamento com o Estado no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas. Mas muito há ainda a ser feito no sentido da superação dessa forma de colonialidade.

No caso do Brasil, com todas as suas particularidades e diferenças em relação à realidade indígena na região andina (povos em sua maioria de população numericamente reduzida, imersos num Estado de extensão territorial gigantesca, historicamente submetidos a um Estado tutelar, paternalista e clientelar, só há poucas décadas saídos de uma situação de isolamento político) não seria de modo algum apropriado pensar na questão da plurinacionalidade do Estado em termos de simples cópia de modelos. Uma ideia assim não teria sido aplicada nem mesmo entre a Bolívia e o Equador, uma vez que entre os modelos adotados por ambos são visíveis as diferenças.

Contudo, seja pela forma seja pela política que adota, seja pelas decisões que profere e seja pelas modificações legislativas que propõe, o Estado brasileiro continua sendo um Estado marcado pela colonialidade, um Estado que teme a plurinacionalidade como decretação do fim de sua própria existência e assim prefere se apegar ao mito da identidade nacional e cultural comum. Até quando? O tempo dirá.

Referências

- ACTON, John Emerich Edward Dalberg. **The History of Freedom and Other Essays**, ed. John Neville Figgis and Reginald Vere Laurence. London: Macmillan, 1907.
- AFONSO, Henrique Weil e MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. “**O Estado Plurinacional da Bolívia e do Equador: Matrizes para uma Releitura do Direito Internacional Moderno**”. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 17 – jan./jun. 2011.
- ALBÓ, Xavier. “**Justicia indígena en la Bolivia plurinacional**”. In: SOUSA SANTOS e RODRÍGUEZ (Eds.). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Bolívia*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012; pp.201-248.
- _____. **Movimientos y Poder Indígena en Bolivia, Ecuador y Peru**. La Paz: Cipca, 2008.
- ALBÓ, Xavier e ROMERO, Carlos. **Autonomías Indígenas en la Realidad Boliviana y su Nueva Constitución**. La Paz : Vicepresidência del Estado Plurinacional, 2009, 153pp.
- ALCOREZA, Raúl Prada. “**La desaparición de la Consulta a los pueblos indígenas**”. Bolpress. La Paz, 19.Ago.2013. Disponível em: < <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013081906> >.
- _____. “**Bolívia: el nuevo etnocídio. El proyecto de ley de consulta anti-indígena**”. La Paz, 13.Fev.2013. Disponível em: < <http://servindi.org/actualidad/81904> >.
- _____. “**Desiderátum en la Transición**”. Setembro de 2010. Disponível em: <<http://sucree.indymedia.org/es/2010/09/46445.shtml>>.
- ALMEIDA, Ileana. “**Ecuador: Razones y verdades de los indígenas**”. Redci.Quito, 14.Jul.2010. Disponível em: <<http://old.kaosenlared.net/noticia/ecuador-razones-verdades-indigenas>>.
- _____. “**Consideraciones sobre la nacionalidad Kechwa**”. Lengua y Cultura en el Ecuador; ed. Ileana Almeida, 11-48. Otavalo, Ecuador: Instituto Otavaleño de Antropología, 1979.
- AMELLER, Vladimir *et alli*. **El Derecho a la Consulta Previa de los Pueblos Indígenas en América Latina**.La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2011.
- AMIN, Samir. **El Eurocentrismo. Crítica de una ideología**. [Título original: *L'eurocentrisme: Critique d'une ideologie*.] Traducción Rosa Cuminsky de Cendrero. Mexico, Ediciones Siglo Veintiuno, 1989.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. [Título original: *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*]. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; 330pp.
- ANDRADE, Manuel Correia. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS, Milton *et all*. Território: Globalização e Fragmentação. 4.^a ed., São Paulo: Hucitec, 1998.
- ARAMAYO, Eulogio Núñez. **Quinta marcha indígena y campesina. Una mirada desde adentro**. Jueves, 05 Julio 2007. Disponível em: < http://www.cipca.org.bo/index.php?option=com_content&view=article&catid=84&id=1845 >. (Acesso: maio/2013);

ARENAS, Vania Sandoval (Coord.). **Territorio y Poder en la Ley Agraria Fundamental**. Separata. Artículo Primero [periódico]. Santa Cruz de la Sierra, agosto de 2003. Disponível em: < http://www.cejis.org/archivo/pub/revsepcaart/separata_12.pdf >

ASTESANO, Eduardo. **Juan Bautista de América**. Buenos Aires: Castañeda, 1979.

BAGEHOT, Walter. **Phisics and Politics**. Londres, 1887.

BALDI, Cario. “**Autodeterminação**” [verbetes]. In: Norberto BOBBIO, *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Política**. [Tradução Carmem C. Varreale *et al.*]. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial. 5.ª ed., Vol. 1., 2004; pp.70-74.

BALIBAR, Étienne. **La forma nación: historia e ideología**. In: Immanuel WALLERSTEIN e Étienne BALIBAR. **Raza, Nación y Clase**. Madrid: IEPALA, 1991.

BARBOSA, Marco Antônio. **Autodeterminação: Direito à Diferença**. São Paulo: Plêiade: Fapesp, 2001; 452p.

BARKER, Ernest. **National Character and the Factors in its Formation**. London, 1927.

BARIÉ, Cletus Gregor. **Pueblos Indígenas y Derechos Constitucionales en América Latina: un Panorama**. 2.ª edición actualizada y aumentada, Bolivia, 2003: Instituto Indigenista Interamericano (México), Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (México) y Editorial Abya-Yala (Ecuador).

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “**Los pobladores del ‘desierto’. Genocídio, etnocídio y etnogénesis em la Argentina**”. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*. N.º 10/2004. Identités: positionnements des groupes indiens em Amérique latine. Disponível em: < <http://alhim.revues.org/index103.html> >. (Acesso: maio/2012).

_____. “**Prezas y relocalizaciones de indígenas en América Latina**”. *Anales de Antropología* n.º30. México. UNAM, 1993, p.127. Disponível em: < <http://www.revistas.unam.mx/index.php/antropologia/article/view/16979> >. (Acesso: jun/2013).

BATISTA, Paulo Nogueira. “**O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latinoamericanos**”. In: Barbosa Lima SOBRINHO *et all* (Orgs). *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BAUER, Otto. **Die Nationalitätenfrage und die Socialdemocratie**, Viena, 1907.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

BECKER, Marc. “**Indigenous Movements from Oppressed Nationalities to an Ethno-Nationalist Discourse**”. In: Christine HUNEFELDT and Leon ZAMOSC (Eds.). *Ethnicity From Various Angles and Though Varied Lenses*. Portland & Ontario: Sussex Academic Press, 2010, pp.192-208.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)**. 2010. 464 f., il. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6959/1/2010_PolieneSoaresdosSantosBicalho.pdf >.

BLUNTSCHLI, J. K. **Théorie Générale de l'État**. Ed. Alcan, Paris, 1910.

BOBBIO, Norberto. “**Desobediência Civil**” [Verbete]. In: Norberto BOBBIO; Nicola MATTEUCCI; Gianfranco PASQUINO. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB. São Paulo: Imprensa Oficial; 2vols., 5.ª ed., 2004.

BOLIVIA, Estado Plurinacional de. Ministério de Autonomías. **Esquema Modélico de Contenidos para Estatutos Autonómicos y Cartas Orgánicas Municipales**. La Paz, marzo 2009, 55pp.

_____. Servicio Estatal de Autonomías. **Estado de Situación de las Autonomías en Bolivia: una mirada a tres años**. Serie Autonomía para la Gente, vol.3. La Paz: SEA, s/d (2013?). Disponível em: <<http://www.autonomia.gob.bo/portal3/images/stories/a%20tres%20anos%20de%20las%20autonomias.pdf>>.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3.ª Ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

BRANDÃO, Pedro. **O Novo Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano: participação popular e cosmovisões indígenas (Sumak Kawsay e Pachamama)**. 2013. Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Jurídicas / Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BRUIT, Hector Hernán. **Bartolomé de Las Casas e a Simulação dos Vencidos: Ensaio sobre a Conquista Hispânica da América**. São Paulo: Editora da Unicamp: Editora Iluminuras; 1995.

BREUILLY, John. **Nationalism and the State**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

CANQUI, Roberto Choqui. “*Sociedad Republica del Collasuyu*”. Disponível em: <<http://www.katari.org/cultural/collasuyo.html>>. (Acesso: mai/2013).

CARBONELL, Miguel. “**El constitucionalismo en su laberinto**”. In Miguel CARBONELL (Ed.). *Teoría del Neoconstitucionalismo. Ensayos Escogidos*. Madrid: Editorial Trotta, 2007; pp. 9-13.

_____. “**Constitucionalismo, minorías y derechos**”. Isonomía: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n.º 12 (abril 2000); pp.95-118. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/constitucionalismo-minoritas-y-derecho-0/>> (Acesso: Ago/2013).

CARRIÓN, Patricia. **Análisis de la Consulta Prévia, Libre e Informada en el Ecuador**. Quito: Fundación Konrad Adenauer Stiftung, 2011.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. “**Colonialismo Interno: una redefinición**”. In: Atilio BORÓN *et al* (Orgs). *La Teoría Marxista Hoy: Problemas y Perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO; 2006, pp.409-432.

CHALLAPA, Cristina Lipa. “**Mallku Khota, otro caso conflictivo y sin consulta previa**”. CIPCA Cochabamba, 29.May.2012. Disponível em: <http://cipca.org.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=2527:mallku-khota-otro-caso-conflictivo-y-sin-consulta-previa-&catid=144:cipca-notas-2012&Itemid=152>.

CHOLANGO, Raul. “**Plurinacionalidad según los pueblos**”. Red Ecuachaski de comunicadores Kichwas Region Norte. Cayambe, 24 de noviembre de 2007. Disponível em: <http://www.ecuarunari.org/es/info_especiales/anc/plurinacionalidad.html>. (Acesso: dez/2012)

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política**. [Tradução: Théo Santiago.]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CLAVERO, Bartolomé. “**Formas de Empleo de la Sentencia sobre el Tipnis**”. 22.jun.2012 Disponível em: <<http://www.fobomade.org.bo/art-1792>>.

_____. “**La Consulta en Serio**”. 29.Mayo.2012. Disponible em:< <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2012052903> >.

_____. “**Corte Constitucional contra Pueblos Indígenas**”. ALAI, 01.Abr.2010. Disponible em:< <http://alainet.org/active/37100&lang=es> >.

_____. **Genocidio y Justicia: La destrucción de las Indias, ayer y hoy**. Madrid: Marcial Pons, 2002.

CONNOR, Walker. **Etnonacionalismo**. [Título original: *Ethnonationalism: The quest for understanding*]. Traducción Maria Corniero. Madrid: Trama Editorial, 1998. 212pp.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional**. 2012. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponible em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08012013-143125/pt-br.php> >.

CRISPIN, David. “**Conamaq muralla dura de tumbar. Con o sin ‘resguardo’ policial, vigilia indefinida**”. La Paz, 22.Dez.203. Disponible em: <<http://servindi.org/actualidad/98348> >.

CUSICANQUI, Sílvia Rivera. **Oprimidos, Pero no Vencidos: Luchas del Campesinado Aymara y Quechwua – 1900-1980**. 4.ª ed. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

DALMAU, RUBÉN MARTINEZ. “**Los nuevos paradigmas constitucionales de Ecuador y Bolivia**”. La Tendencia. Revista de Análisis Político n.º 9, Quito, marzo-abril 2009, pp. 37-41. Disponible em:<<http://flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/4663/1/RFLACSO-LT09-07-Martinez.pdf> >.

DÁVALOS, Pablo. **La Plurinacionalidade del Estado y las aporías del liberalismo**. Vol. 15, N.º 29 (2013): GEOgraphia; pp.8-22. Disponible em: < <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/594/359> >.

DE LA CRUZ, Pedro. Entrevista. In: AGENCIA DE LOS PUEBLOS EN PIE. “**La Interculturalidad en la nueva época de cambio en el Ecuador**”. Quito, 21.03.2008. Disponible em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/03/415103.shtml> >.

DEL PRADO, José Nuñez. **Economías Indígenas. Estados del Arte desde Bolivia y la Economía Política**. La Paz: CIDES - UMSA, 2009. (Colección 25 aniversario).

DEUTSH, Karl. **Nationalism and Social Communication: An Inquiry into the Foundations of Nationality**. 1.ª ed. Cambridge (Massachusetts), 1956.

DIECKHOFF, Alain. **A Nação em Todos os seus Estados – As identidades nacionais em movimento**. [Título original: *La Nación dans tous ses États*.] Tradução: Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 2001; 278pp.

DUE PROCESS OF LAW FOUNDATION. **El Derecho a la Consulta Previa, Libre e Informada de los Pueblos Indígenas. La situación de Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú**. Lima: OXFAM, 2011. Disponible em: < http://www.observatori.org/documents/INFORME_DERECHO_CONSULTA_2011.pdf >.

DUSSEL, Henrique. **1492. El Encubrimiento del Otro. Hacia el origen del “Mito de la Modernidad”**. La Paz, Plural Editores, Universidad Mayor de San Andrés; 1994; 186pp.

ÉGIDO, Iván. “**Autonomías Indígenas en la Ley Marco de Autonomías y Descentralización Avances, retrocesos y perspectivas**”. p.255-286. In: Marcelo Varnoux Garay *et all*. Bolivia en la

senda de implementación de la Ley Marco de Autonomías y Descentralización (LMAD). Evaluación, análisis crítico y perspectivas futuras. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2010; 464pp.

ESCÁRZAGA, Fabíola. **Comunidad indígena y revolución en Bolivia: el pensamiento indianista-katarista de Fausto Reinaga y Felipe Quispe**. Política y Cultura, n.º 37, México, 2012. Disponible em < http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-7742201200010000_9&script=sci_arttext >. (Acceso: abr/2013).

FAJARDO, Raquel Yrigoyen. “**El Horizonte del Constitucionalismo Pluralista: del multiculturalismo a la descolonización**”. In: César Rodríguez GARAVITO (Coord.). *El Derecho en America Latina: Un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011; pp.139-159.

_____. “**Hitos del reconocimiento del pluralismo jurídico y del derecho indígena en las políticas indigenistas y del constitucionalismo andino**”. In Mikel BERRAONDO (Coord.). *Pueblos Indígenas y Derechos Humanos*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2006; p.537-567.

_____. “**Los presidentes no quieren consultar por temor a una negativa**”. FUNDACIÓN TIERRA. *Memoria II Seminario Bolivia Post-Constituyente. Derechos Indígenas en el Estado Plurinacional*. La Paz, 18-20.Oct.2010.

FANON, Frantz. **Los Condenados de la Tierra**. [Título original em francês: “*Les damnés de la terre*”.] Traducción de Julieta Campos. Santa Fé: Kolectivo Editorial “Último Recurso”, 2007, 259pp.

FEITOSA, Saulo Ferreira. **A Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI): Novas e Velhas Relações entre o Estado Brasileiro e os Povos Indígenas**. 2013. Dissertação de Mestrado – Centro de Ciências Humanas / Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

FERNÁNDEZ, Raúl Llásag. “**Movimiento indígena del Ecuador a partir del siglo XX: Viabilizando el resurgir, sus avances y retrocesos**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds.). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012; pp.83-156.

_____. “**Justicia indígena ¿delito o construcción de la plurinacionalidad?: La Cocha**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds.). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012; pp.321-372.

FERRAJOLI, Luigi. “**Sobre Los Derechos Fundamentales. Ensayos Escogidos**”. In Miguel CARBONELL (Ed.). *Teoría del Neoconstitucionalismo*. Madrid: Editorial Trotta, 2007, pp.71-90.

_____. “**Igualdad y Diferencia**”. In: Luigi FERRAJOLI. *Derechos y Garantías. La Ley del más Débil*. Madrid: Editorial Trotta, 4.ª ed., 2004; pp.73-96.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à Pesquisa no Direito**. São Paulo: Ed. Campus, 2009; pp. 77-78.

GALASSO, Norberto, **Seamos Libres y lo Demás no Importa Nada: Vida de San Martín**. 1.ª ed., 2.ª Reimp. Buenos Aires: Colihue, 2007.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**. Mexico: Editorial Porrúa, 1916.

GARCÉS, Fernando (Coord.) **El Pacto de Unidad y el Proceso de Construcción de una Propuesta de Constitución Política del Estado**. La Paz, 2010.

GARCÉS V., Fernando. “Os esforços de construção descolonizada de um Estado Plurinacional na Bolívia e os riscos de vestir o mesmo cavaleiro com um novo paletó”. In: Ricardo VERDUN (Org.). *Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009; pp.167-192.

GARGARELLA, Roberto. “Pensando sobre la reforma constitucional en America Latina”. In: César Rodríguez GARAVITO (coord.). *El Derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011; pp.87-108.

GARGARELLA, Roberto e COURTIS, Christian. **El nuevo constitucionalismo latinoamericano: promesas e interrogantes**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2009. Serie Políticas Sociales n.º 153; p.11. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/37882/sps153-dds-constitucionalismo.pdf>>

GONZALES HOLGUÍN, Diego [1608]. **Vocabulario de la lengua general... llamada lengua Quichua o del Inca**. Lima, Instituto de Historia, Universidad de San Marcos, 1952.

GELLNER, Ernest. **Naciones y Nacionalismo**. [Título original: *Nations and Nationalism*]. Versión española de Javier Seto. Madrid, Alianza Editorial, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ª ed., São Paulo: Atlas, 2008; p.27.

GRAMISCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. [Título original: *Gli intellettuali e l'Organizzazione della Cultura*]. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 4.ª ed., 1982.

GREENFELD, Liah. “Nationalism in Western and Eastern Europe Compared”. In: Stephen E. HANSON & Willfried SPOHN (Eds.). *Can Europe Work? Germany & the Reconstruction of Postcommunist Societies*. Seattle & London: University of Washington Press, 1995

GROSFUGUEL Ramón & MIGNOLO, Walter (2008). “Intervenciones Coloniales: una Breve Intervención”. *Tabula Rasa*. Bogotá – Colômbia, n.º.9: 29-37, julho-dezembro 2008.

GUZMÁN, Fredy Villagomez. “Anteproyecto de Ley de Consulta consensuado genera recelo y descontento”. *Cipca*, La Paz, 23.Ago.2013. Disponível em: <http://www.cipca.org.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=2949:anteproyecto-de-ley-de-consulta-consensuado-genera-recelo-y-descontento-en-algunas-organizaciones-indigenas&catid=176:cipcanotas-2013&Itemid=210>.

HABERMAS, Jürgen. **Identidades Nacionales y Postnacionales**. 3.ª ed. Madrid: Tecnos, 2007.

_____. **A Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política**. 2.ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A Constelação Pós-nacional: Ensaio políticos**. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HAESBAERT, Rogerio. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”. *Anais: Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Rural - ANPUR*. V.9 (2001). pp.1769-1777. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2314/2261>>.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niteroi: EdUFF, 1997.

HALL, Gillian & PATRINOS, Harry Anthony (Eds). **Indigenous Peoples, Poverty and Human Development in Latin America: 1994-2004**. New York, N.Y.: Palgrave MacMillan, 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/FinalExecutiveSummary_Eng_May05.pdf>. (Acesso: jul/2011).

HAUPT, Georges; LÖWY, Michel e WEILL, Claudie. **Les Marxistes et la Question Nationale – 1848-1914**. 2.^a Ed., Paris: L’Harmattan, 1997.

HAYES, Carlton J. H. **Essays on Nationalism**, 1926.

_____. **The Historical Evolution of Modern Nationalism**. New York, 1931.

_____. **Nationalism: a Religion**. New York: The Macmillan Company, 1960.

HEGEL, Georg W. Friedrich. **The Philosophy of History**. [Título original: *Vorlesungen Über Die Philosophie Der Geschichte*] Tradução J. Sibree. Batoche Books, Kitchener, Ontario; 2001; 485pp.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. [Título original *Nations and Nationalism since 1780 – Program, Mith, Reality*]. Tradução Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, 230 pp.

HROCH, Miroslav. “**From National Movement to the Fully-formed Nation: The Nation-building Process in Europe**”. In: Gopal BALAKRISHNAN (Ed.). *Mapping the Nation*. New York & London: Verso, 1996.

HUANKA, Felipe Quispe. “**Tupaj Katari vive y vuelve, karajo!**”. La Paz, Pachakuti, 1989.

HUNTER, Frederich. *Christian Science Monitor*. 8 de janeiro de 1970. KAUTSKY, Karl. *Nationalität und Internationalität*. Suplemento da revista *Neue Zeit*, n.º 1, 1907-1908.

HURTADO, Francisco. “**Análisis sobre la criminalización actual en el Ecuador**”. CDES, Quito, s/d. (2011?) Disponível em: <http://observatorio.cdes.org.ec/component/docman/doc_download/978-analisis-sobre-la-criminalizacion-actual-en-el-ecuador?Itemid=>.

HURTADO, Javier. **El Katarismo**. La Paz: HISBOL, 1986.

KINGMAN, Santiago. “**Entre la asimilación y la diferencia: la Asamblea Constituyente y los territorios indígenas**”. *Iconos*. Revista de Ciencias Sociales. Num. 32, Quito, septiembre 2008, pp. 25-29. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec/docs/i32skingman.pdf>>.

KLEIN, Herbert S. “**O fim da sociedade colonial e a criação de uma nação independente (Séculos XVIII e XIX)**”. In: Marco A. PAMPLONA e Maria Elisa MÄDER (Orgs.) *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. Tradução Lucianne Sommer. São Paulo: Paz e Terra, 2010, pp.129-191.

KOHN, Hans. **The Idea of Nationalism: A Study in Its Origins and Background**. N.Y., 1944.

KYMLICKA, Will. **Multicultural Citizenship: a Liberal Theory of Minority Rights**. Oxford: Clarendon Press, 2003.

LACERDA, Rosane Freire. “**Responsabilidade penal e situação carcerária dos indígenas no Brasil: Uma realidade a ser desvelada**”. In: CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2010*. Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/pub/pub_blicacoes/1309466437_Relatorio%20Violencia-com%20capa%20-%20dados%202010%20\(1\).pdf](http://www.cimi.org.br/pub/pub_blicacoes/1309466437_Relatorio%20Violencia-com%20capa%20-%20dados%202010%20(1).pdf)>.

_____. **Diferença não é incapacidade. O mito da tutela indígena**. São Paulo: Baraúna, 2009.

_____. “**A Visão do STF sobre os Indígenas: Algo a Comemorar?**”. Brasília, Observatório da Constituição e da Democracia (Observatório C&D) n.º 33. UnB - Faculdade de Direito. <http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=519%3Aa-visao-do-stf-sobre-os-indigenas-algo-a-comemorar&catid=180%3Aacad-noticias-menor-impacto&Itemid=2829&lang=br>.

_____. **Os Povos Indígenas e a Constituinte – 1987/1988**. Brasília: Cimi, 2008.

_____. **“O Governo Lula e a visão dos Povos Indígenas como ‘potenciais de risco à estabilidade institucional’**”. Brasília : Cimi, 2004. Disponível em: < <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=320> >.

LANGER, Erick D. **“The Great Southern Bolivian Indian Rebellion of 1927: a Microanalysis”**, paper delivered at 46th International Congress of Americanists, Amsterdam, July 1988.

LA PEÑA, Guillermo. **“As mobilizações rurais na América Latina após 1920”**. In: Leslie BETHELL (Org.). *História da América Latina*. Vol. VII: *A América Latina após 1930: Estado e Política*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp.355-469.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **“Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”**. Prosvetchénie n.º 4, 5 e 6. Abril-Junho de 1914. Tradução: Edições "Avante!" com base nas Obras Completas de V. I. Lênine, 5.ª ed. em russo, t. 25, pp. 255-320. Disponível em: < <http://www.marxists.org/portugues/lenin/escollidas/index.htm> >. (Acesso: set/2012).

LINERA, Álvaro García. **El “Oenegismo”, Enfermedad Infantil del Derechismo (O cómo la “reconducción” del Proceso de Cambio es la restauración neoliberal)**. La Paz : Vicepresidencia del Estado Plurinacional : Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011. Disponível em: < <http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/el-oenegismo.pdf> >.

_____. **A Potência Plebeia. Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. Tradução Mouzar Benedito e Igor Ojeda. São Paulo: Boitempo, 2010; 349pp.

LÓPEZ A. Adrián; CELLIS, Paula Cubillos. **Análisis del Referéndum Constitucional 2008 en Ecuador**. Iconos. Revista de Ciencias Sociales. N.º 33, Quito, Enero 2009, pp.13-20. Disponível em: < <http://pdba.georgetown.edu/Elecddata/Ecuador/refconst08.html> >.

LÖWY, Michael. **“O Sonho naufragado: a Revolução de Outubro e a questão nacional”**. PUC-SP; NEILS. Revista Lutas Sociais, vol. 7 (mar.2001). Disponível em: < http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_michael_lowy.pdf >. (Acesso: jul/2012).

LLOBERA, Josep R. *Recent Theories of Nationalism*. Barcelona, Institut de Ciències Polítiques i Socials, WP n.º 164, 1999. Disponível em: < <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.134.2256&rep=rep1&type=pdf> > (Acesso: fev/2012).

LLUCO, Miguel. **“Acerca del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País”**, In: Fabíola ESCÁRZAGA & Raquel GUTIÉRREZ (Coords). *Movimiento Indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo*. Mexico: Unam; UACM; 2005.

LUCAS, Kintto. **“ ‘Mama cuna, runa cuna, ...’. El desprecio del poder al idioma del contrapoder...”**. Caracas, 27.jul.2008. Disponível em: <<http://www.analitica.com/va/sociedad/articulos/8155186.asp> >.

LUCERO, José Antonio. **Arts of Unification: Political Representation and Indigenous Movements in Bolivia and Ecuador**. Princeton University, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Questão Nacional e a Autonomia**, 1909.

MACHADO, Lia Zanotta. **Comunitarismo indígena e modernidade: contrastes entre o pensamento brasileiro e andino**. Série Antropologia nº 169. Brasília: UnB, 1994; p.6. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie169empdf.pdf> >.

MADRID, Raúl L. **Indigenous Parties and Democracy in Latin America**. Latin American Politics and Society [1531-426]. Ano: 2005, vol. 47, nº: 4, pp.161-179.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. “**Bioética no Estado de Direito Plurinacional**”. In: Revista Direitos Culturais, vol. 5, n. 8, p. 13-26, 2010.

_____. “**O Estado Plurinacional na América Latina**”. Disponível em: < <http://joseluizquadrodemagalhaes.blogspot/2010/09/41-Pluralidade-clima-conferencia.html> >.

MALDONADO, Ana María Larrea. “**Territórios y Autonomías en la Nueva Constitución**”. In: Alberto ACOSTA *et alli*. **Entre el Quiebre y la Realidad. Constitución 2008**. Quito: Ediciones Abya Yala, 2008., pp.87-100.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. 3.^a ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho; 2007.

MACKAY, Fergus. **Los Derechos de los Pueblos Indígenas en el Sistema Internacional. Una Fuente Instrumental para las Organizaciones Indígenas**. Lima: Asociación Pro Derechos Humanos - APRODEH: Federación Internacional de Derechos Humanos – FIDH, 1999.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “**A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade**”. In: Boaventura de Sousa SANTOS e Maria Paula MENESES (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009; p.337-382.

_____. “**Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**”. In: Santiago CASTRO-GÓMEZ e Ramón Grosfoguel (Eds.). **El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007; pp.127-167.

MAMANI RAMÍREZ, Pablo. **El poder de las multitudes indígenas. Fuerzas internas y violencia estatal en Jach'a Omasuyus, Bolivia (2000 - 2001)**. Tesis. Maestría en Ciencias Sociales con mención en Estudios Étnicos, Flacso Sede Ecuador. Quito; may-2005; 233p. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10469/101> >. (Acesso: abr/2013).

MAZZINI, Giuseppe. **Deveres do Homem**. Tradução Antonio Piccarolo e Leonor de Aguiar. In: W. M. Jackson. Pensadores Italianos. Clássicos Jackson. Volume XXVI. Rio de Janeiro, 1950. Digitalização, revisão para o português do Brasil e Versão para [eBooksBrasil.com](http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/mazzini.html). Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/mazzini.html> >. (Acesso: set/2011).

MEINECKE, Friedrich. **Weltbürgertum und Nationalstaat: Studien zur Genesis des Deutschen Nationalstaates**. München und Berlin, 1922.

MENDIETA, Pilar. **Entre la Alianza y la Confrontación. Pablo Zarate Willka y la Rebelion indígena de 1899 en Bolivia**. Lima: La Paz, Bolivia: Instituto Francés de Estudios Andinos, UMIFRE 17, CNRS-MAEE; Plural editores, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2010, 126p.

_____. “**La Opción Descolonial**”. Letral – Revista Electrónica de Estudios Transatlánticos de Literatura – Universidad de Granada, Espanha. N.º 1, ano 2008, p.10. Disponível em: < www.proyectoletral.es/revista/descargas.php?id=4 >. (Acesso: nov/2012).

_____. “**Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica**”. In: Boaventura de Sousa SANTOS (ed.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ‘ciências’ revisitado*. São Paulo: Cortez Editora, 2004, pp.667-709.

MILL, John Stuart. **Considerations on Representative Govern**. People’s edition. London: Longman, Green; Longman Roberts and Green, 1865.

MITRE, Antônio. “**Estado, nação e território na Bolívia oligárquica, 1850-1914**”. In: Marco A. PAMPLONA e, Maria Elisa MÁDER (Orgs.) *Revoluções de Independências e Nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. Tradução Lucianne Sommer. São Paulo: Paz e Terra, 2010, pp.194-237.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Esprit des Lois**. Paris: Librairie de Firmin Didot Freres, 1862. Disponível em: < http://books.google.fr/books?id=2boOAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false >. (Acesso: abr/2013).

MORA, Enrique Ayala. **La Plurinacionalidad vs. Interculturalidad**. Quito, Revista Opción Socialista. Edición Especial. Ns 38-40, Mayo – julio/2013, pp. 22-28. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/151543172/Revista-opcion-socialista-edicion-especial> >.

MORALES, Ramiro Condarco. **Zárate: El “Temible” Willka. Historia de la Rebelión Indígena de 1889**. 3.ª ed., Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2011.

MYERS, Jorge. “**Língua, história e política na identidade argentina, 1840-1880**”. In: Marco A. PAMPLONA e, Don H. DOYLE (Orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: A Formação de Estados-Nação no século XIX*. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MURRA, John V. “**Waman Puma, Etnógrafo del Mundo Andino**”. In: Felipe Guaman POMA. *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* [1615]. Colección América Nuestra. Ediciones Siglo Veintiuno, 3.ª ed., 1992.

ORBE, Rodrigo Trujillo. “**El Derecho de las Nacionalidades y Pueblos a conformar circunscripciones Territoriales Indígenas (CTIs)**”. Equipo Jurídico INREDH, 16.Jun.2010. Disponível em: <http://www.inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=303%3Acircunscripcion-territorial&Itemid=57>.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. **Antecedentes de la labor de la OIT respecto de los pueblos indígenas y tribales**. Disponível em: < <http://www-ilo-mirror.cornell.edu/public/spanish/indigenous/background/index.htm> >.

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. **O Processo de criação e Consolidação do Movimento Pan-indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997; 357pp. Dissertação (Mestrado em Antropologia) _ UnB, Brasília.

PAMPLONA, Marco A. & DOYLE, Don H. (Orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo – A formação de Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008; 461pp.

PARELLADA, Alejandro. “*El movimiento indígena y las elecciones nacionales*”. In: IWGIA. **El Mundo Indígena – 2007**. Copenhagen: IWGIA, 2007, p.170.

PASTOR, Roberto Viciano & DALMAU, Rúben Martínez. “**Aspectos generales del nuevo constitucionalismo latinoamericano**”. In: Corte Constitucional de Ecuador para el período de transición. *El nuevo constitucionalismo en América Latina: Memorias del encuentro internacional “el nuevo constitucionalismo: desafíos y retos para el siglo XXI”*. Quito: Corte Constitucional del Ecuador, 2010; pp.13-43.

_____. “¿Se puede hablar de un nuevo constitucionalismo latinoamericano como corriente doctrinal sistematizada?” Disponible em: <<http://www.juridicas.unam.mx/wcccl/ponencias/13/245.pdf>>.

PERALTA, Pablo Ospina. “**Estado Plurinacional y autogobierno territorial, demandas indígenas en Ecuador**”. In: Miguel GONZÁLEZ et all (Coords). *La autonomía a debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América Latina*. Quito: Flacso : GTZ : IWGIA : CIESAS : UNICH, 2010. Disponible em: <http://servindi.org/pdf/Autonomia_a_debate.pdf>.

POMA, Felipe Guamán [Waman Puma]. **El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno** [1615]. Colección América Nuestra. Ediciones Siglo Veintiuno, 3.^a ed., 1992.

PLATA, Wilfredo. “**De Municipio a Autonomía Indígena. Los once municipios que transitan a la Autonomía Indígena Originaria Campesina**”. In: CHUMACERO R., Juan Pablo (Coord). *Reconfigurando Territorios. Reforma Agraria, Control Territorial y gobiernos indígenas en Bolivia*. FUNDACIÓN TIERRA. La Paz, 2010.

PREZIA, Benedito (Org.). **Caminhando na Luta e na Esperança. Retrospectiva dos últimos 60 anos da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do Cimi**. São Paulo: Edições Loyola: Cimi: Cáritas Brasileira. 2003; p.164.

PROGRAMA DE NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). Equipo de Gobernabilidad Democrática. Oficina en Bolivia. **Quinta Marcha Nacional Indígena por la recuperación de los territorios indígenas y la modificación de la Ley INRA (2006)**. Disponible em: <<http://www.gobernabilidad.org.bo/piocs/tierra-y-territorio/quinta-marcha-nacional>> (Acesso: maio/2013).

_____. **Tercera Marcha Indígena, Campesina y de Colonizadores por la Tierra, el Territorio y los Recursos Naturales** (2000). Disponible em: <<http://www.gobernabilidad.org.bo/piocs/tierra-y-territorio/tercera-marcha-indigena>>. (Acesso: jun/2013).

PROUDHON, Pierre-Joseph. **France et Rhin**. Paris, A. Lacroix, Verboeckhoven et C'ele Editeurs, Librairie L'internationale, 1867; 212pp.

QUIJANO, Aníbal. “**Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**”. In: Edgardo LANDER (Org.). *A Colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Disponible em: <<http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/cliff/CULTURA%20E%20IDENTIDADE/BIBLIOGRAFIA/03%20QUIJANO%20Colonialidade%20do%20poder%202005.pdf>>. (Acesso: jun/2012).

_____. “**Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin América**”. Napanla: *Views fom South*, Duke University Press. 1 (3), 533-580. Disponible em: <<http://www.unc.edu/~aescobar/wan/wanquijano.pdf>>. (Acesso: jan/2012).

_____. “**Colonialidade do Poder e Classificação Social**”. In: Boaventura de Sousa SANTOS e Maria Paula MENESES (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. “**The challenge of the ‘indigenous movement’ in Latin America**”. Socialism and Democracy [0885-4300]. Ano: 2005, vol.19, n° 3, pp. 55-78.

_____. “**Colonialidad y modernidad-racionalidad**”. In: Heraclio BONILLA (Comp.). *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Ecuador: Libri Mundi, Tercer Mundo Eds., 1992,437-448.

QUINTANILLA, Juan Carlos Pinto (Coord.). **Enciclopedia Histórica Documental del Proceso Constituyente Boliviano** – Tomo 1, Vol.1 (“En los Umbrales de la Asamblea Constituyente – Antecedentes e inicio”). La Paz: Vicepresidencia de la República, 2011. Disponível em: < http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/tomoi_v1.pdf >.

RAMÍREZ, Pablo Mamani. “**Dictadura jurídica boliviana en contra del Ayllu Mallku Qota**”. Alai, 04.Jun.2012. Disponível em: < <http://alainet.org/active/56210&lang=es> >.

RAMÍREZ, Silvina. “**Sete problemas do novo constitucionalismo indigenista**”. In: Ricardo VERDUN (Org.). *Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009; pp.213-235.

RANGEL, Lúcia Helena. **Vida em Reserva**. In: Vários autores. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo : Yankatu Editora : Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1984.

REINAGA, Fausto. “**Tesis India**”. YACHAYKUNA n.º 12, Diciembre 2009. Quito – Ecuador. Revista Semestral del Instituto Científico de Culturas Indígenas, ICCI. Dirección Editorial: Luis Macas. Disponível em: < <http://icci.nativeweb.org/yachaikuna/yachaykuna12.pdf> >. (Acesso: jun/2012).

_____. **La Revolución India**. La PAZ: PIB, 1970. Disponível em: < http://www.faustoreinaga.com/index.php?option=com_content&view=article&id=123:la-revolucion-india&catid=49:revista-nro-8&Itemid=71 >. (Acesso: abr/2013).

RENAN, Ernest, **Qu'est-ce qu'une nation?** In: Ernest RENAN. Discours et conférences. Paris, Calmann-Lévy Editeur, 1887; pp.277- 210.

_____. **La Réforme Intellectuelle et Morale**. Quatrième Édition. Paris, Michel Lévy Frères, Éditeurs, 1875; 339pp.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas ao Brasil moderno**. 3.ª Ed., Petrópolis: Vozes, 1979.

RIBEIRO, Rita. “**A nação na Europa. Breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo**”. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Cadernos do Noroeste. Série sociologia. 22:1-2 (2004) 85-96. Disponível em: < <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5646/4/A%20na%c3%a7%c3%a3o%20na%20Europa.pdf> >. (Acesso: mai/2012).

RIVADENEIRA, Gladys Villavicencio. “**Relaciones interétnicas en Otavalo – Ecuador. ¿Una Nacionalidad India en Formación?**”. Ediciones especiales, 65. México: Instituto Indigenista Interamericano, 1973.

ROCA, Javier García. “**Del Principio de la división de Poderes**”. Revista de estudios políticos (Nueva Época), n.º 108, Abril-junio de 2000, pp. 41-75.

ROCABADO, Franco Gamboa. **Dilemas y Conflictos sobre la Constitución en Bolivia: Historia Política de la Asamblea Constituyente**. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung; 2009.

RODRÍGUEZ, Edwin Cruz. **Identidades Indígenas y etnonacionalismo en los Andes. Los Casos de Bolivia y Ecuador**. Revista de História Comparada. Rio de Janeiro, 6-2:68-111, 2012. Disponível em: < http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume006_Num002_artigo004.pdf>. (Acesso: jan/2013).

ROSENFELD, Michel. **The Identity of the Constitutional Subject: Selfhood, Citizenship, Culture, and Community**. New York: Routledge, 2009.

_____. **A Identidade do Sujeito Constitucional**. [Título original: *The identity of the constitutional subject*. In: Cardoso Law Review: Law and the Postmodern Mind. Nova Iorque: Yeshiva University] Tradução de Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

ROSSOLILLO, Francesco. “**Nação**”. In: Norberto BOBBIO, *et al.* (Orgs.). **Dicionário de Política**. [Tradução Carmem C. Varreale *et al.*]. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial. 5.^a ed., 2004; vol.2. pp.795-799.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Projet de Constitution pour la Corse**. Québec, Chicoutimi : Jean-Marie Tremblay, Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi. Collection: "Les classiques des sciences sociales". Disponível em: < http://classiques.uqac.ca/classiques/Rousseau_jj/projet_corse/projetcorse.html>. (Acesso: jun/2012).

_____. “**Let. à Pictet**”. In: **Oeuvres Complètes de J.J. Rousseau**. Tome XV. Paris: Armand-Aubrée, 1833. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=peMNAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. (Acesso: mai/ 2013.)

SALGADO, Judith. “**El reto de la igualdad: género y justicia indígena**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds.). **Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador**. *Op. Cit.*, pp.243-278.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. “**De Caboclo a Índio: Etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no Nordeste do Brasil; o caso Kapinawá**”. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 3, nº 2, p. 88 – 191. Jul./dez. 2011. Disponível em: < <http://www.leme.ufcg.edu.br/cadernosdoleme/index.php/e-leme/article/viewFile/45/38>>.

SÁNCHEZ, Consuelo. “**Autonomia, Estados Pluriétnicos e Plurinacionais**”. In: Ricardo VERDUN (Org.). **Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

SANTOS, Milton. “**O retorno do território**”. In: Milton Santos; M. Adélia SOUZA e M. Laura SILVEIRA (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4.^a ed., São Paulo: Hucitec, 1998.

SANZ, Jorge Ovando. **Sobre el problema nacional y colonial de Bolivia**. Cochabamba: Canelas, 1961.

SCHAVELZON, Salvador Andrés. “**El conflicto del TIPNIS y los derechos plurinacionales en Bolivia**”. Juiz de Fora, V.6, n.º 1 e 2, p. 73 a 84, jan./dez. 2011

_____. **A Assembleia Constituinte da Bolivia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional**. 2010. 592f., il. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/143042936/SCHAVELZON-Salvador-A-assembleia-constituente-da-Bolivia-etnografia-do-nascimento-de-um-Estado-Plurinacional>>.

SEGATO, Rita Laura. **La Nación y Sus Otros: Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. *Ginesii Sepulvedae Cordubensis Democrates alter, sirve de justis belli causis apud Indos. Demócrates Segundo o De las Justas Causas de la Guerra contra los Indios*. Prólogo, tradução e edição de Marcelino Menéndez Pelayo. In: Boletín de la Real Academia de la Historia, XXI. Madrid, 1892; México, 1941.

SERRANO, Fernando García. “**No se aloquen, no vayan a carrera de caballo, vayan a carrera de burro: Comunidades Chimborazo y Chibuleo**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012; pp.501-550.

_____. “**De movimiento social a movimiento político: el caso del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Ecuador**”. In: Fabíola ESCÁRZAGA & Raquel GUTIÉRREZ (Coords). *Movimiento Indígena en America Latina: resistencia y proyecto alternativo*. Vol 2. Puebla and Mexico City: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. Secretaría de Desarrollo Social del Gobierno del Distrito Federal. Casa Juan Pablos, Centro Cultural; 2006. p. 214-230.

SETON-WATSON, Hugh. **Nations and States. An Enquiry into the Origins of Nations and the Politics of Nationalism**. Boulder, Col., Westview Press, 1977.

SMITH, Anthony D. **National Identity**. London, Penguin, 1991.

SOLANO, Xochitl Leyva y SPEED, Shannon. “**Hacia la investigación descolonizada**”. In: Xochitl LEYVA, Aracely BURGUETE y Shannon SPEED. **Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de co-labor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2008. p.69. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.org/biblio/catalog/resGet.php?resId=28640>>. (Acesso: jun/2011).

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. **Direito como liberdade: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito**. 2008. 338 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

_____. “**Movimentos Sociais – Emergência de novos Sujeitos: O Sujeito Coletivo de Direito**”. In: SOUTO, Cláudio & FALCÃO, Joaquim. *Sociologia & Direito*. 2.^a Ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. “**Cuando los excluidos tienen Derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds.). *Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador*. [Tradução: Antoni Jesús Aguiló Bonet y José Luis Exeni Rodríguez.]. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012.

_____. **Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una Epistemología del Sur**. Lima: IIDS, PDTG, 2010.

_____. “**Para além do Pensamento Abissal: das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Maria Paula MENESES (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria Paula (Orgs.). “**Introdução**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Maria P. MENESES (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

STALIN, Joseph. **O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda., 1946. Tradução de Brasil Gerson. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/85627861/O-Marxismo-e-o-Problema-Nacional-e-Colonial-Stalin-I> >. (Acesso: dez/2011)

STAVENHAGEN, Rodolfo. “**Siete tesis equivocadas sobre America Latina**”. Sociología y Subdesarrollo, México, Nuestro Tiempo, 1981, pp.15-84. Disponível em: <<http://pensamientolatinoamericanounmdp.files.wordpress.com/2011/10/pc3a1ginas-de-stavenhagen-sietetesisequivocadas-sobreamriclati.pdf>>. (Acesso: maio/2013.)

SUESS, Paulo. **Em Defesa dos Povos Indígenas. Documentos e Legislação**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

TAPIA, Danilo Caicedo. “**Criminalización de las comunidades indígenas**”. In: Boaventura de SOUSA SANTOS e Agustín Grijalva JIMÉNEZ (Eds). **Justicia Indígena, Plurinacionalidad e Interculturalidad en Ecuador**. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburg, 2012; pp. 207-242.

THOMPSON, Edward P. “**A economia moral da multidão inglesa no século XVIII**”. In: **Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Sinclair. **Cuando sólo reinasen los indios. Política aymara en la era de la insurgencia**. La Paz: Aruwiyri, 2007.

THOUREAU, Henry David. **A Desobediência Civil**. Tradução: Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 2012.

TRUJILLO, Jorge León. **Un Estado Plurinacional sin Proyecto, pero con opciones**. Quito, Revista Opción Socialista. Edición Especial. Nº 38-40, Mayo – julio/2013, pp.29-34.

_____. **Las Organizaciones Indígenas y el Gobierno de Rafael Correa**. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 37, Quito, mayo 2010, pp.13-23. Disponível em: < <http://www.flacso.org.ec/docs/i37/leon.pdf> >.

VALCÁRCEL, Daniel, “**La Rebelión de Túpac Amaru**”. México: Fondo de Cultura Económica, Colección Popular, 1965.

VAN COTT, Donna Lee. “**Latin America’s Indigenous Peoples**”. Journal of Democracy [1045-5736] Ano: 2007 Vol.: 18 Nr.: 4 Pág:128-141.

VARGA, István Van Deursen; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. “**Terceirizando a Indianidade? Sobre a Política Nacional de Saúde para os Povos Indígenas, aos ‘500 Anos’**”. Revista de Direito Sanitário, vol. 2, n.º 1, Março de 2001; pp. 9-26.

VÁZQUEZ, Rodolfo. “**Derechos de las Minorías y Tolerancia**”. Doxa [publicaciones periódicas] n.º 21 – 1998; pp.474-475. Disponível em: < http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/23582844322570740087891/cuaderno21/volII/DOXA21Vo.II_31.pdf >.

VIEIRA José Ribas e Dyniewicz, Leticia G. R. “**O Estado plurinacional e o diálogo conceitual**”. Disponível em: < <http://www.novasperspectivasemjurisdicaoconstitucional.com/#resumo-artigo-jose-ribas/cnae> >.

VOGEL, Sara. “**Los Alcances y Límites de Participación Ciudadana: la Conaie y la Plurinacionalidad en la Asamblea Constituyente de 2008**”. Independent Study Project (ISP) Collection. Paper 33. Disponível em: < http://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/33 >.

WALLERSTEIN, Immanuel. “**La Construcción de los pueblos: racismo, nacionalismo, etnicidad**”. In: Immanuel WALLERSTEIN e Étienne BALIBAR. *Raza, Nación y Clase*. Madrid: IEPALA, 1991.

_____. “**Universalismo, racismo y sexismo, tensiones ideológicas del capitalismo**”. In: Étienne BALIBAR e Immanuel WALLERSTEIN. *Raza, Nación y Clase*. Madrid: IEPALA, 1991.

WALSH, Catherine. “**Interculturalidad Crítica y Educación Intercultural**”. In: Jorge VIANÑA *et al.* *Construyendo Interculturalidad Crítica*. La Paz: Convenio Andrés Bello, 2010, p.75-96.

_____. “**Estado plurinacional e intercultural: la descolonización y refundación del Estado ecuatoriano**”. Revista del Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. Año 3 n.º 3, julio-septiembre 2008, Caracas, pp.19 a 29. Disponível em: <<https://skydrive.live.com/view.aspx?cid=F7451EDDB7D4EE77&resid=F7451EDDB7D4EE77%21267&app=WordPdf&wdo=1>>.

_____. “**Interculturalidad y Colonialidad del Poder: un pensamiento y posicionamiento otro desde la diferencia colonial**”. In: Santiago CASTRO-GÓMEZ e Ramón Grosfoguel (Eds.). *El Giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp.47-62.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 2Vols. Brasília: Editora da UnB, 2004.

WHITEHEAD, Laurence. “**A Organização do Estado na América Latina após 1930**”. In: Leslie BETHELL (Org.) *História da América Latina*. [Vol. VII: A América Latina após 1930: Estado e Política]. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009; pp. 19-124.

WILLHELMI, Marco Aparicio. “**Possibilidades e Limites do constitucionalismo pluralista. Direitos e sujeitos na Constituição ecuatoriana de 2008**”. In: Ricardo VERDUN (Org.). *Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009; pp.135-150.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. 4.^a ed. São Paulo: RT, 2003.

_____. “**Pressupostos de legitimação para se pensar a justiça e o pluralismo no direito**”. In: Jean-Christophe MERLE e Luiz MOREIRA. *Direito & Legitimidade*. São Paulo:Landy, 2003; pp.416-425.

WOLKMER, Antônio Carlos e ALMEIDA, Marina Correa. “**Elementos para a descolonização do constitucionalismo na América Latina: o pluralismo jurídico comunitário-participativo na Constituição boliviana de 2009**”. *Crítica Jurídica*, v. 35, p. 23-44, 2013. Disponível em: < <http://www.journals.unam.mx/index.php/rcj/article/view/40795> >.

WOLKMER, Antônio Carlos e FAGUNDES, Lucas Machado. “**Para um novo paradigma de Estado Plurinacional na América Latina**”. *Revista NEJ - Eletrônica*, vol. 18, n.2, p. 329-342; maio-ago 2013. Disponível em: < <http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/4683/2595> >.

_____. “**Tendências Contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico**”. *Pensar*, Fortaleza, v.16, n.º2, p.371-408, jul./dez.2011.

_____. “**Para um novo paradigma de Estado Plurinacional na América Latina**”. *Novos Estudos Jurídicos*, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 329-342, Jul. 2013. ISSN 2175-0491. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/4683/2595>>. Acesso em: 09 Set. 2013.

YASHAR, Deborah J. “**Democracy, Indigenous Movements, and the Postliberal Challenge in Latin America**”. World Politics [0043-8871]. Ano: 1999, vol. 52, nº1, p.2.

ZACU, Diputado Bienvenido. “**Panel: Perspectivas Legislativas**”. In: Isabella RADHUBER (Comp.). **Foro Derechos Indígenas y Recursos Naturales: Viejos y Nuevos Conflictos Eco-Territoriales**. La Paz: Proyecto NEBE, 2013. Disponível em: <http://proyecto-nebe.org/upload/books/108/Foro_Derechos_Indigenas_y_Recursos_Naturales_Memoria_original.pdf>. (Acesso: jun/2013).

ZIBECHI, Raul. “**Bolívia-Ecuador: o Estado contra os Povos Indígenas**”. Montevideeu, 25.Ago.2010. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=28133> >.

OUTRAS Referências

DECISÕES JUDICIAIS:

BOLIVIA. Tribunal Constitucional Plurinacional. **DCP 0013/2013** de 17 de julho de 2013. Controle Previo de Constitucionalidade do Estatuto Autonomico Indígena Originario Campesino de Charagua. Solicitantes René Gómez Tigua e outros. Disponível em: < http://cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=348&Itemid=184 >.

_____. **DCP 0009/2013** de 27 de junio de 2013. Controle Previo de Constitucionalidade do Estatuto Autonomico Indígena Originario Campesino de Totora Marka. Solicitantes Policarpio Ancari Ramírez e outros. Aclaración de Voto do Magistrado Tata Gualberto Cusi Mamani. Sucre, 27de junio de 2013. Disponível em: < http://cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=347&Itemid=184 >.

_____. **Sentencia Constitucional Plurinacional 0300/2012**. Sala Plena. Magistrada Relatora Dra. Mirtha Camacho Quiroga. AIA n.º 00157-2012-01-AIA e 00188-2012-01-AIA. Sucre, 18.jun.2012. Disponível em: < http://www.tcpbo.livia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwlista_Buscador_1.php?busqueda=tipnis&finicio=2012-01-01&ffinal=2014-02-23+10%3A53%3A24&tiporecurso=24&button2=Consultar&ficha=1 >.

BOLIVIA. Tribunal Constitucional. **Recurso de Amparo Constitucional n.º 2008-17547-36-RAC**. Partes: Miguel Ángel R. Zamora, Director Técnico del Servicio Departamental de Caminos (SEDECA) Tarija contra Never Barrientos, Presidente de la Asamblea del Pueblo Guaraní Itika Guasu. Relator Marco Antonio Baldivieso Jinés. Sucre, 25.oct.2010. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/bolivia/doc/apgig17.html>>.

BRASIL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Embargos Declaratórios na Petição 3388 - RR. Requerente: Luiz Afonso Botelho Neto e outros. Requerida: União Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2288693>>.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku vs. Ecuador. Sentencia de 27 de junio de 2012 (Fondo y Reparaciones)**. Disponível em: < http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_245_esp.pdf >.

ECUADOR. CORTE CONSTITUCIONAL PARA EL PERÍODO DE TRANSICIÓN. **Sentença 0001-10-SIN-CC de 18.Mar.2010**. Acción Pública de Inconstitucionalidad (IN). Casos 0008-09-IN e 000-09-IN. Demandantes: Marlon René Santi Gualinga e Carlos Pérez Guartambel. Demandados: Fernando Cordero Cueva e Rafael Correa Delgado. Relator: Juiz Pazmiño Freire. Disponível em: < <http://186.42.101.3/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/e41a7654-9375-4f2c-8c8e-c07f3910f6ea/0008-09-IN-res.pdf> >.

DOCUMENTOS:

ACHAKACHI, Mallkus y Ulaqas de. “**Acta de la reconstrucción de la nación aymara quechwa**”. Jach'ak'achi – Umasuyu, 9.Abr.2001. Disponible em: <http://www.funsolon.org/Temas%20consulta/TERRITORIO/acta_quichwa121001.htm>. (Acesso: mai/2013).

_____. “**Manifiesto de Jach'ak'achi**”. Jach'ak'ach, Umasuyu, 9.Abr.2001. Disponible em: <http://www.funsolon.org/Temas%20consulta/TERRITORIO/manifiesto_jachakachi.htm>. (Acesso: mai/2013).

Actas Secretas del **Soberano Congreso de las Provincias Unidas en Sudamérica**. Facsímil de las Actas Secretas. Junta de Historia y Numismática Americana. Impresión 1926. Acta de 6 de julio de 1816 – parte 1. Disponible em: <<http://www.telpin.com.ar/interneteducativa/lp/archivotucuman/documentos2.htm>>. (Acesso: jul/2012).

ANCHORENA, Tomás Manuel de. **Carta a Manuel de Rosas, em 4 de dezembro de 1846**. In: OBLITAS, Fernández Edgar. **La Polémica en Bolivia. Un panorama de la cultura de una nación a través de las grandes polémicas**. Tomo I, La Paz, 1997.

ANISTIA INTERNACIONAL. “**Para Que Nadie Reclame Nada**” ¿**Criminalización del Derecho a La Protesta En Ecuador?**”. Edición en español a cargo de: Editorial Amnistía Internacional (EDAI) Valderribas, Madrid España. Disponible em: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR28/002/2012/en/aa96c7f9-90bc-4243-bbac-b5e3d1d82ece/amr280022012es.pdf>>.

ASAMBLEA DEL PUEBLO GUARANÍ. **Ore Ñemongeta. Propuesta hacia la Asamblea Constituyente – Parte 1**. Chaco Boliviano, mayo del 2006, p.8. Disponible em: <http://constituyentesoberana.org/3/propuestas/osio/Asamblea_Guarani_Parte_1.pdf>.

APDH BOLIVIA. **Alerta al Pueblo de Bolivia y a la Comunidad Internacional**. La Paz, 07.Feb. 2014. Disponible em: <<http://apdhh.net/component/content/article/44-contenido/92-denuncia-publica-nacional-2.html>>.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **Política operativa sobre pueblos indígenas y Estrategia para el desarrollo indígena**. Serie de estrategias y políticas sectoriales del Departamento de Desarrollo Sostenible. Washington, D.C.: BID, 2006. Disponible em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2032314>>. (Acesso: jul/2011.)

BLOQUE OBRERO-CAMPESINO. Ecuador. **Manifiesto**. Disponible em: <<http://www.yachana.org/archivo/comunismo/bloque2mayo32.pdf>>. (Acesso: mai/2013.).

BOLIVIA. Ministerio de Gobierno. Equipo Multidisciplinario. **Propuesta de Anteproyecto - Ley Marco de Consulta**. Disponible em: <http://www.cenda.org/2/tyt/012013/310113_2.pdf>.

BOLIVIA. Defensoría del Pueblo. **Nuestra posición sobre la Resolución 143/2014 de la Fiscalía de Distrito de La Paz en el caso Chaparina**. La Paz, 18.Feb.2014. Disponible em: <http://www.defensoria.gob.bo/sp/noticias_proc.asp?Seleccion=688>.

_____. **Justicia Ordinaria y Justicia Indígena Originario Campesina**. La Paz, 11.Jul.2013. Disponible em: <http://www.defensoria.gob.bo/sp/noticias_proc.asp?Seleccion=195>.

_____. **XIV Informe de la Defensoría del Pueblo del Estado Plurinacional de Bolivia al Comité Contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Cruelles, Inhumanos o Degradantes, en el Marco de su 50° Periodo de Sesiones**. La Paz, May.2012. Disponible em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cat/docs/ngos/DefensoriaPuebloPlunacional_Bolivia_CAT50.pdf>.

_____. **Informe Defensorial respecto a la violación de derechos humanos en la Marcha Indígena.** La Paz, Nov.2011. Disponible em: < http://www.defensoria.gob.bo/archivos/Informe_Defensorial_Intervencion_Marcha_Indigena_DP.pdf >.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.** 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002; pp. 13-14. Disponible em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf >. (Acesso: jul.2011)

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010. Primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponible em: < http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf >.

BRASIL. Ministério da Justiça. CNPI. **Proposta de Estatuto dos Povos Indígenas.** Brasília, 5 de junho de 2009. Disponible em: < http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/presidencia/pdf/Estatuto-do-Indio_CNPI/Estatuto_Povos_Indigenas-Proposta_CNPI-2009.pdf >.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. **Conselhos Nacionais: Dados Básicos, Organização. Gestão Atual. Finalidade. Composição. Competências.** Brasília, 2010. Disponible em: < http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/imagens-publicacoes/Livro_Conselhos_peq.pdf >.

CASTAÑOS, Magistrada Lúgia Mónica Velásquez. **Voto Disidente à DCP 0013/2013** de 17 de julho de 2013, sobre o Estatuto Autonomico IOC de Charagua. Sucre, 8 de agosto de 2013. Disponible em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >.

_____. **Voto Particular Disidente à DCP 0009/2013** de 27 de junho de 2013, sobre o Estatuto Autonomico IOC de Totora Marka. Sucre, 27 de junho de 2013. Disponible em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >.

CEDIB. FEJUVE. FECOMADE. FDTEUC. FUL. **Pronunciamiento contra la persecución judicial y criminalización del movimiento indígena en defensa del TIPNIS**”. Disponible em: < http://somosur.net/documentos/pronunciamiento_criminalizacion_indigenas.pdf >.

CENTRAL REGIONAL SINDICAL ÚNICA DE CAMPESINOS INDÍGENAS DE RAQAYPAMPA (CRSUCIR). **Estatuto de la Autonomía Indígena Originaria Campesina de Raqaypampa.** Cochabamba, junho de 2009; 38pp. Disponible em: < http://servindi.org/pdf/Estatuto_Autonomia_Indigena_Originaria_Raqaypampa.pdf >.

CHARAGUA. **Proyecto de Estatuto de la Autonomia Guarani Charagua Iyambae.** Aprobado en Grande y Detalle en sesión del 15 al 17 de Junio de 2012. Charagua, Bolivia. Disponible em: < <http://pt.slideshare.net/juliolinaresc/proyecto-de-estatuto-autonomico-indigena#> >.

_____. **Estatuto de la Autonomía Indígena Guarani Iyambae en Charagua.** Primer borrador. Charagua, Santa Cruz, Diciembre de 2011. Disponible em: < <http://www.redunitas.org/Estatuto%20de%20la%20Autonomia%20Indigena%20Guarani%20Iyambae%20en%20Charagua.pdf> >.

CIDOB. **Plataforma de Demandas de la VIII Gran Marcha Indígena “Por la Defensa del TIPNIS”.** Santa Cruz de la Sierra, 2011. Disponible em: < http://www.ftierra.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=780&Itemid=159 >.

_____. **Manifiesto de la VI Marcha Indígena.** VI Marcha “*Por las autonomías indígenas, tierra y territorio y el estado Plurinacional*”. El Torno, 16.Jul.2007. In: Adital, Sexta marcha 2007 - 18.07.07. Disponible em: < http://www.nacionmulticultural.unam.mx/declaraciones/docs/decl_092.pdf > (Acesso: jun/2013)

CIDOB. CONAMAQ. **Propuesta: Anteproyecto de Ley Marco de Consulta Previa, Libre e Informada a las Naciones y Pueblos Indígenas Originarios**. Disponible em: <<http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2012/11/CONAMAQ-CIDOB-Propuesta-ley-marco-consulta-libre-previa.pdf>>.

_____. **Pronunciamento de Rechazo al Anteproyecto de la Ley de Consulta del Poder Ejecutivo del Estado Plurinacional**. Cochabamba, 18.Jan.2013. Disponible em: <http://somossur.net/documentos/PronuncCIDOB-CONAMAQ_leyConsulta20130118.pdf>.

_____. **Resolución 01 de disolución del Pacto de Unidad**. Cochabamba, 18.Enero.2013. Disponible em: <http://somossur.net/documentos/Resol_CIDOB_CONAMAQ_pactoUnidad_30130118.pdf>.

CIDOB.CNAMIB.CPEMB.CPIB.CMIB.SUBCENTRAL TIPNIS. **“No a la consulta ilegal y tramposa”**. Trinidad, 20.Fev.2012.Disponible em: <<http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2012022401>>.

CIMI – SECRETARIADO NACIONAL. Assessoria Jurídica. **Parecer Sobre Projeto de Lei Complementar nº 227/2012 - Câmara dos Deputados**. Brasília – DF, 05.Ago.2013; p.2. Disponible em: <http://www.cimi.org.br/pub/Assessoria%20Juridica/PLP227_2012_ParecerCIMI.pdf>.

COALICIÓN INTERNACIONAL DE ORGANIZACIONES DE DERECHOS HUMANOS EN LAS AMÉRICAS. **“Cierre Arbitrario de Fundación Pachamama en Ecuador Preocupa a Coalición”**. Costa Rica, 5.Dic.2013. Disponible em: <<http://www.conectas.org/archivos/editor/files/Pronunciamento%20de%20la%20Coalici%C3%B3n%20cierre%20de%20Pachamama%20Ecuador.pdf>>.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Demanda ante la Corte Interamericana de Derechos Humanos en el caso del Pueblo Indígena Kichwa de Sarayaku y sus miembros (Caso 12.465) contra Ecuador**. Disponible em: <<http://cidh.org/demandas/12.465%20Sarayaku%20Ecuador%2026abr2010%20ESP.pdf>>.

COMISIÓN INTERNACIONAL POR LOS DERECHOS DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS (CIDSA). **“Situación de Derechos Humanos de los Pueblos Indígenas”**. Disponible em: <http://www.puebloindio.org/ONU_info/Comm2002_CISAdoc.htm> (Acesso: dez/2012).

CONAIE. Oficio n.039-P-CONAIE. **“Demandas de los pueblos indígenas del Ecuador presentadas a la Presidencia de la República y a la Asamblea Constituyente”**. Quito, 11.mar. 2008. Disponible em: <<http://www.llacta.org/organiz/coms/2008/com0049.htm>>.

_____. **“Positivo diálogo entre el Gobierno y el Movimiento Indígena con respecto a la construcción del Estado Plurinacional”**. Boletín de prensa. Quito, 11.mar. 2008. Disponible em: <<http://www.llacta.org/organiz/coms/2008/com0048.htm>>.

_____. Constitución del Estado Plurinacional de la República del Ecuador. **Propuesta de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador**. Quito, oct. 2007. Disponible em: <http://www.ecuarunari.org/es/info_especiales/anc/propuesta_constitucion_conaie.pdf>.

_____. **“Masiva concentración indígena en Quito por la Constituyente”**. Boletín de prensa. Quito, 24.Oct.2007. Disponible em: <<http://www.llacta.org/organiz/coms/2007/com0201.htm>>.

_____. **“Estado Plurinacional: Los pueblos indígenas continuamos en nuestro propio proceso”**. Boletín de prensa. Quito, 2.jul.2007. Disponible em: <<http://www.llacta.org/organiz/coms/2007/com0173.htm>>.

_____. **“Los Pueblos Indígenas con voz propia para construir la nueva Constitución Política del Estado”**. Boletín de Prensa. Quito, 20.Jun.2007. Disponible em: <<http://www.llacta.org/organiz/coms/2007/com0144.htm>>.

_____. “**Asamblea Nacional Constituyente del Pueblo. Proyecto de Constitución del Estado Plurinacional del Ecuador**”. Quito, octubre, noviembre, diciembre de 1997. Disponible em: < <http://www.yachana.org/earchivo/conaie/constitucion1998.pdf> >.

_____. “**Proyecto Político de la Conaie**”. Quito: Conaie, 1994; p.13. Disponible em: < <http://www.yachana.org/earchivo/conaie/proyectopolitico.pdf> >. (Acesso: mai/2013).

_____. Consejo de Gobierno. “**Sesión ampliada del Consejo de Gobierno de la Conaie**”. Boletín de Prensa. Quito, 26.jun.2007. Disponible em: <<http://www.lacta.org/organiz/coms/2007/com0156.htm>>.

_____. Consejo de Gobierno. “**Propuesta de la Conaie frente a la Asamblea Constituyente. Principios y lineamientos para la nueva constitución del Ecuador. Por un Estado Plurinacional, Unitario, Soberano, Incluyente, Equitativo y Laico**”. Quito: CONAIE, 2007. Disponible em: < <http://www.iee.org.ec/publicaciones/INDIGENA/ConaieAsamblea.pdf> >. (Acesso: mai/2013)

CONAMAQ. **Cronología del "golpe" del Estado Plurinacional de Bolivia. Manifiesto del CONAMAQ ante la flagrante vulneración de sus derechos humanos y libertades fundamentales.** Mensagem de e-mail de ayamtai 08 (28.En.2014) para “Ubuntu” - Crisis de Civilizacion Y Paradigmas Alternativos <crisis-de-civilizacion-y-paradigmas-alternativos@googlegroups.com>.

_____. Propuesta Normativa de CONAMAQ. Anteproyecto de Ley Marco de Autonomías y Descentralización. “**Reconstitución Territorial, Organización y Ordenamiento de las Autonomías Originarias Afrobolivianas**”. Oruro, 8 de Abril de 2010. Disponible em: <[http://cejis.org/web-version-2012/sites/default/files/Ley_Autonomia_CONAMAQ\[1\].pdf](http://cejis.org/web-version-2012/sites/default/files/Ley_Autonomia_CONAMAQ[1].pdf) >.

CONAMAQ. CIDOB. APG. “**Pronunciamento CONAMAQ, CIDOB y APG sobre Ley Marco de Consulta**”. La Paz, 22. Mar.2013. Disponible em: < <http://www.territoriosenresistencia.org/noticias/pronunciamento-conamaq-cidob-y-apg-sobre-ley-marco-de-consulta> >.

CONAMAQ, Dirigencia de Industrias Extractivas. “**Ante la Intervención Policial en Mallku Khuta, Denunciamos**”. La Paz, 08.may.2012. Disponible em: < <http://www.somossur.net/index.php/bolivia/politica/los-movimientos-sociales-en-tiempos-de-evo/918-conamaq-denuncia-la-intervencion-policial-en-mallku-khuta> >.

CONAMAQ. GUARANI. “**Pronunciamento Conjunto de La Nacion Guarani de Bolivia y el Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (Conamaq) sobre el Derecho a la Consulta Previa Libre e Informada**”. Camiri, 8.mai.2013. Disponible em: <<http://oiedc.blogspot.com.br/2013/05/pronunciamento-conjunto-de-la-apg-y-el.html>>.

CONSEJO AUTONÓMICO ORIGINARIO DE JESÚS DE MACHACA. **Estatuto del Gobierno Autónomo Originario de Jesús de Machaca.** 34pp. Disponible em: < http://www.cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=172&Itemid=209 >.

CORREA, Rafael. “**Discurso en la cumbre presidencial y de autoridades indígenas y Afrodescendientes de la ALBA**”. Otavalo, 25 de junio de 2010. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/01/2010-06-25_alba.pdf >.

CSUTCB. **Piiego único nacional de demandas de la CSUTCB.** In: *ALAI, América Latina en Movimiento*. 20.set.2003. Disponible em: <<http://alainet.org/active/4701&lang=es> > (Acesso: mai/2013).

_____. **Tesis Política.** II Congreso Nacional (1983). In: Silvia R. CUSICANQUI. **Oprimidos, Pero no Vencidos: Luchas del Campesinado Aymara y Qhechwua – 1900-1980.** 4.ª ed. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

ECORAE. INSTITUTO PARA EL ECODESARROLLO REGIONAL AMAZÓNICO. Parámetros Aplicables a la Información de Planificación Institucional. Planes y Programas en ejecución; Resultados Operativos. Quito, 01.Enero.2014 Disponible em: < http://www.desarrolloamazonico.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/01/6K.Plan-Estrategico_Actualizado-a-Dic.2013.pdf >.

ECUADOR. Asamblea Constituyente. **Acta 095**. Sessão plenária, 24.jul.2008, p.45. Disponible em: < http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=125&Itemid=86 >.

_____. **Acta 091**. Sessão plenária, 18. jul.2008, p.85. Disponible em: <http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=121&Itemid=86>.

_____. **Acta 082**. Sessão plenária, 11.jul.2008, p.78. Disponible em: <http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=112&Itemid=86>.

_____. **Acta 060**, de 7.jun.2008, p.9. Disponible em:<http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&Itemid=86&limitstart=60>.

_____. **Acta 058**, de 6.jun.2008, p.88. Disponible em: <http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&Itemid=86&limitstart=60>.

ECUADOR. CORTE CONSTITUCIONAL. **Causa 0019-13-IN. Acción Pública de Inconstitucionalidad**. Impetrante: Carlos Ranulfo Pérez Guartambel (Presidente de Ecuarrunari). Disponible em: < <http://casos.corteconstitucional.gob.ec:8080/busqueda/index.php> >.

ECUADOR. OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO. **Seguimiento a la Sesión no. 225 del Pleno de la Asamblea Nacional del Ecuador**. Quito, Martes, 30.Abr.2013. Disponible em: < http://2009-2013.observatoriolegislativo.ec/media/seguimiento_sesiones/Seguimiento_Sesion_225.pdf >.

ECUADOR. MINISTERIO DEL AMBIENTE. **Acuerdo n.º125**. Quito,04.Dic.2013.Disponible em:< http://www.ministeriointerior.gob.ec/wp-content/uploads/2013/12/acuerdo_ministerio_ambiente.pdf>.

ECUARUNARI – CONAIE. “**Propuesta Resumida para la Asamblea Constituyente**”. Disponible em: <http://www.ecuarunari.org/es/info_especiales/anc/propuesta_asamblea.pdf?actdetalle&ca_codigo=11&ar_codigo=112&opcion=1>. (Acesso: mai/2013)

ECUARUNARI. **Mandatos de la Cumbre de Autoridades de la Justicia Milenaria en el Estado Plurinacional del Ecuador**. Quito, 20.Dez.2013. Disponible em: <<http://www.movimientos.org/es/content/mandatos-de-la-cumbre-de-autoridades-de-la-justicia-milenaria-en-el-estado-plurinacional-del>>.

_____. “**La madre tierra y sus hijos seguiremos hablando kichwa**”. Cayambe, 18.Jul. 2008. Disponible em: < http://www.ecuarunari.org/es/noticias/no_20080718.htm >.

ESPINOSA SORIANO, Waldemar. “**Los Huancas aliados de la conquista: tres informaciones inéditas sobre la participación indígena en la en la conquista del Perú. 1558,1560 y 1561**”. Anales científicos de la Universidad, n.1: pp.9-407, Huancayo, Perú. *Apud* MURRA, John, *op. cit.*, p. XVIII.

_____. “**El Memorial de Charcas: Crónica inédita de 1582**”. Cantuta, Revista de la Universidad Nacional de Educación, Chosica, Peru, 1969.

FENOCÍN. **Boletín de prensa**. Quito, 24.Oct.2005. Disponible em: <<http://www.llacta.org/organiz/coms/2005/com0461.htm>>.

_____. “**Primer mandato de la FENOCÍN**”. Guayaquil, 31.may.2001. Disponível em: < http://movimientos.org/es/enlace/show_text.php3%3Fkey%3D550 >.

_____. **Propuesta de la FENOCÍN Para la Asamblea Constituyente**. Minga Informativa de Movimientos Sociales. Quito, 30.mai.2001. Disponível em: < <http://www.movimientos.org/pt-br/node/539> >.

_____. **Interculturalidad Revolución Agraria y Soberanía Alimentaria. Planteamientos para la Asamblea Nacional Constituyente**. Quito, 18.fev.2008. Disponível em: <http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/service/api/node/workspace/SpacesStore/ef783926-1989-4ef1-9e5b-a907c3603874/content.pdf?alf_ticket=TICKET_90280a46ac6c71486bb1be5f7032216db13e25ff>.

FENOCÍN, FEINE, FENACLE, FEI. “**Organizaciones indígenas, campesinas respaldan propuesta de interculturalidad**”. Boletín de Prensa. Quito, 28.Feb.2008. Disponível em: < <http://www.fenocin.org/bol28febreroorganizaciones.html> >.

FIDH. CEDHU. CDES. INREDH. “**Seria preocupación por el uso indebido de la figura del terrorismo**”. Genebra, 4.Feb.2011. Disponível em:< <http://www.fidh.org/es/americas/ecuador/Seria-preocupacion-por-el-uso> >.

HALL, Gillian & PATRINOS, Harry Anthony. **Indigenous Peoples, Poverty and Human Development in Latin America: 1994-2004. “Executive Summary”**. Disponível em: < http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/FinalExecutiveSummary_Eng_May05.pdf > (Acesso: Jul/2011.).

HECK, Egon Dionísio; SILVA, Renato Santana da; FEITOSA, Saulo Ferreira (orgs.) **Povos indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra os decretos de extermínio**. Brasília: Cimi – Conselho Indigenista Missionário, 2012, 192p.

JACH'A UMASUYU, Consejo Supremo de Malkus y Amawt'as de. “**Resolución Solemne Achacachi con los Tanques de Guerra al Frente**”. Disponível em: < http://www.puebloindio.org/ONU_info/GTPI01_CISA_pt5.htm>. (Acesso: mai/2013).

KANKI, Pazos. **Resposta do Doutor Vicente Pazos Kanki aos Manifestos Anteriores**. Publicado no jornal A Crônica Argentina de 22 de setembro de 1826. In: MITRE, Antônio. “*Estado, nação e território na Bolívia oligárquica, 1850-1914*”. In: PAMPLONA, Marcos, e MÄDER, Elisa (Orgs.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Peru e Bolívia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010, pp.243-4.

MAMANI, Magistrado Tata Gualberto Cusi. **Aclaración de Voto à DCP 0013/2013** de 17 de julho de 2013, sobre o Estatuto Autonomico IOC de Charagua. Sucre, 8 de agosto de 2013. Disponível em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >.

_____. **Aclaración de Voto à DCP 0009/2013** de 27 de junho de 2013, sobre o Estatuto Autonomico IOC de Totora Marka. Sucre, 27 de junho de 2013. Disponível em: < <http://www.tcpbolivia.bo/tcp/sites/all/modulostcp/busqueda/buscador/pwresolconficha.php> >.

MARKA PAMPA AULLAGAS. **Estatuto Autonomico Indígena Originario Campesino de la Marka Pampa Aullagas**. 27pp. Disponível em: < http://www.cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=172&Itemid=209 >.

MAS-IPSP. “**Refundar Bolivia para vivir bien. Propuesta para la Asamblea Constituyente**”. Disponível em: < <http://constituyentesoberana.org/info/?q=node/70> >.

MOVIMIENTO INDÍGENA PACHAKUTI. **Programa de Gobierno. Plan Pachakuti (2006-2011)**. Elecciones generales Diciembre del 2005, p.3. Disponible em: < http://www.oep.org.bo/proces_electoral/generales2005/comunicacion/egp2005_programa_mip.pdf >. (Acesso: mai/2013).

MUNICIPIO DE VILLA MOJOCOYA. **Proyecto de Estatuto Autonomico Indígena Originario Campesino de Mojocoya**. 47pp. Disponible em: < http://www.cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=172&Itemid=209 >.

NACIÓN URU CHIPAYA. **Estatuto del “Gobierno Autónomo de la Nación Originaria Uru Chipaya”**. 25pp. Disponible em: < http://www.cipca.org.bo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=172&Itemid=209 >.

NACIONES UNIDAS. ASAMBLEA GENERAL. Relatoria Especial Sobre la Situación de Derechos Humanos y Libertades Fundamentales de Los Pueblos Indígenas. **“Observaciones del Relator Especial sobre la situación de los derechos humanos y libertades fundamentales de los indígenas acerca del proceso de revisión constitucional en el Ecuador”**. Jun.2008. Disponible em: < <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/IPeoples/SR/ObservacionesEcuadorSRIndigenous.pdf> >.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Normas Internacionales del Trabajo. Lista de ratificaciones de convenios internacionales del trabajo**. Disponible em: < <http://webfusion.ilo.org/public/db/standards/normes/appl/appl-byCtry.cfm?lang=es&CTYCHOICE=0080> >. (Acesso: jan/2012).

PACTO DE UNIDAD. **“Acta Final de Concertación del Anteproyecto de Ley de Consulta Previa Libre e Informada por las Organizaciones Nacionales de los Pueblos Indígena originario Campesinos, Comunidades Interculturales y Pueblo Afroboliviano del Pacto de Unidad”**. Cochabamba, 19.Ago.2013. Disponible em: < <http://www.justiciaviva.org.pe/userfiles/file/actas.pdf> >.

PLATAFORMA BOLIVIANA FRENTE AL CAMBIO CLIMÁTICO. **“Conamaq entregó a la asamblea legislativa propuesta de ley Marco de consulta previa”**. La Paz, 28.jul.2011. Disponible em: < http://constituyentesoberana.org/3/pronunciamientos/072011/290711_2.pdf >.

PODEMOS. **Proyecto de Constitución Política del Estado: Constituyente para la Gente**. Propuestas para el Debate. La Paz: Julho de 2006. Disponible em: < http://constituyentesoberana.org/3/propuestas/partidospol/2_PODEMOS.pdf >.

PILAMUNGA, Carlos. **Informe de Actividades en la Asamblea Constituyente**. Asamblea Extraordinaria de la CONAIE, Quito, mayo 13 de 2008. Disponible em: < <http://www.forumdesalternatives.org/informe-de-actividades-en-la-asamblea-constituyente> >.

PROGRAMA ANDINO DE DERECHOS HUMANOS – PADH. **Informe Sobre Derechos Humanos 2011, Ecuador**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar (Sede Ecuador); 2012; 175pp. Disponible em: < <http://www.uasb.edu.ec/UserFiles/369/File/PDF/Actividadespadh/Informedhvimpresso.pdf> >.

QUIJANO, Aníbal, *et alli*. **“Apoyo a la Lucha de los Pueblos Indígenas del Tipnis y sus Dirigentes Criminalizados”**. In: “Intelectuales de izquierda interpelan a Evo sobre criminalización a indígenas del TIPNIS”. 04.Set.2013. Disponible em: < <http://boliviaagraria.net/2013/09/04/america-intelectuales-de-izquierda-interpelan-a-evo-sobre-criminalizacion-a-indigenas-del-tipnis/> >.

SIXTH WORLD CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Twenty-fifth Session. Reply to Bukharin on Draft Programme. *International Press Correspondence* 8, n.º 66: pp.1176-78, 1928. Disponible em: < <http://www.yachana.org/earchivo/comunismo/paredes-ipc-25sept28.pdf> >. (Acesso: mai/2013).

UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. *State of the World's Indigenous Peoples*. New York, 2009, p.1. Disponible em: < http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/SOWIP_fact_sheets_ES.pdf>. (Acesso: jul/2011).

USA. NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. **Mapping the Global Future. Report of the National Intelligence Council's 2000 Project**. Disponible em: < http://www.dni.gov/files/documents/Global%20Trends_Mapping%20the%20Global%20Future%202020%20Project.pdf>.

YUPANQUI, Diego de Castro Titu Cusi. **Relación de la Conquista del Perú y hechos del Inca Manco II**. Ed. Horacio H. Urteaga, Colección de Libros y Documentos relativos a la Historia del Perú, t. II. Lima: Imprenta y Librería San Martí y Compañía, 1916. Disponible em: < http://mith.umd.edu/~eada/html/display.php?docs=titucusi_instruccion.xml&action=show>. (Acesso: Jan/2012).

NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS

ABI. “**El Perdón de Evo**”. La Paz, 28.Sep. 2011. Disponible em: < <http://www3.abi.bo/#>>.

ACCIÓN ECOLÓGICA. “**Ecuador: La criminalización del Sumak Kawsay**”. Kaos en la Red, Quito, 9.Jul.2010. Disponible em: < <http://old.kaosenlared.net/noticia/ecuador-criminalizacion-sumak-kawsay>>.

AFP. DPA. REUTERS. “**Fracaso y contrarrevolucionaria, la marcha opositora: Rafael Correa**”. La Jornada, 23.Mar.2012. Disponible em: < <http://www.jornada.unam.mx/2012/03/23/mundo/035n1mun>>.

AGENCIA AFP y DIARIO EL UNIVERSO. **Indígenas respaldan a Correa y el presidente electo declara que la Constituyente es innegociable**. Quito, Ecuador, 29. Nov.2006. Disponible em: < <http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/6807/indigenas-respaldan-a-correa-y-el-presidente-electo-declara-que-la-constituyente-es-inegociable>>.

AGENCIA BOLIVIANA DE INFORMACIÓN. “**Vargas: 12 pueblos indígenas trabajan su estatuto autonómico**”. ABI, La Paz, 16.En.2014. Disponible em: < http://ftierra-org.ftierra-observa.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17910:2014-01-17-13-09-11&catid=177:autonomias-indigenas&Itemid=243>.

AGENCIA EFE. “**Expulsan a la ONG danesa IBIS al acusarla de dividir a indígenas**”. La Paz, 21. Dic.2013. Disponible em: < <http://lapatriaenlinea.com/?t=expulsan-a-la-ong-danesa-ibis-al-acusarla-de-dividir-a-indigenas¬a=167476>>.

_____. “**Conaie convoca a marcha de protesta contra Correa el 8 de marzo**”. Quito, 23.Feb.2012. Disponible em: < <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/conaie-convoca-a-marcha-de-protesta-contra-correa-el-8-de-marzo-535836.html>>.

_____. “**La Asamblea Constituyente de Ecuador aprueba la redacción de una nueva Carga Magna**”. Quito, 19.jul.2008. Disponible em: < http://www.abc.es/hemeroteca/historico-19-07-2008/abc/Internacional/la-asamblea-constituyente-de-ecuador-aprueba-la-redaccion-de-una-nueva-carga-magna_1642013654181.html>.

_____. “**Aplican indios aymaras 'justicia comunitaria' a Benjamín Altamirano, alcalde boliviano del pueblo de Ayo Ayo; lo linchan y queman por mala gestión**”. Ayo Ayo, 15.jun.2004. Disponible em: < <http://www.esmas.com/noticierostelevisa/internacionales/371213.html>>.

ALAI. América Latina en Movimiento. Ecuador. “**580 intelectuales, profesionales, líderes indígenas y sociales respaldan a Luis Macas y a CONAIE**”. 11.Out.2006. Disponible em: < <http://alainet.org/active/13844>>.

ALER. “**Bolivia: ‘El Certificado de Ancestralidad, otra traba del Gobierno’ afirmó Nelly Romero**”. Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica. Quito, 29.Abr.2013. Disponible em: < http://produccioninformativa.aler.org/index.php?option=com_content&view=article&id=2470:bolivia-el-certificado-de-ancestralidad-otra-traba-del-gobierno-afirmo-nelly-romero&catid=9:bolivia&Itemid=101 >.

ALTERCOM. “**Multitudinaria manifestación por la Constituyente en Quito**”. Quito, 29.mar.2007. Disponible em: < <http://www.altercom.org/article146653.html> >.

ANDES, Agencia de Noticias. “**Organizaciones sociales respaldan la decisión del gobierno de Ecuador para desarrollar yacimientos de crudo en el Yasuni**”. Martes, 27.Ago.2013. Disponible em: < <http://www.andes.info.ec/es/actualidad/organizaciones-sociales-respaldan-decision-gobierno-ecuador-desarrollar-yacimientos-crudo> >.

ANF. “**Ministerio Público rechazó las dos denuncias del caso Chaparina**”. La Paz, 31.Jul.2012. Disponible em: < <http://www.noticiasfides.net/g/sociedad/ministerio-publico-rechazo-las-dos-denuncias-del-caso-chaparina-3765/> >.

_____. “**El Conamaq rechaza la Ley Marco de Autonomías**”. La Paz, 23.Jun.2010. Disponible em: < http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/politica/20100623/el-conamaq-rechaza-la-ley-marco-de-autonomias-y-anuncia_76938_144374.html >.

ANTUNES, Claudia. “**Correa sai fortalecido no curto prazo**”. Folha de São Paulo, São Paulo, 03.Out.2010. Disponible em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0310201002.htm> >.

ARANIBAR, Carola. “**CIDOB y activistas se manifiestan en defensa de autoridades indígenas ante la orden de apremio emitida por el Gobierno**”. ODPiB, La Paz, 17.Jul.2013. Disponible em: < <http://www.cedib.org/destacados/cidob-y-activistas-se-manifiestan-en-defensa-de-autoridades-indigenas-ante-la-orden-de-apremio-emitida-por-el-gobierno-odpib-17-07-13/> >.

ARAÚJO, Alberto. “**23 empresas fueron adjudicadas en diez rondas petroleras desde 1983**”. El Comercio. Quito, 28.Nov.2013. Disponible em: < http://www.elcomercio.com/negocios/rondaspetroleras-Ecuador-petroleo-historia_0_1037896246.html >.

ARELLANO, César. “**Indígenas ven obstáculos en elección de autoridades**”. Los Tiempos. Cochabamba, 30.Nov.2013. Disponible em: < http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/nacional/20131130/indigenas-ven-obstaculos-en-eleccion-de_236954_514273.html >.

ARMAS, Carlos. “**Marco Guatemal, declarado inocente**”. Ibarra, 10.Nov.2011. Disponible em: < <http://www.eluniverso.com/2011/11/10/1/1355/marco-guatemala-declarado-inocente.html> >.

BARRAGÁN, Freddy. “**Dirigentes del Conamaq se refugian en la Pastoral Social**”. Página Siete, 31.En.2014. Disponible em: < <http://www.paginasiete.bo/nacional/2014/1/31/dirigentes-conamaq-refugian-pastoral-social-12787.html> >.

BASPINEIRO, Alex Contreras. “**Orden de detención contra dirigentes indígenas**”. ALAI, 15.Jul.2013. Disponible em: < <http://alainet.org/active/65577> >.

_____. “**Bolivia: Indígenas reprimidos son acusados de tentativa de homicidio**”. Alai, 14. Mar.2012. Disponible em: < <http://alainet.org/active/53258> >.

BBC MUNDO. “**Correa pide archivar polémica Ley de Aguas**”. 21.May.2010. Disponible em: < http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/05/100521_0403_ecuador_correa_cede_indigenas_lav.shtml >.

BOLIVIA. MINISTERIO DE GOBIERNO. Dirección de Prensa. “**El pacto de unidad aprueba el documento final de Anteproyecto de ley de consulta previa libre e informada**”. La Paz, 5.Dic.2013. Disponible em: < <http://www.mingobierno.gob.bo/spip.php?article506> >.

_____. VICEPRESIDENCIA. “**García: Carretera por el TIPNIS pondrá fin a pretensiones separatistas y consolidará la unidad**”. La Paz, 20.Sep.2011. Disponible em: < <http://www.vicepresidencia.gob.bo/Garcia-Carretera-por-el-TIPNIS> >.

BOLPRESS. “**TIPNIS: Los indígenas chicotean al líder del Conisur**”. La Paz, 22.Jun.2013. Disponible em: < <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013062201> >.

_____. “**CIDOB, APG y CONAMAQ asestan un duro golpe al proyecto de ley de Consulta gubernamental**”. Comisión de Comunicación Indígena Originaria. La Paz, 22.Mar.2013. Disponible em: < <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013032206> >.

_____. “**Relator de la ONU: ‘Las detenciones a líderes indígenas muestran problemas de discriminación’**”. La Paz, 10.Set.2012. Disponible em: < <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2012091007> >.

_____. “**Detienen a líder indígena por usar sombrero con plumas, un ‘delito ambiental’**”. La Paz, 16.Jun.2012. Disponible em: < <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2012061601> >.

BLOG DA APIB. “**Organizações divulgam parecer rechaçando proposta do MJ de alterar demarcações de terras**”. Brasília, 8.Abr.2014. Disponible em: < <http://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/tag/minuta-de-portaria-ministerio-da-justica-articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-demarcacao-terras-indigenas-decreto-1775/> >.

_____. “**Bancada Indígena da CNPI divulga carta reafirmando contrariedade à minuta do Ministro da Justiça**”. Brasília – DF, 10.Dez.2013. Disponible em: < <https://mobilizaconacionalindigena.wordpress.com/category/pec-215/> >.

CAMBIO. Periódico del Estado Plurinacional de Bolivia. “**En la Constituyente me preparé para morir**”. Entrevista com Félix Cárdenas. La Paz, 28.set.2013. Disponible em: < http://www.cambio.bo/politica/20120829/%C2%93en_la_constituyente_me_prepare_para_morir%C2%94_78219.htm >.

CAOI. “**Curaca Hilarion Chavez imputado penalmente por exigir titulación de TCO**”. Bolivia, Oct.2012. Disponible em: < <http://www.coordinadoracaoi.org/portal/?q=content/curaca-hilarion-chavez-imputado-penalmente-por-exigir-titulacion-de-tco#.UzZBZ725eP8> >.

CEDIB. **Mallku Khota-Dossier de Prensa: Minería, Tierra y Territorio**. Cochabamba, Nov.2012. Disponible em: < <http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2013/04/Dossier-Mallku-Khota.pdf> >.

CENTRO DE MEDIOS INDEPENDIENTES. “**Hechos y resolución de la Cumbre de las Organizaciones Sociales en Sucre**”. CMI – Sucre. Indymedia Bolivia, 10.set.2007. Disponible em: < <http://bolivia.indymedia.org/node/1195> >.

CIDH. “**CIDH llama a los Estados Miembros a garantizar el respeto a los derechos humanos de los pueblos indígenas en aislamiento voluntario y contacto inicial**”. Washington – DC, 09.Ago. 2013. Disponible em: < <http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2013/059.asp> >.

CORREO DEL SUR. “**Estuvo detenido preventivamente casi tres años. Ex dirigente indígena deja la cárcel tras largo encierro**”. Sucre, 20.Sep.2012. Disponible em: < <http://www.correodelsur.com/2012/09/20/20.php> >.

_____. **“Perdón judicial tras una pena mínima por la toma de la Federación Campesina”**. Sucre, 06.Set.2012. Disponible em: <<http://www.correodelsur.com/2012/09/06/1.php>>.

CORZ, Carlos. **“Gobierno expulsa de Bolivia a la ONG IBIS por injerencia política”**. La Razón, La Paz, 20.Dic.2013. Disponible em: <http://la-razon.com/nacional/Gobierno-Bolivia-ONG-IBIS-injerencia_0_1964803571.html>.

DANIEL, Frank Jack. **“Correa cree en una política económica socialista, pero con aires mercantilistas”**. Agência Reuters,06.Jul.2010. Disponible em: < <http://economia.noticias24.com/noticia/27951/reuters-correa-cree-en-una-politica-economica-socialista-pero-con-aires-mercantilistas/> >.

DAHER, Ricardo. **“ECUADOR - País avanza en la redacción de la nueva constitución”**. Lunes, 31.mar.2008. Disponible em: < <http://www.alterinfos.org/spip.php?article2168> >.

ECUADOR INMEDIATO. **“Asamblea Tramitó Ley de Consulta a las Comunas, Comunidades, Pueblos y Nacionalidades del Ecuador”**. Quito,15.Jan.2013. Disponible em: < http://www.ecuadorinmediato.com/index.php?module=Noticias&func=news_user_view&id=189333&umt=asamblea_tramito_ley_consulta_a_comunas_comunidades_pueblos_y_nacionalidades_del_ecuador >.

_____. **Proyecto de Ley Orgánica d Coordinación y Cooperación entre Justicia Indígena y Ordinaria, pasó primer debate**. Quito, 17.May.2012. Disponible em: <http://www.ecuadorinmediato.com/index.php?module=Noticias&func=news_user_view&id=173654&umt=proyecto_ley_organica_coordinacion_y_cooperacion_entre_justicia_indigena_y_ordinaria_paso_primer_debate>.

_____. **“Asambleísta de Ecuador es discriminada por la prensa al hablar en Quichua”**. Ciudad Alfaro, Sala de Prensa José Peralta. 05.jun.2008. Disponible em: < http://ecuadorinmediato.com/index.php?module=Noticias&func=news_user_view&id=79691&umt=asambleista_ecuador_es_discriminada_por_prensa_al_hablar_en_quichua >.

_____. **“Cuatro provincias de Ecuador instalan fiscalías de justicia indígena”**. Quito, 17.Nov.2007. Disponible em: <http://www.ecuadorinmediato.com/index.php?module=Noticias &func=news_user_view&id=65105&umt=cuatro_provincias_ecuador_instalan_fiscalias_justicia_indigena>.

ECUACHASKI. **Ecuador: Cumbre de justicia indígena desconoce “fiscalías indígenas” creadas por el Estado**. Servindi, 22.dic.2013. Disponible em: < <http://www.ecuarunari.org.ec/index.php/ecuachaski/155-ecuarunari-desconoce-fiscalias-indigenas> >.

EL COMERCIO. **“Cuatro ofertas en la XI Ronda Petrolera de Ecuador”**. Quito, 28.Nov.2013. Disponible em: < http://www.elcomercio.com/negocios/XIRondaPetrolera-Ecuador-petroleo-ofertas-bloques_0_1037896384.html >.

EL DEBER. **“Marcha indígena continúa y Evo advierte a Usaid”**. La Paz, 23.Jun.2010. Disponible em: < http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/politica/20100623/marcha-indigena-continua-y-evo-advierte-a-usaid_76864_144221.html >.

EL DIA. **“Intento de homicidio y el secuestro ‘son una falacia’”**. La Paz, 5.Mar.2012. Disponible em: <http://www.eldia.com.bo/index.php?cat=1pla=3id_articulo=61338&pla=3&id_articulo=86349>.

EL DIÁRIO. **“Conamaq pide modificaciones a Ley de Deslinde Jurisdiccional”**. La Paz, 19.Sep.2013. Disponible em: <<http://www.fmbolivia.com.bo/noticia126488-conamaq-pide-modificaciones-a-ley-de-deslinde-jurisdiccional.html> >.

_____. **“Ministerio Público rechaza denuncias por casos ‘secuestro’ y represión en Chaparina”**. La Paz, 01.Ago.2012. Disponible em: <<http://www.fmbolivia.com.bo/noticia94106-ministerio-publico-rechaza-denuncias-por-casos-secuestro-y-represion-en-chaparina.html> >.

_____. **“Medidas sustitutivas para curaca mallku acusado de llevar plumas en su sombrero”**. La Paz, 15. Jun.2012. Disponible em: <<http://www.fmbolivia.com.bo/noticia90565-medidas-sustitutivas-para-curaca-mallku-acusado-de-llevar-plumas-en-su-sombrero.html>>.

EL DIARIO MANABITA. **“Crean fiscalías de asuntos indígenas en Ecuador”**. Portoviejo, 18.Jun.2008. Disponible em: <<http://www.eldiario.ec/noticias-manabi-ecuador/81725-crean-fiscalias-de-asuntos-indigenas-en-ecuador/>>.

_____. **“Fenocin propone tema de reforma agraria”**. Portoviejo, Lunes 15.jan. 2007. Disponible em: <<http://www.eldiario.ec/noticias-manabi-ecuador/21879-fenocin-propone-tema-de-reforma-agraria/>>.

EL POTOSÍ. **“Ayllus potosinos exigen liberar a su dirigente”**. Potosí, 23.May.2012. Disponible em: <http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/nacional/20120523/ayllus-potosinos-exigen-liberar-a-su-dirigente_172394_362598.html>.

EL TELÉGRAFO. **“Fenocín y CTE apoyan explotación del Yasuni”**. 28.Ago.2013. Disponible em: <<http://www.telegrafo.com.ec/economia/item/fenocin-y-cte-apoyan-explotacion-del-yasuni.html>>.

EL UNIVERSO. **“Fiscalía indígena aspira a que se entiendan sus propias leyes”**. Quito, 28.En. 2014. Disponible em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2014/01/28/nota/2098201/fiscalia-indigena-aspira-que-se-entiendan-sus-propias-leyes>>.

_____. **“Circunscripciones de Cootad suman reparos en indígenas”**. Quito, 13. Ago. 2010. Disponible em: <<http://www.eluniverso.com/2010/08/14/1/1355/circunscripciones-cootad-suman-reparos-indigenas.html>>.

_____. **“Bloque acordó aprobar tres mandatos hasta fines de mayo”**. Guayaquil, 14.abr.2008. Disponible em: <<http://www.eluniverso.com/2008/04/14/0001/8/09ECF806E08B4AF28EE2C25AEBEC61C2.html>>.

EL TELÉGRAFO. **“Ley de Consulta Previa aún se debate en el Pleno”**. Quito, 15.Ene.2013. Disponible em: <<http://www.telegrafo.com.ec/noticias/informacion-general/item/ley-de-consulta-previa-aun-se-debate-en-el-pleno.html>>.

ENLACES BOLIVIA. **“Indígenas afines al Gobierno desalojan vigilia en la sede del CONAMAQ”**. La Paz, 15.En.2014. Disponible em: <http://www.enlacesbolivia.com/sp/noticias_proc.asp?Seleccion=3912#sthash.Vf0e5Ylh.dpuf>.

ERAZO, Paúl Mena. **“Ecuador revive conflicto sobre exploración de petróleo na Amazônia”**. BBC Mundo, Ecuador, 10.Dez.2012. Disponible em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121209_petroleo_amazonia_equador_rw.shtml>.

_____. **“Ecuador: Correa ‘no cederá’ ante protesta indígena”**. 11.May.2010. Disponible em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/05/100511_ecuador_correa_indigenas_ley_agua_jrg.shtml?print=1>.

_____. **“Ecuador: indígenas se movilizan contra Ley de Aguas”**. 5.May.2010. Disponible em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2010/05/100505_ecuador_indigenas_ley_agua_az.shtml>.

_____. **“Gobierno ecuatoriano hablará con indígenas”**. BBC Mundo, Quito, 06.Oct. 2009. Disponible em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2009/10/091006_0433_ecuador_indigenas_dialogo_gm.shtml>.

_____. **“Correa enfrentó su primera protesta indígena”**. BBC Mundo, Quito, 29.sep.2009. Disponible em: < http://www.bbc.co.uk/mundo/america_latina/2009/09/090929_0730_ecuador_movilizacion_wbm.shtml >.

ERBOL. **“Dirigentes de Conamaq dejan Cáritas y quedan en la calle”**. La Paz, 10.Mar.2014. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/10032014/dirigentes_de_conamaq_dejan_caritas_y_quedan_en_la_calle#sthash.uA7RuFtn.dpuf >.

_____. **“Denuncian discriminación y exclusión del Fondioc”**. La Paz, Martes, 18.Feb.2014. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/18022014/denuncian_discriminacion_y_exclusion_del_fondioc#sthash.f47j4L9J.dpuf >.

_____. **“Cortan toda ayuda a CONAMAQ”**. La Paz, 11.Feb.2014. Disponible em: < <http://www.datos-bo.com/Politica/Perspectiva/Cortan-toda-ayuda-a-CONAMAQ> >.

_____. **“Desalojan a autoridades del CONAMAQ de la APDHB”**. La Paz, 20.En.2014. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/20012014/desalojan_autoridades_del_conamaq_de_la_apdhb#sthash.bma55vCl.dpuf >.

_____. **“Policía deja el control de sede a CONAMAQ del MAS”**. La Paz, 14.En.2014. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/14012014/policia_deja_el_control_de_sede_conamaq_del_mas#sthash.qSmPNhVl.dpuf >.

_____. **“Cuarto día de huelga de originarios que piden ingresar a su sede en La Paz”**. La Paz, 16.Dic.2013. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/16122013/cuarto_dia_de_huelga_de_originarios_que_piden_ingresar_su_sede_en_la_paz >.

_____. **“Dirigentes de ayllus van a La Paz a defender el CONAMAQ”**. La Paz, 12.Dic.2013. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/12122013/dirigentes_de_ayllus_van_la_paz_defender_el_conamaq >.

_____. **“Originarios afines al MAS toman sede del CONAMAQ”**. La Paz, 10.Dic.2013. Disponible em: < <http://www.redunitas.org/nina/noticias/12diciembre13/12conamaq.php> >.

_____. **“Advierten sobre fracaso de autonomías indígenas”** La Paz, 01.nov.2013. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/01112013/advierten_sobre_fracaso_de_autonomias_indigenas >.

_____. **“Conamaq Pacta Tratar con Gobierno Ley de Consulta”**. La Paz, 11.Abril.2013. Disponible em: < http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/10042013/conamaq_pacta_tratar_con_gobierno_ley_de_consulta >.

_____. **“Indígenas anuncian presentar Amparo Constitucional al TCP para modificar Ley de Deslinde”**. La Paz, 19.Dic.2012. Disponible em: < <http://www.derechos.org/nizkor/bolivia/doc/deslinde17.html> >.

_____. **“Liberan a autoridad originaria que fue aprendida por usar plumas en su sombrero”**. La Paz, 14.Jun.2012. Disponible em: < <http://oiedc.blogspot.com.br/2012/06/liberan-autoridad-originaria-que-fue.html> >.

EUROPA PRESS. **“Correa asegura que ‘hay conspiraciones en marcha’ contra su Gobierno lideradas por organizaciones indígenas”**. Quito, 25.Jun.2010. Disponible em: < <http://www.notimerica.com/ecuador/noticia-ecuador-correa-asegura-hay-conspiraciones-marcha-contra-gobierno-lideradas-organizaciones-indigenas-20100625222412.html> >.

FIDES. “**Cancio Rojas se declara en la clandestinidad por supuestas amenazas de muerte**”. La Paz, 14.Ene.2014. Disponible em: <http://www.noticiasfides.com/g/sociedad/cancio-rojas-se-declara-en-la-clandestinidad-por-supuestas-amenazas-de-muerte-20342/> >.

FUNDACIÓN PACHAMAMA. “**Audiencia temática en la CIDH ‘Situación del derecho a la libertad de asociación y defensores de la naturaleza en el Ecuador’**”. Quito, 17.Mar.2014. Disponible em: < <http://pachamama.org.ec/fundacion-pachamama-acude-a-la-cidh/> >.

_____. “**Ministerio del Ambiente rechaza recurso de apelación interpuesto por Fundación Pachamama**”. Quito, 13.Feb.2014. Disponible em: < <http://pachamama.org.ec/ministerio-del-ambiente-rechaza-recurso-de-apelacion-interpuesto-por-fundacion-pachamama/> >.

_____. “**Cronología de los hechos**”. Quito, 18.Dic.2013. Disponible em: <<http://pachamama.org.ec/cronologia-de-los-hechos/> >.

HOY. “**El Decreto 16 afecta la existencia de varias ONG**”. Opinión de HOY. Quito, 18.Feb.2014. Disponible em: < <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/el-decreto-16-afecta-la-existencia-de-varias-ong-601091.html> >.

_____. HOY. “**Los huao plantean otra sanción para detenidos**”. Quito, 04.Dic.2013. Disponible em: <<http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/los-huao-plantean-otra-sancion-para-detenidos-596291.html> >.

_____. “**Conaie: 220 amnistías para hablar con Correa**”. Quito, 03.Ago.2013. Disponible em:<<http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/conaie-220-amnistias-para-hablar-con-correa-587566.html> >.

_____. “**Pepe Acacho fue sentenciado a 12 años de prisión**”. Quito, 12.Ago.2013. Disponible em: <<http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/pepe-acacho-fue-sentenciado-a-12-anos-de-prision-588234.html> >.

_____. “**Asamblea aprueba 735 artículos en 50 minutos**”. Quito, 12.Ago.2010. Disponible em: <<http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/asamblea-aprueba-735-articulos-en-50-minutos-424073.html> >.

_____. “**Nueva Constitución alienta a aplicar la justicia indígena**”. 02.Nov.2008. Disponible em: < <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/nueva-constitucion-alienta-a-aplicar-la-justicia-indigena-315658.html> >.

_____. Asamblea Constituyente 2007. “**La Fenocin plantea una agenda para la Constituyente**”. Quito, 01.nov.2007. Disponible em: <<http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/la-fenocin-plantea-una-agenda-para-la-constituyente-281242.html>>.

_____. “**Designan autoridades de las mesas constituyentes**”. Quito, 14.dic.2007. Disponible em: < <http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/ultima-hora-asamblea-constituyente-2007-284708.html> >.

JARDIM, Claudia. “**Ecuador ameaça abandonar preservação de reserva petrolífera na Amazônia**”. BBC Brasil, Caracas, 11.Jan.2011. Disponible em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/01/110110_petroleo_equador_cj.shtml >.

LA HORA. “**Asambleístas y delegados indígenas pulirán textos de las Circunscripciones Territoriales**”. Quito, 27.Jul.2010. Disponible em: <http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/1100993890/-1/Asamble%C3%ADstas_y_delegados_ind%C3%ADgenas_pulir%C3%A1n_textos_de_las_Circunscripciones_Territoriales_.html>.

_____. “**Fiscalías indígenas hacen justicia en comunidades**. Latacunga, 11.Ene.2010. Disponible em: <http://www.lahora.com.ec/index.php/noticias/show/981802/-1/Fiscal%C3%ADas_ind%C3%ADgenas_hacen_justicia_en_comunidades.html >.

LA PRENSA. “**El Conamaq elige a Bernabé y Rojas**”. La Paz, 14.Dez.2013. Disponible em: <http://www.laprensa.com.bo/diario/actualidad/bolivia/20131214/el-conamaq-elige-a-bernabey-rojas_52881_86358.html>.

_____. “**Indígenas denuncian que la ‘supra’ frenó 4 demandas**”. La Paz, 20.out.2007. Disponible em: <http://www.constituyentesoberana.org/3/noticias/autonomias/oct2007/291007_1.html>.

LA RAZÓN. “**Bartolinas toman la Asamblea Permanente de Derechos Humanos**”. La Paz, 17. En.2014. Disponible em: <http://la-razon.com/nacional/Bartolinas-Asamblea-Permanente-Derechos-Humanos_0_1981601925.html>.

_____. “**Proyecto de Ley de Consulta tiene consenso**”. La Paz, 06.Dic.2013. Disponible em: <http://www.la-razon.com/nacional/Proyecto-Ley-Consulta-consenso_0_19564_04401.html>.

_____. “**Lentitud del TCP**”. La Paz, 30.Oct.2013. Disponible em: http://ftierra-org.ftierra-observa.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17163:lentitud-del-tcp&catid=163:comunidades-en-accion&Itemid=237>.

_____. “**El Estado no puede certificar ancestralidad**”. La Paz, 30.abril.2013. Disponible em: <http://www.la-razon.com/suplementos/la_gaceta_juridica/puede-certificar-ancestralidad_0_18238_17673.html>.

_____. “**Se Extinguieron 41 Partidos Políticos**”. La Paz, 09.mar.2011. Disponible em: <http://www.la-razon.com/nacional/EXTINGUIERON-PARTIDOS-POLITICOS_0_1354664530.html>.

LOS TIEMPOS. “**Mallku Khota: Informe forense confirma muerte de comunario por impacto de proyectil**”. La Paz, 07.Jul.2012. Disponible em: <http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/economia/20120707/mallku-khota-informe-forense-confirma-muerte-de-comunario-por-impacto-de_177696_375223.html>.

_____. “**Mallku Khota: Un comunario muerto por impacto de bala, 13 heridos y un policía secuestrado**”. La Paz, 6. Jul.2012. Disponible em: <http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/economia/20120706/mallku-khota-un-comunario-muerto-por-impacto-de-bala-13-heridos-y-un_177581_374968.html>.

_____. “**Gobierno niega enfrentamiento y confirma muerte de comunario en Mallku Khota**”. La Paz, 6. Jul.2012. Disponible em: <http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/economia/20120706/gobierno-niega-enfrentamiento-y-confirma-muerte-de-comunario-en-mallku_177567_374938.html>.

LUIZAGA, Dennis e BUSTILLOS, Iván. **Conamaq pide ampliar la Justicia Indígena**. La Razón, 20.Sep. 2013. Disponible em: <http://204.11.233.254/nacional/Conamaq-pide-ampliar-Justicia-Indigena_0_19102_09027.html>.

LUCAS, Kintto. “**La Conaie y el Gobierno: La necesidad de encontrarse en el camino**”. LLacta! Movimientos Indígenas y Sociales del Ecuador. Quito, 29.out.2007. Disponible em: <<http://www.llacta.org/notic/2007/not1029a.htm>>.

MEDRANO, July Rojas. “**Gobierno impulsa investigación sobre el supuesto secuestro de Canciller**”. Los Tiempos, 24.Feb.2012. Disponible em: <http://www.lostiempos.com/diario/actualidad/nacional/20120224/gobierno-impulsa-investigacion-sobre-el-supuesto-secuestro-de_161514_337878.html>.

NODAL. “**Bolivia: movimientos acuerdan con el gobierno anteproyecto de Ley Marco de Consulta Previa**”. 20.ago.2013. Disponible em: <<http://www.nodal.am/index.php/2013/08/bolivia-movimientos-acuerdan-con-el-gobierno-anteproyecto-de-ley-marco-de-consulta-previa/>>.

NOTIAMAZONIA. “**Nacionalidades Indígenas avanzan a la concreción de los CTIs**”. Puyo, 23. Dic.2010. Disponible em: <http://notiamazonia.com/index.php?option=com_content&view=article&id=383:nacionalidades-indigenas-avanzan-a-la-concrecion-de-los-ctis&catid=1:latest-news&Itemid=18>.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. “**Questão Indígena: Portaria 303 da AGU entra em vigor hoje**”. São Paulo, 05.Fev. 2014. Disponible em:< <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/questoes-indigenas/134616-questao-indigena-portaria-303-da-agu-entra-em-vigor-hoje.html#.U11eB725f4h>>.

NOTÍCIAS STF. “**STF impõe 19 condições para demarcação de terras indígenas**”. Brasília – DF, 19.Mar.2009. Disponible em: < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=105036>>.

NUESTRA TIERRA. “**Diversos obstáculos impiden el avance de las AIOC en Bolivia**”. Periódico mensual para el área rural - Edición Especial, Septiembre 2012, Año 3, nº 9. Disponible em: <<http://www.ftierra.org/nuestraTIERRA/9/nt5a.html>>.

OIEDC. “**¡La Policía Miente! El Curaca Cancio Rojas es Inocente: Afirma su Hija y Presenta Pruebas**”. 11.Jun.2012. Disponible em: <<http://oiedc.blogspot.com.br/2012/06/hija-del-curaca-cancio-rojas-presente.html>>.

ORTEGA, Jenny. **Resumen de los debates de la Cumbre del ALBA en Ecuador**. Cubadebate, La Habana, 25.Jun.2010. Disponible em: < <http://www.cubadebate.cu/noticias/2010/06/25/mientras-haya-imperialismo-y-capitalismo-seguira-la-lucha-resumen-de-los-debates-de-la-cumbre-del-alba-en-ecuador/#.UybwRr25fml>>.

PÁGINA SIETE. “**Advierten riesgos en vigencia de las autonomías indígenas**”. La Paz, 02.nov. 2013. Disponible em: <http://ftierra.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17198:advierten-riesgos-en-vigencia-dLLe-las-autonomias-indigenas&catid=164:fundacion-tierra-en-los-medios&Itemid=242>.

PUYO GACETA. “**Avanza conformación de las CTIs**”. Puyo – Pastaza, 18.Ener.2012. Disponible em: < http://www.puyogaceta.com/index.php?option=com_content&view=article&id=675:avanza-conformacion-de-las-ctis&catid=3:politica&Itemid=2>.

RED UNITAS. “**CONAMAQ conmina al Gobierno abandonar su sede hasta el lunes**”. La Paz, 14.Dic.2013. Disponible em: <<http://www.redunitas.org/nina/noticias/12diciembre13/16conam.php>>.

SERVINDI. “**Ecuador: Indígenas toman Asamblea Nacional y exigen inclusión en Ley de Aguas**”. 05.May.2010. Disponible em: < <http://servindi.org/actualidad/25351>>.

_____. “**Ecuador: Miles de indígenas marchan a Asamblea Nacional en protesta contra Ley de Agua**”. 04.May.2010. Disponible em: < <http://servindi.org/actualidad/25315>>.

_____. “**Ecuador: Conflicto por ley de aguas podría terminar o agravarse este martes**”. 30.Abr.2010. Disponible em: < <http://servindi.org/actualidad/25202>>.

_____. “**Ecuador: Rafael Correa insta a indígenas a levantarse contra dirigencia nacional de CONAIE**”. 1.º.Mar.2010. Disponible em: < <http://servindi.org/actualidad/22912>>.

_____. “**Ecuador: Se rompe diálogo con el gobierno y se anuncia movilización indígena**”. 24.Feb.2010. Disponible em: < <http://servindi.org/actualidad/22705>>.

_____. “**Ecuador: reafirma retiro de proceso de diálogo con el Ejecutivo**”. Quito, 12.En.2009. Disponible em: <<http://servindi.org/actualidad/21230>>.

SETTI, Ricardo. “**Linchamentos na Bolívia são danos colaterais da ‘justiça indígena’ inventada por Evo Morales**”. Revista Veja. Coluna do Ricardo Setti.13. Set.2010. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/linchamentos-na-bolivia-sao-danos-colaterais-da-justica-indigena-inventada-por-evo-morales/> >.

TAMAYO G. Eduardo. “**Ecuador: Asamblea Constituyente agita escenario político**”. Servicio Informativo “Alai-amlatina”. Quito, 27.out.2005. Disponível em: < <http://qollasuyu.indymedia.org/es/2005/10/2700.shtml> >.

TAMAYO, Gustavo Adolfo Bedón, e TERÁN, Germán Roberto Guerra. “**Nuevo modelo de descentralización en el Ecuador a partir de la Constitución del 2008**”. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia, 30 oct. - 2 Nov. 2012, p.3. Disponível em: < <http://www.dgsc.go.cr/dgsc/documentos/cladxvii/bedontam.pdf> >.

TAVARES, Elaine. “**Equador: A marcha pela água e os chamados golpistas**”. Diário Liberdade, Quito, 24.Mar.2012. Disponível em: < <http://www.diarioliberalidade.org/america-latina/batalha-de-ideias/25528-equador-a-marcha-pela-agua-e-os-chamados-golpistas.html?tmpl=component&print=1&layout=default&page=> >.

TUBINO, Najar. “**Bancada Ruralista: Tudo pela Terra**”. São Paulo – SP, Carta Capital, 13.Out.2013. Disponível em: < <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bancada-ruralista--tudo-pela-terra/4/29182> >.

VACAFLO, Nancy. “**Conamaq, la última entidad que marcó distancia del Gobierno**”. Pagina Siete, La Paz, 16.En.2014. Disponível em: < <http://www.paginasiete.bo/nacional/2014/1/16/conamaq-ultima-entidad-marco-distancia-gobierno-11506.html> >.

_____. “**El Gobierno expulsa a la ONG IBIS por ‘injerencia política’**”. Pagina Siete, La Paz. 21. Dic.2013. Disponível em: < <http://www.paginasiete.bo/nacional/2013/12/21/gobierno-expulsa-ibis-injerencia-politica-9269.html> >.

VALDEZ, Miguel. “**Municipio de Gutiérrez avanza hacia la Autonomía Indígena**”. Cipca Cordillera, 04.Sep.2013. Disponível em: < http://cipca.org.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=2954:municipio-de-gutierrez-avanza-hacia-la-autonomia-indigena&catid=177:noticias-2013&Itemid=211 >.

VÁSQUEZ, Javier Calvo. “**Hilarión Chávez: ‘El izquierdismo no entiende, es otra invasión colonial’**”. Sucre, 27.Oct.2011. Disponível em: < <http://javier-deretiro.blogspot.com.br/2011/10/hilarion-chavez-el-izquierdismo-no.html> >.

VILLAGOMEZ, Fredy. “**CONAIOC propone aprobar los estatutos constitucionalizados por normas y procedimientos propios**”. Cipca UAP, 13.Dic.2013. Disponível em: < http://cipca.org.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=3022:conaioc-propone-aprobar-los-estatutos-constitucionalizados-por-normas-y-procedimientos-propios&catid=177:noticias-2013&Itemid=211 >.

WAMBRA RADIO. “**10 Dirigentes indígenas investigados por protestas XI Ronda Petrolera**”. 09.Ener.2014. Disponível em: < <http://www.wambraradio.com/10-dirigentes-indigenas-enjuiciados-por-protestas-xi-ronda-petrolera/> >.

MAPAS:

FUNDACIÓN PACHAMAMA. Mapa “**XI Ronda Petrolera y Territorios Indígenas**”. Disponível em: < <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=439596432804387&set=pb.303405686423463.-2207520000.1394479642.&type=3&theater> >.

VÍDEOS E DOCUMENTÁRIOS:

“**Achacachi, la Insurgência Aymara**” [Vídeo documentário.]. Coordenação geral: Magdalena Cajias. Produção: UMSA; UNAM; 2002. Duração: 00:32:00. Disponível em: <<http://vimeo.com/35406269>> (Acesso: fev/2013.).

ALICE CES. “**Conversa del Mundo - Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos**”. Publicado em 12.Mar.2014. Duração: 02:09:42. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>>.

APIB-DF. “**Video manifesto - Ato de Repúdio à Portaria 303 da AGU**”. Duração: 00:15:27. Publicado em: 30.Ago.2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hWKAActGt0c0>>.

APOINME. “**Mobilização Nacional Indígena em Pernambuco**”. Duração: 00:03:32. Publicado em: 07.Out.2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xw3MOVf50q4>>.

_____. “**Abril Indígena 2013**”. Duração:00:15:13. Publicado em: 1.º.Maio.2013.Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6GqIvqriCXo>>.

_____. “**Lideranças Indígenas Protestam em Brasília, Contra a Portaria 303 da AGU**”. Duração: 00:04:51. Publicado em: 22.Ago.2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FHJGC9VVG-I>>.

CIDH. “**Audiencia: Derecho a la consulta previa de los pueblos indígenas**”. 149º Período de Sesiones. Washington – DC, 28.oct.2013. Duração: 00:48:49. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=yWXQQHK3crg>>.

“**Correa llamó a la unidad y a abandonar el etnocentrismo**”. Duração: 00:03:16.Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qIQGBkVZ7Qs&html5=1>>.

“**Detrás del Tipnis**” [Vídeo documentário.]. Produção: Sólofuego Producciones. Direção: Karen Gil. Bolívia. Duração: 01:10:00. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oa0vUZhwRFA>>.

“**Dolores Cacuango**” [Vídeo documentário.]. Produção Andrés Sánchez Reinoso & Audiovisuales Don Bosco. Duração: 00:16:47. Ecuador. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=JjsNcEHxMc>> (Acesso: Jun/2013.).

ECUADOR. Asamblea Nacional. “**Sesión 256 Intervención Sra. Alicia Cahuilla**”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=oqqfjBCmxwI&list=PLO1bXdXR3sQKNYdxG459wd0SVSyLSpzeB>>.

_____. “**Sesión 256 (3-10-2013) 2do Deb. Declaratoria Yasuni**”. Playlist Youtube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PLO1bXdXR3sQIZtwODt29iKpbihV7r03cm>>.

_____. “**Sesión 225 (11-04-2013) 1er Deb. Consulta Prelegislativa**”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PLO1bXdXR3sQIn1WT7ldT-lhUIzJcC-CCm>>.

_____. “**Sesión 35 (25-03-2010)**”. Playlist. Youtube. Sesión del Pleno. Quito, 25.Mar.2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/playlist?list=PL5C1B59E_C489643BB>.

“**El Pacto de Unidad y el proceso de construcción de una Constitución de una Constitución Política del Estado**”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c2ELc8r3X7k>>.

“**Fernando Daquilema**” [Vídeo documentário.]. Produção Federación de Cabildos Indígenas del Pueblo Cacha (FECAIPAC). Ecuador. Duração: 00:03:00. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=o9_3fmFyv4w >.

FUNDACIÓN NUEVA DEMOCRACIA. “**Hilarion Chavez desde el penal de San Pedro - Observatorio de Derechos Humanos**”. Publicação: 02.Set.2012. Duração: 00:23:44. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ADuJkIvg3HM> >.

“**Humillados y Ofendidos**” [Vídeo documentário.]. De César BRIÉ, Pablo BRIÉ e Javier Horacio Álvarez. Produção: Artes Andes Américas, 2008. Duração: 00:43. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=kyQvd9oaACY> >.

“**Insurgentes**” aborda realidad sociopolítica de Bolivia [Vídeo jornalismo.]. Entrevista com o cineasta Jorge Sanjinés. Produção: tele SUR tv. Duração: 00:02:32. Publicado em 10.ago.2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=mCDyQER5Z-k> >.

“**Los Incas de Vilcabamba**”. Episódio. In: **Sucedió en el Peru**. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=TYP8ijLs78M> > (Acesso: ago/2012.).

NK2NEWS. “**Indios Bloqueiam BR 174 em protesto**”. Duração: 00:05:01. Publicado em: 27.Ago.212. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZXqXms8th1M> >.

PAGINA SIETE. “**Ministerio público hará conocer resultados del caso de cancio rojas**”. [Vídeo jornalismo.]. Duração:00:01:07. Publicação: 10.jul.2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tjvPHRChZAM>>.

_____. “**Rojas Calificó de ‘Inhumana’ la Acción de Cancio**”. [Vídeo jornalismo.]. Duração: 00:01:42. Publicação: 12.jun.2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZdapQ8Xm5bE>>.

_____. “**Romero: Demanda de Comunarios de Mallku Khota**”. [Vídeo jornalismo.]. Duração: 00:01:37. Publicação: 08.jun.2012. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=c4IuBKgiyp0> >.

“**Tierra o Muerte Venceremos: V Marcha Indígena por la Tierra y el Territorio**”. [Vídeo documentário]. Produção: Carina ACUÑA e Yolanda ALFARO. Bolivia. Duração: 00:03:49. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=aXt4-B915Ns> > (Acesso: maio/ 2013.).

“**TIPNIS acude a la Comisión Inter Americana de Derechos Humanos CIDH**”. Vídeo registro da audiência “Situación de derechos humanos de los pueblos indígenas que habitan en el Territorio Indígena del Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) en Bolivia”. Washington – DC, 15.Mar. 2012. Duração: 01:10:00. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=LE9npXoceug>>.

FILMES:

“**Túpac Amaro**”. Longa metragem. Produção cubano-peruana. Direção: Federico García Hurtado. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=F5i_Z9mdcDk > (Acesso em set/2012.).

PRODUÇÕES DE ÁUDIO:

“**80 años de emisiones en español**”. Disponível (juntamente com um link de áudio) em: <http://spanish.ruvr.ru/radio_broadcast/70443761/74691558/> (Acesso: mai/2013.).

“*Propaganda electoral de Felipe Quispe el Mallku*” Disponível em: < <http://boliviadecide.blogspot.com.br/2009/11/propaganda-electoral-de-felipe-quispe.html> >.

PÁGINAS NA REDE INTERNET:

COMUNIDADE AMÁUTICA (Bolívia): <<http://www.faustoreinaga.com/>>.

COONFENIAE (Equador): < <http://www.confeniae.org/> >.

ECUARUNARI (Equador): < <http://www.ecuarunari.org/es/organizacion/federaciones.html>>.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Brasil): < <http://www.funai.gov.br/> >.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Brasil): < <http://www.socioambiental.org/>>.

OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO (Equador): <<http://www.observatoriolegislativo.ec/>>.

OIT. **Normas Internacionales del Trabajo**. Lista de ratificaciones de convenios internacionales del trabajo. Disponível em: < <http://webfusion.ilo.org/public/db/standards/normes/appl/appl-byCtry.cfm?CTYCHOICE=0680&lang=ES> >.

UN- REDD PROGRAM. Disponível em: < <http://www.un-redd.org/> >.

TEXTOS CONSTITUCIONAIS (vide apêndices B, C e D)

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de Janeiro de 1967, in: Diário do Congresso Nacional, 25.01.1967; p.477. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm > (Acesso: jan./2005.).

BRASIL, Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. In: Diário Oficial da União – Seção 1 – 20.10.1969, p.8865. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm > (Acesso:jan./2005.).

OUTROS TEXTOS NORMATIVOS:

BOLÍVIA. Asamblea Nacional. **Ley n.º 3942 del 21 octubre 2008**. Ley de Convocatoria a *Referendum* Constituyente y Dirimidor. Disponível em: <http://www.redunitas.org/Ley_3942%20del%20Referendum%20Dirimidor.pdf>.

_____. **Ley nº 3941 del 21 octubre 2008**. Ley Interpretativa de Conversión del Congreso Nacional en Congreso Constituyente. Disponível em: < <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar/3941> >.

_____. **Ley 3.364, de 6 de Marzo 2006**. Ley Especial de Convocatoria de la Asamblea Constituyente. art.3.º. Disponível em: < <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar/ley%20N/page:19> >.

BOLÍVIA. Asamblea Plurinacional. **Ley n.º 073, del 29.Dez.2010**. Ley de Deslinde Jurisdiccional. Disponível em: <http://www.ftierra.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=707&Itemid=65>.

_____. **Lei n.º 031, de 19 de julho de 2010**. Ley Marco de Autonomías y Descentralización “Andrés Babiñez”. Disponível em: < <http://www.aaps.gob.bo/?p=319&aid=320&pid=319&sa=1> >.

_____. **Ley n.º 026, de 30 de junio del 2010.** Ley del Régimen Electoral. Disponível em: < <http://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Ley26-2010.pdf> >.

BOLIVIA. Presidencia da República. **Decreto de Supremo n.º 1308, de 1.º de Agosto de 2012.** Determina a reversão do cerro Mallku Khota ao controle da estatal Corporación Minera de Bolivia (Comibol). Disponível em: < <http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2012/08/DECRETO-1308-MALLKU-KHOTA.pdf> >.

_____. **Decreto Supremo n.º 802, de 23 de febrero del 2011.** Modifica la denominación y estructura organizativa del Ministerio de Autonomía establecidas en el Decreto Supremo n.º 29894, de 7 de febrero de 2009. Disponível em: < <http://www.autonomia.gob.bo/portal3/images/pdf/Decreto%20Supremo%20802.pdf> >.

_____. **Decreto Supremo n.º 727, de 06 de dezembro de 2010.** Determina que as TCOs passam a denominar-se TIOCs. Disponível em: < http://www.ftierra.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=704&Itemid=65 >.

_____. **Decreto Supremo n.º 231, de 02 de agosto de 2009.** Establece os requisitos e procedimentos para a convocatória e realização de referendo municipal de consulta para adotar a condição de Autonomías IOC, a realizarse em 6.Dic.2009. Disponível em: < <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar/231> >.

BOLIVIA. Departamento de Beni. **Estatuto Autonómico del Departamento del Beni.** Disponível em: < http://constituyentesoberana.org/3/docsanal/refconst/estatuto_beni.pdf >.

BOLIVIA. Departamento de Pando. **Estatuto Fundamental Autonómico del Departamento de Pando.** Disponível em: < http://constituyentesoberana.org/3/docsanal/refconst/estatuto_pando.pdf >.

BOLIVIA. Departamento de Santa Cruz. **Estatuto del Departamento Autónomo de Santa Cruz.** Aprobado *ad Referendum* em 04 de maio de 2008. Disponível em: < <http://www.santacruz.gob.bo/archivos/PN22102010190112.pdf> >.

BOLIVIA. Departamento de Tarija. **Estatuto de Autonomia del Departamento de Tarija.** Disponível em: < <http://ciac-idr.com/imagenes/file/documentos/eudt.pdf> >.

BOLIVIA. Ministerio de Autonomías. “**Reglamento para la Emisión de Certificación de Viabilidad Gubernativa y Verificación de Base Poblacional via TIOC**”. Disponível em: < http://www.ftierra.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1238&Itemid=159 >.

_____. **Resolución Ministerial n.º 091, de 5.Jul.2012,** dispõe sobre emissão de certificado de comprovação de ancestralidade territorial. Disponível em: < <http://www.autonomia.gob.bo/portal3/images/pdf/Reglamento%20de%20Acestralidad.pdf> >.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. **Portaria n.º 303, de 16.Jul.2012.** Disponível em: < <http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/596939> >.

BRASIL. Congresso Nacional. **Emenda Constitucional n.º 45, de 30.Dez.2004.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc45.htm >.

_____. **Lei n.º 9.836, de 23.Set.1999.** Acrescenta dispositivos à Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm >.

_____. **Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da

Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n.º 11, de 31.Out.1991.** Institui e normatiza o funcionamento das Comissões Intersetoriais. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_91.htm>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS n.º 254, de 31.Jan.2002.** Institui a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/geral/politica_nacional_saude_indigena.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria Interministerial n.º 559, de 16.Abr.1991.** Cria a Coordenação Nacional de Educação Indígena e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://funai.altopurus.files.wordpress.com/2013/04/colete3a2nea-da-legislac3a7c3a3o-indigenista-brasileira.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 734, de 07.Jun.2010.** Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria734_MEC_7junho10_CNEEI.pdf>.

_____. **Portaria n.º 3.282, de 26.Set.2005.** Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, constituída por representantes indígenas. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/765338/pg-11-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-09-2005>>.

_____. **Portaria n.º 1.290 27.jun.2001.** Institui, na Secretaria de Educação Fundamental, a Comissão Nacional de Professores Indígenas. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/730641/pg-123-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-29-06-2001>>.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria n.º 490, de 18.Mar.1993.** Designa os membros titulares e suplentes do Comitê de Educação Escolar Indígena. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1021082/pg-8-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-03-1993>>.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto s/n.º de 22.Mar.2006.** Institui, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10794.htm>.

_____. **Decreto n.º 5.312 de 15.Dez.2004.** Dá nova redação ao art. 7.º do Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional de Biodiversidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/D5312.htm>.

_____. **Decreto n.º 5.051, de 19.Abr.2004.** Promulga a Convenção n.º 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais. Publicação DOU de 20.04.2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm> (Acesso: abr/2004.).

_____. **Decreto n.º 4.864, de 24.Out.2003.** Acresce e revoga dispositivos do Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Florestas – PNF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4864.htm>.

_____. **Decreto n.º 4.854, de 8.Out.2003.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá

outras providências; art.3.º, II, “j” e “l”. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4854.htm >.

_____. **Decreto nº 4.340, de 22.Ago.2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências; art.17, § 2.º. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm >.

_____. **Decreto n.º23, de 04.Fev.1991.** Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde das populações indígenas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0023.htm >.

_____. **Decreto n.º 24, de 04.Fev.1991.** Dispõe sobre as ações visando a proteção do meio ambiente em terras indígenas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0024.htm >.

_____. **Decreto n.º 25, de 04.Fev.1991.** Dispõe sobre programas e projetos para assegurar a auto sustentação dos povos indígenas. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0025.htm >.

_____. **Decreto n.º 26, de 04.Fev.1991.** Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm >.

COLOMBIA. Cuzco. **Decreto 132 del 4 de julio de 1825.** In: *Colección de Leyes, Decretos y órdenes publicadas en el Perú desde su independencia en el año de 1821 hasta 31 de Diciembre de 1830.* Tomo 2. Lima, Imprenta de José Masias, 1832. pp.131-132.

ECUADOR. Asamblea Constituyente. **Mandato Constituyente n.º 1** – 30.nov.2007. Disponível em: < http://www.pge.gob.ec/es/documentos/doc_download/196-mandatos-constituyentes.html >.

EQUADOR. Asamblea Nacional. **Consejo de Administración Legislativa. Instructivo para la Aplicación de la Consulta Prelegislativa (Codificado).** Quito, 13.jun.2012. Disponível em: < [http://documentacion.asambleanacional.gov.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/55e1addf-66e9-41b6-a4c4-2590cd5b71a8/Instructivo%20para%20la%20Aplicaci%C3%B3n%20de%20la%20Consulta%20Prelegislativa%20\(Codificado,%2031-07-2012\)](http://documentacion.asambleanacional.gov.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/55e1addf-66e9-41b6-a4c4-2590cd5b71a8/Instructivo%20para%20la%20Aplicaci%C3%B3n%20de%20la%20Consulta%20Prelegislativa%20(Codificado,%2031-07-2012)) >.

EQUADOR. Presidencia De La Republica. **Decreto Ejecutivo n.º 1247, de 19.jul.2012.** Reglamento para la ejecución de la Consulta Previa Libre e Informada en los Procesos de Licitación y Asignación de Áreas y Bloques Hidrocarburíferos. Disponível em: < http://servindi.org/pdf/DECRETO_1247-19-JUL-2012.pdf >.

_____. **Código Orgánico de Organización Territorial, Autonomía y Descentralización.** Suplemento. Registro Oficial n.º 303. Public: Martes 19 de Octubre del 2010. Disponível em: < <http://www.asambleanacional.gov.ec/leyes-asamblea-nacional.html> >.

_____. **Ley de Minería. Registro Oficial n.º 517. Quito, 29 de Enero del 2009.** Disponível em: < <http://www.cme.org.ec/attachments/article/5/ROLM.pdf> >.

NACIONES UNIDAS. **Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas.** Disponível em: < <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N06/512/10/PDF/N0651210.pdf?OpenElement> > (Acesso: jan/2012.).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.** Disponível em: < http://www.un.org/esa/socdev/unpfi/documents/DRIPS_pt.pdf >.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Convenio sobre pueblos indígenas y tribales, 1989 (núm. 169)**. Disponible em: < http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEX_PUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169 >.

_____. **Convenio sobre poblaciones indígenas y tribales, 1957 (núm. 107)**. Convenio relativo a la protección e integración de las poblaciones indígenas y de otras poblaciones tribales y semitribales en los países independientes. Disponible em: < http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID,P12100_LANG_CODE:312252,es > (Acesso: jan/2012.).

_____. **Convenção 169, de 1989, Sobre os Povos Indígenas e Tribais**. Disponible em: < http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_100907.pdf > (Acesso: jan/2012.).

PERÚ. **Colección de Leyes, Decretos y órdenes publicadas en el Perú desde su independencia en el año de 1821 hasta 31 de Diciembre de 1830**. Tomo 2. Lima, Imprenta de José Masias, 1832.

VENEZUELA, República Bolivariana de. Consejo Nacional Electoral. **Resolución N° 130118-0005**. Caracas, 18 de enero de 2013. Reglamento General de la Ley Orgánica de Procesos Electorales. Disponible em: < http://www.cne.gov.ve/web/normativa_electoral/reglamentos/Reglamento_General_LOPRE.pdf > (Acesso: jun/2013.).

PROPOSIÇÕES NORMATIVAS

BOLIVIA. MINISTERIO DE GOBIERNO. CNMCIOB-BS. CONAMAQ. CIDOB. CSUTCB. CSCIOB. **Anteproyecto de Ley de Consulta Previa Libre e Informada. Documento consensuado en la Comisión Nacional**. Cochabamba, Agosto, 2013 Disponible em: < <http://www.flacsoandes.org/observatorioidiscriminacion/images/documentos/161785241-Anteproyecto-de-Ley-de-Consulta-Previa-Bolivia-Version-19-de-agosto-2013.pdf> >.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 3571/2008**. “Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI, e dá outras providências”. Disponible em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=399630> >.

_____. **PL 2057/1991**. “Dispõe sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas”. Disponible em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17569> >.

ECUADOR. ASAMBLEA NACIONAL. Comisión Especializada Permanente de la Biodiversidad y Recursos Naturales. **Informe para Segundo Debate en el Pleno de la Asamblea Nacional sobre el Proyecto de Resolución Especial de Declaratoria de Interés Nacional para la Explotación de los Bloques 31 y 43 dentro del Parque Nacional Yasuní**. Disponible em: < [http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/9cc290d6-ee56-4009-a3c7-331664d89167/Informe%20do.%20debate%20sobre%20la%20solicitud%20para%20la%20declaratoria%20de%20inter%C3%A9s%20nacional%20para%20la%20explotaci%C3%B3n%20petrolera%20de%20los%20bloques%2031%20y%2043%20del%20Parque%20Nacional%20Yasun%C3%AD%20\(01-10-2013\).pdf](http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/9cc290d6-ee56-4009-a3c7-331664d89167/Informe%20do.%20debate%20sobre%20la%20solicitud%20para%20la%20declaratoria%20de%20inter%C3%A9s%20nacional%20para%20la%20explotaci%C3%B3n%20petrolera%20de%20los%20bloques%2031%20y%2043%20del%20Parque%20Nacional%20Yasun%C3%AD%20(01-10-2013).pdf) >.

_____. Comisión Especializada Permanente de Derechos Colectivos, Comunitarios y la Interculturalidad. **Proyecto de Ley Orgánica para el Ejercicio y la Aplicación de los Derechos Colectivos, consagrados en la Declaración de las Naciones Unidas, sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas**. Disponible em: < <http://documentacion.asamblea.nacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/2c7786d3-b584-4692-9fa3-10dd05d3cd51/Ley%20Org%C3%A1nica%20para%20el%20ejercicio%20y%20aplicaci%C3%B3n%20de%20los%20derechos%20colectivos%20consagrados%20en%20la%20Declaraci%C3%B3n%20de%20las%20Naciones%20Unidas,%20sobre%20los%20derechos%20de%20los%20pueblos%20ind%C3%ADgenas> >.

_____. **Proyecto de Ley Orgánica de Consulta a las Comunas, Comunidades, Pueblos y Nacionalidades.** (N.º111255/26.mar.2012). Informe para el Primer Debate. Disponible em: <<http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/41269081-ef8c-4859-9983-7b213c1c5ccf/Ley%20Org%C3%A1nica%20de%20Consulta%20a%20las%20Comunas%20%20Comunidades%20%20Pueblos%20y%20Nacionalidades%20%28Tr%C3%A1mite%20No.%2098341%29>>.

ECUADOR. ASAMBLEA NACIONAL. Comisión Especializada Permanente de Justicia y Estructura del Estado. **Proyecto de Ley Orgánica de Consulta Prelegislativa a Comunas, Comunidades, Pueblos y Nacionalidades.** (N.ºs 10139B/27.abr.2012 e 103990/16.mai.2012). Informe para el Primer Debate. Disponible em: [http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/6e6a7b86-3258-4110-ad2f-89acebd6dce/Ley%20de%20la%20Consulta%20Prelegislativa%20a%20las%20Comunas,%20Comunidades,%20Pueblos%20y%20Nacionalidades%20Ind%20%20ADgenas,%20Montubias%20y%20Afroecuatorianas%20\(Tr%C3%A1mite%20No.%20101398\)](http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/6e6a7b86-3258-4110-ad2f-89acebd6dce/Ley%20de%20la%20Consulta%20Prelegislativa%20a%20las%20Comunas,%20Comunidades,%20Pueblos%20y%20Nacionalidades%20Ind%20%20ADgenas,%20Montubias%20y%20Afroecuatorianas%20(Tr%C3%A1mite%20No.%20101398))>.

ECUADOR. ASAMBLEA NACIONAL. **Proyecto de Ley Orgánica de Coordinación y Cooperación entre la Justicia Indígena y la Justicia Ordinaria.** Quito, 1.º.Feb.2010. Disponible em: <http://prensa.politicas publicas.net/media/blogs/latina/ecuador/2010_02_04_ECUADOR_proyley_organica_coordinacion.pdf>.

ECUADOR. CONGRESO NACIONAL. Comisión de Asuntos Indígenas. **Anteproyecto de Ley de Nacionalidades Indígenas del Ecuador, 1988.** Primer Borrador. In: JUNCOSA, José (Comp.) Documentos indios: declaraciones y pronunciamientos. Ecuador: Abya-Yala, 1991. 2 v. (Colección 500 años). Disponible em: <<http://www.yachana.org/earchivo/conaie/nacionalidades1988.pdf>>. (Acesso: mai/2013).

ECUADOR. PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Proyecto de Ley Orgánica que Regula los Recursos Hídricos y el Uso y Aprovechamiento del Agua.** Quito, 26.Ago.2009. Disponible em: <<http://documentacion.asambleanacional.gob.ec/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/5d0c9f62-a331-43a1-a2e3-7e4259f2d1ee/Ley%20Org%C3%A1nica%20que%20regula%20los%20Recursos%20H%C3%ADdricos,%20Usos%20y%20Aprovechamiento%20del%20Agua>>.

Tabela 1 – LUTAS INDÍGENAS NA BOLÍVIA E EQUADOR

Linha do Tempo

SÉCULO XVI		
1532	Novembro (15 e 16). Francisco Pizarro chega a Cajamarca e captura o Inca Atahualpa.	
1533	Julho (26). Atahualpa é executado. Novembro (15) Pizarro chega a Cusco onde é recebido por Manco Inca.	
1562	Autoridades tradicionais de centenas de povos e comunidades reúnem-se em San Pedro de Mama, arredores de Lima (atual Peru) a fim de discutir propostas de reconhecimento das autoridades tradicionais indígenas pela Coroa Espanhola.	
1570	Fevereiro (6). O Inca Titu Cusi Yupanqui escreve, de seu refúgio em Vilcabamba (Peru), o documento “ <i>Instrucción del Inca Don Diego de Castro Titu Cusi Yupanqui al Licenciado don Lope García de Castro</i> ”, narrativa da conquista espanhola sob a perspectiva incaica, onde reclama a devolução das terras e do poder incaico usurpados pelos conquistadores.	
1582	Chefes Aymara da região de Charcas (atual Bolívia) enviam carta ao Rei Felipe II pedindo o reconhecimento de sua autoridade tradicional.	
SÉCULO XVII		
1615	Felipe Guamán Poma de Ayala dedica ao Rei Espanhol o livro <i>Nueva Crónica y Buen Gobierno</i> , onde afirma a necessidade de substituição, na região andina, da administração espanhola pelas autoridades locais como garantia de “bom governo”.	
SÉCULO XVIII		
1777	Tomás Katari, <i>Kuraka</i> Quechua de Chayanta (Potosí) viaja 600 léguas a pé até Buenos Aires, sede do Vice-reinado, para denunciar excessos na cobrança de tributos e imposição da mita e reivindicar o reconhecimento de seu título de <i>Kuraka</i> . Katari retornou com o reconhecimento formal de seu título pelo vice-Rei, mas passou a sofrer perseguições, o que deu início ao ingresso das comunidades indígenas da região na grande rebelião de 1780, liderada por Tupak Amaru II.	
1780-82	Na região de Cuzco (atual Peru) José Gabriel Condorcanqui Tupac Amaru II, o último Inca, dá início a uma rebelião contra as <i>mitas</i> e pelo reconhecimento da autoridade indígena tradicional frente ao governo colonial. Nas cercanias de La Paz (atual Bolívia), Julian Apasa Nina adota o nome “Tupak Katari” e dá início à rebelião Aymara. Ambos são presos, torturados e mortos junto com suas esposas e familiares.	
SÉCULO XIX		
1809	Julho (16). Primeira rebelião das elites <i>criollas</i> pela independência: os revoltosos se auto identificam como <i>españoles patricios</i> em oposição aos <i>españoles peninsulares</i> , da metrópole.	
1812	Constituição de Cádiz. Abolição da mita.	
BOLÍVIA	EQUADOR	
1825		
Fundação da República da Bolívia. Assembleia Deliberativa. Bolívar: Decreto de 4 de julho (Cuzco) extingue os títulos de autoridade dos Caciques. Abolição da mita.		
1826	1830 Setembro (23). Constitución del Estado del Ecuador.	
1831		
1834		
1839		
1843	1843	Constitución Política de la República del Ecuador.
	1845	Constitución de la República del Ecuador.
1851	1851	Fevereiro (25). Constitución Política de la República del Ecuador.
	1852	Setembro (6). Constitución de la República del Ecuador.
1861	1861	Abril (10). Constitución de la República del Ecuador.
1868		
	1869	Agosto (11). Constitución de la República del Ecuador.
1871		
	1872	

1874	Outubro (5). Lei de Desvinculação. Ordena a substituição da propriedade comunal da terra dos <i>ayllus</i> , pela propriedade agrária individual. Caciques Santos Marka T'ula, Faustino Llanki, Rufino Wilka, Santos Cornejo, Feliciano Kunturi e outros reagem utilizando mecanismos jurídicos de comprovação dos direitos sobre as terras e territórios. Como consequência, são perseguidos e presos.		Fernando Daquilema do povo Cacha, Província de Chimborazo, lidera uma rebelião contra o regime de trabalhos forçados dos trabalhadores campesinos indígenas. A rebelião é debelada pelo Exército. Daquilema e sua "Generala" Manuela León, são fuzilados em praça pública.
1878	Fevereiro (15). Constituição Política mantém o silêncio sobre indígenas e/ou campesinos. Condiciona a cidadania a ser alfabetizado (em castelhano), proprietário de bem imóvel ou renda anual de 200 bolivianos, não proveniente de prestação de serviço doméstico (art. 33, 3).	1878	Abril (6). Constitución Política de la República del Ecuador.
1879	Guerra do Pacífico. O Chile se apropria da saída da Bolívia para o mar.		
1880	Outubro (28). Modificações à Constituição Política de 1878 mantém o silêncio sobre indígenas e/ou campesinos, e sua exclusão da cidadania (art. 33, 3).	1884	Fevereiro (13). Constitución Política de la República del Ecuador.
		1897	Janeiro (4). Constitución Política de la República del Ecuador.
1899	Início da Guerra civil entre La Paz e Sucre. Pablo Zárate, o "Temível Wilca" dá início a um levante Aymara, sitia a cidade de La Paz e cria a República Aymara de Peñas. O movimento é derrotado pelo Exército. O <i>Wilca</i> e outros líderes são mortos. Decreto governamental proíbe o ingresso de indígenas na Praça Murillo.	1899	Rebelião indígena em Pesillo, cercanias de Quito.

SÉCULO XX

	BOLÍVIA		EQUADOR
1900	Até 1920, os índios realizam 60 ataques armados ("jacqueries") a fazendas e povoações de mestiços nos departamentos de La Paz, Potosí, Oruro, Cochabamba e El Chaco. São restauradas as autoridades tradicionais locais dos <i>Mallkus</i> ou <i>Kuracas</i> na defesa administrativa da recuperação das terras comunais.	1906	Dezembro (23). Assembleia Constituinte promulga a nova Constituição, de mais longa vigência.
		1907	Rebelião dos indígenas de Patate-Urcu, Província de Tungurahua.
		1908	Mariano H. Cornejo propone que la raza no es el factor determinante en la historia e insta a las clases dominantes a intentar mejorar la situación del indio.
		1913	Insurreição de Concha, Esmeraldas, com apoio de camponeses negros. Levantamento em Sig-Sig, província de Azuay, contra fazendeiros que pretendiam usurpar terras comunitárias.
1914	Liderados pelo Cacique Martín Vásquez os indígenas da Província de Pacajes se rebelam contra a prestação de trabalhos forçados e pela restauração das autoridades indígenas. A rebelião tem início na Mina de Corocoró, estendendo-se para a Província de Aroma, onde atine as cidades de Calamarca, Patacayama, Sica Sica e Ayo Ayo.	1914	Sublevação nas fazendas Quinoa-Corral e Espino, província de Bolívar, pela posse das terras cultivadas pelos trabalhadores indígenas.
		1916	Rebelião dos indígenas do distrito de San Felipe, Província de Cotopaxi, contra a cobrança de novos impostos. Indígenas de Tisaleo, Província de Tungurahua, invadem a fazenda que havia sido tomada por fazendeiros.
1918	Os indígenas de Caquiaviri se rebelam por direitos territoriais e pela busca do braço cortado de Tupac Katari, supostamente enterrado na região.	1920	Rebelião indígena na província de Azuay contra o censo e pagamento de novos impostos. O <i>Congreso Nacional de Trabajadores</i> transforma as organizações gremiais em sindicatos. Sublevação indígena em Latacunga, província de Cotopaxi, contra os abusos dos <i>aguaciles</i> da região.
1921	Março (12). Revolta indígena em Jesus de Machaca contra o esbulho de terras, a exploração do trabalho indígena e os abusos que culminaram com a morte de um indígena preso. Liderados pelos professores Faustino e Marcelino Llanque, mais de 3 mil indígenas Aymara marcham ao local, onde lincham o <i>corregidor</i> e matam seus familiares. O Exército persegue e massacra dezenas de suspeitos (20 a 118), inclusive mulheres e crianças, e incendeia e mata centenas de casas e animais domésticos, forçando os indígenas de vários <i>ayllus</i> a uma migração em massa. Os irmãos Llanque foram presos, um deles condenado à morte.	1921	Levantamento indígena na província de Chimborazo. Sangrenta repressão. Rebeliões indígenas em Guano, Cojimies e Columbre, Província de Chimborazo, contra a exploração praticada pelos fazendeiros e representantes do Estado.

1924	Até 1927, Os <i>Kurakas</i> , apoiados pela Liga Defensiva Pró-Índio (socialista), dão início a uma série de conspirações e motins.	1923	Rebelião das comunidades de Sinicay e Jadán na Província de Azuay, contra a expropriação de suas terras.
		1925	Inssurreições populares em Cayambe, Província de Pichincha, em várias fazendas da Assistência Social arrendadas a particulares. Os rebeldes reclamam o direito à terra, a melhoria dos salários e condições de vida e o fim dos abusos e mal tratos.
		1926	Fundado o primeiro Sindicato de Índios, em Cayambe. Fundação do Partido Socialista Ecuatoriano, que solicita sua afiliação à Internacional Socialista.
1927	Julho (25). Devido aos maus-tratos, esbulho das terras comunais, serviços obrigatórios cobrança excessiva de impostos, tem início a grande Rebelião de 12 mil <i>comuneros</i> Quéchuas e Aymaras, na região de Chayanta, afetando durante dois meses os departamentos de Potosí, Chuquisaca, Oruro e La Paz. A rebelião foi esmagada pelo Exército, mas mostrou ser possível uma aliança multiétnica.	1927	Levante indígena em Tigua, província de Cotopaxi, por pagamento dos salários e contra abusos praticados por donos das <i>haciendas</i> .
		1928	Assembléia Constituinte. Partido Socialista Ecuatoriano filia-se à Internacional Comunista.
		1929	Constituição Política da República do Equador (26 de março) outorga direito de voto às mulheres. Diversas organizações de trabalhadores se afiliam à Confederação Sindical Latinoamericana.
1930	O Aymara Eduardo Nina Quispe funda a Sociedade “República do Collasuyo” (Centro Educativo Collasuyo), centro educacional de alfabetização e ensino baseado na valorização da cultura Aymara, e voltado para a formação e capacitação de quadros para as lutas pela demarcação das terras comunais dos <i>ayllus</i> , sob ameaça de expropriação. Sob a acusação de promoverem propaganda comunista, Quispe e outros líderes do “Collasuyo” foram presos e submetidos a trabalhos forçados.	1930	Tem início a publicação, vinculada ao Partido Comunista do Equador (PEC), do boletim “ <i>Nucanchic Allpa</i> ” (“Nuestra Tierra”), com ao menos um artigo no idioma Quíchuas.
1932	Até 1935. “Guerra do Chaco” entre Bolívia e Paraguai. Várias comunidades promovem “ <i>jacqueries</i> ” em sinal de protesto contra os recrutamentos forçados de indígenas.	1937	Assembleia Constituinte, sem participação dos partidos políticos. Promulgação do <i>Código de Trabajo</i> , regulando a organização sindical e o direito de greve.
1938	Outubro (30). Constituição Política do Estado reconhece a existência legal das comunidades indígenas enquanto “campesinado” (arts.165 a 167).	1938	A Assembleia constituinte apresenta a nova Constituição.
1943	Dezembro: toma o poder o Cel. Gualberto Villarroel, um quéchua-falante natural de Cochabamba.		
1944	<i>Congressos indígenas regionais</i> são realizados sob o incentivo de Villarroel.		
1944	<i>Congressos indígenas regionais</i> são realizados sob o incentivo de Villarroel.	1944	Criada a <i>Federación de Indios (Fei)</i> , órgão da Confederação de Trabajadores del Ecuador (CTE). Dolores Cacuango é eleita a primeira presidente da Fei.
1945	Novembro (24). Constituição Política do Estado reconhece a existência legal das comunidades indígenas enquanto “campesinado” (arts. 165 a 167). Com o apoio de Villarroel, realiza-se o <i>Primer Congreso Indígena Nacional</i> , onde se determina a abolição da <i>pongueaje</i> .	1945	Nova Constituição Política da República do Equador (6 de março).
1946	Julho: Villarroel é linchado em La Paz por uma turba urbana organizada pelo setor anti-reformista formado pelas elites latifundiárias, barões do estanho e altos círculos militares.	1946	Nova Constituição Política da República do Equador (31 de dezembro), suprimindo direitos promulgados na Constituição anterior.
1947	Grande levante indígena de Apopaya (Cochabamba). Bradando o nome <i>Villarroel</i> , milhares de índios atacam fazendas e sofrem bombardeio aéreo por parte dos militares. Novos levantes ainda ocorreriam no Altiplano e no Sul. Novembro (26). Constituição Política do Estado reconhece a existência legal das comunidades indígenas enquanto “campesinado” (arts. 168 a 170).		
1949	Guerra Civil.		
1951	Maio. Víctor Paz Estenssoro e Hernán Siles Zuazo (MNR) obtêm vitória esmagadora nas eleições nacionais.		
1952	Abril. Paz Estenssoro toma posse. Início da Revolução Nacional (aliança operários, camponeses e militares). Revolução declara o fim da democracia “censitária”. A <i>Ley de Sufragio Universal</i> (21 de julho) outorga direito de voto à mulher e aos analfabetos, possibilitando pela primeira vez o voto dos indígenas.		
1953	Agosto: Paz Estenssoro assina o decreto de Reforma Agrária em Uruceña (Cochabamba), diante de assembleia de 100 mil camponeses vindos de todas as partes da Bolívia. Criadas a <i>Central Obrera Boliviana (Cob)</i> e a <i>Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CNTCB)</i> .	1948	Galo Plaza assume a Presidência da República. É organizada a <i>Concentración de Fuerzas Populares</i> , liderada por Guevara Moreno.

1955	Nova <i>Ley de Educación</i> dispõe sobre a universalidade e obrigatoriedade do ensino e sobre a instalação de escolas rurais		
1956	Hernán Siles Zuazo é eleito e marginaliza a ala esquerda do MNR.	1961	Na região amazônica é criada a “ <i>Asociación Local de Centros Jívaros</i> ”, por iniciativa de missionários salesianos e indígenas Shuar, ex-internos nas missões. Primeira marcha até Quito (dezembro), organizada pela Fei, com 12 mil participantes, exigindo Reforma Agrária.
1964	Golpe militar coloca o Gal. René Barrientos no poder. Firmado o “Pacto militar-campesino”.	1964	Militares assumem o poder após um golpe e decretam a Lei de Reforma Agrária. O huasipungo é abolido , mas a concentração territorial é mantida. Na <i>cuenca</i> amazônica é legalizada a Federación de Centros Shuar , mais tarde denominada Federación Shuar .
1966	René Barrientos é eleito presidente da República com o apoio dos camponeses. Outubro. O guerrilheiro <i>Che Guevara</i> é morto pelos militares. Barrientos destrói a estrutura sindical e devolve o predomínio ao exército.		
1967	Constituição política do estado. Completamente silente sobre a presença indígena. Apenas as comunidades camponesas são reconhecidas.	1967	Nova Constituição Política da República do Equador (25 de maio).
		1968	Criada a Federación Nacional de Organizaciones Campesinas (Fenoc) [como ramo campesino da <i>Confederación Ecuatoriana Obreros Católicos (CEDOC)</i>], congregando o campesinato indígena, mas sem incluir a componente étnica em seus objetivos. Velasco Ibarra é eleito Presidente da República pela quinta vez.
1970	Surge o Movimento Katarista (Aimará).	1970	O governo Ibarra proíbe a representação na zona rural da peça Huasipungo (versión dramática, de Marco Ordóñez Andrade).
1971	Fevereiro. Criada pelos cocaleiros a “ <i>Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia</i> ” (CSCB), filiada à COB e sem vínculos com a CNTCB nem com o Pacto Militar-Campesino. Agosto. Congresso Nacional Campesino em Potosi: movimento Katarista elege o Aymara Jenaro Flores a dirigente máximo do CNTCB. O governo de esquerda do Gal. Torres é derrubado pelo Gal. Hugo Banzer, apoiado pelos EUA, que assume como ditador. Jenaro Flores é exilado. O movimento Katarista entra na clandestinidade. Lançado o livro “Tesis India”, de Fausto Reinaga.	1972	Na província de Chimborazo, com o apoio do bispo Dom Leônidas Proaño, é criada a Ecuarunari: Ecuador runacunapac riccharimui (“ <i>el despertar de los indios del Ecuador</i> ”), tendo como Secretaria Geral a líder Blanca Chancoso. Nas montanhas a Ecuarunari cria filiais denominadas <i>huahua riccharimui</i> (“ <i>el despertar de los hijos</i> ”).
1973	Julho (30). Primer Manifiesto de Tihuanaco, firmado em La Paz por organizações ligadas aos povos Aymara e Quéchua (Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink’a; Centro Campesino Tupaj Katari; Asociación de Estudiantes Campesinos de Bolivia e Asociación Nacional de Profesores Campesinos). Forte repressão governamental às manifestações populares.	1973	Agosto. FEI, Fenoc e Ecuarunari realizam juntas o I Encuentro Nacional Campesino por la Reforma Agraria . Três semanas depois o governo reage impondo uma II Reforma Agrária, de cunho mais liberal que a primeira. Na <i>cuenca</i> amazônica é criada a Federación de Organizaciones Indígenas del Napo (FOIN) . Publicado pelo III, no México, o livro de Gladys Rivadeneira, “ <i>Relaciones interétnicas en Otavalo – Ecuador. ¿Una Nacionalidad India en Formación?</i> ”.
1974	Camponeses Quechua de Cochabamba iniciam bloqueios de estrada contra o pacote econômico do governo. Banzer envia tropas do Exército, ocasionando o “Massacre del Valle”. O movimento Katarista exige o fim do Pacto Militar-Campesino. Após o I Parlamento Índio Americano del Cono Sur, realizado no Paraguai (outubro 1974), os indígenas Aymara e Quechua tomam conhecimento da existência da Declaração de Barbados I.		
1975	Participando do “I Congresso Mundial dos Povos Indígenas”, no Canadá, os indígenas bolivianos despertam para a necessidade de articulação internacional e aproximação com a ONU.		
1976	Mineiros ligados à Cob entram em greve. Sob a acusação de subversivos, militares dissolvem uma reunião de bispos em Riobamba. Religiosos estrangeiros são expulsos do país.		
1977	Banzer anuncia eleições para o próximo ano. Ainda na clandestinidade, a “ <i>Confederación Campesina Tupaj Katari</i> ” se apresenta numa coletiva de imprensa. Criado o “Movimiento Índio Tupaq Katari” (MITKA)	1977	Após o massacre de centenas de trabalhadores safreiros na usina açucareira estatal de Aztra, FEI, Fenoc e Ecuarunari criam a Frente Único de Lucha Campesina (FULCA) .
1978	Fim do governo Banzer. Nas eleições de 18 de Julho o candidato militar, gal. Juan Pereda Asbún é derrotado por Hernán Siles Zuazo, da coligação de esquerda. As eleições são anuladas. Pereda assume a presidência. Em novembro, o gal. David Padilha derruba o governo Pereda. Lançada candidatura Aymara-qhichwa nas eleições de 1978	1978	Criada na região da bacia amazônica a Federación de Nacionalidades Indígenas de Sucumbios (FOISE) . Nova Constituição Política da República do Equador.
1979	Agosto. assume o presidente civil Walter Guevara Arce, derrubado em novembro pelo cel. Alberto Natusch Busch. Novembro. Assume a presidente civil Lidia Gueiler Tejada.	1979	Criada na região da bacia amazônica a Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza (OPIP) . Nova Constituição Política da República do Equador.

	<p>Criada a “<i>Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia</i>” (CSUTCB), de orientação Katarista. Primeira tese política da CSUTCB enfatiza a questão identitária, faz uso das expressões “<i>nuestra identidad nacional</i>” e “<i>nuestras nacionalidades oprimidas</i>”, e elege como heróis Tupak Katari e Bartolina Sisa, Tupak Amaro e Micaela Bastidas, Zarate Willka e outros. Lançada candidatura Aymara-qhichwa nas eleições de 1979. Dezembro. Primeiro grande bloqueio de estradas, sob a liderança de Jenaro Flores (CSUTCB). Ruptura com o pacto militar-camponês.</p>		<p>Reconhecimento do Direito de voto aos analfabetos amplia a participação política dos indígenas nas eleições locais e nacionais. Em seu discurso de posse, o Presidente eleito Roldós pronuncia algumas palavras em Quechua e reconhece o caráter “pluriétnico” e “pluricultural” do Estado. Ileana Almeida, antropóloga Quechua que havia estudado na URSS, publica o livro “<i>Consideraciones sobre la nacionalidad Kechwa. Lengua y Cultura en el Ecuador</i>”.</p>
1980	<p>Julho. García Meza derruba Lidia Gueiler e assume o poder. Lançada candidatura Aymara-qhichwa nas eleições de 1980. Criada a “Federación Nacional de Mujeres Campesinas Bartolina Sisa”. FNMCBS e CSUTCB filiam-se à Cob.</p>	1980	<p>Agosto. Sob a liderança Shuar, é criada a Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (Confeniae), reunindo a FOIN, a FOISE, a OPIP e a Federação Shuar. Outubro. Primeiro encontro Confeniae e Ecuarunari, resultando na criação do Consejo Nacional de las Nacionalidades Indígenas de Ecuador (CONACHNIE), com o objetivo de coordenar as ações andinas com as da região amazônica.</p>
1981	<p>Agosto: Cai o general García Meza. Em setembro assume o gal. Celso Torrelio Villa, nomeado pela junta militar.</p>		
1982	<p>Julho. Torrelio Villa é obrigado à renúncia. O gal. Guido Vildoso Calderón é nomeado presidente. Outubro: assume o civil Hernán Siles Zuazo. Fim da ditadura militar. Fim do Pacto Militar-Camponês. Nas terras baixas é criada a “<i>Confederación India del Oriente Boliviano</i>” (Cidob).</p>		
1983	<p>II Congresso da CSUTCB. Tese política menciona a proposta de plurinacionalidade.</p>	1983	<p>Nova legislação favorece a descentralização e maior autonomia administrativa dos municípios, ampliando as possibilidades de tomada do poder local pelos indígenas.</p>
1984	<p>CSUTCB entrega seu Projeto de Lei Agrária Fundamental, contendo o primeiro embrião de um novo tipo de Estado. O projeto é declarado inconstitucional mas passa a servir como referência simbólica pelo movimento Katarista.</p>	1984	<p>Abril: Segundo encontro Conacnie (Confeniae / Ecuarunari) é realizado em Quito, com a presença de nove nacionalidades, decidindo pela independência em relação a partidos políticos. Maio. Reformas à Constituição de 1978.</p>
1985/ 86	<p>Fim da Revolução Nacional. Ingresso no modelo neoliberal.</p>	1986	<p>Novembro. Terceiro encontro da Conacnie. Criada a Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (Conaie).</p>
		1988	<p>A Fenoc altera sua sigla incluindo a letra I de indígena, passando a se denominar Federación Nacional de Organizaciones Campesinas - Indígenas (Fenoc-I). Fenoc-I, FEI e Conaie entregam ao Congresso o Proyecto de Ley de Nacionalidades Indígenas del Ecuador. Criada a primeira instância indígena estatal, a Dirección Nacional de Educación Indígena Intercultural Bilingüe.</p>
1990	<p>Primeira Marcha Indígena e camponesa: “<i>Marcha por el Territorio y la Dignidad</i>”. Oitocentos indígenas, de doze povos das terras baixas, marcham durante 34 dias até La Paz, gerando grande impacto na opinião pública. Algumas demandas são aceitas pelo governo. É criado o Exército Guerrilheiro Tupaj Katari (EGTK), com a participação de Felipe Quispe e Álvaro Linera.</p>	1990	<p>Maio (28). Após a missa na Igreja de Santo Domingo, em Quito, os indígenas ocupam o templo e dão início ao Levante indígena de Inti Raymi, com milhares de indígenas bloqueando estradas por todo o país, sobretudo nos andes, por cerca de nove dias. Junho. Realizada em Quito a I Conferência Continental preparatória do V Centenário (“500 anos de resistência”).</p>
		1992	<p>Abril. Exigindo a titulação de seus territórios e o reconhecimento do Estado Plurinacional, a OPIP, liderada pelo Quichua Antônio Vargas, dá início à “Grande Marcha dos povos amazônicos”, com participação de povos do altiplano. O indígena Mariano Curicama é eleito alcaide de Guamote (Chimborazo). Mais tarde seria reeleito duas vezes pelo Pachakutik e depois eleito prefeito de Chimborazo. Criada a Secretaría Nacional de Asuntos Indígenas y Minorías Étnicas (SENAIM).</p>
1994	<p>Sob pressão do movimento indígena, o presidente Sánchez de Lozada promulga a “Lei de Participação Popular” que reconhece alguma autonomia administrativa aos municípios e certos direitos específicos aos povos indígenas.</p>	1993	<p>Maio (5). Reformas à Constituição de 1978. Congresso da Conaie.</p>
		1994	<p>Junho. Novo levante indígena paralisa o país por dez dias, obrigando o governo a desistir da aprovação da Lei de Desenvolvimento Agropecuário, que favorecia os grandes fazendeiros em prejuízo da propriedade coletiva e dos pequenos proprietários individuais.</p>
1995	<p>Lei n.º 1615, de 6 de fevereiro, aprova reforma à Constituição política do Estado, de 1967: reconhece a Bolívia como “<i>multiétnica y pluricultural</i>” (art. 1.º).</p>	1995	<p>Criado o partido indígena Pachakutik: “Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País” [NUPP-NP]</p>
1996	<p>Segunda Marcha: “<i>Segunda Marcha Indígena y Campesina por el Territorio, la Tierra, los Derechos Políticos y el Desarrollo</i>”. A marcha pede o reconhecimento de “<i>Territórios Indígenas Autónomos</i>”, mas o governo transforma estes em “<i>Tierras</i></p>	1996	<p>Maio (29). Reforma à Constituição de 1979. O Movimento Pachakutik concorre pela primeira vez às eleições presidenciais. Consegue eleger 8 deputados, entre eles importantes lideranças da Conaie, como Luis Macas, Miguel Lluco e Nina Pacari, além de 11</p>

	<i>Comunitarias de Origen</i> ” (TCOs). Grande marcha contra a lei do INRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária)		municípios, incluída a cidade de Cuenca. Bucarán cria o Ministério de Assuntos Étnicos, logo substituído, por Alarcón, pelo <i>Consejo de Planificación y Desarrollo de los Pueblos Indígenas y Negros</i> (CONPLADEIN), constituído com representantes das organizações indígenas e de afro-equatorianos.
1997	Criação do “ <i>Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu</i> ” (Conamaq). A organização repudia a CSUTCB por considerá-la representativa de interesses e valores externos, e articula-se com a Cidob.	1997	Reforma à Constituição de 1978. O presidente interino Alarcón convoca a 19.ª Assembleia Constituinte. Mariano Curicama, primeiro alcalde indígena, põe em funcionamento um parlamento popular no cantão de Guamote. A Conaie / Pachakutik elege 10% do total de constituintes . Fenoc – I é transformada em FenocIN - Federación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras.
		1998	Novas eleições. O Movimento Pachacutik elege 7 deputados e seu candidato a presidente (Ehlers) obtém o 5.º lugar, com 14,3% dos votos. Conaie mobiliza os setores populares de todo o país na elaboração de uma “Constituinte Alternativa”. Sob o lema “ <i>todas las voces a la Constituyente</i> ”, realiza uma “ <i>caminata por el Estado plurinacional</i> ” atingindo todas as províncias da região andina colhendo propostas para a Constituinte. Os resultados são enviados ao Pachakutik e servem de base de atuação na Assembleia Constituinte. Instalada a Assembleia Constituinte. Por pressão do movimento indígena o Ecuador ratifica a Convenção 169 da OIT. Agosto (11). Nova Constituição reconhece os direitos coletivos dos povos indígenas e afroequatorianos e inclui o código ético incaico “ <i>ama quilla, ama llulla, ama shua</i> ”. Maio: É criado o <i>Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador</i> (Codenpe), diretamente vinculado à Presidência da República. Conaie e <i>Coordinadora de Movimientos Sociales</i> (CMS) criam 21 parlamentos provinciais. Em 11 de dezembro instalam pela primeira vez um parlamento “nacional” em Quito.
		1999	Janeiro. O “ <i>Parlamento Nacional de los Pueblos del Ecuador</i> ”, reunido em sessão permanente, exige a renúncia representantes dos Três Poderes da República. Milhares de indígenas de todo o país dirigem-se a Quito e, junto com militares rebeldes, forçam a renúncia de Jamil Mahuad, que foge do país. O presidente da Conaie, Antônio Vargas, assume a “Junta de Salvación nacional” juntamente com o Coronel Gutiérrez e Carlos Solórzano, ex-presidente da Corte Suprema. Os indígenas festejam, mas a junta se desfaz horas depois, sob ordens do alto comando militar, que dá posse ao vice-presidente. É criada a <i>Dirección Nacional de Salud Indígena</i> (DNSI). FenocIN é transformada em Confederação.
SÉCULO XXI			
	BOLIVIA		EQUADOR
2000	Abril. Em Cochabamba ocorre a “Guerra da água”, protesto generalizado contra a privatização da água. Nas terras baixas é lançado o “ <i>manifiesto indígena campesino por la tierra, el territorio y los recursos naturales</i> ”. Junho: “ <i>Tercera Marcha Indígena, Campesina y de Colonizadores por la Tierra, el Territorio y los Recursos Naturales</i> ”, mobiliza indígenas, camponeses e colonizadores das terras baixas (departamentos de Pando, Beni e Santa Cruz). Novembro (14). Liderados por Felipe Quispe, os kataristas criam o Movimiento Indígena Pachacutik (MIP).	2000	Maio. Eleições municipais e provinciais. O Pachakutik tem boa votação, direta ou em aliança, em 31 municípios, 5 prefeituras e 480 “juntas parroquiales”.
2001	Abril (9). Kataristas lançam o <i>Manifiesto de jach'ak'achi</i> e a Acta de Reconstitucion de la Nacion Aymara-Qhichwa. Julho. <i>Consejo Supremo de Mallkus y Amawt'as de Jach'a Umasuyu</i> denuncia às Nações Unidas e à opinião pública ser alvo de violenta repressão do exército boliviano e convoca “a nuestros hermanos de Jach'a Pakajaqi, Jach'a Karanja, Jach'a Aruma, Jach'a Killaka, Jach'a Yunka para multiplicar la lucha”.		
2002	Os cocaleiros tomam conhecimento da intenção do governo em proibir a comercialização, no mercado interno, das folhas de coca produzidas em Chapare, dando início a uma mobilização à cidade de Cochabamba, onde confrontos com forças policiais		

	geraram mortos e feridos. Apontado como responsável, Evo Morales é expulso da Câmara dos Deputados, mas obtém o apoio da opinião pública, de Felipe Quispe, do Conamaq e dos cocaleiros de Yungas, que espalham protestos pelo país. Morales se lança candidato à presidência da República pelo MAS, ficando em 2.º Lugar, atrás de Sanches de Lozada. Maio. Quarta Marcha Indígena a La Paz, convocada pelo Bloque Oriente com o lema “ <i>Por la soberanía popular, el territorio y los recursos naturales</i> ”, converte-se na prática em Marcha pela Assembleia Constituinte.		
2003	Setembro e outubro. “Guerra do gás”: levantes e bloqueios contra o projeto de exportação do gás para México e EUA através do Chile. O Presidente Lozada foge do país.		
2004	Lei n.º 2631, de 20 de fevereiro: reforma constitucional.		
2005	Nova “Guerra do gás” pela nacionalização dos hidrocarbonos provoca a queda do presidente Garcia Meza e a antecipação das eleições presidenciais. <u>Dezembro</u> : Morales é eleito o primeiro presidente indígena da Bolívia, com 53,7% dos votos. Ruptura com Felipe Quispe.	2005	<u>Fevereiro a abril</u> : mobilizações sociais derrubam o governo Lúcio Gutierrez e afirmam “ <i>Que se vayan todos</i> ” e substituição das instituições políticas por “ <i>Asambleas populares</i> ”. <u>Outubro</u> : Presidente Alfredo Palacio declara intenção de convocar uma Constituinte composta por partidos (50%) e movimentos sociais (50%). O Partidos declaram-se contrários. Pachacutic apoia a ideia, lembra que é reivindicação indígena desde 1990, e reivindica exclusão total dos partidos da constituinte.
2006	<u>Janeiro</u> . Posse do Presidente Evo Morales e do vice Alvaro Linera. <u>Maio</u> . Nacionalização dos hidrocarbonos. <u>Agosto</u> (6). Instalada a Assembleia Constituinte. <u>Novembro</u> . Sob pressão da “ <i>Quinta Marcha Nacional Indígena por la recuperación de los territorios indígenas y la modificación de la Ley INRA</i> ”, o Congresso aprova a “ <i>Ley de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agrária</i> ”.	2006	Conaie cogita lançar a candidatura de Luis Macas à presidência da república. <u>Outubro</u> (15): Macas fica em 6.º lugar, com 2,19% dos votos. <u>Novembro</u> (26): Rafael Correa é eleito em 2.º turno com 56,67% dos votos válidos, contra 43,33% de Álvaro Noboa.
2007	Sob convocação da Cidob, é realizada das terras baixas até Sucre, a “ <i>VI Marcha por las autonomias indígenas, tierra y territorio y el Estado Plurinacional</i> ”. Publicado o manifesto pela aprovação constituinte de um “ <i>Estado Unitário Plurinacional</i> ” e o reconhecimento da “ <i>preexistencia de las naciones y pueblos indígenas originarios y la participación em todos los niveles de gobierno</i> ”	2007	<u>Janeiro</u> (15): Rafael Correa toma posse prometendo para março referendun sobre convocatória de constituinte. Congresso é contra. Fevereiro: sob pressão popular, congresso aprova convocatória do referendun. <u>Abril</u> : Referendun: 82% dos eleitores apoiam a convocatória da Constituinte. <u>Agosto</u> (14): início da campanha eleitoral para constituintes. <u>Setembro</u> (30): Eleições constituintes. Aliança País conquista 80 das 130 cadeiras. Pachacutik obtém 4. <u>Outubro</u> : 8 mil indígenas marcham a Quito em apoio à instalação da Constituinte. Conaie apresenta sua proposta de Estado Plurinacional. <u>Novembro</u> (30): Instalada a AC em Ciudad Alfaró, Cantão de Montecristi (Manabí).
		2008	<u>Julho</u> : Plenária aprova o texto final. Pachacutic se retira do plenário, acusando de traição aos constituintes da situação, pela exclusão do Quéchua como idioma oficial. AC assume o exercício da Função Legislativa. Referendun aprova o novo texto constitucional.
2009	Fevereiro (25). Referendun constituinte aprova o novo texto constitucional.	2009	
		2010	Fernando Daquilema e Manuela León são declarados Heróis Nacionais.

**Tabela 2 – CONSTITUIÇÕES E POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA
SÉCULO XIX**

Por ordem Cronológica

1811	<p style="text-align: center;">COLOMBIA - CONSTITUCIÓN DE CUNDINAMARCA <i>(promulgada el 4 de abril de 1811)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1811	<p style="text-align: center;">COLOMBIA – ACTA DE LA FEDERACIÓN DE LAS PROVINCIAS UNIDAS DE NUEVA GRANADA <i>(27 de noviembre de 1811)</i></p> <p>Art. 24.- No por esto se despojará ni se hará la menor vejación o agravio a las tribus errantes, o naciones de indios bárbaros que se hallen situadas o establecidas dentro de dichos territorios; antes bien se las respetará como legítimos y antiguos propietarios, proporcionándoles el beneficio de la civilización y religión por medio del comercio y por todas aquellas vías suaves que aconseja la razón y dicta la caridad cristiana, y que sólo son propias de un pueblo civilizado y culto; a menos que sus hostilidades nos obliguen a otra cosa.</p>
1811	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN FEDERAL PARA LOS ESTADOS DE VENEZUELA <i>(21 de diciembre de 1811)</i></p> <p style="text-align: center;">Capítulo nono. Disposiciones generales</p> <p>Art. 200.- Como la parte de ciudadanos que hasta hoy se han denominado Indios, no han conseguido el fruto apreciable de algunas leyes que la Monarquía Española dictó a su favor, porque los encargados del gobierno en estos países tenían olvidada su ejecución; y como las basas del sistema de gobierno que en esta Constitución ha adoptado Venezuela, no son otras que la de la justicia y la igualdad, encarga muy particularmente a los Gobiernos provinciales, que así como han de aplicar sus fatigas y cuidados para conseguir la ilustración de todos los habitantes del Estado, proporcionarles escuelas, academias y colegios en donde aprendan todos los que quieran los principios de Religión, de la sana moral, de la política, de las ciencias y artes útiles y necesarias para el sostenimiento y prosperidad de los pueblos, procuren por todos los medios posibles atraer a los referidos ciudadanos naturales a estas casa de ilustración y enseñanza, hacerles comprender la íntima unión que tiene con todos los demás ciudadanos, las consideraciones que como aquellos merecen del Gobierno y los derechos de que gozan por el solo hecho de ser hombres iguales a todos los de su especie, a fin de conseguir por este medio sacarlos del abatimiento y rusticidad en que los ha mantenido el antiguo estado de cosas y que no permanezcan por más tiempo aislados y aun temerosos de tratar a los demás hombres; prohibiendo desde ahora que puedan aplicarse involuntariamente a prestar sus servicios a Tenientes o Curas de sus parroquias, ni a otra persona alguna y permitiéndoles el reparto en propiedad de las tierras que les estaban concedidas y de que están en posesión, para que a proporción entre los padres de familia de cada pueblo, las dividan y dispongan de ellas como verdaderos señores, según los términos y reglamentos que formen los Gobiernos provinciales.</p> <p>Art. 201.- Se revocan por consiguiente y quedan sin valor alguno leyes que en el anterior gobierno concedieron ciertos tribunales, protectores y privilegios de menor a dichos naturales, las cuales dirigiéndose al parecer a protegerlos, les han perjudicado sobre manera, según ha acreditado la experiencia.</p> <p>Art. 202.- El comercio inicuo de negros prohibido por decreto de la Junta Suprema de Caracas, en 14 de agosto de 1810, queda solemnemente abolido en todo el territorio de la unión, sin que puedan de modo alguno introducirse esclavos de ninguna especie por vía de especulación mercantil.</p> <p>Art. 203.- Del mismo modo quedan revocadas y anuladas en todas sus partes, las leyes antiguas que imponían degradación civil a una parte de la población libre de Venezuela, conocida hasta ahora bajo la denominación de pardos: éstos quedan en posesión de su estimación natural y civil y restituidos a los imprescriptibles derechos que le corresponden como a los demás ciudadanos.</p> <p>Art. 204.- Quedan extinguidos todos los títulos concedidos por el anterior Gobierno y ni el Congreso, ni las Legislaturas provinciales podrán conceder otro alguno de nobleza, honores o distinciones hereditarias, ni crear empleos u oficio alguno, cuyos sueldos o emolumentos puedan durar más tiempo que el de la buena conducta de los que les sirvan.</p>
1812	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN QUITENA (ECUADOR) <i>(15 de febrero de 1812)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1812	<p style="text-align: center;">CHILE - REGLAMENTO CONSTITUCIONAL PROVISORIO <i>(Sancionado el 26 de octubre de 1812)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1814	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN DE APATZINGÁN (México) <i>(22 de octubre de 1814)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1818	<p style="text-align: center;">CHILE - PROYECTO DE CONSTITUCIÓN PROVISORIA <i>(Sancionado el 23 de octubre de 1818)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1818	<p style="text-align: center;">COLOMBIA – DECLARACIÓN DE PORE <i>(18 de diciembre de 1818)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1819	<p style="text-align: center;">ARGENTINA - CONSTITUCIÓN DE LAS PROVINCIAS UNIDAS DE SUDAMÉRICA <i>(1819)</i></p> <p style="text-align: center;">Capítulo II - Derechos particulares</p> <p>Art. 128 Siendo los indios iguales en dignidad y en derechos á los demás ciudadanos, gozarán de las mismas preeminencia y serán regidos por las mismas leyes. Queda extinguida toda tasa ó servicio personal, bajo cualquier</p>

	<p>pretexto ó denominación que sea. El Cuerpo Legislativo promoverá eficazmente el bien de los naturales por medio de leyes que mejoren su condición hasta ponerlos al nivel de las demás clases del Estado.</p> <p>Art.129 Queda también constitucionalmente <u>abolido el tráfico de esclavos</u> y prohibida para siempre su introducción en el territorio del Estado.</p>
1819	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE VENEZUELA (15 de agosto de 1819)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1819	<p>COLOMBIA - LEY FUNDAMENTAL (17 de diciembre de 1819)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1820	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA CUENCANA (ECUADOR) (Decreto Legislativo Número 000. RA/ 1820 de 9 de Marzo de 1820)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1821	<p>LEY FUNDAMENTAL DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA (18 de julio de 1821)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1821	<p>COLOMBIA (30 de agosto de 1821)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1821	<p>CONSTITUCIÓN GRANCOLOMBIANA (ECUADOR) (6 de octubre de 1821)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1822	<p>REGLAMENTO PROVISIONAL POLÍTICO DEL IMPERIO MEXICANO (18 de diciembre de 1822)</p> <p>Capítulo único – De los diputados provinciales, ayuntamientos y alcaldes</p> <p>Art. 90.- No omitirán diligencia:</p> <p>3. Para formar de acuerdo con el jefe político, y enviar al Gobierno supremo para su aprobación planes juiciosos, según los cuales, pueda hacerse efectivo en plena propiedad, entre los ciudadanos indígenas y entre los beneméritos, industriosos, el repartimiento de tierras comunes o realengas, salvo los ejidos precisos a cada población.</p>
1822	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE CHILE. (30 de octubre de 1822)</p> <p>Capítulo IV – De las facultades del Congreso</p> <p>Art. 47.- Corresponde al Congreso:</p> <p>6. Cuidar de la civilización de los indios del territorio;</p>
1823	<p>PERU – CONSTITUCIÓN DE 1823 (Ley de 12 de noviembre de 1823)</p> <p>Capítulo IV. Estado político de los peruanos</p> <p>Art. 11.- Nadie nace esclavo en el Perú, ni de nuevo puede entrar en él alguno de esta condición. Queda abolido el comercio de negros.</p>
1823	<p>CHILE – CONSTITUCIÓN POLÍTICA Y PERMANENTE DEL ESTADO (29 de diciembre de 1823)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1824	<p>CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (de 25 de março de 1824)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1824	<p>MÉXICO - ACTA CONSTITUTIVA DE LA FEDERACIÓN (31 de enero de 1824)</p> <p>Poder Legislativo</p> <p>Art. 13.- Pertenece exclusivamente al congreso general dar leyes y decretos:</p> <p>X. Para arreglar el comercio con las naciones extranjeras y entre los diferentes estados de la federación y tribus de los indios.</p>
1824	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS (4 de octubre de 1824)</p> <p>Sección V – De las facultades del Congreso general</p> <p>Art. 50.- Las facultades exclusivas del congreso general son las siguientes:</p> <p>11. Arreglar el comercio con las naciones extranjeras, y entre los diferentes estados de la federación y tribus de los indios;</p>
1825	<p>Guatemala Primera Constitución de 1825 (11 de octubre de 1825)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1826	<p>CONSTITUCIÓN DE LA NACIÓN ARGENTINA (1826)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1826	<p>BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1826 (19 de noviembre de 1826)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1826	<p>PERU - CONSTITUCIÓN VITALICIA (9 de diciembre de 1826)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1828	<p>CONSTITUCIÓN DEL PERÚ (18 de marzo de 1828)</p> <p>Cámara de Diputados</p>

	<p>Art. 13.- Por cada doscientos individuos de la parroquia se elegirá un elector parroquial que tenga las calidades:</p> <p>4.- Saber leer, y escribir, excepto por ahora los indígenas con arreglo a lo que prevenga la ley de elecciones.</p> <p style="text-align: center;">Juntas Departamentales</p> <p>Art. 66.- En la capital de cada departamento habrá una Junta compuesta de dos individuos por cada provincia.</p> <p>Art. 75.- Son atribuciones de estas Juntas:</p> <p>10.- Entender en la <u>reducción y civilización</u> de las tribus de indígenas limítrofes al departamento, y atraerlos a <u>nuestra sociedad</u> por medios pacíficos.</p> <p>Art. 76.- Los fondos de que por ahora podrán disponer las Juntas son los derechos de pontazgos y portazgos, los bienes y rentas de comunidad de indígenas, en beneficio de ellos mismos, los fondos de las municipalidades, deducidos sus gastos naturales.</p>
1828	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE CHILE (8 de agosto de 1828)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1828	<p>COLOMBIA – DECRETO ORGÁNICO DE LA DICTADURA DE BOLÍVAR (27 de agosto de 1828)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1830	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA (5 de mayo de 1830)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1830	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE ECUADOR DE 1830 (23 de septiembre de 1830)</p> <p>Título VIII – De los derechos civiles y garantías</p> <p>Art. 68.- Este Congreso constituyente nombra a los venerables curas párrocos por tutores y padres naturales de los indígenas, excitando su ministerio de caridad en favor de esta clase inocente, abyecta y miserable.</p>
1830	<p>CONSTITUCIÓN DEL ESTADO DE VENEZUELA (24 de septiembre de 1830)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1831	<p>BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA (14 de agosto de 1831)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1831	<p>COLOMBIA – LEY FUNDAMENTAL DE LA NUEVA GRANADA (17 de noviembre de 1831)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1832	<p>COLOMBIA – CONSTITUCIÓN DEL ESTADO DE LA NUEVA GRANADA (1 de marzo de 1832)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1833	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE CHILE (25 de mayo de 1833)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1834	<p>PERU (Promulgada el 10 de junio de 1834)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1834	<p>BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1834 (20 de octubre de 1834)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1835	<p>CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA FEDERAL DE CENTROAMÉRICA <i>Reformas a la Constitución Federal de Centroamérica de 1835</i> (13 de febrero de 1835)</p> <p>Sección 5 – De las atribuciones del Poder Legislativo</p> <p>Art. 83.- Corresponde al Poder Legislativo:</p> <p>32. Arreglar el comercio y procurar la civilización de las tribus indígenas que aún no están comprendidos en la sociedad de la República.</p>
1836	<p>LEYES CONSTITUCIONALES (México) (30 de diciembre de 1836)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1837	<p>LEY FUNDAMENTAL DE LA CONFEDERACIÓN DE PERÚ (1 de mayo de 1837)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1839	<p>BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1839 (26 de octubre de 1839)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1839	<p>PERU – CONSTITUCIÓN DE 1839 (10 de noviembre de 1839)</p> <p>Título IV. De la ciudadanía</p> <p>Art. 8.- Para ser ciudadano en ejercicio se requiere:</p> <p>2.- Saber leer y escribir, excepto los indígenas, hasta el año de 1844, en las poblaciones donde no hubiere escuelas de instrucción primaria;</p>
1843	<p>COLOMBIA – CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE NUEVA GRANADA (8 de mayo de 1843)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1843	<p>BASES ORGÁNICAS DE LA REPÚBLICA MEXICANA</p>

	(14 de junio de 1843) Omissa em relação aos indígenas
1843	BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1843 (17 de junio de 1843) Omissa em relação aos indígenas
1843	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR Omissa em relação aos indígenas
1844	LEY QUE ESTABLECE LA ADMINISTRACIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY (1844) Omissa em relação aos indígenas
1845	CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (3 de diciembre de 1845) Omissa em relação aos indígenas
1847	ACTA CONSTITUTIVA Y DE REFORMAS (México) (21 de mayo de 1847) Omissa em relação aos indígenas
1851	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (25 de febrero de 1851) Omissa em relação aos indígenas
1851	BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1851 (21 de Septiembre de 1851) Omissa em relação aos indígenas
1852	CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (6 de septiembre de 1852) Omissa em relação aos indígenas
1853	CONSTITUCIÓN DE LA CONFEDERACIÓN ARGENTINA (1° de mayo de 1853) Capítulo Cuarto – Atribuciones del Congreso Art. 67: Corresponde al Congreso: 15. Proveer a la seguridad de las fronteras; conservar el trato pacífico con los indios , y promover la conversión de ellos al catolicismo
1853	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA NUEVA GRANADA (20 de mayo de 1853) Omissa em relação aos indígenas
1855	ESTATUTO PROVISORIO (Peru) (26 de junio de 1855) Omissa em relação aos indígenas
1856	PERU – CONSTITUCIÓN DE 1856 (Promulgada el 13 de octubre de 1856) Omissa em relação aos indígenas
1857	CONSTITUCIÓN FEDERAL DE LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS (5 de febrero de 1857) Título V. De los Estados de la Federación Art. 111.- Los Estados no pueden en ningún caso: I. Celebrar alianza, tratado o coalición con otro Estado, ni con potencias extranjeras. Exceptuase la coalición que pueden celebrar los Estados fronterizos, para la guerra ofensiva o defensiva contra los bárbaros .
1857	Venezuela (18 de abril de 1857) Omissa em relação aos indígenas
1858	CONSTITUCIÓN POLÍTICA PARA LA CONFEDERACIÓN GRANADINA (22 de mayo de 1858) Omissa em relação aos indígenas
1858	CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA (31 de diciembre de 1858) Título I. De la Nación venezolana y de su territorio Art. 4.- Los territorios despoblados que se destinen a colonias, y los ocupados por tribus indígenas , no podrán ser separados de las provincias a que pertenezcan por los congresos constitucionales, y regidos por leyes especiales.
1860	ARGENTINA - CONSTITUCIÓN DE 1853 (Reformas de 25 de septiembre de 1860) Capítulo IV - Atribuciones del Congreso 15. Proveer a la seguridad de las fronteras; conservar el trato pacífico con los indios y promover la conversión de ellos al catolicismo .
1860	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL PERÚ DEL AÑO DE 1856 REFORMADA POR EL CONGRESO DE 1860 (Promulgada el 13 de noviembre de 1860) Omissa em relação aos indígenas
1861	CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (10 de abril de 1861) Omissa em relação aos indígenas
1861	BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1861 (5 de agosto de 1861) Omissa em relação aos indígenas

1861	<p align="center">PACTO DE LA UNIÓN ENTRE LOS ESTADOS SOBERANOS DE BOLÍVAR, BOYACÁ, CAUCA, CUNDINAMARCA, MAGDALENA, SANTANDER Y TOLIMA (20 de septiembre de 1861)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1863	<p align="center">COLOMBIA - LEY PRIMERA (9 de febrero de 1863)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1863	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DE COLOMBIA (8 de mayo de 1863)</p> <p align="center">Capítulo II. Bases de la Unión Sección III. Delegación de funciones</p> <p>Art. 18.- Son de la competencia, aunque no exclusiva, del Gobierno general, los objetos siguientes:</p> <p>4. La civilización de los indígenas.</p> <p align="center">Capítulo XI. Disposiciones varias</p> <p>Art. 78.- Serán regidos por una ley especial los Territorios poco poblados, u ocupados por tribus de indígenas, que el Estado o los Estados a que pertenezcan consientan en ceder al Gobierno general con el objeto de fomentar colonizaciones y realizar mejoras materiales. Desde que un territorio cuente población civilizada que pase de tres mil habitantes, mandará a la Cámara de Representantes un Comisario, que tendrá voz y voto en la discusión de las leyes concernientes a los Territorios, y voz, pero no voto, en las leyes de interés general. Desde que la población civilizada llegue a veinticinco mil habitantes, el Territorio mandará, en vez de Comisario, un Diputado con voz y voto en toda discusión; y de cincuenta mil habitantes arriba, mandará los Diputados que le correspondan conforme al Artículo 38 de esta Constitución.</p>
1863	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DE COLOMBIA (8 de mayo de 1863)</p> <p align="center">Capítulo II. Bases de la Unión Sección III. Delegación de funciones</p> <p>Art. 18.- Son de la competencia, aunque no exclusiva, del Gobierno general, los objetos siguientes:</p> <p>4. La civilización de los indígenas.</p> <p align="center">Capítulo XI. Disposiciones varias</p> <p>Art. 78.- Serán regidos por una ley especial los Territorios poco poblados, u ocupados por tribus de indígenas, que el Estado o los Estados a que pertenezcan consientan en ceder al Gobierno general con el objeto de fomentar colonizaciones y realizar mejoras materiales. Desde que un territorio cuente población civilizada que pase de tres mil habitantes, mandará a la Cámara de Representantes un Comisario, que tendrá voz y voto en la discusión de las leyes concernientes a los Territorios, y voz, pero no voto, en las leyes de interés general. Desde que la población civilizada llegue a veinticinco mil habitantes, el Territorio mandará, en vez de Comisario, un Diputado con voz y voto en toda discusión; y de cincuenta mil habitantes arriba, mandará los Diputados que le correspondan conforme al Artículo 38 de esta Constitución.</p>
1864	<p align="center">CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA (22 de abril de 1864)</p> <p align="center">Sección Quinta. Atribuciones de la Legislatura</p> <p>Art. 43.- La Legislatura nacional tiene las atribuciones siguientes:</p> <p>22. Establecer con la denominación de territorios el régimen especial con que deben existir temporalmente regiones despobladas o habitadas por indígenas no civilizados: tales territorios dependerán inmediatamente del Ejecutivo de la Unión;</p>
1866	<p align="center">ARGENTINA - CONSTITUCIÓN DE 1853 (Reformas de 12 de septiembre de 1866)</p> <p align="center">Capítulo IV - Atribuciones del Congreso</p> <p>15. Proveer a la seguridad de las fronteras; conservar el trato pacífico con los indios y promover la conversión de ellos al catolicismo.</p>
1867	<p align="center">PERU – CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA (29 de agosto de 1867)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1868	<p align="center">BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1868 (1 de octubre de 1868)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1869	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (11 de agosto de 1869)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1870	<p align="center">CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY SANCIONADA POR LA HONORABLE CONVENCION CONSTITUYENTE EN SESION DEL 18 DE NOVIEMBRE DE 1870</p> <p align="center">PRIMERA PARTE Capítulo VIII - Atribuciones del Congreso.</p> <p>13) Proveer a la seguridad de las fronteras; conservar el trato pacífico con los indios y promover la conversión de ellos al cristianismo y a la civilización.</p>
1871	<p align="center">BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1871 (18 de octubre de 1871)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1874	<p align="center">VENEZUELA – CONSTITUCIÓN DE 1874 (27 de mayo de 1874)</p> <p align="center">Sección quinta. Atribuciones de la Legislatura</p>

	<p>Art. 43.- La Legislatura Nacional tiene las atribuciones siguientes:</p> <p>22. Establecer con denominación de territorios, el régimen especial con que deben existir temporalmente regiones despobladas, o habitadas por indígenas no civilizados; tales territorios dependerán inmediatamente del Ejecutivo Nacional;</p>
1878	<p>BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1878 (15 de febrero de 1878)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1878	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (6 de abril de 1878)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1879	<p>PERU – ESTATUTO PROVISORIO (27 de diciembre de 1879)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1879	<p>LEY CONSTITUTIVA DE LA REPÚBLICA DE GUATEMALA (11 de Diciembre de 1879)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1880	<p>BOLIVIA - CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1878 CON MODIFICACIONES DE 1880 (28 de octubre de 1880)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1881	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA. (Sancionada el 27 de abril de 1881)</p> <p>Sección Quinta. Atribuciones de la Legislatura Nacional</p> <p>Art. 43.- La Legislatura Nacional tiene las atribuciones siguientes:</p> <p>22. Establecer, con la denominación de Territorios, el régimen especial con que deben existir regiones despobladas de indígenas no reducidos o civilizados. Tales Territorios dependerán inmediatamente del Ejecutivo de la Unión;</p>
1884	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (13 de febrero de 1884)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1886	<p>COLOMBIA (5 de agosto de 1886)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1891	<p>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (de 24 de fevereiro de 1891)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1891	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA (16 de abril de 1891)</p> <p>Sección Quinta. Atribuciones de la Legislatura nacional</p> <p>Art. 43.- La Legislatura Nacional tiene las atribuciones siguientes:</p> <p>22. Establecer, con la denominación de Territorios, el régimen especial con que deben existir regiones despobladas de indígenas no reducidos o civilizados. Tales Territorios dependerán inmediatamente del Ejecutivo de la Unión;</p>
1893	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA (21 de junio de 1893, promulgada el 5 de julio siguiente)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1897	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR. (14 de enero de 1897)</p> <p>Título XII - Disposiciones comunes</p> <p>Art. 138.- Los poderes públicos deben protección a la raza india, en orden a su mejoramiento en la vida social.</p>
1898	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DE CENTROAMÉRICA DE 1898 (Honduras, Nicaragua e El Salvador) (27 de agosto de 1898)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1898	<p>ARGENTINA - CONSTITUCIÓN DE 1853 (Reformas de 1898)</p> <p>Capítulo Cuarto - Atribuciones del Congreso</p> <p>Art. 67. Corresponde al Congreso:</p> <p>15. Proveer a la seguridad de las fronteras; conservar el trato pacífico con los indios, y promover la conversión de ellos al catolicismo.</p>

Elaboração: Rosane Lacerda.

Tabela 3 – CONSTITUIÇÕES E POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA – Séc. XX

Por ordem cronológica

1. Reformas ou Novas Constituições

1901	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA DE 1901 (13 de abril de 1901) Título V Sección II. De la Cámara de Diputados Art. 34.- El Distrito Federal y los Territorios que tuvieren o llegaren a tener la base de la población establecida en el Artículo 32, elegirán también sus Diputados en la forma que determine la Base 21 del Artículo 6. Único. No se computarán en la base de población los indígenas que viven en estado salvaje.</p>
1904	<p>VENEZUELA CONSTITUCIÓN DE 1904 (27 de abril de 1904) Título V. Del Poder Legislativo Sección Segunda. De la Cámara de Diputados Art. 33.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 31, elegirán también sus Diputados, por votación directa y con las formalidades que determine la ley. § Único. No se computarán en la base de población los indígenas que vivan en estado salvaje.</p>
1905	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE NICARAGUA DE 1905 La Constitución "Autocrática" de 1905 TÍTULO X: De los Deberes y Atribuciones del Poder Ejecutivo. Art. 80.- El Presidente de la República (...). Tiene a su cargo la administración general del país y las atribuciones siguientes: 33.- Establecer el régimen especial con que deban gobernarse temporalmente regiones despobladas o habitadas por indígenas no civilizados.</p>
1906	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (23 de diciembre de 1906) Título XIV. Disposiciones complementarias Art. 128.- Los Poderes Públicos deben protección a la raza india, en orden a su mejoramiento en la vida social; y tomarán especialmente las medidas más eficaces y conducentes para impedir los abusos del concertaje.</p>
1909	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA DE 1909 (5 de agosto de 1909) Sección 2. De la Cámara de Diputados Art. 38.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieron o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 36, elegirán también sus Diputados que por votación directa y con las formalidades que determine la Ley. Párrafo único. No se computarán en la base de población los indígenas que vivan en estado salvaje. Sección 3. Del Presidente de los Estados Unidos de Venezuela Art. 80.- Son atribuciones del Presidente de los Estados Unidos de Venezuela: 18. Prohibir entrada al territorio de la República, de los extranjeros dedicados especialmente al servicio de cualquier culto o religión, cualquiera que sea el orden o jerarquía de que se hallen investidos. Sin embargo el Gobierno podrá contratar la venida de Misioneros que se establecerán precisamente en los puntos de la República donde hay indígenas que civilizar.</p>
1910	<p>LEY PROVISIONAL DE GARANTÍAS DE LA REPÚBLICA DE NICARAGUA (1910) Omissa em relação aos indígenas</p>
1911	<p>CONSTITUCIÓN "NON NATA" DE NICARAGUA (1911) (4 de abril de 1911) Omissa em relação aos indígenas</p>
1911	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE NICARAGUA (10 de Noviembre de 1911) Título XIV. De los deberes y atribuciones del Poder Ejecutivo Art. 111. – Las atribuciones del Poder Ejecutivo son las siguientes: 37. Establecer el régimen especial con que deban gobernarse temporalmente regiones despobladas, ó habitadas por indígenas no civilizados</p>
1913	<p>NICARÁGUA LA CONSTITUCIÓN "NON NATA" DE 1913 (3 de Abril de 1913) Omissa em relação aos indígenas</p>
1.ª Grande Guerra	
1914	<p>VENEZUELA ESTATUTO CONSTITUCIONAL PROVISORIO DE 1914 (19 de abril de 1914) Título V. Del Poder Ejecutivo federal Sección Segunda. Del Presidente provisional de la República</p>

	<p>Art. 34.- Son atribuciones del Presidente Provisional de la República: 14. Prohibir o permitir condicionalmente la entrada al territorio de la República de los extranjeros dedicados especialmente al servicio de cualquier culto o religión, cualquiera que sea el orden o jerarquía de que se hallen investidos.</p> <p>Podrá contratar la venida de misioneros que se establezcan precisamente en los puntos de la República donde hay indígenas que civilizar;</p>
1915/16	<i>[resolução do Congresso Científico Panamericano sugere mudanças constitucionais visando a integração]</i>
1917	<p>MÉXICO CONSTITUCIÓN FEDERAL DE 1917 (5 de febrero de 1917)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1917	<p>COSTA RICA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1917</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>

1.º Pós-Guerra

1920	<p>PERU CONSTITUCIÓN DE 1920 (18 de enero de 1920)</p> <p>Título IV. Garantías sociales</p> <p>Art. 41.- Los bienes de propiedad del Estado, de instituciones públicas y de <u>comunidades de indígenas</u> son imprescriptibles y sólo podrán transferirse mediante título público, en los casos y en la forma que establezca la ley.</p> <p>Art. 58.- El Estado protegerá a la <u>raza indígena</u> y dictará <u>leyes especiales para su desarrollo y cultura</u> en armonía con sus necesidades. La Nación reconoce la existencia legal de <u>las comunidades de indígenas</u> y la ley declarará los derechos que les corresponden.</p>
1921	<p>GUATEMALA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE CENTROAMÉRICA (9 de septiembre de 1921)</p> <p>Título VIII. Trabajo y cooperación social</p> <p>Art. 168.- Los Estados deben proveer de <u>enseñanza adecuada a los indios</u>, para que adquieran una amplia instrucción primaria, industrial y agrícola.</p>
1922	<p>VENEZUELA CONSTITUCIÓN DE 1922 (24 de junio de 1922)</p> <p>Título V. Del Poder Legislativo Sección Segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 37.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 35, elegirán también sus Diputados por votación directa y con las formalidades que determina la ley.</p> <p>§ Único. No se computarán en la base de población los <u>indígenas que viven en estado salvaje</u>.</p>
1924	<p>HONDURAS CONSTITUCIÓN DE 1924 (10 de septiembre de 1924)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1925	<p>CHILE CONSTITUCIÓN DE 1925 (18 de Septiembre de 1925)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
1925	<p>VENEZUELA CONSTITUCIÓN DE 1925 (1 de julio de 1925)</p> <p>Título V. Del Poder Legislativo Sección Segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 58.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 56 elegirán también sus Diputados por votación directa y con las formalidades que determine la ley.</p> <p>No se computarán en la base de la población los <u>indígenas no reducidos</u>.</p>
1928	<p>CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA DE 1928</p> <p>Título Quinto. Del Poder Legislativo Sección Segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 58.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 56, elegirán también sus Diputados por votación directa y con las formalidades que determine la Ley.</p> <p>No se computarán en la base de la población los <u>indígenas no reducidos</u>.</p>
1929	<p>VENEZUELA CONSTITUCIÓN DE 1929 (29 de mayo de 1929)</p> <p>Título V. Del Poder Legislativo Sección Segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 58.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 56, elegirán también sus Diputados por votación directa y con las formalidades que determine la ley.</p> <p>No se computarán en la base de la población los <u>indígenas no reducidos</u>.</p>
1929	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (26 de marzo de 1929)</p> <p>Sección II. De la Cámara del Senado</p> <p>Art. 33.- La Cámara del Senado se compone: (...) 4. De un Senador para la tutela y defensa de la raza india.</p> <p>Título XI. Del régimen administrativo interior</p>

	<p>Art. 144.- La Ley relativa al régimen de las provincias de la Región Oriental determinará, en lo posible, la manera de hacer efectivas para sus habitantes indígenas las garantías constitucionales. La propiedad de éstos, si tuvieran establecimientos fijos o se agruparen en poblaciones, será especialmente respetada.</p> <p style="text-align: center;">Parte tercera Título XV. Disposiciones generales</p> <p>Art. 167.- Los Poderes Públicos deben protección a la raza india, en orden a su mejoramiento en la vida social, muy especialmente en lo relativo a su educación y condición económica.</p>
1931	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA DE 1931 <i>(9 de julio de 1931)</i></p> <p style="text-align: center;">Título quinto. Del Poder Legislativo Sección segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 58.- El Distrito Federal y los Territorios Federales que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 56, elegirán también sus Diputados por votación directa y con las formalidades que determine la ley.</p> <p style="text-align: center;">No se computarán en la base de la población los indígenas no reducidos.</p>
1933	<p style="text-align: center;">PERU CONSTITUCIÓN DE 1933 <i>(Promulgada el 9 de abril de 1933)</i></p> <p style="text-align: center;">Capítulo III. Comisiones Consultivas y Consejos Técnicos</p> <p>Art. 181.- Habrá Consejos Técnicos de cooperación administrativa en los Ramos de Instrucción, Agricultura, incluyendo Aguas y Ganadería y explotación de la selva; Industrias, incluyendo Comercio; Minería, Sanidad, Obras Públicas, Correos y Telégrafos, Asuntos Indígenas, Trabajo y demás que señale la ley.</p> <p style="text-align: center;">Título X. Administración Departamental y Municipal Capítulo I. Concejos Departamentales</p> <p>Art. 193.- Son atribuciones de los Concejos Departamentales las que señalan las leyes, las siguientes:</p> <p>9.- Inscribir oficialmente a las comunidades de indígenas, conforme a la ley, en el Registro correspondiente, para el efecto de reconocerles personería jurídica; y</p> <p>10.- Proteger a las comunidades de indígenas; levantar el censo y formar el catastro de las mismas y otorgarles, conforme a la ley, a las que no los tengan, los títulos de propiedad que soliciten. Las resoluciones que al efecto expidan los Concejos Departamentales, serán revisadas por el Poder Ejecutivo si de ellas reclaman las comunidades.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II. Concejos Municipales</p> <p>Art. 205.- En cada Concejo Municipal de distrito, y en los que se creen por acuerdo del Concejo Departamental, las comunidades de indígenas tendrán un personero designado por ellas en la forma que señale la ley.</p> <p style="text-align: center;">Título XI. Comunidades de indígenas</p> <p>Art. 207.- Las comunidades indígenas tienen existencia legal y personería jurídica.</p> <p>Art. 208.- El Estado garantiza la integridad de la propiedad de las comunidades. La ley organizará el catastro correspondiente.</p> <p>Art. 209.- La propiedad de las comunidades es imprescriptible e inajenable, salvo el caso de expropiación por causa de utilidad pública, previa indemnización. Es, asimismo, inembargable.</p> <p>Art. 210.- Los Concejos Municipales ni corporación o autoridad alguna intervendrán en la recaudación ni en la administración de las rentas y bienes de las comunidades.</p> <p>Art. 211.- El Estado procurará de preferencia dotar de tierras a las comunidades de indígenas que no las tengan en cantidad suficiente para las necesidades de su población, y podrá expropiar, con tal propósito, tierras de propiedades particular, previa indemnización.</p> <p>Art. 212.- El Estado dictará la legislación Civil, penal, económica, educacional y administrativa, que las peculiares condiciones de los indígenas exigen.</p>
1934	<p style="text-align: center;">CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL <i>(de 16 de julho de 1934)</i></p> <p style="text-align: center;">Título I. Da Organização Federal Capítulo I. Disposições Preliminares</p> <p>Art. 5º - Compete privativamente à União: XIX - legislar sobre:</p> <p style="text-align: center;">m) incorporação dos silvícolas à comunhão nacional.</p> <p style="text-align: center;">Título IV. Da Ordem Econômica e Social</p> <p>Art. 129 - Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las.</p>
1936	<p style="text-align: center;">HONDURAS CONSTITUCIÓN DE 1936 <i>(28 de marzo de 1936 con reformas)</i></p> <p style="text-align: center;">Título VIII. De la Hacienda Nacional Capítulo I. De los bienes nacionales</p> <p>Art. 155.- Se prohíbe la enajenación del dominio pleno, excepto para lotes de familia, de los terrenos del Estado que a continuación se expresan:</p> <p>2. Los de los ejidos de pueblos y aldeas;</p> <p>4. Los terrenos medidos y titulados a las tribus indígenas extinguidas y los que hubieren pertenecido a aldeas y municipios que ya no existen.</p>
1936	<p style="text-align: center;">VENEZUELA CONSTITUCIÓN DE 1936 <i>(20 de julio de 1936)</i></p> <p style="text-align: center;">Título V. Del Poder Legislativo Sección Segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 57.- El Distrito Federal y los Territorios Federales, que tuvieren o llegaren a tener la base de población establecida en el Artículo 55, elegirán también sus Diputados, conforme a las disposiciones de este mismo Artículo.</p>

	No se computarán en la base de población los indígenas no reducidos.
1937	<p align="center">CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (de 10 de novembro de 1937)</p> <p align="center">Da Ordem Econômica</p> <p>Art. 154 - Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas.</p>
1938	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA (30 de octubre de 1938)</p> <p align="center">Sección Decimanovena. Del Campesinado</p> <p>Art. 165.- El Estado reconoce y garantiza la existencia legal de las comunidades indígenas. Art. 166.- La legislación indígena y agraria se sancionará teniendo en cuenta las características de las diferentes regiones del país. Art. 167.- El Estado fomentará la educación del campesino, mediante núcleos escolares indígenas que tengan carácter integral abarcando los aspectos económico, social y pedagógico.</p>
1939	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (20 de enero de 1939)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1939	<p align="center">NICARÁGUA ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE (22 del mes de Marzo de 1939)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>

2.ª Guerra Mundial

1940	<i>[Primeiro Congresso Indigenista Interamericano: incorporação aos Estados Nacionais]</i>
1940	<p align="center">PARAGUAI CONSTITUCIÓN DE 1940</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1941	<p align="center">CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA DE PANAMÁ (2 de enero de 1941)</p> <p align="center">Título III - Derechos y Deberes Individuales y Sociales</p> <p>Art. 38. Es libre la profesión de todas las religiones así como el ejercicio de todos los cultos, sin otra limitación que el respeto a la moral cristiana y al orden público. Se reconoce que la Religión Católica es la de la mayoría de los habitantes de la República. Se la enseñará en las escuelas públicas, pero su aprendizaje no será obligatorio para los alumnos cuando así lo soliciten sus padres o tutores.</p> <p>La Ley dispondrá los auxilios que se le deban prestar a dicha Religión y podrá encomendar misiones a sus Ministros en las tribus indígenas.</p>
1944	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (Reformas de 1944)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1945	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (Constitución Política de 1886 con las Enmiendas del 29 de noviembre de 1945)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1945	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA (24 de noviembre de 1945)</p> <p align="center">Sección Decimanovena. Del Campesinado</p> <p>Art. 165.- El Estado reconoce y garantiza la existencia legal de las comunidades indígenas. Art. 166.- La legislación indígena y agraria se sancionará teniendo en cuenta las características de las diferentes regiones del país. Art. 167.- El Estado fomentará la educación del campesinado, mediante núcleos escolares indígenas que tengan carácter integral abarcando los aspectos económico, social y pedagógico.</p>
1945	<p align="center">CONSTITUCIÓN DE LOS ESTADOS UNIDOS DE VENEZUELA (REFORMA) DE 1945 (23 de abril de 1945)</p> <p align="center">Título V. Del Poder Legislativo Sección segunda. De la Cámara de Diputados</p> <p>Art. 56.- Para formar la Cámara de Diputados se elegirán, en cada Estado y en el Distrito Federal, por votación directa y de conformidad con la legislación federal sobre elecciones, un Diputado por cada treinta y cinco mil habitantes y uno más por cualquier exceso que no baje de quince mil. El Estado cuya población no alcance a treinta y cinco mil habitantes elegirá un Diputado. De la misma manera se elegirán Suplentes, en número igual al de los Principales, para substituir a éstos en las vacantes que ocurran, por el orden de su elección.</p> <p>No se computarán en la base de población los indígenas no reducidos.</p>
1945	<p align="center">CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE GUATEMALA (11 de marzo de 1945)</p> <p align="center">Título. 1 Disposiciones generales</p> <p>Art. 4. El idioma oficial de la República, es el español.</p> <p align="center">Capítulo II. Garantías sociales Sección 1. Trabajo</p>

	<p>Art. 67. Se fomentará la construcción de viviendas baratas y colonias para trabajadores. La administración pública dictará medidas tendientes a que las viviendas de los <u>trabajadores indígenas</u> en fincas rústicas, formen aldeas dentro de la misma propiedad, con el objeto de que aquéllos disfruten de los beneficios culturales y sanitarios de los centros urbanizados.</p> <p style="text-align: center;">Sección IV. Cultura</p> <p>Art. 80. Es función cardinal de la educación conservar y acrecentar la cultura universal, promover el <u>mejoramiento étnico</u> e incrementar el patrimonio espiritual de la Nación. La educación debe abarcar simultáneamente la defensa de la salud corporal, la formación cívica y moral, la instrucción y la iniciación en actividades de orden práctico.</p> <p>Art. 83. Se declara de utilidad e interés nacionales, el desarrollo de una política integral para el <u>mejoramiento económico, social y cultural de los grupos indígenas</u>. A este efecto, pueden dictarse leyes, reglamentos y disposiciones especiales para los grupos indígenas, contemplando sus necesidades, condiciones, prácticas, usos y costumbres.</p> <p style="text-align: center;">Título VI. Ejecutivo Capítulo I. Presidente de la República</p> <p>Art. 137. Corresponde al Presidente de la República:</p> <p>15. Crear y mantener las instituciones o dependencias convenientes que concentren su atención sobre los <u>problemas indígenas</u>, y garanticen de manera efectiva el empleo de los servicios del Gobierno en favor de la resolución de aquellos problemas.</p>
1945	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR <i>(6 de marzo de 1945)</i></p> <p style="text-align: center;">Título primero. Del Estado y forma de Gobierno</p> <p>Art. 5.- El castellano es el idioma oficial de la República. Se reconocen el quechua y demás lenguas aborígenes como elementos de la cultura nacional.</p> <p style="text-align: center;">Título quinto. De la Función Legislativa Sección I. Del Congreso Nacional</p> <p>Art. 23.- La Función Legislativa se ejerce por el Congreso Nacional, compuesto de una Cámara integrada de la siguiente manera: (...) 2. Por los siguientes diputados funcionales, elegidos del modo que establezca la ley: 1) <u>Uno por las organizaciones de indios;</u> (...)</p> <p style="text-align: center;">Título séptimo. De la Función judicial</p> <p>Art. 95.- <u>Para la defensa de las comunidades indígenas</u> y de los trabajadores que no dispusieren de medios económicos, se establecen procuradores pagados por el Estado y nombrados por las respectivas Cortes Superiores, previa terna de las correspondientes organizaciones, conforme lo determine la ley.</p> <p style="text-align: center;">Título decimotercero. De las Garantías Fundamentales Sección III. De la educación y de la cultura</p> <p>Art. 143.- La educación constituye una función del Estado. En las escuelas establecidas en las zonas de predominante población india, se usará, además del castellano, el quechua, o la lengua aborígen respectiva.</p> <p style="text-align: center;">Sección V. Del trabajo y de la previsión social</p> <p>Art. 148.- (...) Las normas fundamentales que reglan el trabajo en el Ecuador son las siguientes:</p> <p>u) El trabajo agrícola, particularmente el realizado <u>por indios</u>, será objeto de regulaciones especiales, de manera preferente en lo relativo a jornadas de trabajo. También se reglamentarán las demás modalidades del trabajo, especialmente el minero, el doméstico y el realizado a domicilio;</p>

2.º Pós-Guerra

1946	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR <i>(Constitución de 1946)</i></p> <p style="text-align: center;">Parte primera. Organización Parte segunda. Normas de Acción Título I. Preceptos fundamentales</p> <p>Art. 171.- La educación de los hijos es deber y derecho primarios de los padres o de quienes los representen. El Estado vigilará el cumplimiento de ese deber y facilitará el ejercicio de este derecho. (...)</p> <p style="text-align: center;">Tanto la enseñanza oficial como la particular prestarán especial atención a la raza indígena.(...)</p> <p>Art. 174.- Son asimismo deberes del Estado:</p> <p style="text-align: center;">c) Propender eficazmente a la cultura del indígena y del campesino;</p> <p style="text-align: center;">Título II. De las Garantías Sección I. Garantías generales</p> <p>Art. 185.- (...) La Ley regulará todo lo relativo a trabajo de acuerdo con las siguientes normas fundamentales:</p> <p style="text-align: center;">o) El trabajo agrícola, particularmente el realizado <u>por indígenas</u>, será especialmente regulado sobre todo en lo relacionado con las <u>jornadas de trabajo</u>. Igualmente se reglamentarán las demás modalidades del trabajo; preferentemente el de los artesanos, el minero, el doméstico y el realizado a domicilio; El Poder Público está obligado a promover, de modo preferente, el <u>mejoramiento moral, intelectual, económico y social del indígena</u> y del montuvío a fomentar su <u>incorporación a la vida nacional</u> y su acceso a la propiedad, a estimular la construcción de viviendas higiénicas en las haciendas y a procurar, la extirpación del alcoholismo, sobre todo en los medios rurales.</p>
1946	<p style="text-align: center;">CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL <i>(De 18 de setembro de 1946)</i></p> <p style="text-align: center;">Título I. Da Organização Federal Capítulo I. Disposições Preliminares</p> <p>Art. 5º - Compete à União: XV - legislar sobre:</p> <p style="text-align: center;">r) <u>incorporação dos silvícolas à comunhão nacional.</u></p> <p style="text-align: center;">Título IX. Disposições Gerais</p>

	Art. 216 - Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem.
1946	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN DE LA REPUBLICA DE PANAMÁ (1.º de Marzo de 1946)</p> <p>Art. 36. Se reconoce que la religión católica es la de la mayoría de los panameños. Se la enseñará en las escuelas públicas, pero su aprendizaje y la asistencia a actos de cultos religiosos no serán obligatorios para los alumnos, cuando así lo soliciten sus padres o tutores.</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">La ley dispondrá los auxilios que se deban prestar a dicha religión para misiones a las <u>tribus indígenas</u> y para otros fines análogos.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 69 - Colectividades campesinas e indígenas.</p> <p>Art. 94. El Estado dará protección especial a las colectividades campesinas e indígenas <u>con el fin de integrarlas de manera efectiva en la comunidad nacional en cuanto a sus normas de vida, lo económico, lo político y lo intelectual.</u> La acción relativa a los indígenas se efectuará conservando y desarrollando al mismo tiempo los valores de la cultura autóctona.</p> <p>Art. 95. Para cumplir los fines de la integración económica de dichas colectividades, el Estado realizará metódicamente las siguientes actividades:</p> <p>a) Dotar gratuitamente a los campesinos e indígenas de las tierras de labor necesarias, expidiéndoles el título de propiedad correspondiente. Se preferirán las tierras cercanas a los centros de población y a las vías principales y de penetración. Cuando falten tierras baldías nacionales en estas condiciones, se expropiarán las tierras particulares incultas u ociosas. Pistas expropiaciones sólo se llevarán a efecto cuando se trate de terrenos incultos que excedan de cien hectáreas o que siendo de menor extensión pertenezcan a personas que no se dediquen exclusivamente a la agricultura o a la ganadería como medio de subsistencia;</p> <p>b) Reservar tierras para las comunidades indígenas y prohibir su adjudicación a cualquier título; Se reconoce la existencia de las reservas indígenas ya establecidas;</p> <p>c) Crear, por todos los medios adecuados, servicios de crédito agrario o de instituciones técnicas que lleven a los campesinos e indígenas los conocimientos y recursos necesarios para establecer entre ellos sistemas científicos de cultivo;</p> <p>d) Tomar medidas para asegurar mercado estable y precios equitativos a los productos, y para impulsar el establecimiento de cooperativas de producción, distribución y consumo;</p> <p>e) Establecer medios de comunicación y de transporte para unir las colectividades campesinas e indígenas con los centros de distribución y consumo;</p> <p>f) Fomentar y estimular el desarrollo de la agricultura, la industria rural y las artes regionales por medio de primas o de otros incentivos similares, en la forma que determine la Ley.</p> <p>Art. 96. Además de los fines generales de la cultura nacional, las escuelas para campesinos e indígenas deben llenar los siguientes:</p> <p>a) Crear la conciencia de los deberes, derechos, dignidad y posibilidades del ciudadano panameño;</p> <p>b) Despertar el interés por la vida en el campo mediante la enseñanza objetiva de los elementos materiales indispensables a una vida rural segura, saludable y decorosa; y</p> <p>c) Llevar a los hogares campesinos e indígenas la acción de los organismos de educación y asistencia que tiendan a elevar su nivel moral, cultural y social.</p> <p style="text-align: center;">TITULO X - HACIENDA PUBLICA Capítulo 19 - Bienes y derechos del Estado</p> <p>Art. 208. Pertenecen al Estado:</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">8.º Las guacas indígenas, cuya exploración y explotación serán reguladas por la Ley.</p>
1947	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA (26 de noviembre de 1947)</p> <p style="text-align: center;">Sección Decimanoventa. Del Campesinado</p> <p>Art. 168.- El Estado reconoce y garantiza la existencia legal de las <u>comunidades indígenas.</u></p> <p>Art. 169.- La legislación indígena y agraria se sancionará teniendo en cuenta las características de las diferentes regiones del país.</p> <p>Art. 170.- El Estado fomentará la educación del campesino, mediante núcleos escolares indígenas que tengan carácter integral abarcando los aspectos económicos, social y pedagógico.</p>
1948	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE NICARAGUA (Aprobada el 21 de Enero de 1948)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1949	<p style="text-align: center;">ARGENTINA CONSTITUCIÓN DE 1853 (11 de marzo de 1949)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1949	<p style="text-align: center;">COSTA RICA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1949</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1950	<p style="text-align: center;">NICARÁGUA CONSTITUCIÓN POLÍTICA (Aprobado 01 de Noviembre de 1950)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1950	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (8 de septiembre de 1950)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1956	<p style="text-align: center;">CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE GUATEMALA (2 de febrero de 1956)</p> <p style="text-align: center;">Título IV. Derechos Humanos</p>

	<p style="text-align: center;">Capítulo IV. Cultura</p> <p>Art. 110. Se declara de interés público el fomento de una política integral para promover el desarrollo de la cultura y el <u>mejoramiento económico y social de los grupos indígenas.</u></p> <p style="text-align: center;">Título VI. Organismo Ejecutivo Capítulo I. Presidente de la República</p> <p>Art. 168. Son funciones del Presidente de la República:</p> <p>24. Crear y mantener las instituciones y dependencias necesarias para organizar y desarrollar la campaña encaminada a resolver de manera efectiva y práctica los <u>problemas indígenas.</u></p>
1956	<p style="text-align: center;">ARGENTINA CONSTITUCIÓN DE 1853 <i>(Con reformas de 1866, 1898 y 1956)</i></p> <p style="text-align: center;">Capítulo cuarto. Atribuciones del Congreso</p> <p>Art. 67.- Corresponde al Congreso:</p> <p>15. Proveer a la seguridad de las fronteras; <u>conservar el trato pacífico con los indios</u>, y promover la conversión de ellos al catolicismo;</p>
1957	<p style="text-align: center;">Convenção 107 da OIT (Proteção e integração das populações indígenas, tribais e semi-tribais)</p> <p style="text-align: center;">ARGENTINA CONSTITUCIÓN DE 1853 <i>(con reformas de 1860, 1866, 1898 y 1957)</i></p> <p style="text-align: center;">Atribuciones del Congreso</p> <p>Art. 67.- Corresponde al Congreso:</p> <p>15. Proveer a la seguridad de las fronteras; <u>conservar el trato pacífico con los indios</u>, y promover la conversión de ellos al catolicismo;</p>
1957	<p style="text-align: center;">HONDURAS CONSTITUCIÓN DE 1957 <i>(19 de diciembre de 1957 con reformas)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1962	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR <i>(8 de enero de 1962)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1965	<p style="text-align: center;">HONDURAS CONSTITUCIÓN DE 1965 <i>(3 de junio de 1965)</i></p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1965	<p style="text-align: center;">CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE GUATEMALA <i>(15 de septiembre de 1965)</i></p> <p style="text-align: center;">Título II. Garantías Constitucionales Capítulo II. Cultura</p> <p>Art. 110. El Estado fomentará una política que tienda al mejoramiento socio-económico de los <u>grupos indígenas</u> para su <u>integración a la cultura nacional.</u></p> <p style="text-align: center;">Capítulo V. Régimen económico y social</p> <p>Art. 133. Las tierras municipales y los bienes de las comunidades gozarán de la protección especial del Estado, el que vigilará su explotación y aprovechamiento. Los bienes municipales sólo podrán ser enajenados por los motivos y en la forma que lo pueden ser los bienes nacionales. La propiedad y la administración de los bienes de <u>comunidades y grupos indígenas</u>, así como las de otras comunidades rurales, serán normadas por leyes especiales de carácter tutelar.</p> <p style="text-align: center;">Título VI. Organismo Ejecutivo Capítulo I. Presidente de la República</p> <p>Art. 189. Son funciones del Presidente de la República:</p> <p>23 Crear y mantener una institución directora y coordinadora y las dependencias necesarias, para organizar y desarrollar planes y programas encaminados a resolver de manera efectiva y práctica la <u>integración de la población indígena a la cultura nacional.</u></p>
1967	<p style="text-align: center;">CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1967 <i>(24 de janeiro de 1967)</i></p> <p style="text-align: center;">Título I. Da Organização Nacional Capítulo I. Disposições Preliminares</p> <p>Art. 4º - Incluem-se entre os bens da União:</p> <p>IV - as terras ocupadas pelos silvícolas;</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II. Da Competência da União</p> <p>Art. 8º - Compete à União: XVII - legislar sobre:</p> <p>o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;</p> <p style="text-align: center;">Título V. Das Disposições Gerais e Transitórias</p> <p>Art. 186 - É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.</p>
1967	<p style="text-align: center;">PARAGUAI CONSTITUCIÓN DE 1967 <i>(25 de agosto de 1967)</i></p> <p style="text-align: center;">Capítulo I. Declaraciones fundamentales</p> <p>Art. 5.- Los idiomas nacionales de la República son el español y el <u>guaraní</u>. Será de uso oficial el español.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo V. Derechos, garantías y obligaciones Derechos sociales - Educación y cultura</p>

	<p>Art. 92.- El Estado fomentará la cultura en todas sus manifestaciones. Protegerá la <u>lengua guaraní</u> y promoverá su enseñanza, evolución y perfeccionamiento</p>
1967	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE <u>BOLIVIA</u> (2 de febrero de 1967)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1967	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL <u>ECUADOR</u> (25 de mayo de 1967)</p> <p style="text-align: center;">Título I. Conceptos fundamentales Capítulo IV. De la educación</p> <p>Art. 38.- De <u>campesinos e indígenas</u>. En la educación se <u>prestará especial atención al campesino</u>. Se propenderá a que los maestros y funcionarios que traten con él, conozcan el idioma quichua y otras lenguas vernáculas. En las escuelas establecidas <u>en las zonas de predominante población indígena se usará de ser necesario además del español, el quichua o la lengua aborígen respectiva, para que el educando conciba en su propio idioma la cultura nacional y practique luego el castellano.</u></p>
1969	<p style="text-align: center;"><u>BRASIL</u> – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1 (de 17 de outubro de 1969)</p> <p style="text-align: center;">Título I. Da Organização Nacional Capítulo I. Disposições Preliminares</p> <p>Art. 4º Incluem-se entre os bens da União:</p> <p style="text-align: center;">IV - as <u>terras ocupadas pelos silvícolas</u>;</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II. Da União</p> <p>Art. 8º Compete à União: XVII - legislar sobre:</p> <p style="text-align: center;">o) nacionalidade, cidadania e naturalização; incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;</p> <p style="text-align: center;">Título V. Disposições gerais e transitórias</p> <p>Art. 198. <u>As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.</u></p> <p>§ 1º Ficam declaradas a <u>nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos</u> de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.</p> <p>§ 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.</p>
1971	<p style="text-align: center;">[Declaração de Barbados I]</p>
1972	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE <u>PANAMÁ</u> (Constitución de 1972)</p> <p style="text-align: center;">Título III. Derechos y deberes individuales y sociales Capítulo 4. Cultura nacional</p> <p>Art. 84.- Las <u>lenguas aborígenes</u> serán objeto de especial estudio, conservación y divulgación y el Estado promoverá programas de <u>alfabetización bilingüe</u> en las comunidades indígenas.</p> <p>Art. 86.- El Estado reconoce y respeta la <u>identidad étnica de las comunidades indígenas</u> nacionales, realizará programas tendentes a <u>desarrollar los valores materiales, sociales y espirituales propios de cada uno de sus culturas</u> y creará una institución para el estudio, conservación, divulgación de las mismas y de sus lenguas, así como la promoción del desarrollo integral de dichos grupos humanos.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 5. Educación</p> <p>Art. 104.- El Estado desarrollará programas de educación y promoción para grupos indígenas ya que poseen patrones culturales propios, a fin de lograr su participación activa en la función ciudadana.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 8. Régimen agrario</p> <p>Art. 120.- El Estado dará atención especial a las <u>comunidades campesinas e indígenas</u> con el fin de promover su participación económica, social y política en la vida nacional.</p> <p>Art. 122.- Para el cumplimiento de los fines de la política agraria, el Estado desarrollará las siguientes actividades:</p> <p>1. Dotar a los campesinos de las tierras de labor necesarias y regular el uso de las aguas. La Ley podrá establecer un <u>régimen especial de propiedad colectiva para las comunidades campesinas</u> que lo soliciten;</p> <p>4. Establecer medios de comunicación y transporte para unir las <u>comunidades campesinas e indígenas</u> con los centros de almacenamiento distribución y consumo;</p> <p>5. Colonizar nuevas tierras y reglamentar la tenencia y el uso de las mismas y de las que se integren a la economía como resultado de la construcción de nuevas carreteras; (...)</p> <p>La política establecida para este Capítulo será aplicable a las comunidades indígenas de acuerdo con los <u>métodos científicos de cambio cultural</u>.</p> <p>Art. 123.- El Estado garantiza a las comunidades indígenas la reserva de las tierras necesarias y la propiedad colectiva de las mismas para el logro de su bienestar económico y social. La Ley regulará los procedimientos que deban seguirse para lograr esta finalidad y las delimitaciones correspondientes dentro de las cuales se prohíbe la apropiación privada de las tierras.</p> <p style="text-align: center;">Título V. El Órgano Legislativo Capítulo 1. Asamblea Legislativa</p> <p>Art. 141.- La Asamblea Legislativa se compondrá de los Legisladores que resulten elegidos en cada Circuito Electoral, de conformidad con las bases siguientes:</p> <p>5. Cada Circuito Electoral tendrá un máximo de cuarenta mil habitante y un mínimo de veinte mil habitantes, pero la Ley podrá crear Circuitos Electorales que excedan el máximo o reduzcan el mínimo anteriores, para tomar en cuenta las divisiones políticas actuales, la proximidad territorial, <u>la concentración de la población indígena</u>, los lazos de vecindad,</p>

	las vías de comunicación y los factores históricos y culturales, como criterios básicos para el agrupamiento de la población en Circuitos Electorales;
1972	<p style="text-align: center;">ARGENTINA ESTATUTO FUNDAMENTAL DE 1972 Reforma Constitucional del año 1972 (24 de agosto de 1972) Reforma de la Constitución Nacional (mantidos os dispositivos anteriormente citados) Atribuciones del Congreso</p> <p>Art. 67.- Corresponde al Congreso:</p> <p>15. Proveer a la seguridad de las fronteras, <u>conservar el trato pacífico con los indios</u>, y promover la conversión de ellos al catolicismo;</p>
1973	[Bolivia: Primer Manifiesto de Tiwanaku: “estrangeiros em nosso próprio país”]
1974	NICARÁGUA CONSTITUCIÓN POLÍTICA (14 de Marzo de 1974) Omissa em relação aos indígenas
1975	COSTA RICA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1949 Título VII. La Educación Y La Cultura Capítulo Único
	Art. 76°: 2 El español es el idioma oficial de la Nación. No obstante, el Estado velará por el mantenimiento y cultivo de las lenguas indígenas nacionales. (Así agregado por el artículo 2° de Ley N° 5703 de 6 de junio de 1975 y posteriormente reformado en la forma vista por el artículo 1° de la Ley N° 7878 de 27 de mayo de 1999).
1978	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (Constitución del 1978) (?)
1978	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE PANAMÁ (Constitución de 1972 con reformas de 1978) Título III. Derechos y deberes individuales y sociales Capítulo 4. Cultura nacional
	Art. 84.- Las <u>lenguas aborígenes</u> serán objeto de especial estudio, conservación y divulgación y el Estado promoverá programas de alfabetización bilingüe en las comunidades indígenas. Art. 86.- El Estado reconoce y respeta la <u>identidad étnica de las comunidades indígenas</u> nacionales, realizará programas tendientes a desarrollar los valores materiales, sociales y espirituales propios de cada uno de sus culturas y creará una institución para el estudio, conservación, divulgación de las mismas y de sus lenguas, así como la promoción del desarrollo integral de dichos grupos humanos.
	Capítulo 5. Educación
	Art. 104.- El Estado desarrollará programas de educación y promoción para <u>grupos indígenas</u> ya que poseen patrones culturales propios, a fin de lograr su participación activa en la función ciudadana.
	Capítulo 8. Régimen agrario
	Art. 119.- El Estado no permitirá la existencia de áreas incultas, improductivas y ociosas y regulará las relaciones de trabajo en el agro, fomentando una máxima productividad y justa distribución de los beneficios de ésta. Art. 120.- El Estado dará atención especial a las <u>comunidades campesinas e indígenas</u> con el fin de promover su participación económica, social y política en la vida nacional. Art. 121.- El correcto uso de la tierra agrícola es un deber del propietario para con la comunidad y será regulado por la Ley de conformidad con su clasificación ecológica a fin de evitar la subutilización y disminución de su potencial productivo. 4. Establecer medios de comunicación y transporte para unir las comunidades campesinas e indígenas con los centros de almacenamiento distribución y consumo. 5. Colonizar nuevas tierras y reglamentar la tenencia y el uso de las mismas y de las que se integren a la economía como resultado de la construcción de nuevas carreteras.
	La política establecida para este Capítulo será aplicable a las comunidades indígenas de acuerdo con los métodos científicos de cambio cultura. Art. 123.- El Estado garantiza a las comunidades indígenas la reserva de las tierras necesarias y la propiedad colectiva de las mismas para el logro de su bienestar económico y social. La Ley regulará los procedimientos que deban seguirse para lograr esta finalidad y las delimitaciones correspondientes dentro de las cuales se prohíbe la apropiación privada de las tierras.
	Título V. El Órgano Legislativo Capítulo 1. Asamblea Legislativa
	Art. 141.- La Asamblea Legislativa se compondrá de los Legisladores que resulten elegidos en cada Circuito Electoral, de conformidad con las bases siguientes: 5. Cada Circuito Electoral tendrá un máximo de cuarenta mil habitantes y un mínimo de veinte mil habitantes, pero la Ley podrá crear Circuitos Electorales que excedan el máximo o reduzcan el mínimo anteriores, para tomar en cuenta las divisiones políticas actuales, la proximidad territorial, <u>la concentración de la población indígena</u> , los lazos de vecindad, las vías de comunicación y los factores históricos y culturales, como criterios básicos para el agrupamiento de la población en Circuitos Electorales.
	Título XV. Disposiciones finales y transitorias Capítulo 2. Disposiciones transitorias
	Art. 321.- Se adoptan las siguientes disposiciones transitorias: 1. Por regla general, las disposiciones de la presente reforma constitucional tienen vigencia inmediata, a partir de su promulgación, excepto en los siguientes casos: I. Hasta tanto sean creadas y demarcadas las <u>Comarcas Indígenas</u> de la República, la Ley creará un circuito electoral formado por los Corregimientos del oriente de la Provincia de Chiriquí habitados mayoritariamente por la población guaymí, en el cual ésta elegirá un Legislador principal y sus respectivos suplentes, como miembros de la Asamblea Legislativa.

1979	<p align="center">NICARÁGUA ESTATUTO FUNDAMENTAL (20 de julio de 1979)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1979	<p align="center">PERU CONSTITUCIÓN DE 1979 (12 de Julio de 1979)</p> <p align="center">Título I. Derechos y deberes fundamentales de la persona Capítulo III. Comisiones Consultivas y Consejos Técnicos</p> <p>Art. 35.- El Estado promueve el estudio y conocimiento de las lenguas aborígenes. Garantiza el derecho de las comunidades quechuas, aymara y demás comunidades nativas a recibir educación primaria también en su propio idioma o lengua.</p> <p align="center">Título II. Del Estado y la Nación Capítulo I. Del Estado</p> <p>Art. 83.- El castellano es el idioma oficial de la República. También son de uso oficial el quechua y el aymara en las zonas y la forma que la ley establece. Las demás lenguas aborígenes integran asimismo el patrimonio cultural de la Nación.</p>
1980	<p align="center">CHILE CONSTITUCIÓN DE 1980 (24 de octubre de 1980)</p> <p align="center">Omissa em relação aos indígenas</p>
1982	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (26 de abril de 1982)</p> <p align="center">Título II. Los derechos y garantías fundamentales de la persona Capítulo I. Derechos individuales y su régimen de excepción Sección tercera. Educación, Ciencia y Cultura</p> <p>Art. 62.- El idioma oficial de El Salvador es el castellano. El gobierno está obligado a velar por su conservación y enseñanza. <i>Las lenguas autóctonas</i> que se hablan en el territorio nacional forman parte del patrimonio cultural y serán objeto de preservación, difusión y respeto.</p>
1982	<p align="center">HONDURAS CONSTITUCIÓN DE 1982 (11 de enero de 1982)</p> <p align="center">Título VI. Del régimen económico Capítulo III. De la reforma agraria</p> <p>Art. 346.- Es deber del Estado dictar medidas de protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas.</p>
1983	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (15 de diciembre de 1983)</p> <p align="center">Título II. Los derechos y garantías fundamentales de la persona Capítulo I. Derechos individuales y su régimen de excepción Sección tercera. Educación, Ciencia y Cultura</p> <p>Art. 62.- El idioma oficial de El Salvador es el castellano. El gobierno está obligado a velar por su conservación y enseñanza. <i>Las lenguas autóctonas</i> que se hablan en el territorio nacional forman parte del patrimonio cultural y serán objeto de preservación, difusión y respeto.</p>
1983	<p align="center">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE PANAMÁ (Constitución de 1972 con reformas de 1978 y 1983)</p> <p align="center">Título III. Derechos y deberes individuales y sociales Capítulo 4. Cultura nacional</p> <p>Art. 84.- Las lenguas aborígenes serán objeto de especial estudio, conservación y divulgación y el Estado promoverá programas de alfabetización bilingüe en las comunidades indígenas.</p> <p>Art. 86.- El Estado reconoce y respeta la identidad étnica de las comunidades indígenas nacionales, realizará programas tendentes a desarrollar los valores materiales, sociales y espirituales propios de cada uno de sus culturas y creará una institución para el estudio, conservación, divulgación de las mismas y de sus lenguas, así como la promoción del desarrollo integral de dichos grupos humanos.</p> <p align="center">Capítulo 5. Educación</p> <p>Art. 104.- El Estado desarrollará programas de educación y promoción para grupos indígenas ya que poseen patrones culturales propios, a fin de lograr su participación activa en la función ciudadana.</p> <p align="center">Capítulo 8. Régimen agrario</p> <p>Art. 120.- El Estado dará atención especial a las comunidades campesinas e indígenas con el fin de promover su participación económica, social y política en la vida nacional.</p> <p>Art. 122.- Para el cumplimiento de los fines de la política agraria, el Estado desarrollará las siguientes actividades: 4. Establecer medios de comunicación y transporte para unir las comunidades campesinas e indígenas con los centros de almacenamiento distribución y consumo; La política establecida para este Capítulo será aplicable a las comunidades indígenas de acuerdo con los métodos científicos de cambio cultural.</p> <p>Art. 123.- El Estado garantiza a las comunidades indígenas la reserva de las tierras necesarias y la propiedad colectiva de las mismas para el logro de su bienestar económico y social. La Ley regulará los procedimientos que deban seguirse para lograr esta finalidad y las delimitaciones correspondientes dentro de las cuales se prohíbe la apropiación privada de las tierras.</p> <p align="center">Título V. El Órgano Legislativo Capítulo 1. Asamblea Legislativa</p> <p>Art. 141.- La Asamblea Legislativa se compondrá de los Legisladores que resulten elegidos en cada Circuito Electoral, de conformidad con las bases siguientes:</p> <p>5. Cada Circuito Electoral tendrá un máximo de cuarenta mil habitante y un mínimo de veinte mil habitantes, pero la Ley podrá crear Circuitos Electorales que excedan el máximo o reduzcan el mínimo anteriores, para tomar en cuenta las</p>

	divisiones políticas actuales, la proximidad territorial, la concentración de la <u>población indígena</u> , los lazos de vecindad, las vías de comunicación y los factores históricos y culturales, como criterios básicos para el agrupamiento de la población en Circuitos Electorales;
1984	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (Reformas del 16 de mayo de 1984)</p> <p style="text-align: center;">Título preliminar</p> <p>Art. 1.- El Ecuador es un Estado soberano, independiente, democrático y unitario. Su gobierno es republicano, presidencial, electivo, representativo, responsable y alternativo. La soberanía radica en el pueblo, que la ejerce por los órganos del poder público.</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">El idioma oficial es el castellano. El quichua y las <u>demás lenguas aborígenes</u> forman parte de la cultura nacional.</p> <p style="text-align: center;">Sección III. De la educación y cultura</p> <p>Art. 27.- La educación es deber primordial del Estado. La educación oficial es laica y gratuita en todos sus niveles. (...)</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">En los sistemas de educación que se desarrollen en las <u>zonas de predominante población indígena</u>, se utilizará como lengua principal de educación el quichua o la lengua de la cultura respectiva; y el castellano, como lengua de relación intercultural.</p> <p style="text-align: center;">Sección III. De la organización y funcionamiento</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 107.- El Estado establecerá defensores públicos para el patrocinio de las comunidades indígenas, de los trabajadores y de toda persona que no dispusiere de medios económicos.</p>
1985	<p style="text-align: center;">CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE GUATEMALA (31 de mayo de 1985)</p> <p style="text-align: center;">Título II. Derechos humanos Capítulo II. Derechos sociales</p> <p>Art. 62.- Protección al arte, folklore y artesanías tradicionales. La expresión artística nacional, el arte popular, el folklore y las artesanías e industrias autóctonas, deben ser objeto de protección especial del Estado, con el fin de preservar su autenticidad.</p> <p style="text-align: center;">Sección tercera. Comunidades indígenas</p> <p>Art. 66.- Protección a grupos étnicos. Guatemala está formada por diversos grupos étnicos entre los que figuran los grupos indígenas de ascendencia maya. <u>El Estado reconoce, respeta y promueve sus formas de vida, costumbres, tradición es, formas de organización social, el uso del traje indígena en hombres y mujeres, idiomas y dialectos.</u></p> <p>Art. 67.- <u>Protección a las tierras y las cooperativas agrícolas indígenas.</u> Las tierras de las cooperativas, comunidades indígenas o cualesquiera otras formas de tenencia comunal o colectiva de propiedad agraria, así como el patrimonio familiar y vivienda popular, gozarán de protección especial del Estado, asistencia crediticia y de técnica preferencial, que garanticen su posesión y desarrollo, a fin de asegurar a todos los habitantes una mejor calidad de vida. Las comunidades indígenas y otras que tengan tierras que históricamente les pertenecen y que tradicionalmente han administrado en forma especial, mantendrán ese sistema.</p> <p>Art. 68.- <u>Tierras para comunidades indígenas.</u> Mediante programas especiales y legislación adecuada, el Estado proveerá de tierras estatales a las comunidades indígenas que las necesiten para su desarrollo.</p> <p>Art. 69.- <u>Traslación de trabajadores y su protección.</u> Las actividades laborales que impliquen traslación de trabajadores fuera de sus comunidades, serán objeto de protección y legislación que aseguren las condiciones adecuadas de salud, seguridad y previsión social que impidan el pago de salarios no ajustados a la ley, la desintegración de esas comunidades y en general todo trato discriminatorio.</p> <p>Art. 70.- <u>Lev específica.</u> Una ley regulará lo relativo a las materias de esta sección.</p> <p style="text-align: center;">Sección cuarta. Educación</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 76.- Sistema educativo y <u>enseñanza bilingüe.</u> La administración del sistema educativo deberá ser descentralizada y regionalizada. En las escuelas establecidas en <u>zonas de predominante población indígena</u>, la enseñanza deberá impartirse preferentemente en forma <u>bilingüe.</u></p> <p style="text-align: center;">Título III. El Estado Capítulo I. El Estado y su forma de Gobierno</p> <p>Art. 143.- Idioma oficial. El idioma oficial de Guatemala es el español. Las <u>lenguas vernáculos</u>, forman parte del patrimonio cultural de la Nación.</p>
1987	<p style="text-align: center;">NICARÁGUA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1987 (9 de enero de 1987)</p> <p style="text-align: center;">Título II. Sobre el Estado Capítulo Único</p> <p>Art. 11.- El español es el idioma oficial del Estado.</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Las lenguas de las Comunidades de la Costa Atlántica de Nicaragua también tendrán uso oficial en los casos que establezca la ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II. Derechos Políticos</p> <p>Art. 49.- En Nicaragua tienen derecho de constituir organizaciones los trabajadores de la ciudad y del campo, las mujeres, los jóvenes, los productores agropecuarios, los artesanos, los profesionales, los técnicos, los intelectuales, los artistas, los religiosos, <u>las Comunidades de la Costa Atlántica</u> y los pobladores en general, sin discriminación alguna, con el fin de lograr la realización de sus aspiraciones según sus propios intereses y participar en la construcción de una nueva sociedad. Estas organizaciones se formarán de acuerdo a la voluntad participativa y electiva de los ciudadanos, tendrán una función social y podrán o no tener carácter partidario, según su naturaleza y fines.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo VI. Derechos de las Comunidades de la Costa Atlántica</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Arto. 89.- Las Comunidades de la Costa Atlántica son parte indisoluble del pueblo nicaragüense y como tal gozan de los mismos derechos y tienen las mismas obligaciones. Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen el derecho de preservar y desarrollar su identidad cultural en la unidad nacional; dotarse de sus propias formas de organización social y administrar sus asuntos locales conforme a sus tradiciones. El Estado reconoce las formas comunales de propiedad de las tierras de las Comunidades de la Costa Atlántica. Igualmente reconoce el goce, uso y disfrute de las aguas y bosques de sus tierras comunales.</p>

	<p>Arto. 90.- Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen derecho a la libre expresión y preservación de sus lenguas, arte y cultura. El desarrollo de su cultura y sus valores enriquece la cultura nacional. El Estado creará programas especiales para el ejercicio de estos derechos.</p> <p>Arto. 91.- El Estado tiene la obligación de dictar leyes destinadas a promover acciones que aseguren que ningún nicaragüense sea objeto de discriminación por razón de su lengua, cultura y origen.</p> <p style="text-align: center;">Título VII. Educación y Cultura Capítulo Único</p> <p>Arto. 121.- El acceso a la educación es libre e igual para todos los nicaragüenses. La enseñanza básica es gratuita y obligatoria. Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen acceso en su región a la educación en su lengua materna en los niveles que se determine, de acuerdo con los planes y programas nacionales.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II. Comunidades de la Costa Atlántica</p> <p>Arto. 180.- Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen el derecho de vivir y desarrollarse bajo las formas de organización social que corresponden a sus tradiciones históricas y culturales. El Estado garantiza a estas comunidades el disfrute de sus recursos naturales, la efectividad de sus formas de propiedad comunal y la libre elección de sus autoridades y representantes. Asimismo garantiza la preservación de sus culturas y lenguas, religiones y costumbres.</p> <p>Arto. 181.- El Estado organizará por medio de una ley, el régimen de autonomía en las regiones donde habitan las Comunidades de la Costa Atlántica para el ejercicio de sus derechos.</p>
1988	<p style="text-align: center;">CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (06 de outubro de 1988)</p> <p style="text-align: center;">Título III. Da Organização do Estado Capítulo II. Da União</p> <p>Art. 20. São bens da União: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.</div> </p> <p>Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">XIV - populações indígenas;</div> </p> <p style="text-align: center;">Título IV. Da Organização dos Poderes Capítulo I. Do Poder Legislativo Seção II. Das Atribuições do Congresso Nacional</p> <p>Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;</div> </p> <p style="text-align: center;">Capítulo III. Do Poder Judiciário Seção IV. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais</p> <p>Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">XI - a disputa sobre direitos indígenas.</div> </p> <p style="text-align: center;">Capítulo IV. Das Funções Essenciais à Justiça Seção I. Do Ministério Público</p> <p>Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;">V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;</div> </p> <p style="text-align: center;">Título VII. Da Ordem Econômica e Financeira Capítulo I. Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica</p> <p>Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra. § 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)</p> <p style="text-align: center;">Título VIII. Da Ordem Social Capítulo III. Da Educação, da Cultura e do Desporto Seção I. Da Educação</p> <p>Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. § 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.</p> <p style="text-align: center;">Seção II. Da Cultura</p> <p>Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo VIII. Dos Índios</p> <p>Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.</p>

	<p>§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.</p> <p>§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.</p> <p>§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.</p> <p>§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.</p> <p>§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.</p> <p>§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.</p> <p>§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.</p> <p>Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.</p> <p style="text-align: center;">Título X. Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias</p> <p>Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.</p> <p>Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.</p>
1989	<i>[Convenção 169 da OIT (proteção das populações indígenas e tribais)]</i>
1989	<p>CHILE CONSTITUCIÓN DE 1980 (reformas de 1989)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1991	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (1991)</p> <p style="text-align: center;">Título I. De los principios fundamentales</p> <p>Art. 7.- El Estado reconoce y protege la <u>diversidad étnica y cultural</u> de la Nación colombiana.</p> <p>Art. 10.- El castellano es el idioma oficial de Colombia. Las <u>lenguas y dialectos de los grupos étnicos</u> son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparta en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias será bilingüe.</p> <p style="text-align: center;">Título III. De los habitantes y del territorio Capítulo 1. De la nacionalidad</p> <p>Art. 96.- Son nacionales colombianos: (...) 2. Por adopción:</p> <p>c) Los <u>miembros de pueblos indígenas</u> que comparten territorios fronterizos, con aplicación del principio de reciprocidad según tratados públicos.</p> <p style="text-align: center;">Título VI. De la rama legislativa Capítulo 4. Del Senado</p> <p>Art. 171.- El Senado de la República estará integrado por cien miembros elegidos en circunscripción nacional. Habrá un <u>número adicional de dos senadores elegidos en circunscripción nacional especial por comunidades indígenas</u>. (...). La Circunscripción Especial para la elección de senadores por las comunidades indígenas se regirá por el sistema de cuociente electoral. <u>Los representantes de las comunidades indígenas que aspiren a integrar el Senado de la República</u>, deberán haber ejercido un cargo de autoridad tradicional en su respectiva comunidad o haber sido líder de una organización indígena, calidad que se acreditará mediante certificado de la respectiva organización, refrendado por el Ministro de Gobierno.</p> <p style="text-align: center;">Título VIII. De la rama judicial Capítulo 5. De las jurisdicciones especiales</p> <p>Art. 246.- Las <u>autoridades de los pueblos indígenas</u> podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes de la República. La ley establecerá las formas de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional.</p> <p style="text-align: center;">Título XI. De la organización territorial Capítulo 1. De las disposiciones generales</p> <p>Art. 286.- Son entidades territoriales los departamentos, los distritos, los municipios y los <u>territorios indígenas</u>. La ley podrá darles el carácter de entidades territoriales a las regiones y provincias que se constituyan en los términos de la Constitución y de la ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 3. Del régimen municipal</p> <p>Art. 321.- Las provincias se constituyen con municipios o <u>territorios indígenas</u> circunvecinos, pertenecientes a un mismo departamento. (...)</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 4. Del régimen especial</p> <p>Art. 329.- <u>La conformación de las entidades territoriales indígenas</u> se hará con sujeción a lo dispuesto en la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, y su delimitación se hará por el Gobierno Nacional, con participación de los representantes de las comunidades indígenas, previo concepto de la Comisión de Ordenamiento Territorial.</p> <p>Los resguardos son de propiedad colectiva y no enajenable.</p> <p>La ley definirá las relaciones y la coordinación de estas entidades con aquellas de las cuales formen parte.</p>

	<p>Parágrafo. - En el caso de un territorio indígena que comprenda el territorio de dos o más departamentos, su administración se hará por los consejos indígenas en coordinación con los gobernadores de los respectivos departamentos. En caso de que este territorio decida constituirse como entidad territorial, se hará con el cumplimiento de los requisitos establecidos en el inciso primero de este artículo.</p> <p>Art. 330.- De conformidad con la Constitución y las leyes, <u>los territorios indígenas estarán gobernados por consejos conformados y reglamentados según los usos y costumbres de sus comunidades y ejercerán las siguientes funciones:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Velar por la aplicación de las normas legales sobre usos del suelo y poblamiento de sus territorios. 2. Diseñar las políticas y los planes y programas de desarrollo económico y social dentro de su territorio, en armonía con el Plan Nacional de Desarrollo. 3. Promover las inversiones públicas en sus territorios y velar por su debida ejecución. 4. Percibir y distribuir sus recursos. 5. Velar por la preservación de los recursos naturales. 6. Coordinar los programas y proyectos promovidos por las diferentes comunidades en su territorio. 7. Colaborar con el mantenimiento del orden público dentro de su territorio de acuerdo con las instrucciones y disposiciones del Gobierno Nacional. 8. Representar a los territorios ante el Gobierno Nacional y las demás entidades a las cuales se integren, y 9. Las que les señalen la Constitución y la ley. <p>Parágrafo. - <u>La explotación de los recursos naturales en los territorios indígenas se hará sin desmedro de la integridad cultural, social y económica de las comunidades indígenas. En las decisiones que se adopten respecto de dicha explotación, el Gobierno propiciará la participación de los representantes de las respectivas comunidades.</u></p> <p style="text-align: center;">Capítulo 4. De la distribución de recursos y de las competencias</p> <p>Art. 357.- Los municipios participarán en los ingresos corrientes de la Nación. La ley, a iniciativa del Gobierno, determinará el porcentaje mínimo de esa participación y definirá las áreas prioritarias de inversión social que se financiarán con dichos recursos.</p> <p><u>Para los efectos de esta participación, la ley determinará los resguardos indígenas que serán considerados como municipios.</u></p> <p>Artículo transitorio 56.- Mientras se expide la ley a que se refiere el artículo 329, el Gobierno podrá dictar las normas fiscales necesarias y las demás relativas al funcionamiento de los territorios indígenas y su coordinación con las demás entidades territoriales.</p>
1992	<p style="text-align: center;">PARAGUAI CONSTITUCIÓN DE 1992 (20 de Junio de 1992)</p> <p style="text-align: center;">Título II. De los derechos, de los deberes y de las garantías</p> <p style="text-align: center;">Capítulo V. De los pueblos indígenas</p> <p>Art. 62.- <i>De los Pueblos Indígenas y Grupos Étnicos.</i> Esta Constitución reconoce la existencia de los pueblos indígenas, definidos como grupos de cultura anteriores a la formación y organización del Estado paraguayo.</p> <p>Art. 63.- <i>De la Identidad Étnica.</i> Queda reconocido y garantizado el derecho de los pueblos indígenas a preservar y a desarrollar su identidad étnica en el respectivo hábitat. Tienen derecho, asimismo, a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa, al igual que la voluntaria sujeción a sus normas consuetudinarias para la regulación de la convivencia interior siempre que ellas no atenten contra los derechos fundamentales establecidos en esta Constitución. En los conflictos jurisdiccionales se tendrá en cuenta el derecho consuetudinario indígena.</p> <p>Art. 64.- <i>De la Propiedad Comunitaria.</i> Los pueblos indígenas tienen derecho a la propiedad comunitaria de la tierra, en extensión y calidad suficientes para la conservación y el desarrollo de sus formas peculiares de vida. El Estado les proveerá gratuitamente de estas tierras, las cuales serán inembargables, indivisibles, intransferibles, imprescriptibles, no susceptibles, no susceptibles de garantizar obligaciones contractuales ni de ser arrendadas; asimismo, estarán exentas de tributo. Se prohíbe la remoción o traslado de su hábitat sin el expreso consentimiento de los mismos.</p> <p>Art. 65.- <i>Del Derecho a la Participación.</i> Se garantiza a los pueblos indígenas el derecho a participar en la vida económica, social, política y cultural del país, de acuerdo con sus usos consuetudinarios, esta Constitución y las Leyes nacionales.</p> <p>Art. 66.- <i>De la Educación y la Asistencia.</i> El Estado respetará las peculiaridades culturales de los pueblos indígenas especialmente en lo relativo a la educación formal. Se atenderá, además, a su defensa contra la regresión demográfica, la depredación de su hábitat, la contaminación ambiental, la explotación económica y la alienación cultural.</p> <p>Art. 67.- <i>De la Exoneración.</i> Los miembros de los pueblos indígenas están exonerados de prestar servicios sociales, civiles o militares, así como de las cargas públicas que establezca la Ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo VII. De la educación y de la cultura</p> <p>Art. 77.- <i>De la enseñanza en lengua materna.</i> La enseñanza en los comienzos del proceso escolar se realizará en la lengua oficial materna del educando. Se instruirá asimismo en el conocimiento y en el empleo de ambos idiomas oficiales de la República.</p> <p><u>En el caso de las minorías étnicas cuya lengua materna no sea el guaraní, se podrá elegir uno de los dos idiomas oficiales.</u></p> <p style="text-align: center;">Parte II. Del ordenamiento político de la República</p> <p style="text-align: center;">Título I. De la nación y del Estado</p> <p style="text-align: center;">Capítulo I. De las declaraciones generales</p> <p>Art. 140.- <i>De los Idiomas.</i> El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe. <u>Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní.</u> La Ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro. Las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo III. Del Poder Judicial</p> <p style="text-align: center;">Sección IV. Del Ministerio Público</p> <p>Art. 268.- <i>De los deberes y de las atribuciones.</i> Son deberes y atribuciones del Ministerio Público: 1. Velar por el respeto de los derechos y de las garantías constitucionales;</p> <p><u>2. Promover acción penal pública para defender el patrimonio público y social, el medio ambiente y otros intereses difusos, así como los derechos de los pueblos indígenas;</u></p> <p style="text-align: center;">Título V. De las disposiciones finales y transitorias</p> <p>Art. 18.- El Poder Ejecutivo dispondrá de inmediato la edición oficial de 10.000 ejemplares de esta Constitución en los idiomas castellano y guaraní.</p>

1993	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (Reformas del 5 de Mayo de 1993)</p> <p style="text-align: center;">Título preliminar</p> <p>Art. 1.- El Ecuador es un Estado soberano, independiente, democrático y unitario. (...) El idioma oficial es el castellano. <u>El Quichua y las demás lenguas aborígenes forman parte de la cultura nacional.</u></p> <p style="text-align: center;">Sección III. De la educación y cultura</p> <p>Art. 27.- La educación es deber primordial del Estado. La educación oficial es laica y gratuita en todos los niveles. (...) En los sistemas de educación que se desarrollen en las <u>zonas de predominante población indígena</u>, se utilizará como <u>lengua principal de educación</u> el quichua o la lengua de la cultura respectiva; y el castellano, como lengua de relación intercultural.</p> <p style="text-align: center;">Título III. De la función judicial</p> <p style="text-align: center;">Sección III. De la organización y funcionamiento</p> <p>Art. 110.- El Estado establecerá defensores públicos para el <u>patrocinio de las comunidades indígenas</u>, de los trabajadores y de toda persona que no dispusiere de medios económicos.</p>
1993	<p style="text-align: center;">PERU CONSTITUCIÓN DE 1993 (1 de julio de 1993)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO II. DEL ESTADO Y LA NACIÓN Capítulo I. Del Estado, la Nación y el territorio</p> <p>Art. 48.- Son idiomas oficiales el castellano y, en las zonas donde predominen, también lo son el quechua, el aimara y las demás lenguas aborígenes, según la ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo VI - Del Régimen Agrario y de las Comunidades Campesinas y Nativas</p> <p>Art. 88°.- El Estado apoya preferentemente el desarrollo agrario. Garantiza el <u>derecho de propiedad</u> sobre la tierra, en forma privada o <u>comunal</u> o en cualquiera otra forma asociativa. La ley puede fijar los límites y la extensión de la tierra según las peculiaridades de cada zona. Las tierras abandonadas, según previsión legal, pasan al dominio del Estado para su adjudicación en venta.</p> <p>Art. 89°.- Las <u>Comunidades Campesinas y las Nativas</u> tienen existencia legal y son <u>personas jurídicas</u>. Son <u>autónomas</u> en su organización, en el trabajo comunal y en el uso y la libre disposición de sus tierras, así como en lo económico y administrativo, dentro del marco que la ley establece. La propiedad de sus tierras es imprescriptible, salvo en el caso de abandono previsto en el artículo anterior. El Estado respeta la <u>identidad cultural</u> de las Comunidades Campesinas y Nativas.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO IV – DE LA ESTRUCTURAL DEL ESTADO Capítulo VIII - Poder Judicial</p> <p>Art. 149°.- Las <u>autoridades de las Comunidades Campesinas y Nativas</u>, con el apoyo de las Rondas Campesinas, pueden ejercer las <u>funciones jurisdiccionales</u> dentro de su ámbito territorial de conformidad con el <u>derecho consuetudinario</u>, siempre que no violen los derechos fundamentales de la persona. La ley establece las <u>formas de coordinación</u> de dicha jurisdicción especial con los Juzgados de Paz y con las demás instancias del Poder Judicial.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo XIV - De la Descentralización</p> <p>Art. 191°.- Los gobiernos regionales tienen autonomía política, económica y administrativa en los asuntos de su competencia. Coordinan con las municipalidades sin interferir sus funciones y atribuciones. (...) La ley establece porcentajes mínimos para hacer accesible la representación de género, comunidades campesinas y nativas, y pueblos originarios en los Consejos Regionales. Igual tratamiento se aplica para los Consejos Municipales.</p>
1993	<p style="text-align: center;">CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE GUATEMALA (reformas del 17 de Noviembre de 1993)</p> <p style="text-align: center;">Título II. Derechos humanos Capítulo II. Derechos sociales</p> <p>Art. 62.- <u>Protección al arte, folklore y artesanías tradicionales.</u> La expresión artística nacional, el arte popular, el folklore y las artesanías e <u>industrias autóctonas</u>, deben ser objeto de protección especial del Estado, con el fin de preservar su autenticidad. El Estado propiciará la apertura de mercados nacionales e internacionales para la libre comercialización de la obra de los artistas y artesanos, promoviendo su producción y adecuada a tecnificación</p> <p style="text-align: center;">Sección tercera. Comunidades indígenas</p> <p>Art. 66.- <u>Protección a grupos étnicos.</u> Guatemala está formada por diversos grupos étnicos entre los que figuran los grupos indígenas de ascendencia maya. El Estado <u>reconoce, respeta y promueve</u> sus formas de <u>vida, costumbres, tradiciones, formas de organización social, el uso del traje indígena en hombres y mujeres, idiomas y dialectos.</u></p> <p>Art. 67.- <u>Protección a las tierras y las cooperativas agrícolas indígenas.</u> Las tierras de las cooperativas, comunidades indígenas o cualesquiera otras formas de tenencia comunal o colectiva de propiedad agraria, así como el patrimonio familiar y vivienda popular, gozarán de protección especial del Estado, asistencia crediticia y de técnica preferencial, que garanticen su posesión y desarrollo, a fin de asegurar a todos los habitantes una mejor calidad de vida. Las comunidades indígenas y otras que tengan tierras que históricamente les pertenecen y que tradicionalmente han administrado en forma especial, mantendrán ese sistema.</p> <p>Art. 68.- <u>Tierras para comunidades indígenas.</u> Mediante programas especiales y legislación adecuada, el Estado proveerá de tierras estatales a las comunidades indígenas que las necesiten para su desarrollo.</p> <p>Art. 69.- <u>Traslación de trabajadores y su protección.</u> Las actividades laborales que impliquen traslación de trabajadores fuera de sus comunidades, serán objeto de protección y legislación que aseguren las condiciones adecuadas de salud, seguridad y previsión social que impidan el pago de salarios no ajustados a la ley, la desintegración de esas comunidades y en general todo trato discriminatorio.</p> <p>Art. 70.- <u>Ley específica.</u> Una ley regulará lo relativo a las materias de esta sección.</p> <p style="text-align: center;">Sección cuarta. Educación</p> <p>Art. 76.- Sistema educativo y enseñanza bilingüe. La administración del sistema educativo deberá ser descentralizado y regionalizado. En las escuelas establecidas en <u>zonas de predominante población indígena</u>, la enseñanza deberá impartirse preferentemente en forma bilingüe.</p> <p style="text-align: center;">Título III. El Estado Capítulo I. El Estado y su forma de Gobierno</p>

	<p>Art. 143.- Idioma oficial. El idioma oficial de Guatemala es el español. Las <u>lenguas vernáculas</u>, forman parte del patrimonio cultural de la Nación.</p>
1994	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE PANAMÁ (Constitución de 1972 con reformas de 1978, 1983 y 1994)</p> <p style="text-align: center;">Título III. Derechos y deberes individuales y sociales Capítulo 4. Cultura nacional</p> <p>Art. 84.- Las lenguas aborígenes serán objeto de especial estudio, conservación y divulgación y el Estado promoverá programas de alfabetización bilingüe en las <u>comunidades indígenas</u>.</p> <p>Art. 86.- El Estado reconoce y respeta la <u>identidad étnica de las comunidades indígenas</u> nacionales, realizará programas tendentes a desarrollar los valores materiales, sociales y espirituales propios de cada uno de sus culturas y creará una institución para el estudio, conservación, divulgación de las mismas y de sus lenguas, así como la promoción del desarrollo integral de dichos grupos humanos.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 5. Educación</p> <p>Art. 104.- El Estado desarrollará programas de educación y promoción para <u>grupos indígenas</u> ya que poseen patrones culturales propios, a fin de lograr su participación activa en la función ciudadana.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 8. Régimen agrario</p> <p>Art. 120.- El Estado dará atención especial a las <u>comunidades campesinas e indígenas</u> con el fin de promover su participación económica, social y política en la vida nacional.</p> <p>Art. 122.- Para el cumplimiento de los fines de la política agraria, el Estado desarrollará las siguientes actividades: 4. Establecer medios de comunicación y transporte para unir las <u>comunidades campesinas e indígenas</u> con los centros de almacenamiento distribución y consumo. La política establecida para este Capítulo será aplicable a las <u>comunidades indígenas</u> de acuerdo con los métodos científicos de cambio cultura.</p> <p>Art. 123.- El Estado garantiza a las <u>comunidades indígenas</u> la reserva de las tierras necesarias y la propiedad colectiva de las mismas para el logro de su bienestar económico y social. La Ley regulará los procedimientos que deban seguirse para lograr esta finalidad y las delimitaciones correspondientes dentro de las cuales se prohíbe la apropiación privada de las tierras.</p> <p style="text-align: center;">Título V. El Órgano Legislativo Capítulo 1. Asamblea Legislativa</p> <p>Art. 141.- La Asamblea Legislativa se compondrá de los Legisladores que resulten elegidos en cada Circuito Electoral, de conformidad con las bases siguientes: 5. Cada Circuito Electoral tendrá un máximo de cuarenta mil habitantes y un mínimo de veinte mil habitantes, pero la Ley podrá crear Circuitos Electorales que excedan el máximo o reduzcan el mínimo anteriores, para tomar en cuenta las divisiones políticas actuales, la proximidad territorial, la concentración de la <u>población indígena</u>, los lazos de vecindad, las vías de comunicación y los factores históricos y culturales, como criterios básicos para el agrupamiento de la población en Circuitos Electorales.</p> <p style="text-align: center;">Título XV. Disposiciones finales y transitorias Capítulo 2. Disposiciones transitorias</p> <p>Art. 321.- Se adoptan las siguientes disposiciones transitorias: 1. Por regla general, las disposiciones de la presente reforma constitucional tienen vigencia inmediata, a partir de su promulgación, excepto en los siguientes casos:</p> <p>1. Hasta tanto sean creadas y demarcadas las <u>Comarcas Indígenas</u> de la República, la Ley creará un circuito electoral formado por los Corregimientos del oriente de la Provincia de Chiriquí habitados mayoritariamente por la <u>población guaymí</u>, en el cual ésta elegirá un Legislador principal y sus respectivos suplentes, como miembros de la Asamblea Legislativa.</p>
1994	<p style="text-align: center;">ARGENTINA CONSTITUCIÓN DE 1853 (Reformas de 22 de agosto de 1994)</p> <p style="text-align: center;">Capítulo cuarto. Atribuciones del Congreso</p> <p>Art. 75.- Corresponde al Congreso:</p> <p>17. Reconocer la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos. Garantizar el respeto a su identidad y el derecho a una educación bilingüe e intercultural; reconocer la personería jurídica de sus comunidades, y la posesión y propiedad comunitarias de las tierras que tradicionalmente ocupan; y regular la entrega de otras aptas y suficientes para el desarrollo humano; ninguna de ellas será enajenable, transmisible ni susceptible de gravámenes o embargos. Asegurar su participación en la gestión referida a sus recursos naturales y a los demás intereses que los afecten. Las provincias pueden ejercer concurrentemente estas atribuciones.</p>
1994	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA (Constitución política de 1967 con reformas de 1994)</p> <p style="text-align: center;">Título preliminar. Disposiciones generales</p> <p>Art. 1.- Bolivia, libre, independiente, soberana, <u>multiétnica y pluricultural</u>, constituida en República unitaria, adopta para su gobierno la forma democrática representativa, fundada en la unidad y la solidaridad de todos los bolivianos.</p> <p style="text-align: center;">Título tercero. Régimen Agrario y Campesino</p> <p>Art. 171.-</p> <p>1. Se reconocen, respetan y protegen en el marco de la ley, los derechos sociales, económicos y culturales de los <u>pueblos indígenas</u> que habitan en el territorio nacional, especialmente los relativos a sus tierras comunitarias de origen garantizando del uso y aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, a su identidad, valores, lenguas y costumbres e instituciones.</p> <p>2. El Estado reconoce la personalidad jurídica de las <u>comunidades indígenas y campesinas</u> y de las asociaciones y sindicatos campesinos.</p> <p>3. Las <u>autoridades naturales de las comunidades indígenas</u> y campesinas podrán ejercer funciones de administración y aplicación de normas propias como solución alternativa de conflictos, en conformidad a sus costumbres y procedimientos, siempre que no sean contrarias a esta Constitución y las leyes. La Ley compatibilizará estas funciones con las atribuciones de los poderes del Estado.</p> <p style="text-align: center;">Título tercero. Poder Judicial Capítulo I. Disposiciones generales</p>

	<p>Art. 116.-10. La gratitud, publicidad, celeridad y probidad en los juicios son condiciones esenciales de la administración de justicia. El Poder Judicial es responsable de proveer defensa legal gratuita a los indigentes, así como servicios de traducción cuando su lengua materna no sea el castellano.</p>
1995	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE <u>BOLIVIA</u> (6 de febrero de 1995)</p> <p style="text-align: center;">Título Preliminar. Disposiciones generales</p> <p>Art. 1.- Bolivia, libre, independiente, soberana, <u>multiétnica y pluricultural</u>, constituida en República unitaria, adopta para su gobierno la forma democrática representativa, fundada en la unión y la solidaridad de todos los bolivianos.</p> <p style="text-align: center;">Título tercero. Poder Judicial Capítulo I. Disposiciones generales</p> <p>Art. 116.- X. La gratitud, publicidad, celeridad y probidad en los juicios son condiciones esenciales de la administración de justicia. El Poder Judicial es responsable de proveer defensa legal gratuita a los indigentes, así como servicios de traducción cuando su lengua materna no sea el castellano.</p> <p style="text-align: center;">Título Tercero. Régimen Agrario y Campesino</p> <p>Art. 171.- I. Se reconocen, se respetan y protegen en el marco de la ley, los derechos sociales, económicos y culturales de los <u>pueblos indígenas</u> que habitan en el territorio nacional, especialmente los relativos a sus tierras comunitarias de origen, garantizando el uso y aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, a su identidad, valores, lenguas, costumbres e instituciones; II. El Estado reconoce la <u>personalidad jurídica</u> de las comunidades indígenas y campesinas y de las asociaciones y sindicatos campesinos; III. <u>Las autoridades naturales de las comunidades indígenas y campesinas podrán ejercer funciones de administración y aplicación de normas propias como solución alternativa de conflictos</u>, en conformidad a sus costumbres y procedimientos, siempre que no sean contrarias a esta Constitución y las leyes. La ley compatibilizará estas funciones con las atribuciones de los Poderes del Estado.</p>
1995	<p style="text-align: center;">NICARAGUA – CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE 1987 (Reformas parciales - Ley n.º 192 del 1 de febrero de 1995)</p> <p style="text-align: center;">Título I. Principios Fundamentales de la Constitución Política. Capítulo Único</p> <p>Arto. 5.- Son principios de la nación nicaragüense, la libertad, la justicia, el respeto a la dignidad de la persona humana, el <u>pluralismo</u> político, social y <u>étnico</u>, el reconocimiento a las distintas formas de propiedad, la libre cooperación internacional y el respeto a la libre autodeterminación de los pueblos. El Estado reconoce la existencia de los <u>pueblos indígenas</u>, que gozan de los derechos, deberes y garantías consignados en la Constitución, y en especial los de mantener y desarrollar su identidad y cultura, tener sus propias formas de organización social y administrar sus asuntos locales, así como mantener las formas comunales de propiedad de sus tierras y el goce, uso y disfrute de las mismas, todo de conformidad con la Ley. <u>Para las comunidades de la Costa Atlántica se establece el régimen de autonomía</u> en la presente Constitución. Las diferentes formas de <u>propiedad</u>: pública, privada, asociativa, cooperativa y <u>comunitaria</u>, deberán ser garantizadas y estimuladas sin discriminación para producir riquezas, y todas ellas dentro de su libre funcionamiento deberán cumplir una función social.</p> <p style="text-align: center;">Título II. Sobre el Estado Capítulo Único</p> <p>Art. 11.- El español es el idioma oficial del Estado. Las lenguas de las Comunidades de la Costa Atlántica de Nicaragua también tendrán uso oficial en los casos que establezca la ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II. Derechos Políticos</p> <p>Art. 49.- En Nicaragua tienen derecho de constituir organizaciones los trabajadores de la ciudad y del campo, las mujeres, los jóvenes, los productores agropecuarios, los artesanos, los profesionales, los técnicos, los intelectuales, los artistas, los religiosos, las <u>Comunidades de la Costa Atlántica</u> y los pobladores en general, sin discriminación alguna, con el fin de lograr la realización de sus aspiraciones según sus propios intereses y participar en la construcción de una nueva sociedad. Estas organizaciones se formarán de acuerdo a la voluntad participativa y electiva de los ciudadanos, tendrán una función social y podrán o no tener carácter partidario, según su naturaleza y fines.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo VI. Derechos de las Comunidades de la Costa Atlántica</p> <p>Arto. 89.- Las Comunidades de la Costa Atlántica son parte indisoluble del pueblo nicaragüense y como tal gozan de los mismos derechos y tienen las mismas obligaciones. Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen el derecho de preservar y desarrollar su identidad cultural en la unidad nacional; dotarse de sus propias formas de organización social y administrar sus asuntos locales conforme a sus tradiciones. El Estado reconoce las formas comunales de propiedad de las tierras de las Comunidades de la Costa Atlántica. Igualmente reconoce el goce, uso y disfrute de las aguas y bosques de sus tierras comunales. Arto. 90.- Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen derecho a la libre expresión y preservación de sus lenguas, arte y cultura. El desarrollo de su cultura y sus valores enriquece la cultura nacional. El Estado creará programas especiales para el ejercicio de estos derechos. Arto. 91.- El Estado tiene la obligación de dictar leyes destinadas a promover acciones que aseguren que ningún nicaragüense sea objeto de discriminación por razón de su lengua, cultura y origen.</p> <p style="text-align: center;">Título VI. Economía Nacional, Reforma Agraria y Finanzas Públicas Capítulo II. Reforma Agraria</p>

Arto. 107. La Reforma Agraria eliminará el latifundio ocioso y se hará prioritariamente con tierras del Estado. Cuando la expropiación de latifundios ociosos afecte a propietarios privados se hará cumpliendo con lo estipulado en artículo 44 de esta Constitución.

La Reforma Agraria eliminará cualquier forma de explotación a los campesinos, a las comunidades indígenas del país y promoverá las formas de propiedad compatibles con los objetivos económicos y sociales de la nación, establecidos en esta Constitución. El régimen de propiedad de las tierras de las comunidades indígenas se regulará de acuerdo a la ley de la materia.

Título VII

Capítulo Único. Educación y Cultura

Arto. 121. El acceso a la educación es libre e igual para todos los nicaragüenses. La enseñanza primaria es gratuita y obligatoria en los centros del Estado. (...)

Los pueblos indígenas y las Comunidades étnicas de la Costa Atlántica tienen derecho en su región a la educación intercultural en su lengua materna, de acuerdo a la Ley.

Título VIII. De la Organización del Estado

Capítulo V. Poder Judicial

Arto. 164. Son atribuciones de la Corte Suprema de Justicia:

13) Conocer y resolver los conflictos de constitucionalidad entre el Gobierno Central y los Gobiernos Municipales y de las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica.

Título IX. División Política Administrativa

Capítulo I. De los Municipios

Arto. 175. El territorio nacional se dividirá para su administración, en Departamentos, Regiones Autónomas de la Costa Atlántica y Municipios. Las leyes de la materia determinarán su creación, extensión, número, organización, estructura y funcionamiento de las diversas circunscripciones territoriales.

Arto. 177. Los Municipios gozan de autonomía política, administrativa y financiera. La administración y gobiernos de los mismos corresponde a las autoridades municipales.

La Ley de Municipios deberá incluir, entre otros aspectos, las competencias municipales, las relaciones con el Gobierno Central, con los pueblos indígenas de todo el país y con todos los Poderes del Estado, y la coordinación inter-institucional.

Capítulo II. Comunidades de la Costa Atlántica.

Arto. 180.- Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen el derecho de vivir y desarrollarse bajo las formas de organización social que corresponden a sus tradiciones históricas y culturales. El Estado garantiza a estas comunidades el disfrute de sus recursos naturales, la efectividad de sus formas de propiedad comunal y la libre elección de sus autoridades y representantes. Asimismo garantiza la preservación de sus culturas y lenguas, religiones y costumbres.

Arto. 181. El Estado organizará, por medio de una Ley el régimen de autonomía para los pueblos indígenas y las Comunidades étnicas de la Costa Atlántica, la que deberá contener entre otras normas: las atribuciones de sus órganos de gobierno, su relación con el Poder Ejecutivo y Legislativo y con los municipios y el ejercicio de sus derechos. Dicha ley, para su aprobación y reforma, requerirá de la mayoría establecida para la reforma a las leyes constitucionales. Las concesiones y los contratos de explotación racional de los recursos naturales que otorga el Estado en las Regiones Autónomas de la Costa Atlántica deberán contar con la aprobación del Consejo Regional Autónomo correspondiente. Los miembros de los Consejos Regionales Autónomos de la Costa Atlántica podrán perder su condición por las causas y los procedimientos que establezca la ley.

1996

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA

(Reformas de 15 de enero de 1996)

Título I. De los principios fundamentales

Art. 7.- El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana.

Art. 10.- El castellano es el idioma oficial de Colombia. Las lenguas y dialectos de los grupos étnicos son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparta en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias será bilingüe.

Título III. De los habitantes y del territorio

Capítulo 1. De la nacionalidad

Art. 96.- Son nacionales colombianos: 4. Por adopción:

7. Los miembros de los pueblos indígenas que comparten territorios fronterizos, con aplicación del principio de reciprocidad según tratados públicos.

Título VI. De la rama legislativa

Capítulo 4. Del Senado

Art. 171.- El Senado de la República estará integrado por cien miembros elegidos en circunscripción nacional. Habrá un número adicional de dos senadores elegidos en circunscripción nacional especial por comunidades indígenas.

(...) La circunscripción especial para la elección de senadores por las comunidades indígenas se regirá por el sistema de cuociente electoral. Los representantes de las comunidades indígenas que aspiren a integrar el Senado de la República, deberán haber ejercido un cargo de autoridad tradicional en su respectiva comunidad o haber sido líder de una organización indígena, calidad que se acreditará mediante certificado de la respectiva organización, refrendado por el ministro de gobierno.

Título VIII. De la rama judicial

Capítulo 5. De las jurisdicciones especiales

Art. 246.- Las autoridades de los pueblos indígenas podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes de la República. La ley establecerá las formas de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional.

Título XI. De la organización territorial

Capítulo 1. De las disposiciones generales

	<p>Art. 286.- Son entidades territoriales los departamentos, los distritos, los municipios y los <u>territorios indígenas</u>. La ley podrá darles el carácter de entidades territoriales a las regiones y provincias que se constituyan en los términos de la Constitución y de la ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 3. Del régimen municipal</p> <p>Art. 321.- Las provincias se constituyen con municipios o <u>territorios indígenas</u> circunvecinos, pertenecientes a un mismo departamento. (...)</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 4. Del régimen especial</p> <p>Art. 329.- La conformación de las <u>entidades territoriales indígenas</u> se hará con sujeción a lo dispuesto en la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, y su delimitación se hará por el Gobierno Nacional, con participación de los representantes de las comunidades indígenas, previo concepto de la Comisión de Ordenamiento Territorial. Los resguardos son de propiedad colectiva y no enajenable. La ley definirá las relaciones y la coordinación de estas entidades con aquellas de las cuales formen parte. Parágrafo.- En el caso de un territorio indígena que comprenda el territorio de dos o más departamentos, su administración se hará por los consejos indígenas en coordinación con los gobernadores de los respectivos departamentos. En caso de que este territorio decida constituirse como entidad territorial, se hará con el cumplimiento de los requisitos establecidos en el inciso primero de este artículo.</p> <p>Art. 330.- De conformidad con la Constitución y las leyes, <u>los territorios indígenas estarán gobernados por consejos conformados y reglamentados según los usos y costumbres</u> de sus comunidades y ejercerán las siguientes funciones: 1. Velar por la aplicación de las normas legales sobre usos del suelo y poblamiento de sus territorios. 2. Diseñar las políticas y los planes y programas de desarrollo económico y social dentro de su territorio, en armonía con el Plan Nacional de Desarrollo. 3. Promover las inversiones públicas en sus territorios y velar por su debida ejecución. 4. Percibir y distribuir sus recursos. 5. Velar por la preservación de los recursos naturales. 6. Coordinar los programas y proyectos promovidos por las diferentes comunidades en su territorio. 7. Colaborar con el mantenimiento del orden público dentro de su territorio de acuerdo con las instrucciones y disposiciones del Gobierno Nacional. 8. Representar a los territorios ante el Gobierno Nacional y las demás entidades a las cuales se integren, y 9. Las que les señalen la Constitución y la ley. Parágrafo.- La explotación de los recursos naturales en los <u>territorios indígenas</u> se hará sin desmedro de la integridad cultural, social y económica de las comunidades indígenas. En las decisiones que se adopten respecto de dicha explotación, el Gobierno propiciará la participación de los representantes de las respectivas comunidades.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 4. De la distribución de recursos y de las competencias</p> <p>Art. 357.- Los municipios participarán en los ingresos corrientes de la Nación. La ley, a iniciativa del Gobierno, determinará el porcentaje mínimo de esa participación y definirá las áreas prioritarias de inversión social que se financiarán con dichos recursos. Para los efectos de esta participación, la ley determinará los resguardos indígenas que serán considerados como municipios. (...)</p> <p>Art. transitorio 56.- Mientras se expide la ley a que se refiere el artículo 329, el Gobierno podrá dictar las normas fiscales necesarias y las demás relativas al funcionamiento de los territorios indígenas y su coordinación con las demás entidades territoriales.</p>
1997	<p style="text-align: center;">CHILE CONSTITUCIÓN DE 1980 (reformas de 1997)</p> <p style="text-align: center;">Omissa em relação aos indígenas</p>
1997	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (Reformas del 13 de febrero de 1997)</p> <p style="text-align: center;">Título preliminar</p> <p>Art. 1.- El Ecuador es un Estado soberano, independiente, democrático, unitario, descentralizado, <u>pluricultural y multiétnico</u>. (...) El idioma oficial y de relación intercultural es el castellano. El quichua y las demás lenguas indígenas son reconocidas dentro de sus respectivas áreas de uso y forman parte de la cultura nacional.</p> <p style="text-align: center;">Sección IV. De la educación y cultura</p> <p>Art. 40.- La educación es deber primordial del Estado y la sociedad, derecho fundamental de la persona y derecho y obligación de los padres. La educación oficial es laica y gratuita en todos los niveles. (...) En los sistemas de educación que se desarrollen en las zonas de predominante población indígena, se utilizará como lengua principal de educación el quichua o la lengua de la cultura respectiva; y el castellano como <u>lengua de relación intercultural</u>.</p> <p style="text-align: center;">Título IV. De la función judicial</p> <p>Art. 135.- El Estado establecerá defensores públicos para el <u>patrocinio de las comunidades indígenas</u>, de los trabajadores y de toda persona que no dispusiere de medios económicos.</p> <p style="text-align: center;">Sección II. Del Tribunal Constitucional</p> <p>Art. 174.- El Tribunal Constitucional con jurisdicción nacional tendrá su sede en Quito. Lo integrarán nueve vocales y sus respectivos suplentes, (...). Serán designados por el Congreso Nacional, de la siguiente manera: 5. <u>Uno de la terna enviada por las centrales de trabajadores y las organizaciones indígenas</u> y campesinas de carácter nacional, legalmente reconocidas; y, (...)</p> <p style="text-align: center;">Disposiciones transitorias</p> <p>Decimosexta.- El Congreso Nacional designará por esta vez, a los treinta y un magistrados de la Corte Suprema de Justicia, de una lista integrada por no menos de cuatro ni más de diez candidatos propuestos por las siguientes entidades nominadoras de la sociedad civil: 10. Por las <u>organizaciones de los pueblos indios y afro-ecuatorianos del Ecuador</u>; (...)</p>
1997	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA</p>

(Reformas de 16 de diciembre de 1997)

Título I. De los principios fundamentales

Art. 7.- El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana.

Art. 10.- El castellano es el idioma oficial de Colombia. Las lenguas y dialectos de los grupos étnicos son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparta en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias será bilingüe.

Título III. De los habitantes y del territorio

Capítulo 1. De la nacionalidad

Art. 96.- Son nacionales colombianos: 4. Por adopción:

7. Los miembros de los pueblos indígenas que comparten territorios fronterizos, con aplicación del principio de reciprocidad según tratados públicos.

Título V. De la organización del Estado

Capítulo 4. Del Senado

Art. 171.- El Senado de la República estará integrado por cien miembros elegidos en circunscripción nacional.

Habrá un número adicional de dos senadores elegidos en circunscripción nacional especial por comunidades indígenas. (...) La circunscripción especial para la elección de senadores por las comunidades indígenas se regirá por el sistema de cuociente electoral.

Los representantes de las comunidades indígenas que aspiren a integrar el Senado de la República, deberán haber ejercido un cargo de autoridad tradicional en su respectiva comunidad o haber sido líder de una organización indígena, calidad que se acreditará mediante certificado de la respectiva organización, refrendado por el ministro de gobierno.

Capítulo 5. De las jurisdicciones especiales

Art. 246.- Las autoridades de los pueblos indígenas podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes de la República. La ley establecerá las formas de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional.

Título XI. De la organización territorial

Capítulo 1. De las disposiciones generales

Art. 286.- Son entidades territoriales los departamentos, los distritos, los municipios y los territorios indígenas. La ley podrá darles el carácter de entidades territoriales a las regiones y provincias que se constituyan en los términos de la Constitución y de la ley.

Art. 287.- Las entidades territoriales gozan de autonomía para la gestión de sus intereses, y dentro de los límites de la Constitución y de la ley. En tal virtud tendrán los siguientes derechos:

1. Gobernarse por autoridades propias.
2. Ejercer las competencias que les correspondan.
3. Administrar sus recursos y establecer los tributos necesarios para el cumplimiento de sus funciones.

Capítulo 3. Del régimen municipal

Art. 321.- Las provincias se constituyen con municipios o territorios indígenas circunvecinos.

Capítulo 4. Del régimen especial

Art. 329.- La conformación de las entidades territoriales indígenas se hará con sujeción a lo dispuesto en la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, y su delimitación se hará por el Gobierno Nacional, con participación de los representantes de las comunidades indígenas, previo concepto de la Comisión de Ordenamiento Territorial.

Los resguardos son de propiedad colectiva y no enajenable.

La ley definirá las relaciones y la coordinación de estas entidades con aquellas de las cuales formen parte.

Parágrafo. En el caso de un territorio indígena que comprenda el territorio de dos o más departamentos, su administración se hará por los consejos indígenas en coordinación con los gobernadores de los respectivos departamentos. En caso de que este territorio decida constituirse como entidad territorial, se hará con el cumplimiento de los requisitos establecidos en el inciso primero de este artículo.

Art. 330.- De conformidad con la Constitución y las leyes, los territorios indígenas estarán gobernados por concejos conformados y reglamentados según los usos y costumbres de sus comunidades y ejercerán las siguientes funciones:

1. Velar por la aplicación de las normas legales sobre usos del suelo y poblamiento de sus territorios.
2. Diseñar las políticas y los planes y programas de desarrollo económico y social dentro de su territorio, en armonía con el Plan Nacional de Desarrollo.
3. Proveer las inversiones públicas en sus territorios y velar por su debida ejecución.
4. Percibir y distribuir sus recursos.
5. Velar por la preservación de los recursos naturales.
6. Coordinar los programas y proyectos promovidos por las diferentes comunidades en su territorio.
7. Colaborar con el mantenimiento del orden público dentro de su territorio de acuerdo con las instrucciones y disposiciones del Gobierno Nacional.
8. Representar a los territorios ante el Gobierno Nacional y las demás entidades a las cuales se integren; y
9. Las que les señale la Constitución y la ley.

Parágrafo. La explotación de los recursos naturales en los territorios indígenas se hará sin desmedro de la integridad cultural, social y económica de las comunidades indígenas. En las decisiones que se adopten respecto de dicha explotación, el Gobierno propiciará la participación de los representantes de las respectivas comunidades.

Capítulo 4. De la distribución de los recursos y de las competencias

Art. 357.- Los municipios participarán de los ingresos corrientes de la Nación. La ley, a iniciativa del Gobierno, determinará el porcentaje mínimo de esa participación y definirá las áreas prioritarias de inversión social que se financiarán con dichos recursos.

Para los efectos de esta participación, la ley determinará los resguardos indígenas que serán considerados como municipios.

Capítulo 8

Artículo Transitorio 56°.- Mientras se expide la ley a que se refiere el artículo 329, el Gobierno podrá dictar las normas fiscales necesarias y las demás relativas al funcionamiento de los territorios indígenas y su coordinación con las demás entidades territoriales.

1998

MÉXICO CONSTITUCIÓN DE 1917 CON REFORMAS DE 1998

	<p style="text-align: center;">Título primero Capítulo I. De las garantías individuales</p> <p>Art. 4.- La nación mexicana tiene una composición <u>pluricultural</u> sustentada originalmente en sus <u>pueblos indígenas</u>. La ley protegerá y promoverá el desarrollo de sus lenguas, culturas, usos, costumbres, recursos y formas específicas de organización social, y garantizará a sus integrantes el efectivo acceso a la jurisdicción del estado. En los juicios y procedimientos agrarios en que aquellos sean parte, se tomarán en cuenta sus prácticas y costumbres jurídicas en los términos que establezca la ley. El varón y la mujer son iguales ante la ley. Esta protegerá la organización y el desarrollo de la familia.</p> <p>Art. 27.- La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada. (...) La capacidad para adquirir el dominio de las tierras y aguas de la nación, se regirá por las siguientes prescripciones: VII. Se reconoce la personalidad jurídica de los núcleos de población ejidales y comunales y se protege su propiedad sobre la tierra, tanto para el asentamiento humano como para actividades productivas. La ley protegerá la integridad de las tierras de los <u>grupos indígenas</u>. La ley, considerando el respeto y fortalecimiento de la vida comunitaria de los ejidos y comunidades, protegerá la tierra para el asentamiento humano y regulará el aprovechamiento de tierras, bosques y aguas de uso común y la provisión de acciones de fomento necesarias para elevar el nivel de vida de sus pobladores. La ley, con respeto a la voluntad de los ejidatarios y comuneros para adoptar las condiciones que más les convengan en el aprovechamiento de sus recursos productivos, regulará el ejercicio de los derechos de los comuneros sobre la tierra y de cada ejidatario sobre su parcela. Asimismo establecerá los procedimientos por los cuales ejidatarios y comuneros podrán asociarse entre sí, con el estado o con terceros y otorgar el uso de sus tierras; y, tratándose de ejidatarios, transmitir sus derechos parcelarios entre los miembros del núcleo de población; igualmente fijará los requisitos y procedimientos conforme a los cuales la asamblea ejidal otorgará al ejidatario el dominio sobre su parcela. En caso de enajenación de parcelas se respetará el derecho de preferencia que prevea la ley. Dentro de un mismo núcleo de población, ningún ejidatario podrá ser titular de más tierra que la equivalente al 5% del total de las tierras ejidales. En todo caso, la titularidad de tierras en favor de un sólo ejidatario deberá ajustarse a los límites señalados en la Fracción XV. La asamblea general es el órgano supremo del núcleo de población ejidal o comunal, con la organización y funciones que la ley señale. El comisariado ejidal o de bienes comunales, electo democráticamente en los términos de la ley, es el órgano de representación del núcleo y el responsable de ejecutar las resoluciones de la asamblea. La restitución de tierras, bosques y aguas a los núcleos de población se hará en los términos de la ley reglamentaria;</p>
1998	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR <i>(Del 11 de Agosto de 1998)</i></p> <p style="text-align: center;">El Pueblo del Ecuador</p> <p>Inspirado en su <u>historia milenaria</u>, en el recuerdo de sus héroes y en el trabajo de hombres y mujeres que, con su sacrificio, forjaron la patria; fiel a los ideales de libertad, igualdad, justicia, progreso, solidaridad, equidad y paz que han guiado sus pasos desde los albores de la vida republicana, proclama su voluntad de consolidar la unidad de la nación ecuatoriana en el <u>reconocimiento de la diversidad de sus regiones, pueblos, etnias y culturas</u>, invoca la protección de Dios, y en ejercicio de su soberanía, establece en esta Constitución las normas fundamentales que amparan los derechos y libertades, organizan el Estado y las instituciones democráticas e impulsan el desarrollo económico y social.</p> <p style="text-align: center;">Título I. De los principios fundamentales</p> <p>Art. 1.- El Ecuador es un estado social de derecho, soberano, unitario, independiente, democrático, <u>pluricultural y multiétnico</u>. Su gobierno es republicano, presidencial, electivo, representativo, responsable, alternativo, participativo y de administración descentralizada. La soberanía radica en el pueblo, cuya voluntad es la base de la autoridad, que ejerce a través de los órganos del poder público y de los medios democráticos previstos en esta Constitución. El Estado respeta y estimula el desarrollo de todas las lenguas de los ecuatorianos. <u>El castellano es el idioma oficial. El quichua, el shuar y los demás idiomas ancestrales son de uso oficial para los pueblos indígenas, en los términos que fija la ley.</u></p> <p>Art. 24.- Para asegurar el debido proceso deberán observarse las siguientes garantías básicas, sin menoscabo de otras que establezcan la Constitución, los instrumentos internacionales, las leyes o la jurisprudencia:</p> <p>10. Nadie podrá ser privado del derecho de defensa en ningún estado o grado del respectivo procedimiento. El Estado establecerá defensores públicos para el patrocinio de las comunidades indígenas, de los trabajadores, de las mujeres y de los menores de edad abandonados o víctimas de violencia intrafamiliar o sexual, y de toda persona que no disponga de medios económicos.</p> <p>12. Toda persona tendrá el derecho a ser oportuna y debidamente informada, en su <u>lengua materna</u>, de las acciones iniciadas en su contra.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 5. De los derechos colectivos Sección primera. De los pueblos indígenas y negros o afroecuatorianos</p> <p>Art. 83.- Los pueblos indígenas, que se autodefinen como nacionalidades de raíces ancestrales, y los pueblos negros o afroecuatorianos, forman parte del Estado ecuatoriano, único e indivisible.</p> <p>Art. 84.- El Estado reconocerá y garantizará a los pueblos indígenas, de conformidad con esta Constitución y la ley, el respeto al orden público y a los derechos humanos, los siguientes derechos colectivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mantener, desarrollar y fortalecer su identidad y tradiciones en lo espiritual, cultural, lingüístico, social, político y económico. 2. Conservar la propiedad imprescriptible de las tierras comunitarias, que serán inalienables, inembargables e indivisibles, salvo la facultad del Estado para declarar su utilidad pública. Estas tierras estarán exentas del pago del impuesto predial. 3. Mantener la posesión ancestral de las tierras comunitarias y a obtener su adjudicación gratuita, conforme a la ley. 4. Participar en el uso, usufructo, administración y conservación de los recursos naturales renovables que se hallen en sus tierras. 5. Ser consultados sobre planes y programas de prospección y explotación de recursos no renovables que se hallen en sus tierras y que puedan afectarlos ambiental o culturalmente; participar en los beneficios que esos proyectos reporten, en cuanto sea posible y recibir indemnizaciones por los perjuicios socio-ambientales que les causen. 6. Conservar y promover sus prácticas de manejo de la biodiversidad y de su entorno natural.

	<p>7. Conservar y desarrollar sus formas tradicionales de convivencia y organización social, de generación y ejercicio de la autoridad.</p> <p>8. A no ser desplazados, como pueblos, de sus tierras.</p> <p>9. A la propiedad intelectual colectiva de sus conocimientos ancestrales; a su valoración, uso y desarrollo conforme a la ley.</p> <p>10. Mantener, desarrollar y administrar su patrimonio cultural e histórico.</p> <p>11. Acceder a una educación de calidad. Contar con el sistema de educación intercultural bilingüe.</p> <p>12. A sus sistemas, conocimientos y prácticas de medicina tradicional, incluido el derecho a la protección de los lugares rituales y sagrados, plantas, animales, minerales y ecosistemas de interés vital desde el punto de vista de aquella.</p> <p>13. Formular prioridades en planes y proyectos para el desarrollo y mejoramiento de sus condiciones económicas y sociales; y a un adecuado financiamiento del Estado.</p> <p>14. Participar, mediante representantes, en los organismos oficiales que determine la ley.</p> <p>15. Usar símbolos y emblemas que los identifiquen.</p> <p>Art. 85.- El Estado reconocerá y garantizará a los pueblos negros o afroecuatorianos, los derechos determinados en el Art. anterior, en todo aquello que les sea aplicable.</p>
	<p style="text-align: center;">Capítulo 7. De los deberes y responsabilidades</p> <p>Art. 97.- Todos los ciudadanos tendrán los siguientes deberes y responsabilidades, sin perjuicio de otros previstos en esta Constitución y la ley:</p> <p>12. Propugnar la unidad en la diversidad, y la relación intercultural.</p> <p>20. <i>Ama quilla, ama llulla, ama shua. No ser ocioso, no mentir, no robar.</i></p>
	<p style="text-align: center;">Sección séptima. De la cultura</p> <p>Art. 62.- La cultura es patrimonio del pueblo y constituye elemento esencial de su identidad. El Estado promoverá y estimulará la cultura, la creación, la formación artística y la investigación científica. Establecerá políticas permanentes para la conservación, restauración, protección y respeto del patrimonio cultural tangible e intangible, de <u>la riqueza artística, histórica, lingüística y arqueológica de la nación, así como del conjunto de valores y manifestaciones diversas que configuran la identidad nacional, pluricultural y multiétnica.</u> El Estado fomentará la <u>interculturalidad</u>, inspirará sus políticas e integrará sus instituciones según los principios de equidad e igualdad de las culturas.</p> <p style="text-align: center;">Sección octava. De la educación</p> <p>Art. 66.- La educación es derecho irrenunciable de las personas, deber inexcusable del Estado, la sociedad y la familia; área prioritaria de la inversión pública, requisito del desarrollo nacional y garantía de la equidad social. Es responsabilidad del Estado definir y ejecutar políticas que permitan alcanzar estos propósitos.</p> <p>La educación, inspirada en principios éticos, pluralistas, democráticos, humanistas y científicos, promoverá el respeto a los derechos humanos, desarrollará un pensamiento crítico, fomentará el civismo; proporcionará destrezas para la eficiencia en el trabajo y la producción; estimulará la creatividad y el pleno desarrollo de la personalidad y las especiales habilidades de cada persona; impulsará la <u>interculturalidad</u>, la solidaridad y la paz.</p> <p>Art. 69.- El Estado garantizará el sistema de <u>educación intercultural bilingüe</u>; en él se utilizará como lengua principal la de la cultura respectiva, y el <u>castellano como idioma de relación intercultural</u>.</p> <p style="text-align: center;">Título VIII. De la Función Judicial</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 1. De los principios generales</p> <p>Art. 191.- El ejercicio de la potestad judicial corresponderá a los órganos de la Función Judicial. Se establecerá la unidad jurisdiccional. De acuerdo con la ley habrá jueces de paz, encargados de resolver en equidad conflictos individuales, comunitarios o vecinales. Se reconocerán el arbitraje, la mediación y otros procedimientos alternativos para la resolución de conflictos, con sujeción a la ley.</p> <p>Las autoridades de los pueblos indígenas ejercerán funciones de justicia, aplicando normas y procedimientos propios para la solución de conflictos internos de conformidad con sus costumbres o derecho consuetudinario, siempre que no sean contrarios a la Constitución y las leyes. La ley hará compatibles aquellas funciones con las del sistema judicial nacional.</p>
	<p style="text-align: center;">Título XI. De la organización territorial y descentralización</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 1. Del Régimen Administrativo y Seccional</p> <p>Art. 224.- El territorio del Ecuador es indivisible. Para la administración del Estado y la representación política existirán provincias, cantones y parroquias. Habrá <u>circunscripciones territoriales indígenas y afroecuatorianas</u> que serán establecidas por la ley.</p>
	<p style="text-align: center;">Capítulo 4. De los regímenes especiales</p> <p>Art. 241.- La organización, competencias y facultades de los órganos de administración de las circunscripciones territoriales indígenas y afroecuatorianas, serán reguladas por la ley.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 2. Del Tribunal Constitucional</p> <p>Art. 275.- El Tribunal Constitucional, con jurisdicción nacional, tendrá su sede en Quito. Lo integrarán nueve vocales, quienes tendrán sus respectivos suplentes. Desempeñarán sus funciones durante cuatro años y podrán ser reelegidos. La ley orgánica determinará las normas para su organización y funcionamiento, y los procedimientos para su actuación.</p> <p>Los vocales del Tribunal Constitucional deberán reunir los mismos requisitos que los exigidos para los ministros de la Corte Suprema de Justicia, y estarán sujetos a las mismas prohibiciones. No serán responsables por los votos que emitan y por las opiniones que formulen en el ejercicio de su cargo.</p> <p>Serán designados por el Congreso Nacional por mayoría de sus integrantes, de la siguiente manera:</p>
	<p>- Uno, de la terna enviada por las centrales de trabajadores y las organizaciones indígenas y campesinas de carácter nacional, legalmente reconocidas.</p>
1999	<p style="text-align: center;">HONDURAS CONSTITUCIÓN DE 1982 CON REFORMAS DE 1999 (11 de enero 1982, con reformas hasta el Decreto 2 de 1999)</p> <p style="text-align: center;">Título VI. Del régimen económico Capítulo III. De la reforma agraria</p> <p>Art. 346.- Es deber del Estado dictar medidas de <u>protección de los derechos e intereses de las comunidades indígenas existentes en el país, especialmente de las tierras y bosques donde estuvieren asentadas.</u></p>
1999	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (Reformas de 30 de julio de 1999)</p>

	<i>Sem reformas no tocante aos indígenas – mantidas as disposições anteriores</i>
1999	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (Publicada en Gaceta Oficial del jueves 30 de diciembre de 1999, N° 36.860)</p> <p style="text-align: center;">Preámbulo</p> <p>El pueblo de Venezuela, en ejercicio de sus poderes creadores e invocando la protección de Dios, el ejemplo histórico de nuestro Libertador Simón Bolívar y el heroísmo y sacrificio de nuestros antepasados aborígenes y de los precursores y forjadores de una patria libre y soberana; con el fin supremo de refundar la República para establecer una <u>sociedad democrática, participativa y protagónica, multiétnica y pluricultural</u> en un Estado de justicia, federal y descentralizado, que consolide los valores de la libertad, la independencia, la paz, la solidaridad, el bien común, la integridad territorial, la convivencia y el imperio de la ley para esta y las futuras generaciones;</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I - PRINCIPIOS FUNDAMENTALES</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <p>Art. 9.º El idioma oficial es el castellano. Los <u>idiomas indígenas</u> también son de uso oficial para los pueblos indígenas y deben ser respetados en todo el territorio de la República, por constituir patrimonio cultural de la Nación y de la humanidad.</p> </div> <p style="text-align: center;">TÍTULO III - DE LOS DERECHOS HUMANOS Y GARANTÍAS, Y DE LOS DEBERES Capítulo VIII. De los Derechos de los Pueblos Indígenas</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <p>Art. 119.º El Estado reconocerá la existencia de los pueblos y comunidades indígenas, su organización social, política y económica, sus culturas, usos y costumbres, idiomas y religiones, así como su hábitat y derechos originarios sobre las tierras que ancestral y tradicionalmente ocupan y que son necesarias para desarrollar y garantizar sus formas de vida. Corresponderá al Ejecutivo Nacional, con la participación de los pueblos indígenas, demarcar y garantizar el derecho a la propiedad colectiva de sus tierras, las cuales serán inalienables, imprescriptibles, inembargables e intransferibles de acuerdo con lo establecido en esta Constitución y en la ley.</p> <p>Art. 120.º El aprovechamiento de los recursos naturales en los hábitats indígenas por parte del Estado se hará sin lesionar la integridad cultural, social y económica de los mismos e, igualmente, está sujeto a previa información y consulta a las comunidades indígenas respectivas. Los beneficios de este aprovechamiento por parte de los pueblos indígenas están sujetos a esta Constitución y a la ley.</p> <p>Art. 121.º Los pueblos indígenas tienen derecho a mantener y desarrollar su <u>identidad étnica y cultural, cosmovisión, valores, espiritualidad y sus lugares sagrados y de culto</u>. El Estado fomentará la valoración y difusión de las manifestaciones culturales de los pueblos indígenas, los cuales tienen derecho a una educación propia y a un régimen educativo de carácter intercultural y bilingüe, atendiendo a sus particularidades socioculturales, valores y tradiciones.</p> <p>Art. 122.º Los pueblos indígenas tienen derecho a una salud integral que considere sus prácticas y culturas. El Estado reconocerá su <u>medicina tradicional</u> y las terapias complementarias, con sujeción a principios bioéticos.</p> <p>Art. 123.º Los pueblos indígenas tienen derecho a mantener y promover sus propias prácticas económicas basadas en la reciprocidad, la solidaridad y el intercambio; sus actividades productivas tradicionales, su participación en la economía nacional y a definir sus prioridades. Los pueblos indígenas tienen derecho a servicios de formación profesional y a participar en la elaboración, ejecución y gestión de programas específicos de capacitación, servicios de asistencia técnica y financiera que fortalezcan sus actividades económicas en el marco del desarrollo local sustentable. El Estado garantizará a los trabajadores y trabajadoras pertenecientes a los pueblos indígenas el goce de los derechos que confiere la legislación laboral.</p> <p>Art. 124.º Se garantiza y protege la propiedad intelectual colectiva de los conocimientos, tecnologías e innovaciones de los pueblos indígenas. Toda actividad relacionada con los recursos genéticos y los conocimientos asociados a los mismos perseguirán beneficios colectivos. Se prohíbe el registro de patentes sobre estos recursos y conocimientos ancestrales.</p> <p>Art. 125.º Los pueblos indígenas tienen derecho a la participación política. <u>El Estado garantizará la representación indígena en la Asamblea Nacional y en los cuerpos deliberantes de las entidades federales y locales con población indígena</u>, conforme a la ley.</p> <p>Art. 126.º Los pueblos indígenas, como culturas de raíces ancestrales, <u>forman parte de la Nación, del Estado y del pueblo venezolano como único, soberano e indivisible</u>. De conformidad con esta Constitución <u>tienen el deber de salvaguardar la integridad y la soberanía nacional</u>. El término pueblo no podrá interpretarse en esta Constitución en el sentido que se le da en el derecho internacional.</p> </div> <p style="text-align: center;">Capítulo II. De la Competencia del Poder Público Nacional</p> <p>Art. 156.º Es de la competencia del Poder Público Nacional: 32. La legislación en materia de derechos, deberes y garantías constitucionales; (...) <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 2px 0;">la de pueblos indígenas y territorios ocupados por ellos;</div></p> <p style="text-align: center;">Capítulo III. Del Poder Público Estatal</p> <p>Art. 166.º En cada Estado se creará un Consejo de Planificación y Coordinación de Políticas Públicas, presidido por el Gobernador o Gobernadora e integrado por los Alcaldes o Alcaldesas, los directores o directoras estatales de los ministerios; y una representación de los legisladores elegidos o legisladoras elegidas por el Estado a la Asamblea Nacional, del Consejo Legislativo, de los concejales o concejalas y de las comunidades organizadas, <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 2px 0;">incluyendo las indígenas donde las hubiere. El mismo funcionará y se organizará de acuerdo con lo que determine la ley.</div></p> <p style="text-align: center;">Capítulo IV. Del Poder Público Municipal</p> <p>Art. 169.º (...) La legislación que se dicte para desarrollar los principios constitucionales relativos a los Municipios y demás entidades locales, establecerá diferentes regímenes para su organización, gobierno y administración, incluso en lo que respecta a la determinación de sus competencias y recursos, atendiendo a las condiciones de población, desarrollo económico, capacidad para generar ingresos fiscales propios, situación geográfica, elementos históricos y culturales y otros factores relevantes. <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin: 2px 0;">En particular, dicha legislación establecerá las opciones para la organización del régimen de gobierno y administración local que corresponderá a los <u>Municipios con población indígena</u>. En todo caso, la organización municipal será democrática y responderá a la naturaleza propia del gobierno local</div></p> <p>Art. 181.º Los ejidos son inalienables e imprescriptibles. Sólo podrán enajenarse previo cumplimiento de las formalidades previstas en las ordenanzas municipales y en los supuestos que las mismas señalen, conforme a esta Constitución y a la legislación que se dicte para desarrollar sus principios. Los terrenos situados dentro del área urbana de las poblaciones del Municipio, carentes de dueño o dueña, son ejidos, sin menoscabo de legítimos derechos de terceros, válidamente constituidos. Igualmente, se constituyen en ejidos las tierras baldías ubicadas en el área urbana.</p>

	<p>Quedarán exceptuadas las <u>tierras correspondientes a las comunidades y pueblos indígenas</u>. La ley establecerá la conversión en ejidos de otras tierras públicas.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO V- DE LA ORGANIZACIÓN DEL PODER PÚBLICO NACIONAL Capítulo I. Del Poder Legislativo Nacional Sección Primera: Disposiciones Generales</p> <p>Art. 186. ° La Asamblea Nacional estará integrada por diputados y diputadas elegidos o elegidas en cada entidad federal por votación universal, directa, personalizada y secreta con representación proporcional, según una base poblacional del uno coma uno por ciento de la población total del país. Cada entidad federal elegirá, además, tres diputados o diputadas.</p> <p><u>Los pueblos indígenas de la República Bolivariana de Venezuela elegirán tres diputados o diputadas de acuerdo con lo establecido en la ley electoral, respetando sus tradiciones y costumbres.</u></p> <p>Cada diputado o diputada tendrá un suplente o una suplente, escogido o escogida en el mismo proceso.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo III. Del Poder Judicial y del Sistema de Justicia Sección Primera: Disposiciones Generales</p> <p>Art. 260. ° Las autoridades <u>legítimas de los pueblos indígenas</u> podrán aplicar en su hábitat instancias de justicia con base en sus tradiciones ancestrales y que sólo afecten a sus integrantes, según sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a esta Constitución, a la ley y al orden público. La ley determinará la forma de <u>coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional.</u></p> <p style="text-align: center;">Sección Segunda: De la Defensoría del Pueblo</p> <p>Art. 281. ° Son atribuciones del Defensor o Defensora del Pueblo:</p> <p><u>8. Velar por los derechos de los pueblos indígenas y ejercer las acciones necesarias para su garantía y efectiva protección.</u></p> <p style="text-align: center;">TÍTULO VII. DE LA SEGURIDAD DE LA NACIÓN Capítulo II. De los Principios de Seguridad de la Nación</p> <p>Art. 327. ° La atención de las fronteras es prioritaria en el cumplimiento y aplicación de los principios de seguridad de la Nación. A tal efecto, se establece una franja de seguridad de fronteras cuya amplitud, regímenes especiales en lo económico y social, poblamiento y utilización serán regulados por la ley,</p> <p><u>protegiendo de manera expresa los parques nacionales, el hábitat de los pueblos indígenas allí asentados y demás áreas bajo régimen de administración especial.</u></p> <p style="text-align: center;">Disposiciones Transitorias</p> <p>Sexta. La Asamblea Nacional, en un lapso de dos años, legislará sobre todas las materias relacionadas con esta Constitución. <u>Se le dará prioridad a las leyes orgánicas sobre pueblos indígenas, educación y fronteras.</u></p> <p>Séptima. A los fines previstos en el artículo 125 de esta Constitución, mientras no se apruebe la ley orgánica correspondiente, la elección de los y las <u>representantes indígenas a la Asamblea Nacional</u>, a los Consejos Legislativos y a los Concejos Municipales, se regirá por los siguientes requisitos de postulación y mecanismos: Todas las comunidades u organizaciones indígenas podrán postular candidatos y candidatas que sean indígenas. Es requisito indispensable, para ser candidato o candidata, hablar su idioma indígena y cumplir con, al menos, una de las siguientes condiciones: 1. Haber ejercido un cargo de autoridad tradicional en su respectiva comunidad. 2. Tener conocida trayectoria en la lucha social en pro del reconocimiento de su identidad cultural. 3. Haber realizado acciones en beneficio de los pueblos y comunidades indígenas. 4. Pertenecer a una organización indígena legalmente constituida con un mínimo de tres años de funcionamiento. Se establecerán tres regiones: Occidente, compuesta por los Estados Zulia, Mérida y Trujillo; Sur, compuesta por los Estados Amazonas y Apure; y Oriente, compuesta por los Estados Bolívar, Delta Amacuro, Monagas, Anzoátegui y Sucre. Cada uno de los Estados que componen las regiones elegirá un representante. El Consejo Nacional Electoral declarará electo al candidato o electa a la candidata que hubiere obtenido la mayoría de los votos válidos en su respectiva región o circunscripción. Los candidatos o las candidatas indígenas estarán en el tarjetón de su respectivo Estado o circunscripción y todos los electores y electoras de ese Estado podrán votarlos o votarlas. Para los efectos de la representación indígena en los Consejos Legislativos y en los Concejos Municipales de los Estados y Municipios con población indígena, se tomará el censo oficial de 1992 de la Oficina Central de Estadística e Informática. Las elecciones se realizarán de acuerdo con las normas y requisitos aquí establecidos. El Consejo Nacional Electoral garantizará, con apoyo de expertos o expertas indigenistas y organizaciones indígenas, el cumplimiento de los requisitos aquí señalados.</p>
1999	<p style="text-align: center;">CONSTITUCION DE LA REPUBLICA DE GUATEMALA <i>(Proyecto de reformas constitucionales NO APROBADAS por el referéndum de 1999)</i> La Consulta Popular será el 16 de mayo 1999.</p> <p style="text-align: center;">Artículos</p> <p>Art. 1.- Se reforma el Artículo 1, el cual queda así: <u>La Nación guatemalteca es una y solidaria; dentro de su unidad y la integridad de su territorio es pluricultural, multiétnica y multilingüe.</u></p> <p>Art. 2.- Se reforma el Artículo 66, el cual queda así: <u>Art. 66.- Identidad y espiritualidad de los pueblos indígenas.</u> El Estado reconoce, respeta y protege el derecho a la identidad de los pueblos Maya, Garífuna y Xinca; sus formas de vida, organización social, costumbres y tradiciones; el uso del traje indígena en hombres y mujeres y sus distintas formas de espiritualidad, idiomas y dialectos y el derecho a transmitirlos a sus descendientes. Para los fines y en los términos del último párrafo del Artículo 203 de esta Constitución, <u>el Estado reconoce a las autoridades tradicionales de las comunidades indígenas, prevaleciendo la unidad de la Nación, la integridad del territorio y la indivisibilidad del Estado de Guatemala.</u> También reconoce, respeta y protege su derecho a usar, conservar y desarrollar su arte, ciencia y tecnología así como el derecho de acceso a lugares sagrados de dichos pueblos, bajo las modalidades que establezca la ley.</p> <p>Art. 3.- Se reforma el Artículo 70, el cual queda así:</p>

<p><i>Artículo 70.- Leyes Específicas.</i> Una ley regulará lo relativo a la materia de esta sección. Cuando se prevean medidas administrativas susceptibles de afectar directamente a los pueblos indígenas, se consultará a dichos pueblos por los mecanismos que establecerá otra ley específica.</p>
<p>Art. 7.- Se reforma el Artículo 143, el cual queda así:</p>
<p><i>Artículo 143.- Son idiomas oficiales del Estado:</i> El Español para todo el territorio nacional y los idiomas indígenas que establezca la ley, fijando su ámbito de aplicación material de acuerdo a criterios técnicos, lingüísticos y territoriales. El Estado reconoce, respeta y promueve los siguientes idiomas indígenas: Achi', Akateko, Awakateko, Chalchiteko, Ch'orti', Chuj, Itzá, Ixil, Popti', Kaqchikel, K'iche', Mam, Mopan, Poqoman, Poqomchi, Q'anjob'al, Q'eqchi', Sakapulteko, Sipakapense, Tekiteko, Tz'utujil, Uspanteko, Garifuna y Xinka.</p>
<p>Art. 17.- Se reforma el Artículo 203, el cual queda así:</p>
<p><i>Art. 203.-</i> Independencia del Organismo Judicial y potestad de juzgar. (...) El Estado reconoce el derecho consuetudinario indígena, entendido como las normas, principios, valores, procedimientos, tradiciones y costumbres de los pueblos indígenas para la regulación de su convivencia interna; así como la validez de sus decisiones, siempre que la sujeción al mismo sea voluntaria y que no se violen derechos fundamentales definidos por el sistema jurídico nacional, los tratados y convenios internacionales, en materia de derechos humanos, aceptados y ratificados por Guatemala; ni se afecten intereses de terceros.</p>
<p>Art. 18.- Se reforma el Artículo 204, el cual queda así:</p>
<p><i>Art. 204.-</i> Condiciones esenciales de la administración de la justicia. (...) Los tribunales impartirán justicia en forma imparcial, pronta y cumplida, conforme al principio de igualdad ante la ley, debiendo respetar el carácter multiétnico, pluricultural y multilingüe de la población. La ley desarrollará normas que garanticen a los integrantes de los pueblos indígenas la consideración de sus valores culturales, mediante medios de información judicial, incluyendo el peritaje cultural.</p>
<p>Art. 32.- Se reforma el Artículo 225, el cual queda así:</p>
<p><i>Art. 225.- Sistema de Consejos de Desarrollo.</i> El Sistema de Consejos de Desarrollo será el medio principal de participación de la población en la gestión pública para llevar a cabo el proceso de planificación democrática del desarrollo, tomando en cuenta principios de <u>unidad nacional, multiétnica, pluricultural y multilingüe de la nación guatemalteca</u>, mediante la formulación e implementación de las políticas de desarrollo, los planes y programas presupuestarios y el impulso de la coordinación interinstitucional, pública y privada.</p>
<p>Art. 46.- Se adiciona el Artículo 30 a las Disposiciones Transitorias y Finales, Capítulo Único, Título VIII, el cual queda así:</p>
<p><i>Art. 30.-</i> El Congreso de la República deberá integrar una <u>Comisión Específica de Oficialización de Idiomas</u> tan pronto reciba las recomendaciones de la Comisión de Oficialización de Idiomas Indígenas de Guatemala, en coordinación con la <u>Academia de Lenguas Mayas de Guatemala</u>, a efecto de que el proceso de oficialización se cumpla.</p>

Tabela 4 – OS POVOS INDÍGENAS NAS CONSTITUIÇÕES LATINOAMERICANAS DO SÉCULO XXI

Por ordem cronológica

2000	<p>CHILE – CONSTITUCIÓN DE 1980 CON REFORMAS DEL 2000</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
2000	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE EL SALVADOR (Constitución del 1983 con Reformas del 2000)</p> <p>TÍTULO II. LOS DERECHOS Y GARANTÍAS FUNDAMENTALES DE LA PERSONA Capítulo I. Derechos individuales y su régimen de excepción Sección tercera. Educación, Ciencia y Cultura</p> <p>Art. 62.- El idioma oficial de El Salvador es el castellano. El gobierno está obligado a velar por su conservación y enseñanza. <u>Las lenguas autóctonas que se hablan en el territorio nacional forman parte del patrimonio cultural y serán objeto de preservación, difusión y respeto.</u></p>
2000	<p>MÉXICO CONSTITUCIÓN DE 1917 CON REFORMAS HASTA 2000 (Publicado en el Diario Oficial de la Federación el 5 de febrero de 1917)</p> <p>Título primero Capítulo I. De las garantías individuales</p> <p>Art. 4.- La Nación mexicana tiene una <u>composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas</u>. La Ley protegerá y promoverá el desarrollo de sus lenguas, culturas, usos, costumbres, recursos y formas específicas de organización social, y garantizará a sus integrantes el efectivo acceso a la jurisdicción del Estado. En los juicios y procedimientos agrarios en que aquéllos sean parte, se tomarán en cuenta sus prácticas y costumbres jurídicas en los términos que establezca la Ley.</p> <p>Art. 27.- La propiedad de las tierras yaguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la Nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada.</p> <p>VIII. <u>Se reconoce la personalidad jurídica de los núcleos de población ejidales y comunales</u> y se protege su propiedad sobre la tierra, tanto para el asentamiento humano como para actividades productivas.</p> <p><u>La Ley protegerá la integridad de las tierras de los grupos indígenas</u>. La Ley, considerando el respeto y fortalecimiento de la vida comunitaria de los ejidos y comunidades, protegerá la tierra para el asentamiento humano y regulará el aprovechamiento de tierras, bosques yaguas de uso común y la provisión de acciones de fomento necesarias para elevar el nivel de vida de sus pobladores.</p>
2000	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (Reformas de 17 de agosto de 2000)</p> <p>Sem reformas no tocante aos indígenas – mantidas as disposições anteriores</p>
2001	<p>CHILE CONSTITUCIÓN DE 1980 (reformas de 2001)</p> <p>Omissa em relação aos indígenas</p>
2001	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (Reformas de 30 de julio de 2001)</p> <p>Sem alterações em relação aos indígenas</p> <p>Capítulo 4. De la distribución de los recursos y de las competencias</p> <p>Art. 356.- Salvo lo dispuesto por la Constitución, la ley, a iniciativa del Gobierno, fijará los servicios a cargo de la Nación y de los Departamentos, Distritos, y Municipios. Para efecto de atender los servicios a cargo de éstos y a proveer los recursos para financiar adecuadamente su prestación, se crea el Sistema General de Participaciones de los Departamentos, Distritos y Municipios. Los Distritos tendrán las mismas competencias que los municipios y departamentos para efectos de la distribución del Sistema General de Participaciones que establezca la ley.</p> <p>Para estos efectos, serán beneficiarias las <u>entidades territoriales indígenas</u>, una vez constituidas. Así mismo, la ley establecerá como beneficiarios a los <u>resguardos indígenas</u>, siempre y cuando estos no se hayan constituido en <u>entidad territorial indígena</u>.</p>
2001	<p>CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (Reformas de 27 de diciembre de 2001)</p> <p>Sem alterações em relação aos indígenas – mantidas as disposições anteriores</p>
2001	<p>MÉXICO CONSTITUCIÓN DE 1917 CON REFORMAS DE 2001 (5 de febrero de 1917, actualizada hasta Reforma de 14 de agosto del 2001)</p> <p>TÍTULO PRIMERO Capítulo I. De las garantías individuales</p> <p>Art. 2.- La Nación Mexicana es única e indivisible.</p> <p>La Nación tiene una <u>composición pluricultural</u> sustentada originalmente en sus pueblos indígenas que son aquellos que descienden de poblaciones que habitaban en el territorio actual del país al iniciarse la colonización y que conserva sus propias instituciones sociales, económicas, culturales y políticas, o parte de ellas.</p>

	<p>La conciencia de su identidad indígena deberá ser criterio fundamental para determinar a quiénes se aplican las disposiciones sobre los pueblos indígenas.</p> <p><u>Las comunidades integrantes de un pueblo indígena</u>, aquellas que formen una unidad social, económica y cultural, asentadas en un territorio y que reconocen autoridades propias de acuerdo con sus usos y costumbres.</p> <p>El derecho de los pueblos indígenas a la libre determinación se ejercerá en un marco constitucional de autonomía que asegure la unidad nacional. El reconocimiento de los pueblos y comunidades indígenas se hará en las constituciones y leyes de las entidades federativas, las que deberán tomar en cuenta, además de los principios generales establecidos en los párrafos anteriores de este Artículo, criterios etno-lingüísticos.</p> <p>A. Esta Constitución reconoce y garantiza el derecho de los pueblos y las comunidades indígenas a la libre determinación y, en consecuencia, a la autonomía para:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Decidir sus formas internas de convivencia y organización social, económica, política y cultural; II. Aplicar sus propios sistemas normativos en la regulación y solución de sus conflictos internos, sujetándose a los principios generales de esta Constitución, respetando las garantías individuales, los derechos humanos y, de manera relevante, la dignidad e integridad de las mujeres. La ley establecerá los casos y procedimientos de validación por los jueces o tribunales correspondientes; III. Elegir de acuerdo con sus normas, procedimientos y prácticas tradicionales, a las autoridades o representantes para el ejercicio de sus formas propias de gobierno interno, garantizando la participación de las mujeres en condiciones de equidad frente a los varones, en un marco que respete el Pacto Federal y la soberanía de los estados; IV. Preservar y enriquecer sus lenguas, conocimientos y todos los elementos que constituyan su cultura e identidad; V. Conservar y mejorar el hábitat y preservar la integridad de sus tierras en términos establecidos en esta Constitución; VI. Acceder, con respeto a las formas y modalidades de propiedad y tenencia de la tierra establecidas en esta Constitución y a las leyes de la materia, así como a los derechos adquiridos por terceros o por integrantes de la comunidad, al uso y disfrute preferente de los recursos naturales de los lugares que habitan y ocupan las comunidades, salvo aquellos que corresponden a las áreas estratégicas, en términos de esta Constitución. Para estos efectos las comunidades podrán asociarse en términos de ley; VII. Elegir, en los municipios con población indígena, representantes ante los ayuntamientos. <p>Las constituciones y leyes de las entidades federativas reconocerán y regularán estos derechos en los municipios, con el propósito de fortalecer la participación y representación política, de conformidad con sus tradiciones y normas internas;</p> <p>VIII. Acceder plenamente a la jurisdicción del Estado. Para garantizar ese derecho, en todos los juicios y procedimientos en que sean parte, individual o colectivamente, se deberán tomar en cuenta sus costumbres y especificidades culturales respetando los preceptos de esta Constitución. Los indígenas tienen en todo tiempo el derecho a ser asistidos por intérpretes y defensores que tengan conocimiento de su lengua y cultura.</p> <p>Las constituciones y leyes de las entidades federativas establecerán las características de libre determinación y autonomía que mejor expresen las situaciones y aspiraciones de los pueblos indígenas en cada entidad, así como las normas para el reconocimiento de las comunidades indígenas como entidades de interés público.</p> <p>B. La Federación, los estados y los municipios, para promover la igualdad de oportunidades de los indígenas y eliminar cualquier práctica discriminatoria, establecerán las instituciones y determinarán las políticas necesarias para garantizar la vigencia de los derechos de los indígenas y el desarrollo integral de sus pueblos y comunidades, las cuales deberán ser diseñadas y operadas conjuntamente con ellos.</p> <p>Para abatir las carencias y rezagos que afectan a los pueblos y comunidades indígenas, dichas autoridades tienen la obligación de:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Impulsar el desarrollo regional de las zonas indígenas, con el propósito de fortalecer las economías locales y mejorar las condiciones de vida que sus pueblos, mediante acciones coordinadas entre los tres órdenes de gobierno, con la participación de las comunidades. Las autoridades municipales determinarán equitativamente las asignaciones presupuestales que las comunidades administrarán directamente para fines específicos; II. Garantizar e incrementar los niveles de escolaridad, favorecer la educación bilingüe e intercultural, la alfabetización, la conclusión de la educación básica, la capacitación productiva y la educación media superior y superior. Establecer un sistema de becas para los estudiantes indígenas en todos los niveles. Definir y desarrollar programas educativos de contenido regional que reconozcan la herencia cultural de sus pueblos, de acuerdo con las leyes de materia y en consulta con las comunidades indígenas. Impulsar el respeto y conocimiento de las diversas culturas existentes en la nación; III. Asegurar el acceso efectivo a los servicios de salud mediante la ampliación de la cobertura del sistema nacional, aprovechando debidamente la medicina tradicional, así como apoyar la nutrición de los indígenas mediante programas de alimentación, en especial para la población infantil; IV. Mejorar las condiciones de las comunidades indígenas y de sus espacios para la convivencia y recreación, mediante acciones que faciliten el acceso al financiamiento público y privado para la construcción y mejoramiento de vivienda, así como ampliar la cobertura de los servicios sociales básicos; V. Propiciar la incorporación de las mujeres indígenas al desarrollo, mediante el apoyo a los proyectos productivos, la protección de salud, el otorgamiento de estímulos para favorecer su educación y su participación en la toma de decisiones relacionadas con la vida comunitaria; VI. Extender la red de comunicaciones que permita la integración de las comunidades, mediante la construcción y ampliación de vías de comunicación y telecomunicación. Establecer condiciones para que los pueblos y las comunidades indígenas puedan adquirir, operar y administrar medios de comunicación, en los términos que las leyes de la materia determinen; VII. Apoyar las actividades productivas y el desarrollo sustentable de las comunidades indígenas mediante acciones que permitan alcanzar la suficiencia de sus ingresos económicos, la aplicación de estímulos para las inversiones públicas y privadas que propicien la creación de empleos, la incorporación de tecnologías para incrementar su propia capacidad productiva, así como para asegurar el acceso equitativo a los sistemas de abasto y comercialización; VIII. Establecer políticas sociales para proteger a los emigrantes de los pueblos indígenas, tanto en el territorio nacional como en el extranjero, mediante acciones para garantizar los derechos laborales de los jornaleros agrícolas; mejorar las condiciones de salud de las mujeres; apoyar con programas especiales de educación y nutrición a niños y jóvenes de familias emigrantes; velar por el respeto de sus derechos humanos y promover la difusión de sus culturas; IX. Consultar a los pueblos indígenas en la elaboración del Plan Nacional de Desarrollo y de los estatales y municipales y, en su caso, incorporar las recomendaciones y propuestas que realicen.
--	---

	<p>Para garantizar el cumplimiento de las obligaciones señaladas en este apartado, la Cámara de Diputados del Congreso de la Unión, las legislaturas de las entidades federativas y los ayuntamientos, en el ámbito de sus respectivas competencias, establecerán las partidas específicas destinadas al cumplimiento de estas obligaciones en los presupuestos de egresos que aprueben, así como las formas y procedimientos para que las comunidades participen en el ejercicio y vigilancia de las mismas.</p> <p>Sin perjuicio de los derechos aquí establecidos a favor de los indígenas, sus comunidades y pueblos, toda comunidad equiparable a aquellos tendrá en lo conducente los mismos derechos tal y como lo establezca la ley.</p> <p>Art. 27.- La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada. (...)</p> <p>VII. Se reconoce la personalidad jurídica de los núcleos de población ejidales y comunales y se protege su propiedad sobre la tierra, tanto para el asentamiento humano como para actividades productivas. <u>La ley protegerá la integridad de las tierras de los grupos indígenas.</u> La ley, considerando el respeto y fortalecimiento de la vida comunitaria de los ejidos y comunidades, protegerá la tierra para el asentamiento humano y regulará el aprovechamiento de tierras, bosques y aguas de uso común y la provisión de acciones de fomento necesarias para elevar el nivel de vida de sus pobladores. La ley, con respeto a la voluntad de los ejidatarios y comuneros para adoptar las condiciones que más les convengan en el aprovechamiento de sus recursos productivos, regulará el ejercicio de los derechos de los comuneros sobre la tierra y de cada ejidatario sobre su parcela. Asimismo establecerá los procedimientos por los cuales ejidatarios y comuneros podrán asociarse entre sí, con el estado o con terceros y otorgar el uso de sus tierras; y, tratándose de ejidatarios, transmitir sus derechos parcelarios entre los miembros del núcleo de población; igualmente fijará los requisitos y procedimientos conforme a los cuales la asamblea ejidal otorgará al ejidatario el dominio sobre su parcela. En caso de enajenación de parcelas se respetará el derecho de preferencia que prevea la ley. Dentro de un mismo núcleo de población, ningún ejidatario podrá ser titular de más tierra que la equivalente al 5% del total de las tierras ejidales. En todo caso, la titularidad de tierras en favor de un solo ejidatario deberá ajustarse a los límites señalados en la Fracción XV. La asamblea general es el órgano supremo del núcleo de población ejidal o comunal, con la organización y funciones que la ley señale. El comisariado ejidal o de bienes comunales, electo democráticamente en los términos de la ley, es el órgano de representación del núcleo y el responsable de ejecutar las resoluciones de la asamblea. La restitución de tierras, bosques y aguas a los núcleos de población se hará en los términos de la ley reglamentaria;</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO QUINTO. DE LOS ESTADOS DE LA FEDERACIÓN</p> <p>Art. 115.- Los Estados adoptarán, para su régimen interior, la forma de gobierno republicano, representativo, popular, teniendo como base de su división territorial y de su organización política y administrativa, el Municipio Libre conforme a las bases siguientes:</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Las comunidades indígenas, dentro del ámbito municipal, podrán coordinarse y asociarse en los términos y para los efectos que prevenga la ley.</p>
2002	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (Reformas de 6 de agosto del 2002)</p> <p style="text-align: center; border: 1px solid black; padding: 2px;"><i>Sem reformas no tocante aos indígenas</i></p>
2003	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (Reformas de 3 de julio de 2003)</p> <p style="text-align: center; border: 1px solid black; padding: 2px;"><i>Sem reformas no tocante aos indígenas</i></p>
2004	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE PANAMÁ (Com reformas de 2004)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO III. DERECHOS Y DEBERES INDIVIDUALES Y SOCIALES</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 4° Cultura Nacional</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 88. Las lenguas aborígenes serán objeto de especial estudio, conservación y divulgación y el Estado promoverá programas de alfabetización bilingüe en las <u>comunidades indígenas</u>.</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 90. El Estado reconoce y respeta la <u>identidad étnica de las comunidades indígenas</u> nacionales, realizará programas tendientes a desarrollar los valores materiales, sociales y espirituales propios de cada una de sus culturas y creará una institución para el estudio, conservación, divulgación de las mismas y de sus lenguas, así como la promoción del desarrollo integral de dichos grupos humanos.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 5°. Educación</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 108. El Estado desarrollará programas de educación y promoción para los <u>grupos indígenas</u> ya que poseen patrones culturales propios, a fin de lograr su participación activa en la función ciudadana.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo 8° Régimen Agrario</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 124. El Estado dará atención especial a las <u>comunidades campesinas e indígenas</u> con el fin de <u>promover su participación económica, social y política en la vida nacional</u>.</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 126. Para el cumplimiento de los fines de la política agraria, el Estado desarrollará las siguientes actividades: 1. Dotar a los campesinos de las tierras de labor necesarias y regular el uso de las aguas. La Ley podrá establecer un régimen especial de propiedad colectiva para las comunidades campesinas que lo soliciten; 4. Establecer medios de comunicación y transporte para unir las <u>comunidades campesinas e indígena</u> con los centros de almacenamiento, distribución y consumo; La política establecida para el desarrollo de este Capítulo será aplicable a las comunidades indígenas de acuerdo con los <u>métodos científicos de cambio cultural</u>.</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 127. El Estado garantizará a las <u>comunidades indígenas</u> la reserva de las tierras necesarias y la propiedad colectiva de las mismas para el logro de su bienestar económico y social. La Ley regulará los procedimientos que deban seguirse para lograr esta finalidad y las delimitaciones correspondientes dentro de las cuales se prohíbe la apropiación privada de tierras.</p>
2004	<p style="text-align: center;">BOLIVIA REFORMAS A LA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO (Ley n.°2650 de 13 de abril de 2004)</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO PRELIMINAR. DISPOSICIONES GENERALES</p>

	<p>Art. 1.- Clase de Estado y forma de Gobierno. Bolivia, libre, independiente, soberana, <u>multiétnica y pluricultural</u>, constituida en República unitaria, adopta para su gobierno la forma democrática representativa, fundada en la unión y la solidaridad de todos los bolivianos. (...)</p> <p style="text-align: center;">PARTE SEGUNDA. EL ESTADO BOLIVIANO TÍTULO PRIMERO. PODER LEGISLATIVO Capítulo II. Cámara de Diputados</p> <p>Art. 61.- Para ser Diputado se requiere:</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">4. Ser postulado por un partido político o directamente por agrupaciones ciudadanas y/o <u>pueblos indígenas</u> en la forma determinada por la Constitución y las leyes.</p> <p style="text-align: center;">PARTE TERCERA. RÉGIMENES ESPECIALES TÍTULO TERCERO. RÉGIMEN AGRARIO Y CAMPESINO</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 171.- Se reconocen, respetan y protegen en el marco de la ley, los derechos sociales, económicos y culturales de los <u>pueblos indígenas</u> que habitan en el territorio nacional, especialmente los relativos a sus tierras comunitarias de origen, garantizando el uso y aprovechamiento sostenible de los recursos naturales, su identidad, valores, lengua, costumbre e instituciones. El Estado reconoce la <u>personalidad jurídica</u> de las <u>comunidades indígenas</u> y campesinas y de las asociaciones y sindicatos campesinos. Las <u>autoridades naturales</u> de las <u>comunidades indígenas</u> y campesinas podrán ejercer funciones de administración y aplicación de normas propias como solución alternativa de conflictos, en conformidad a sus costumbres y procedimientos, siempre que no sean contrarias a esta Constitución y las leyes. La Ley compatibilizará estas funciones con las atribuciones de los Poderes del Estado.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO NOVENO. RÉGIMEN ELECTORAL Capítulo II. Los partidos políticos</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 222.- La representación popular se ejerce a través de los partidos políticos, agrupaciones ciudadanas y <u>pueblos indígenas</u>, con arreglo a la presente Constitución y a las leyes. Art. 223.- Los partidos políticos, las agrupaciones ciudadanas y los <u>pueblos indígenas</u> que concurran a la formación de la voluntad popular son personas jurídicas de Derecho Público. Su programa, organización y funcionamiento deberán ser democrático y ajustarse a los principios, derechos y garantías reconocidos por esta Constitución. Se registrarán y harán reconocer su personería ante la Corte Nacional Electoral. Rendirán cuenta pública de los recursos financieros que reciban del Estado y estarán sujetos a control fiscal. Art. 224.- Los partidos políticos y/o las agrupaciones ciudadanas y/o <u>pueblos indígenas</u>, podrá postular directamente candidatos a Presidente, Vicepresidente, Senadores y Diputados, Constituyentes, Concejales, Alcaldes y Agentes municipales, en igualdad de condiciones ante la ley, cumpliendo los requisitos establecidos por ella.</p>
2005	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA <i>(Reformas de 27 de Julio de 2005)</i></p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I - DE LOS PRINCIPIOS FUNDAMENTALES</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 7. El Estado reconoce y protege la diversidad étnica y cultural de la Nación colombiana. Art. 10. El castellano es el idioma oficial de Colombia. Las lenguas y dialectos de los <u>grupos étnicos</u> son también oficiales en sus territorios. La enseñanza que se imparta en las comunidades con tradiciones lingüísticas propias será bilingüe.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO III - DE LOS HABITANTES Y DEL TERRITORIO Capítulo I - De la Nacionalidad</p> <p>Art. 96. Son nacionales colombianos: 2. Por adopción:</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">c) Los miembros de los pueblos indígenas que comparten territorios fronterizos, con aplicación del principio de reciprocidad según tratados públicos. <i>(Artículo modificado por Acto Legislativo 1/2002)</i></p> <p style="text-align: center;">TÍTULO VI - DE LA RAMA LEGISLATIVA Capítulo IV - Del Senado</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 171. El Senado de la República estará integrado por ochenta y tres (83) senadores, elegidos de la siguiente manera: setenta y ocho (78) elegidos, en circunscripción nacional, <u>dos (2) elegidos en circunscripción nacional especial por comunidades indígenas</u>, y tres (3) en circunscripción nacional especial de minorías políticas. (...) Los ciudadanos colombianos que se encuentren o residan en el exterior podrán sufragar en las elecciones para Senado de la República. <u>La circunscripción especial para la elección de senadores por las comunidades indígenas</u>, se determinará por el sistema de cifra repartidora, definido en el artículo 263 de la Constitución Política. <u>Los representantes de las comunidades indígenas, que aspiren a integrar el Senado de la República</u>, deben haber ejercido un cargo de autoridad tradicional en su respectiva comunidad, o haber sido líderes de una organización indígena, calidad que se acreditará mediante certificado de la respectiva organización, refrendado por el Ministerio del Interior. PARÁGRAFO TRANSITORIO. Si transcurrido un año de vigencia de la presente reforma constitucional, el Congreso no hubiere aprobado la ley para la elección de minorías políticas, el Presidente de la República la expedirá por decreto en los tres meses siguientes.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO VIII - DE LA RAMA JUDICIAL Capítulo V - De Las Jurisdicciones Especiales</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 246. Las autoridades de los pueblos indígenas podrán ejercer funciones jurisdiccionales dentro de su ámbito territorial, de conformidad con sus propias normas y procedimientos, siempre que no sean contrarios a la Constitución y leyes de la República. La ley establecerá las formas de coordinación de esta jurisdicción especial con el sistema judicial nacional. Art. 247. La ley podrá crear jueces de paz encargados de resolver en equidad conflictos individuales y comunitarios. También podrá ordenar que se elijan por votación popular.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO XI - DE LA ORGANIZACIÓN TERRITORIAL Capítulo I - De Las Disposiciones Generales</p> <p style="border: 1px solid black; padding: 2px;">Art. 286. Son <u>entidades territoriales</u> los departamentos, los distritos, los municipios y los <u>territorios indígenas</u>. La ley podrá darles el carácter de entidades territoriales a las regiones y provincias que se constituyan en los términos de la Constitución y de la ley. Art. 287. Las entidades territoriales gozan de autonomía para la gestión de sus intereses, y dentro de los límites de la Constitución y la ley. En tal virtud, tendrán los siguientes derechos: - Gobernarse por autoridades propias.</p>

- Ejercer las competencias que les correspondan.
- Administrar los recursos y establecer los tributos necesarios para el cumplimiento de sus funciones.
- Participar en las rentas nacionales.

Art. 288. La ley orgánica de ordenamiento territorial establecerá la distribución de competencias entre la Nación y las entidades territoriales. Las competencias atribuidas a los distintos niveles territoriales serán ejercidas conforme a los principios de coordinación, concurrencia y subsidiariedad en los términos que establezca la ley. Como norma general de competencia entre los niveles de la organización Administrativa, se tendrá que la Nación velará por el ejercicio de las relaciones internacionales y la Defensa Nacional, de la soberanía, la seguridad y la Justicia e invertirá en alta Infraestructura Nacional y normalizará y regulará la prestación de los servicios; los Departamentos velarán por el medio ambiente e invertirán en obras de interés regional, supervisarán y controlarán la prestación de los servicios que hagan los municipios y éstos prestarán los servicios básicos al ciudadano, velarán por la seguridad local y efectuarán inversiones que podrían ser cofinanciadas por la Nación y los Departamentos en la infraestructura básica local. Los recursos que en la actualidad ejecuta el Gobierno Nacional con destino a competencias de Entidades Territoriales, le seguirán siendo transferidas a ellos en pesos constantes durante el plazo que determine la ley y hasta cuando las entidades territoriales generen con las rentas a ellas asignadas, recursos para sustituir la cofinanciación.

Capítulo III - Del Régimen Municipal

Art. 321. Las provincias se constituyen con municipios o territorios indígenas circunvecinos, pertenecientes a un mismo departamento.

Capítulo IV - Del Régimen Especial

Art. 329. La conformación de las entidades territoriales indígenas se hará con sujeción a lo dispuesto en la Ley Orgánica de Ordenamiento Territorial, y su delimitación se hará por el Gobierno Nacional, con participación de los representantes de las comunidades indígenas, previo concepto de la Comisión de Ordenamiento Territorial.

Los resguardos son de propiedad colectiva y no enajenable.

La ley definirá las relaciones y la coordinación de estas entidades con aquellas de las cuales formen parte.

Parágrafo. En el caso de un territorio indígena que comprenda el territorio de dos o más departamentos, su administración se hará por los consejos indígenas en coordinación con los gobernadores de los respectivos departamentos. En caso de que este territorio decida constituirse como entidad territorial, se hará con el cumplimiento de los requisitos establecidos en el inciso primero de este artículo.

Art. 330. De conformidad con la Constitución y las leyes, los territorios indígenas estarán gobernados por consejos conformados y reglamentados según los usos y costumbres de sus comunidades y ejercerán las siguientes funciones:

1. Velar por la aplicación de las normas legales sobre usos del suelo y poblamiento de sus territorios.
2. Diseñar las políticas y los planes y programas de desarrollo económico y social dentro de su territorio, en armonía con el Plan Nacional de Desarrollo.
3. Promover las inversiones públicas en sus territorios y velar por su debida ejecución.
4. Percibir y distribuir sus recursos.
5. Velar por la preservación de los recursos naturales.
6. Coordinar los programas y proyectos promovidos por las diferentes comunidades en su territorio.
7. Colaborar con el mantenimiento del orden público dentro de su territorio de acuerdo con las instrucciones y disposiciones del Gobierno Nacional.
8. Representar a los territorios ante el Gobierno Nacional y las demás entidades a las cuales se integren; y
9. Las que les señalen la Constitución y la ley.

Parágrafo. La explotación de los recursos naturales en los territorios indígenas se hará sin desmedro de la integridad cultural, social y económica de las comunidades indígenas. En las decisiones que se adopten respecto de dicha explotación, el Gobierno propiciará la participación de los representantes de las respectivas comunidades.

Capítulo II - De Los Planes De Desarrollo

Art. 341. El Gobierno elaborará el Plan Nacional de Desarrollo de acuerdo con las metas anuales del balance primario del sector público no financiero y con participación activa de las autoridades de planeación y de las entidades territoriales y someterá el proyecto correspondiente al concepto del Consejo Nacional de Planeación. Oída la opinión del Consejo procederá a efectuar las enmiendas que considere pertinentes y presentará el proyecto a consideración del Congreso, dentro de los seis meses siguientes a la iniciación del período presidencial respectivo.

Previo el informe que elaboren las comisiones de cada cámara respecto a los temas afines a su especialidad, el Plan será discutido por el Gobierno con las bancadas parlamentarias regionales, integradas por los Representantes a la Cámara de cada circunscripción y dos Senadores en representación de las listas que obtuvieron las dos mayores votaciones para el Senado en el departamento respectivo.

Los parlamentarios elegidos por circunscripción especial indígena participarán en las regiones donde haya territorio y población indígena, los de circunscripción especial de comunidades negras en aquellas regiones donde haya población negra con procesos de identidad propia legalmente reconocidos, los de minorías políticas en el departamento donde su lista obtuvo la mayor votación y el congresista por los colombianos residentes en el exterior lo hará en la bancada que corresponde a Bogotá.

Cumplidos los pasos anteriores el proyecto de Plan de Desarrollo se debatirá en las plenarias para su aprobación.

Capítulo IV - De la Distribución de Recursos y de las Competencias

Art. 356. Salvo lo dispuesto por la Constitución, la ley, a iniciativa del Gobierno, fijará los servicios a cargo de la Nación y de los Departamentos, Distritos, y Municipios. Para efecto de atender los servicios a cargo de éstos y a proveer los recursos para financiar adecuadamente su prestación, se crea el Sistema General de Participaciones de los Departamentos, Distritos y Municipios. (...)

Para estos efectos, serán beneficiarias las entidades territoriales indígenas, una vez constituidas. Así mismo, la ley establecerá como beneficiarios a los resguardos indígenas, siempre y cuando estos no se hayan constituido en entidad territorial indígena.

Art. 359. No habrá rentas nacionales de destinación específica. Se exceptúan:

4. (...) un 4% para los resguardos indígenas (...).

Capítulo VIII

	<p>Artículo Transitorio 56. Mientras se expide la ley a que se refiere el artículo 329, el Gobierno podrá dictar las normas fiscales necesarias y las demás relativas al funcionamiento de los territorios indígenas y su coordinación con las demás entidades territoriales.</p>	
2007	<p><i>[Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas]</i></p>	
2008	<p style="text-align: center;">CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (Ratificación: 28 de septiembre de 2008; Publicación: 20 de octubre de 2008)</p> <p style="text-align: center;">PREÁMBULO</p> <p>NOSOTRAS Y NOSOTROS, el pueblo soberano del Ecuador</p> <p>RECONOCIENDO nuestras raíces milenarias, forjadas por mujeres y hombres de distintos <u>pueblos</u>, CELEBRANDO a la naturaleza, la <i>Pacha Mama</i>, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia, INVOCANDO el nombre de Dios y reconociendo nuestras diversas formas de religiosidad y espiritualidad, APELANDO a la sabiduría de todas las culturas que nos enriquecen como sociedad, COMO HEREDEROS de las luchas sociales de liberación frente a todas las formas de dominación y colonialismo, Y con un profundo compromiso con el presente y el futuro, Decidimos construir</p> <p>Una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el <i>Sumak Kawsay</i>;</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I - ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DEL ESTADO</p> <p style="text-align: center;">Capítulo primero - Principios fundamentales</p> <p>Art. 1.- El Ecuador es un Estado constitucional de derechos y justicia, social, democrático, soberano, independiente, unitario, <u>intercultural</u>, <u>plurinacional</u> y laico. Se organiza en forma de república y se gobierna de manera descentralizada. (...)</p> <p>Art. 2.- La bandera, el escudo y el himno nacional, establecidos por la ley, son los símbolos de la patria. El castellano es el <u>idioma oficial</u> del Ecuador; el castellano, el kichwa y el shuar son <u>idiomas oficiales de relación intercultural</u>. Los demás idiomas ancestrales son de uso oficial para los <u>pueblos indígenas</u> en las zonas donde habitan y en los términos que fija la ley. El Estado respetará y estimulará su conservación y uso.</p> <p>Art. 3.- Son deberes primordiales del Estado:</p> <p>3. Fortalecer la <u>unidad nacional en la diversidad</u>. 5. Planificar el desarrollo nacional, erradicar la pobreza, promover el desarrollo sustentable y la redistribución equitativa de los recursos y la riqueza, para acceder al <u>buen vivir</u>. 6. Promover el desarrollo equitativo y solidario de todo el territorio, mediante el fortalecimiento del proceso de autonomías y descentralización. 7. Proteger el patrimonio natural y cultural del país. 8. Garantizar a sus habitantes el derecho a una cultura de paz, a la seguridad integral y a vivir en una sociedad democrática y libre de corrupción.</p> <p>Art. 4.- El territorio del Ecuador constituye una unidad geográfica e histórica de dimensiones naturales, sociales y culturales, legado de nuestros antepasados y <u>pueblos ancestrales</u>. Este territorio comprende el espacio continental y marítimo, las islas adyacentes, el mar territorial, el Archipiélago de Galápagos, el suelo, la plataforma submarina, el subsuelo y el espacio suprayacente continental, insular y marítimo. Sus límites son los determinados por los tratados vigentes.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo segundo - Ciudadanas y ciudadanos</p> <p>Art. 6.- (...) La nacionalidad ecuatoriana es el vínculo jurídico político de las personas con el Estado, sin perjuicio de su pertenencia a alguna de las <u>nacionalidades indígenas</u> que coexisten en el Ecuador <u>plurinacional</u>. (...)</p> <p>Art. 7.- Son ecuatorianas y ecuatorianos por nacimiento: (...) 3. Las personas pertenecientes a comunidades, <u>pueblos o nacionalidades</u> reconocidos por el Ecuador con presencia en las zonas de frontera.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO II - DERECHOS</p> <p style="text-align: center;">Capítulo primero - Principios de aplicación de los derechos</p> <p>Art. 10.- Las personas, comunidades, <u>pueblos</u>, <u>nacionalidades</u> y colectivos son titulares y gozarán de los derechos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales. La naturaleza será sujeto de aquellos derechos que le reconozca la Constitución. Art. 11.- El ejercicio de los derechos se regirá por los siguientes principios: (...) 7. El reconocimiento de los derechos y garantías establecidos en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos, no excluirá los demás derechos derivados de la dignidad de las personas, comunidades, <u>pueblos y nacionalidades</u>, que sean necesarios para su pleno desenvolvimiento.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo segundo - Derechos del buen vivir</p> <p style="text-align: center;">Sección segunda - Ambiente sano</p> <p>Art. 14.- Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantice la sostenibilidad y el buen vivir, <i>Sumak Kawsay</i>.</p> <p style="text-align: center;">Sección tercera - Comunicación e Información</p> <p>Art. 16.- Todas las personas, en forma individual o colectiva, tienen derecho a: 1. Una comunicación libre, <u>intercultural</u>, incluyente, diversa y participativa, en todos los ámbitos de la interacción social, por cualquier medio y forma, en su propia lengua y con sus propios símbolos.</p> <p style="text-align: center;">Sección quinta - Educación</p> <p>Art. 27.- La educación se centrará en el ser humano y garantizará su desarrollo holístico, en el marco del respeto a los derechos humanos, al medio ambiente sustentable y a la democracia; será participativa, obligatoria, <u>intercultural</u>, democrática, incluyente y diversa, de calidad y calidez; (...).</p> <p>Art. 28.- (...) Es derecho de toda persona y comunidad interactuar entre culturas y participar en una sociedad que aprende. El Estado promoverá el diálogo <u>intercultural</u> en sus múltiples dimensiones.</p> <p style="text-align: center;">Sección séptima - Salud</p> <p>Art. 32.- (...) La prestación de los servicios de salud se regirá por los principios de equidad, universalidad, solidaridad, <u>interculturalidad</u>, calidad, eficiencia, eficacia, precaución y bioética, con enfoque de género y generacional.</p> <p style="text-align: center;">Capítulo tercero - Derechos de las personas y grupos de atención prioritaria</p>	

Sección primera - Adultas y adultos mayores

Art. 38.- El Estado establecerá políticas públicas y programas de atención a las personas adultas mayores, que tendrán en cuenta las diferencias específicas entre áreas urbanas y rurales, las inequidades de género, la etnia, la cultura y las diferencias propias de las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades; asimismo, fomentará el mayor grado posible de autonomía personal y participación en la definición y ejecución de estas políticas. En particular, el Estado tomará medidas de: (...)

Sección quinta - Niñas, niños y adolescentes

Art. 45.- (...) Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho (...) a educarse de manera prioritaria en su idioma y en los contextos culturales propios de sus pueblos y nacionalidades; y a recibir información acerca de sus progenitores o familiares ausentes, salvo que fuera perjudicial para su bienestar.

Capítulo cuarto - Derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidades

Art. 56.- Las comunidades, pueblos, y nacionalidades indígenas, el pueblo afroecuatoriano, el pueblo montubio y las comunas forman parte del Estado ecuatoriano, único e indivisible.

Art. 57.- Se reconoce y garantizará a las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, de conformidad con la Constitución y con los pactos, convenios, declaraciones y demás instrumentos internacionales de derechos humanos, los siguientes derechos colectivos:

1. Mantener, desarrollar y fortalecer libremente su identidad, sentido de pertenencia, tradiciones ancestrales y formas de organización social.
2. No ser objeto de racismo y de ninguna forma de discriminación fundada en su origen, identidad étnica o cultural.
3. El reconocimiento, reparación y resarcimiento a las colectividades afectadas por racismo, xenofobia y otras formas conexas de intolerancia y discriminación.
4. Conservar la propiedad imprescriptible de sus tierras comunitarias, que serán inalienables, inembargables e indivisibles. Estas tierras estarán exentas del pago de tasas e impuestos.
5. Mantener la posesión de las tierras y territorios ancestrales y obtener su adjudicación gratuita.
6. Participar en el uso, usufructo, administración y conservación de los recursos naturales renovables que se hallen en sus tierras.
7. La consulta previa, libre e informada, dentro de un plazo razonable, sobre planes y programas de prospección, explotación y comercialización de recursos no renovables que se encuentren en sus tierras y que puedan afectarles ambiental o culturalmente; participar en los beneficios que esos proyectos reporten y recibir indemnizaciones por los perjuicios sociales, culturales y ambientales que les causen. La consulta que deban realizar las autoridades competentes será obligatoria y oportuna. Si no se obtuviese el consentimiento de la comunidad consultada, se procederá conforme a la Constitución y la ley.
8. Conservar y promover sus prácticas de manejo de la biodiversidad y de su entorno natural. El Estado establecerá y ejecutará programas, con la participación de la comunidad, para asegurar la conservación y utilización sustentable de la biodiversidad.
9. Conservar y desarrollar sus propias formas de convivencia y organización social, y de generación y ejercicio de la autoridad, en sus territorios legalmente reconocidos y tierras comunitarias de posesión ancestral.
10. Crear, desarrollar, aplicar y practicar su derecho propio o consuetudinario, que no podrá vulnerar derechos constitucionales, en particular de las mujeres, niñas, niños y adolescentes.
11. No ser desplazados de sus tierras ancestrales.
12. Mantener, proteger y desarrollar los conocimientos colectivos; sus ciencias, tecnologías y saberes ancestrales; los recursos genéticos que contienen la diversidad biológica y la agrobiodiversidad; sus medicinas y prácticas de medicina tradicional, con inclusión del derecho a recuperar, promover y proteger los lugares rituales y sagrados, así como plantas, animales, minerales y ecosistemas dentro de sus territorios; y el conocimiento de los recursos y propiedades de la fauna y la flora. Se prohíbe toda forma de apropiación sobre sus conocimientos, innovaciones y prácticas.
13. Mantener, recuperar, proteger, desarrollar y preservar su patrimonio cultural e histórico como parte indivisible del patrimonio del Ecuador. El Estado proveerá los recursos para el efecto.
14. Desarrollar, fortalecer y potenciar el sistema de educación intercultural bilingüe, con criterios de calidad, desde la estimulación temprana hasta el nivel superior, conforme a la diversidad cultural, para el cuidado y preservación de las identidades en consonancia con sus metodologías de enseñanza y aprendizaje. Se garantizará una carrera docente digna. La administración de este sistema será colectiva y participativa, con alternancia temporal y espacial, basada en veeduría comunitaria y rendición de cuentas.
15. Construir y mantener organizaciones que los representen, en el marco del respeto al pluralismo y a la diversidad cultural, política y organizativa. El Estado reconocerá y promoverá todas sus formas de expresión y organización.
16. Participar mediante sus representantes en los organismos oficiales que determine la ley, en la definición de las políticas públicas que les conciernan, así como en el diseño y decisión de sus prioridades en los planes y proyectos del Estado.
17. Ser consultados antes de la adopción de una medida legislativa que pueda afectar cualquiera de sus derechos colectivos.
18. Mantener y desarrollar los contactos, las relaciones y la cooperación con otros pueblos, en particular los que estén divididos por fronteras internacionales.
19. Impulsar el uso de las vestimentas, los símbolos y los emblemas que los identifiquen.
20. La limitación de las actividades militares en sus territorios, de acuerdo con la ley.
21. Que la dignidad y diversidad de sus culturas, tradiciones, historias y aspiraciones se reflejen en la educación pública y en los medios de comunicación; la creación de sus propios medios de comunicación social en sus idiomas y el acceso a los demás sin discriminación alguna.

Los territorios de los pueblos en aislamiento voluntario son de posesión ancestral irreductible e intangible, y en ellos estará vedada todo tipo de actividad extractiva. El Estado adoptará medidas para garantizar sus vidas, hacer respetar su autodeterminación y voluntad de permanecer en aislamiento, y precautelar la observancia de sus derechos. La violación de estos derechos constituirá delito de etnocidio, que será tipificado por la ley.

El Estado garantizará la aplicación de estos derechos colectivos sin discriminación alguna, en condiciones de igualdad y equidad entre mujeres y hombres.

Art. 58.- Para fortalecer su identidad, cultura, tradiciones y derechos, se reconocen al pueblo afroecuatoriano los derechos colectivos establecidos en la Constitución, la ley y los pactos, convenios, declaraciones y demás instrumentos internacionales de derechos humanos.

Art. 59.- Se reconocen los derechos colectivos de los pueblos montubios para garantizar su proceso de desarrollo humano integral, sustentable y sostenible, las políticas y estrategias para su progreso y sus formas de administración asociativa, a partir del conocimiento de su realidad y el respeto a su cultura, identidad y visión propia, de acuerdo con la ley.

Art. 60.- Los pueblos ancestrales, indígenas, afroecuatorianos y montubios podrán constituir circunscripciones territoriales para la preservación de su cultura. La ley regulará su conformación. Se reconoce a las comunas que tienen propiedad colectiva de la tierra, como una forma ancestral de organización territorial.

Capítulo séptimo - Derechos de la naturaleza

Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observarán los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda. El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.

Art. 72.- La naturaleza tiene derecho a la restauración. Esta restauración será independiente de la obligación que tienen el Estado y las personas naturales o jurídicas de indemnizar a los individuos y colectivos que dependan de los sistemas naturales afectados. En los casos de impacto ambiental grave o permanente, incluidos los ocasionados por la explotación de los recursos naturales no renovables, el Estado establecerá los mecanismos más eficaces para alcanzar la restauración, y adoptará las medidas adecuadas para eliminar o mitigar las consecuencias ambientales nocivas.

Art. 73.- El Estado aplicará medidas de precaución y restricción para las actividades que puedan conducir a la extinción de especies, la destrucción de ecosistemas o la alteración permanente de los ciclos naturales. Se prohíbe la introducción de organismos y material orgánico e inorgánico que puedan alterar de manera definitiva el patrimonio genético nacional.

Art. 74.- Las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades tendrán derecho a beneficiarse del ambiente y de las riquezas naturales que les permitan el buen vivir. Los servicios ambientales no serán susceptibles de apropiación; su producción, prestación, uso y aprovechamiento serán regulados por el Estado.

Capítulo octavo - Derechos de protección

Art. 76.- En todo proceso en el que se determinen derechos y obligaciones de cualquier orden, se asegurará el derecho al debido proceso que incluirá las siguientes garantías básicas: 7. El derecho de las personas a la defensa incluirá las siguientes garantías:

- f) Ser asistido gratuitamente por una traductora o traductor o intérprete, si no comprende o no habla el idioma en el que se sustancia el procedimiento.
- i) Nadie podrá ser juzgado más de una vez por la misma causa y materia. Los casos resueltos por la jurisdicción indígena deberán ser considerados para este efecto.

Capítulo noveno - Responsabilidades

Art. 83.- Son deberes y responsabilidades de las ecuatorianas y los ecuatorianos, sin perjuicio de otros previstos en la Constitución y la ley:

- 10. Promover la unidad y la igualdad en la diversidad y en las relaciones interculturales.**

TÍTULO III - GARANTÍAS CONSTITUCIONALES

Capítulo primero - Garantías normativas

Art. 84.- La Asamblea Nacional y todo órgano con potestad normativa tendrá la obligación de adecuar, formal y materialmente, las leyes y demás normas jurídicas a los derechos previstos en la Constitución y los tratados internacionales, y los que sean necesarios para garantizar la dignidad del ser humano o de las comunidades, pueblos y nacionalidades. En ningún caso, la reforma de la Constitución, las leyes, otras normas jurídicas ni los actos del poder público atentarán contra los derechos que reconoce la Constitución.

Capítulo segundo - Políticas públicas, servicios públicos y participación ciudadana

Art. 85.- La formulación, ejecución, evaluación y control de las políticas públicas y servicios públicos que garanticen los derechos reconocidos por la Constitución, se regularán de acuerdo con las siguientes disposiciones:

- 3.** El Estado garantizará la distribución equitativa y solidaria del presupuesto para la ejecución de las políticas públicas y la prestación de bienes y servicios públicos. En la formulación, ejecución, evaluación y control de las políticas públicas y servicios públicos se garantizará la participación de las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades.

TÍTULO IV - PARTICIPACIÓN Y ORGANIZACIÓN DEL PODER

Capítulo primero - Participación en democracia

Sección primera - Principios de la participación

Art. 95.- Las ciudadanas y ciudadanos, en forma individual y colectiva, participarán de manera protagónica en la toma de decisiones, planificación y gestión de los asuntos públicos, y en el control popular de las instituciones del Estado y la sociedad, y de sus representantes, en un proceso permanente de construcción del poder ciudadano. La participación se orientará por los principios de igualdad, autonomía, deliberación pública, respeto a la diferencia, control popular, solidaridad e interculturalidad. La participación de la ciudadanía en todos los asuntos de interés público es un derecho, que se ejercerá a través de los mecanismos de la democracia representativa, directa y comunitaria.

Sección segunda - Consejos nacionales de igualdad

Art. 156.- Los consejos nacionales para la igualdad son órganos responsables de asegurar la plena vigencia y el ejercicio de los derechos consagrados en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos. Los consejos ejercerán atribuciones en la formulación, transversalización, observancia, seguimiento y evaluación de las políticas públicas relacionadas con las temáticas de género, étnicas, generacionales, interculturales, y de discapacidades y movilidad humana, de acuerdo con la ley. Para el cumplimiento de sus fines se coordinarán con las entidades rectoras y ejecutoras y con los organismos especializados en la protección de derechos en todos los niveles de gobierno.

Capítulo cuarto - Función Judicial y justicia indígena

Sección segunda - Justicia indígena

Art. 171.- Las autoridades de las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas ejercerán funciones jurisdiccionales, con base en sus tradiciones ancestrales y su derecho propio, dentro de su ámbito territorial, con garantía de participación y decisión de las mujeres. Las autoridades aplicarán normas y procedimientos propios para la solución de sus conflictos internos, y que no sean contrarios a la Constitución y a los derechos humanos reconocidos en instrumentos internacionales.

El Estado garantizará que las decisiones de la jurisdicción indígena sean respetadas por las instituciones y autoridades públicas. Dichas decisiones estarán sujetas al control de constitucionalidad. La ley establecerá los mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena y la jurisdicción ordinaria.

Sección séptima - Jueces de Paz

Art. 189.- Las juezas y jueces de paz resolverán en equidad y tendrán competencia exclusiva y obligatoria para conocer aquellos conflictos individuales, comunitarios, vecinales y contravenciones, que sean sometidos a su jurisdicción, de conformidad con la ley.

En ningún caso podrá disponer la privación de la libertad ni prevalecerá sobre la justicia indígena.

Capítulo sexto - Función Electoral

Art. 217.- (...) La Función Electoral estará conformada por el Consejo Nacional Electoral y el Tribunal Contencioso Electoral. Ambos órganos tendrán sede en Quito, jurisdicción nacional, autonomías administrativa, financiera y organizativa, y personalidad jurídica propia. Se regirán por principios de autonomía, independencia, publicidad, transparencia, equidad, interculturalidad, paridad de género, celeridad y probidad.

TÍTULO V - ORGANIZACIÓN TERRITORIAL DEL ESTADO

Capítulo segundo - Organización del territorio

Art. 242.- El Estado se organiza territorialmente en regiones, provincias, cantones y parroquias rurales. Por razones de conservación ambiental, étnico-culturales o de población podrán constituirse regímenes especiales.

Los distritos metropolitanos autónomos, la provincia de Galápagos y las circunscripciones territoriales indígenas y pluriculturales serán regímenes especiales.

Art. 249.- Los cantones cuyos territorios se encuentren total o parcialmente dentro de una franja fronteriza de cuarenta kilómetros, recibirán atención preferencial para afianzar una cultura de paz y el desarrollo socioeconómico, mediante políticas integrales que precautelen la soberanía, biodiversidad natural e interculturalidad. La ley regulará y garantizará la aplicación de estos derechos.

Art. 250.- El territorio de las provincias amazónicas forma parte de un ecosistema necesario para el equilibrio ambiental del planeta. Este territorio constituirá una circunscripción territorial especial para la que existirá una planificación integral recogida en una ley que incluirá aspectos sociales, económicos, ambientales y culturales, con un ordenamiento territorial que garantice la conservación y protección de sus ecosistemas y el principio del Sumak Kawsay.

Capítulo tercero - Gobiernos autónomos descentralizados y regímenes especiales

Art. 257.- En el marco de la organización político administrativa podrán conformarse circunscripciones territoriales indígenas o afroecuatorianas, que ejercerán las competencias del gobierno territorial autónomo correspondiente, y se regirán por principios de interculturalidad, plurinacionalidad y de acuerdo con los derechos colectivos. Las parroquias, cantones o provincias conformados mayoritariamente por comunidades, pueblos o nacionalidades indígenas, afroecuatorianos, montubios o ancestrales podrán adoptar este régimen de administración especial, luego de una consulta aprobada por al menos las dos terceras partes de los votos válidos. Dos o más circunscripciones administradas por gobiernos territoriales indígenas o pluriculturales podrán integrarse y conformar una nueva circunscripción. La ley establecerá las normas de conformación, funcionamiento y competencias de estas circunscripciones.

TÍTULO VI - RÉGIMEN DE DESARROLLO

Capítulo primero - Principios generales

Art. 275.- El régimen de desarrollo es el conjunto organizado, sostenible y dinámico de los sistemas económicos, políticos, socio-culturales y ambientales, que garantizan la realización del buen vivir, del sumak kawsay. (...)

El buen vivir requerirá que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades gocen efectivamente de sus derechos, y ejerzan responsabilidades en el marco de la interculturalidad, del respeto a sus diversidades, y de la convivencia armónica con la naturaleza.

Capítulo tercero - Soberanía alimentaria

Art. 281.- La soberanía alimentaria constituye un objetivo estratégico y una obligación del Estado para garantizar que las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades alcancen la autosuficiencia de alimentos sanos y culturalmente apropiado de forma permanente.

Capítulo sexto - Trabajo y producción

Sección tercera - Formas de trabajo y su retribución

Art. 329.- (...) Para el cumplimiento del derecho al trabajo de las comunidades, pueblos y nacionalidades, el Estado adoptará medidas específicas a fin de eliminar discriminaciones que los afecten, reconocerá y apoyará sus formas de organización del trabajo, y garantizará el acceso al empleo en igualdad de condiciones.

Título VII - RÉGIMEN DEL BUEN VIVIR

Capítulo primero - Inclusión y equidad

Art. 340.- El sistema nacional de inclusión y equidad social (...) se articulará al Plan Nacional de Desarrollo y al sistema nacional descentralizado de planificación participativa; se guiará por los principios de universalidad, igualdad, equidad, progresividad, interculturalidad, solidaridad y no discriminación; y funcionará bajo los criterios de calidad, eficiencia, eficacia, transparencia, responsabilidad y participación. (...)

Sección primera - Educación

Art. 343.- (...) El sistema nacional de educación integrará una visión intercultural acorde con la diversidad geográfica, cultural y lingüística del país, y el respeto a los derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidades.

Art. 347.- Será responsabilidad del Estado: 9. Garantizar el sistema de educación intercultural bilingüe, en el cual se utilizará como lengua principal de educación la de la nacionalidad respectiva y el castellano como idioma de relación intercultural, bajo la rectoría de las políticas públicas del Estado y con total respeto a los derechos de las comunidades, pueblos y nacionalidades.

Sección segunda - Salud

Art. 358.- El sistema nacional de salud tendrá por finalidad el desarrollo, protección y recuperación de las capacidades y potencialidades para una vida saludable e integral, tanto individual como colectiva, y reconocerá la diversidad social y cultural. El sistema se guiará por los principios generales del sistema nacional de inclusión y equidad social, y por los de bioética, suficiencia e interculturalidad, con enfoque de género y generacional.

Sección cuarta - Hábitat y vivienda

Art. 375.- El Estado, en todos sus niveles de gobierno, garantizará el derecho al hábitat y a la vivienda digna, para lo cual:
3. Elaborará, implementará y evaluará políticas, planes y programas de hábitat y de acceso universal a la vivienda, a partir de los principios de universalidad, equidad e interculturalidad, con enfoque en la gestión de riesgos.

Sección quinta - Cultura

Art. 377.- El sistema nacional de cultura tiene como finalidad fortalecer la identidad nacional; proteger y promover la diversidad de las expresiones culturales; incentivar la libre creación artística y la producción, difusión, distribución y disfrute de bienes y servicios culturales; y salvaguardar la memoria social y el patrimonio cultural. Se garantiza el ejercicio pleno de los derechos culturales.

Art. 378.- (...) El Estado ejercerá la rectoría del sistema a través del órgano competente, con respeto a la libertad de creación y expresión, a la interculturalidad y a la diversidad; será responsable de la gestión y promoción de la cultura, así como de la formulación e implementación de la política nacional en este campo.

Art. 379.- Son parte del patrimonio cultural tangible e intangible relevante para la memoria e identidad de las personas y colectivos, y objeto de salvaguarda del Estado, entre otros:

1. Las lenguas, formas de expresión, tradición oral y diversas manifestaciones y creaciones culturales, incluyendo las de carácter ritual, festivo y productivo.

2. Las edificaciones, espacios y conjuntos urbanos, monumentos, sitios naturales, caminos, jardines y paisajes que constituyan referentes de identidad para los pueblos o que tengan valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico o paleontológico.

Art. 380.- Serán responsabilidades del Estado:

1. Velar, mediante políticas permanentes, por la identificación, protección, defensa, conservación, restauración, difusión y acrecentamiento del patrimonio cultural tangible e intangible, de la riqueza histórica, artística, lingüística y arqueológica, de la memoria colectiva y del conjunto de valores y manifestaciones que configuran la identidad plurinacional, pluricultural y multiétnica del Ecuador.

Sección octava - Ciencia, tecnología, innovación y saberes ancestrales

Art. 385.- El sistema nacional de ciencia, tecnología, innovación y saberes ancestrales, en el marco del respeto al ambiente, la naturaleza, la vida, las culturas y la soberanía, tendrá como finalidad:

1. Generar, adaptar y difundir conocimientos científicos y tecnológicos.

2. Recuperar, fortalecer y potenciar los saberes ancestrales.

3. Desarrollar tecnologías e innovaciones que impulsen la producción nacional, eleven la eficiencia y productividad, mejoren la calidad de vida y contribuyan a la realización del buen vivir.

Art. 387.- Será responsabilidad del Estado:

2. Promover la generación y producción de conocimiento, fomentar la investigación científica y tecnológica, y potenciar los saberes ancestrales, para así contribuir a la realización del buen vivir, al Sumak Kawsay.

4. Garantizar la libertad de creación e investigación en el marco del respeto a la ética, la naturaleza, el ambiente, y el rescate de los conocimientos ancestrales.

Capítulo segundo - Biodiversidad y recursos naturales

Sección primera - Naturaleza y ambiente

Art. 395.- La Constitución reconoce los siguientes principios ambientales:

3. El Estado garantizará la participación activa y permanente de las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades afectadas, en la planificación, ejecución y control de toda actividad que genere impactos ambientales.

Sección tercera - Patrimonio natural y ecosistemas

Art. 405.- El sistema nacional de áreas protegidas garantizará la conservación de la biodiversidad y el mantenimiento de las funciones ecológicas. El sistema se integrará por los subsistemas estatal, autónomo descentralizado, comunitario y privado, y su rectoría y regulación será ejercida por el Estado.

El Estado asignará los recursos económicos necesarios para la sostenibilidad financiera del sistema, y fomentará la participación de las comunidades, pueblos y nacionalidades que han habitado ancestralmente las áreas protegidas en su administración y gestión.

DISPOSICIONES TRANSITORIAS

SEXTA.- Los consejos nacionales de niñez y adolescencia, discapacidades, mujeres, pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianos y montubios, se constituirán en consejos nacionales para la igualdad, para lo que adecuarán su estructura y funciones a la Constitución.

2009

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA

(Ratificación: 25 de enero de 2009; Promulgación: 9 de febrero de 2009)

PRIMERA PARTE

BASES FUNDAMENTALES DEL ESTADO DERECHOS, DEBERES Y GARANTÍAS

TÍTULO I - BASES FUNDAMENTALES DEL ESTADO

Capítulo Primero – Modelo de Estado

Art. 1. Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país.

Art. 2. Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley.

Art. 3. La nación boliviana está conformada por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas que en conjunto constituyen el pueblo boliviano.

Art. 4. El Estado respeta y garantiza la libertad de religión y de creencias espirituales, de acuerdo con sus cosmovisiones. El Estado es independiente de la religión.

Art. 5.

1. Son idiomas oficiales del Estado el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, que son el aymara, araña, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese eja,

guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyaikallawayá, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco.

II. El Gobierno plurinacional y los gobiernos departamentales deben utilizar al menos dos idiomas oficiales. Uno de ellos debe ser el castellano, y el otro se decidirá tomando en cuenta el uso, la conveniencia, las circunstancias, las necesidades y preferencias de la población en su totalidad o del territorio en cuestión. Los demás gobiernos autónomos deben utilizar los idiomas propios de su territorio, y uno de ellos debe ser el castellano.

Art. 6.

I. Sucre es la Capital de Bolivia.

II. Los símbolos del Estado son la bandera tricolor rojo, amarillo y verde; el himno boliviano; el escudo de armas; **la wiphala**; la escarapela; **la flor de la kantuta** y **la flor del patujú**.

Capítulo Segundo – Principios, Valores y Fines del Estado

Art. 8.

I. El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: **ama qhilla, ama llulla, ama suwa** (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), **suma qamaña** (vivir bien), **ñandereko** (vida armoniosa), **teko kavi** (vida buena), **ivi maraëi** (tierra sin mal) y **qhapaq ñan** (camino o vida noble).

Art. 9. Son fines y funciones esenciales del Estado, además de los que establece la Constitución y la ley:

1. Constituir una sociedad justa y armoniosa, cimentada en la **descolonización**, sin discriminación ni explotación, con plena justicia social, para consolidar las identidades plurinacionales.
2. Garantizar el bienestar, el desarrollo, la seguridad y la protección e igual dignidad de las personas, las naciones, los pueblos y las comunidades, y fomentar el respeto mutuo y el diálogo intracultural, intercultural y plurilingüe.
3. Reafirmar y consolidar la unidad del país, y preservar como patrimonio histórico y humano la diversidad plurinacional. (...)

Capítulo Tercero – Sistema de Gobierno

Art. 11.

I. La República de Bolivia adopta para su gobierno la forma democrática participativa, representativa y comunitaria, con equivalencia de condiciones entre hombres y mujeres.

II. La democracia se ejerce de las siguientes formas, que serán desarrolladas por la ley:

1. Directa y participativa, por medio del referendo, la iniciativa legislativa ciudadana, la revocatoria de mandato, la asamblea, el cabildo y la consulta previa. Las asambleas y cabildos tendrán carácter deliberativo conforme a Ley.
2. Representativa, por medio de la elección de representantes por voto universal, directo y secreto, conforme a Ley.
3. Comunitaria, por medio de la elección, designación o nominación de autoridades y representantes por normas y procedimientos propios de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, entre otros, conforme a Ley.

TÍTULO II – DERECHOS FUNDAMENTALES Y GARANTÍAS

Capítulo Primero – Disposiciones Generales

Art. 13.

IV. Los tratados y convenios internacionales ratificados por la Asamblea Legislativa Plurinacional, que reconocen los derechos humanos y que prohíben su limitación en los Estados de Excepción prevalecen en el orden interno. Los derechos y deberes consagrados en esta Constitución se interpretarán de conformidad con los Tratados internacionales de derechos humanos ratificados por Bolivia.

Sección II - Derechos Políticos

Art. 26.

II. El derecho a la participación comprende:

3. Donde se practique la democracia comunitaria, los procesos electorales se ejercerán según normas y procedimientos propios, supervisados por el Órgano Electoral, siempre y cuando el acto electoral no esté sujeto al voto igual, universal, directo, secreto, libre y obligatorio.
4. La elección, designación y nominación directa de los representantes de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, de acuerdo con sus normas y procedimientos propios.

Capítulo Cuarto – Derechos de las Naciones Y Pueblos Indígena Originario Campesinos

Art. 30.

I. Es nación y pueblo indígena originario campesino toda la colectividad humana que comparta identidad cultural, idioma, tradición histórica, instituciones, territorialidad y cosmovisión, cuya existencia es anterior a la invasión colonial española.

II. En el marco de la unidad del Estado y de acuerdo con esta Constitución las naciones y pueblos indígena originario campesinos gozan de los siguientes derechos:

1. A existir libremente.
2. A su identidad cultural, creencia religiosa, espiritualidades, prácticas y costumbres, y a su propia cosmovisión.
3. A que la identidad cultural de cada uno de sus miembros, si así lo desea, se inscriba junto a la ciudadanía boliviana en su cédula de identidad, pasaporte u otros documentos de identificación con validez legal.
4. A la libre determinación y territorialidad.
5. A que sus instituciones sean parte de la estructura general del Estado.
6. A la titulación colectiva de tierras y territorios.
7. A la protección de sus lugares sagrados.
8. A crear y administrar sistemas, medios y redes de comunicación propios.
9. A que sus saberes y conocimientos tradicionales, su medicina tradicional, sus idiomas, sus rituales y sus símbolos y vestimentas sean valorados, respetados y promocionados.
10. A vivir en un medio ambiente sano, con manejo y aprovechamiento adecuado de los ecosistemas.
11. A la propiedad intelectual colectiva de sus saberes, ciencias y conocimientos, así como a su valoración, uso, promoción y desarrollo.
12. A una educación intracultural, intercultural y plurilingüe en todo el sistema educativo.
13. Al sistema de salud universal y gratuito que respete su cosmovisión y prácticas tradicionales.
14. Al ejercicio de sus sistemas políticos, jurídicos y económicos acorde a su cosmovisión.

15. A ser consultados mediante procedimientos apropiados, y en particular a través de sus instituciones, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles. En este marco, se respetará y garantizará el derecho a la consulta previa obligatoria, realizada por el Estado, de buena fe y concertada, respecto a la explotación de los recursos naturales no renovables en el territorio que habitan.

16. A la participación en los beneficios de la explotación de los recursos naturales en sus territorios.

17. A la gestión territorial indígena autónoma, y al uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales renovables existentes en su territorio sin perjuicio de los derechos legítimamente adquiridos por terceros.

18. A la participación en los órganos e instituciones del Estado.

III. El Estado garantiza, respeta y protege los derechos de las naciones y pueblos indígena originario campesinos consagrados en esta Constitución y la ley.

Art. 31.

I. Las naciones y pueblos indígena originarios en peligro de extinción, en situación de aislamiento voluntario y no contactado, serán protegidos y respetados en sus formas de vida individual y colectiva.

II. Las naciones y pueblos indígenas en aislamiento y no contactados gozan del derecho a mantenerse en esa condición, a la delimitación y consolidación legal del territorio que ocupan y habitan.

Art. 32. El pueblo afromboliviano goza, en todo lo que corresponda, de los derechos económicos, sociales, políticos y culturales reconocidos en la Constitución para las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Capítulo Quinto – Derechos Sociales Y Económicos
Sección II – Derecho a La Salud y a la Seguridad Social

Art. 35.

II. El sistema de salud es único e incluye a la medicina tradicional de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Art. 42.

I. Es responsabilidad del Estado promover y garantizar el respeto, uso, investigación y práctica de la medicina tradicional, rescatando los conocimientos y prácticas ancestrales desde el pensamiento y valores de todas las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

II. La promoción de la medicina tradicional incorporará el registro de medicamentos naturales y de sus principios activos, así como la protección de su conocimiento como propiedad intelectual, histórica, cultural, y como patrimonio de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

III. La ley regulará el ejercicio de la medicina tradicional y garantizará la calidad de su servicio.

Art. 45.

II. La seguridad social se presta bajo los principios de universalidad, integralidad, equidad, solidaridad, unidad de gestión, economía, oportunidad, interculturalidad y eficacia. Su dirección y administración corresponde al Estado, con control y participación social.

V. Las mujeres tienen derecho a la maternidad segura, con una visión y práctica intercultural; gozarán de especial asistencia y protección del Estado durante el embarazo, parto y en los periodos prenatal y posnatal.

Sección IV - Derecho a la Propiedad

Art. 56.

I. Toda persona tiene derecho a la propiedad privada individual o colectiva, siempre que ésta cumpla una función social.

Sección VI - Derechos de Las Familias

Art. 63.

I. El matrimonio entre una mujer y un hombre se constituye por vínculos jurídicos y se basa en la igualdad de derechos y deberes de los cónyuges.

II. Las uniones libres o de hecho que reúnan condiciones de estabilidad y singularidad, y sean mantenidas entre una mujer y un hombre sin impedimento legal, producirán los mismos efectos que el matrimonio civil, tanto en las relaciones personales y patrimoniales de los convivientes como en lo que respecta a las hijas e hijos adoptados o nacidos de aquéllas.

Sección IX – Derechos de las Personas Privadas de Libertad

Art. 73.

II. Todas las personas privadas de libertad tienen derecho a comunicarse libremente con su defensor, intérprete, familiares y personas allegadas. Se prohíbe la incomunicación.

Capítulo Sexto – Educación, Interculturalidad y Derechos Culturales

Sección I – Educación

Art. 78.

I. La educación es unitaria, pública, universal, democrática, participativa, comunitaria, descolonizadora y de calidad.

II. La educación es intracultural, intercultural y plurilingüe en todo el sistema educativo.

Art. 79. La educación fomentará el civismo, el diálogo intercultural y los valores ético morales. Los valores incorporarán la equidad de género, la no diferencia de roles, la no violencia y la vigencia plena de los derechos humanos.

Art. 80.

II. La educación contribuirá al fortalecimiento de la unidad e identidad de todas y todos como parte del Estado Plurinacional, así como a la identidad y desarrollo cultural de los miembros de cada nación o pueblo indígena originario campesino, y al entendimiento y enriquecimiento intercultural dentro del Estado.

Art. 83. Se reconoce y garantiza la participación social, la participación comunitaria y de los padres de familia en el sistema educativo, mediante organismos representativos en todos los niveles del Estado y en las naciones y pueblos indígena originario campesinos. Su composición y atribuciones estarán establecidas en la ley.

Art. 86. En los centros educativos se reconocerá y garantizará la libertad de conciencia y de fe y de la enseñanza de religión, así como la espiritualidad de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y se fomentará el respeto y la convivencia mutua entre las personas con diversas opciones religiosas, sin imposición dogmática. En estos centros no se discriminará en la aceptación y permanencia de las alumnas y los alumnos por su opción religiosa.

Art. 90.

III. El Estado, a través del sistema educativo, promoverá la creación y organización de programas educativos a distancia y populares no escolarizados, con el objetivo de elevar el nivel cultural y desarrollar la conciencia plurinacional del pueblo.

Sección II – Educación Superior

Art. 91.

I. La educación superior desarrolla procesos de formación profesional, de generación y divulgación de conocimientos orientados al desarrollo integral de la sociedad, para lo cual tomará en cuenta los conocimientos universales y los saberes colectivos de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

II. La educación superior es intracultural, intercultural y plurilingüe, y tiene por misión la formación integral de recursos humanos con alta calificación y competencia profesional; desarrollar procesos de investigación científica para resolver problemas de la base productiva y de su entorno social; promover políticas de extensión e interacción social para fortalecer la diversidad científica, cultural y lingüística;

IV. Las universidades públicas, en el marco de sus estatutos, establecerán programas de desconcentración académica y de interculturalidad, de acuerdo a las necesidades del Estado y de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Art. 95.

I. Las universidades deberán crear y sostener centros interculturales de formación y capacitación técnica y cultural, de acceso libre al pueblo, en concordancia con los principios y fines del sistema educativo.

II. Las universidades deberán implementar programas para la recuperación, preservación, desarrollo, aprendizaje y divulgación de las diferentes lenguas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Art. 96.

I. Es responsabilidad del Estado la formación y capacitación docente para el magisterio público, a través de escuelas superiores de formación. La formación de docentes será única, fiscal, gratuita, intracultural, intercultural, plurilingüe, científica y productiva, y se desarrollará con compromiso social y vocación de servicio.

Sección III – Culturas

Art. 98.

I. La diversidad cultural constituye la base esencial del Estado Plurinacional Comunitario. La interculturalidad es el instrumento para la cohesión y la convivencia armónica y equilibrada entre todos los pueblos y naciones. La interculturalidad tendrá lugar con respeto a las diferencias y en igualdad de condiciones.

II. El Estado asumirá como fortaleza la existencia de culturas indígena originario campesinas, depositarias de saberes, conocimientos, valores, espiritualidades y cosmovisiones.

Art. 100.

I. Es patrimonio de las naciones y pueblos indígena originario campesinos las cosmovisiones, los mitos, la historia oral, las danzas, las prácticas culturales, los conocimientos y las tecnologías tradicionales. Este patrimonio forma parte de la expresión e identidad del Estado.

II. El Estado protegerá los saberes y los conocimientos mediante el registro de la propiedad intelectual que salvaguarde los derechos intangibles de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y las comunidades interculturales y afrobolivianas.

Sección IV - Ciencia, Tecnología e Investigación

Art. 103.

III. El Estado, las universidades, las empresas productivas y de servicio públicas y privadas, y las naciones y pueblos indígena originario campesinos, desarrollarán y coordinarán procesos de investigación, innovación, promoción, divulgación, aplicación y transferencia de ciencia y tecnología para fortalecer la base productiva e impulsar el desarrollo integral de la sociedad, de acuerdo con la ley.

TÍTULO IV - GARANTÍAS JURISDICCIONALES Y ACCIONES DE DEFENSA

Capítulo Primero - Garantías Jurisdiccionales

Art. 119.

I. Las partes en conflicto gozarán de igualdad de oportunidades para ejercer durante el proceso las facultades y los derechos que les asistan, sea por la vía ordinaria o por la indígena originaria campesina.

Art. 120.

II. Toda persona sometida a proceso debe ser juzgada en su idioma; excepcionalmente, de manera obligatoria, deberá ser asistida por traductora, traductor o intérprete.

Capítulo Segundo - Acciones de Defensa

Sección I - Acción de Libertad

Art. 126.

IV. El fallo judicial será ejecutado inmediatamente. Sin perjuicio de ello, la decisión se elevará en revisión, de oficio, ante el Tribunal Constitucional Plurinacional, en el plazo de las veinticuatro horas siguientes a su emisión.

Sección II - Acción de Amparo Constitucional

Art. 129.

IV. La resolución final se pronunciará en audiencia pública inmediatamente recibida la información de la autoridad o persona demandada y, a falta de ésta, lo hará sobre la base de la prueba que ofrezca la persona accionante. La autoridad judicial examinará la competencia de la servidora pública o del servidor público o de la persona demandada y, en caso de encontrar cierta y efectiva la demanda, concederá el amparo solicitado. La decisión que se pronuncie se elevará, de oficio, en revisión ante el Tribunal Constitucional Plurinacional en el plazo de las veinticuatro horas siguientes a la emisión del fallo.

Sección III - Acción de Protección de Privacidad

Art. 131.

III. La decisión se elevará, de oficio, en revisión ante el Tribunal Constitucional Plurinacional en el plazo de las veinticuatro horas siguientes a la emisión del fallo, sin que por ello se suspenda su ejecución.

Sección V - Acción de Cumplimiento

Art. 134.

IV. La decisión se elevará, de oficio, en revisión ante el Tribunal Constitucional Plurinacional en el plazo de las veinticuatro horas siguientes a la emisión del fallo, sin que por ello se suspenda su ejecución.

Capítulo Tercero - Estados de Excepción

Art. 138.

I. La vigencia de la declaración del estado de excepción dependerá de la aprobación posterior de la Asamblea Legislativa Plurinacional, que tendrá lugar apenas las circunstancias lo permitan y, en todo caso, dentro de las siguientes setenta y dos horas a la declaración del estado de excepción. La aprobación de la declaración indicará las facultades conferidas y guardará estricta relación y proporción con el caso de necesidad atendida por el estado de excepción. Los derechos consagrados en la Constitución no quedarán en general suspendidos por la declaración del estado de excepción.

II. Una vez finalizado el estado de excepción, no podrá declararse otro estado de excepción dentro del siguiente año, salvo autorización legislativa previa.

Art. 139.

I. El Ejecutivo rendirá cuentas a la Asamblea Legislativa Plurinacional de los motivos que dieron lugar a la declaración del estado de excepción, así como del uso que haya hecho de las facultades conferidas por la Constitución y la ley.

II. Quienes violen los derechos establecidos en esta Constitución serán objeto de proceso penal por atentado contra los derechos.

III. Los estados de excepción serán regulados por la ley.

Art. 140.

I. Ni la Asamblea Legislativa Plurinacional, ni ningún otro órgano o institución, ni asociación o reunión popular de ninguna clase, podrán conceder a órgano o persona alguna facultades extraordinarias diferentes a las establecidas en esta Constitución.

TÍTULO V - NACIONALIDAD Y CIUDADANIA

Capítulo I - Nacionalidad

Art. 141.

I. La nacionalidad boliviana se adquiere por nacimiento o por naturalización. Son bolivianas y bolivianos por nacimiento, las personas nacidas en el territorio boliviano, con excepción de las hijas y los hijos de personal extranjero en misión diplomática; y las personas nacidas en el extranjero, de madre boliviana o de padre boliviano.

SEGUNDA PARTE

ESTRUCTURA Y ORGANIZACIÓN FUNCIONAL DEL ESTADO

TÍTULO I - ÓRGANO LEGISLATIVO

Capítulo Primero - Composición Y Atribuciones De La Asamblea Legislativa Plurinacional

Art. 145. La Asamblea Legislativa Plurinacional está compuesta por dos cámaras, la Cámara de Diputados y la Cámara de Senadores, y es la única con facultad de aprobar y sancionar leyes que rigen para todo el territorio boliviano.

Art. 146.

I. La Cámara de Diputados estará conformada por 130 miembros.

II. En cada Departamento, se eligen la mitad de los Diputados en circunscripciones uninominales. La otra mitad se elige en circunscripciones plurinominales departamentales, de las listas encabezadas por los candidatos a Presidente, Vicepresidente y Senadores de la República.

III. Los Diputados son elegidos en votación universal, directa y secreta. En las circunscripciones uninominales por simple mayoría de sufragios. En las circunscripciones plurinominales mediante el sistema de representación que establece la ley.

IV. El número de Diputados debe reflejar la votación proporcional obtenida por cada partido, agrupación ciudadana o pueblo indígena.

V. La distribución del total de escaños entre los departamentos se determinará por el Órgano Electoral en base al número de habitantes de cada uno de ellos, de acuerdo al último Censo Nacional, de acuerdo a la Ley. Por equidad la ley asignará un número de escaños mínimo a los departamentos con menor población y menor grado de desarrollo económico. Si la distribución de escaños para cualquier departamento resultare impar, se dará preferencia a la asignación de escaños uninominales.

VI. Las circunscripciones uninominales deben tener continuidad geográfica, afinidad y continuidad territorial, no trascender los límites de cada departamento y basarse en criterios de población y extensión territorial. El Órgano Electoral delimitará las circunscripciones uninominales.

VII. Las circunscripciones especiales indígena originario campesinas, se regirán por el principio de densidad poblacional en cada departamento. No deberán trascender los límites departamentales. Se establecerán solamente en el área rural, y en aquellos departamentos en los que estos pueblos y naciones indígena originario campesinos constituyan una minoría poblacional. El Órgano Electoral determinará las circunscripciones especiales. Estas circunscripciones forman parte del número total de diputados.

Art. 147.

II. En la elección de asambleístas se garantizará la participación proporcional de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

III. La ley determinará las circunscripciones especiales indígena originario campesinas, donde no deberán ser considerados como criterios condicionales la densidad poblacional, ni la continuidad geográfica.

Capítulo Segundo - Procedimiento Legislativo

Art. 162.

I. Tienen la facultad de iniciativa legislativa, para su tratamiento obligatorio en la Asamblea Legislativa Plurinacional:

1. Las ciudadanas y los ciudadanos. (...) 5. Los gobiernos autónomos de las entidades territoriales.

TÍTULO III - ÓRGANO JUDICIAL Y TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PLURINACIONAL

Capítulo Primero - Disposiciones Generales

Art. 178.

I. La potestad de impartir justicia emana del pueblo boliviano y se sustenta en los principios de independencia, imparcialidad, seguridad jurídica, publicidad, probidad, celeridad, gratuidad, pluralismo jurídico, interculturalidad, equidad, servicio a la sociedad, participación ciudadana, armonía social y respeto a los derechos.

Art. 179.

I. La función judicial es única. La jurisdicción ordinaria se ejerce por el Tribunal Supremo de Justicia, los tribunales departamentales de justicia, los tribunales de sentencia y los jueces; la jurisdicción agroambiental por el Tribunal y jueces agroambientales; la jurisdicción indígena originaria campesina se ejerce por sus propias autoridades; existirán jurisdicciones especializadas reguladas por la ley.

II. La jurisdicción ordinaria y la jurisdicción indígena originario campesina gozarán de igual jerarquía.
III. La justicia constitucional se ejerce por el Tribunal Constitucional Plurinacional.

Capítulo Segundo - Jurisdicción Ordinaria

Art. 181. El Tribunal Supremo de Justicia es el máximo tribunal de la jurisdicción ordinaria. Está integrado por Magistradas y Magistrados. Se organiza internamente en salas especializadas. Su composición y organización se determinará por la ley.

Capítulo Tercero - Jurisdicción Agroambiental

Art. 186. El Tribunal Agroambiental es el máximo tribunal especializado de la jurisdicción agroambiental. Se rige en particular por los principios de función social, integralidad, inmediatez, sustentabilidad e interculturalidad.
Art. 187. Para ser elegida Magistrada o elegido Magistrado del Tribunal Agroambiental serán necesarios los mismos requisitos que los miembros del Tribunal Supremo de Justicia, además de contar con especialidad en estas materias y haber ejercido con idoneidad, ética y honestidad la judicatura agraria, la profesión libre o la cátedra universitaria en el área, durante ocho años. En la preselección de las candidatas y los candidatos se garantizará la composición plural, considerando criterios de plurinacionalidad.

Capítulo Cuarto - Jurisdicción Indígena Originaria Campesina

Art. 190.

I. Las naciones y pueblos indígena originario campesinos ejercerán sus funciones jurisdiccionales y de competencia a través de sus autoridades, y aplicarán sus principios, valores culturales, normas y procedimientos propios.
II. La jurisdicción indígena originaria campesina respeta el derecho a la vida, el derecho a la defensa y demás derechos y garantías establecidos en la presente Constitución.

Art. 191.

I. La jurisdicción indígena originario campesina se fundamenta en un vínculo particular de las personas que son miembros de la respectiva nación o pueblo indígena originario campesino.
II. La jurisdicción indígena originario campesina se ejerce en los siguientes ámbitos de vigencia personal, material y territorial:
1. Están sujetos a esta jurisdicción los miembros de la nación o pueblo indígena originario campesino, sea que actúen como actores o demandado, denunciante o querellante, denunciados o imputados, recurrentes o recurridos.
2. Esta jurisdicción conoce los asuntos indígena originario campesinos de conformidad a lo establecido en una Ley de Deslinde Jurisdiccional.
3. Esta jurisdicción se aplica a las relaciones y hechos jurídicos que se realizan o cuyos efectos se producen dentro de la jurisdicción de un pueblo indígena originario campesino.

Art. 192.

I. Toda autoridad pública o persona acatará las decisiones de la jurisdicción indígena originaria campesina.
II. Para el cumplimiento de las decisiones de la jurisdicción indígena originario campesina, sus autoridades podrán solicitar el apoyo de los órganos competentes del Estado.
III. El Estado promoverá y fortalecerá la justicia indígena originaria campesina. La Ley de Deslinde Jurisdiccional, determinará los mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena originaria campesina con la jurisdicción ordinaria y la jurisdicción agroambiental y todas las jurisdicciones constitucionalmente reconocidas.

Capítulo Sexto - Tribunal Constitucional Plurinacional

Art. 196.

I. El Tribunal Constitucional Plurinacional vela por la supremacía de la Constitución, ejerce el control de constitucionalidad, y precautela el respeto y la vigencia de los derechos y las garantías constitucionales.
II. En su función interpretativa, el Tribunal Constitucional Plurinacional aplicará como criterio de interpretación, con preferencia, la voluntad del constituyente, de acuerdo con sus documentos, actas y resoluciones, así como el tenor literal del texto.

Art. 197.

I. El Tribunal Constitucional Plurinacional estará integrado por Magistradas y Magistrados elegidos con criterios de plurinacionalidad, con representación del sistema ordinario y del sistema indígena originario campesino.
III. La composición, organización y funcionamiento del Tribunal Constitucional Plurinacional serán regulados por la ley.

Art. 198. Las Magistradas y los Magistrados del Tribunal Constitucional Plurinacional se elegirán mediante sufragio universal, según el procedimiento, mecanismo y formalidades de los miembros del Tribunal Supremo de Justicia.

Art. 199.

I. Para optar a la magistratura del Tribunal Constitucional Plurinacional se requerirá, además de los requisitos generales para el acceso al servicio público, haber cumplido treinta y cinco años y tener especialización o experiencia acreditada de por lo menos ocho años en las disciplinas de Derecho Constitucional, Administrativo o Derechos Humanos. Para la calificación de méritos se tomará en cuenta el haber ejercido la calidad de autoridad originaria bajo su sistema de justicia.
II. Las candidatas y los candidatos al Tribunal Constitucional Plurinacional podrán ser propuestas y propuestos por organizaciones de la sociedad civil y de las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Art. 200. El tiempo de ejercicio, la permanencia y la cesación en el cargo establecidos para las Magistradas y los Magistrados del Tribunal Supremo de Justicia será de aplicación a los miembros del Tribunal Constitucional Plurinacional.

Art. 202. Son atribuciones del Tribunal Constitucional Plurinacional, además de las establecidas en la Constitución y la ley, conocer y resolver:

1. En única instancia, los asuntos de puro derecho sobre la inconstitucionalidad de leyes, Estatutos Autonómicos, Cartas Orgánicas, decretos y todo género de ordenanzas y resoluciones no judiciales. Si la acción es de carácter abstracto, sólo podrán interponerla la Presidenta o Presidente de la República, Senadoras y Senadores, Diputadas y Diputados, Legisladores, Legisladoras y máximas autoridades ejecutivas de las entidades territoriales autónomas.
2. Los conflictos de competencias y atribuciones entre órganos del poder público.
3. Los conflictos de competencias entre el gobierno plurinacional, las entidades territoriales autónomas y descentralizadas, y entre éstas.

4. Los recursos contra tributos, impuestos, tasas, patentes, derechos o contribuciones creados, modificados o suprimidos en contravención a lo dispuesto en esta Constitución.
 5. Los recursos contra resoluciones del Órgano Legislativo, cuando sus resoluciones afecten a uno o más derechos, cualesquiera sean las personas afectadas.
 6. La revisión de las acciones de Libertad, de Amparo Constitucional, de Protección de Privacidad, Popular y de Cumplimiento. Esta revisión no impedirá la aplicación inmediata y obligatoria de la resolución que resuelva la acción.
 7. Las consultas de la Presidenta o del Presidente de la República, de la Asamblea Legislativa Plurinacional, del Tribunal Supremo de Justicia o del Tribunal Agroambiental sobre la constitucionalidad de proyectos de ley. La decisión del Tribunal Constitucional es de cumplimiento obligatorio.
 8. Las consultas de las autoridades indígenas originario campesinas sobre la aplicación de sus normas jurídicas aplicadas a un caso concreto. La decisión del Tribunal Constitucional es obligatoria.
 9. El control previo de constitucionalidad en la ratificación de tratados internacionales.
 10. La constitucionalidad del procedimiento de reforma parcial de la Constitución.
 11. Los conflictos de competencia entre la jurisdicción indígena originaria campesina y la jurisdicción ordinaria y agroambiental.
 12. Los recursos directos de nulidad.
- Art. 203.** Las decisiones y sentencias del Tribunal Constitucional Plurinacional son de carácter vinculante y de cumplimiento obligatorio, y contra ellas no cabe recurso ordinario ulterior alguno
- Art. 204.** La ley determinará los procedimientos que regirán ante el Tribunal Constitucional Plurinacional.

TÍTULO IV - ÓRGANO ELECTORAL

Capítulo Primero - Órgano Electoral Plurinacional

- Art. 205.**
- I. El Órgano Electoral Plurinacional está compuesto por:
 1. El Tribunal Supremo Electoral.
 2. Los Tribunales Electorales Departamentales.
 3. Los Juzgados Electorales.
 4. Los Jurados de las Mesas de sufragio.
 5. Los Notarios Electorales
- Art. 206.**
- II. El **Tribunal Supremo Electoral** está compuesto por siete miembros, quienes durarán en sus funciones seis años sin posibilidad de reelección, y al menos dos de los cuales serán de origen indígena originario campesino.
 - V. Las **Asambleas Legislativas Departamentales** o **Consejos Departamentales** seleccionarán por dos tercios de votos de sus miembros presentes, una terna por cada uno de los vocales de los **Tribunales Departamentales Electorales**. De estas ternas la Cámara de Diputados elegirá a los miembros de los Tribunales Departamentales Electorales, por dos tercios de votos de los miembros presentes, garantizando que al menos uno de sus miembros sea perteneciente a las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos del Departamento.

Capítulo Segundo - Representación Política

- Art. 209.** Las candidatas y los candidatos a los cargos públicos electos, con excepción de los cargos elegibles del Órgano Judicial y del Tribunal Constitucional Plurinacional serán postuladas y postulados a través de las organizaciones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, las agrupaciones ciudadanas y los partidos políticos, en igualdad de condiciones y de acuerdo con la ley.
- Art. 210.**
- I. La organización y funcionamiento de las organizaciones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, las agrupaciones ciudadanas y los partidos políticos deberán ser democráticos.
 - II. La elección interna de las dirigentes y los dirigentes y de las candidatas y los candidatos de las agrupaciones ciudadanas y de los partidos políticos será regulada y fiscalizada por el Órgano Electoral Plurinacional, que garantizará la igual participación de hombres y mujeres.
 - III. Las organizaciones de las naciones y pueblos indígena originario campesinos podrán elegir a sus candidatas o candidatos de acuerdo con sus normas propias de democracia comunitaria.
- Art. 211.**
- I. Las naciones y pueblos indígena originario campesinos podrán elegir a sus representantes políticos en las instancias que corresponda, de acuerdo con sus formas propias de elección.
 - II. El Órgano Electoral supervisará que en la elección de autoridades, representantes y candidatas y candidatos de los pueblos y naciones indígena originario campesinos mediante normas y procedimientos propios, se de estricto cumplimiento a la normativa de esos pueblos y naciones.

TÍTULO V - FUNCIONES DE CONTROL, DE DEFENSA DE LA SOCIEDAD Y DE DEFENSA DEL ESTADO

Capítulo Segundo – Función de Defensa de la Sociedad

Sección I – Defensoría del Pueblo

- Art. 218.**
- I. La Defensoría del Pueblo velará por la vigencia, promoción, difusión y cumplimiento de los derechos humanos, individuales y colectivos, que se establecen en la Constitución, las leyes y los instrumentos internacionales. La función de la Defensoría alcanzará a la actividad administrativa de todo el sector público y a la actividad de las instituciones privadas que presten servicios públicos.
 - II. Corresponderá asimismo a la Defensoría del Pueblo la promoción de la defensa de los derechos de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, de las comunidades urbanas e interculturales, y de las bolivianas y los bolivianos en el exterior.

Capítulo Cuarto - Servidoras Públicas Y Servidores Públicos

- Art. 234.** Para acceder al desempeño de funciones públicas se requiere:
7. Hablar al menos dos idiomas oficiales del país.

TÍTULO VIII - RELACIONES INTERNACIONALES, FRONTERAS, INTEGRACIÓN Y REIVINDICACIÓN MARÍTIMA

Capítulo Primero - Relaciones Internacionales

Art. 255.

- I. Las relaciones internacionales y la negociación, suscripción y ratificación de los tratados internacionales responden a los fines del Estado en función de la soberanía y de los intereses del pueblo.
II. La negociación, suscripción y ratificación de tratados internacionales se regirá por los principios de:
4. Respeto a los derechos de los pueblos indígenas originarios campesinos.

Capítulo Segundo Fronteras del Estado

Art. 264.

- I. El Estado establecerá una política permanente de desarrollo armónico, integral, sostenible y estratégico de las fronteras, con la finalidad de mejorar las condiciones de vida de su población, y en especial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos fronterizos.

Capítulo Tercero – Integración

Art. 265.

- II. El Estado fortalecerá la integración de sus naciones y pueblos indígena originario campesinos con los pueblos indígenas del mundo.

TERCERA PARTE

ESTRUCTURA Y ORGANIZACIÓN TERRITORIAL DEL ESTADO

TÍTULO I - ORGANIZACIÓN TERRITORIAL DEL ESTADO

Capítulo Primero - Disposiciones Generales

Art. 269.

- I. Bolivia se organiza territorialmente en departamentos, provincias, municipios y territorios indígena originario campesinos.
II. La creación, modificación y delimitación de las unidades territoriales se hará por voluntad democrática de sus habitantes, de acuerdo a las condiciones establecidas en la Constitución y la ley.
III. Las regiones formarán parte de la organización territorial, en los términos y las condiciones que determinen la ley.
Art. 270. Los principios que rigen la organización territorial y las entidades territoriales descentralizadas y autónomas son: la unidad, voluntariedad, solidaridad, equidad, bien común, autogobierno, igualdad, complementariedad, reciprocidad, equidad de género, subsidiariedad, gradualidad, coordinación y lealtad institucional, transparencia, participación y control social, provisión de recursos económicos y preexistencia de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, en los términos establecidos en esta Constitución.

Art. 271.

- I. La **Ley Marco de Autonomías y Descentralización** regulará el procedimiento para la elaboración de Estatutos autonómicos y Cartas Orgánicas, la transferencia y delegación competencial, el régimen económico financiero, y la coordinación entre el nivel central y las entidades territoriales descentralizadas y autónomas.
II. La Ley Marco de Autonomías y Descentralización será aprobada por dos tercios de votos de los miembros presentes de la Asamblea Legislativa Plurinacional.

Art. 272. La autonomía implica la elección directa de sus autoridades por las ciudadanas y los ciudadanos, la administración de sus recursos económicos, y el ejercicio de las facultades legislativa, reglamentaria, fiscalizadora y ejecutiva, por sus órganos del gobierno autónomo en el ámbito de su jurisdicción y competencias y atribuciones.

Art. 273. La ley regulará la conformación de mancomunidades entre municipios, regiones y territorios indígena originario campesinos para el logro de sus objetivos.

Capítulo Segundo - Autonomía Departamental

Art. 277. El gobierno autónomo departamental está constituido por una Asamblea Departamental, con facultad deliberativa, fiscalizadora y legislativa departamental en el ámbito de sus competencias y por un órgano ejecutivo.

Art. 278.

- I. La Asamblea Departamental estará compuesta por asambleístas departamentales, elegidas y elegidos por votación universal, directa, libre, secreta y obligatoria; y por asambleístas departamentales elegidos por las naciones y pueblos indígena originario campesinos, de acuerdo a sus propias normas y procedimientos.
II. La Ley determinará los criterios generales para la elección de asambleístas departamentales, tomando en cuenta representación poblacional, territorial, de identidad cultural y lingüística cuando son minorías indígena originario campesinas, y paridad y alternancia de género. Los Estatutos Autonómicos definirán su aplicación de acuerdo a la realidad y condiciones específicas de su jurisdicción.

Capítulo Cuarto - Autonomía Municipal

Art. 283. El gobierno autónomo municipal está constituido por un Concejo Municipal con facultad deliberativa, fiscalizadora y legislativa municipal en el ámbito de sus competencias; y un órgano ejecutivo, presidido por la Alcaldesa o el Alcalde.

Art. 284.

- I. El Concejo Municipal estará compuesto por concejales y concejales elegidas y elegidos mediante sufragio universal.
II. En los municipios donde existan naciones o pueblos indígena originario campesinos, que no constituyan una autonomía indígena originaria campesina, éstos podrán elegir sus representantes ante el Concejo Municipal de forma directa mediante normas y procedimientos propios y de acuerdo a la Carta Orgánica Municipal.

Capítulo Séptimo - Autonomía Indígena Originaria Campesina

Art. 289. La autonomía indígena originaria campesina consiste en el autogobierno como ejercicio de la libre determinación de las naciones y los pueblos indígena originario campesinos, cuya población comparte territorio, cultura, historia, lenguas, y organización o instituciones jurídicas, políticas, sociales y económicas propias.

Art. 290.

- I. La conformación de la autonomía indígena originario campesina se basa en los territorios ancestrales, actualmente habitados por esos pueblos y naciones, y en la voluntad de su población, expresada en consulta, de acuerdo a la Constitución y la ley.
II. El autogobierno de las autonomías indígenas originario campesinas se ejercerá de acuerdo a sus normas, instituciones, autoridades y procedimientos, conforme a sus atribuciones y competencias, en armonía con la Constitución y la ley.

Art. 291.

I. Son autonomías indígena originario campesinas los territorios indígena originario campesinos, y los municipios, y regiones que adoptan tal cualidad de acuerdo a lo establecido en esta Constitución y la ley.

II. Dos o más pueblos indígenas originarios campesinos podrán conformar una sola autonomía indígena originaria campesina.

Art. 292. Cada autonomía indígena originario campesina elaborará su Estatuto, de acuerdo a sus normas y procedimientos propios, según la Constitución y la Ley.

Art. 293.

I. La autonomía indígena basada en territorios indígenas consolidados y aquellos en proceso, una vez consolidados, se constituirá por la voluntad expresada de su población en consulta en conformidad a sus normas y procedimientos propios como único requisito exigible.

II. Si la conformación de una autonomía indígena originario campesina afectase límites de distritos municipales, el pueblo o nación indígena originario campesino y el gobierno municipal deberán acordar una nueva delimitación distrital. Si afectase límites municipales, deberá seguirse un procedimiento ante la Asamblea Legislativa Plurinacional para su aprobación, previo cumplimiento de los requisitos y condiciones particulares que señale la Ley.

III. La Ley establecerá requisitos mínimos de población y otros diferenciados para la constitución de autonomía indígena originario campesina.

IV. Para constituir una autonomía indígena originario campesina cuyos territorios se encuentren en uno o más municipios, la ley señalará los mecanismos de articulación, coordinación y cooperación para el ejercicio de su gobierno.

Art. 294.

I. La decisión de constituir una autonomía indígena originario campesina se adoptará de acuerdo a las normas y procedimientos de consulta, conforme a los requisitos y condiciones establecidos por la Constitución y la ley. II. La decisión de convertir un municipio en autonomía indígena originario campesina se adoptará mediante referendo conforme a los requisitos y condiciones establecidos por ley.

III. En los municipios donde existan comunidades campesinas con estructuras organizativas propias que las articulen y con continuidad geográfica, podrá conformarse un nuevo municipio, siguiendo el procedimiento ante la Asamblea Legislativa Plurinacional para su aprobación, previo cumplimiento de requisitos y condiciones conforme a la Constitución y la ley.

Art. 295.

I. Para conformar una región indígena originario campesina que afecte límites municipales deberá previamente seguirse un procedimiento ante la Asamblea Legislativa Plurinacional cumpliendo los requisitos y condiciones particulares señalados por Ley.

II. La agregación de municipios, distritos municipales y/o autonomías indígena originario campesinas para conformar una región indígena originario campesina, se decidirá mediante referendo y/o de acuerdo a sus normas y procedimientos de consulta según corresponda y conforme a los requisitos y condiciones establecidos por la Constitución y la Ley.

Art. 296. El gobierno de las autonomías indígena originario campesinas se ejercerá a través de sus propias normas y formas de organización, con la denominación que corresponda a cada pueblo, nación o comunidad, establecidas en sus estatutos y en sujeción a la Constitución y a la Ley.

Capítulo Octavo - Distribución de Competencias

Art. 300.

I. Son competencias exclusivas de los gobiernos departamentales autónomos, en su jurisdicción:

5. Elaboración y ejecución de Planes de Ordenamiento Territorial y de uso de suelos, en coordinación con los planes del nivel central del Estado municipales e indígena originario campesino.

Art. 302.

I. Son competencias exclusivas de los gobiernos municipales autónomos, en su jurisdicción:

6. Elaboración de Planes de Ordenamiento Territorial y de uso de suelos, en coordinación con los planes del nivel central del Estado, departamentales e indígenas.

7. Planificar, diseñar, construir, conservar y administrar caminos vecinales en coordinación con los pueblos indígena originario campesinos cuando corresponda.

38. Sistemas de microriego en coordinación con los pueblos indígena originario campesinos.

41. Áridos y agregados, en coordinación con los pueblos indígena originario campesinos, cuando corresponda

Art. 303.

I. La autonomía indígena originario campesina, además de sus competencias, asumirá las de los municipios, de acuerdo con un proceso de desarrollo institucional y con las características culturales propias de conformidad a la Constitución y a la Ley Marco de Autonomías y Descentralización.

II. La región indígena originario campesina, asumirá las competencias que le sean transferidas o delegadas.

Art. 304.

I. Las autonomías indígena originario campesinas podrán ejercer las siguientes competencias exclusivas:

1. Elaborar su Estatuto para el ejercicio de su autonomía conforme a la Constitución y la ley.

2. Definición y gestión de formas propias de desarrollo económico, social, político, organizativo y cultural, de acuerdo con su identidad y visión de cada pueblo.

3. Gestión y administración de los recursos naturales renovables, de acuerdo a la Constitución.

4. Elaboración de Planes de Ordenamiento Territorial y de uso de suelos, en coordinación con los planes del nivel central del Estado, departamentales, y municipales.

5. Electrificación en sistemas aislados dentro de su jurisdicción.

6. Mantenimiento y administración de caminos vecinales y comunales.

7. Administración y preservación de áreas protegidas en su jurisdicción, en el marco de la política del Estado.

8. Ejercicio de la jurisdicción indígena originaria campesina para la aplicación de justicia y resolución de conflictos a través de normas y procedimientos propios de acuerdo a la Constitución y la ley.

9. Deporte, esparcimiento y recreación.

10. Patrimonio cultural, tangible e intangible. Resguardo, fomento y promoción de sus culturas, arte, identidad, centros arqueológicos, lugares religiosos, culturales y museos.

11. Políticas de Turismo.

12. Crear y administrar tasas, patentes y contribuciones especiales en el ámbito de su jurisdicción de acuerdo a Ley.
 13. Administrar los impuestos de su competencia en el ámbito de su jurisdicción.
 14. Elaborar, aprobar y ejecutar sus programas de operaciones y su presupuesto.
 15. Planificación y gestión de la ocupación territorial.
 16. Vivienda, urbanismo y redistribución poblacional conforme a sus prácticas culturales en el ámbito de su jurisdicción.
 17. Promover y suscribir acuerdos de cooperación con otros pueblos y entidades públicas y privadas.
 18. Mantenimiento y administración de sus sistemas de microriego
 19. Fomento y desarrollo de su vocación productiva.
 20. Construcción, mantenimiento y administración de la infraestructura necesaria para el desarrollo en su jurisdicción.
 21. Participar, desarrollar y ejecutar los mecanismos de consulta previa, libre e informada relativos a la aplicación de medidas legislativas, ejecutivas y administrativas que los afecten.
 22. Preservación del hábitat y el paisaje, conforme a sus principios, normas y prácticas culturales, tecnológicas, espaciales e históricas.
 23. Desarrollo y ejercicio de sus instituciones democráticas conforme a sus normas y procedimientos propios.
- II. Las autonomías indígena originario campesinas podrán ejercer las siguientes competencias compartidas:**
1. Intercambios internacionales en el marco de la política exterior del Estado.
 2. Participación y control en el aprovechamiento de áridos.
 3. Resguardo y registro de los derechos intelectuales colectivos, referidos a conocimientos de recursos genéticos, medicina tradicional y germoplasma, de acuerdo con la ley.
 4. Control y regulación a las instituciones y organizaciones externas que desarrollen actividades en su jurisdicción, inherentes al desarrollo de su institucionalidad, cultura, medio ambiente y patrimonio natural.
- III. Las autonomías indígena originario campesinas podrán ejercer las siguientes competencias concurrentes:**
1. Organización, planificación y ejecución de políticas de salud en su jurisdicción.
 2. Organización, planificación y ejecución de planes, programas y proyectos de educación, ciencia, tecnología e investigación, en el marco de la legislación del Estado.
 3. Conservación de recursos forestales, biodiversidad y medio ambiente
 4. Sistemas de riego, recursos hídricos, fuentes de agua y energía, en el marco de la política del Estado, al interior de su jurisdicción.
 5. Construcción de sistemas de microriego.
 6. Construcción de caminos vecinales y comunales
 7. Promoción de la construcción de infraestructuras productivas.
 8. Promoción y fomento a la agricultura y ganadería.
 9. Control y monitoreo socioambiental a las actividades hidrocarburíferas y mineras que se desarrollan en su jurisdicción.
 10. Sistemas de control fiscal y administración de bienes y servicios
- IV. Los recursos necesarios para el cumplimiento de sus competencias serán transferidos automáticamente por el Estado Plurinacional de acuerdo a la ley**

**CUARTA PARTE
ESTRUCTURA Y ORGANIZACIÓN ECONÓMICA DEL ESTADO
TÍTULO I - ORGANIZACIÓN ECONÓMICA DEL ESTADO
Capítulo Primero - Disposiciones Generales**

- Art. 306.**
- I. El modelo económico boliviano es plural y está orientado a mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas las bolivianas y los bolivianos.
 - II. La economía plural está constituida por las formas de organización económica comunitaria, estatal, privada y social cooperativa.
 - III. La economía plural articula las diferentes formas de organización económica sobre los principios de complementariedad, reciprocidad, solidaridad, redistribución, igualdad, seguridad jurídica, sustentabilidad, equilibrio, justicia y transparencia. La economía social y comunitaria complementará el interés individual con el vivir bien colectivo.
- Art. 307.** El Estado reconocerá, respetará, protegerá y promoverá la organización económica comunitaria. Esta forma de organización económica comunitaria comprende los sistemas de producción y reproducción de la vida social, fundados en los principios y visión propios de las naciones y pueblos indígena originario y campesinos.

Capítulo Tercero - Políticas Económicas

- Art. 319.**
- I. La industrialización de los recursos naturales será prioridad en las políticas económicas, en el marco del respeto y protección del medio ambiente y de los derechos de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y sus territorios. La articulación de la explotación de los recursos naturales con el aparato productivo interno será prioritaria en las políticas económicas del Estado.

Sección IV - Políticas Sectoriales

- Art. 337.**
- I. El turismo es una actividad económica estratégica que deberá desarrollarse de manera sustentable para lo que tomará en cuenta la riqueza de las culturas y el respeto al medio ambiente.
 - II. El Estado promoverá y protegerá el turismo comunitario con el objetivo de beneficiar a las comunidades urbanas y rurales, y las naciones y pueblos indígena originario campesinos donde se desarrolle esta actividad.

Capítulo Cuarto - Bienes y Recursos del Estado y Su Distribución

- Art. 340.**
- I. Las rentas del Estado se dividen en nacionales, departamentales, municipales, e indígena originario campesinas y se invertirán independientemente por sus Tesoros, conforme a sus respectivos presupuestos.
 - II. La ley clasificará los ingresos nacionales, departamentales, municipales e indígena originario campesinos.
 - III. Los recursos departamentales, municipales, de autonomías indígena originario campesinas, judiciales y universitarios recaudados por oficinas dependientes del nivel nacional, no serán centralizados en el Tesoro Nacional

TÍTULO II - MEDIO AMBIENTE, RECURSOS NATURALES, TIERRA Y TERRITORIO

Capítulo Segundo - Recursos Naturales

Art. 352. La explotación de recursos naturales en determinado territorio estará sujeta a un proceso de consulta a la población afectada, convocada por el Estado, que será libre, previa e informada. Se garantiza la participación ciudadana en el proceso de gestión ambiental y se promoverá la conservación de los ecosistemas, de acuerdo con la Constitución y la ley. En las naciones y pueblos indígena originario campesinos, la consulta tendrá lugar respetando sus normas y procedimientos propios.

Art. 353. El pueblo boliviano tendrá acceso equitativo a los beneficios provenientes del aprovechamiento de todos los recursos naturales. Se asignará una participación prioritaria a los territorios donde se encuentren estos recursos, y a las naciones y pueblos indígena originario campesinos.

Capítulo Quinto - Recursos Hídricos

Art. 374.

II. El Estado reconocerá, respetará y protegerá los usos y costumbres de las comunidades, de sus autoridades locales y de las organizaciones indígena originaria campesinas sobre el derecho, el manejo y la gestión sustentable del agua.

Capítulo Séptimo - Biodiversidad, Coca, Áreas Protegidas Y Recursos Forestales

Sección III - Áreas Protegidas

Art. 385.

I. Las áreas protegidas constituyen un bien común y forman parte del patrimonio natural y cultural del país; cumplen funciones ambientales, culturales, sociales y económicas para el desarrollo sustentable.

II. **Donde exista sobreposición de áreas protegidas y territorios indígena** originario campesinos, la gestión compartida se realizará con sujeción a las normas y procedimientos propios de las naciones y pueblos indígena originaria campesinos, respetando el objeto de creación de estas áreas.

Sección IV - Recursos Forestales

Art. 388. Las comunidades indígena originario campesinas situadas dentro de áreas forestales serán titulares del derecho exclusivo de su aprovechamiento y de su gestión, de acuerdo con la ley.

Capítulo Octavo - Amazonia

Art. 391.

I. El Estado priorizará el desarrollo integral sustentable de la amazonia boliviana, a través de una administración integral, participativa, compartida y equitativa de la selva amazónica. La administración estará orientada a la generación de empleo y a mejorar los ingresos para sus habitantes, en el marco de la protección y sustentabilidad del medio ambiente.

II. El Estado fomentará el acceso al financiamiento para actividades turísticas, ecoturísticas y otras iniciativas de emprendimiento regional.

III. El Estado en coordinación con las autoridades indígena originario campesinas y los habitantes de la amazonia, creará un organismo especial, descentralizado, con sede en la amazonia, para promover actividades propias de la región.

Art. 392.

I. El Estado implementará políticas especiales en beneficio de las naciones y pueblos indígena originario campesinos de la región para generar las condiciones necesarias para la reactivación, incentivo, industrialización, comercialización, protección y conservación de los productos extractivos tradicionales.

II. Se reconoce el valor histórico cultural y económico de la siringa y del castaño, símbolos de la amazonia boliviana, cuya tala será penalizada, salvo en los casos de interés público regulados por la ley.

Capítulo Noveno Tierra Y Territorio

Art. 393. El Estado reconoce, protege y garantiza la propiedad individual y comunitaria o colectiva de la tierra, en tanto cumpla una función social o una función económica social, según corresponda.

Art. 394.

I. La propiedad agraria individual se clasifica en pequeña, mediana y empresarial, en función a la superficie, a la producción y a los criterios de desarrollo. Sus extensiones máximas y mínimas, características y formas de conversión serán reguladas por la ley. Se garantizan los derechos legalmente adquiridos por propietarios particulares cuyos predios se encuentren ubicados al interior de territorios indígena originario campesinos.

III. El Estado reconoce, protege y garantiza la propiedad comunitaria o colectiva, que comprende el territorio indígena originario campesino, las comunidades interculturales originarias y de las comunidades campesinas. La propiedad colectiva se declara indivisible, imprescriptible, inembargable, inalienable e irreversible y no está sujeta al pago de impuestos a la propiedad agraria. Las comunidades podrán ser tituladas reconociendo la complementariedad entre derechos colectivos e individuales respetando la unidad territorial con identidad.

Art. 395.

I. Las tierras fiscales serán dotadas a indígena originario campesinos, comunidades interculturales originarias, afrobolivianos y comunidades campesinas que no las posean o las posean insuficientemente, de acuerdo con una política estatal que atienda a las realidades ecológicas y geográficas, así como a las necesidades poblacionales, sociales, culturales y económicas. La dotación se realizará de acuerdo con las políticas de desarrollo rural sustentable y la titularidad de las mujeres al acceso, distribución y redistribución de la tierra, sin discriminación por estado civil o unión conyugal.

II. Se prohíben las dobles dotaciones y la compraventa, permuta y donación de tierras entregadas en dotación.

III. Por ser contraria al interés colectivo, está prohibida la obtención de renta fundiaria generada por el uso especulativo de la tierra.

Art. 397.

II. La función social se entenderá como el aprovechamiento sustentable de la tierra por parte de pueblos y comunidades indígena originario campesinos, así como el que se realiza en pequeñas propiedades, y constituye la fuente de subsistencia y de bienestar y desarrollo sociocultural de sus titulares. En el cumplimiento de la función social se reconocen las normas propias de las comunidades.

Art. 403.

I. Se reconoce la integralidad del territorio indígena originario campesino, que incluye el derecho a la tierra, al uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales renovables en las condiciones determinadas por la ley; a la

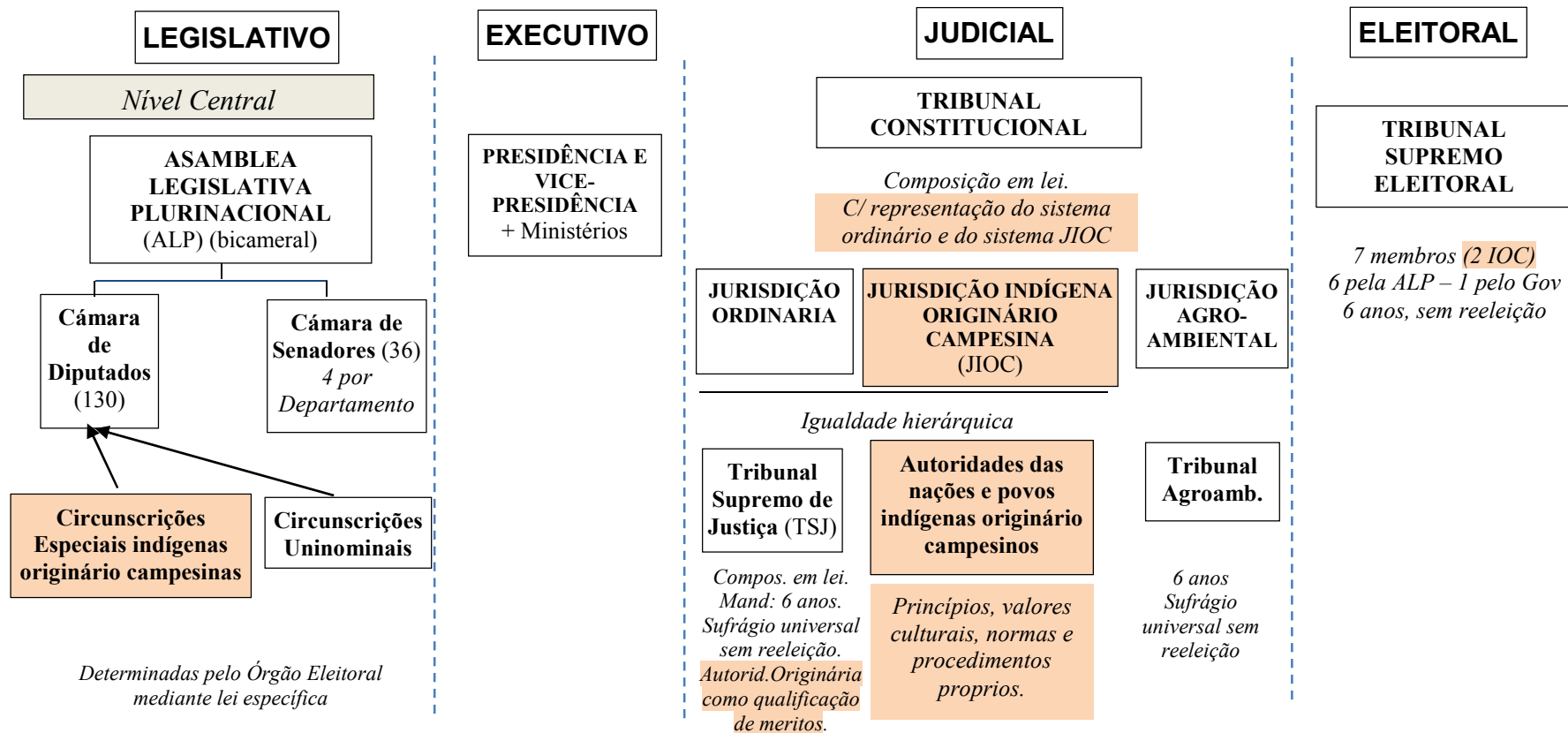
	<p>consulta previa e informada y a la participación en los beneficios por la explotación de los recursos naturales no renovables que se encuentran en sus territorios; la facultad de aplicar sus normas propias, administrados por sus estructuras de representación y la definición de su desarrollo de acuerdo a sus criterios culturales y principios de convivencia armónica con la naturaleza. Los territorios indígena originario campesinos podrán estar compuestos por comunidades.</p> <p>II. El territorio indígena originario campesino comprende áreas de producción, áreas de aprovechamiento y conservación de los recursos naturales y espacios de reproducción social, espiritual y cultural. La ley establecerá el procedimiento para el reconocimiento de estos derechos.</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO III - DESARROLLO RURAL INTEGRAL SUSTENTABLE</p> <p>Art. 405. El desarrollo rural integral sustentable es parte fundamental de las políticas económicas del Estado, que priorizará sus acciones para el fomento de todos los emprendimientos económicos comunitarios y del conjunto de los actores rurales, con énfasis en la seguridad y en la soberanía alimentaria, a través de:</p> <p>4. La significación y el respeto de las comunidades indígena originario campesinas en todas las dimensiones de su vida.</p> <p style="text-align: center;">QUINTA PARTE JERARQUÍA NORMATIVA Y REFORMA DE LA CONSTITUCIÓN TÍTULO ÚNICO - PRIMACÍA Y REFORMA DE LA CONSTITUCIÓN</p> <p>Art. 410.</p> <p>I. Todas las personas, naturales y jurídicas, así como los órganos públicos, funciones públicas e instituciones, se encuentran sometidos a la presente Constitución.</p> <p>II. La Constitución es la norma suprema del ordenamiento jurídico boliviano y goza de primacía frente a cualquier otra disposición normativa. El <u>bloque de constitucionalidad</u> está integrado por los Tratados y Convenios internacionales en materia de Derechos Humanos y las normas de Derecho Comunitario, ratificados por el país. <u>La aplicación de las normas jurídicas se regirá por la siguiente jerarquía, de acuerdo a las competencias de las entidades territoriales:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Constitución Política del Estado. 2. Los tratados internacionales 3. Las leyes nacionales, los estatutos autonómicos, las cartas orgánicas y el resto de legislación departamental, municipal e indígena. <p style="text-align: center;">DISPOSICIONES TRANSITORIAS</p> <p>Séptima. A efectos de la aplicación del párrafo I del artículo 293 de esta Constitución, el territorio indígena tendrá como base de su delimitación a las Tierras Comunitarias de Origen. En el plazo de un año desde la elección del Órgano Ejecutivo y Legislativo, la categoría de Tierra Comunitaria de Origen se sujetará a un trámite administrativo de conversión a Territorio Indígena Originario Campesino, en el marco establecido en esta Constitución.</p> <p>Décima. El requisito de hablar al menos dos idiomas oficiales para el desempeño de funciones públicas determinado en el Artículo 234.7 será de aplicación progresiva de acuerdo a Ley</p>
2013	<p style="text-align: center;">MÉXICO <i>(Acréscimos nas reformas de 2013)</i></p> <p>Art. 28. (...) El Instituto Federal de Telecomunicaciones es un órgano autónomo, con personalidad jurídica y patrimonio propio, que tiene por objeto el desarrollo eficiente de la radiodifusión y las telecomunicaciones, conforme a lo dispuesto en esta Constitución y en los términos que fijen las leyes. (...) Las <u>concesiones</u> podrán ser para uso comercial, público, privado y social que incluyen las <u>comunitarias</u> y las <u>indígenas</u>, las que se sujetarán, de acuerdo con sus fines, a los principios establecidos en los artículos 2o., 3o., 6o. y 7o. de esta Constitución. <i>(Párrafo adicionado DOF 11-06-2013)</i></p> <p style="text-align: center;">TRANSITORIOS</p> <p>TERCERO. El Congreso de la Unión realizará las adecuaciones necesarias al marco jurídico conforme al presente Decreto dentro de los ciento ochenta días naturales siguientes a su entrada en vigor, y deberá:</p> <p>III. Establecer los mecanismos para homologar el régimen de permisos y concesiones de radiodifusión, a efecto de que únicamente existan concesiones, asegurando una diversidad de medios que permita distinguir las concesiones de uso comercial, público, privado y social que incluyen las <u>comunitarias e indígenas</u>;</p> <p>México, D.F., a 22 de mayo de 2013.- Sen. Ernesto Cordero Arroyo, Presidente.- Dip. Cristina González Cruz, Secretaria.- Rúbricas."</p>

Tabela: Rosane F. Lacerd

p/ funções públicas falar 2 línguas oficiais do país

ESTRUTURA DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA (Constituição / 2009)

“Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías”.



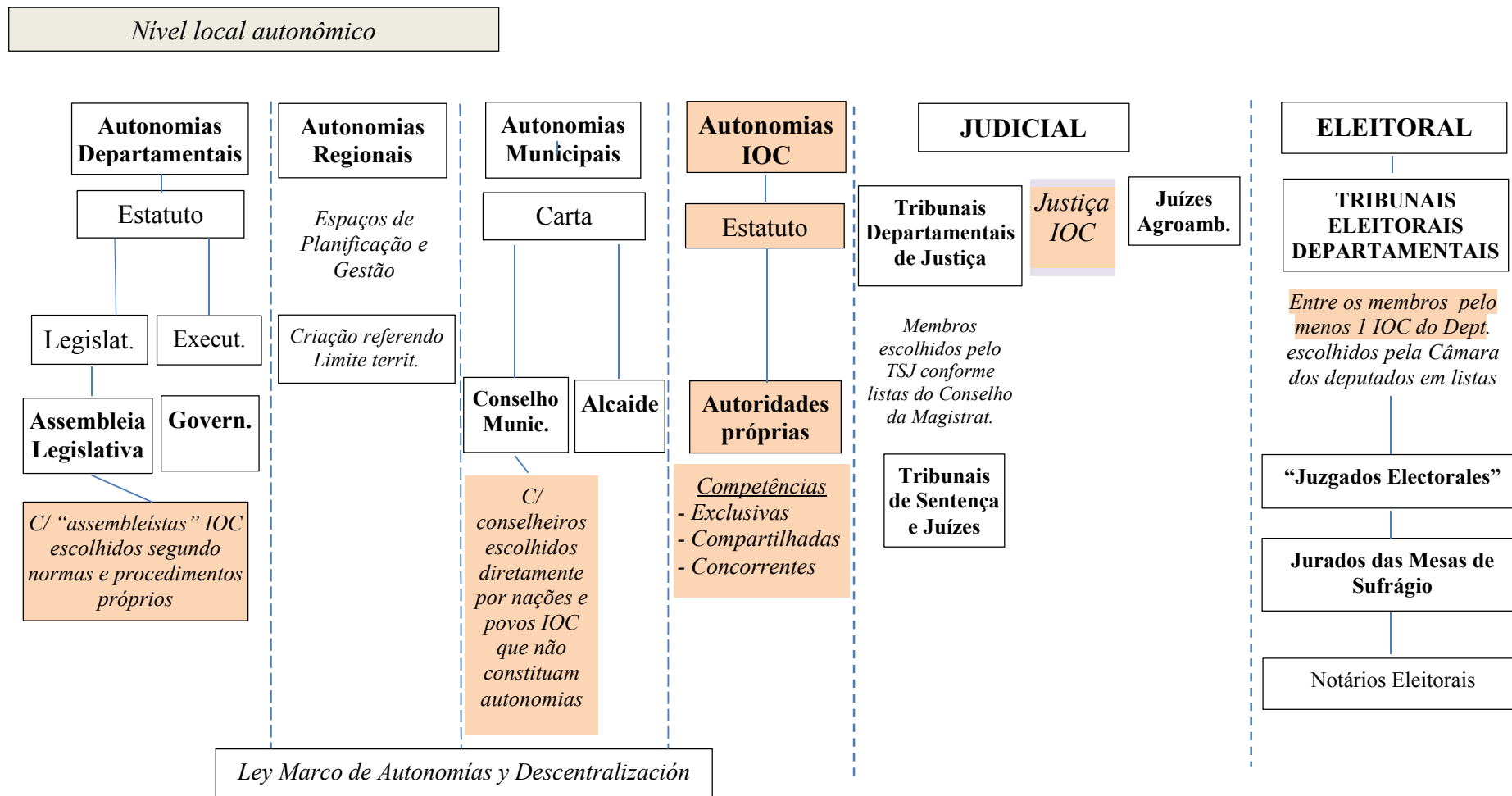


Figura: Rosane F. Lacerda

Tabela 5 - PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS AIOC NO ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO

FASES	MODALIDADES DE ACESSO À AIOC		
	São autonomias IOC os territórios IOC, municípios e regiões que adotam tal qualidade de acordo com o estabelecido nesta Constituição e na lei (CPEPB art.291, I)		
	Território IOC	Município	Região Indígena Originaria Campesina
1 VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PRÉVIOS AO INGRESSO NO PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO/ CONVERSÃO	Acesso	Conversão de um município em AIOC (LMAD art. 47, I)	- Conversão de autonomia regional em autonomia IOCR (LMAD, art. 50, III), ou - Fusão de entidades territoriais existentes na região (LMAD art. 47, II)
	<p>REQUISITOS</p> <p>a) <u>Comprovação de território ancestral atualmente habitado:</u> certificado do Min. da Auton (Resol. MA091/2012), conforme art. 290, I da CPEPB* (LMAD art. 56, I).</p> <p>b) <u>Comprovação de viabilidade governativa</u> (Reglamento MA, cf. LMAD art. 56, IV): certific. pelo MA, através de avaliação técnica e critérios (LMAD, art.57):</p> <p>b.1 Organização (existência, representativ e funcion. efetivo da estrut. organizacion. da nação ou povo IOC, incluindo todas as organiz. da mesma natureza no território, e independência de terceiros e interesses externos. LMAD, art.57,1).</p> <p>b.2 Plano Territorial (de desenvolv integral da nação IOC, conforme sua identidade, costumes e instrumentos de gestão territ. Inclui estratégias institucional e financeira p/ entidade territ. e estrutura demográfica da pop. (LMAD, art.57,2).</p> <p>c) <u>Base populacional</u> (LMAD art. 56, IV):</p> <p>c.1 Nas terras altas: mínimo de dez mil habs. (LMAD, art.58, I), podendo descer para 4 mil hab., desde que não fragmente o território ancestral (LMAD, art.58, II)</p> <p>c.2 Nas terras baixas (nações e povos IOC minoritários) mínimo de mil hab (LMAD, art.58, I). Excepcionalm. n.º menor se demonstrada viabilidade governativa sustentável.</p>	<p>REQUISITOS</p> <p><u>Comprovação de território ancestral atualmente habitado:</u> certificado do Ministério da Autonomia (Resol. MA 091/2012), conforme art. 290, I da CPEPB* (LMAD art. 56, I e II).</p> <p>* CPEPB art, 290: <i>I. La conformación de la autonomía indígena originario campesina se basa en los territorios ancestrales, actualmente habitados por esos pueblos y naciones, y en la voluntad de su población, expresada en consulta, de acuerdo a la Constitución y la ley.</i></p>	<p>REQUISITOS</p> <p>a) <u>Comprovação de território ancestral atualmente habitado:</u> certificado do Ministério da Autonomia (Resol. MA 091/2012), conforme art. 290, I da CPEPB* (LMAD art. 56, I e II).</p> <p>* CPEPB art, 290: <i>I. La conformación de la autonomía indígena originario campesina se basa en los territorios ancestrales, actualmente habitados por esos pueblos y naciones, y en la voluntad de su población, expresada en consulta, de acuerdo a la Constitución y la ley</i></p> <p>b) <u>continuidade territorial</u> (LMAD, art.56, III)</p> <p>c) <u>Preexistência das entidades territoriais autônomas constituídas.</u> (LMAD, art.56, III)</p>
2 REFERENDO E CONSULTA POPULAR P/ CONSTITUIÇÃO DE AIOC	<p>PROCED. DE CONSULTA (LMAD, art. 50, IV e 51):</p> <p>a) Normas e procedimentos próprios.</p> <p>b) Realização pelos titulares do TIOC.</p> <p>c) Supervisão pelo OEP através do SIFDE conforme o estabelecido p/ a democracia comunitária na LRE (arts 91-93).</p>	<p>PROCEDIMENTO DE REFERENDO</p> <p>- <u>Efetivação dos referendos (pela AIOC) de 06.12.2009</u> (LMAD, art.49, III) ou</p> <p>- <u>Referendo por iniciativa popular</u> (LMAD, art. 50, II e 51) convocado pelas autoridades IOC respectivas, de acordo com processo previsto na LRE (art.19): apres. ao TED corresp. c/ a(s) pergunta a ser submetida.</p>	<p>PROCED DE CONSULTA OU REFERENDO</p> <p>- <u>Referendo de iniciativa pop.</u> (conforme LRE, art. 16, I, 2), ou (LMAD, art. 50, III e 51) ou</p> <p>- <u>Consulta</u> (normas e proced. própr) conforme LRE (art.24) e requisitos LMAD (art. 50, III e 51), ou,</p> <p>- <u>Referendo de iniciativa dos gov autônomos IOC,</u> c/ normas e proced. próprios, ou nas autonomias municipais, c/ referendo de iniciativa segundo proced. do LRE e requisitos LMAD (art. 50, V)</p>

3 ELABORAÇÃO DOS ESTATUTOS OU CARTAS ORGÂNICAS	<p>PRÉ-REQUISITOS:</p> <p>a) Aprovação da consulta pela constituição em AIOC.</p> <p>b) <u>Constituição de órgão deliberativo</u> (OD) por convocação do povo ou nação IOC titular do TIOC, mediante <u>normas e procedimentos próprios</u>, sob a supervisão do OEP através do SIFDE. (LMAD, art.53, I,5)</p>	<p>PRÉ-REQUISITOS:</p> <p>a) Aprovação do referendo pela conversão.</p> <p>b) <u>Constituição de OD</u> c/ repres. de minorias, por iniciativa da nação ou povo IOC solicitante do referendo de conversão, de acordo com suas <u>normas e procedimentos próprios</u>, sob a supervisão do OEP através do SIFDE. (LMAD, art.53, I,3)</p>	<p>PRÉ-REQUISITOS:</p> <p>a) Aprovação do referendo ou consulta.</p> <p>b) <u>Constituição de OD</u>, por iniciativa da nação ou povo IOC em conjunto com os órgãos legislativos das entidades territoriais correspondentes, mediante <u>normas e procedimentos próprios</u>, sob a supervisão do OEP, através do SIFDE. (LMAD, art.53, I,6)</p>
	<p>CONTEÚDOS DOS ESTATUTOS E CARTAS ORGÂNICAS (LMAD, art. 62):</p> <p>A) Conteúdos mínimos comuns a todas as autonomias (LMAD, art. 62, I):</p> <p>a.1. Declaração de sujeição à CPEPB e às leis. a.2. Identidade da entidade autônoma – inclusive a denominação da respectiva AIOC [cumprimento ao Art. 296 da CPEPB: “<i>El gobierno de las autonomías indígena originario campesinas se ejercerá (...) con la denominación que corresponda a cada pueblo, nación o comunidad, establecidas en sus estatutos (...)</i>”]. a.3. Localização da jurisdição territorial. a.4. Estrutura organizativa e identificação das autoridades. a.5. Forma de organização do órgão legislativo ou deliberativo. a.6. Faculdades e atribuições das autoridades, assegurando o cumprimento das funções executiva, legislativa e deliberativa; sua organização, funcionamento, procedimento de eleição, requisitos e período de mandato. a.7. Disposições gerais sobre planejamento, administração patrimonial e regime financeiro e suas instituições e autoridades responsáveis. a.8. Previsão para desconcentrar-se administrativamente caso necessário. a.9. Mecanismos e formas de participação e controle social. a.10. Regime para minorias, IOC ou não, que habitem em sua jurisdição. a.11. Regime de igualdade de gênero, geracional e de pessoas em situação de incapacidade. a.12. Relações institucionais da entidade autônoma. a.13. Procedimento de reforma do estatuto ou carta orgânica, total ou parcial. a.14. Disposições que regulem a transição para a aplicação plena do estatuto ou carta, em correspondência com o estabelecido na LMAD.</p> <p>B) Conteúdos mínimos específicos das AIOCs (LMAD, art. 62, II):</p> <p>b.1. Visão e estratégias de seu desenvolvimento próprio em concordância com seus princípios, direitos e valores culturais; b.2. Definição do órgão e sistema de administração de justiça; b.3. Mecanismo de renovação periódica de confiança nas autoridades. b.4. Denominação da respectiva AIOC (cumprimento ao Art. 296 da CPEPB).</p> <p>C) Conteúdos potestativos (LMAD, art. 62, III):</p> <p>c.1. Idiomas oficiais. c.2. Símbolos próprios (além dos do Estado Plurinacional). c.3. Mecanismos e sistemas administrativos. c.4. Previsões sobre conformação de regiões. c.5. Outros que surjam de sua natureza ou em função de suas competências.</p>		
	<p style="text-align: center;">PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ESTATUTO AUTONÔMICO</p> <p style="text-align: center;">(CPEPB arts. 292 e 304, I.1, LMAD, art. 53, I):</p> <p>Responsabilidade: Órgão Deliberativo.</p> <p>Forma de elaboração: participativa.</p> <p>Quórum de aprovação: 2/3 do total do OD.</p>	<p style="text-align: center;">PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CARTA ORGÂNICA</p> <p style="text-align: center;">(CPEPB arts. 292 e 304, I.1, LMAD, art. 53, I):</p> <p>Responsabilidade: Órgão Deliberativo.</p> <p>Forma de elaboração: participativa.</p> <p>Quórum de aprovação: 2/3 do total do OD.</p>	<p style="text-align: center;">PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO ESTATUTO AUTONÔMICO OU CARTA</p> <p style="text-align: center;">(CPEPB arts. 292 e 304, I.1, LMAD, art. 53, I):</p> <p>Responsabilidade: Órgão Deliberativo.</p> <p>Forma de elaboração: participativa.</p> <p>Quórum de aprovação: 2/3 do total do OD.</p>

	<u>FASES PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTATUTOS OU CARTAS ORGÂNICAS (*)</u>		
	1) Elaboração do Regimento de debates e Plano de Trabalho. 2) Ciclo de capacitação para o Órgão Deliberativo. 3) Trabalho em Comissões por eixos temáticos. 4) Elaboração do Primeiro Rascunho de Estatuto. 5) Socialização do primeiro rascunho. 6) Ajustes Técnicos Jurídicos. 7) Ajustes e compatibilização com a CPEPB e a LMAD. 8) Elaboração da versão final do Estatuto. 9) Socialização da versão final do Estatuto. 10) Aprovação “en grande” do Estatuto pelo Órgão Deliberativo. 11) Aprovação “en detalle” do Estatuto pelo Órgão Deliberativo.		
4 CONTROLE PRÉVIO DE CONSTITUCIONALID. DOS ESTATUTOS	(LMAD art. 53, II): 1) O Órgão Deliberativo remete o Projeto de Estatuto ou de Carta Orgânica ao TCP. 2) O TCP pronuncia-se sobre a constitucionalidade ou não do Projeto (Emissão de Declaração de Constitucionalidade) 3) Caso existam observações, o TCP devolve o Projeto ao Órgão Deliberativo, para correção.		
5 REFERENDO APROBATÓRIO DOS ESTATUTOS OU CARTAS	Com a <u>Declaração de Constitucionalidade</u> do TCP (LMAD, art. 54, II, 1), o Órgão Deliberativo <u>solicita ao OEP a convocatória de referendo</u> para aprovação do Estatuto (LMAD, art. 54, II).	Com a <u>Declaração de Constitucionalidade</u> do TCP (LMAD, art. 54, II, 1), o Órgão Deliberativo <u>solicita ao OEP a convocatória de referendo</u> para aprovação da Carta orgânica (LMAD, art. 54, II)	Com a <u>Declaração de Constitucionalidade</u> do TCP (LMAD, art. 54, II, 1), o Órgão Deliberativo <u>solicita ao OEP a convocatória de referendo</u> para aprovação do Estatuto (LMAD, art. 54, II).
	<u>Padrão Eleitoral</u> : definido pelo TSE em coord c/ autoridades dos povos IOC titulares dos territórios, após o resultado da iniciativa de acesso (LMAD, art.54, III): <u>Participação</u> de: a) 2 membros da nação ou povo IOC local; b) representação dos não indígenas residentes no interior do território da AIOC e inscritas nos assentos eleitorais correspondentes. <u>Administração</u> : Tribunal Eleitoral Departamental (LMAD, art.54, V). <u>Prazo</u> : 120 dias a partir da emissão da convocatória (LMAD, art.54, V). <u>Efeitos</u> (LMAD, art.54, III): vinculantes para o conjunto da população.		
6 CONFORMAÇÃO DOS GOVERNOS AUTÔNOMOS	<u>Início</u> (LMAD, art. 55, I, 3): - Prazos e procedimentos dos estatutos; - Supervisão do OEP; - Acreditação das autoridades pelo OEP	<u>Início</u> (LMAD, art. 55, I, 2): - Conclusão do mandato das autoridades municipais ainda em exercício.	<u>Início</u> (LMAD, art. 55, I, 3): - Prazos e procedimentos dos estatutos; - supervisão do OEP; - acreditação das autoridades pelo OEP.

Tabela: Rosane F. Lacerda.

(*) BOLIVIA. Servicio Estatal de Autonomías. **Estado de Situación de las Autonomías en Bolivia: una mirada a tres años.** *Op. Cit.*

Tabela – 6. DIREITOS, FACULDADES E COMPETÊNCIAS DAS AUTONOMIAS IOC NO ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIANO

DIREITOS	Direitos relacionados à livre determinação: determinar livremente sua condição política e desenvolvimento econômico, social e cultural (cf. CPEPB art.3); autonomia ou auto-governo em assuntos internos e locais; dispor de meios para financiar suas funções autônomicas (cf. CPEPB, art. 4); conservação e reforço às suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais; participação plena na vida política, econômica, social e cultural do Estado (cf. CPEPB art. 5); direito à territorialidade (cf. CPEPB art.30, II.4).
FACULDADES	Faculdades das AIOC: deliberativa, fiscalizadora, legislativa, regulamentar, executiva e jurisdicional (cf. LMAD, Art. 48). Formas de expressão: oral ou escrita (exigências: registro ou acreditação documentada) (cf. LMAD, Art. 48).
COMPETÊNCIAS	<p>COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS (cf. CPEPB art.304, I): 1. Elaboração do Estatuto; 2. Definição e gestão das formas próprias de desenvolvimento econômico, social, político, organizativo e cultural; 3. Gestão e administração dos recursos naturais renováveis; 4. Elaboração dos Planos de Ordenamento Territorial e de uso do solo (em coord. c/ os planos central, departamentais e municipais). 5. Eletrificação em sistemas isolados dentro de sua jurisdição. 6. Manutenção e administração de estradas vicinais e comunitárias. 7. Administração e preservação de áreas protegidas em sua jurisdição (no marco da política do Estado). 8. Exercício da Jurisdição IOC através de normas e procedimentos próprios (de acordo com a Constituição e a lei). 9. Esportes, entretenimento e recreação. 10. Proteção, fomento e promoção de seu patrimônio cultural, tangível e intangível (culturas, arte, identidade, sítios arqueológ e/ou religiosos, culturais e museus). 11. Políticas de Turismo. 12. Criação e administração de taxas, patentes e contribuições especiais no âmbito de sua jurisdição (de acordo com a Lei). 13. Administrar los impuestos de su competencia en el ámbito de su jurisdicción. 14. Elaboração, aprovação e execução de seus programas de operações e orçamento. 15. Planejamento e gestão da ocupação territorial. 16. Moradia, urbanismo e redistribuição populacional conforme suas práticas culturais em sua jurisdição. 17. Promover e subscrever acordos de cooperação com outros povos e entidades públicas e privadas. 18. Manutenção e administração de seus sistemas de microcrédito. 19. Fomento e desenvolvimento de sua vocação produtiva. 20. Construção, manutenção e administração da infraestrutura necessária para o desenvolvimento em sua jurisdição. 21. Participação, desenvolvimento e execução dos mecanismos de consulta prévia, livre e informada relativos à aplicação de medidas legislativas, executivas e administrativas que os afetem. 22. Preservação do hábitat e paisagem, conforme seus princípios, normas e práticas culturais, tecnológicas, espaciais e históricas. 23. Desenvolvimento e exercício de suas instituições democráticas conforme suas normas e procedimentos próprios.</p> <p>COMPETÊNCIAS COMPARTILHADAS (cf. CPEPB art.304, II): 1. Intercâmbios internacionais (no marco da política exterior do Estado). 2. Participação e controle no aproveitamento de áridos. 3. Proteção e registro dos direitos intelectuais coletivos associados a conhecimentos de recursos genéticos, medicina tradicional e germoplasma (conforme a lei). 4. Controle e regulação das instituições e organizações externas que desenvolvam atividades em sua jurisdição, inerentes ao desenvolvimento de sua institucionalidade, cultura, meio ambiente e patrimônio natural.</p> <p>COMPETÊNCIAS CONCORRENTES (cf. CPEPB art.304, III): 1. Organização, planejamento e execução de políticas de saúde em sua jurisdição. 2. Organização, planejamento e execução de planos, programas e projetos de educação, ciência, tecnologia e pesquisa (no marco da legislação do Estado). 3. Conservação de recursos florestais, biodiversidade e meio ambiente. 4. Sistemas de irrigação, recursos hídricos, fontes de água e energia (no marco da política do Estado) no interior de sua jurisdição. 5. Construção de sistemas de micro-irrigação. 6. Construção de caminhos vicinais e comunitários. 7. Promoção da construção de infraestruturas produtivas. 8. Promoção e fomento da agricultura e pecuária. 9. Controle e monitoramento socioambiental das atividades hidrocarburíferas e mineradoras que se desenvolvam em sua jurisdição. 10. Sistemas de controle fiscal e administração de bens e serviços.</p>

Tabela: Rosane F. Lacerda

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Tabela 7 - Municípios em Processo de Conversão à Autonomia Indígena Originário Campesina

LOCALIZ	DEPART.	Nº	MUNICÍPIO	POVO OU NAÇÃO IOC ⁴⁸⁰	Referendo de opção AIOC	Res	Submissão Estatutos ao TCP	Situação atual (jan/2014)
TERRAS ALTAS	Chuquisaca	1	Huacaya	Guarani	06.dez.2009	Sim	19.nov.2013	Fase 4: Controle prévio de Constitucionalidade dos Estatutos
		2	Mojocoya	Quechua	06.dez.2009	Sim	12.nov.2012	-----
		3	Macharetí	Guarani	-----	---	-----	Fase 1: emissão certificado de ancestralidade territorial.
		4	Tarabuco	Quechua	06.dez.2009	Sim	19.nov.2013	Fase 4: Controle prévio de Constitucionalidade dos Estatutos
	La Paz	5	Charazani	Aymara e Quachua	06.dez.2009	Sim	-----	-----
		6	Jesús de Machaca	Aymara	06.dez.2009	Sim	-----	Em 8.nov.2011: Decisão do Cabildo indígena por Paralisar o processo por 2 anos.
		7	San Andrés de Machaca	Aymara	-----	---	-----	Fase 1: Solicita Certificado de Territ. Ancestral. OBS: A decidir se por município ou TIOC.
	Oruro	8	Corque (<i>Corque Marka de Suyu Jacha Carangas</i>)	Aymara e Quechua	-----	---	-----	-----
		9	Chipaya	Uru Chipaya	06.dez.2009	Sim	23.nov.2012	-----
		10	Curahuara de Carangas	Aymara	06.dez.2009	NÃO	-----	Município não indígena
		11	Marka Pampa Aullagas	Aymara e Quechua	06.dez.2009	Sim	31.out.2012	-----
		12	Salinas de Garci Mendoza	Aymara e Quechua	06.dez.2009	Sim	-----	-----
		13	San Pedro de Totora (<i>Totora Marka del Suyu Jacha Carangas</i>)	Aymara	06.dez.2009	Sim	22.ago.2012	Fase 4: Estat. c/ Decl. Constituc. Plurinac. 9 de 27.jun. 2013.
		14	Santiago de Andamarca	Aymara e Quechua	-----	---	-----	-----
	Potosí	15	Chaquí	Quechua	-----	---	-----	-----
		16	Chayanta	Aymara e Quechua	06.dez.2009	Sim	-----	-----
TERRAS BAIXAS	Santa Cruz de la Sierra	17	Charagua Iyambae	Guarani	06.dez.2009	Sim	31.out.2012	Fase 4: Estat. c/ Decl. Constituc. Plurinac. 13 de 8.ago.2013.
		18	Gutiérrez (<i>Capitanias Kaaguasu e Gran Kaipependi Karovaicho</i>)	Guarani	06.abr.2012?		-----	Fase 1: aguardando autorização do TCP para referendo.
		19	Lagunillas	Guarani	-----		-----	-----
		20	San Miguel de Velasco	Chiquitano	19.out.2012	Sim	-----	Fase 1: avaliação da territorialidade ancestral

Tabela: Rosane Lacerda.

⁴⁸⁰ Fonte: ALBÓ y ROMERO. Autonomia Indígena en la Realidad Boliviana... *Op. Cit.*

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Tabela 8 - Territórios em Processo de Conversão à Autonomia Indígena Originário Campesina

Localização	Departamento	Nº	TCO / TIOC	MUNICÍPIO(s) ⁴⁸¹	POVO OU NAÇÃO IOC	Situação atual
TERRAS ALTAS	Cochabamba	1	Jatun Aillu Kirkiawi	Bolívar		Em avaliação
		2	Raqaypampa	Mizque	Quechua	Fase 4: Remessa do projeto de Estatuto ao TCP (4.Dez.2013)
		3	Yurakaré	Villa Tunari e Chimoré	Yurakaré	Em avaliação
	La Paz	4	Marka Camata	Ayata e Tacacoma	?	Fase 1: Certificado de Territ. Ancestral
	Potosí	5	Jatun Ayllu Yura	?	?	Em avaliação
TERRAS BAIXAS	Santa Cruz de la Sierra	6	Lomerío	San Antonio de Lomerío e San Miguel	Chiquitano (Monkóxi)	Fase 4: Remessa do projeto de Estatuto ao TCP (16.Dez.2013)
		7	Monte Verde	Concepción e San Javier	Chiquitano	Fase 1: Certificado de Territ. Ancestral
	Beni	8	Territ. Indígena Multiétnico			Fase 1: Certificado de Territ. Ancestral

Tabela: Rosane Lacerda. Fontes diversas.

⁴⁸¹ Fonte: ALBÓ y ROMERO. Autonomia Indígena en la Realidad Boliviana... *Op. Cit.*

Figura 1.



Figura 1: “MAPA MVNDI DEL REINO DE LAS INDIAS / VN REINO LLAMADO ANTI SVIO HACIA EL DERECHO DE LA MAR DE NORTE / OTRO REINO LLAMADO COLLA SVIO SALE SO[L]/OTRO REINO LLAMADO CONDE XVIO HACIA LA MAR DE SVR, LLANOS/ OTRO REINO LLAMADO CHINCHAI SVIO PVNI[EN]TE SOL”

POMA, Felipe Guamán [Waman Puma]. **El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno** [1615]. Colección América Nuestra. Ediciones Siglo Veintiuno, 3.ª ed., 1992. México-DF; Madrid: Siglo Veintiuno editores, 1982, p.914-15)

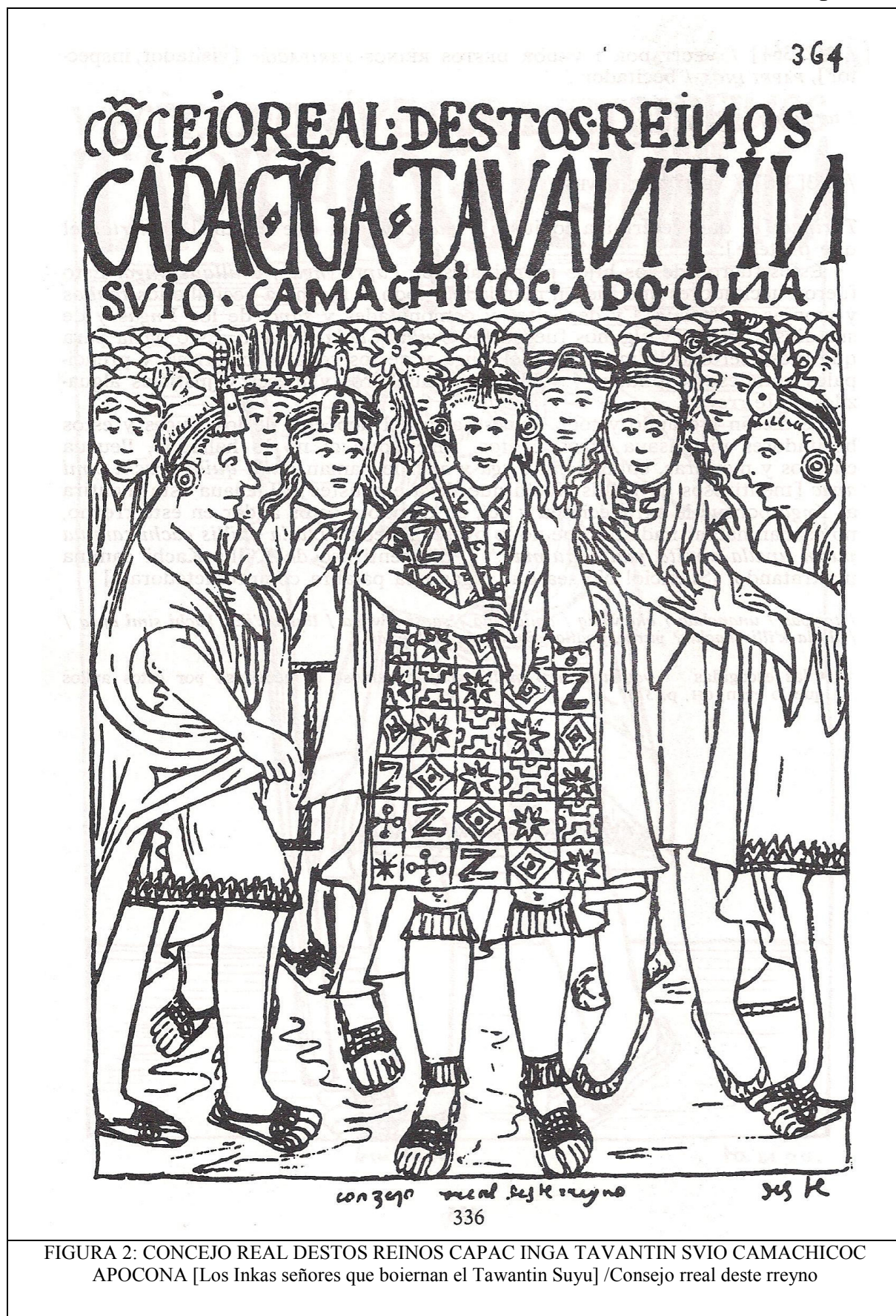


FIGURA 2: CONCEJO REAL DESTOS REINOS CAPAC INGA TAVANTIN SVIO CAMACHICOC APOCONA [Los Inkas señores que boiernan el Tawantin Suyu] /Consejo rreal deste rreyno

/Qhapac Inka Tawantin Suyu Kamachikuc apukuna/

/365[367] CONSEJO REAL / deste rreyno que acistía em la gran ciudad y caezera, corte del Cuzco, el médio de todo el rreyno desde Chile y Tucumán y Parauay y desde Nobo Reyno, Panamá, Santo Domingo, que se dize en general Tauantin Suyo: Chinchay Suyo, Ande Suyo, Conde Suyo. Y desde el Cuzco se parte a dos partes Hanan Cuzco-Chinchay Suyo; Lurin Cuzco-Colla Suyo.

Estos señores principales uirreys y príncipes y *capac apo, apo, curaca, allicac* y otros caualleros estauan y rrecidían en la gran ciudad del Cuzco. Éstos eran consejos rreales, Tauantin Suyo *camachicoc, capac apocona*, y para el buen gouierno y castigo de justicia de los malos y de los buenos para dalle y hazelle merced. Governó dos *yngas*, los más principales Hanán Cuzco y otros dos Lurin Cuzco, y quatro señores grandes de la parte de Chinchay Suyo y dos señores de Ande Suyo, quatro señores de Colla Suyo y dos señores de Conde Suyo. Éstos fueron los señores del consejo rreal deste rreynno y en mudando uno déstos mudaua a sus hijos o ermanos.

Como dicho es, que no se elexía a hombres pobres que no sea de la casta principal, aunque fuese áuil y suficiente ni rrico, porque la alteza y rrealteza y magestad no puede comunicar con hijos de pobres picheros y los señores fueran uajos y la magestad del *Ynga* fuera menospreciado. Nunca le hablúa yndio o yndia pobre al *Ynga*, cino que trayáa lengua y asesor para oýlle su justicia pero favorecer al pobre güérfano, biuda mucho.

POMA, Felipe Guamán [Waman Puma]. **El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno** [1615]. Colección América Nuestra. Ediciones Siglo Veintiuno, 3.^a ed., 1992.

Figura 3



FIGURA 3. “El Mariscal de Ayacucho haciendo nacer las artes y ciencias de la cabeza de Bolivia”. Melchor María Mercado, 1841. Col. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia. Sucre. Láminas al peinado (acuarela) y tinta, sobre papel común, de oficio, de la época. Alto 20cm; Ancho 34.3cm. Álbum de Paisajes, Tipos Humanos y Costumbres de Bolivia (1841-1869).

Figura 5

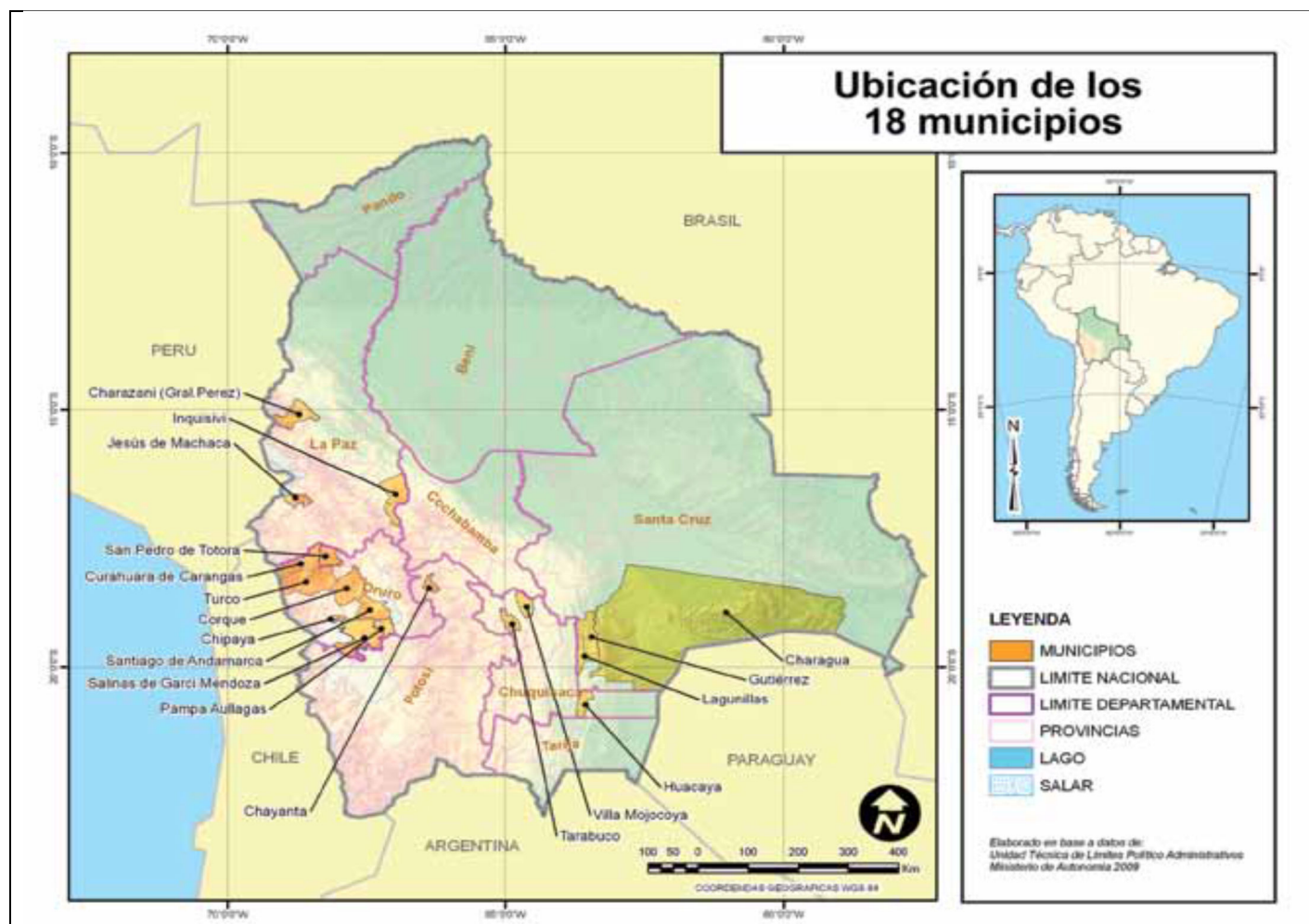


FIGURA 5 – Localização dos 18 municípios que solicitaram a participação no Referendo de setembro de 2009, sobre a conversão em AIOC. PLATA, Wilfredo. “De Municipio a Autonomía Indígena. Los once municipios que transitan a la Autonomía Indígena Originaria Campesina”. In: CHUMACERO R., Juan Pablo (Coord). *Reconfigurando Territorios. Reforma Agraria, Control Territorial y gobiernos indígenas en Bolivia*. FUNDACIÓN TIERRA. La Paz, 2010, p.252.

Anexo B – Documentos

1.

2

Señores -
 Presidente -
 Vice. -
 Serrano.
 Paso.
 Anchorena.
 Navas.
 Sarraquena.
 Prieto.
 Revuelto.
 Soratti.
 Pacheco.
 Bustamante.
 Arco.
 Moreno.
 Sotro.
 Maca.
 Oriarte.
 G. Ros.
 Jacon.
 Gallo.
 Malvaria.
 Urrutia.
 Salguero.
 Castro.
 Thamer.
 Cabrera.

Hallandose reunidos los Señores Diputados que constan al margen, en la mañana del seis de Julio de mil ochocientos dieciséis, en sesión pública; y exigido por el Diputado Secretario J. Serrano, se celebrase por este soberano cuerpo, si se sentancia en la acta pública de este día, la exposición del Sr. Belgrano, y si todo lo reservado, lo escrivirian precisamente los Diputados Secretarios, o estando juramentados los oficiales de secretaría, podrian fiar de ellos; fue acordado, que la exposición del Sr. Belgrano, y quanto en lo sucesivo se tratare en sesión secreta, se sentase en un libro destinado a solo este efecto; y que en quanto a la segunda parte de la consulta, que da al arbitrio de los Secretarios valerse segun la mayor o menor importancia de los asuntos, ya del P. Secretario, ya de los oficiales.

Señores -
 Presidente.
 Vice. -
 Serrano.
 Paso.
 Anchorena.
 Navas.
 Sarraquena.
 Prieto.

Sesión secreta del día 6, de Julio de 1816.

Reunidos los Señores Diputados en la Sala del Congreso a las nueve de la mañana, con asistencia de los que se anotan al margen, despues de discutidos y acordados los puntos que constan del acta pública de este día, el Sr. D. Manuel Belgrano...

Documento 1. Actas Secretas del Soberano Congreso de las Provincias Unidas en Sudamérica. Facsímil de las Actas Secretas. Junta de Historia y Numismática Americana. Impresión 1926. Tucumán, Acta de 6 de julio de 1816 – parte 1. Disponible en:

<http://www.telpin.com.ar/interneteducativa/lp/archivotucuman/documentos2.htm>

Sesion secreta del dia 6, de julio de 1816

“Reunidos los Señores Diputados en la Sala del Congreso á las nueve de la mañana, con la asistencia de los q.e se anotan al margen, (Senores- Presidente; Vice Presid.te; Serrano; Paso; Anchorena; Saenz; Darragueira; Rivera; Azevedo; Gorriti; Pacheco; Bulnez; Bustam.te; Araoz; Medrano; Godoy; Maza; Vriarte; Oro; Gazcon; Malavia; Gallo; Loria; Salguero; Castro; Tamés; Cabrera) despues de discutidos y acordados los puntos q.e constan del acta publica de este dia, el Gral D.n Manuel Belgrano en virtud de las ordenes q.e se le comunicaron

caso do.
anti.
chaco.
dnez.
dante.
aso.
adran.
dog.
exa.
ante.
?
com.
davia.
lla.
ia.
guero.
to.
nes
maxo.

en el anterior, avisó estar presente e introducido a la Sa-
la, y tomando asiento en ella en el lugar q^l le fue
señalado, el Sr. Presidente le hizo entender q^l la Sobera-
nía le habia llamado, para q^l sus exposiciones sobre
el estado actual de la Europa, ideas q^l rayaban en ella,
concepto q^l ante las Naciones de aquella parte del Globo,
se habia formado de la revolucion de las Prov.^{as} Unidas,
y esperanza q^l estas podian tener de su proteccion, des-
de todo lo qual lo creia ilustrado despues del desempeño de
la Comision a q^l fue destinado, pudieran orientarse mas
extensamente de tan interesantes objetos, estando ad-
vertido q^l en el seno del Congreso habia una Comision
q^l entienda exclusivamente en asuntos de relaciones ex-
teriores, y q^l no debia hacer exposiciones, o contestar de
un modo capaz de mandar ideas de ellas, y exponer al
Secreto, en cuya conformidad contestando a las preguntas
q^l se le hicieron q^l varios Señores Diputados, el citado
Sr. Al. expuso todo lo q^l sigue.

Primero, que aunque la revolucion de Ame-
rica en sus principios q^l la marcha magestuosa con que
empezo habia nacido un alto concepto entre los Poderes
de Europa, su declinacion en el desorden y anarquia con-
tinuada q^l tan dilatado tiempo, habia servido de obstacu-
lo a la proteccion q^l sin ella se habia logrado de otros
Poderes, devienonos en el dia contar reducidos a nues-
tras propias fuerzas.

Segundo, q^l habia acaecido una mutaci-
on completa de ideas en la Europa en lo respectivo a for-
ma de Gobierno: Fue como el espíritu general de las Nacio-
nes en años anteriores, era republicano todo, en el dia
se trataba de monarquizarlo todo: Fue la Nacion Ingle-
sa con el grandor y magestad a que se ha elevado, no
q^l sus armas y riquezas, sino q^l una Constitucion de
Monarquia temperada habia estimulado las demas a
seguir su exemplo: Fue la Francia la habia adoptado:
Que el Rey de Prusia q^l si mismo, y estando en el
goce de un poder despotico habia hecho una revolucion
en su Reyno, y superado a bases constitucionales
iguales a las de la Nacion Inglesa; y q^l esto mismo ha

en el anterior, avisó estar presente, é introducido á la Sala, y tomando asiento en ella en el lugar q.e le fue señalado, el S.or Presid.te le hizo entender q.e la Soberania le habia llamado, para q.e sus exposiciones sobre el estado actual de la Europa, ideas q.e reynaban en ella, concepto q.e ante las Naciones de aquella parte del Globo se habia formado de la revolucion de las Prov. Vnidas, y esperanza q.e estas podian tener de su proteccion, de todo lo qual lo creia ilustrado despues del desempeño de la Comision a q.e fue destinado, pudieran orientarla mas extensamente de tan interesantes objetos, estando advertido q.e en el seno del Congreso habia una Comision q.e entienda exclusivamente en asuntos de relaciones exteriores, y q.e no debia hacer exposiciones, o contestar de un modo capaz de mandar idea de ellas y exponer el secreto, en cuya conformidad contextando á las preguntas q.e se le hicieron p.r varios señores Diputados, el citado Gral.expuso todo lo q.e sigue.

“Primero, que aunque la revolucion de America en sus principios p.r la marcha magestuosa con que empezó habia merecido un alto concepto entre los Poderes de Europa, su declinacion en el desorden y anarquia continuando p.r tan dilatado tiempo, habr(i)a servido de obstaculo á la proteccion q.e sin ella se habia logrado de dheos. Poderes, devienonos en el dia contar reducidos á nuestras propias fuerzas.

“Segundo, q.e habia acaecido una mutacion completa de ideas en la Europa en lo respectivo á forma de Gobierno: Que como el espiritu general de las Naciones en años anteriores, era republicarlo todo, en el dia se trataba de monarquizarlo todo: Que la Nacion Inglesa con el grandor y magestad á que se ha elevado, no p.r sus armas y riquezas, sino p.r una constitucion de Monarquia temperada habia estimulado las demas á seguir su exemplo: Que la Francia la habia adoptado: Que el Rey de Prusia p.r si mismo, y estando en el goce de un poder despotico habia hecho una revolucion en Su Reyno, y sujetandose á bases constitucionales, iguales á las de la Nacion Inglesa; y q.e esto mismo habian practicado otras Naciones.

“Tercero, que conforme á estos prin-

cipios en su concepto la forma de gobierno mas
conveniente p.^a estas Provincias seria la de una Monar-
quia Temperada; llamando la Dinastia de los Arcas
p. la justicia q.^e en si embuelve la restitucion de esta
Casa tan iniquamente despojada del Trono, p.^a una
sangrienta revolucion q.^e se evitaria p.^a en la Suces-
sion con esta declaracion, y el entusiasmo general de
q.^e se poseerian los habitantes del interior, con sola
la noticia, de un paso p.^a ellos tan liougezo, y otras
varias razones q.^e expuso.

Quarto: que el Poder de España en
la actualidad era demasiado debil e impotente p.^a la
ruina general, a q.^e la habian reducido las armas Fran-
cesas, discordias q.^e la devoraban, y poca probabilidad
de q.^e el Gabinete Ingles le auxiliase p.^a subyugar
nos, siempre q.^e de nuestra parte cesasen los desordenes
q.^e hasta el presente nos han devorado; pero q.^e al fin
siempre tenia mas Poder q.^e nosotros, y debiamos poner
todo conato en robustecer nuestros Exercitos.

Quinto: Fue la venida de Tropas
Portuguesas al Brasil, no era efecto de conuacion de
aquel Gabinete con la España, pues q.^e la Casa de Bra-
ganza jamas podia olvidar la cooperacion de la España
a la entrada de los Franceses en Lisboa, y desgracias q.^e
ha sentido p.^a ella. Fue enviado Salazar p.^a el Gabi-
nete Español cerca de el M. J. p.^a pedir temporalmente
y mientras se subyugaban estas Provincias, la posesi-
on de la Isla de Sta Catalina: habia recibido una
terminante negativa, y solo se le habian ofrecido los
auxilios q.^e el derecho de gentes exigiese: Fue el verdadero
motivo de la venida de esas Tropas, era precaver la
infeccion del territorio del Brasil: Fue el caracter del
Rey D.^{no} Juan era sumamente pacifico, y enemigo
de Conquista, y q.^e estas Provincias no debian temer
movimientos de aquellas fuerzas contra ellas: Que a el
se le habia prometido en aquella Conse. observarse exac-
tamente el Armisticio mientras el Gobierno de las
Prov. Unidas no faltase p.^a su parte, y q.^e asi se habia
permitido, a pesar de reclamaciones del enviado Es-
pañol la libre entrada y Salida de aquel reyno, a los
hijos de estas Provincias: Despues de todo lo qual,
y evaquadas otras preguntas q.^e se le hicieron

cipios en su concepto la forma de gobierno mas conveniente p.a estas Provincias, seria la de una Monarquia temperada; llamando la Dinastia de los Incas p.r la justicia q.e en si embuelve la restitucion de esta Casa tan iniquamente despojada del Trono, p.r una sangrienta revolucion q.e se evitariá p.a en lo sucesivo con esta declaracion, y el entusiasmo general de q.e se poseerian los habitantes del interior, con solo la noticia, de un paso p.a ellos tan lisongero, y otras varias razones q.e expuso.

“Quarto: que el Poder de España en la actualidad era demasiado debil é impotente p.r la ruina general, á q.e la habian reducido las armas Francesas, discordias q.e la devoraban, y poca probabilidad de q.e el Gavinete Ingles le auxiliase p.a subyugarnos, siempre q.e de nuestra parte cesasen los desordenes q.e hasta el presente nos han devorado; pero q.e al fin siempre tenia mas Poder q.e nosotros y debiamos poner todo conato en robustecer nuestros Exercitos..

“Quinto: Que la venida de Tropas Portuguesas al Brasil, no era efecto de convinacion de aquel Gavinete con la España, pues q.e la Casa de Braganza jamas podria olvidar la coorporacion de la España á la entrada de los Franceses en Lisboa, y desgracias q.e ha sentido p.r ella. Que enviado Salazar p.r el Gavinete Español cerca de S. M. F. p.a pedir temporalmente, y mientras se subyugaban estas Provincias, la posesion de la Isla de S.ta Catalina: havia resivido una terminante negativa, y solo se le habian ofrecido los auxilios q.e el derecho de gentes exigiere: Que el verdadero motivo de la venida de esas Tropas, era precaver la infeccion del territorio del Brasil: Que el carácter del Rey D.n Juan era sumamente pacifico, y enemigo de Conquista, y q.e estas Provincias no debian temer movimientos de aquellas fuerzas contra ellas: Que a el se le habia prometido en aquella Corte observar exactamente el Armisticio mientras el Gobierno de las Prov.s Vnidas no faltase p.r su parte, y q.e asi se habia permitido, á pesar de reclamaciones del enviado Español la libre entrada y salida de aquel reyno, á los hijos de estas Provincias, Despues de todo lo qual, y evquadas otras preguntas q.e se le hicieron por algunos de los Señores Diputados y se omiten por menos interesantes, se retiró de la Sala, y terminó la Sesion

Fran.co Narciso de Laprida: Presid.te; Mar.no Boedo: Vice-presid.te; Jose Mariano Serrano: Dip.do Secret.o”;...

132

SIMON BOLIVAR LIBERTADOR

presidente de la república de Colombia, libertador de la del Perú, y encargado del supremo mando de ella &ra &ra.

Considerando:

I. Que la constitución de la república no conoce desigualdad entre los ciudadanos;

II. Que se hallan extinguidos los títulos hereditarios;

III. Que la constitución no señala ninguna autoridad a los caciques;

He venido en decretar y decreto:

1.º El título y autoridad de los caciques quedan extinguidos.

2.º Las autoridades locales ejercerán las funciones de los extinguidos caciques.

3.º Los antiguos caciques deberán ser tratados por las autoridades de la república como ciudadanos dignos de consideración, en todo lo que no perjudique a los derechos e intereses de los demás ciudadanos.

4.º El secretario general interino queda encargado de la ejecución y cumplimiento de este decreto.

Imprimase, publíquese y circulese.

Dado en el Cuzco a 4 de julio de 1825.

6.º y 4.º – Simon Bolivar. – Por orden de S.E. Felipe Santiago Estenós.(1)
[gac. Tom.8.º num. 16.]

(1) Confirmado por circular de 11 de noviembre de 829.

MANIFIESTO

DEL "BLOQUE OBRERO-CAMPESINO"

248 May 2/3 =
 Hojas 106
 1921-3
 Bib Ec *

La crisis económica sigue pesando brutalmente sobre las espaldas de los obreros, campesinos y más clases pobres del país. Desocupación, baja continua de salarios, hambre y represión; tales son los resultados del régimen capitalista feudal que nos agobia, y que, detenido definitivamente en su marcha progresiva, lleva hoy la nación a la ruina, de la que se salvará únicamente cuando, por medio de la revolución, se funde el gobierno socialista de obreros, campesinos y soldados.

Ante tan tremenda crisis, las fuerzas capitalistas-feudales, se reagrupan y el proletariado busca también su frente de combate. La burguesía se halla en plena descomposición. En vano sus fracciones de "avanzada" tratan de detener la catástrofe, haciendo maniobras a la "izquierda", enmascarándose como "socialistas"; buscándose agentes en el seno de la clase obrera. La colaboración de clases no podrá realizarse.

La clase obrera, es la única clase, que por sus intereses, puede luchar consecuentemente contra el capitalismo, por el socialismo, pues "Los proletariados no pueden perder sino sus cadenas. Tienen, en cambio, un mundo a ganar" (Marx). El proletariado, necesita aliarse íntimamente con los campesinos en su lucha común contra el capitalismo-feudal; tratando de arrastrar a otras capas de trabajadores (artesanos, intelectuales, pequeños comerciantes etc.) a la lucha común contra la explotación del gran capitalismo-feudal y del imperialismo. Aunque los soldados y policías, sirven al régimen feudal-burgués; ellos han entrado a los cuarteles forzados por el hambre y falta de trabajo, dejando por el momento de pertenecer a las clases sociales de las que salieron: obrera, campesina, pequeña burguesía; y en su mayoría retornarán a ellas el día que el gobierno, no necesitando ya de sus servicios, los arroje sin la menor consideración a la calle. Los obreros, defendiendo a los soldados y policías, en lo que se refiere al mejoramiento de sus condiciones vida, les demostrarán, que sólo con la unión fraternal entre todos los explotados se alcanzará la liberación económica y política de las grandes masas del yugo del capitalismo-feudal y del imperialismo. La defensa de los indios y negros, no solamente como clases explotadas y oprimidas, sino también como nacionalidades oprimidas; constituye una de las bases fundamentales de la lucha del proletariado. La clase obrera no puede hacer frente único con la burguesía-feudal, llámese liberal, conservadora o se enmascare como "socialista", pues sus intereses le son contrapuestos. Por esto, el Bloc Electoral (obrero-campesino-intelectual) rechazó las maniobras de la burguesía liberal-radical, que por medio de sus agentes "socialistas" trataban de arrastrar a los obreros a una coalición y aprobar la lista confeccionada en los cenáculos liberal "socialistas", a pretexto del "peligro bonifacista". Nosotros, trabajadores manuales e intelectuales, somos también enemigos del bonifacismo, que representa la coalición de fuerzas de ala izquierda de las filas conservadoras y del ala derecha del liberalismo; combatimos al bonifacismo, sin dejar de combatir a la burguesía liberal-radical-socialista. En ningún modo, la burguesía liberal-radical,

defendería a los obreros, si el bonifacismo llegara a apoderarse del gobierno; antes bien, lo entregarían maniatados, para que el bonifacismo descargara sus golpes más furiosos. En cambio, estamos dispuestos, y así lo hemos hecho, a hacer frente único con los obreros, campesinos, intelectuales revolucionarios; ya militen en las filas liberales, conservadoras, bonifacistas, socialistas o comunistas; pero dentro de un programa de clase para combatir a todos los partidos burgueses. Con el único Partido con el que podríamos formar estrecha alianza, sería con el genuinamente obrero: el Comunista, vanguardia de las clases trabajadoras, que con sus luchas ha demostrado la lealtad a los intereses de la clase obrera con los que se identifica.

Nosotros intervenimos en el Congreso burgués, no para colaborar con nuestros enemigos de clase, sino porque allí los trabajadores verán una vez más los antagonismos irreductibles de intereses entre explotados y explotadores, y llegarán al convencimiento que para suprimir definitivamente la explotación y opresión, solo hay un camino: la revolución para el triunfo del socialismo. En el Congreso lucharán nuestros representantes para desenmascarar a la burguesía y sus agentes, demostrando el contenido de la "democracia burguesa" y para arrancar, palmo a palmo a la burguesía-feudal, mejoras inmediatas para los trabajadores.

La intervención de nuestros representantes en el Congreso estaría subordinada a la disciplina de clase, por los intereses de las grandes masas explotadas, sin permitir — como sucede en los partidos burgueses — que sus representantes obren a su gusto.

Para aliviar la angustiosa situación de los trabajadores, vamos a luchar dentro del Congreso — por medio de nuestros representantes — y fuera de él, por la acción revolucionaria de masas, por las siguientes reivindicaciones:

Porque en la Constitución y leyes, SE SUPRIMA TODA TRABA al libre ejercicio de derechos de los trabajadores y porque el voto sea extensivo a todos los trabajadores, aunque no sepan leer ni escribir, suprimiendo así los privilegios.

2.— Porque se dicte una ley, DE SALARIO MINIMO, por medio de la cual, ningún trabajador agrícola gane menos de dos sures diarios y ningún obrero de la industria gane menos de tres sures diarios, evitando así que la burguesía siga descargando todo el peso de la crisis sobre los obreros.

3.— Porque se apruebe el proyecto de ley presentado en el Congreso pasado por los representantes del Partido Comunista, pidiendo la creación del SEGURO PARA LOS DESOCUPADOS y semidesocupados, por medio del cual, todos estos trabajadores, deben recibir un subsidio de dos sures al día; el que correrá a cargo del gobierno y los patrones hasta hallar trabajo.

4.— Porque se apruebe el proyecto de ley presentado por los comunistas, que pide la rebaja inmediata del precio de los alquileres de habitaciones en 50 o/o.

5.— Porque se apruebe el proyecto de ley presentado el Congreso pasado por los comunistas, pi-

diendo la inmediata DEVOLUCION DE LAS TIERRAS Y AGUAS arrebatadas por los hacendados a las comunas y poblaciones. Entre los proyectos presentados consta uno referente a la devolución de tierras de Changalá para Cayambe. Iguales proyectos serán presentados para favorecer a poblaciones como; Sangolquí, Yaruquí, Machachi, Tabacundo, ahorcadas por inmensos latifundios.

6.— Porque se ANULEN LAS DEUDAS DE LOS OBREROS AGRICOLAS y campesinos a los hacendados y usureros, y porque desaparezcan muchas subsistencias feudales (impedimento de transitar por caminos de hacienda, tributo de los campesinos a los hacendados y curas, etc).

7.— Para LOS SOLDADOS Y POLICIAS se pedirá mejor salario, mejor alojamiento y alimentación, libertad de profesar cualquier credo político, mejor trato.

Ninguna de estas reivindicaciones arrancaremos a la burguesía, si solo dejamos actuar a los representantes de los obreros, como sucedió el año pasado con los representantes comunistas, que no obtuvieron apoyo de las masas para la aprobación de sus proyectos de ley. El proletariado y más trabajadores deben apoyar decididamente realizando peticiones, asambleas, desfiles callejeros, si necesario, huelgas, para la acción de nuestros futuros representantes.

El Bloque Obrero - Campesino, presenta a la consideración de los trabajadores los nombres de los

siguientes compañeros: DOCTOR RICARDO PAREDES, GUSTAVO SALGADO, HOMERO PALOMEQUE (ferroviario) y JORJE MALDONADO (metalúrgico) militantes que se han incorporado al movimiento obrero y que vienen luchando con todo valor y abnegación durante varios años por la emancipación de los trabajadores, sufriendo por ello prisiones y persecuciones; obreros que defienden lealmente los intereses de su clase.

Compañeros obreros, campesinos, intelectuales revolucionarios, artesanos, soldados y policías, indios; no votéis, aunque os amenacen vuestros patronos y capataces, por las listas de liberales, conservadores, bonifacistas; que os explotan y oprimen, que hambread a vuestras familias; que masacran a los obreros y a los indios; no votéis por quienes enmascárandose como "socialistas", en realidad sirven a la burguesía. Votad por la lista del Bloque Obrero - Campesino, por los genuinos representantes de los trabajadores, por los luchadores sinceros y valerosos que no entrarán en componendas con la burguesía.

COMPañEROS:—Formad comités electorales.
A votar por los candidatos del

BLOQUE OBRERO—CAMPESINO.

Quito 2 de Mayo de 1932

Primer Manifiesto de Tiwanaku

INTRODUCCION

"Un pueblo que oprime a otro pueblo no puede ser libre", dijo el Inca Yupanqui a los españoles. Nosotros, los campesinos quechuas y aymaras, lo mismo que los otras culturas autóctonas del país, decimos lo mismo. Nos sentimos económicamente explotados y cultural y políticamente oprimidos. En Bolivia no ha habido una integración de culturas sino una superposición y dominación habiendo permanecido nosotros, en el estrato más bajo y explotado de esa pirámide. Bolivia ha vivido y está viviendo terribles frustraciones. Los campesinos quechuas y aymaras en la vida económica, política y social del país. Pensamos que sin un cambio radical en este aspecto será totalmente imposible crear la unidad nacional y un desarrollo económico dinámico, armónico propio y adecuado a nuestra realidad y necesidades.

Bolivia está entrando en una nueva etapa de su vida política, una de cuyas características es la del despertar de la conciencia campesina. Al acercarnos a un período pre-electoral una vez más se acercarán los políticos profesionales al campesinado para recabar su voto y una vez más lo harán con engaños y falsas promesas. La participación política del campesinado debe ser real y no ficticia. Ningún partido podrá construir el país sobre el engaño y la explotación de los campesinos. Nosotros, los propios campesinos lejos de todo afán partidista y pensando únicamente en la liberación de nuestro pueblo, queremos exponer en este Documento aquellas ideas que juzgamos fundamentales en el ordenamiento económico, político y social del país.

NUESTRA CULTURA COMO PRIMER VALOR.

El proceso verdadero se hace sobre una cultura. Es el valor profundo de un pueblo. La frustración nacional ha tenido su origen en que las culturas quechua y aymara han sufrido siempre un intento sistemático de destrucción. Los políticos de las minorías dominantes han querido crear un desarrollo basado únicamente en la imitación servil del desarrollo de otros países, cuando nuestro acervo cultural es totalmente distinto. Llevándose también de un materialismo práctico han llegado a creer que el progreso se basa únicamente en aspectos económicos de la vida.

Los campesinos queremos el desarrollo económico pero partiendo de nuestros valores. No queremos perder nuestras nobles virtudes ancestrales en aras de un pseudo-desarrollo. Tememos a ese falso "desarrollismo" que se importa desde afuera porque es ficticioso y no respeta nuestros profundos valores. Queremos que se superen trasnochados paternalismos y que se deje de considerarnos como ciudadanos de segunda clase. Somos extranjeros en nuestro propio país.

No se han respetado nuestras virtudes ni nuestra visión propia del mundo y de la vida. La educación escolar, la política partidista, la promoción técnica no han logrado que en el campo haya ningún cambio significativo. No se ha logrado la participación campesina porque no se ha respetado su cultura ni se ha comprendido su mentalidad. Los campesinos estamos convencidos de que solamente habrá desarrollo en el campo y en todo el país, cuando los autores de nuestro progreso y dueños de nuestro destino.

La escuela rural por sus métodos, por sus programas y por su lengua es ajena a nuestra realidad cultural y no sólo busca convertir al indio en una especie de mestizo sin definición ni personalidad, sino que persigue igualmente su asimilación a la cultura occidental y capitalista. Los programas para el campo están concebidos dentro de esquemas individuales a pesar de que nuestra historia es esencialmente comunitaria. El sistema cooperativo es connatural a un pueblo que creó modos de producción en mutua ayuda como el ayni, la mink'a, yanapacos, camayos... La propiedad privada, el sectarismo político, el individualismo, la diferenciación de clase, las luchas internas nos vinieron con la Colonia y se acentuaron con los Regímenes Republicanos. La Reforma agraria está concebida también dentro de ese esquema.

El poder económico y político es la base de la liberación cultural. Debemos tecnificar y modernizar nuestro pasado pero de ningún modo debemos romper con él. Todo intento de europeización o de "yanquización", como se ha querido hacer a través de la educación y de la política, no será más que un nuevo fracaso. Todo movimiento político que realmente quiera ser liberador para el campesinado deberá organizarse y programarse teniendo siempre en cuenta nuestros valores culturales. El indio es noble y justo, es sobrio y respetuoso, es trabajador y profundamente religioso. Pero toda esta riqueza que atesora el alma india nunca ha sido comprendida ni respetada. La acción política de la Colonia y de los Gobiernos Republicanos ha sido eminentemente destructiva llegando algunos de nosotros a asimilar graves defectos de corrompidos y corruptores politiqueros. Se nos ha querido hacer peldaños y escaleras de las peores ambiciones y de las pasiones más bajas. No estamos dispuestos a seguir por ese camino de avasallamiento y depravación. Los resultados catastrófico están a la vista de todos. Los indios que por

obra de la mala educación y de la falsa politiquería ya no quieren ser indios han asimilado los peores defectos de otros pueblos y se han constituido en nuevos movimientos explotadores de sus propios hermanos. Les hacemos un llamado fraterno para que uniéndose a nosotros en un movimiento de reivindicación de nuestros derechos y de nuestra cultura trabajemos todos en la liberación económica y política de nuestro pueblo.

Deben convencerse: Gobiernos, políticos, economistas y nuestros educadores que se ha fracasado totalmente en la "promoción" del campesinado aymara y quechua porque se han aplicado métodos erróneos. En el presente documento pretendemos esbozar las líneas generales de una política liberadora campesina.

NUESTRA HISTORIA NOS HABLA

Antes de la Conquista Española éramos ya un pueblo milenario con virtudes que se desarrollaban dentro de un ambiente altamente socializado. La Colonia no supo respetar ni reconocer nuestra cultura sino que fue aplastada y sojuzgada. La independencia no trae la libertad para el indio, antes bien, realizada ésta bajo los principios del liberalismo, el indio juzgado y tratado como elemento pasivo apto únicamente para ser usado en las guerras continuas como carne de cañón. La república no es para el indio más que una expresión de la política de los dominadores. La liberación india encarnada en la lucha libertaria de Tupaj Catari permanece aherrojada. La política indigenista de Belzu hace surgir una breve esperanza en las masas campesinas, pero la vida del indio deberá seguir arrastrándose entre el oprobio, la explotación y el desprecio. Busch y Villaroel quieren superar este estado de cosas pero se lo impide la reacción de la oligarquía nacional. Con la Revolución del 9 de abril, llegan dos grandes Leyes liberadoras: La Reforma agraria y el Voto universal. Con la Reforma agraria los indios nos liberamos del yugo ominoso del patrón. Es una pena que esta Ley no haya traído todos los bienes que de ella se esperaba debido sobre todo a que está concebida en un esquema demasiado individualista ya que, por obra de algunos elementos derechistas incrustados dentro del MNR, no fue implementada con otras leyes que favorezcan la inversión, la tecnificación y la comercialización de los productos. El voto universal no debería desconocer la participación orgánica de las comunidades indígenas en la vida política. Es lamentable también el que muchas veces haya servido para suscitar el apetito desmedido de poder de nuestros políticos. Por esta razón engaño y explotación. Los políticos de viejo cuño se acercan al campo no para servirle sino para servirse de él. Algunos malos campesinos, traicionando a nuestra historia y a nuestro pueblo han logrado, meter estas prácticas de politiquerismo corrupto en nuestro sindicalismo campesino. Ellos con su conducta doble y con su degradado servilismo han manchado nuestro nombre y nuestras ancestrales costumbres. Debemos reconocerlo con humildad, perdonarlo generosamente y asimilar cuidadosamente las experiencias. Lo importante es retomar el camino de grandeza que nuestros antepasados nos señalaron.

Tampoco creemos en la prédica de aquellos partidos que, diciéndose de izquierda no llegan a admitir al campesinado como gestor de su propio destino. Una organización política para que sea instrumento de liberación de los campesinos tendrá que ser creada, dirigida y sustentada por nosotros mismos. Nuestras organizaciones políticas deberán responder a nuestros valores y a nuestros propios intereses.

ECONOMIA

A pesar de que los campesinos producimos el 78% del Producto Bruto Nacional solamente contamos con el 34% de los ingresos nacionales mientras el 1.7 que son los empresarios y grandes propietarios del país reciben el 21% de los ingresos nacionales. A pesar de que Bolivia es uno de los países con una renta per cápita más baja del mundo ya que apenas llega a 120 dólares por habitante al año, sin embargo, la mayoría de los campesinos apenas llegamos a movilizar 50 dólares al año. Nuestra alimentación es una de las más pobres en vitaminas del mundo. Los índices de mortalidad permanecen entre nosotros tan altos como hace 50 años. Nuestra economía es una economía de subsistencia. Trabajamos únicamente para vivir y aún esto, muchas veces no lo logramos.

Sin embargo nadie podrá decir que el campesino no trabaja. La política agraria de nuestros gobiernos ha sido nefasta. Estamos librados a nuestra propia suerte. El país gasta más de 20 millones de dólares en importar del exterior productos agrícolas que nosotros podríamos producir. Se prefiere pagar al exterior antes que pagar al campesino. Los créditos bancarios cuando se han orientado hacia el campo han servido únicamente para los nuevos terratenientes y para los oligarcas del algodón, de la caña de azúcar y la ganadería.

Con la devaluación monetaria decretada por el gobierno en octubre pasado nuestra mísera economía ha empeorado gravemente. Nadie se ha acordado del campesino. Los obreros de las ciudades, los maestros, los empleados públicos, etc... han recibido el bono familiar y el sueldo 14. El campesino, verdadero paria

de nuestra sociedad, no ha recibido la mínima compensación, ni el más pequeño aliciente. Para los que vendemos al por menor, los productos agrícolas han permanecido casi estacionarios en sus precios. Esta subida no llega a compensar el precio del transporte que es un 40% más alto. Mientras lo que compramos (azúcar, fideos, arroz, instrumentos de la labranza, abonos químicos) ha subido de un treinta por ciento a un ochenta por ciento, lo que vendemos apenas se ha podido mejorar en los precios. Por otro lado, el descontrol de precios en el campo es total. Frente a este descontrol el que sale perdiendo siempre es el campesino ya que es el más débil. Esta situación injusta no se puede prolongar por más tiempo.

Lo que proponemos para superar esta situación no es ya la intervención paternalista del gobierno o de personas de buena voluntad. Creemos que la única solución está en la auténtica organización campesina. El equilibrio entre los productos del campo que nosotros vendemos y los que debemos comprar de la ciudad lo encontraremos en la correlación de fuerzas. El campesino es débil porque no está unificado, organizado ni movilizado. Las actuales organizaciones departamentales y nacionales no responden propiamente a los intereses del campesinado en general.

LOS PARTIDOS POLITICOS Y EL CAMPESINADO

En la práctica el campesinado de Bolivia no ha pertenecido realmente a ningún partido político porque ninguno ha representado sus verdaderos intereses ni ha estado inspirado en sus valores culturales. Sin embargo, debemos reconocer que fue el MNR quien más, mejor ha representado los intereses campesinos al dictar las Leyes de la Reforma agraria y el Voto universal. El MNR tuvo la posibilidad histórica de convertirse en un partido que fuera instrumento de la liberación campesina, pero todo eso se frustró debido, sobre todo a que elementos de la reacción derechista y sin ninguna sensibilidad social, se incrustaron en la filas de este partido y lograron detener el proceso de nuestra liberación.

Ni el actual MNR, ni el Barrientismo, ni los partidos tradicionales de izquierda son partidos campesinos. Si el campesino ha votado por ellos es porque no había otra opción para votar. Era porque no contábamos con un partido propio. Esos partidos han capitalizado el voto campesino como un medio para llegar ya para mantenerse en el poder. Para que exista un equilibrio de intereses y de representación los campesinos deben tener su propio partido que represente sus intereses sociales, culturales y económicos. Este será el único medio para que puede existir una participación política real y positiva, y la única manera de hacer posible un desarrollo auténtico e integral en el campo. Creer en la posibilidad de un progreso económico y político de Bolivia sin la participación directa del campesinado es una opinión gravemente errónea. El campesinado ha sido una fuerza pasiva porque siempre se quiso que fuera algo totalmente pasivo. El campesinado es políticamente lo que los políticos han querido sea: un mero sustentáculo para sus ambiciones. Solamente será dinámico cuando se lo deje actuar como una fuerza autónoma y autóctona. En el esquema económico, político y cultural actual de nuestro país es imposible la real participación política del campesinado porque no se le permite que así sea. Las Fuerzas Armadas de la Nación que son fundamentalmente campesinas por su composición, deberán serlo también por su cultura y concepciones.

EL SINDICALISMO CAMPESINO

El sindicalismo campesino si bien en sus bases y muchas de sus organizaciones provinciales es una organización de auténtica representación campesina, en las esferas departamentales y nacionales, ha sido instrumentalizado no pocas veces en favor de intereses totalmente ajenos a nuestra clase. Todos los defectos del partidismo político de la ciudad han entrado al campo por obra de pseudo-dirigentes que se han autonombrado como representantes campesinos. Ellos han sido y sigue siendo los corruptores de nuestro pueblo aymara y quechua ante la benévola e indiferente mirada de nuestras autoridades de gobierno. Ellos son los que han llevado hasta el campo el sectarismo, el politiquerismo, el nepotismo, la corrupción económica y moral, la ambición personal, el odio entre hermanos, el falso caudillismo y la carencia de representatividad. Pero quizás, a la larga, ha hecho tanto daño como al paternalismo, el esperar ingenuamente las soluciones desde afuera y desde arriba. El desarrollo del país y especialmente del campo lo tendremos que hacer los propios campesinos. Se nos ha querido tratar políticamente como a niños y los gobiernos y los malos dirigentes han pretendido siempre darnos como "dádivas" o "caridad" lo que en realidad se nos debía dar en justicia.

Es una vergüenza para nuestra límpida historia incaica el que nuestros alineados dirigentes campesinos hayan ido proclamado "LIDERES CAMPESINOS" a todos los Presidentes de la República que últimamente han gobernado al país. El mayor bien que los gobiernos y los partidos políticos pueden hacer a los campesinos es de dejarnos elegir libre y democráticamente nuestros propios dirigentes y el que podamos elaborar nuestra propia política socio-económica partiendo de nuestras raíces culturales.

La experiencia pasada, y aún actual, nos dice que cuando el campesino altiplánico es libre para elegir a sus hilacatas, hilancos y demás autoridades comunarias lo hace dentro del espíritu más democrático y la máxima corrección y respeto para con la opinión de los demás. Las actuales luchas campesinas han sido siempre reflejo de las ambiciones de gente extraña.

LA EDUCACION EN EL CAMPO

Dos problemas sumamente graves vemos en la Educación Rural: el primero es en cuanto al contenido de los programas y el segundo en cuanto a la grave deficiencia de medios.

Para nadie es un secreto que el sistema escolar rural no ha partido de nuestros valores culturales. Los programas han sido elaborados en los ministerios y responden a ideas y métodos importados del exterior. La Educación Rural ha sido una nueva forma (la más sutil) de dominación y aniquilamiento. Las Normales Rurales no son más que un sistema de lavado cerebral para los futuros maestros del campo. La enseñanza que se da es desarraigada tanto en lo que se enseña como en los que enseñan. Es ajena a nuestra realidad no sólo en la lengua, sino también en la historia, en los héroes, en los ideales y en los valores que transmite.

En el aspecto de organización práctica la escuela rural es una especie de CATASTROFE NACIONAL. El presupuesto de Educación es deficiente y está mal distribuido correspondiendo mucho más a la ciudad que al campo. Aún en la actualidad el 51% de los niños del campo no pueden ir a la escuela sencillamente porque no existe en sus comunidades. El campo no sólo carece de aulas, carece de libros, de pizarrones, de pupitres, de material didáctico y sobre todo de maestros que aman realmente a nuestro pueblo oprimido.

Podríamos seguir señalando todos los aspectos de la vida campesina para ver cómo se desarrolla dentro de la miseria más espantosa y el total abandono de nuestras autoridades. La revolución en el campo no está hecha; hay que hacerla. Pero hay que hacerla enarbolando de nuevo los estandartes y los grandes ideales de Tupaj Katari, de Bartolina Sisa, de Willca Zárate. Hay que hacerla partiendo de nosotros mismos.

En nuestro legendario altiplano no existen obras de infraestructura, no hay caminos, no hay electricidad, no hay hospitales, no hay progreso. El transporte es muy deficiente, los sistemas de comercialización anticuados. La orientación técnica casi nula. Se crean en el campo excesivo número de Escuelas Normales, pero no existen Escuelas Técnicas. Prácticamente todo está por hacer. No pedimos que se nos haga; pedimos solamente que se nos deje hacer.

No quisiéramos terminar este documento, que ha de ser sin duda el origen de un poderoso movimiento autónomo campesino, sin pedir a la prensa, a la radio y a todas las instituciones que desean sinceramente la promoción del campesinado que alienten este nuestro noble deseo de luchar por la auténtica promoción de nuestro pueblo y de toda Bolivia.

Los mineros, los fabriles, los obreros de la construcción del transporte, las clases medias empobrecidas... son hermanos nuestros, víctimas bajo otras formas, de la misma explotación descendientes de la misma raza y solidarios en los mismos ideales de lucha y liberación. Solamente unidos lograremos la grandeza de nuestra patria.

Pedimos igualmente a la Iglesia Católica (la Iglesia de la gran mayoría campesina) igualmente a otras Iglesias Evangélicas que nos colaboren en este gran ideal de liberación de nuestro pueblo aymara y quechua. Queremos vivir íntegramente nuestros valores sin despreciar en lo más mínimo la riqueza cultural de otros pueblos.

La Paz, 30 de julio de 1973

Firmado: Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink'a

Firmado: Centro Campesino Tupaj Katari

Firmado: Asociación de Estudiantes Campesinos de Bolivia

Firmado: Asociación Nacional de Profesores Campesinos"

Documento 4. Primer Manifiesto de Tiwanaku.

Disponível em: <<http://www.intcul.tohoku.ac.jp/syoshida/katarismo/tiwanaku73.htm>>

ATAS DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE EQUATORIANA DE 2007-2008
(Excertos relativos à temática da plurinacionalidade)

Ata 060. Sessão plenária de 7 de junho de 2008

CONOCIMIENTO DEL INFORME DE MAYORÍA PRESENTADO POR LA MESA CONSTITUYENTE N.º 3 DE ESTRUCTURA E INSTITUCIONES DEL ESTADO, PARA EL PRIMER DEBATE DE LOS TEXTOS CONSTITUCIONALES, REFERENTES AL CARÁCTER Y ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DEL ESTADO ECUATORIANO.

EL SEÑOR SECRETARIO. “(...) hay tres elementos de esta propuesta que deben ser objeto de particular atención en el debate: la interculturalidad y la plurinacionalidad y el concepto de estado laico. (...) Los conceptos de interculturalidad y plurinacionalidad se proponen como reconocimiento a las demandas de legitimación e inclusión de las nacionalidades y pueblos originarios y afrodescendientes, como actores que constituyen nuestra diversidad nacional. (...) [p.7] El castellano es el idioma oficial, tomando en cuenta que es la lengua que mayoritariamente habla la población ecuatoriana. (...) [p.8] **Propuesta de Textos Constitucionales sobre Carácter y Elementos Constitutivos del Estado Ecuatoriano.** Parte I. – De los Principios Fundamentales. Título II. – Carácter y Elementos Constitutivos del Estado. Artículo 1. El Ecuador es un Estado social y democrático de derecho, soberano, independiente y laico. (...) 2. Sobre la base de su unidad indisoluble, el Ecuador es un **Estado intercultural y plurinacional. Reconoce a las nacionalidades y pueblos originarios y afrodescendientes como actores constitutivos de la sociedad ecuatoriana.** (...) El castellano es el idioma oficial, el kichwa y los demás idiomas ancestrales son de uso oficial para las nacionalidades y pueblos indígenas, en los términos que fija la ley. (...) [p.9] Artículo 2. Son deberes primordiales del Estado: (...) 2. Fortalecer la unidad nacional en la diversidad. (...)” [p.10].

EL SEÑOR SECRETARIO. Continúo con el **Informe de Minoría**, señor Presidente. “Carácter y Elementos Constitutivos del Estado. Sara Paredes de Villagómez, Fernando Alarcón Estupiñán y Leonardo Viteri Velasco, asambleístas integrantes de la Mesa número 3, (...) [p.10]. III. Análisis y Razonamiento. (...). **... al reconocer que es plurinacional, demanda el reconocimiento de una nacionalidad fragmentada que finalmente, demande el reconocimiento de estados menores dentro del mismo territorio nacional**, y el Ecuador por el contrario, requiere de una sólida y firme unidad. Si el regionalismo ha sido la base de una discordia permanente, mucho más con el reconocimiento de la plurinacionalidad, una frágil democracia como la nuestra, impediría el derecho a la justicia, al reconocimiento de la unidad nacional y al desarrollo igualitario, razones [p.12] que definen dentro de la propuesta, la aceptación de la multiculturalidad, pero la exigencia de que no debe constar en la Carta Suprema **la palabra plurinacionalidad que es expresión divisionista, retardataria, racista y colonial** mientras que es importante el reconocimiento constitucional de diferentes expresiones culturales nativas y de mestizaje. (...) A criterio de quienes presentamos este informe, el carácter del Estado tiene que definirse de la forma siguiente: **Propuesta de texto.** Artículo. – El Ecuador es un Estado social, de derecho, laico, unitario, independiente, democrático, pluricultural, soberano, (...) [p.13]. El Estado respeta y estimula el desarrollo de todas las lenguas usuales en el territorio **el español como su lengua oficial y el Kichwa y demás dialectos ancestrales de los pueblos indígenas en los términos que fija la ley.** (...) Artículo 2 – son deberes primordiales del Estado: 1. **Fortalecer la unidad nacional en la diversidad intercultural.** (...) [p.14]

EL ASAMBLEISTA PAZMINO PATRICIO [MPAIS]. (...)... debemos partir de una concepción dialéctica del Derecho, particularmente del Derecho Constitucional. (...)... no debemos rechazar solo el imperialismo económico y sus formas de dominación, sino también debemos rechazar el imperialismo de las ideas, especialmente de [p.17] aquellas que sumisamente han sido aceptadas porque las dijo un francés en el siglo XVIII, o porque fueron elaboradas por los padres de Filadelfia, en otro mundo, en otras circunstancias, (...). Una destacada periodista ecuatoriana, Catalina León, en un artículo “**Sin miedo al cambio**”, dice al respecto de la Asamblea: ‘Hoy también quienes piensan y actúan desde una

perspectiva estrecha, dogmática, sobre la relación entre la ley y el derecho con la realidad, viven estas personas en un mundo descolorido, (...). ... no conciben que el derecho y la realidad mantengan entre sí una relación dialéctica de causación recíproca. Se han privado del don de la inventiva, su pesadilla es trascender lo habitual (...). ... aunque ciertas formulaciones constitucionales resulten prematuras, su virtud será ofrecer ideas frescas de abrir las ventanas al mundo en renovación. En suma, no tenga miedo, arriésguese, inténtelo (...) la historia lo absolverá'. Debemos entender esto como una exhortación a romper los paradigmas [p.18]. (...)... sostenemos que las llamadas nacionalidades, en nuestro país no son sino los grupos humanos que se han autodefinido como nacionalidades y pueblos, por compartir una entidad étnica, un idioma, con manifestaciones culturales diferenciables a otros grupos étnicos y que a partir del derecho consuetudinario, propio de estas, ejercen acción administrativa sobre las relaciones de sus integrantes, dentro de un espacio territorial definido, pero sometidos a la supremacía constitucional. (...)” [p.19]

EL ASAMBLEISTA BURBANO FERNANDO [ID]. ... estamos construyendo una Constitución que refleje también un proyecto de cambio, (...) que signifique inclusión, equidad, justicia (...). (...)... es deber de esta Asamblea avanzar en su proyecto de inclusión, de manera progresiva y innovadora y consolidar el concepto de Estado unitario, pero **también reconociendo su dimensión plurinacional, sin temer a la separación o la secesión. Los pueblos y nacionalidades indígenas han demostrado en múltiples ocasiones, su compromiso con la unidad nacional** (...) con profundas convicciones patrióticas (...) de su profundo amor por nuestro territorio. Todas las voces disonantes de la secesión o de las autonomías separatistas han surgido desde otras esferas, desde las esferas del poder económico, (...). ... **los rumores de que la declaración del Estado plurinacional va a dividir el país, quedan de lado.** Debemos abandonar las visiones coloniales que invisibilizan a las diferentes nacionalidades, que invisibiliza a los ecuatorianos y ecuatorianas que tienen su propia lengua, sus propias costumbres, sus formas de organizarse y de ejercer autoridad. **Debemos abandonar [p.22] las visiones coloniales que desde su etnocentrismo solo pretenden subyugar y desconocer una realidad. Debemos, entonces, hacer una reparación histórica y reconocernos como un Estado plurinacional,** (...). Construir la unidad en la diversidad es el desafío de esta Constitución, con un Estado que **fortalece sus pueblos y nacionalidades, que promueve la interculturalidad como una acción transversal** en todas sus acciones. Lo hacemos cuando todos respetemos los derechos consagrados en esta Constitución y nos sometamos al ordenamiento de la misma. Lo hacemos cuando digamos que sobre la base de su unidad indisoluble, el Ecuador es un **Estado intercultural y plurinacional.** Gracias, Señor Presidente [p.23].

EL ASAMBLEISTA ESTEVES RAFAEL [PSP]. (...) En cuanto al artículo dos, **a mí me satisface el hecho de que se haya incluido el término “plurinacional”.** (...) **Yo no puedo aceptar ni pensar de que por el hecho de ponerle que el Ecuador es plurinacional, vayan a haber intentonas de separatismo** (...). ... esos argumentos que se han venido debatiendo, en el sentido de que se va a debilitar el Estado ecuatoriano y que puede haber en algún momento separatismo, yo personalmente no lo acepto, (...) [p.24]. ... ya lo he venido diciendo en varias intervenciones. **Yo creo que los idiomas nacionales oficiales del Ecuador, es el castellano y el kichwa.** No podemos nosotros, en esta Asamblea Constituyente que estamos creando una Constitución de avanzada, revolucionaria, olvidándonos de **más de dos millones ochocientos mil personas que hablan kichwa.** (...) ...y a los que hablan el kichwa les obligamos a que aprendan el español. (...) **¿Qué hacemos con dos millones ochocientos mil?** Mire lo que ha pasado con la compañera Morocho, (...). El compañero Pedro de la Cruz, por ejemplo, dijo un momento, yo me pudiera expresar mejor todo en kichwa, pero lamentablemente ustedes [p.25] no me van a atender. Y yo he dicho que me siento avergonzado. (...) [p.26].

EL ASAMBLEÍSTA DARQUEA GUSTAVO [MPAIS]. (...) **abrir un debate sobre la plurinacionalidad** y la interculturalidad, indudablemente implica abrir un debate sobre nuestros ancestros, sobre nuestras culturas, sobre nuestra lengua, sobre nuestros territorios (...). **Creo que es fundamental incorporar en este debate, estas aspiraciones profundas, estas aspiraciones, estos sueños de nuestros compañeros y compañeras indígenas** y de pueblos ancestrales, que quieren de alguna manera éste sea un Estado de [p.29] justicia para todos. En este sentido, invito a desarrollar estos temas, (...). ... tendrá una profunda transcendencia para el futuro de nuestra patria y para el futuro también de la democracia que estamos construyendo. Muchas gracias, señor Presidente [p.30].

EL ASAMBLEISTA LUCIO-PAREDES PABLO. [MCIFY] (...)... **el rol fundamental del Estado es preservar ciertos derechos y libertades básicas, la libertad individual, el derecho a la propiedad**, creo que para eso nació el Estado, y eso hay que ponerlo ahí con claridad, y no está dicho con claridad. Hablando de expresiones, hay dos expresiones básicas aquí, y lo ha señalado Gustavo, que son importantes, uno el de la plurinacionalidad. Personalmente, sigo en el vacío, **no veo en ninguna parte quién nos esté explicando el contenido de la plurinacionalidad**, de que estamos hablando, en términos territoriales, de manejo de recursos naturales, de propiedad, de territorio, político, administrativo, no nos están diciendo nada sobre lo que es la plurinacionalidad. Puede estar o no estar ahí, depende **¿qué estamos entendiendo por eso?** (...) El otro tema que está aquí recogido, que ha sido comentario de varias de las personas, es el **famoso término del buen vivir**. (...) [p.31]. Walter Spurrier, una persona sensata, una persona equilibrada, (...) dice justamente al final de este artículo, sobre el buen vivir. “La lógica de la Asamblea, es que para salvar a la especie humana debe **revertirse la revolución industrial, contraerse la población** y que el Ecuador dará ejemplo de ello”. (...) Vuelvo a plantear, ojalá en los próximos días tengamos un texto, un texto constitucional sobre lo que es el buen vivir, insisto, que sea conceptual, jurídico y constitucional, y no únicamente lírico, (...) [p.34].

EL ASAMBLEÍSTA PILAMUNGA CARLOS [MUPP-NP]. Gracias, señor Presidente. Muy buenos días a todos los compañeros y compañeras asambleístas. **Para nosotros este día es algo histórico al ver considerado una propuesta que ha venido desde el movimiento indígena** (...). ... estamos aquí no solamente para reformar la Constitución, (...) sino para transformar la estructura política y económica principalmente, para tener un nuevo Ecuador. (...) Para hacer memoria, solamente en noventa y ocho, nosotros pudimos acceder y hacer escribir los derechos colectivos; eso, previo a un levantamiento indígena en el noventa. (...)... el estado ecuatoriano todavía sigue siendo uninacional y monocultural. Uninacional, porque solamente está visibilizado la cultura mestiza como [p.35] nacional, y quienes manejan el discurso del poder. Y monocultural, porque las estructuras e instituciones sociales y políticas así lo han venido manejando. (...). ... **la plurinacionalidad no solamente es un concepto, es una decisión política**, de tomar decisiones para que nuestro país como diverso que es, seamos reconocidos con derechos (...). ... la plurinacionalidad es un modelo de organización política, para la descolonización, la democratización y consolidación de la unidad en la diversidad (...). **¿Qué es para nosotros el término nacionalidades? Se define como nacionalidad a vastos grupos humanos cuya existencia es milenaria y por lo mismo muy anterior a la conquista española y a la conformación del Estado ecuatoriano. Sus miembros comparten un conjunto de características culturales propias y particulares, que les diferencian del resto de la sociedad, tienen un mismo origen, una historia común, idiomas propios que están vigentes hasta la actualidad, se dirigen por leyes, costumbres y creencias particulares que forman su propia forma de organización social, económica y política**, cuando hablamos de la Pachamama, cuando hablamos del sumak kawsai y cuando hablamos de la soberanía alimentaria. Igualmente, compañeros, esta propuesta de Estado plurinacional no es un desafío al Estado como comunidad política [p.36], tampoco es un desafío a la democracia como régimen político. (...)... nosotros decimos que es un proceso en construcción, (...) no es una receta que nosotros podemos imponer aquí (...). Mientras **la plurinacionalidad permite romper el marco uninacional, recalcando lo plural, lo nacional, no como una división sino como una estructura más adecuada para unificar e integrar, la interculturalidad apunta las relaciones y articulaciones por construir juntos una patria mejor** (...). ... no hay que tener miedo cuando se habla de dividirse, de formar otros Estados dentro de un Estado; **cuando se habla incluso de separatismo, cuando se habla de balcanización, nosotros decimos que esto no es así**. La plurinacionalidad es el **reconocimiento al autogobierno en las circunscripciones territoriales, respecto a la unidad de Estado y su división política** [p.37]. (...) Reconocer la plurinacionalidad, han dicho también que es crear enclaves no democráticos y nuevos caudillismos. Y eso está demostrado hasta la saciedad, al contrario, siempre **la administración comunitaria ha demostrado un afán igualitario, su respeto a los derechos individuales y colectivos, así como la práctica de la rendición de cuentas y la revocatoria del mandato**. (...) Para concluir, no me queda más que agradecer a la Mesa número Tres y a quienes tuvieron la valentía de aprobar y poner hoy en este Pleno, para que vayamos debatiendo y tomando decisiones alternativas, pero también viendo esta necesidad de construir un Estado plurinacional y una sociedad intercultural. Gracias, compañero Presidente [p.38].

LA ASAMBLEISTA ROMO MARIA PAULA [MPAIS]. (...). Otro de los temas importantes y que aquí se ha debatido mucho, es la **definición del Estado como intercultural y plurinacional**. (...) los pueblos originarios indígenas, los pueblos afroecuatorianos son los que sostienen y dan lugar también a la creación del Estado. **Creemos que reconocer la existencia de las distintas culturas no es suficiente, por eso es que se añade también la fórmula de intercultural**, porque más allá de reconocer que existen distintos, debemos plantearnos cómo es la relación entre esos distintos. Y esa no solamente es una relación de respeto y de tolerancia, sino que **la fórmula de intercultural y plurinacional exige que desterremos el racismo y que planteemos un diálogo transparente entre las culturas**. No debemos caer en un error que el Estado ecuatoriano sea intercultural y plurinacional, **no significa que la identidad mestiza sea una identidad residual**, la que no tenga otra nacionalidad (...) [p.40]. Creemos que hay que construir una sociedad también en donde lo mestizo, sin ser residual, se comprenda como el resultado de esa diversidad de todos en Ecuador, no solamente de los pueblos ancestrales. (...) [p.41].

EL ASAMBLEÍSTA RAZA CÉSAR. (...)... quisiera exhortar a la Mesa a que hagamos efectivo ese rompimiento de los paradigmas, y **debemos empezar precisamente por establecer esa ruptura de los paradigmas** (...) [p.42].

EL ASAMBLEÍSTA DE LA CRUZ PEDRO [MPAIS]. (...) Como ya se ha dicho aquí, esto, el carácter del Estado es un debate importante para el país. Y creo que **llegamos a este debate, luego de las luchas que hemos tenido los ecuatorianos, especialmente el movimiento indígena y campesino ecuatoriano**. Reconocer la diversidad, en el año noventa y ocho, fue uno de los avances importantes, (...). Esto **no ha sido gratuito, esto ha sido con la lucha en las calles**, incluso se ha tenido varios mártires, compañeros que regaron la sangre en esas luchas. (...) La interculturalidad es un objetivo nacional. (...) **Debemos ir más allá de la aceptación de la realidad multiétnica, pluricultural del país**, para construirlo sobre bases nuevas, una de ellas es la interculturalidad. **No es suficiente constatar la heterogeneidad del Ecuador**, hay que realizar los cambios que permita una relación de equidad entre grupos que los componemos. **La interculturalidad no es característica natural de todas las sociedades complejas, se construye con un esfuerzo expreso, permanente, va más allá de la coexistencia o el [p.45] diálogo de culturas...** (...) Un primer paso para avanzar en la interculturalidad es reconocer esas contradicciones y diferencias, (...). En una sociedad intercultural se da un proceso dinámico, sostenido y permanente de relación, comunicación y aprendizaje mutuo... (...). **La interculturalidad no es tolerarse mutuamente, sino construir puentes de relación e instituciones que garanticen la diversidad**. Pero también la interrelación creativa es entender que la relación enriquece a todo el conglomerado social, creando un espacio no solo de contacto, sino de generación de una nueva realidad común (...). En el Ecuador (...) para consolidarse como intercultural, deben renovarse sus instituciones, su tejido social interno, y reconocernos en diferentes espacios. [p.46] (...) La interculturalidad (...) **rechaza las visiones corporativas de la sociedad y la política**. (...) **Las organizaciones de los pueblos indígenas deben desenvolverse en un espacio de la sociedad, y no insertarse en el Estado**, con eso se desnaturaliza, pierden independencia y son manipuladas por el poder de turno. (...) Con las consideraciones planteadas se propone que toda Constitución se asiente en el principio de interculturalidad, que garantiza que el Ecuador sea, de veras, una unidad en la diversidad. (...) La interculturalidad es una propuesta incluyente que **supera las propuestas corporativas y excluyentes, que solo han logrado dividir al país**. La interculturalidad es una propuesta que surgió desde nosotros, los indígenas, los afros, los campesinos, pero abarca a todos los ecuatorianos (...). (...)... planteamos que se reconozca como idioma oficial el idioma kichwa. (...) Aquí, nosotros hemos insistido, **hemos querido hablar en kichwa, que haya una traducción [p.47] simultánea, para que todos entendamos**, pero creo que el Ecuador del futuro tiene que ser el respeto a esa diversidad que tenemos, (...) [p.48].

EL ASAMBLEISTA ROHÓN CÉSAR. [PSC] (...) Estoy de acuerdo con la interculturalidad, que reconoce esa diversidad que tenemos los pueblos aquí en Ecuador. También **comparto la necesidad de que el tema de la plurinacionalidad se debata ampliamente. ¿Qué queremos con la plurinacionalidad? ¿Qué abarca la plurinacionalidad?** Sin temor, para que no haya dudas, para que no hayan recelos, para que todos sepamos en el terreno que caminamos respecto a estos importantes temas. (...) [p.49] ¿Qué es el buen vivir? ¿Qué es el Sumak kawsay? ¿hasta dónde queremos llegar? Se

habla de muchas cosas, y hay definiciones y autores que hablan que el *sumak kawsay* es regresar al estado natural, a la época del Tahuantinsuyo, que no es reconocer el desarrollo, que no es reconocer la globalización, que no es reconocer el avance tecnológico, que no es reconocerla investigación. Y esto es importante que se defina claramente (...)” [p.50].

EL ASAMBLEÍSTA GREFA CÉSAR [MUPP-NP]. (Intervención en kichwa). Por eso, (...), **este día es un proceso histórico para las nacionalidades y pueblos del Ecuador**. Expresar un saludo a todos los compañeros que están escuchando, a los shwar, a los huaorani, a los sionoas, a los secoyas, a los cofanes, a los andoas, a los sáparas, a los awá, a los éperas, chachis, a los panzaleos, a los puruhá, a los natabuela, a los cañaris, a todos los pueblos que existimos en este país. A los pueblos montubios, a los compañeros cholos, afro-ecuatorianos, que habitamos en este país. Porque este país es diverso, y a los compañeros hermanos mestizos. Es importante hoy, en **este día histórico** para los ecuatorianos, para los hermanos latinoamericanos, que es uno de los países que por primer a vez está considerando como carácter de Estado, Este término nuevo [*sumak kawsay*], incluyente. (...) [p.52]... **es importante debatir temas fundamentales como la consulta previa versus el consentimiento previo, libre y informado**. (...) Se debe valorar los recursos naturales y no privatizar. Compañeros, estos recursos, ya hemos dicho que son de todos los ecuatorianos y ecuatorianas, cuando han preguntado cuál es el alcance del Estado plurinacional. De pronto, los pueblos y nacionalidades indígenas no van a dejar permitir la explotación de los recursos no renovables, como es el petróleo o las minas. No es así, compañeros, no estamos diciendo que no permitiremos la explotación de los recursos naturales. Lo que estamos diciendo es que deben existir garantías y derechos para poder aprovechar racionalmente estos recursos. (...) [p.53].

EL ASAMBLEÍSTA BORJA DIEGO [ID/MPC]. (...) No puedo tampoco dejarme de sumar a **la enorme felicidad que me provoca, señor Presidente, que hayamos incluido en nuestra Carta Fundamental la definición de un Estado intercultural y plurinacional. Creo realmente que es un hecho histórico**, (...). Quiero, en ese sentido, compartir los retos que ya los señalaba el compañero Pedro de la Cruz. Definirnos como **interculturales y plurinacionales, significa que Ecuador del futuro tendrá que modificar sus instituciones, modificar la manera de hacer sus políticas, modificar la manera de relacionarnos en el Estado y en la sociedad** con respecto al pasado. Significará no solamente decir que somos interculturales y plurinacionales, sino efectivamente vivir como tales, y eso implica no solamente el reconocimiento obvio, a la diferencia del otro, al respeto por el otro, que es un reconocimiento básico para vivir en sociedad, sino además, vivir la posibilidad del enriquecimiento diario con la cultura del otro, con la vivencia del otro (...). Intercultural, unidad y plurinacional es un gigantesco reto y es un gigantesco reconocimiento, y en ese sentido, creo que **es un día histórico** para el Ecuador, para sus pueblos, para sus nacionalidades, para todos los habitantes. (...) [p.55] Creo que para empezar a vivir esa interculturalidad y esa plurinacionalidad, no puede haber lenguas de primera y lenguas de segunda. Las lenguas oficiales en el Ecuador deberían ser todas. Hace un momento, el compañero César hablaba en una lengua que de hecho es la lengua del pueblo al cual él representa y del cual él vive. ¿Por qué esa lengua va a tener una calificación de oficialidad distinta al castellano? No veo razón. (...) Muchos compañeros kichwas cuando van al Banco de Fomento, ni siquiera pueden ser comprendidos, porque lejos ha estado de la institucionalidad en el Ecuador, el volver efectiva esa vivencia multilingüística. (...) [p.56]

EL ASAMBLEÍSTA RIVERA ROMEL. [PSP] (...)... lo que no se ha discutido son los alcances de la plurinacionalidad. En eso se han estancado, en eso nos hemos detenido y no se ha aclarado claramente (...). Voy a referirme al modelo de Estado. (...) **En cuanto a la plurinacionalidad, parto de algo que manifestó Stalin**. Nación es una comunidad estable, históricamente formada y surgida sobre la base de la comunidad de territorio, de vida económica y de psicología, manifestada ésta en la comunidad de cultura. En esta referencia, la nacionalidad es previa a la conformación de la nación, cuando completa las condiciones basadas en su unidad, en lazos económicos, productivos [p.59] y una conciencia de auto-identificación. (...) Y al **querer instaurar la plurinacionalidad en la presente Constitución, pone en juego los principios de igualdad, privilegiando unas identidades culturales, en desmedro de un criterio general de ciudadanía**, que constituye un sistema de derechos basados en la igualdad. Es necesario reconocer la plurinacionalidad, que permite la convivencia y la complementariedad, protegiendo los derechos ciudadanos por igual. Es decir, administrando el pluralismo interno del país.

Al Estado se lo debe concebir como una comunidad política que reconoce las diferencias, pero las integra un sistema de derechos que provee igualdad a las personas y se asienta en el pluralismo cultural. Este principio no solamente debe definir el carácter unitario del Estado, también debe regir la caracterización de la sociedad como una unidad política nacional democrática, representativa. Además, **el querer reconocer a la plurinacionalidad va en contra** del numeral dos del artículo dos, que se está planteando, que expresa claramente: **“Fortalecer la unidad nacional en la diversidad”**. El Ecuador es una sola nación con unidad histórica en el pasado, cohesión en el presente y comunidad de aspiraciones para el futuro. (...) [p.60]

EL ASAMBLEÍSTA GUAMANGATE LUIS [MUNPP-NP]. (...)... quiero empezar haciendo eco a las observaciones que tres compañeros assembleístas han hecho. En su parte pertinente dice lo siguiente: “el regionalismo ha sido la base de una discordia permanente, mucho más con el reconocimiento de la plurinacionalidad, una frágil democracia como la nuestra impedirá el derecho a la justicia”. Lamentable que piensen de esa manera y más aún todavía siendo algunos, miembros de esta Mesa y sobre todo de esta comisión que firman, profesionales del derecho, (...) [p.61]. ... quiero simplemente referirme al **tema de la administración de justicia en el Ecuador, una administración que e ha sido vista para algunos como un derecho consuetudinario**; para otros, como un derecho indígena; (...). Es lamentable que para mucha gente de este país, la administración de justicia sea vista como algo así, muy, pero muy peligroso, en donde simplemente lo único que proponemos o que hacemos es quemar como al estilo de la inquisición durante la edad media (...). **En el Ecuador, la administración de justicia lo único que ha hecho es demostrar su forma milenaria, colectiva, progresista, una justicia ágil, una justicia justa** (...). Pero ahora, gracias a esta posibilidad, a un antecedente histórico que han venido desarrollando los pueblos y nacionalidades, ya nuestros compañeros profesionales, abogados, doctores en jurisprudencia, y compañeros mestizos, que quieren convivir, (...) han demostrado ya en textos constitucionales, en textos escritos, sobre la [p.62] práctica de la administración de justicia. Pregunto, (...) **¿Quién es el culpable de la justicia en el Ecuador? ¿Será acaso la administración de justicia indígena la culpable de que esas cárceles se hayan convertido en verdaderos centros en donde se profesionaliza a los delincuentes?**, ¿será acaso la justicia indígena? No, señor. Ha sido esa justicia ordinaria la que justamente ha conllevado a convivir en ese proceso, que lo único que ha dado es inseguridad, un proceso injusto de vida y que lo único que han hecho, reitero, es profesionalizar a los delincuentes poniendo en esas cárceles. (...) Eso es importante que entiendan, y **esto es entonces la plurinacionalidad, en ámbito de justicia**. (...) [p.63].

EL ASAMBLEÍSTA HERNÁNDEZ LUIS. [RED]. ... **yo votaré en contra de este articulado [“plurinacional”]**, y esa es la democracia, respeto todos los criterios. Solamente voy a recoger algunas expresiones de conocidos columnistas, y voy a empezar por una persona que yo creo es muy respetada, es el **padre de nuestra Canciller**, y el dice: **“Somos una sola nación**, - El Comercio, veintiuno de abril del dos mil ocho – **nos une la historia, las tradiciones y costumbres ¿Somos un Estado [p.68] multinacional?**, - pregunta, dice – **Somos un solo Estado nacional, una sola nación pluriétnica**, aunque **voces interesadas, equivocadas o disolventes** se empeñen en negarlo, y vivimos en un constante proceso de afianzamiento y consolidación de esa unidad. ¡Hay! De aquel país donde en perjuicio de la unidad e identidad nacional prosperen **fuerzas de disolución**, pugnen regionalismos, **intereses unilaterales de grupos económicos, políticos o étnicos**, oligarquías de diverso cuño”. (...). Tenemos otro, **el doctor Rodrigo Borja, dice en su enciclopedia**, dice: **“El separatismo o secesión** es la separación de una parte del Estado para formar un Estado nuevo, normalmente surge de motivos étnicos, culturales, religiosos, económicos o políticos”. Según sostiene Rodrigo Borja en su enciclopedia: “Los llamados Estados multinacionales corren este riesgo porque las **contradicciones internas afloran** a veces con terrible fuerza disgregante”. Yo quisiera ir al articulado, ya he expresado mis puntos de vista sobre la plurinacionalidad. (...) Aquí, en el segundo artículo dice (...). Yo pregunto: **¿y los mestizos?** El Estado que tenemos ahora, con mis compañeros que viven en la región interandina, son los Incas, ellos son descendientes de **los Incas, nuestros ancestros** de la [p.69] Sierra, (...). **Y el mestizaje aquí se produjo el primer día que vinieron los españoles**, (...). ... lastimosamente o se habló de estos temas (...). **¿Qué se va a pedir después cuando ya se apruebe la plurinacionalidad?**, **¿Qué se va a pedir más?** Es por eso que la ONU se cuida muy bien. Cuando habla de los derechos, no habla de las nacionalidades indígenas, porque eso hubiera sido **rechazado por todos los países que**

tienen grupos étnicos, como el Brasil, que tiene ciento veinte grupos étnicos, no hubiera sido aceptado. Entonces lograron un término de consenso, “pueblo indígena”. Yo sí creo, compañeros, que **tenemos que acelerar la integración de los grupos minoritarios**, que han sido relegados por nuestra historia, **tenemos que acelerar, y creo que esta no es la vía.** Que tal si hubiéramos discutido los derechos de los pueblos indígenas, como se ha discutido y se aprobado en el Brasil, en Colombia, en Venezuela (...) [p.70]. **Yo creo que el tema de la plurinacionalidad no va a conseguir los objetivos que se quiere.** (...) Yo había dicho antes de ser interrumpido, que cuando se declaró las minorías afroamericanas **en Estados Unidos, no satisfechas con el régimen político existente, y exigieron y les costó mucho a que sean incorporadas a la sociedad, lograron avances significativos**, ahora tenemos muy cerca la posibilidad de que un Presidente negro sea el Presidente de los Estados Unidos. Esos son los procesos que podemos tomar como ejemplo. (...) Hemos visto cómo la plurinacionalidad no funcionó, y vamos a ver que ahora posiblemente la plurinacionalidad no funcione (...) [p.72].

EL ASAMBLEÍSTA HIDROVO TATIANA [MPAIS]. (...) La necesidad de tener una identidad homogénea para que soportara el proyecto político del Estado, nos llevó a difundir insistentemente la idea de que todos los ecuatorianos éramos esencialmente mestizos y deveníamos de un pasado común (...). En la década de los años noventa, Rafael Quinteros y Erika Silva, dos connotados intelectuales nuestros, publicaron un libro con el título “Ecuador, una nación en ciernes”, advirtiendo que el proyecto de nación ecuatoriana todavía estaba en proceso, y otros autores comenzaron a poner en duda la posibilidad de que ese intento de homogenización cultural hubiera tenido éxito. Es más, se comenzó a reflexionar acerca de que justamente, justamente el desconocer la diversidad sería la causa de los problemas políticos del Estado ecuatoriano. En la década de los años noventa, **el mito de la nación mestiza** fue poco a poco desmentido por la realidad. Un hecho trascendente fue el llamado “levantamiento indígena”, el país vio de frente su propio rostro diverso (...). ... y que **no era cierto que éramos todos mestizos ni veníamos de un pasado común y memorial.** (...) Esta es la primera vez que en una Asamblea Constituyente se debate con fuerza el tema. La pregunta es: **¿Es Ecuador una nación?** Hoy después de casi dos siglos, está claro que tenemos un Estado unitario, una dimensión territorial, una institucionalización, **una Constitución y legislación común, pero mantenemos una identidad** [p.74] **ecuatoriana intermitente y en proceso.** (...) Lo que esta Asamblea debe decidir es, ¿si el proyecto blanco-mestizo dominador que se estableció en mil ochocientos treinta, se impondrá hoy nuevamente, desconociendo una realidad diversa? (...) o ¿si reconocemos finalmente, que somos la suma de varias nacionalidades históricas que políticamente están unidas en un Estado unitario a través de un pacto firme? (...) **¿Qué implicaciones políticas tiene este reconocimiento?** Creo que existen tres aristas conectadas con la condición del Estado plurinacional: la posibilidad de **que territorialidades indígenas tengan autogobiernos** dentro del Estado unitario; la posibilidad de que las nacionalidades y etnias **tengan representación propia**, (...); y finalmente, la posibilidad de que el Estado y sus políticas sean realmente interculturales y pluriculturales. (...) Convengo en que no existen todas las condiciones políticas, la madurez para materializar todas las cualidades de la plurinacionalidad. Pero lo que no podemos hacer en esta Asamblea evolucionaria es reafirmar un modelo blanco-mestizo vinculado con una estructura de dominación cultural (...) [p.75]. ... **lo que sí debemos es ser sumamente creativos para dejar constitucionalizado un modelo operativo para la plurinacionalidad, (...) para enfrentar un período de cataclismos civilizatorios**, porque este es un momento de ruptura a escala global. (...) para que esta Constitución sea de ruptura, debemos incluir los derechos de la naturaleza, la plurinacionalidad y el carácter descentralizado del Estado, que se debe materializar a través de un régimen de autonomías. (...) [p.76].

LA ASAMBLEÍSTA HERMIDA TANIA [MPAIS]. (...) El debate de hoy es uno de los más importantes de esta Asamblea, ciertamente, y para mí lo es por [p.79] dos razones fundamentales: Primero, porque estamos reconociendo que el Ecuador es un Estado intercultural y plurinacional. (...) [p.80]. A los colegas que aún se preocupan por el reconocimiento de la plurinacionalidad, quiero recordarles una cosa muy importante. (...) [p.81]. El reconocer al Estado como plurinacional, es asumir que esos pueblos tienen derecho no solo a autodefinirse como nacionalidades, sino a ser reconocidos, por tanto definidos como tales, por todas y todos. (...) A los colegas Pablo Lucio y César Rohón, que siguen diciéndonos que la plurinacionalidad y el buen vivir no está claros y les generan mucha preocupación, me permito decirles que son conceptos nuevos en la definición de lo que queremos ser

como país, y en esa medida no se agotan con una definición exhaustiva que podamos publicar en un diccionario, porque se construyen colectivamente. No podemos decir, si democracia es lo que dice tal autor (...) [p.82].

(Disponível em: < http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&Itemid=86&limitstart=60 >)

Ata 060-A. Sessão plenária de 9 de junho de 2008

CONTINUACIÓN DEL CONOCIMIENTO DEL INFORME DE MAYORÍA PRESENTADO POR LA MESA CONSTITUYENTE N.º 3 DE ESTRUCTURA E INSTITUCIONES DEL ESTADO, PARA EL PRIMER DEBATE DE LOS TEXTOS CONSTITUCIONALES, REFERENTES AL CARÁCTER Y ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DEL ESTADO ECUATORIANO.

EL ASAMBLEÍSTA PEDRO MORALES [ID/MPD/PS-FA/MUPP-NP]. (...) Vamos a hablar de la plurinacionalidad. Se dice y hay el temor y se acusa o, simplemente se dice a mí no me gusta la plurinacionalidad. **No se trata de que nos guste la plurinacionalidad, no se trata de los temores que presenta hablar de la plurinacionalidad. Se trata de ser consecuentes con la historia, de avanzar con la historia para pueblos que han estado marginados se integren, definitivamente, a participar de la sociedad ecuatoriana. (...) Se dice que queremos establecer varios Estados, cuando esa no ha sido la propuesta del movimiento indígena ni de sus dirigentes ni de sus organizaciones;** sino preguntemos cuando ha habido los conflictos internacionales ¿quiénes han estado al frente en la [p.3] frontera? Han sido, justamente, las comunidades indígenas, resistiendo y sufriendo las consecuencias de esos conflictos y ahí hemos valorado. Pero cuando hoy se trata de darles, realmente, ese derecho como que encontramos toda esta serie de temores y, sobre todo, de acusaciones. (...) [p.4]

EL ASAMBLEÍSTA HERNÁNDEZ VIRGILIO [MPAIS]. (...)... hay actores como Peter Häberle, que habla de que el orden constitucional, es básicamente la construcción de un consenso cultural fundamental. Un consenso cultural fundamental, y en este sentido me gustaría reflexionar, ¿Cuál es el rasgo cultural más distintivo y más nítido que tiene el Ecuador? Sin duda el rasgo cultural más evidente que tiene el Ecuador es, precisamente, el de la diversidad. (...) Este é un país diverso, que tiene una riqueza en cuanto a su composición, porque aquí es cohabitamos pueblos y nacionalidades, (...) [p.6]. ... se trata de que asumamos, en este orden, ese consenso cultural fundamental, este orden constitucional tiene que reflejar esa diversidad del Ecuador. Y aquí hay un elemento que me gustaría introducir en el debate y es el que todo proceso de reforma, de transformación constitucional tiene que estar marcado por la apertura y por la cohesión; (...) Y este es un aspecto de mayor relevancia, puesto que aquí, por ejemplo, se ha señalado que el establecer el carácter de la plurinacionalidad, en el Ecuador puede llevar a romper con la categoría de Estado unitario. (...) De igual forma, el que nos reconozcamos como Ecuador, el que nos reconozcamos en la diversidad que tiene el Ecuador, de ninguna manera significa que estemos atentando contra el Estado unitario (...) [p.7]. ... **recoger lo más rico del pensamiento occidental, pero al mismo tiempo lo más rico de lo que es nuestro pensamiento, el pensamiento que vive y que viene desde los pueblos originarios** que han habitado el Ecuador. Eso es reconocer la historia. (...) [p.8]... ya he señalado en ocasiones anteriores, hay que perderle el miedo a hacer las transformaciones fundamentales. [p.9]

EL ASAMBLEÍSTA PAVÓN ANDRÉS [PRIAN]. (...) Mi propuesta, señor Presidente y compañeros assembleístas. “Sobre la base de su unidad indisoluble, el Ecuador es un Estado plurinacional y intercultural, el cual fomenta la interculturalidad, reconociendo a todos los pueblos originarios y afro descendientes como actores constituidos de la sociedad ecuatoriana”. Por qué debería ir la plurinacionalidad y la pluriculturalidad. Porque **nosotros tenemos que reconocer también aquí, en nuestro país, que la plurinacionalidad es la fortaleza que han ganado las nacionalidades**, no solamente indígenas sino las [p.10] nacionalidades a nivel mundial. (...) **Aquí se había dicho que podía ser muy peligroso el tema de las nacionalidades [p.11] porque se podría dar, que en algún momento, por tener lengua, por tener territorio y por tener su propia ley podrían pedir que se les**

reconozca como un Estado y sería un Estado dentro de otro Estado. (...) Pero tenemos que poner limitaciones a esa plurinacionalidad, porque no es solamente el hecho de dar la facultad a la plurinacionalidad (...), **porque nuestro territorio es soberano y es uno solo, y la nacionalidad es una sola y esa nacionalidad es la ecuatoriana.** Muchas gracias, señor Presidente. [p.12]

LA ASAMBLEÍSTA KRONFLE, MARIA CRISTINA [PSC]. (...) Tenemos que decirnos los conceptos que, realmente, estamos teniendo en esta Asamblea Constituyente. Conceptos, como lo dijo mi compañero Pablo Lucio-Paredes, como el buen vivir, la [p.15] plurinacionalidad necesitan ser profundamente aclarados por quienes los proponen. (...)... **cuando hablamos de plurinacionalidad, nos estamos remitiendo únicamente a un grupo del país que son las nacionalidades. (...) Creo que tenemos que renunciar, yo oía y felicité a Pedro de la Cruz por su posición firme en el tema de la interculturalidad, temo que renunciar a posiciones corporativistas.** (...) [p.62]

LA ASAMBLEÍSTA VELA SOLEDAD [MPAIS]. (...) **Caracterizar a nuestro Estado como plurinacional, es transcendental, pues cambiará nuestra visión de país y la concepción tradicional de Estado-nación con la que hemos obligado a vivir** la historia a nuestras nacionalidades. **Hay quienes todavía sienten temores que evidencian el etnocentrismo y el desconocimiento o el afán de dominación** de muchos grupos; **no porque nunca lo hayamos reconocido dejamos de ser un Estado plurinacional. Lo fuimos desde nuestros orígenes.** (...)... la plurinacionalidad genera problemas para ciertos grupos a los cuales les resulta difícil ceder los espacios de dominación, ganados y [p.19] fundamentados en la inequidad y en la discriminación. Los pueblos y nacionalidades ancestrales que habitan en nuestro país han luchado por años, posicionando sus culturas, sus identidades, sus derechos, porque la historia los condenó a ello, a la lucha tenaz. La globalización pretendió vender la idea de un mundo donde los territorios, las nacionalidades y las diferentes culturas perderían fuerza. El efecto fue el contrario, la resistencia natural ha logrado poner en valor real la identidad, el territorio y la cultura de diferentes nacionalidades y pueblos. (...) En este primer debate del “Carácter y elementos constitutivos del Estado”, estamos revocando la condena histórica que hicimos en nuestro país, en un momento en el que nuestras nacionalidades originarias recuperan el reconocimiento que se les quitó sin siquiera preguntar, (...). La plurinacionalidad será la base para que la unidad de nuestro país sea real. (...) Comparto el pensamiento de Boaventura de Sousa: “Es importante defender otro tipo de unidad en la diversidad que no sea simplemente aceptada sino celebrada. La unidad no tiene por qué ser homogénea y tampoco la diversidad tiene que ser desintegración. Estos son los retos que tiene que enfrentar la nueva Constitución, para que, efectivamente, el actual proceso político implique una importante **ruptura con el colonialismo** que no terminó con las independencias”. Personalmente apoyo y celebraré, como dice Boaventura de Sousa, la declaratoria del Estado ecuatoriano como plurinacional porque lo ha sido desde siempre. Gracias. [p.20]

EL ASAMBLEÍSTA SARANGO JORGE [MUPP-NP]. (...)... es un día tan importante en el cual, por fin, la Asamblea Constituyente há puesto acá, a este Pleno para que debatamos y analicemos cuáles son los alcances del tema de la plurinacionalidad y otros temas más, (...). ... nosotros venimos apoyando el tema de la plurinacionalidad, **como un reconocimiento a todas las culturas, a todas las nacionalidades; porque estas nacionalidades tienen su territorio y en su territorio ejercen sus formas de vida, sus costumbres, sus tradiciones, sus comidas, su idioma, sus formas de gobierno. Esa es la plurinacionalidad, compañeros.** Por qué nos asustamos cuando hablamos de la plurinacionalidad, si la plurinacionalidad es únicamente eso, y eso venimos a decir a esta Asamblea que nos reconozcan, no es ninguna otra cosa más. **Hay muchos ciudadanos, compañeros asambleístas, que nos dicen que el tema de la plurinacionalidad es una propuesta separatista. Mentira, compañeros. Es una propuesta de unidad en la diversidad.** No planteamos, como es el caso de Guayaquil, compañeros. (...) [p.62] Plantean una autonomía pero entre comillas, de eso debemos tener miedo. Nosotros planteamos el tema de la plurinacionalidad como un tema de la unidad. (...) ... planteamos ese reconocimiento para que nuestras culturas estén reconocidas en esta Constitución, para que nunca más nuestros amigos indígenas, nuestros compañeros afroecuatorianos se sientan avergonzados de tener su propio idioma, sus costumbres, sus tradiciones, y se sienten avergonzados porque no están reconocidos en una Constitución y se sobreentiende que una Constitución, como en una organización equis, es una acta constitutiva donde deben estar integrados todos sus integrantes de su comunidad; (...) **deben formar parte de esa acta constitutiva todos los ecuatorianos,** todos esos

hijos del Ecuador y, consecuentemente, en el Ecuador existimos muchas **culturas y nacionalidades**. (...) [p.22] Aquí estamos en el bloque Pachakutik integrados por cinco compañeros, pero hay muchas nacionalidades más que no han podido venir, justamente porque no tenemos igualdad de condiciones, si, porque somos indígenas en muchos casos hemos sido recriminados, discriminados. Eso ha pasado, compañeros. **Mentira de que somos iguales ante todos**. Muchos dicen, si somos ecuatorianos y todos tenemos igualdad de condiciones, eso es mentira. Ya vimos en días pasados con la compañera Margarita Morocho, (...), ese caso pasa aquí, en la Asamblea Constituyente, esos casos pasan todos los días en el Ecuador, en las comunidades, en las provincias, en las instituciones, porque llega un indígena no es bien atendido, y ahí debo discrepar con los compañeros que siempre han dicho: si todos somos iguales, porque somos ecuatorianos, es mentira. (...) La CONAIE presentó su propuesta, su propuesta de Constitución del carácter de Estado, yo solicito de que sea reconocido, se recoja esa propuesta de la CONAIE el bloque Pachakutik hará llegar sus observaciones por escrito respecto al [p.23] tema del carácter de Estado y reconociendo al Estado plurinacional, compañeros. (...) [p.24]

EL ASAMBLEÍSTA VEGA FERNANDO [MPAIS]. (...) Bolívar ha sido uno de los inspiradores de esta revolución ciudadana: sin embargo, hay que decir que la revolución bolivariana quedó a medio hacer, fue una revolución que no fue para todas y para todos los latinoamericanos, los pueblos indígenas quedaron completamente al margen de esa liberación. (...). Y estos deberes que quedaron pendientes, señor presidente, creo que se sintetizan en la necesidad de aprobar y de entender que éste, el Estado ecuatoriano, tiene que ser un Estado plurinacional. **Yo no sé qué miedo ancestral existe en ciertas personas frente a esta palabrita de la plurinacionalidad. Yo a esto le llamo el pánico mestizo, cada vez que oímos plurinacionalidad se nos hace la carne de gallina porque enseguida pensamos no sé, inconsciente quizá, en que los salvajes van a venir a imponernos su forma de vida.** (...) Reconocer la plurinacionalidad de aquellos hermanos indígenas que todavía viven dentro de una cosmovisión, que tienen su propia lengua, sus propios territorios, sus propias formas de ser y existir, es deber del Estado reconocer esa existencia con todas sus implicaciones. ¿Qué miedo hay? Creo que el último intento de hacer otra América Latina estuvo en la lucha de Tupac Amaru, fue el último intento y fue vencido. (...) [p.27] Incluso a mí me gustaría que el kichwa fuera incorporado en esta Constitución como lengua oficial también del Ecuador, (...). Y dentro de ese concepto hemos introducido y recogido también de la cultura indígena el buen vivir, el *sumak kawsay*. (...). ¿Qué misterio hay en querer una forma de vida para todos los ecuatorianos en armonía con la naturaleza, con la comunidad, y con nosotros mismos, que supere esa visión economicista del bien común? (...) Queremos una vida de calidad que esté fundamentada, como ya he dicho en otra ocasión, no en el tener más, no en el consumir más, sino en el ser más, personal y comunitariamente. (...) Nos ponemos a discutir como en entelequias olvidando la verdadera realidad de este país. (...) [p.28]

LA ASAMBLEÍSTA BUENAÑO AMINTA [MPAIS]. (...)... estamos omitiendo a mestizos, montubios y cholos. **¿De dónde viene el Estado ecuatoriano? Del mestizaje. ¿Quiénes fueron los que proclamaron la independencia, quiénes crearon la nueva República, este nuevo Estado? Los mestizos. Y nuestros mestizos no están.** (...) [p.30] Interculturalidad y plurinacionalidad, son el gran abanico en el que pretendemos sustentar la nueva Constitución (...) y, curiosamente, no aparecen los montubios, los cholos y el propio mestizo (...). [p.31]

LA ASAMBLEÍSTA REYES CRISTINA [PSC]. (...) Por el tema de la plurinacionalidad ya se ha dicho mucho en esta Asamblea. Yo he sido enfática en dar mi posición en contra de un Estado plurinacional. **La nacionalidad ecuatoriana es una sola**, es inalienable y es forjada a través de miles de años de historia, y esa única nación ecuatoriana, Shiry y Huancavilca se ha organizado en un solo Estado, por lo que es [p.35] **un tamaño despropósito declarar la plurinacionalidad** en nuestra organización nacional socio-política, se debe mantener la misma redacción de nuestra Constitución anterior, decir que es un Estado pluricultural y multiétnico, y estoy a favor del concepto de la interculturalidad, que ya pues se ha esposado y se ha desarrollado en esta Asamblea por algunos compañeros. Coincido también, como el asambleísta Alcívar, como la asambleísta Kronfle, como la asambleísta Buenaño, en el reconocimiento que se debe hacer a nuestros pueblos montubios, como señala el Presidente Nacional del Pueblo Montubio, Luis Alvarado Bueñano, (...). [p.36] Con respecto al numeral cinco, me parece más apropiado que se utilice; “Que el idioma oficial del Ecuador es el español”, tal como ya lo señalan

pues, en sus informes de minoría (...) [p.37]. ... debemos ser tolerantes frente a la diversidad, respetando todas las manifestaciones culturales o religiosas que existen en el Ecuador. (...). [p.40]

LA ASAMBLEÍSTA ALVARADO ROSANA [MPAIS]. (...) Ahora, sobre las implicaciones del Estado plurinacional. Primero, me parece muy importante citar algunos [p.41] comentarios que Bonaventura de Sousa planteó en una de sus brillantes exposiciones aquí: el constitucionalismo en América Latina, es el que ha planteado tradicionalmente, la existencia de nuevos actores; es un constitucionalismo que crece, que no se resiste al cambio, que es amplio en sus fundamentos y en sus debates. Y citaba como un ejemplo de éste, la caracterización del Estado como plurinacional y decía: “conlleva una refundación del Estado y los actos fundacionales son dolorosos, son dolorosos como el nacimiento, pero también conlleva el entusiasmo de lo nuevo y de lo diferente, la superación de ese progreso egocéntrico, burgués de lo urbano solamente”. En el Ecuador, compañeros assembleístas, la independencia no significó el fin de la conquista, no es fácil resolver ese problema, dice Bonaventura, (...). ...la plurinacionalidad contempla a los grupos oprimidos o a los grupos diversos, eso es complicado por el choque de la memoria. Ahora, el terror a lo plurinacional ha inventado los fantasmas del separatismo, ha inventado los fantasmas del miedo al Estado dentro de otro Estado, como si esa fuera la tesis de lo plurinacional. Estos actos nunca han estado dentro de los planteamientos de los indígenas, jamás han estado dentro de su agenda, jamás los indígenas han reclamado ser independientes, todo lo contrario. Es acertado decir que si ha habido un grupo decidido siempre por la soberanía del Ecuador, ese ha sido el grupo de los indígenas, (...). De modo que la organización indígena ha manejado la posición más soberanista y de defensa del estado ecuatoriano desde el enfoque de lo bueno para el país, y no desde el enfoque de lo bueno para un grupo. (...) [p.42] El reconocimiento de las naciones en el Ecuador, implica iniciar un proceso de inclusión desde la institucionalización del Ecuador, no significa, ni de lejos, reconocer un Estado dentro de otro. Esa idea es la tenebrosa y la de los miedos, precisamente, porque parte de concepciones confusas y de definiciones que no han estado claras a nivel de todo el país. (...) [p.43] Las naciones no significan ni separatismo ni balcanización ni riesgo para el Estado unitario que es y seguirá siendo el Ecuador. Las naciones son comunidad, son afinidad, son coexistencia. [p.44]

EL ASAMBLEÍSTA MENDOZA MANUEL [PSP]. (...) El déficit actual de nuestro Estado monocultural, en sus estructuras, leyes, instituciones políticas, formas de gobierno y maneras de construir y ejercer la autoridad, corresponden a una lógica y racionalidad, a una lengua, a una cosmovisión y filosofía: las de la cultura dominante. A pesar de las reformas y la inclusión en los años recientes de algunas representaciones indígenas y afroecuatorianas, desde finales de mil novecientos ochenta, de instituciones semi-autónomas indígenas y afro, dentro de la superestructura del Estado (...) esta monoculturalidad estructural y del poder, aún se mantiene intacta. El intelectual peruano que nos visitó, Aníbal Quijano, planteó un concepto fundamental para situar esta temática, señaló: “La colonialidad del poder parte del problema, las relaciones y condiciones históricas y actuales de la dominación, exclusión, desigualdad y de conflictividad, se derivan del uso de “raza” como patrón de poder conflictivo y permanente. Desde la colonia hasta hoy se ha mantenido una escala de entidades sociales, con el blanco en la cima y los indios y negros en los peldaños finales, estas últimas como identidades homogéneas y negativas”. (...) [p.46] Hay que aclarar que la interculturalidad, como proyecto político, social y ético y la plurinacionalidad, son perspectivas complementarias y no opuestas. Mientras que la plurinacionalidad reconoce y describe la realidad del país, en la cual distintas nacionalidades indígenas conviven con pueblos afroecuatorianos, blancos y mestizos, la interculturalidad apunta las relaciones y articulaciones por construir. (...) [p.47]

LA ASAMBLEÍSTA LARREA ANA MARÍA [MPAIS]. (...) Aquí se ha dicho que la plurinacionalidad es un término ambiguo, que en el Ecuador no se ha discutido suficientemente este concepto. Es importante decir que en el Ecuador llevamos más de veinte años discutiendo el tema de la plurinacionalidad, (...). Sin embargo, en esos veinte años la derecha ha seguido manteniendo los mismos argumentos contra la plurinacionalidad, sin mostrar ninguna capacidad de cambio, (...). Y lo que ocurre es que para el pensamiento único, la diversidad no tiene cabida, se invisibiliza a nuestros pueblos y esto es herencia del legado colonial (...). Pero, ¿qué es la plurinacionalidad? La plurinacionalidad es **un nuevo tipo de [p.48] organización jurídico política para la descolonización de nuestras sociedades (...)**. Supone cambios profundos, aquí ya se han mencionado algunos, **supone un cambio en la estructura**

del Estado, supone cambios en la democracia y también supone cambios en las concepciones de desarrollo. (...) La plurinacionalidad implica la construcción de un Estado radicalmente democrático, (...) implica la descentralización (...). La plurinacionalidad fortalece la democracia porque reconoce los distintos tipos de democracia que existen en este país, y no solamente la democracia liberal, también la democracia comunitaria, la democracia que practican nuestros pueblos día a día. La plurinacionalidad promueve la justicia económica y pregona la igualdad, porque la lucha por la igualdad es también la lucha por la diferencia; igualdad no es homogenización y diferencia no es desigualdad. **Aquí se ha dicho que la plurinacionalidad nos llevaría a crear un Estado dentro de otro Estado, esto es un absurdo.** Pensemos, por ejemplo, en nuestros gobiernos locales. El hecho de que los gobiernos seccionales tengan autonomía, ¿nos llevaría a pensar que estamos creando un Estado dentro de otro Estado? Por supuesto que [p.49] no. Lo mismo sucede con nuestros pueblos que tienen la capacidad de generar sus propias formas de autoridad y sus propias formas de gobierno: esta es la capacidad de los pueblos de autodeterminarse, y **autodeterminación no significa independencia.** De la misma manera que los gobiernos seccionales se trata de formas propias de gobierno, de acuerdo a prácticas tradicionales y en el marco del Estado unitario. **Fíjense cómo invisibilizamos al otro: cuando los gobiernos seccionales claman por autonomía, le llamamos autonomía, cuando son los pueblos que claman por autonomía, le llamamos separatismo.** (...) La plurinacionalidad conlleva dos dimensiones muy importantes que yo las quisiera señalar aquí. La primera, es un concepto poscolonial y la segunda, el tema de la interculturalidad. El colonialismo en nuestro país no se terminó con la independencia. (...) Fuimos creando, entonces, una República democrática y una democracia sin pueblo, que dio la espalda a nuestros pueblos originarios y ancestrales. Es hora de revertir esta tendencia. **La plurinacionalidad, además, implica a la interculturalidad, no puede haber interculturalidad sin plurinacionalidad.** (...) [p.50]... este día, señor Presidente, la Asamblea Nacional Constituyente está poniendo fin a la más larga noche neocolonial. Gracias, señor Presidente. [p.51]

LA ASAMBLEÍSTA ROLDÓS MARTHA [RED]. (...) Otro de los puntos en debate del día de hoy, justamente, en el segundo inciso de este artículo primero es, obviamente, el de la plurinacionalidad. **Se ha hablado mucho de la plurinacionalidad el día sábado, el día de hoy. Yo quiero decir que es una forma de hacer visible, una forma más de hacer visible lo invisible, de que nos veamos al rostro todos los ecuatorianos y que nadie en este país se avergüence de ser quien es.** (...) **Yo suscribo la plurinacionalidad porque creo que nos lleva a vivir en armonía, creo que soluciona una [p.52] injusticia histórica,** creo que puede ser el camino a que nos encontremos. Pero, en ese encuentro no podemos dejar hermanos detrás, no podemos dejar atrás ni a los cholos ni a los montubios; (...). ... estamos solicitando que incorporen a los montubios y a los cholos. (...). [p.53]... yo también creo que deberíamos ir ya incorporando al kichwa como un idioma oficial del Ecuador, además de los otros idiomas ancestrales que se utilicen. Creo también, y perdóneme el desorden, volviendo al primer inciso, que también tenemos que respetar a las autonomías dentro de lo que la ley especifique, no solamente hablar de descentralización. (...) [p.54].

EL ASAMBLEÍSTA VITERI LEONARDO [PSC]. (...) El tema de la plurinacionalidad, yo he conversado profundamente con mi pana, Gilberto Guamangate, para que me explique que es este tema de la plurinacionalidad. Vean, señores, está bien, en el marco del Estado está bien que se conceptúe la plurinacionalidad, pero la verdadera discusión se dará cuando hablemos de territorio y de recursos y de competencias. Ahí es que va a venir el problema cuando tratemos a esos tres temas. Porque, realmente, yo estoy confundido con el tema de la plurinacionalidad, (...) [p.56]. ¿Cuál es mi nacionalidad? No sé cuál es mi nacionalidad, ¿soy mestizo, soy cholo, soy montubio? Realmente no sé y estoy confundido. (...) Cuidado, señores, cuidado el día de mañana, ojo con lo que les voy a decir, viene la aguerrida nacionalidad Huancavilca, y se libera, cuidado, cuidado con este tema, puede venir la nacionalidad Huancavilca y liberarse, hay que ser muy cuidadoso y fino en este tema. (...)... los Shuar que son un grupo muy especial y muy reducido de los ecuatorianos. (...) [p.57]

EL SEÑOR PRESIDENTE. Con perdón Asambleísta, perdón un momentito. Punto de Orden o punto de información.

LA ASAMBLEÍSTA CHUJI MÓNICA [MPAIS]. Sí, un punto de información, Presidente. Para el doctor Viteri, decirle que no somos grupos, somos pueblos y nacionalidades. [p.57]

EL ASAMBLEÍSTA VITERI LEONARDO [PSC]. (...)... tengamos mucho criterio al hablar de la plurinacionalidad, porque el día de mañana, (...) [p.58], yo como el único y auténtico descendiente de la tribu de los Caras, puerta de la nacionalidad ecuatoriana, yo también pues, me declaro un territorio aparte pues, y eso no puede ser. No dividamos al país, (...). [p.59]

EL ASAMBLEÍSTA GUAMANGATE GILBERTO [MUPP-NP]. (...) No es que quedó confundido, no, no quiere aceptar, y bien lo dijo la compañera Martha Roldós, cuando ellos proponen la autonomía para Guayaquil, para los Ríos ahí está bien, pero cuando los pueblos y nacionalidades exigimos nuestros derechos, ahí no quieren aceptar. No es que están confundidos. [p.59]

LA ASAMBLEÍSTA CHUJI MÓNICA [MPAIS]. (...) Se está confundiendo entre los derechos colectivos y entre la propuesta de un Estado Plurinacional. (...) [p.60] La plurinacionalidad significa que los derechos fundamentales de todas y todos son más importantes que los derechos de los inversionistas. La plurinacionalidad permite que la planificación del Estado asuma un rol democrático y plural. La plurinacionalidad permitirá que las políticas públicas tengan un sentido de equidad e interculturalidad, que nos permita reconocernos unidos en la diversidad. Es absolutamente necesario salir del neoliberalismo y de sus nociones de sentido. La plurinacionalidad es la alternativa real al neoliberalismo y al Estado social de derecho. (...) hay una confusión entre la defensa de los derechos colectivos, que es una garantía que nos dieron en el noventa y ocho, (...). Pero la propuesta de un Estado plurinacional, como acabo de manifestar, es una propuesta, es una alternativa para superar ese Estado vertical, racista, violento, excluyente, colonial (...). Es una nueva propuesta para tener un nuevo pacto social, un pacto que nos permita convivir en unidad, en armonía, en diálogo, que seamos ciudadanos que participemos en el Estado, en la toma de decisiones, y no seguir siendo objetos, como hasta aquí han venido haciendo de nosotros. (...) [p.63] Por eso me permito decir que es falso, absolutamente falso, decir que esta propuesta va a provocar división al Estado, dentro del Estado ecuatoriano (...). Queremos hablar con nuestras voces, queremos ser parte del Estado, (...). [p.64]

EL ASAMBLEÍSTA CANDO DIONÍCIO [PSP]. (...) La preocupación, señor Presidente, **¿Qué nacionalidad tendría hijo de un Shuar con un hijo de mujer kichwa?** ¿Qué nacionalidad tendría hijo de un ecuatoriano con un extranjero? Creo que es importante normar esto antes de avanzar, o no vaya a ser **que se creen nuevas naciones dentro del territorio nacional**. (...) En la Constitución pellacona, como le llaman ustedes, se reconoce que el castellano es el idioma oficial, el kichwa y el shuar y demás idiomas ancestrales. Yo no sé por qué hay un retroceso o un desconocimiento a esta realidad. (...)... considero que se debe oficializar todas las lenguas como lenguas del Estado ecuatoriano. (...) [p.72]

LA ASAMBLEÍSTA OCLES MARÍA ALEXANDRA [MPAIS]. (...) Yo sí quiero hacer énfasis en este tema [plurinacionalidad] precisamente por los miedos que ha causado, por los vacíos conceptuales, porque no hemos logrado o no hay la apertura suficiente para hablar sobre el tema. Pero, además, desde ese desconocimiento sí se deja ver lo enquistado que está el racismo en nuestra sociedad. (...). Primero, decir o preguntar si es que existe la unidad, entendida como un sentido incluyente y compartido de lo nacional, cohesión y consolidación democrática. (...) ¿No ha sido esta construcción de lo nacional, entendido como homogéneo, el factor que ha generado una estructura e instituciones negadas a pensarse desde la diferencia? (...) Algunos puntos que nos pueden ayudar a aclarar los conceptos o varios aspectos sobre la plurinacionalidad. Uno. Significa reconocer el carácter plural de lo nacional, plural en lo geográfico, en las diferencias ancestrales, en la constitución étnica, en lo regional, en lo cultural, etcétera. (...) [p.75] La plurinacionalidad es la posibilidad de desconocer la uniformidad del Estado, reflejada en un modelo uninacional y monocultural. No rompe con la noción de Estado unitario, no la rompe, ni tampoco rompe la unidad nacional, ya que la reconstruye desde distintos criterios de articulación (...). Esta plurinacionalidad, pasada y presente de la nación ecuatoriana, permanece olvidada dentro de un modelo de Estado y sociedad concebida a partir de esta uniformidad. No es un concepto opuesto a la interculturalidad. “Lo plurinacional es algo por reconocer y lo intercultural por construirse”, dice Catherine Walsh. Pero esta interculturalidad es entre sujetos políticos y sociales que se reconocen sin subordinación alguna uno del otro. (...). Es el factor que promueve la consolidación de la democracia, a partir de la inclusión de las poblaciones históricamente marginalizadas. (...)... la plurinacionalidad está para cuestionar al Estado neocolonial y su déficit representativo de la diversidad

de los pueblos y culturas. (...) Sin duda, va más allá de la autodeterminación, que significa la recuperación de la autoconciencia étnica y política, hacia una exigencia en la participación, redefinición y reestructuración de todo el Estado. (...) [p.76] La propuesta de Estado plurinacional con respecto a la democracia implica la modificación del sistema de representación política y también de las características del proceso político decisonal. (...).[p.77]

EL ASAMBLEÍSTA MENDOZA TITO NILTON [PRIAN]. (...)... una Constitución que debiera ser lo más explícita, concreta, clara, precisa, se esté haciendo cada vez más contradictoria y confusa. (...) [p.77] Comenzaré diciendo algo: la nacionalidad ecuatoriana es una sola, señor Presidente, señores asambleístas, la nación es una sola. **Desde que soy abogado, he sido enamorado del Derecho Constitucional, y he leído varios textos de Derecho Constitucional, he leído muchas Constituciones de Estados del mundo, y no he visto este disparate de la plurinacionalidad;** y perdónenme que lo trate así. Pero soy frontal y claro en lo que digo, señor Presidente. [p.78] (...)

LA ASAMBLEÍSTA CHUJI MÓNICA [MPAIS]. Presidente: Yo con todo respeto, le [p.78] pido al Asambleísta que tenga mucho más respeto. Que tenga respeto por una propuesta que se ha construido durante más de veinte años. Yo no creo que todos los ecuatorianos somos disparates. Esta es una propuesta para los ecuatorianos y le pido respeto. [p.79]

EL ASAMBLEÍSTA MENDOZA TITO NILTON [PRIAN]. (...) Señor Presidente, por supuesto que sí, el neoliberalismo es tan disparate como el comunismo y más disparate, creo, que ese famoso socialismo del Siglo XXI, que es lo mismo que el comunismo. (...) Por supuesto que el pueblo indígena de la patria fue atropellado, humillado, vilipendiado por quienes conquistaron este continente. Por supuesto que sí, pero eso no significa que porque ayer o en un pasado negro, se humilló, se mató, se utilizó, se esclavizó a gente, hermanos, hoy día queramos ir al otro extremo y, en vez de ser incluyente... (...). [p.80]

EL ASAMBLEÍSTA ESTACIO BALERIO [MPAIS]. Con todo respeto al asambleísta Tito Nilton Mendoza, no se puede agregarle a nuestro color las cosas negativas. Somos negros y necesitamos respeto para el negro ecuatoriano. [p.81]

EL ASAMBLEÍSTA MENDOZA TITO NILTON [PRIAN]. (...) Todos somos iguales, señor Presidente, señores asambleístas, seamos incluyentes y no excluyentes. Queremos la unión de la patria, queremos una sola República, una sola nacionalidad que es la nacionalidad ecuatoriana. Gracias, señor Presidente. [p.82]

EL ASAMBLEÍSTA MARTÍNEZ MARCOS [MPAIS/PS-FA]. (...)... quiero expresar que hoy es un día de esperanza. Felicitar a la Mesa por su visión, (...) con el orgullo de haber abierto la puerta grande para un tema de justicia histórica, que es el reconocer por fin, a las nacionalidades. Solo por este tema, señor Presidente, solo por este tema de la plurinacionalidad, bien habría servido venir a esta Asamblea Constituyente. El Estado plurinacional profundiza la democracia participativa, ata a la teoría constitucionalista con la vida, pone fin a la ceguera del constitucionalismo, esa costra ideológica constitucional, como la que acabamos de oír, que invisibilizaba a las nacionalidades, a pueblos, a las mujeres, a los excluidos. Esa costra se está terminando. **El Estado plurinacional es otra forma de contrato social con los pueblos diversos de nuestro país,** es otra forma de solidaridad nacional. La declaratoria del Estado plurinacional, es un reconocimiento a las nacionalidades que existen en nuestro país y que tienen su propio modelo cultural, sus propias instituciones sociales, sus propios sistemas legales. (...) [p.84] Sus nacionalidades vigentes, siempre, aunque no reconocidas, nunca han dividido la patria ni lo van a hacer, señor ex Diputado. Pero de hecho, nuestro país si está dividido, y la fractura tiende a agravarse... [p.85]

EL ASAMBLEÍSTA MENDOZA TITO NILTON [PRIAN]. Si el Asambleísta que está en uso de la palabra, se está refiriendo a mí, que me lo diga, no hay problema, y que me dé la oportunidad usted, de refutarlo jurídica, política y frontalmente como yo sé hacerlo. [p.85]

EL ASAMBLEÍSTA MARTÍNEZ MARCOS [MPAIS/PS-FA]. Que nuestro país sí está dividido, y que esa fractura tiende a agravarse, pero no por las nacionalidades. Primero por los separatismos locales que, al estilo de Nebot Saadi, guiados por una visión antinacional por su origen, amparan los intereses

de los grupos económicos y azuzan el regionalismo. Segundo, por las pugnas entre los partidos políticos al servicio de las mafias, eufemísticamente llamadas grupos económicos. Monseñor Leónidas Proaño decía en la década de los setenta, al final de los setenta, en una conferencia que dio en Alemania “que el rescate y el desarrollo de la cultura y nacionalidades de los indios del Ecuador es un hecho salvador de las pérdidas culturales que ha sufrido la humanidad”. Creo, señor Presidente, que el espíritu de Proaño hoy nos acompaña, junto a los espíritus del páramo y de la selva y de los pueblos exterminados que hoy se reivindicán, están sobre nosotros, nos escuchan y sonríen. Felicitar a los compañeros de Pachakutik, por ser herederos de esta lucha y haberla dado sin temores ni dubitaciones. (...). [p.85]

(Disponível em: < http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=88&Itemid=86 >.)

Ata 79. Sessão Plenária de 08 de julho de 2008

EL SEÑOR SECRETARIO. Señor Presidente. “3. Conocimiento del informe de mayoría presentado por la Mesa Tres, de Estructura e Instituciones del Estado, para el Segundo Debate de los textos constitucionales referentes a: Carácter e Instituciones del Estado. Mesa Tres. De Estructura e Instituciones del Estado. Informe de mayoría sobre el carácter y elementos constitutivos del Estado, para segundo debate del Pleno. A raíz del primer debate, la Mesa Tres recibió varias observaciones y propuestas de ciento veintidós asambleístas, sobre iniciativas de reforma a los artículos propuestos,...” [p.170] (...). Mesa Tres. Estructura e instituciones del Estado. Propuesta de textos constitucionales sobre carácter y elementos constitutivos del Estado Ecuatoriano, para segundo debate del Pleno. Parte uno. De los principios fundamentales. Título II. Carácter y Elementos Constitutivos del Estado. Artículo 1. (...) Sobre la base de su unidad indisoluble, el Ecuador es un Estado intercultural y plurinacional. Reconoce a las nacionalidades, pueblos originarios, cholos, afrodescendientes, montubios y otros colectivos como actores constitutivos y permanentes de la sociedad ecuatoriana. (...) El castellano es el idioma oficial; el quichua y los demás idiomas ancestrales son de uso oficial para las nacionalidades y pueblos indígenas, en los términos que fija la ley. (...) [p.173]

EL ASAMBLEÍSTA DARQUEA GUSTAVO [MPAIS]. (...) En el inciso segundo, recogemos las múltiples observaciones que hemos recibido de inclusión de los cholos y de los montubios como actores constitutivos de la sociedad y, por eso, hemos incluido en el inciso correspondiente a la definición del Ecuador como un Estado intercultural y plurinacional y un reconocimiento a las nacionalidades, pueblos originarios y hemos incluido cholos, afrodescendientes, montubios y otros colectivos, como actores constitutivos y permanentes de la sociedad ecuatoriana. (...) [p.176]

LA ASAMBLEÍSTA ROSADO GISSEL [PRIAN]. Me voy a referir al segundo párrafo del artículo número uno. Sobre la base de su unidad indisoluble, el Ecuador es un Estado intercultural y plurinacional. Yo quiero decirles que el Ecuador es uno solo territorio (...), y todos los que habitamos [p.178] dentro de él, nacidos en el Ecuador, somos ecuatorianos y tenemos una sola nacionalidad, que es la nacionalidad ecuatoriana. (...) quiero que quede claro mi posición, para un futuro, cuando creen conflictos, que la posición mía no estaba de acuerdo con esto de la plurinacionalidad, va a tener un conflicto jurídico, porque este término de plurinacionalidad, realmente causa bastante confusión. Es verdad que el Ecuador es un Estado intercultural, pero también es un Estado pluricultural, porque somos interculturales y pluriculturales, así que me gustaría que se agregue también que somos pluriculturales. Más abajo dice, reconoce a las diversas nacionalidades, como autores constitutivos y permanentes de la sociedad, porque si nos ponemos a leer todo el artículo y se reconoce de las nacionalidades, pueblos originarios, cholos, afrodescendientes, montubios y otros colectivos como autores constitutivos y permanentes. Pero está diciendo que va a reconocer como actores constitutivos y permanentes a la sociedad ecuatoriana a las nacionalidades. O sea, de otros países, los italianos, los brasileros, los argentinos, porque hablamos de nacionalidad, y el término de nacionalidad yo lo entiendo así, **yo creo que todos los que han estudiado derecho entienden así el término de nacionalidad como cada uno de los países** [p.179].

EL ASAMBLEÍSTA PILAMUNGA CARLOS [MUPP-NP]. (...) Para muchos que han tenido recelo, otros que han hecho, han causado temor, podemos decir que en otros Estados ya existe la plurinacionalidad, como en Canadá, en Suiza, en Bélgica, en España, y en otros países donde se respeta y se reconoce a los pueblos originarios o ancestrales que no han desaparecido (...) [p.184]. (...) ¿Por qué surge el concepto de plurinacionalidad? Porque el Estado moderno solo admite una nación en su interior, y esto es excluyente, discriminatorio para con los pueblos originarios, diferentes pueblos que van visibilizándose en estos espacios (...). También decimos que ha surgido la plurinacionalidad, porque el concepto liberal de Estado no reconoce, ni valora las diferencias culturales socio-organizativas que sustenta la identidad histórica de los pueblos indígenas (...). (...) los pueblos y nacionalidades indígenas en el mundo, en Latinoamérica y en el Ecuador, hemos venido planteando una nueva estructura de Estado. Y, esto creo que también lo hemos visibilizado hoy en la mañana, cuando hemos hablado sobre las circunscripciones territoriales, que puede ser un nivel de gobierno en los territorios que así lo vayan organizando. ¿Cuál es la definición del Estado plurinacional para muchos que todavía tienen ese recelo?, es un modelo de organización política para la descolonización de nuestros pueblos, que hace realidad el principio de un país, con unidad en la diversidad (...). ... si en el noventa y ocho ya nos reconoció como un Estado pluricultural y multiétnico estaba ya la interculturalidad. Y hoy, como estamos hablando de esta Constituyente avanzada, progresista [p.185] o progresiva, hoy estamos hablando de plurinacionalidad, reconociendo esos pueblos y nacionalidades originarios de nuestro Abya-Yala. (...)... en Bolivia, por ejemplo, el movimiento indígena, pensaban que los pueblos indígenas van a hacer separatismo, y vimos que era al revés, (...). No estamos planteando otra Constitución para las circunscripciones territoriales, (...). Decían también que reconocer la plurinacionalidad es crear enclaves no democráticos y nuevos caudillismo. Nosotros decimos que es al contrario, siempre la administración comunitaria ha demostrado su afán de participación, de equidad, de igualdad, (...) [p.186]. (...)... para nosotros todas las lenguas de las nacionalidades deben ser oficiales. (...) [p.187]. (...)... nosotros decimos que debe ser reconocidas las catorce lenguas, de las catorce nacionalidades que existen en nuestro país (...) [p.188].

EL ASAMBLEÍSTA BORJA DIEGO [ID/PMC]. (...) Yo quiero señalar, sin embargo, señor Presidente, mi desacuerdo con la manera como está redactado el aspecto referente al idioma oficial. (...) Por qué seguimos señalando que es el castellano el único idioma oficial y se pone al resto de las lenguas, se nombra aquí el kichwa, ni siquiera se ponen las otras, como los idiomas de uso oficial para las nacionalidades y los pueblos. Lo fundamental del lenguaje es la posibilidad de comunicarse entre las personas, y si estamos señalando que el Ecuador es un Estado intercultural y plurinacional, resulta incongruente que no tengamos el reconocimiento de todas las lenguas como lenguas oficiales, ni siquiera nos llevaría o nos conduciría a problemas prácticos. (...) Qué es lo más importante de la interculturalidad y de la plurinacionalidad, sino es el poder entendernos. (...) Considero que debe decirse en el texto constitucional que la lengua oficial del Ecuador son todas las lenguas oficiales y [p.191] nombrarlas. (...) Creo que la intención en esta Constitución no es entender a la interculturalidad como algo folclórico, no es entender como algo que se vende turísticamente. No. Es entender como lo han señalado los compañeros indígenas, como el fin del colonialismo, como el fin de los rezagos coloniales donde se excluía y una de las maneras de excluir era prohibiendo el lenguaje, además de prohibiendo costumbres y prohibiendo ritos y prohibiendo otro tipo de expresiones culturales. (...) [p.191].

EL ASAMBLEÍSTA HERNÁNDEZ VIRGÍLIO [MPAIS]. (...)... se está planteando en el articulado que se nos propone, como si el tema de la interculturalidad y la plurinacionalidad de la sociedad serían un problema o como un tema de los pueblos indígenas, de los pueblos afros, y no como un elemento fundamental que tiene que plantearse la propia sociedad ecuatoriana. (...)... tiene que ser necesariamente incorporado y recogido en la caracterización del Estado, como un Estado participativo, independiente, unitario, intercultural y plurinacional. (...) También quisiera recoger que tiene que hablarse con claridad de que el castellano y el kichwa, por lo menos, deben ser considerados idiomas oficiales y de relación intercultural. Y me parece inadecuada la redacción que señala que los demás idiomas oficiales son de uso oficial para los pueblos u nacionalidades. Los pueblos y nacionalidades no requieren de la autorización constitucional para [p.193] poder hacer uso de las lenguas (...). Es el Estado, es la administración pública la que tiene que hacer ese reconocimiento; por lo tanto esto tiene que quedar bastante claro que los idiomas: el shuar, los demás idiomas ancestrales, son de uso oficial, (...) en los

respectivos territorios, de conformidad con la ley. (...) Eso conlleva ciertas obligaciones, por parte del Estado, pero al mismo tiempo es la única forma de vivir en un Estado plurinacional e intercultural (...). [p.194]

LA ASAMBLEÍSTA CARRIÓN MARÍA JOSÉ [MPAIS]. (...)... cuando dejamos al margen al kichwa y demás idiomas ancestrales, estamos planteando nuevamente un Estado discriminatorio, al cual nos oponemos. Y, por tanto, plantearía que se debería recoger lo que aquí se está diciendo en el Pleno, que se reconozcan los demás idiomas, como parte de nuestra cultura, como parte de nuestro Estado, de manera oficial. (...)... creemos en un Estado plurinacional, porque, realmente creemos en el ejercicio de la interculturalidad, por eso reconocemos a las nacionalidades, a los pueblos, a sus idiomas (...). [p.196]

LA ASAMBLEÍSTA PAREDES SARA [PRIAN]. (...)... se sigue manteniendo una serie de frases o vocablos innecesarios, como por ejemplo en el inciso segundo del artículo primero, que dice: “Reconoce a las nacionalidades, pueblos originarios, cholos afrodescendientes, montubios y otros colectivos como actores constitutivos y permanentes de la sociedad ecuatoriana”, voluminando, **dividiendo la nacionalidad en sub-grupos que en la práctica deberían definirse como mestizos en general**, donde se incluirían cholos y montubios. Pero, además, recuerdo que nosotros nos hemos opuesto a que se reconozca una plurinacionalidad, por ser excluyente y fraccionaria; no así el sentido de pluriculturalidad, que abarca el reconocimiento de expresiones humanas diversas en la unidad nacional, el término “plurinacionalidad”, ya consta en otros artículos de este proyecto de la Constitución Política. Como minoría, sugerimos que este primer artículo debería estar redactado de la siguiente manera: “Artículo 1. – Inciso primero – El Ecuador es un Estado social de derecho, laico, unitario, independiente, democrático, **pluricultural**, soberano (...) [p.199]. Inciso segundo – El Estado respeta y estimula el desarrollo de todas las lenguas usuales en el territorio nacional, considerándose el español como su lengua oficial y el kichwa y demás dialectos ancestrales de los pueblos indígenas en los términos que fija la ley. (...) [p.200].

LA ASAMBLEÍSTA CALLE MARÍA AUGUSTA [MPAIS]. (...) Naciones en toda su extensión, cuya presencia no es una constitución sociológica, sino producto de la realidad, tan real y milenaria como otras nacionalidades a las que mentes occidentales las reconocen sin ningún problema. No ha sido un ejercicio de folklore el hablar en Kichwa ni quisiera tampoco que se constituya en un argumento suelto para pedir a la comisión, que el Kichwa sea también el idioma oficial. Nada se conseguiría, nada significaría esta decisión si en el primer inciso del artículo uno, no se reconoce que el Ecuador, afortunadamente para todos los ecuatorianos y para el mundo, es también un Estado plurinacional. (...) Plurinacionalidad, reconocimiento de lo existente, de nuestras raíces, de nuestros sueños que por fin, por lealtad con nuestro pasado, por justicia debe reconocerse constitucionalmente. Justicia que para ser [p.203] efectiva, debe entre otras verdades, desembocar también en el reconocimiento del kichwa como idioma oficial, junto al Castellano, (...). Reconocer al Ecuador como Estado plurinacional, no es una concesión, es un reconocimiento a la realidad, a la deuda histórica que tenemos con los pueblos ancestrales, con el pueblo afro-ecuatoriano, (...) [p.204].

EL ASAMBLEÍSTA PAVÓN ANDRÉS [PRIAN]. (...) Hemos ya, en el primer debate, manifestado de la plurinacionalidad y la interculturalidad. El Ecuador es uno solo, el Ecuador es una sola nacionalidad, el Ecuador no tiene diversas nacionalidades. Por favor, compañeros assembleístas, ya no caigamos en esa supuesta plurinacionalidad que existe. Hay una sola nacionalidad ecuatoriana y esa tenemos que hacerla respetar por sobre todas las cosas. Lo que existe en el Ecuador es interculturalidad y pluriculturalidad. La [p.206] interculturalidad es vivir entre culturas distintas. La plurinacionalidad [sic] es la diversidad de culturas que tenemos en nuestro Ecuador. **Fomentar eso es lo que deberíamos hacer en esta Constitución, pero no fomentar una plurinacionalidad.** Que esta plurinacionalidad, lo que el día de mañana podría traer es que, de acuerdo a la lengua, de acuerdo al territorio, de acuerdo a la ley que se tiene, podían pedir completamente que se cercene al Ecuador y no queremos eso, si no, queremos un Ecuador unitario, un Ecuador único, un Ecuador solo con una nacionalidad que es la nacionalidad ecuatoriana. (...) [p.207]. (...) El castellano y el Kichwa tienen que ser el idioma oficial del Ecuador. Y los demás idiomas ancestrales deben ser oficiales en cada uno de sus sectores. Así debería ser la propuesta. **No dando facultad solamente el idioma Castellano, porque ahí estaríamos discriminando completamente a esos pueblos indígenas, ancestrales de nuestro país. Por eso, el**

idioma oficial tiene que ser el castellano y el Kichwa. (...) [p.208]. (...)... he buscado e investigado acerca del buen vivir. Nosotros que estamos dentro de la Asamblea Nacional Constituyente, lastimosamente no encontramos un concepto verdadero hasta el día de hoy, de qué es el buen vivir (...) [p.210].

LA ASAMBLEÍSTA CHUJI MÓNICA [MPAIS]. (...)... cuando se planteó una propuesta como es la propuesta del Estado plurinacional, es decir dar un giro al liberalismo, no con ello pretendíamos dejar de lado el legado revolucionario de la historia humana. Me refiero a aquel legado de mil setecientos ochenta y nueve [p.211] cuando la burguesía francesa, (...) fue emancipatória, nos llegó aquella carta de los derechos del hombre. (...) Entendiendo el Estado plurinacional (...) **no es una propuesta de los indios para los indios**, es una propuesta que nació sí, de la matriz, de la cosmovisión, de la lucha de los pueblos indígenas, pero es una propuesta para los ecuatorianos, porque apostamos sí, **apostamos a un nuevo pacto social, apostamos a que [p.212] haya una nueva democracia, a que se respeten las diferentes formas de hacer democracia, a que tengamos una participación real dentro de la estructura del Estado, a que finalmente superemos el neoliberalismo, a que abandonemos el colonialismo.** (...) De igual manera, tendrá que ser reconocido todos los idiomas como idiomas oficiales, todas las lenguas de los pueblos y nacionalidades como idiomas oficiales. Y si no es así, al menos un idioma como es el Kichwa, tendrá que ser reconocido como un idioma oficial, lo que implicaría por primera vez, una transformación profunda en lo institucional, en lo político, en la justicia, en la participación, en la democracia (...) [p.213].

EL ASAMBLEÍSTA DE LA CRUZ PEDRO [MPAIS]. (...)... que por lo menos se reconozca al Kichwa como se reconoce al castellano, como idioma oficial del Ecuador. **La interculturalidad es una interacción de doble vía, no puede pensarse [p.214] que solo los indígenas debemos aprender el castellano y lo occidental. El Estado como representación de lo que es ecuatoriano, tiene que evidenciar su raíz indígena.** Por lo tanto, una vez más, lamentamos que no se reconozca el Kichwa como idioma oficial de todo el país. (...)... una vez más, ratificamos si realmente queremos un país diferente, aprendamos todos nuestro idioma, nuestros idiomas, para realmente construir esa interrelación que tanto hablamos. Y si no reconocemos como idioma oficial el Kichwa, realmente, esta vez estamos arando en el mar. Gracias, señor Presidente [p.215].

(Disponível em: <http://www2.ucsg.edu.ec/jurisprudencia/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=109&Itemid=86>.)